



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1854

Sexta-feira - 23 de Outubro de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2	Galvão.....	147	Orleans	283
Alto Bela Vista.....	14	Garopaba.....	148	Palhoça	286
Antônio Carlos	15	Garuva	149	Passo de Torres.....	335
Arabutã	16	Gaspar	150	Passos Maia	338
Arroio Trinta.....	18	Governador Celso Ramos	151	Penha.....	339
Balneário Rincão	23	Grão Pará	152	Peritiba.....	347
Barra Velha.....	24	Guaramirim	156	Petrolândia	348
Biguaçu	30	Guarujá do Sul	159	Pinheiro Preto	349
Blumenau	31	Herval d'Oeste	160	Porto Belo.....	350
Bom Jesus do Oeste	44	Ibiam	161	Porto União.....	351
Bom Retiro	45	Ilhota	171	Presidente Castello Branco	353
Botuvera.....	46	Imarui	173	Presidente Nereu.....	354
Braço do Trombudo	47	Imbituba	175	Rio dos Cedros.....	355
Brunópolis	53	Indaial.....	178	Salto Veloso	364
Brusque.....	54	Iomerê	225	Santa Terezinha do Progresso	365
Caçador.....	56	Ipumirim	228	Santiago do Sul.....	366
Camboriú.....	71	Irineópolis	229	São Bento do Sul.....	375
Campos Novos.....	72	Itá	230	São Domingos.....	422
Canelinha	75	Itapiranga.....	231	São João do Oeste	429
Canoinhas.....	77	Itapoá	234	São Joaquim	430
Catanduvas.....	80	Ituporanga	236	São José.....	431
Chapadão do Lageado	81	Joaçaba	237	São Lourenço do Oeste.....	434
Cocal do Sul.....	83	Lages	242	São Miguel do Oeste.....	435
Concórdia	84	Laguna	245	Schroeder	437
Cordilheira Alta	86	Leoberto Leal.....	248	Serra Alta	444
Coronel Freitas.....	87	Mafra	249	Timbó	445
Coronel Martins.....	88	Maravilha.....	250	Três Barras	447
Corupá	90	Modelo	251	Tunápolis.....	489
Curitibanos	91	Mondaí	253	Turvo	498
Dionísio Cerqueira	92	Morro da Fumaça	254	União do Oeste	501
Erval Velho	95	Navegantes.....	258	Urussanga	502
Forquilha.....	96	Nova Trento	277	Videira.....	503
Fraiburgo.....	97	Novo Horizonte	282	Xanxerê.....	506

Consórcios

CIGA	507
CIMVI.....	508
CIS/AMERIOS	508

Água Doce

PREFEITURA

DECRETO Nº 123/2015

DECRETO Nº 123/2015 – DE 14 DE OUTUBRO DE 2015
“ANULA PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 18 da Lei nº 2.329, de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulada parcialmente a seguinte dotação orçamentária constante no orçamento vigente:

17 SECRETARIA DE URBANISMO
01 DEPARTAMENTO URBANISMO
15.452.0017.2.043 MANUTENÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO
3.3.90.00.00.0679/145 Aplicações Diretas.....R\$ 193,07
TOTAL R\$ 193,07

Art. 2º. O valor anulado conforme artigo 1º deste Decreto, será utilizado para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

17 SECRETARIA DE URBANISMO
01 DEPARTAMENTO URBANISMO
15.452.0017.2.043 MANUTENÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO
4.4.90.00.00.0679/146 Aplicações Diretas.....R\$ 193,07
TOTAL R\$ 193,07

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 14 de outubro de 2015.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 124/2015

DECRETO Nº 124/2015 – DE 19 DE OUTUBRO DE 2015
“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.383, de 19 de outubro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.329 de 09 de dezembro de 2014, um crédito adicional especial no valor de até R\$ 1.249.134,11 (um milhão duzentos e quarenta e nove mil cento e trinta e quatro reais e onze centavos), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para construção da Creche na Rua Basílio Cavalet próximo à COHAB conforme Termo de Compromisso PAC2 10021/2014.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa 4.4.90.00.00.0142/202 Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO
12.365.0013.1.011 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ESPAÇO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL
4.4.90.00.00.0142/202 Aplicações Diretas.....R\$ 1.249.134,11
TOTAL R\$ 1.249.134,11

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica utilizado o provável excesso de arrecadação verificado na rubrica Outras Transferências do FNDE.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 19 de outubro de 2015
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 125/2015

DECRETO Nº 125/2015 – DE 19 DE OUTUBRO DE 2015
“ANULAR PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.384, de 19 de outubro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulada parcialmente a seguinte dotação orçamentária constante do orçamento municipal vigente:

05 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO
12.365.0013.2.029 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
3.1.90.00.00.0086/80 Aplicações Diretas..... R\$ 78.100,00
TOTAL R\$ 78.100,00

Art. 2º. O valor anulado conforme artigo 1º deste Decreto será utilizado para suplementar os seguintes elementos de despesas:

05 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO
12.361.0010.1.007 AQUISIÇÃO DE EQUIP. E MÓVEIS P/SECRETARIA E SEGMENTOS
4.4.90.000.00.0086/57 Aplicações Diretas..... R\$ 8.100,00

12.361.0010.2.020 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ENSINO
3.1.90.00.00.0086/60 Aplicações Diretas.....R\$ 70.000,00
TOTAL R\$ 78.100,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 19 de outubro de 2015.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 126/2015

DECRETO Nº 126/2015 – DE 19 DE OUTUBRO DE 2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, CRIA ELEMENTO DE DESPESA, ANULA PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.385, de 19 de outubro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.329 de 09 de dezembro de 2014, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 243.000,00 (duzentos e quarenta e três mil reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção do Departamento de Ensino.

Art. 2º. Fica criado no orçamento vigente os elementos de despesa 4.4.90.00.00.0093/204, 4.4.90.00.00.0093/205, 4.4.90.00.00.0093/206 e 4.4.90.00.00.0093/207 Aplicações Diretas, com as seguintes classificações orçamentárias:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

01 DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.361.0010.1.007 AQUISIÇÃO DE EQUIP. E MÓVEIS P/SECRETARIA E SEGMENTOS

4.4.90.00.00.0093/204 Aplicações Diretas..... R\$ 128.000,00

12.361.0010.1.008 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR

4.4.90.00.00.0093/205 Aplicações Diretas..... R\$ 87.500,00

12.365.0013.1.011 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ESPAÇO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

4.4.90.00.00.0093/206 Aplicações Diretas.....R\$ 11.000,00

12.365.0013.1.012 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

4.4.90.00.00.0093/207 Aplicações Diretas..... R\$ 16.500,00

TOTAL R\$ 243.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica anulado parcialmente o seguinte elemento de despesa:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

01 DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.361.0010.2.021 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL-FUNDEB

3.1.90.00.00.0092/65 Aplicações Diretas.....R\$ 243.000,00

TOTAL R\$ 243.000,00

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 19 de outubro de 2015

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 127/2015

DECRETO Nº 127/2015 – DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.387, de 20 de outubro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para Manutenção do Fundo Municipal de Saúde de Água Doce.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

10.301.0042.2.051 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.3.90.00.0.3.0110.0/50 Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

TOTALR\$ 100.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto fica utilizado o superávit financeiro do exercício de 2014 verificado na rubrica: 0.1.0110 – Recursos do Tesouro Exercícios anteriores.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 20 de outubro de 2015.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 128/2015

DECRETO Nº 128/2015 – DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, ANULA PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 18 da Lei nº 2.329 de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.329 de 09 de dezembro de 2014, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 4.900,00 (quatro mil e novecentos reais) para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para Manutenção do Fundo Municipal de Água Doce.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa Aplicação Direta com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

10.301.0042.2.051 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.1.91.00.0.1.0002.0/10 Aplicações Diretas R\$ 4.900,00
TOTALR\$ 4.900,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto fica anulado parcialmente o recurso da seguinte dotação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
10.301.0042.2.051 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3.1.90.00.0.1.0002.0/9 Aplicações Diretas R\$ 4.900,00
TOTALR\$ 4.900,00

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 20 de outubro de 2015.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 129/2015

DECRETO Nº 129/2015 – DE 21 DE OUTUBRO DE 2015
“DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE - SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis à matéria,

DECRETA:

Art. 1º. Será considerado Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais o dia 30 de Outubro de 2015 alusivo ao Dia do Servidor Público.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam – se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 21 de outubro de 2015.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.383/2015

LEI Nº 2.383/2015 – DE 19 DE OUTUBRO DE 2015
“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.329 de 09 de dezembro de 2014, um crédito adicional especial no valor de até R\$ 1.249.134,11 (um milhão duzentos e quarenta e nove mil cento e trinta e quatro reais e onze centavos), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para construção da Creche na Rua Basílio Cavalet próximo à

COHAB conforme Termo de Compromisso PAC2 10021/2014.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa 4.4.90.00.00.0142/202 Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO
12.365.0013.1.011 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ESPAÇO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL
4.4.90.00.00.0142/202 Aplicações Diretas.....R\$ 1.249.134,11
TOTAL R\$ 1.249.134,11

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a utilizar o provável excesso de arrecadação verificado na rubrica Outras Transferências do FNDE.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 19 de outubro de 2015
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.384/2015

LEI Nº 2.384/2015 – DE 19 DE OUTUBRO DE 2015
“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR PARCIALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente a seguinte dotação orçamentária constante do orçamento municipal vigente:

05 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO
12.365.0013.2.029 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
3.1.90.00.00.0086/80 Aplicações Diretas..... R\$ 78.100,00
TOTAL R\$ 78.100,00

Art. 2º. O valor anulado conforme artigo 1º desta Lei será utilizado para suplementar os seguintes elementos de despesas:

05 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO
12.361.0010.1.007 AQUISIÇÃO DE EQUIP. E MÓVEIS P/SECRETARIA E SEGMENTOS
4.4.90.000.00.0086/57 Aplicações Diretas.....R\$ 8.100,00

12.361.0010.2.020 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ENSINO
3.1.90.00.00.0086/60 Aplicações Diretas.....R\$ 70.000,00
TOTAL R\$ 78.100,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 19 de outubro de 2015.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.385/2015

LEI Nº 2.385/2015 – DE 19 DE OUTUBRO DE 2015

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, CRIAR ELEMENTO DE DESPESA, ANULAR PARCIALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.329 de 09 de dezembro de 2014, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 243.000,00 (duzentos e quarenta e três mil reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para manutenção do Departamento de Ensino.

Art. 2º. Fica criado no orçamento vigente os elementos de despesa 4.4.90.00.00.0093/204, 4.4.90.00.00.0093/205, 4.4.90.00.00.0093/206 e 4.4.90.00.00.0093/207 Aplicações Diretas, com as seguintes classificações orçamentárias:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

01 DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.361.0010.1.007 AQUISIÇÃO DE EQUIP. E MÓVEIS P/SECRETARIA E SEGMENTOS

4.4.90.00.00.0093/204 Aplicações Diretas..... R\$ 128.000,00

12.361.0010.1.008 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR

4.4.90.00.00.0093/205 Aplicações Diretas..... R\$ 87.500,00

12.365.0013.1.011 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ESPAÇO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

4.4.90.00.00.0093/206 Aplicações Diretas.....R\$ 11.000,00

12.365.0013.1.012 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

4.4.90.00.00.0093/207 Aplicações Diretas..... R\$ 16.500,00

TOTAL R\$ 243.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a anular parcialmente o seguinte elemento de despesa:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

01 DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.361.0010.2.021 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL-FUNDEB

3.1.90.00.00.0092/65 Aplicações Diretas.....R\$ 243.000,00

TOTAL R\$ 243.000,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 19 de outubro de 2015

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.386/2015

LEI Nº 2.386/2015 – DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

“DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO COMPONENTE MUNICIPAL DO PROGRAMA DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE NA ATENÇÃO BÁSICA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE – PMAQ-AB/MUNICIPAL”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado o Componente Municipal do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade na Atenção Básica do Ministério da Saúde – PMAQ-AB/MUNICIPAL, na forma de incentivo de desempenho pago aos profissionais das Equipes de Saúde da Família (ESF) ou Equipes de Saúde da Família/Equipes de Saúde Bucal (ESF/ESB), com recursos financeiros advindos do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB), instituído pelo Departamento de Atenção Básica/Ministério da Saúde (DAB/MS), através da portaria nº 1.654, de 19 de julho de 2011, e do Manual Instrutivo.

Art. 2º. O pagamento do incentivo de desempenho do PMAQ – AB/MUNICIPAL aos profissionais das ESF e ESF/ESB, de Água Doce, está condicionado ao repasse de recursos financeiros do PMAQ-AB do MS/DAB para o município de Água Doce, ficando a existência e manutenção do PMAQ-AB/MUNICIPAL condicionada à continuidade do repasse financeiro do PMAQ-AB.

Art. 3º. A regulamentação e operacionalização do PMAQ-AB/MUNICIPAL será definida por Ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, no prazo de até 30 (trinta) dias após a publicação desta Lei.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 1º de agosto de 2015.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 20 de outubro de 2015.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.387/2015

LEI Nº 2.387/2015 – DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para Manutenção do Fundo Municipal de Saúde de Água Doce.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

10.301.0042.2.051 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.3.90.00.0.3.0110.0/50 Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
TOTALR\$ 100.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei fica autorizado a utilização do superávit financeiro do exercício de 2014 verificado na rubrica: 0.1.0110 – Recursos do Tesouro Exercícios anteriores.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 20 de outubro de 2015.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 286/2015

PORTARIA Nº 286/2015 de 22 de outubro de 2015

“CONCEDE ADICIONAL POR CURSOS ESPECÍFICOS AOS FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA.”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Art 1º Conceder aos funcionários mencionados abaixo, o adicional por cursos específicos, previsto no Art. 114 da Lei Complementar 058/2009, os quais foram analisados pelo Conselho de Política, Administração e Remuneração de Pessoal de acordo com o Art 115 da referida Lei e também pela Assessoria Jurídica do Município e o Controle Interno.

ADRIANA BOFF – 8%
CAMILA RAQUEL MACAGNAN – 4%
CARMEN LUCIA PICCOLI NICHETTI – 4%
CLAUDETE APARECIDA DE ASSIS – 8%
CLAUDIA MARIA DAVID BEAL TERREZ – 2%
CRISTIANO SAVARIS DA SILVA – 2%
DANIELA DRESCH HACK – 6%
DENIS CONCI BRAGA – 6%
DULCENI APARECIDA RIBAS DE MOURA – 2%
EVARISTA BERNADETE TRENTA – 2%
GLAUCIA REGINA VARASCHIN – 8%
GRACIEMA MARCANTE BARTZ – 4%
ISRAEL CRISTIANO DE OLIVEIRA – 4%
JANETE REETZ MORES – 4%
JOECI DOS SANTOS – 8%
JOSELI APARECIDA DOS SANTOS MOURA ROSA TRENTA – 6%
KARISE ROBERTA OLIVEIRA – 10%
LEANDRO DE MATOS – 4%
LORELEI VALCARENCHI GANDINI – 2%
LORETE LOURDES GHISLENI – 2%
LUCIARA VIEIRA DE ANHAIA – 2%
MARIA ODETE AMORIM MENDES – 4%
MARILUCY SARE KUSMANN – 4%
NATHALIA DE SOUZA COSTA – 2%
NEUSA MARIA CORREA DA SILVA BISSANI – 4%
NILVO LUIZ PELEGRINI – 4%
NILZE MARIA BALESTRIN SARI – 8%
RODRIGO GATELLI – 4%
RONALDO PAULO VENTURIN – 4%
ROSA MARIA CORDEIRO – 6%
RUBIA NEIVA ZATTA BEAL – 2%
SILVIA MONICA BORTOLINI BRAGA – 6%
TANIA CARON DOS SANTOS – 2%

VERA LUCIA DAROS BALESTRIN – 4%

Artigo 2º Conforme Ofício 263/2015 do Gabinete do Prefeito, Ata Nº 023/2015 de 01 de setembro de 2015 do Conselho de Política, Administração e Remuneração de Pessoal, Parecer da Assessoria Jurídica datado de 25/09/2015 e Parecer do Controle Interno datado de 14/10/2015.

Artigo 3º Os valores retroativos aos meses de julho, agosto e setembro serão pagos juntamente com o mês de outubro na folha de outubro.

Artigo 4º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 5º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Água Doce, 22 de outubro de 2015

Novelli Sganzerla

Prefeito

49

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
CONSELHO DE POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO E REMUNERAÇÃO DE PESSOAL

ATA Nº 023/2015

Ao primeiro dia do mês de setembro de dois mil e quinze, às treze e trinta horas, reuniram-se na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Água Doce - SC, Evarista Trento, James Francisco Beal, Maria Odete Mendes, Camila Macagnan e Mariluci kusman, do Conselho de Política de Administração e Remuneração de Pessoal, para analisar para conceder adicional por curso específico aos servidores que encaminharam requerimento devidamente protocolado na Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal. Antes de iniciar a análise foi lido o Memorando nº 013/CI de 18/08/2015 da Coordenadoria de Controle Interno, sendo o Assunto: Análise dos Certificados de Servidores Públicos para Reconhecimento de Adicional de Incentivo ao Aperfeiçoamento. Também foram estabelecidos pela Comissão alguns critérios a serem seguidos para avaliação dos Certificados sendo: Não serão aceitos Certificados sem conteúdo programático; Para os Certificados que foram computados muitas horas em pouco dias, ficou estabelecido que para quem trabalha quarenta horas semanais será computado oito horas diárias de curso e para que faz vinte horas semanais será concedido 10 horas diárias de curso, considerando um tempo suficiente para curso mais jornada de trabalho; Só serão aceitos Certificados na área de atuação do Servidor. Por orientação do parecer da FECAM só serão aceitos os cursos dos dois últimos anos de estágio probatório. Iniciada a análise foi emitido parecer favorável aos cursos conforme segue: DANIELA DRESCH HACK - 556 horas - 12%, Como conduzir a Aprendizagem de Alunos com Necessidades Educativas Especiais – 20h, TDAH – 20h, Classificação de Risco – 16h, Atenção a Violência Doméstica para Profissionais da Atenção Básica – 120h, Perícias Psicopatológica – 30h, Capacitação em Saúde Mental da Infância e Adolescência – 100h, SUPERA – 150h, Distúrbios de Aprendizagem – 100h; LEANDRO DE MATOS – 176 horas - 4%, Curso de Operador de Motoniveladora – 160h, Primeiros Socorros – 16h; Não foram aceitos Relações Humanas no Trabalho; Informática; Formação Básica de Turismo, cursos interpestivos; LUCIANDRO DE LUCA – 684h - 16h%, Enfermagem do Trabalho – 342h, Segurança do Trabalho – 342h; LUCIANE WELTER – 8h - 0%, Formação Continuada – 8h, Intempestivos - Plano Municipal de Educação-Decênio 2013-2022 – 80h, Cultivo Protegido de Hortaliças em Assentamento – 24h, Cultivo Protegido de Hortaliças em Assentamentos – 24h, Primeiro Treinamento de Sucos Naturais – 3h, Higiene e Manipulação de Alimentos e Separação do Lixo – 3h – fora da área da atuação - Alfabetização em Processo – 80h; NATÁLIA DE SOUZA COSTA – 400h – 10%, Atenção e o Cuidado da

Saúde Bucal da Pessoa com Deficiência – 160h, Atenção a Violência Doméstica para profissionais da Atenção Básica – 120h, Estratégia Saúde da Família e Saúde Bucal – 120h; KARISE ROBERTA OLIVEIRA – 679h - 16%, VI Seminário Estadual de Gestores e Trabalhadores da Política de Assistência Social – 20h, IV Seminário de Saúde do Trabalhador – 3h, Capacitação em Atenção a Homens e Mulheres em Situação de Violência por Parceiros Íntimos – 120h, SUPERA – 150h, Saúde Mental da Infância

50

e Adolescência no Âmbito da Rede de Atenção Psicossocial – 15h, 1º Encontro Regional do Conselho Estadual de Assistência Social com os Conselhos Municipais de Assistência Social – 8h, Oficina de Elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo – 20h, V Seminário Estadual de Gestores e Trabalhadores da Política de Assistência Social – 20h, I Seminário Regional dos Centros de Referência de Assistência Social – 10h, Introdução ao Provimento dos Serviços e Benefícios Socioassistenciais do SUAS e a Implementação das Ações do Plano Brasil sem Miséria – 40h, Prevenção do Uso de Drogas – 120h, Capacitação sobre CRAS – 20h, Dia do Assistente Social – 8h, IV Seminário Estadual de Gestores e Trabalhadores da Política de Assistência Social – 20h, Aprendizagem como forma de prevenir ocorrência de patologia e minimizar riscos – 20h; Intempestivo - 1º Oficina de Mobilização Intersetorial de Políticas Públicas Sobre Drogas – 16h.; CAMILA RAQUEL MACAGNAN – 194h – 4% - XV Ciclo de Estudos de Controle Público da Administração Municipal – 8h, Temas Selecionados sobre Licitação Pública e Contratos Administrativos – 20h, Encontro de Negócios sobre Compras Governamentais – 8h, XVI Ciclo de Estudos de Controle Público da Administração Municipal – 8h, Betha Folhas – 24h, Curso As Rotinas Funcionais dos Servidores Públicos – 16h, Federalismo no Brasil – 25h, Ética e Serviço Público – 20h, Lei de Diretrizes Orçamentárias para Municípios – 45h, Básico em Orçamento Público – 20h, Não foram aceitos os cursos que segue por estarem fora do prazo estabelecido do estágio probatório: SICONV – 20h, Pregão Eletrônico e Presencial – 15h, Questões Polêmicas sobre Licitações Públicas – 10h, Obras Públicas – 10h, I Oficina Estadual de Gestores Municipais – 20h, Área de Ciências Sociais e Aplicadas – 12h; JAQUELINE TEREZINHA DA SILVA – 72h - 0%, Acolhimento com Classificação de Risco na Atenção Primária – 12h, Bolsa Família na Saúde – 20h, Gerenciamento em Imunização – 40h; Sem conteúdo programático - Implantação do Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações – SI-APIWEB – 8h, Implantação do Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações – SIPNI- 8h, Módulo Sala de Vacina – 8h, Seminário Intersetorial do Programa Bolsa Família – 8h, Capacitação para Testagem Rápida do HIV, Sífilis e Hepatites BeC – 8h, Capacitação Saúde do Homem – 80h; ADRIANA BOFF – 533h – 12%, Prevenção do Uso de Drogas – Capacitação área Conselheiros e Lideranças Comunitárias 5ª Edição – 120h, Enfermagem em Saúde Mental e Atenção Psicossocial – 40h, Saúde Mental da Infância e Adolescência no Âmbito da Rede de Atenção Psicossocial 100h, Atenção a Violência Doméstica para Profissionais da Atenção Básica – 120h, SUPERA – 150h, IV Seminário de Saúde do Trabalhador – 03h.; Não foram aceitos: Aprendizagem como forma de prevenir ocorrência de patologia e minimizar riscos – 20h – intempestivo, 1ª Oficina de Mobilização Intersetorial de Políticas Públicas Sobre Drogas – 16h e Processo de Trabalho no CAPS – 8h – sem conteúdo programático; RONALDO PAULO VENTURIN – 4% , Operador de Motoniveladora – 160h; Montagem e Manutenção de Computadores e Redes 120h – fora da área de atuação; JOÃO LEOCIR FABIANO – 0%, Operador de Motoniveladora – 160h; - não aceito por estar fora da área de atuação; RUBIA NEIVA ZATTA BEAL – 234h - 04%, I Workshop de Exercícios Miofuncionais – 10h, Seminário sobre Disfagia – 4h, Como Conduzir a Aprendizagem de Alunos com Necessidades Educativas Especiais – 20h, I Curso para Fonoaudiólogos e Profissionais da Área da Educação das APAES de SC- 100h, Educação Especial – 20h, Curso de Linguagem – Teoria, Avaliação e Terapia – 80h, Como Conduzir a Aprendizagem de Alunos com Necessidades Educativas Especiais 20h, Intempestivo

51

-Treinamento para Elaboração do Plano Municipal de Educação-De-cênio – 80h, Jornada Científica para a Infância – 40h, 1º Seminário Internacional de Comportamentos Disruptivos na Infância e Adolescência – 25h, -Congresso de Transtornos Invasivos do Desenvolvimento/Autismo – 20h, Articulação da Fala: Terapia para colocação de fonemas – 8h; Sem Conteúdo programático – linguagem, Avaliação e Terapia – 80h.; LAERTE NIVALDO DOS SANTOS – 0%, Não foram aceitos os cursos que segue por estarem fora do prazo estabelecido do estágio probatório: Transporte de Emergência – 50h, Transporte de Produtos Perigosos – 50h, Transporte Coletivo de Passageiros – 50h, Transporte Escolar – 50h; BELMIR DOTTA – 0% - Capacitação SISAGUA – 8h, Encontro Regional sobre Segurança Alimentar – 9h, Boas Práticas em Serviços de Alimentação – 12h, Encontro Regional sobre Segurança Alimentar, Zoonoses e Controle de População Animal - 9h – Intempestivos – XI Ciclo de Estudos de Controle Público da Administração Municipal, Seminário de Avaliação dos Planos Municipais de Ação de Vigilância Sanitária, Ciclo Virtual de Estudos e Controle Público da Administração Municipal, Curso de Capacitação Básicas de Vigilância Sanitária, Encontro Nacional de Secretários de Saúde, XIII Ciclo de Estudos de Controle Público na Administração Municipal, Curso sobre Condutas Vedadas aos Agentes Municipais. O Certificado da 6ª Conferência Estadual de Saúde de Santa Catarina, já recebeu o percentual em no ano de dois mil e treze, Os Cursos de Transporte Coletivo de Passageiros e o Transporte de Emergência já foram considerados fora da área de atuação na avaliação da outra comissão no ano dois mil e treze; LUCIARA VIÊRA DE ANHAIA – 650h - 16% - Cuidar de quem Cuida – 40h, Sala de Vacina – 40h, Álcool e Outras Drogas – 120h, Judicialização da Saúde em Atenção Domiciliar – 30h, Manejo da Dor na Criança – 30h, Trabalho com Grupos na Atenção Básica – 15h, Implantação e Gerenciamento de um Serviço de Atenção Domiciliar – 30h, Capacitação para Comunidades Terapêuticas – 120h, Introdução ao Acolhimento – 15h, Atenção Domiciliar na Rede de Atenção Básica à Saúde – 45h, Fé na Prevenção – 120h; Abordagem da Violência na Atenção Domiciliar – 45h; Sem conteúdo programático - Introdução à Atenção Domiciliar – 30h, Vacinação contra o Papilomavírus Humano (HPV) – 15h, Princípios para o cuidado domiciliar – 45h, Cuidadores e a Atenção Domiciliar – 30h, Abordagem Familiar na Atenção Domiciliar – 30h, Como apoiar a pessoa com Diabetes – 30h; JAIME JOSÉ FIEL – 0% não atingiu as oitenta horas; ROSA MARIA CORDEIRO – 240h -6%, Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – 120h, Serviços Social na Educação – 120h; TÂNIA CARON – 106h - 2% , XVI Ciclo de Estudos de Controle Público da Administração Municipal – 8h, Temas Selecionados sobre Licitação Pública e Contratos Administrativos – 20h, Formação de Gestores no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos – 25h, Formação de Pregoeiros – 15h, SINCOV – 10h, Encontro de Negócios Sobre Compras Governamentais – 8h, 10º Congresso Catarinense de Secretários de Finanças, Contadores Públicos e Controladores Internos Municipais – 20h; GLÁUCIA REGINA VARASCHIN- 322h – 8% - XV Ciclo de Estudos de Controle Público da Administração Municipal – 8h, SINCOV: OBTVs e Utilização de Rendimentos de Aplicação – 10h, Licitações Públicas e Contratos Administrativos – 20h, Gestão de Convênios e Contratos – 25h, Formação de Pregoeiros – 15h, Encontro de Negócios Sobre Compras Governamentais – 8h, XVI Ciclo de Estudos e Controle Público da Administração Municipal – 8h, Agente de Desenvolvimento – Avançado – 32h, Capacitação Sobre o Ciclo de Vida dos Repasses do Orçamento Geral da União – 6h, Ordem Bancária de Transferências Voluntárias – 10h, Básico em Orçamento Público -

52

20h, Lei de Diretrizes Orçamentárias para Municípios – 45h, Ética e Serviço Público – 20h, Federalismo no Brasil – 25h, Orçamento Público – 70h; Sem Conteúdo Programático – Encontro Regional de Agentes de Desenvolvimento – 16h, Curso Básico de Agentes de Desenvolvimento – 40h; CRISTIANO SAVARIS DA SILVA – 125h - 2% , Temas Selecionados sobre Licitação Pública e Contratos

Administrativos – 20h, Formação de Pregoeiros – 15h, Básico em Orçamento Público – 20h, Orçamento Público – 70h; RODRIGO GATELLI – 1.160h - 28%, Operador de Máquinas Pesadas I – 250h, Operador de Máquinas Pesadas – 250h, Operador de Motoniveladora – 160h, Operador de Máquinas Pesadas III – 250h, Operador de Máquinas Pesadas IV – 250h; ARI AGOSTINHO MENDES – 1.266h - 30%, Primeiros Socorros – 16h, Capacitação para motoristas do setor público Módulo I – 250h, Curso de Capacitação para Motoristas do Setor Público – Módulo II – 250h, Capacitação para Motoristas do Setor Público – Módulo III – 250h, Capacitação para Motoristas do Setor Público – Módulo IV – 250h, Capacitação para Motoristas do Setor Público – Módulo V – 250h; ISRAEL C. DE OLIVEIRA – 4%, Operador de Motoniveladora – 160h; IVO NEY BISSANI – 1.180h -28%, Tecnologia em Carnes – 60h, Manual de Boas Práticas de Fabricação – 80h, Fisiologia e Defesa Sanitária Animal – 160h, Tecnologia de leite e Derivados – 60h, Técnica dietética – 80h, Tecnologia de Alimentos – 40h, Higiene e Vigilância Sanitária de Alimentos – 100h, Apicultura – 100h, Inspeção de Alimentos – 420h, Defesa Sanitária Animal – 80h, Intempestivo - Segurança Alimentar, Zoonoses e Controle de População Animal – 9h; Sem conteúdo programático - Contracepção Cirúrgica em Cães e Gatos pela Técnica Minimamente Invasiva - 5h; CLAUDIA MARIA DAVID BEAL TERREZ – 1.070h - 26%, Transtornos de Personalidade – 60h, Urgências Psiquiátricas – 80h, Psicologia Transpessoal – 60 h, Síndrome de Burnout – 80h, Psicoterapia Breve Dinâmica – 60h, Psicodiagnóstico – 100h, Uso Abusivo e Dependência de Substâncias Psicoativas – 150h, Capacitação em Atenção a Violência Doméstica para Profissionais da Atenção Básica – 120h, Terapia Cognitivo Comportamental – 120h, Curso de Proteção de Dados Pessoais – 60h, Capacitação em Direito do Consumidor – 60h, Psicologia Organizacional: Recrutamento e Seleção – 120h, Sem conteúdo programático - Lei de Acesso à Informação para Municípios – 40h, Curso de Fundamentos dos Contratos – 40h, Intempestivo - Cidadania – 30h, Psicologia Forense – 60h; VALDERLEA PRESTES PEREIRA – 0%, Falta conteúdo programática - Capacitação em Cadastro Rural – 36h, Gestão Ambiental – 35h, Curso de Educação Ambiental – 35h; CARMEN LÚCIA PICCOLI NICETTI - 161h– 4% Seminário de Práticas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 12h, Procedimentos para o Encerramento do Exercício nos Municípios – 10h, 10º Congresso Catarinense de Secretários de Finanças, Contadores Públicos e Controladores Internos Municipais – 20h, Atualização para a Nova Contabilidade Pública – 75h, XVI Ciclo de Estudos e Controle Público da Administração Municipal – 8h, 3º Encontro Catarinense de Contadores e Controladores Públicos – 16h, 11º Congresso Catarinense de Secretários de Finanças, Contadores Públicos e Controladores Internos Municipais – 20h; NILVO LUIZ PELEGRINI – 4%, Operador de Motoniveladora – 160h; JOECI DOS SANTOS – 320h - 8%, Operador de Motoniveladora – 160h, Operador de Escavadeira Hidráulica – 160h.; JANETE REETZ MORES – 4% - Operador de Computador – 180h; NEUSA MARIA CORRÊA DA SILVA BISSANI - 185h – 4%, 1º Seminário de Práticas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 12h, Encerramento do Exercício nos Municípios – 10h, Atualização para a Nova Contabilidade Pública – 75h, 10º Congresso

53

Catarinense de Secretários de Finanças, Contadores Públicos e Controladores Internos Municipais – 20h, Betha SAPO – 16h, 3º Encontro Catarinense de Contadores e Controladores Públicos – 16h, Betha SAPO para Atendimento às Exigências do PCASP – 8h, 11º Congresso Catarinense de Secretários de Finanças, Contadores Públicos e Controladores Internos Municipais e 2º Seminários de Práticas Aplicadas ao Setor Público – 20h; DULCINI APARECIDA RIBAS DE MOURA – 120h - 2%, Assistência de Enfermagem em Unidades de Urgência e Emergência – 120h, Intempestivo – Cuidador de Idosos - 196h; GRACIEMA MARCANTE BARTZ –160h - 4%, Formação Continuada – 20h, Educação Para o Trânsito – Se Essa Rua Fosse Minha – 60h, Formação Continuada – 60h, Educação Especial – 20h; BERENICE CONCEIÇÃO DOS SANTOS ZANCHETTA – 0%, Fora da área de atuação - Departamento Fiscal

e Contabilidade- 120h; ANA PAULA ROSSA CAVALLI – Indeferido - não completou 80 horas; CLAUDETE APARECIDA DE ASSIS – 384h - 8%, Lei de Diretrizes Orçamentárias para Municípios – 45h, Básico em Orçamento Público – 20 h, Ética e Serviço Público – 20 h, Federalismo no Brasil – 25h, Curso Sobre Simples Nacional – Principais Tópicos (Vedações, Fiscalização, Exclusão, Contencioso e Arrecadação – 25h, Retenção do INSS e Introdução ao e Social – 10h, Gerenciamento de Equipes – 120h, Agentes de Desenvolvimento – Avançado – 32h, II Encontro Nacional de Agentes de Desenvolvimento – ENAD – 8 horas, Contabilidade Pública com Ênfase na Lei de Responsabilidade Fiscal – 40h, Encontro de Negócios Sobre Compras Governamentais – 8 h, Curso Prático de Fiscalização de ISS de Bancos e Cartórios – 15h, Planejamento Estratégico da Fiscalização do ISS – 16h; Fora da área de atuação -10º Congresso Catarinense de Secretários de Finanças Contadores Públicos e Controladores Internos Municipais – 20h, Sem conteúdo programático - Encontro Regional de Agentes de Desenvolvimento – 16h, Intempestivo -Instrumentos de Planejamento – 15h, Agente de Desenvolvimento – Básico – 32h; NILSE MARIA BALESTRIN SARI – 492h - 12%, Capacitação sobre CRAS – 20h, Matriz de Formação 120h, I Seminário Regional dos Centros de Referência de Assistência Social – 10h, Oficina de Elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo – 20h, Capacitação Trabalho Social em Programas de Habitação de Interesse Social – 120h, Sistema de Detecção do Uso Abusivo e Dependência de substâncias Psicoativas – 150h, VI Seminário Estadual de Gestores e Trabalhadores da Política de Assistência Social – 20h, Ética em Movimento – 32h; -Intempestivo - I Oficina Estadual de Gestores Municipais – 20h, IV Seminário Estadual de Gestores e Trabalhadores da Política e Assistência Social – 20h; Sem conteúdo programático - 1ª Oficina de Mobilização Intersectorial de Políticas Públicas sobre Drogas – 16h, Oficina de Formação Inicial em Economia Solidária para Assistentes Sociais e Gestores Públicos do Estado de SC – 8h, Seminário de Formação BPC na Escola – 20h; MARILUCY SARE KUSMANN – 220h - 4%, Contabilidade Pública com Ênfase na Lei de Responsabilidade Fiscal – 40h, Lei de Diretrizes Orçamentárias para Municípios – 45h, Federalismo no Brasil – 25h, Ética e Serviço Público – 20h, Básico em Orçamento Público – 20h, Orçamento Público – 70h, Fora da área de atuação - Gerenciamento de Equipes – 120h, Análise e Planejamento Financeiro – 15h, Gestão da Qualidade – 20h, Aprender e Empreender – 16h; JOSELI APARECIDA DOS SANTOS MOURA ROSA TRENTA- 248h - - 6%, XV Ciclo de Estudos de Controle Público da Administração Municipal – 8h, 1º Seminário de Práticas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 12h, Sistema Betha SAPO – 16h, 10º Congresso Catarinense de Secretários de Finanças, Contadores Públicos e Controladores Internos Municipais – 20h, Atualização para Nova Contabilidade Pública 54

– 75h, Curso Prático de Fiscalização de ISS de Bancos e Cartórios – 15h, XVI Ciclo de Estudos de Controle Público da Administração Municipal – 8h, 3º Encontro Catarinense de Contadores e Controladores Públicos – 16h, Betha SAPO – Para Atendimento as Exigências do PCASP – 8h, Retenção do INSS e Introdução ao eSocial – 10h, Curso sobre o encerramento do exercício de 2014 e novos procedimentos para 2015 – 15h, Curso sobre o Simples Nacional – Principais Tópicos - 25h, 11º Congresso Catarinense de Secretários de Finanças, Contadores Públicos e Controladores Internos Municipais e 2º Seminário de Práticas Aplicadas ao Setor Público – 20h; Sem conteúdo programático - Projeto SICONFI sob Perspectiva Municipal e Procedimentos Contábeis Patrimoniais – 4h; EVARISTA BERNADETE TRENTA – 140h - 2%, , Especialização de Gestão de Trânsito – 20h, Especializado de Gestão de Trânsito – 28h,, Programa de Educação para o Trânsito – Se Essa Rua Fosse Minha – 60h, Infrações de Trânsito – da Lavratura ao Manual de Fiscalização – 32h; Sem conteúdo programático - Mobilidade Urbana Gerenciamento da Circulação Viária – 16h, Capacitação para Análise de Indicação de Condutor – 12h; VERA LÚCIA DARÓS BALESTRIN –196h - 4%, Betha SAPO – 16h, Jovem Consumidor

– 60h, Capacitação em Direito do Consumidor – 60h, Consumo Sustentável – 60h; sem conteúdo programático - Capacitação de Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor – 16h; ELEANDRA LUCIA RIBEIRO – 0% -Fora da área de atuação - Recursos Humanos – 30h, Intempestivo e fora da área de atuação - Cuidador de Idosos – 196h, - Sem conteúdo programático - Operação do Sistema de Benefícios ao Cidadão (SIBEC) – 12h, Operação do Cadastro Único – 12h; Oficina de Fortalecimento da Vigilância Alimentar, Capacitação de Gestão do Cadastro Único e Programa Bolsa Família – 40h, Oficina do Sistema do Cadastro Único – Versão 7 – 8h, SICON – 15h, Ambientação EAD – 2h, Aplicativo Transmissão de Arquivos – 4h, Excelência no Atendimento – 20h; LORELEI VALCARENCHI GANDINI - 411h - 10%, Controle de Infecções Relacionadas à Assistência a Saúde - 16h, Assistência de Enfermagem ao Politraumatizado – 60h, Suporte Básico de Vida e Atendimento Pré Hospitalar – 40h, Capacitação Cuidar de Quem Cuida – 40h, Implantação e Gerenciamento de um Serviço de Atenção Domiciliar – 30h, Intercorrências Agudas no Domicílio II – 60h, Abordagem Domiciliar em Situações Clínicas Comuns Materno-Infantis – 60h, Intercorrências Agudas no Domicílio I – 60h, Princípios para o Cuidado Domiciliar 2 – 45h, Sem conteúdo programático – Atualização de Queimaduras – 10h, Crise Convulsiva – 12h, Carrinho de Emergência – 20h, Sinai Vitais – 5h, Vacinação Contra o Papilomavírus (HPV) – 15h, Judicialização da Saúde em Atenção Domiciliar – 30h, Introdução à Atenção Domiciliar – 30h, Vacinação contra o Papilomavírus (HPV)- 15h, Como Apoiar a Pessoa com Diabetes – nível técnico – 30h, Abordagem da Violência na Atenção Domiciliar – 45h, Cuidados e Atenção Domiciliar – 30h, Hipertensão Arterial Sistêmica e Diabetes Mellitus – Turma 3 – 4h, Implantação do Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações – SIAPIWEB – 8h, Gestão do Cuidado da Atenção Domiciliar – 30h – Intempestivo -Controle de Infecções Relacionadas à Assistência a Saúde – 16h; LORETE LOURDES GHISLENI- 499h, 12%, Formação em Saúde Mental – 60h, Cuidar de quem Cuida – 40h, Primeiros Socorros – 38h, Introdução ao Acolhimento – 16h, Capacitação para Comunidades Terapêuticas – 120h, Implantação e Gerenciamento de um Serviço de Atenção Domiciliar – 30h, Alcool e Outras Drogas: da Coerção à Coesão 120h; Abordagem Familiar na Atenção Domiciliar – 45h, Judicialização da Saúde em Atenção Domiciliar – 30h, Fora do Prazo - Terapia Intravenosa: Práticas de Enfermagem para uma

55

Assistência de Qualidade- 30h, Sem conteúdo programático - Abordagem Familiar na Atenção Domiciliar – 45h, Vacinação contra o Papilomavírus Humano (HPV) – 15h, Princípios para o Cuidado Domiciliar 30h, Curso de Introdução à Atenção Domiciliar – 30h, Cuidadores e a Atenção Domiciliar – 30h, Capacitação para Técnico em Enfermagem – 4h, Hipertensão Arterial Sistêmica e Diabetes Mellitus – 4h, Como apoiar a pessoa com Diabetes – 30h, Capacitação para Implantação do Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações – 8h; RODENEI BERTAZZI SAMPIETRO – 228h - 4%, Interpretação de Exames Laboratoriais – 100h,, Diagnóstico de Vírus – 100h, Fisiologia Geral – 100h, Medicina Legal – 100h, Saúde Pública no Brasil – 100h, Controle de Infecções em Serviços de Saúde – 100h, Curso de Dengue – 100h, Curso de Obesidade e Atividade Física – 100h, Curso de Drogas de Abuso – 100h, Curso de Urgência e Emergência – 100h, Sem conteúdo programático - Atividade Física e Envelhecimento – 80h; MARIA ODETE MENDES AMORIM – 625h - 14%, Farmacologia Aplicada a Odontologia – 80h, Lesões Bucais na Infância – 80h, Hepatites Virais e HIV – 80h, Odontologia na Estratégia da Saúde da Família – 80h, Controle de Infecções em Serviços de Saúde – 80h, Saúde Bucal – 80h, Urgência e Emergência – 80h, Estética do Tratamento Periodontal – 80h, Primeiros Socorros – 80h, Saúde Pública no Brasil – 80h; Classificação de Risco – 15h, Introdução ao Acolhimento – 15h, Acolhimento – 15h, Reconhecimento do Território – 15h, Atenção a Violência Doméstica para Profissionais da Atenção Básica – 120h, Eventos Agudos na Atenção Básica para Cirurgiões Dentistas – 120h, SUS

e sua Legislação – 15h, Trabalho com Grupos na Atenção Básica – 15h, Atenção Primária à Saúde – 15h, Sem conteúdo programático Webconferências do Telessaúde – 10h, Webconferências do Telessaúde – 12h, Curso de Hipertensão Arterial Sistêmica e Diabetes Mellitus – 4h, Lentes de Contato Dental, Maquete do Sorriso Vieira e Clareamento – 3h; SILVIA MÔNICA BORTOLINI BRAGA – 552h - 12% -Curso de Dengue – 80h, Controle de Infecções em Serviços de Saúde – 80h, Curso de Enfermagem – 80h, Noções Básicas em Primeiros Socorros – 80h, Urgência e Emergência – 80h, Enfermagem em Ger. De Serv. De Saúde – 80h, Capacitação em Eventos Agudos de Interesse da Estratégia Saúde da Família e Saúde Bucal – 120h, Capacitação em Atenção a Violência Doméstica para Profissionais da Atenção Básica – 120h, Introdução ao Acolhimento – 16h, Serviços de Telessaúde – 16h, Minicurso Classificação de Risco – 16h, Núcleos de Apoio a Saúde da Família – NASF – 16h, Acolhimento – 15h, SUS e sua Legislação – 15h, Atenção Primária à Saúde: Princípios e Diretrizes – 15h, Hepatites Virais; Prevenção, Diagnóstico e Tratamento – 15h, Acolhimento com Classificação de Risco na Atenção Primária – 12h, Sem conteúdo programático: Gestão de Práticas Integrativas e Complementares – 80h, Uso de Plantas Medicinais e Fitoterápicos para Profissionais de Saúde – 60h, Doenças Crônicas nas Redes de Atenção à Saúde – 48h, Vacinação contra o Papilomavírus Humano – HPV – 15h, Abordagem da Violência na Atenção Domiciliar – 45h, Judicialização da Saúde em Atenção Domiciliar – 30h, Curso de Enfermagem em Diabetes e Hipertensão – 20h, Autocuidado: Como Apoiar a Pessoa com Diabetes – 30h, Princípios para o Cuidado Domiciliar II – 45h; Intempestivo – Área de Ciências Biológicas e Saúde – 40h; DENIS CONCI BRAGA – 689h - 16%, Trabalhos com Grupos na Atenção Básica – 15h, Serviços de Telessaúde – 15h, SUPERA – 150h, Programa de Atualização em Terapêutica – 120h, Atenção à Saúde do Recém-nascido de Risco: superando pontos críticos 2ª edição – 45h, Tuberculose – 15h, Febre Reumática – 15h, Ações para Controle da Tuberculose na Ação Básica – 30h,

56

Atualização do Manejo Clínico da Dengue – 2h, Capacitação em Eventos Agudos de Interesse da Estratégia Saúde Familiar e Bucal – 120h, Capacitação em Eventos Agudos de Interesse da Estratégia Saúde Familiar e Bucal – 120h, Introdução em Vigilância em Saúde Ambiental no SUS – 30h, Acolhimento com Classificação de Risco na Atenção Primária – 12h; Sem conteúdo programático: Aspectos Teóricos e Práticos em Educação em Saúde Ambiental – 30h, Autocuidado: como Apoiar a Pessoa com Diabetes – 30h, Vacinação contra Papilomavírus Humano (HPV) – 15h, Agenda para Intensificação da Atenção Nutricional à Destruição Infantil – 30h, Judicialização da Saúde em Atenção Domiciliar – 30h, Intercorrências agudas no domicílio 2-60h, Influenza – atualização no manejo clínico – 6h, Cuidadores e a Atenção Domiciliar – 30h, Abordagem Domiciliar em Situações Clínicas Comuns Materno-infantis – 60h, Abordagem da violência na Atenção Domiciliar – 45h, Doenças Crônicas nas Redes de Atenção à Saúde – 48h, Gestão de Práticas Integrativas e Complementares – 80h, Uso de Plantas Medicinais e Fitoterápicos para Profissionais de Saúde – 60h; Intercorrências agudas no domicílio 1- 60h. Os Certificados classificados como “sem conteúdo programático” a Comissão se sente incapaz de julgar pelo fato dos mesmos não apresentarem conteúdo programático, causando dúvidas em todos os membros de como analisar somente pelo título, pois quando apresentado o conteúdo é possível verificar as matérias estudadas e trabalhadas no curso. A Comissão sugere que os mesmos sejam analisados administrativamente e juridicamente para não causar prejuízos para nenhuma das partes. Sem mais nada a tratar, foi lavrada a presente ata que passa a ser lida e assinada pelos presentes.

Água Doce, 01 de setembro de 2015
Município de Água Doce
Poder Executivo
Parecer – Assessoria Jurídica

Sobre Certificados de Cursos

A Assessoria Jurídica foi provocada a se manifestar sobre os Certificados de Cursos realizados pelos servidores e apresentados a Comissão para recebimento de adicional de incentivo ao aperfeiçoamento.

O artigo 114 da Lei Complementar 058/2009 assim estabelece:

Art. 114 - O adicional de aperfeiçoamento pela realização de cursos específicos é a vantagem atribuída ao servidor público municipal estável que realizar curso de aperfeiçoamento, na respectiva área de atuação, tendo como base o vencimento inicial e corresponde a 2% (dois por cento) a cada oitenta horas de cursos realizados, na respectiva área de atuação, devidamente comprovados mediante apresentação de certificados fornecidos por estabelecimentos idôneos.

Diante deste enunciado compreendemos que não se trata de aumento salarial e sim política de incentivo ao aperfeiçoamento, portanto, alguns certificados apresentados pelos servidores denotam, exclusivamente o interesse financeiro e não comprovação de aperfeiçoamento, eis que nem sequer comprovam a realização efetiva do curso.

O certificados on line ao meu entendimento deixam muito a desejar uma vez que servidores conseguem realizar cursos em horários impossíveis, como casos específicos de servidores que conseguiram a situação fantástica de realização de 480 horas de curso em apenas 10 dias o que denota que realizaram 48 horas de curso diariamente, não se pode considerar instituição idônea uma instituição que admite tal acontecimento, que emite certificado com a indicação de horas de realização de cursos, e não tem um sistema de controle das horas que realmente o servidor fica logado no site para acompanhamento do conteúdo programático indicado no certificado.

Diante destas considerações opino que estes cursos devam ser desconsiderados e os servidores que se sentirem prejudicados façam prova de que a instituição é realmente idônea. Instituições que aconteceram esses procedimentos de horas abusivas sejam desconsideradas para todos os servidores, a prova de que esta empresa possui CNPJ não significa que a instituição tenha controle sobre procedimentos irregulares. Opino para que sejam considerados somente cursos on line ministrados por órgãos e entidades vinculados a universidades e secretarias tais como educação, saúde, transportes, ou estejam vinculados ao poder executivo, legislativo e judiciário, excluindo-se cursos oferecidos por escolas o diminui a possibilidade de fraudes.

Passo a analisar os casos em específico:

1. MARILUCY SARE KUSMANN – Fora da área de atuação - Gerenciamento de Equipes – 120h, Análise e Planejamento Financeiro – 15h, Gestão da Qualidade – 20h, Aprender e Empreender – 16h;

2. JOSELI APARECIDA DOS SANTOS MOURA ROSA TRENTON- Sem conteúdo programático - Projeto SICONFI sob Perspectiva Municipal e Procedimentos Contábeis Patrimoniais – 4h;

3. EVARISTA BERNADETE TRENTON – Sem conteúdo programático - Mobilidade Urbana Gerenciamento da Circulação Viária – 16h, Capacitação para Análise de Indicação de Condutor – 12h;

4. VERA LÚCIA DARÓS BALESTRIN – Sem conteúdo programático - Capacitação de Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor – 16h;

5. CAMILA RAQUEL MACAGNAN – Intempestivos - SICONV – 20h, Pregão Eletrônico e Presencial – 15h, Questões Polêmicas sobre Licitações Públicas – 10h, Obras Públicas – 10h, I Oficina Estadual de Gestores Municipais - 20h, Área de Ciências Sociais e Aplicadas – 12h.

6. GLÁUCIA REGINA VARASCHIN- Sem Conteúdo Programático

– Encontro Regional de Agentes de Desenvolvimento – 16h, Curso Básico de Agentes de Desenvolvimento – 40h;

7. JAQUELINE TEREZINHA DA SILVA – Sem conteúdo programático - Implantação do Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações – SI-APIWEB – 8h, Implantação do Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações – SIPNI- 8h, Módulo Sala de Vacina – 8h, Seminário Intersetorial do Programa Bolsa Família – 8h, Capacitação para Testagem Rápida do HIV, Sífilis e Hepatites BeC – 8h, Capacitação Saúde do Homem – 80h;

8. JOÃO LEOCIR FABIANO –Fora da área de atuação - Operador de Motoniveladora – 160h;

9. LAERTE NIVALDO DOS SANTOS – Servidor em estágio probatório - Transporte de Emergência – 50h, Transporte de Produtos Perigosos – 50h, Transporte Coletivo de Passageiros – 50h, Transporte Escolar – 50h;

10. BELMIR DOTTA – Intempestivos – XI Ciclo de Estudos de Controle Público da Administração Municipal, Seminário de Avaliação dos Planos Municipais de Ação de Vigilância Sanitária, Ciclo Virtual de Estudos e Controle Público da Administração Municipal, Curso de Capacitação Básicas de Vigilância Sanitária, Encontro Nacional de Secretários de Saúde, XIII Ciclo de Estudos de Controle Público na Administração Municipal, Curso sobre Condutas Vedadas aos Agentes Municipais. O Certificado da 6ª Conferência Estadual de Saúde de Santa Catarina, já recebeu o percentual em no ano de dois mil e treze, Os Cursos de Transporte Coletivo de Passageiros e o Transporte de Emergência já foram considerados fora da área de atuação na avaliação da outra comissão no ano dois mil e treze;

11. VALDERLEA PRESTES PEREIRA – Falta conteúdo programático - Capacitação em Cadastro Rural – 36h, Gestão Ambiental – 35h, Curso de Educação Ambiental – 35h;

12. ELEANORA LUCIA RIBEIRO – Fora da área de atuação - Recursos Humanos – 30h, Intempestivo e fora da área de atuação - Cuidador de Idosos – 196h, - Sem conteúdo programático - Operação do Sistema de Benefícios ao Cidadão (SIBEC) – 12h, Operação do Cadastro Único – 12h; Oficina de Fortalecimento da Vigilância Alimentar, Capacitação de Gestão do Cadastro Único e Programa Bolsa Família – 40h, Oficina do Sistema do Cadastro Único – Versão 7 – 8h, SICON – 15h, Ambientação EAD – 2h, Aplicativo Transmissão de Arquivos – 4h, Excelência no Atendimento – 20h;

13. BERENICE CONCEIÇÃO DOS SANTOS ZANCHETTA – Fora da área de atuação - Departamento Fiscal e Contabilidade- 120h

14. DANIELA DRESCH HACK – Intempestivo - TDAH – 20h – término 17.06.2013 fora da data – Falta Certificado - SUPERA – 150h – falta de certificado - Quantidade de horas em relação ao tempo de execução do curso - Distúrbios de Aprendizagem – 100h.

15. NILSE MARIA BALESTRIN SARI – Intempestivo - I Oficina Estadual de Gestores Municipais – 20h, IV Seminário Estadual de Gestores e Trabalhadores da Política e Assistência Social – 20h - Sem conteúdo programático - 1ª Oficina de Mobilização Intersetorial de Políticas Públicas sobre Drogas – 16h, Oficina de Formação Inicial em Economia Solidária para Assistentes Sociais e Gestores Públicos do Estado de SC – 8h, Seminário de Formação BPC na Escola – 20h - Sem certificação - Sistema de Detecção do Uso Abusivo e Dependência de substâncias Psicoativas – 150h,

16. LUCIANDRO DE LUCA - Site não oficial - Intercorrências Agudas no Domicílio I – 60h, Enfermagem do Trabalho – 342h, Segurança do Trabalho – 342h.

17. NATÁLIA DE SOUZA COSTA - Falta certificação - Atenção e o

Cuidado da Saúde Bucal da Pessoa com Deficiência – 160h - fora da área de atuação -
Atenção a Violência Doméstica para profissionais da Atenção Básica – 120h.

18. KARISE ROBERTA OLIVEIRA – Intempestivo - 1º Oficina de Mobilização Intersetorial de Políticas Públicas Sobre Drogas – 16h – falta de certificado - SUPERA – 150h - encontro comemorativo - Dia do Assistente Social – 8h.

19. LORELEI VALCARENCHI GANDINI - Sem conteúdo programático – Atualização de Queimaduras – 10h, Crise Convulsiva – 12h, Carrinho de Emergência – 20h, Sinai Vitais – 5h, Vacinação Contra o Papilomavírus (HPV) – 15h, Judicialização da Saúde em Atenção Domiciliar – 30h, Introdução à Atenção Domiciliar – 30h, Vacinação contra o Papilomavírus (HPV)- 15h, Como Apoiar a Pessoa com Diabetes – nível técnico – 30h, Abordagem da Violência na Atenção Domiciliar – 45h, Cuidados e Atenção Domiciliar – 30h, Hipertensão Arterial Sistêmica e Diabetes Mellitus – Turma 3 – 4h, Implantação do Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações – SIAPIWEB – 8h, Gestão do Cuidado da Atenção Domiciliar – 30h – Intempestivo -Controle de Infecções Relacionadas à Assistência a Saúde – 16h - Curso desconsiderado questiona-se três certificados com data de fevereiro, conteúdo programático sem assinatura, questiona a respeito do tempo sugerido para estudo das unidades UNA-SUS Implantação e Gerenciamento de um Serviço de Atenção Domiciliar – 30h, UNA-SUS Intercorrências Agudas no Domicílio II – 60h; UNA-SUS Intercorrências Agudas no Domicílio I – 60h,

20. ADRIANA BOFF – Intempestivo - Aprendizagem como forma de prevenir ocorrência de patologia e minimizar riscos – 20h – sem conteúdo programático - 1ª Oficina de Mobilização Intersetorial de Políticas Públicas Sobre Drogas – 16h e Processo de Trabalho no CAPS – 8h - falta de certificado - SUPERA – 150h - site não oficial, não delimita presencial ou a distância - IBAC JORNADA -Enfermagem em Saúde Mental e Atenção Psicossocial – 40h

21. CLAUDETE APARECIDA DE ASSIS – Fora da área de atuação - Encontro de Negócios Sobre Compras Governamentais – 8 h, 10º Congresso Catarinense de Secretários de Finanças Contadores Públicos e Controladores Internos Municipais – 20h - Sem conteúdo programático -
Encontro Regional de Agentes de Desenvolvimento – 16h - Intempestivo - Instrumentos de Planejamento – 15h, Agente de Desenvolvimento – Básico – 32h;

22. RUBIA NEIVA ZATTA BEAL - Sem certificação - Seminário sobre Disfagia – 4h, Sem conteúdo - Curso de Linguagem – Teoria, Avaliação e Terapia – 80h – intempestivo - Congresso Invasivos do desenvolvimento/Autismo -Treinamento para Elaboração do Plano Municipal de Educação-Decênio – 80h, Jornada Científica para a Infância – 40h, 1º Seminário Internacional de Comportamentos Disruptivos na Infância e Adolescência – 25h, -Congresso de Transtornos Invasivos do Desenvolvimento/Autismo – 20h, Articulação da Fala: Terapia para colocação de fonemas – 8h; Sem Conteúdo programático – linguagem, Avaliação e Terapia – 80h;

23. RODRIGO GATELLI - Cursos não considerados a distância – Site não oficial - Operador de Máquinas Pesadas I – 250h , Operador de Máquinas Pesadas – 250h, Operador de Máquinas Pesadas III – 250h, Operador de Máquinas Pesadas IV – 250h;

24. LUCIARA VIÊRA DE ANHAIA – Sem conteúdo programático - Introdução à Atenção Domiciliar – 30h, Vacinação contra o Papilomavírus Humano (HPV) – 15h, Princípios para o cuidado domiciliar – 45h, Cuidadores e a Atenção Domiciliar – 30h, Abordagem Familiar na Atenção Domiciliar – 30h, Como apoiar a pessoa com Diabetes – 30h - fora da área de atuação -Álcool e Outras Drogas – 120h, Fé na Prevenção – 120h; Capacitação para Comunidades

Terapêuticas – 120h, sem certificação -Judicialização da Saúde em Atenção Domiciliar – 30h, Atenção Domiciliar na Rede de Atenção Básica à Saúde – 45h – Curso desconsiderado sem comprovação da idoneidade da Instituição - Implantação e Gerenciamento de um Serviço de Atenção Domiciliar – 30h,

25. MARIA ODETE MENDES AMORIM - Sem conteúdo programático - Webconferências do Telessaúde – 10h, Webconferências do Telessaúde – 12h, Curso de Hipertensão Arterial Sistêmica e Diabetes Mellitus – 4h, Lentes de Contato Dental, Maquete do Sorriso Vieira e Clareamento – 3h; Curso fora da área de atuação - Atenção a Violência Doméstica para Profissionais da Atenção Básica – 120h, SUS e sua Legislação – 15h, Cursos IPED excesso de horas em um período curto 800h de curso realizado durante 38 dias - Controle de Infecções em Serviços de Saúde – 80h, 08.05.2015 a 19.05.2015; Odontologia na Estratégia da Saúde da Família – 80h, 22.04.2015 a 07.05.2015; Hepatites Virais e HIV – 80h, 22.04.2015 a 07.05.2015; Lesões Bucais na Infância – 80h, 22.04.2015 a 07.05.2015; Farmacologia Aplicada a Odontologia – 80h, 22.04.2015 a 06.05.2015; Estética do Tratamento Periodontal – 80h,08.05.2015 a 18.05.2015; Urgência e Emergência – 80h, 08.05.2015 a 21.05.2015; Saúde Bucal – 80h, 08.05.2015 a 18.05.2015; Primeiros Socorros – 80h, 15.05.2015 a 25.05.2015; Saúde Pública no Brasil – 80h; 19.05.2015 a 29.05.2015;

26. IVO NEY BISSANI - Cursos desconsiderados-horas excessivas de curso, em 30 dias fez 400h que intercalam, não há possibilidade de aceitar parte do curso como a comissão considerou, entende-se que o curso total é ou não é aceito para a totalização das horas - Tecnologia em Carnes – 60h, Manual de Boas Práticas de Fabricação – 80h, Fisiologia e Defesa Sanitária Animal – 160h, Tecnologia de leite e Derivados – 60h, Técnica dietética – 80h, Tecnologia de Alimentos – 40h, Higiene e Vigilância Sanitária de Alimentos – 100h, Apicultura – 100h, Defesa Sanitária Animal – 80h, Site não oficial - Inspeção de Alimentos – 420h - Intempestivo - Segurança Alimentar, Zoonoses e Controle de População Animal – 9h - Sem conteúdo programático - Contracepção Cirúrgica em Cães e Gatos pela Técnica Minimamente Invasiva - 5h;

27. CLAUDIA MARIA DAVID BEAL TERREZ - Sem Conteúdo programático - Lei de Acesso à Informação para Municípios – 40h, Curso de Fundamentos dos Contratos – 40h - Intempestivo - Cidadania – 30h, Psicologia Forense – 60h - Fora da área de atuação - Capacitação em Direito do Consumidor – 60h, Psicologia Organizacional: Recrutamento e Seleção – 120h, Curso de Proteção de Dados Pessoais – 60h, Curso com divergência declaração com certificação - Supera – 150h Cursos desconsiderados excesso de horas num prazo curto, falta de comprovação de instituição idônea, em outros casos comprovado horas absurdas - Uso Abusivo e Dependência de Substâncias Psicoativas – 150h, Transtornos de Personalidade – 60h, Urgências Psiquiátricas – 80h, Psicologia Transpessoal - 60 h, Síndrome de Burnout – 80h, Psicoterapia Breve Dinâmica – 60h, Psicodiagnóstico – 100h, Terapia Cognitivo Comportamental – 120h.

28. RODENEI BERTAZZI SAMPIETRO - Cursos IPED – horas abusivas 600h em 11 dias - Interpretação de Exames Laboratoriais – 100h, 22.05.2015 a 09.06.2015; Diagnóstico de Vírus – 100h, 10.06.2015 a 23.06.2015; Fisiologia Geral – 100h , 10.06.2015 a 23.06.2015; Medicina Legal – 100h, 10.06.2015 a 23.06.2015; Saúde Pública no Brasil – 100h, 14.06.2015 a 25.06.2015; Controle de Infecções em Serviços de Saúde – 100h, 14.06.2015 a 25.06.2015; Curso de Dengue – 100h, 15.06.2015 a 25.06.2015; Curso de Obesidade e Atividade Física – 100h, 15.06.2015 a 25.06.2015; Curso de Drogas de Abuso – 100h, 15.06.2015 a 25.06.2015; Curso de Urgência e Emergência – 100h, 15.06.2015 a 25.06.2015 - Sem conteúdo programático - Atividade Física e Envelhecimento – 80h;

29. ARI AGOSTINHO MENDES - Cursos não considerados a

distância – Site não oficial - Capacitação para motoristas do setor público Módulo I – 250h, Curso de Capacitação para Motoristas do Setor Público – Módulo II – 250h, Capacitação para Motoristas do Setor Público – Módulo III – 250h, Capacitação para Motoristas do Setor Público Módulo IV – 250h, Capacitação para Motoristas do Setor Público – Módulo V – 250h

30. LORETE LOURDES GHISLENI - Cursos Fora do Prazo - Terapia Intravenosa: Práticas de Enfermagem para uma Assistência de Qualidade- 30h, Cuidar de quem Cuida – 40h, Sem conteúdo programático - Abordagem Familiar na Atenção Domiciliar – 45h, Vacinação contra o Papilomavírus Humano (HPV) – 15h, Princípios para o Cuidado Domiciliar 30h, Curso de Introdução à Atenção Domiciliar – 30h, Cuidadores e a Atenção Domiciliar – 30h, Capacitação para Técnico em Enfermagem – 4h, Hipertensão Arterial Sistêmica e Diabetes Mellitus – 4h, Como apoiar a pessoa com Diabetes – 30h, Capacitação para Implantação do Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações – 8h - Fora da área de atuação - Capacitação para Comunidades Terapêuticas – 120h, Álcool e Outras Drogas: da Coerção à Coesão 120h; Falta de certificação - Abordagem Familiar na Atenção Domiciliar – 45h, Judicialização da Saúde em Atenção Domiciliar – 30h,

31. SILVIA MÔNICA BORTOLINI BRAGA - Sem conteúdo programático: Gestão de Práticas Integrativas e Complementares – 80h, Uso de Plantas Medicinais e Fitoterápicos para Profissionais de Saúde – 60h, Doenças Crônicas nas Redes de Atenção à Saúde – 48h, Vacinação contra o Papilomavírus Humano – HPV – 15h, Abordagem da Violência na Atenção Domiciliar – 45h, Judicialização da Saúde em Atenção Domiciliar – 30h, Curso de Enfermagem em Diabetes e Hipertensão – 20h, Autocuidado: Como Apoiar a Pessoa com Diabetes – 30h, Princípios para o Cuidado Domiciliar II – 45h; Intempestivo – Área de Ciências Biológicas e Saúde – 40h; Fora da área de atuação - Capacitação em Atenção a Violência Doméstica para Profissionais da Atenção Básica – 120h, Cursos IPED Hora excessivas em período curto de realização de curso 400h em 11 dias - Curso de Dengue – 80h, 27.05.2015 a 06.06.2015; Controle de Infecções em Serviços de Saúde – 80h, 16.05.2015 a 27.05.2015; Curso de Enfermagem – 80h, 16.05.2015 a 27.05.2015; Noções Básicas em Primeiros Socorros – 80h, 16.05.2015 a 27.05.2015; Urgência e Emergência – 80h, 16.05.2015 a 27.05.2015; Enfermagem em Ger. De Serv. De Saúde – 80h, 16.05.2015 a 27.05.2015.

32. DENIS CONCI BRAGA - Sem conteúdo programático: Aspectos Teóricos e Práticos em Educação em Saúde Ambiental – 30h, Autocuidado: como Apoiar a Pessoa com Diabetes – 30h, Vacinação contra Papilomavírus Humano (HPV) – 15h ,Agenda para Intensificação da Atenção Nutricional à Destruição Infantil – 30h, Judicialização da Saúde em Atenção Domiciliar – 30h, Intercorrências agudas no domicílio 2-60h, Influenza – atualização no manejo clínico – 6h, Cuidadores e a Atenção Domiciliar – 30h, Abordagem Domiciliar em Situações Clínicas Comuns Materno-infantis – 60h, Abordagem da violência na Atenção Domiciliar – 45h, Doenças Crônicas nas Redes de Atenção à Saúde – 48h, Gestão de Práticas Integrativas e Complementares – 80h, Uso de Plantas Medicinais e Fitoterápicos para Profissionais de Saúde – 60h; Intercorrências agudas no domicílio 1- 60h -Curso sem certificação - SUPERA – 150h, Ações para Controle da Tuberculose na Ação Básica – 30h, Atualização do Manejo Clínico da Dengue – 2h, Curso fora da área de atuação Atenção à Saúde do Recém-nascido de Risco: superando pontos críticos 2ª edição – 45h, Capacitação em Eventos Agudos de Interesse da Estratégia Saúde Familiar e Bucal – 120h, (Dor de Origem Endodôntica....)

Quanto a data de aceitação dos cursos está estabelecido no artigo 115 da Lei Complementar 058/2009 assim estabelece:

Art. 115 - Os certificados serão analisados pelo Conselho de Política, Administração e Remuneração de Pessoal, o qual emitirá um parecer a respeito da validade dos mesmos e do preenchimento

dos demais requisitos previsto para sua concessão.

§ 1º - O adicional será concedido a cada 2 anos, sempre no mês de julho de cada ano, até o limite de 30% (trinta por cento), sendo aceitos os certificados de curso realizados nos últimos dois anos.

§ 2º - A primeira concessão será feita após o cumprimento do estágio probatório, na mesma data da concessão aos demais servidores, podendo ser utilizados cursos realizados durante o período do estágio probatório.

Na interpretação deste artigo entendemos que somente devem ser aceitos cursos realizados entre o período 07/2013 a 06/2015. A análise de aceitação por intempestividade foi feita com base na data já citada, os certificados apresentados com data diversa desta não foram considerados neste parecer.

Este parecer tem por objetivo a análise exclusiva dos certificados desconsiderados para instrução da ata da comissão.

Os cursos considerados válidos já foram analisados pela comissão com respectivo adicional a ser concedido para fins de progressão. Este é o parecer.

Água Doce, 25 de setembro de 2.015.

Scheila Mara Corso Giordani

OAB-SC 27.419

COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

PARECER DO CONTROLE INTERNO

Assunto: Análise dos Certificados de cursos de servidores públicos para reconhecimento de adicional de incentivo ao aperfeiçoamento.

Em caráter consultivo, a Coordenação do Sistema de Controle Interno foi solicitada para se manifestar através de Parecer sobre a Análise dos certificados de cursos de servidores deste Município. Considerando o artigo 37 da Constituição Federal os princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade a Coordenação do Sistema de Controle Interno do Município, com base nas análises do Conselho de Política de Administração e Remuneração de Pessoal através da ata nº 023/2015 e Parecer da Assessoria Jurídica, examinou e verificou atentamente todos os certificados entregues pelos servidores públicos, e emite o presente parecer acrescentando as seguintes considerações:

Concordo com as análises favoráveis emitidas pelo Conselho de Política de Administração e Remuneração de Pessoal dos seguintes servidores:

MARILUCY SARE KUSMANN – 220 Horas – adicional de 4%

JOSELI APARECIDA DOS SANTOS MOURA ROSA TRENTA – 248 horas – adicional de 6%

EVARISTA BERNADETE TRENTA – 140 horas – adicional de 2%

VERA LÚCIA DARÓS BALESTRIN – 196 horas – adicional de 4%

CAMILA RAQUEL MACAGNAN - 194 horas – adicional de 4%

ROSA MARIA CORDEIRO – 240 horas – adicional de 6%

TÂNIA CARON – 106 horas – adicional de 2%

GLÁUCIA REGINA VARASCHIN – 322 horas – adicional de 8%

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA – 125 horas – adicional de 2%

CÁRMEN LÚCIA PICCOLI NICHETTI – 161 horas – adicional de 4%

ISRAEL C. DE OLIVEIRA – 160 horas – adicional de 4%

RONALDO PAULO VENTURIN – 120 horas – adicional de 4%

GRACIEMA MARCANTE BARTZ – 160 horas – adicional 4%

NEUSA MARIA CORREÂ DA SILVA BISSANI – 185 horas – adicional de 4%

JANETE REETZ MORES – 180 horas – adicional de 4%

JOECI DOS SANTOS – 320 horas – adicional de 8%

NILVO LUIZ PELEGRINI – 160 horas – adicional de 4%

LEANDRO DE MATOS – 176 horas – adicional de 4%

LUCIANE WELTER – 8 horas – adicional de 0%

JAQUELINE TEREZINHA DA SILVA - 72 horas – adicional de 0%
JOÃO LEOCIR FABIANO – 160 horas – adicional de 0% - não aceito por estar fora da área de atuação.
LAERTE NIVALDO DOS SANTOS – adicional de 0%
BELMIR DOTTA – adicional de 0%
JAIME JOSÉ FIEL - adicional de 0%
VALDERLÉA PRESTES PEREIRA - adicional de 0%
ANA PAULA ROSSA CAVALLI – adicional de 0%
ELEANDRA LUCIA RIBEIRO – adicional de 0%
BERENICE CONCEIÇÃO DOS SANTOS ZANCHETTA – adicional de 0%
DANIELA DRESCH HACK – 286 horas – adicional de 6%
NILSE MARIA BALESTRIN SARI – 342 horas – adicional de 8%
LUCIANDRO DE LUCA – adicional de 0%
NATÁLIA DE SOUZA COSTA – 120 horas – adicional de 2%
KARISE ROBERTA OLIVEIRA – 436 HORAS – ADICIONAL DE 10%
DULCINI APARCEIRA RIBAS DE MOURA – 120 HORAS – ADICIONAL DE 2%
ADRIANA BOFF – 343 horas - adicional de 8%
CLAUDETE APARECIDA DE ASSIS – 376 horas – adicional de 8%
RUBIA NEIVA ZATTA BEAL – 150 horas – adicional de 2%
RODRIGO GATELLI – 160 horas – adicional de 4%
MARIA ODETE MENDES AMORIM – 210 horas – adicional de 4%
IVO NEY BISSANI - adicional de 0%
CLAUDIA MARIA DAVID BEAL TERREZ – 120 horas – adicional de 2%
RODENEI BERTAZZI SAMPIETRO – adicional de 0%
ARI AGOSTINHO MENDES – 16 horas – adicional de 0%

Concordo parcialmente com as análises emitidas pelo Conselho de Política de Administração e Remuneração de Pessoal dos servidores relacionados abaixo, no entanto aponto alguns cursos que desconsidere de alguns funcionários que no meu entendimento não poderão ser aceitos:

KARISE ROBERTA OLIVEIRA – 436 horas – adicional de 10%
Cursos que desconsidere por não estar apresentando o conteúdo programático nos certificados:
1ª Oficina de Mobilização Intersectorial de Políticas Públicas Sobre Drogas – 16 horas
Cursos que desconsidere por ser intempestivo:
IV Seminário Estadual de Gestores e Trabalhadores da Política de Assistência Social – 20 horas
Aprendizagem como forma de prevenir ocorrência de patologia e minimizar riscos – 20 horas

LORELEI VALCARECHI GANDINI – Considero 156 horas – adicional de 2%
Cursos que desconsidere por não estar apresentando o conteúdo programático nos certificados:
Abordagem Domiciliar em Situações Clínicas Comuns Materno-Infantis – 60 horas
Princípios para o Cuidado Domiciliar 2 – 45 horas
Assist.de Enfermagem ao Recem Nascido – 12 horas
Ética – 3 horas
Poliomelite 4 horas
Desfibrilação – 7 horas
Aleitamento Materno – 9 horas
Câncer de Mama – 5 horas

RUBIA NEIVA ZATTA BEAL – Considero 150 horas – adicional 2%
- Somente discordo com o Conselho referente ao Curso de Linguagem – Teoria Avaliação e Terapia – 80 horas da servidora pela Instituição por não ser de site oficial, não por estar sem conteúdo.

LUCIARA VIÊRA DE ANHAIA – Considero 140 horas – 2%
Curso que desconsidere por estar sem conteúdo programático:
Abodagem da Violência na Atenção Domiciliar – 45 horas

Introdução às Doenças Infecciosas e Parasitárias – 15 horas.

LORETE LOURDES GHISLENI – Considero 154 horas – adicional de 2%
Curso que considere: Cuidar de quem cuida – 40 horas
Cursos que desconsidere por estar sem conteúdo programático:
Implantação e Gerenciamento de um Serviço de Atenção Domiciliar – 30 horas
Abordagem Familiar na Atenção Domiciliar – 45 horas

SILVIA MÔNICA BORTOLINI BRAGA – Considero 241 horas – adicional de 6%
Cursos que desconsidere por estar sem conteúdo programático:
Hepatites Virais; Prevenção, Diagnóstico e Tratamento – 15 horas
Encontro de Respons.Técnico de Enfermagem – 8 horas
Encontro Macrorregional do Meio Oeste Catarinense – 8 horas
Curso que desconsidere por ser intempestivo:
Gerenciamento em Imunizações - 40 horas

DENIS CONCI BRAGA – Considero 282 horas – adicional de 6%
Curso que desconsidere por estar sem conteúdo programático:
Tuberculose – 15 horas
Febre Reumática – 15 horas
Introdução em Vigilância em Saúde Ambiental no SUS – 30 horas

BELMIR DOTTA – 0%
Curso que desconsidere por estar sem conteúdo programático:
Capacitação SISAGUA – 8 horas
Boas Práticas em Serviços de Alimentação – 12 horas
Curso que desconsidere intempestivo:
Encontro Regional sobre Segurança Alimentar, Zoonoses e Controle de População Animal – 9 horas.

Da análise dos certificados apresentados, entendo que aqueles cursos considerados comprovam a sua validade, bem como o seu conteúdo programático, e a área de atuação de cada servidor público para a concessão de adicional de aperfeiçoamento.

Quanto aos cursos que desconsidere, parto pelo princípio da legalidade e moralidade, onde não poderão ser aceitos os cursos que não apresentam o seu conteúdo programático em seus certificados, o período a ser considerado de 01/07/2013 à 30/06/2015, pois sua concessão é a cada 2 anos, da instituição ser ou não ser de site oficial.

Diante dos certificados, e averiguando a situação de cada servidor, me chamou atenção de alguns servidores onde apresentam vários certificados de realização de uma quantia de horas exorbitantes em poucos dias de curso.

O artigo 114 da Lei Complementar nº 058/2009, que estabelece o adicional de aperfeiçoamento, considero que é um incentivo para o servidor se aperfeiçoar e aprimorar seus conhecimentos na área em que atua, caracterizando um plano de carreira, não demonstrar exclusivamente o interesse financeiro considerando a quantia de certificados como um aumento salarial, apresentando várias horas cursos efetuados em períodos que se aproxima a análise dos certificados pelo Conselho de Política de Administração e Remuneração de Pessoal.

Pelo exposto, nesses termos.

É o parecer.

Água Doce (SC), 14 de outubro de 2015

Cármem Lúcia Piccoli Nichetti

Coordenadora do Sistema de Controle Interno

Alto Bela Vista

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 057/2015

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº 041/2015

O Município Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, do tipo Menor Preço Global, objetivando a aquisição de enfeites natalinos com decoração da Prefeitura Municipal e outras unidades administrativas, consoante disposições da Lei Federal nº 10.520/02 e 8.666/93 e de conformidade com as normas elencadas no Edital. E que estará recebendo os envelopes contendo as propostas de preços e aqueles dos documentos de habilitação, até 13h50min, do dia 09 de novembro de 2015, em sessão pública, com início previsto para as 14 da mesma data. A íntegra do Edital e informações complementares, poderão ser obtidas pelo telefone (49) 3455-9022 e na internet, no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br>, link "licitações".

Alto Bela Vista (SC), em 22 de outubro de 2015.

Catia Tessmann Reichert

Prefeita Municipal.

Antônio Carlos

PREFEITURA

DECRETO Nº 094/2015

DECRETO Nº 094/2015

Altera temporariamente o horário de expediente e funcionamento da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais, e da competência que lhe confere o inciso VI do art. 56 da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO que os recursos públicos municipais estão extremamente escassos, em virtude da crise econômica que assola o país neste momento;

CONSIDERANDO que a manutenção da máquina administrativa e dos serviços mínimos é altamente dispendiosa;

CONSIDERANDO que enquanto os recursos disponibilizados pela União e pelo Estado crescem em escala linear e minimamente progressiva, as demandas municipais crescem em verdadeira progressão geométrica;

CONSIDERANDO que após deliberação com o setor financeiro desta municipalidade, por prudência e para contenção de despesas, ficou decidido reduzir o horário de funcionamento de algumas Secretarias Municipais.

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado, temporariamente, o horário de expediente e funcionamento da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, que passará a ser das 07:00 horas às 13:00 horas, de Segunda-feira a Sexta-feira, com início no dia 26 de outubro de 2015, por prazo indeterminado.

§1º - O horário de expediente de que trata o caput do presente art. será aplicado somente às Secretarias de Administração e Finanças, Secretaria de Planejamento, Secretaria de Indústria, Comércio, Turismo e Esporte, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos;

§2º - As Secretarias de Educação e Cultura e Secretaria de Saúde e Assistência Social permanecerão com o horário normal de expediente;

Art. 2º - A qualquer momento e sem necessidade de prévio aviso, poderá ser suspenso ou interrompido o horário fixado no caput do art. 1º e retomado o horário normal de expediente, sem gerar qualquer direito a qualquer servidor.

Parágrafo Único - Havendo a necessidade da realização de hora-extra por parte de qualquer servidor, o mesmo terá direito somente às horas que excederem à carga horária normal e habitual de seu cargo e somente após a devida e expressa autorização de seu superior.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Antônio Carlos, 22 de outubro de 2015.

Antônio Paulo Remor
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 163/2015, 164/2015 E 165/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº. 163/2015; Origem: Processo Licitatório: nº 083/2015- Pregão Presencial nº 051/2015; Contratante: Município de Antônio Carlos/SC; Contratada: MERCO SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA; Objeto: Aquisição parcelada de leite em pó e alimentos especiais para crianças e adultos carentes e/ou com deficiência em caso grave de saúde do município de Antônio Carlos/SC Prazo: 20/10/2015 – 20/10/2016. Valor: Empresa vencedora do item 3, totalizando o valor de R\$ 20.000,00 (Vinte Mil Reais).

Ata de Registro de Preço nº. 164/2015; Origem: Processo Licitatório: nº 083/2015- Pregão Presencial nº 051/2015; Contratante: Município de Antônio Carlos/SC; Contratada: NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA; Objeto: Aquisição parcelada de leite em pó e alimentos especiais para crianças e adultos carentes e/ou com deficiência em caso grave de saúde do município de Antônio Carlos/SC Prazo: 20/10/2015 – 20/10/2016. Valor: Empresa vencedora dos item 1,4 e 6 totalizando o valor de R\$ 27.720,00 (Vinte e Sete Mil e Setecentos e Vinte Reais).

Ata de Registro de Preço nº. 165/2015; Origem: Processo Licitatório: nº 083/2015- Pregão Presencial nº 051/2015; Contratante: Município de Antônio Carlos/SC; Contratada: P F G COMERCIAL LTDA. ME; Objeto: Aquisição parcelada de leite em pó e alimentos especiais para crianças e adultos carentes e/ou com deficiência em caso grave de saúde do município de Antônio Carlos/SC Prazo: 20/10/2015 – 20/10/2016. Valor: Empresa vencedora dos itens 2 e 5 totalizando o valor de R\$ 8.810,00 (Oito Mil e Oitocentos e Dez Reais).

Antônio Carlos, 22 de outubro de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Arabutã

PREFEITURA

ATA DE LICITAÇÃO -PL Nº. 70/2015

RESUMO DA ATA 001

Processo Licitatório nº. 70/2015 – Pregão Presencial nº 038/2015
Objeto: Registro de preço de material de expediente/consumo, material de higiene e limpeza, mobiliário e equipamentos, para atender as necessidades das Unidades Administrativas do Município, conforme itens constantes no Formulário-Proposta, anexo I do Edital.

Os Credenciados/Representantes Legais das empresas VANCIN INFORMATICA COMÉRCIO LTDA (7746), TÁRSIO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA (8030), OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (8163), ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (8223), CELI PRODUTOS DE AÇO LTDA (8968) E RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8970) compareceram na sessão pública.

As empresas apresentaram documentação comprobatória de enquadramento como microempresa e/ou empresa de pequeno porte.

Ato contínuo foram abertos os envelopes nº. 1 - Propostas Comerciais, os quais foram rubricados pela Pregoeira, Equipe de Apoio, Credenciados e Representantes Legais.

Iniciada a fase de lances verbais, estes foram apresentados de acordo com o anexo da ata da sessão.

Em seguida, procedeu-se à abertura do Envelope nº. 2 - Documentação de Habilitação da empresa vencedora, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pela Pregoeira, Equipe de Apoio, Credenciados e Representantes Legais.

O representante da empresa RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8970) se ausentou da sessão por volta das 15h.

Assim, a Pregoeira e a Equipe de Apoio resolvem encaminhar para Processo Licitatório para o parecer técnico do setor solicitante.

Indagados todos os presentes, não foi ofertada qualquer espécie de impugnação.

A ata completa está disponível no site Oficial do Município de Arabutã e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://arabuta.sc.gov.br/licitacoes/index/detalhes/codMapaItem/27067/codLicitacao/63514>.

Arabutã, 22 de outubro de 2015.

Pregoeira - LEANDRA CHRISTINA COLDEBELLA

Equipe de Apoio: CARINE ALTMANN FEDRIZZI
DULCI DRIEMEIER
FELIPE PATZLAFF
DELSI DRIEMEIER

ATA DE LICITAÇÃO -PL Nº. 71/2015

RESUMO DA ATA 001

Processo Licitatório nº. 71/2015 – Pregão Presencial nº 039/2015
Objeto: Registro de preços de equipamentos de proteção e segurança para os servidores públicos municipais, conforme itens do anexo I.

Os Credenciados/Representantes Legais das empresas OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (8163) e MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA - EPP (8966) compareceram na sessão pública.

A empresa apresentou documentação comprobatória de

enquadramento como microempresa e/ou empresa de pequeno porte.

Ato contínuo foram abertos os envelopes nº. 1 - Propostas Comerciais, os quais foram rubricados pela Pregoeira, Equipe de Apoio, Credenciado e Representante Legal.

Iniciada a fase de lances verbais, estes foram apresentados de acordo com o anexo da ata da sessão.

Em seguida, procedeu-se à abertura do Envelope nº. 2 - Documentação de Habilitação da empresa vencedora, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pela Pregoeira, Equipe de Apoio, Credenciado e Representante Legal.

Assim, a Pregoeira e a Equipe de Apoio resolvem encaminhar para Processo Licitatório para o parecer técnico do setor solicitante.

Indagados todos os presentes, não foi ofertada qualquer espécie de impugnação.

A ata completa está disponível no site Oficial do Município de Arabutã e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://www.arabuta.sc.gov.br/licitacoes/index/detalhes/codMapaItem/27067/codLicitacao/64290>.

Arabutã, 22 de outubro de 2015.

Pregoeira - LEANDRA CHRISTINA COLDEBELLA

Equipe de Apoio: CARINE ALTMANN FEDRIZZI
DULCI DRIEMEIER
FELIPE PATZLAFF
DELSI DRIEMEIER

DECRETO Nº. 1777/2015

Decreto nº 1.777, de 21 de outubro de 2015.

DESIGNA PREGOEIRO E OS COMPONENTES DA EQUIPE DE APOIO, PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES NA MODALIDADE DE PREGÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito Municipal de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos das disposições do art. 63, VI, da Lei Orgânica do Município, do art. 3º, IV, da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002;

DECRETA:

Art. 1º. Nos termos do art. 7º, II, do Decreto nº. 515, de 30 de novembro de 2006, ficam designados os seguintes servidores públicos municipais, para as funções de pregoeiro e de sua equipe de apoio para a operacionalização, no âmbito da Administração Municipal, das licitações na modalidade de Pregão.

I – para pregoeira: Leandra Christina Coldebella, ocupante do cargo de provimento em comissão de Consultora Jurídica;

II – para a equipe de apoio:

a) Carine Altmann Fedrizzi, ocupante de cargo de provimento em comissão de Diretora de Administração e Fazenda, para os serviços de secretaria e de coordenação;

b) Felipe Patzlaff, ocupante de cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Contabilidade, como membro de apoio.

c) Dulci Driemeier, ocupante de cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Administração, como membro-suplente de apoio.

Art. 2º. As atribuições da pregoeira e as atribuições da equipe de

apoio são aquelas estabelecidas no art. 9º, do Decreto nº. 515, de 30 de novembro de 2006.

Art. 3º. No período necessário à execução das fases de cada licitação na modalidade de pregão, os servidores públicos municipais designados para as funções de pregoeiro ou de membros da equipe de apoio, serão automaticamente afastados das atribuições do respectivo cargo.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Arabutã (SC),

21 de outubro de 2015.

JACKSON LUIZ PATZLAFF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag

Responsável Pelas Publicações

DECRETO Nº. 1778/2015

Decreto nº 1.778, de 21 de outubro de 2015.

DESIGNA OS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JACKSON LUIZ PATZLAFF, Prefeito Municipal de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, especialmente nos termos do art. 51 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os seguintes servidores públicos municipais para comporem a Comissão Permanente de Licitações do Município de Arabutã.

I – LEANDRA CHRISTINA COLDEBELLA, como Presidente;

II – CARINE ALTMANN FEDRIZZI, como Presidente Suplente;

III – FELIPE PATZLAFF, como Membro, exercendo as atribuições de Secretário;

IV – DULCI DRIEMEIER, como Membro; e

V – DELSI DRIEMEIER, como Membro Suplente;

Art. 2º. No impedimento dos titulares, os membros suplentes assumirão as atribuições na Comissão Permanente de Licitações sem que haja a necessidade da expedição de qualquer outro ato em tal sentido.

Art. 3º. As atribuições, responsabilidades e proibições dos membros da Comissão Permanente de Licitações são aquelas definidas no artigo 6º, XVI, artigo 9º, §§ 1º e 4º e artigo 51, todos da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Arabutã (SC),

21 de outubro de 2015.

JACKSON LUIZ PATZLAFF

Prefeito

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag

Responsável Pelas Publicações

Arroio Trinta

PREFEITURA

DECRETO Nº 1728

DECRETO Nº 1728, de 20 de outubro de 2015.

Dispõe Sobre a Adoção de Medidas para Redução de Despesas no Âmbito dos Órgãos e Entidades do Município de Arroio Trinta, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Orgânica Municipal; e

CONSIDERANDO, a previsão contida no art. 169, §§ 3º e 4º da Constituição Federal, que determinam as medidas a serem tomadas pelo gestor público para adequação das despesas com pessoal nos parâmetros e limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000;

CONSIDERANDO, que, a crise atual que afeta diretamente as receitas, gerando queda no repasse do Fundo de Participação dos Municípios – FPM e ICMS, sobretudo junto ao Município;

CONSIDERANDO, que a adoção de medidas administrativas imediatas, para redução de despesas com pessoal que é dever do administrador defender e zelar pelo bom e regular funcionamento dos bens e serviços em prol da comunidade;

CONSIDERANDO, que, as medidas ora apresentadas visam melhor adequar essas situações à realidade econômico-financeira do Município de ARROIO TRINTA-SC, sem prejuízo da prestação de serviços perante a coletividade;

CONSIDERANDO, que a arrecadação Municipal não está atendendo, às metas do Resultado Primário e Nominal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica determinado à Administração Pública Direta e Indireta, inclusive fundações e autarquias, nos termos deste Decreto, as seguintes providências:

I – Redução na concessão de diárias e adiantamentos aos servidores;

II – Suspensão da execução de horas extras, exceto as absolutamente necessárias e autorizadas pelo Prefeito Municipal, com base em análise de justificativa apresentada pelo setor responsável;

III – Redução de despesas com manutenção de automóveis, ônibus, caminhões, máquinas e equipamentos, sendo que as ordens de compras deverão ser autorizadas expressamente pelo Prefeito Municipal ou a quem ele delegar competência expressa;

IV – Redução de ligações telefônicas, de consumo de água e energia elétrica e despesas com correio;

V – Redução de despesas com eventos culturais, esportivos e recreativos;

VI – Redução de despesas com material de expediente;

VII – suspensão da execução de serviços particulares pelas Secretarias de Infraestrutura, Agricultura e Meio Ambiente, exceto as previstas em Lei específica, autorizadas pelo Prefeito Municipal;

VIII – Proibição do uso da frota de veículos e máquinas do Município nos finais de semana e dias considerados feriados, bem como, sua utilização após o horário de expediente, ressalvados os casos emergenciais de saúde, devidamente autorizados;

IX – Cancelar imediatamente atividades que não são de caráter emergencial e de necessidade pública;

X - Redução de auxílios em geral, exceto na área de saúde em

casos de estado de vulnerabilidade social, comprovada;

XI – Redução de viagens com ônibus e veículos de propriedade da Prefeitura Municipal;

XII – Fica instituído turno único contínuo de seis (6) horas diárias no serviço público municipal, a ser cumprido no período compreendido de segunda a sexta-feira no horário das 12h:00m às 18h:00m nas Secretarias de Administração, Cultura, Esporte e Turismo, Assistência Social, Agricultura e Meio Ambiente, CRAS.

Parágrafo único. Os servidores do Setor do CRAS, deverão se organizar em sistema de revezamento, para que não fique prejudicado o atendimento durante o período matutino.

XIII – Redução de Despesas com Pessoal na seguinte proporção:

a) 10% (dez por cento) do subsídio do Prefeito Municipal e Vice Prefeito;

b) 10% (dez por cento) do subsídio do cargo de Secretário Municipal;

c) 10% (dez por cento) do vencimento salarial do cargo de Diretor de Esportes.

Art. 2º. Fica determinado à Administração Pública Direta e Indireta, inclusive fundações e autarquias, nos termos deste Decreto, evitar:

I - A concessão de vantagens, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição Federal, salvo os subsídios dos Agentes Políticos e cargos em comissão ficarão congelados durante a vigência deste Decreto.

II - Criação de cargo, emprego ou função;

III - Alteração de estrutura de carreira que implique em aumento de despesa;

IV - Provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde, aprovados no concurso público;

V - Equiparação salarial;

VI - Pagamento de licença prêmio, exceto para fins de aposentadoria;

Art. 3º. Fica determinado à Secretaria Municipal de Finanças promover a adequação orçamentária necessária para a redução dos gastos mencionados no artigo 1º deste decreto.

Art. 4º. Os casos de relevante interesse da administração municipal e de caráter emergencial, após justificativa fundamentada poderão ser autorizados, em caráter excepcional, pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º. A fiscalização das medidas por este Decreto implementadas ficarão a cargo da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, além do monitoramento pelo Departamento de Pessoal e Recursos Humanos.

Parágrafo único. Compete a Secretaria Municipal de Finanças em conjunto com Departamento de Pessoal e Recursos Humanos apresentar relatórios mensais, quanto ao efetivo cumprimento do disposto neste Decreto, ao Chefe do Poder Executivo.

Art. 6º. Compete aos Secretários Municipais adotarem as medidas necessárias para o integral cumprimento do disposto neste Decreto.

Art. 7º. O presente Decreto e as medidas administrativas que dispõe, vigorará pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, findo os quais

serão restabelecidas as remunerações ao patamar atual, salvo se for necessária a manutenção da redução para obediência aos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, caso em que poderá ser prorrogada sua vigência.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 20 de outubro de 2015.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1729

DECRETO Nº 1729, de 20 de outubro de 2015.

Altera o Art. 1º do Decreto nº 1710/2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º. O Art. 1º do Decreto nº 1710/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º. Fica autorizado a conceder aos Servidores Públicos Municipais em atividade, vale-alimentação no valor de R\$ 100,00 (cem reais), mensais.”

Art. 2º. Os demais artigos do Decreto 1710/2015, permanecem inalterados.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/10/2015.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 20 de outubro de 2015.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 283

PORTARIA Nº 283, de 01/10/2015.

Altera a Carga Horária para Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e por excepcional interesse Público,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Atribuir a Servidora Municipal TÂNIA CRISTINA MARENTI CONSTANTINI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 613.135.809-53 e Identidade nº 1.683.421, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta – SC, ocupante da função de PROFESSOR I (PÓS-GRADUADA), do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, o aumento da carga horária de 20:00 (vinte) horas semanais para 40:00 (quarenta) horas semanais, no período de 01/10/2015 a 18/12/2015.

Parágrafo único - A ampliação da carga horária se faz necessário em virtude da Licença de Saúde da Servidora Municipal Ivoni Boza Cossa.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 01 de outubro de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 284

PORTARIA Nº 284, de 01/10/2015.

Autoriza Contratação Temporária por Prazo Determinado Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município, Processo Seletivo Edital nº 002/2014, combinado com a Lei Complementar nº 1713/2014 e por excepcional interesse público,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Autorizar a Contratação Temporária por Prazo Determinado, de acordo com o Processo Seletivo Edital nº 002/2014 e nos termos da Lei nº 1713/2014 e por excepcional interesse público, a Senhora BEATRIZ LOCATELLI BOLZON, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 090.335.209-58 e Identidade nº 6.168.947, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta – SC, classificada em 12º lugar no Processo Seletivo, para exercer o cargo de PROFESSOR (MAGISTÉRIO), por 20:00 (vinte) horas semanais, no horário compreendido entre 07:45 as 11:45 horas de 2.ª à 6.ª feira, com vencimentos em Lei, pelo período de 01/10/2015 à 23/10/2015. Parágrafo único - A servidora contratada esta substituindo Eloí Cristina da Silva Lidani, no qual encontra-se em Licença Tratamento de Saúde.

Artigo 2.º - O servidor contratado de acordo com o art. 1º desta Portaria será vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 01 de outubro de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 285

PORTARIA Nº 285, de 01/10/2015.

Exonera Servidor Nomeado para Cargo Comissionado.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1.º - EXONERAR o servidor municipal IRIO SERIGHELLI, brasileiro, casado, portador da cédula de Identidade nº 226.958 e CPF nº 163.594.709-00, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta – SC, ocupante do cargo de SUPERVISOR DE INFRAESTRUTURA, a partir de 01 de outubro de 2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 01 de outubro de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 286

PORTARIA Nº 286, de 01/10/2015.

Exonera Servidor Nomeado para Cargo Comissionado.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1.º - EXONERAR o servidor municipal ZELIR ANTONIO ABATI, brasileiro, casado, portador da cédula de Identidade nº 688.341-9 e CPF nº 163.597.399-68, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta – SC, ocupante do cargo de DIRETOR DEPARTAMENTO DE URBANISMO, a partir de 01 de outubro de 2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 01 de outubro de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 287

PORTARIA Nº 287, de 01/10/2015.

Exonera Servidor Nomeado para Cargo Comissionado.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1.º - EXONERAR o servidor municipal ITACIR CAMILO BIAVA, brasileiro, casado, portador da cédula de Identidade nº 494.239 e CPF nº 220.627.189-34, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta – SC, ocupante do cargo de DIRETOR DEPARTAMENTO DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, a partir de 01 de outubro de 2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 01 de outubro de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 288

PORTARIA Nº 288, de 01/10/2015.

Exonera Servidor Nomeado para Cargo Comissionado.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1.º - EXONERAR a servidora municipal JURLENE APPI DE OLIVEIRA, brasileira, casada, portadora da cédula de Identidade nº 785.655-5 e CPF nº 436.378.689-20, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta – SC, ocupante do cargo de DIRETOR DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, a partir de 01 de outubro de 2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 01 de outubro de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 289

PORTARIA Nº 289, de 01/10/2015.

Exonera Servidor Nomeado para Cargo Comissionado.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1.º - EXONERAR a servidora municipal MARIA INES NESI FAVARIM, brasileira, viúva, portadora da cédula de Identidade nº 584.374 e CPF nº 296.567.379-20, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta – SC, ocupante do cargo de DIRETOR DEPARTAMENTO DE TURISMO, a partir de 01 de outubro de 2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 01 de outubro de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 290

PORTARIA Nº 290, de 01/10/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 6º da Lei nº 1636/2013,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, FRANCISCO CARICIMI, brasileiro, casado, ocupante do cargo de CONSELHEIRO TUTELAR, relativas ao período aquisitivo de 06/10/2014 à 05/10/2015 e gozo das mesmas no período de 06/10/2015 a 04/11/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 01 de outubro de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 291

PORTARIA Nº 291, de 01/10/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder pagamento de 1/3 (um terço) das férias ao servidor municipal, LUIZ BELEGANTE, brasileiro, divorciado,

ocupante do cargo de Provimento Efetivo OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA, relativas ao período aquisitivo de 01/03/2013 à 01/03/2014, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 01 de outubro de 2015.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 292

PORTARIA Nº 292, de 08/10/2015.

Nomeia Servidor para Cargo Efetivo, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta - SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no Artigo 37 da Constituição Federal, combinado com os Artigos 23 e 26 da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 1712/2014, Lei Complementar nº 1713/2014 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e de acordo com o Edital de Concurso Público nº 001/2015,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Nomear por Concurso Público, MARCILENE DE OLIVEIRA BALDO, brasileira, casada, residente e domiciliado na Rua Travessa Santo Abatti, 33, centro, Município de Arroio Trinta – SC, inscrita no CPF sob nº 934.260.891-49 e Identidade nº 7.119.685, classificado em 6º lugar no Concurso Público, Edital nº 001/2015 para exercer o Cargo de Provimento Efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO E DE COMUNICAÇÕES, Nível V - A, Lotado na Secretaria Municipal de Saúde do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, por 40:00 (quarenta) horas semanais, no horário compreendido entre 08:00 as 12:00 horas e 13:30 as 17:30 horas de 2ª à 6ª feira, com vencimentos em Lei, a partir do dia 08 de outubro de 2015.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 08 de outubro de 2015.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 293

PORTARIA Nº 293, de 14/10/2015.

Readapta Servidor em Função Adequada.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta - SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no Artigo 37 da Lei Complementar 1713/2014 – Estatuto dos Servidores,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Readaptar temporariamente o servidor CLAUDIO DA SOLER, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas Agrícolas, para exercer o novo rol de atribuições funcionais constantes no anexo I desta Portaria, no horário compreendido das 07:30hs as 11:30hs e 13:30hs as 17:30hs, sem prejuízo de seus vencimentos anteriores, em virtude de estar impossibilitado de exercer as suas atividades atuais, conforme conclusão da perícia.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 14 de outubro de 2015.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

ANEXO I READAPTAÇÃO

ROL DE ATRIBUIÇÕES FUNCIONAIS

- ATIVIDADES LEVES NO CEMITÉRIO MUNICIPAL, TAIS COMO: REMOÇÃO DE VASOS DE FLORES, LIMPEZA DE TÚMULOS.
- RECOLHIMENTO DE LIXO NO CEMITÉRIO MUNICIPAL;
- EFETUAR RELATÓRIOS DOS TÚMULOS ABANDONADOS, RELATÓRIOS DOS SERVIÇOS PESADOS QUE DEVERÃO SER REALIZADOS COM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS.
- VERIFICAR O FUNCIONAMENTO DA ÁGUA ENCANADA.
- INFORMAR OS VISITANTES DADOS REFERENTES AO CEMITÉRIO.
- CUMPRIR O HORÁRIO DE TRABALHO.
- ORIENTAR O PÚBLICO EM GERAL.

Arroio Trinta – SC, 14 de outubro de 2015.
Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 294

PORTARIA Nº 294, de 19/10/2015.

Altera a Carga Horária para Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e por excepcional interesse Público,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Atribuir ao Servidor Municipal GIOVANI JUCIMAR NAVA, brasileiro, solteiro, inscrita no CPF sob nº 069.494.689-38, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta – SC, ocupante da função de AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, o aumento da carga horária de 20:00 (vinte) horas semanais para 40:00 (quarenta) horas semanais, no período de 19/10/2015 a 18/12/2015.

Parágrafo único - A ampliação da carga horária se faz necessário em virtude da Licença Tratamento de Saúde da Servidora Efetiva Salete Czerniak.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 19 de outubro de 2015.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 295

PORTARIA Nº 295, de 21/10/2015.

Designa Funcionário e Concede Função Gratificada, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar nº 1711/2014, e demais normas legais aplicáveis à matéria,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Designar o funcionário SANTO POSSATO, ocupante do cargo efetivo de Advogado, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, Lei Complementar nº 1711/2014, auxiliar nas atividades do Gabinete do Prefeito.

Artigo 2.º - Pelo exercício das atribuições de Execução de Atividades Especiais, fica concedido uma FUNÇÃO GRATIFICADA de 25% do Nível VIII da Tabela Salarial, ou seja, no valor de R\$ 414,62 (quatrocentos e quatorze reais e sessenta e dois centavos), prevista na forma do disposto no Anexo III da Lei Complementar nº 1711/2014

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/10/2015.

Artigo 5.º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 306/2014.

Arroio Trinta – SC, 21 de outubro de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0034/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0034/2015 - PR

Tipo: Menor Preço por Mega/Mês.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE 18,5 (DEZOITO VÍRGULA CINCO) MEGAS DE LINK DEDICADO DE INTERNET, VIA FIBRA ÓPTICA, DIRETO NO SERVIDOR PARA VÁRIOS SETORES DA PREFEITURA.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (MÃO DE OBRA) NA MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES, IMPRESSORAS, ESTABILIZADORES, NOBREAKS, NOTEBOOKS, DATA SHOWS, REDES E SOFTWARES, PARA VÁRIOS SETORES DA PREFEITURA.

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIDEOMONITORAMENTO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS JÁ EXISTENTES.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 14h:00 do dia 06/11/2015.

Abertura dos Envelopes: Às 14h:30min do dia 06/11/2015.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através dos e-mails: compras@arroio30.com.br, compras@arroiotrinta.sc.gov.br ou através do Site: www.arroiotrinta.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 21 de outubro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 070/PMBR/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 070/PMBR/2015.

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL.

Data e horário da sessão de abertura: 05/11/2015 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, SN, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente ou profissional habilitado para execução de curso na área Customização de Peças de Vestuário, para cumprimento do Projeto Técnico Social (PTTS) a ser realizado com as famílias beneficiárias do Programa Minha Casa Minha Vida (Condomínio Residencial Prefeito Deobaldo Donato Pacheco), conforme Convênio, firmado entre o Município de Balneário Rincão e Caixa Econômica Federal.

Fone/Fax: (48) 3468-7218/ e-mail: licitacao.rincao@hotmail.com

Balneário Rincão – SC, 22 de Outubro de 2015.

Pregoeira

Gisele Ferreira.

SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO

RETIFICAÇÃO TOMADA DE PREÇO 021/SAMAE/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

SEGUNDA RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 021/SAMAE/2015

A presidente da comissão de Licitações do Samae de Balneário Rincão - SC, torna público para conhecimento dos interessados, que o Edital de Tomada de Preços Nº. 021/SAMAE/2015, que tem como objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para execução de ampliação de rede de abastecimento de água de modo a atender as necessidades de novas ligações água e regularizações de ligações de água já para execução de ampliação de rede de abastecimento de água de modo a atender as necessidades de novas ligações água e regularizações de ligações de água já existentes, fica retificado o anexo II – Memorial Descritivo no item 2 A obra será iniciada 5 (cinco) dias após a emissão de ordem de serviço "leia-se" 2 A obra será iniciada 2 (dois) dias após a emissão de ordem de serviço a acrescenta ao anexo II o Cronograma físico financeiro. Tendo em vista que as retificações acima mencionadas não interferem na elaboração da proposta, fica mantida a data de abertura do certame.

Balneário Rincão, 22 de outubro de 2015.

ELENICE TEREZINHA DE SOUZA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

ESTADO DE SANTA CATARINA

RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 021/SAMAE/2015

A presidente da comissão de Licitações do Samae de Balneário Rincão - SC, torna público para conhecimento dos interessados, que o Edital de Tomada de Preços Nº. 021/SAMAE/2015, que tem como objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para execução de ampliação de rede de abastecimento de água de modo a atender as necessidades de novas ligações água e regularizações de ligações de água já para execução de ampliação de rede de abastecimento de água de modo a atender as necessidades de novas ligações água e regularizações de ligações de água já existentes, fica retificado em sua planilha orçamentária, o item 1 (Tubo PVC 12 JEI PBA DN 50 mm - 6m)...onde "se lê" Barra(BR) "leia-se" Metros (M), no item 5 (Válvula de gaveta com bolsa JEI 600 mm FoFo) onde "se lê" 600mm "leia-se" 60mm. Feita a retificação acima, ficam todos interessados notificados para os fins legais e de direito.

Balneário Rincão, 09 de outubro de 2015.

ELENICE TEREZINHA DE SOUZA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Barra Velha

PREFEITURA

L E I Nº 1470, DE 14 DE AGOSTO DE 2015

LEI Nº 1470, DE 14 DE AGOSTO DE 2015

"Institui o Concurso de Desenho Ilustrativo do Plano Municipal de Educação, autoriza o Poder Executivo Municipal através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Barra Velha a realizar despesas, e dá outras providências".

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a câmara de Vereadores aprovou e é sancionada a presente lei:

Art.1º Fica instituído no âmbito do Município de Barra Velha o "Concurso de Desenho Ilustrativo do Plano Municipal de Educação", conforme Projeto que faz parte integrante desta lei.

Parágrafo Único: O Concurso estimulará os (as) alunos (as) do Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) regularmente matriculados (as), na Rede Municipal de Ensino a expressar suas vivências e conhecimentos adquiridos sobre o tema, através da elaboração do desenho.

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto de Barra Velha, autorizado a realizar despesas com o "1º Concurso de Desenho Ilustrativo do Plano Municipal de Educação, que acontecerá no dia 31 de julho do corrente ano, sendo:

I – Premiação, considerando:

a) 1º lugar - Um aparelho celular Smartphone, Tela 4.3", TV, Duas Chip, Adroid 4.3, Processador Dual Core 1.2 Ghz e Câmera de 5 MP, Sistema Operacional Android 4.3, Jelly Bean, Resolução da Câmera Traseira 5 MP e Frontal VGA, Rádio FM, MP3 Player Grava vídeo, Slot para cartão SD até 64 GB Cartão incluso, bluetooth, Wi-Fi, Conectividade USB 2.0, Bluetooth 3.0, Wi-Fi 802.11 b/g/n Suporte a GPS, mensagens SMS, MMS, E-mail, RAM 750 MB, Memória interna 4 GB total sendo uma parte usada para o sistema operacional e aplicativos pré-instalados Resolução do visor/display (pixels) 800 x 480 garantia 12 meses, no valor de até R\$. 700,00 (setecentos reais)

b) 2º ao 13º lugar – camisetas

Art.3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto de Barra Velha, como segue:

Órgão: 08 – Secretaria Municipal da Educação Cultura e Desporto de Barra Velha

Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Educação Funcional: 0012.0361.0008

Ação: 2023 – Manutenção das Atividades de Ensino Fundamental Fonte de Recursos – 0.1.0100.0 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/345

Art.4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barra Velha, 14 de agosto de 2015.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

L E I Nº 1485 - DE 14 DE OUTUBRO DE 2015

LEI Nº 1485 - DE 14 DE OUTUBRO DE 2015

"Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a ceder em Comodato bem imóvel da Municipalidade para a Companhia Catarinense de Rádio e Televisão (RBS TV Joinville), e dá outras providências."

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e é sancionada a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a ceder em Comodato à Companhia Catarinense de Rádio e Televisão (RBS TV Joinville), com sede na Rua Pastor Guilherme Rau, nº 250, Bairro Morro da Boa Vista, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 82.600.617/0001-08, uma área de terras, representada por 80,00 m² (oitenta metros quadrados), conforme segue descrição:

I – Imóvel: Uma fração da área ocupada pela Rua Joaquim Ventura Escofet, situada no Bairro Centro, zona urbana deste Município e Comarca de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, com as seguintes medidas: Distante 95,50 metros da esquina com a Rua Lauro Antunes Ramos, medindo 10,00 metros em duas frentes, ao Sul e ao Norte e medindo 8,00 metros em ambos os lados, Leste e Oeste, estando a área inserida em sua maioria, no espaço reservado à caixa de rolagem da via, contendo um perímetro de 36,00 metros e uma área total de 80,00 metros.

Art. 2º. O imóvel objeto desta Lei será destinado exclusivamente à instalação de uma estação de Televisão, da Companhia Catarinense de Rádio e Televisão.

§ 1º. O objeto de que trata este artigo será pelo prazo de 20 (vinte) anos, podendo, por Lei específica, ser prorrogado.

§ 2º. O imóvel referido no caput deste artigo não poderá ser cedido ou transferido a terceiros sem autorização prévia por Lei específica.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 14 de outubro de 2015.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

L E I Nº 1468, DE 06 DE AGOSTO DE 2015

LEI Nº 1468, DE 06 DE AGOSTO DE 2015

"Denomina de BECO SANTA BÁRBARA, o Beco 2090 (código 895), localizada no Bairro Vila Nova, neste Município."

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, inciso III, da Lei Orgânica do Município, e, em atendimento ao Projeto de Lei de iniciativa do Poder Legislativo Municipal;

FAZ SABER que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado de BECO SANTA BÁRBARA, o Beco 2090 (código 895), localizado no Bairro Vila Nova, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Barra Velha, 06 de agosto de 2015.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

L E I Nº 1475, DE 26 DE AGOSTO DE 2015

LEI Nº 1475, DE 26 DE AGOSTO DE 2015

"Denomina de RUA WALDEMAR DE SOUZA, a Rua localizada no Bairro Medeiros, neste Município"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, inciso III, da Lei Orgânica do Município;

FAZ SABER que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de RUA WALDEMAR DE SOUZA, a Rua localizada no Bairro Medeiros, neste Município, partindo da Rua Anastácio João Pereira em direção Leste para Oeste até o encontro com a Rua Oscar Pereira, confrontando ao Norte com área de terras de propriedade da Srª. Zenaide Rute de Souza, e ao Sul confrontando com terras de propriedade do Sr. Luiz Carlos Finardi, perfazendo uma extensão de 121,50 metros.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Barra Velha, 26 de Agosto de 2015.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

L E I Nº 1476, DE 26 DE AGOSTO DE 2015

LEI Nº 1476, DE 26 DE AGOSTO DE 2015

"Denomina de RUA VEREADOR ANTONIO LOURENÇO JIMENEZ HERNANDEZ, a Rua 1265 (código 643), localizada no Bairro Vila Nova, neste Município"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, inciso III, da Lei Orgânica do Município, e, em atendimento ao Projeto de Lei de iniciativa do Poder Legislativo Municipal;

FAZ SABER que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de RUA VEREADOR ANTONIO LOURENÇO JIMENEZ HERNANDEZ, a Rua 1265 (código 643), localizada no Bairro Vila Nova, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Barra Velha, 26 de Agosto de 2015.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

L E I Nº 1479, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015

LEI Nº 1479, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015

"Denomina de RUA BENTA ALVES, a Rua 2122 (Código 26417), localizada no Bairro Itajuba, neste Município"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, inciso III, da Lei Orgânica do Município, e, em atendimento ao Projeto de Lei de iniciativa do Poder Legislativo Municipal;

FAZ SABER que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de RUA BENTA ALVES, a Rua 2122 (CÓDIGO 26417), localizada no Bairro Itajuba, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Barra Velha, 18 de setembro de 2015.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

L E I Nº 1480, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015

LEI Nº 1480, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015

"Denomina de RUA MARIA FLORIANO DA COSTA, a Rua 2131 (Código 27458), localizada no Bairro São Cristóvão, neste Município"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, inciso III, da Lei Orgânica do Município, e, em atendimento ao Projeto de Lei de iniciativa do Poder Legislativo Municipal;

FAZ SABER que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de RUA MARIA FLORIANO DA COSTA, a Rua 2131 (código 27458), localizada no Bairro São Cristóvão, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Barra Velha, 18 de setembro de 2015.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

L E I Nº 1481, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015

LEI Nº 1481, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015

"Denomina de RUA ROSA DE OLIVEIRA SILVEIRA, a Rua 3300 (Código 598), localizada no Bairro Jardim Icaraí, neste Município"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, inciso III, da Lei Orgânica do Município, e, em atendimento ao Projeto de Lei de iniciativa do Poder Legislativo Municipal;

FAZ SABER que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de RUA ROSA DE OLIVEIRA SILVEIRA, a Rua 3300 (código 598), localizada no Bairro Jardim Icaraí, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Barra Velha, 18 de setembro de 2015.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

L E I Nº 1482, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015

LEI Nº 1482, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015

"Fica denominada de RUA LIBÓRIO LUIZ ANDRÉ, a Rua Beco do Sabor (Código 767), localizada na área central deste Município"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, inciso III, da Lei Orgânica do Município, e, em atendimento ao Projeto de Lei de iniciativa do Poder Legislativo Municipal;

FAZ SABER que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de RUA LIBÓRIO LUIZ ANDRÉ, a Rua Beco do Sabor (código 767), localizada na área central deste Município.

Art. 2º Fica revogada a antiga denominação, objeto da Lei Municipal nº 905, de 1º de dezembro de 2009.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 25 de setembro de 2015.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

L E I Nº 1483, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015

LEI Nº 1483, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015

"Denomina de RUA ARNO MANKE, a Rua 1151 (Código 116), localizada no Bairro Itajuba, neste Município"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, inciso III, da Lei Orgânica do Município, e, em atendimento ao Projeto de Lei de iniciativa do Poder Legislativo Municipal;

FAZ SABER que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de RUA ARNO MANKE, a Rua 1151 (código 116), localizada no Bairro Itajuba, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Barra Velha, 14 de outubro de 2015.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

L E I Nº 1484, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015

LEI Nº 1484, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015

"Denomina de RUA MARIA DE FREITAS OLIVEIRA, a Rua 1060 (Código 254), localizada no Bairro Itajuba, neste Município"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, inciso III, da Lei Orgânica do Município, e, em atendimento ao Projeto de Lei de iniciativa do Poder Legislativo Municipal;

FAZ SABER que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de RUA MARIA DE FREITAS OLIVEIRA, a Rua 1060 (código 254), localizada no Bairro Itajuba, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Barra Velha, 14 de outubro de 2015.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

L E I Nº 1486, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015

LEI Nº 1486, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015

"Denomina de RUA ILDA DE FREITAS, a Rua 2108 (Código 2217), localizada no Bairro Itajuba, neste Município"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, inciso III, da Lei Orgânica do Município, e, em atendimento ao Projeto de Lei de iniciativa do Poder Legislativo Municipal;

FAZ SABER que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de RUA ILDA DE FREITAS, a Rua 2108 (código 2217), localizada no Bairro Itajuba, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Barra Velha, 14 de outubro de 2015.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

L E I Nº 1487, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015

LEI Nº 1487, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015

"Denomina de RUA CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA, a Rua 1820 (Código 590), localizada no Bairro Itajuba, neste Município"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, inciso III, da Lei Orgânica do Município, e, em atendimento ao Projeto de Lei de iniciativa do Poder Legislativo Municipal;

FAZ SABER que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de RUA CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA, a Rua 1820 (código 590), localizada no Bairro Itajuba, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Barra Velha, 14 de outubro de 2015.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

LEI Nº 1473 – DE 21 DE AGOSTO DE 2015

LEI Nº 1473 – DE 21 DE AGOSTO DE 2015

“AUTORIZA USO DE ESPAÇO PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e é sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a ASSOCIAÇÃO DE ASSISTENCIA DE PORTADORES E EX-PORTADORES DE CANCER – AAPEC DE BARRA VELHA, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 08.397.393/0001-20, com sede na Rua Bernardo Aguiar, 424, Bairro Centro, Barra Velha - SC, a utilizar a sede do pátio externo do paço Municipal.

Parágrafo Único – A autorização que trata o caput deste artigo será exclusiva para a exploração do estacionamento durante a Festa Nacional do Pirão, nos dias 04 a 07 de setembro do corrente ano.

Art. 2º - A entidade somente poderá utilizar a área objeto desta Lei para o fim específico estabelecido no Art. 1º, Parágrafo Único, não podendo permitir a utilização da área, total ou parcialmente, por terceiros, desde que previamente autorizado pela Prefeitura.

Art. 3º Os serviços prestados entre os dias 04 a 07 de setembro do corrente ano, é de inteira responsabilidade da Associação de Assistência de Portadores e Ex-Portadores de Câncer.

Art. 4º A presente autorização será firmada através de Termo de Permissão de Uso de Espaço Público, podendo ser prorrogada para os exercícios seguintes por Decreto.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Barra Velha, 21 de agosto de 2015.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

LEI Nº 1474, DE 26 DE AGOSTO DE 2015

LEI Nº 1474, DE 26 DE AGOSTO DE 2015

Revoga a Lei nº 1300, de 04 de outubro de 2013, que Desapropriação Área de Terras declarada de Utilidade Pública, destinadas a abertura do prolongamento de ruas, e dá outras providências

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogado em sua totalidade a Lei nº 1300, de 04 de outubro de 2013 que desapropria área de terras Declarada de Utilidade Pública, destinadas à abertura do prolongamento de Ruas, situada no bairro Itajuba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 26 de agosto de 2015.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

LEI Nº 1467, DE 06 DE AGOSTO DE 2015

LEI Nº 1467, DE 06 DE AGOSTO DE 2015

REGULA A REALIZAÇÃO DOS "PEDÁGIOS BENEFICENTES" DAS ENTIDADES DE barra velha DENTRO DO PERÍMETRO URBANO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou, e é sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Esta lei institui regras, para realização de pedágio beneficente, objetivando a arrecadação de valores no perímetro urbano do município de Barra Velha, em prol de entidades sem fins lucrativos com sede nesta cidade.

Art. 2º Todas as entidades que quiserem realizar Pedágio, devem observar os seguintes critérios, apresentando a documentação inerente:

I - devem ser portadoras do título de Utilidade Pública Municipal;

II - devem promover atividades filantrópicas, esportivas, culturais e educacionais, de caráter geral ou indiscriminado;

III - que estejam em efetivo e contínuo funcionamento nos 02 (dois) anos imediatamente anteriores, com a exata observância e cumprimento de seus respectivos estatutos.

IV - que estejam registradas em todos os órgãos competentes nas esferas, estadual e municipal.

V - devem apresentar um plano de trabalho e de destinação dos valores serem arrecadados no pedágio.

VI - devem fazer cadastramento junto a DMT/BV – Diretoria de Trânsito e Transportes de Barra Velha, apresentando toda a documentação exigida na presente Lei.

Art. 3º Todos os pedidos de reserva de datas, para realização do pedágio Beneficente, devem ser encaminhados ao DMT/BV – Diretoria de Trânsito e Transportes de Barra Velha, com, pelo menos, 30 (trinta) dias de antecedência de sua realização.

§ 1º Os pedidos serão avaliados pelo DMT/BV – Diretoria de Trânsito e Transportes de Barra Velha, que emitirá parecer autorizando, ou não, a realização do Pedágio Beneficente, informando da decisão à entidade solicitante.

§ 2º Além dos pedidos para reserva de datas, mencionado no caput deste artigo, devem as entidades, encaminhar até o final do ano anterior, sua intenção para realização do Pedágio Beneficente, para constar no calendário oficial de eventos do município.

§ 3º Os locais em que serão realizados os Pedágios Beneficentes serão definidos pelo DMT/BV – Diretoria de Trânsito e Transportes de Barra Velha com apoio da Polícia Militar que fará avaliação da segurança dos pontos de pedágios.

§ 4º Cada entidade beneficente poderá realizar 01(um) Pedágio Beneficente por ano, mediante controle do DMT/BV – Diretoria de Trânsito e Transportes de Barra Velha e fiscalização da Polícia Militar, podendo ser autorizado mais um pedágio se a causa for de grande relevância social.

Art. 4º As entidades que queiram ser incluídas previamente, no Calendário Oficial do município de Barra Velha, deverão encaminhar solicitação num prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta lei.

Art. 5º O Pedágio Beneficente deverá ser realizado com distribuição de adesivos para que, preferencialmente, os motoristas coleem em seus veículos a indicação que já contribuíram com a campanha e material com conteúdo de Educação de Trânsito.

Parágrafo Único - A organização do pedágio ficará por conta da entidade promotora e deverá ser amplamente divulgada pelos órgãos de mídia local, e com exibição de folders, cartazes ou similares nos locais de sua realização, para fins de identificação;

Art. 6º A responsabilidade pela fiscalização e controle do trânsito, no dia e local da realização do Pedágio Beneficente, será prestado pelo DMT/BV – Diretoria de Trânsito e Transportes de Barra Velha e Polícia Militar, conforme Convênio de Trânsito firmado entre as partes.

Art. 7º As entidades prestarão contas do valor arrecadado e sua destinação ao Poder Executivo através do DMT/BV – Diretoria de Trânsito e Transportes de Barra Velha, e, para a Câmara Municipal, por meio de relatórios, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após realização do Pedágio Beneficente.

Parágrafo Único - O não cumprimento do disposto no caput deste artigo impedirá a entidade de realizar pedágios até que efetue a devida prestação de contas.

Art. 8º As Entidades que deixarem de observar os termos da presente lei, não serão autorizadas a realizar Pedágios Beneficentes, ou qualquer outra forma de arrecadação de valores nas vias públicas do município, sob pena de retirada imediata da via, com fulcro no art. 24 e 95 da Lei nº 9.503/97 - Código de Trânsito Brasileiro, não lhe sendo emitida autorização para realizar Pedágio Beneficente futuro.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha-SC, 06 de Agosto de 2015.
Claudemir Matias Francisco
Prefeito

LEI Nº 1472, DE 21 DE AGOSTO DE 2015

LEI Nº 1472, DE 21 DE AGOSTO DE 2015

Altera disposições da Lei nº 1413, de 10 de dezembro de 2014, e dá outras providências

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faz saber a todos os habitantes do município que a Câmara de Vereadores aprovou e é sancionada a seguinte lei:
Parte inferior do formulário

Art. 1º O art. 4º da Lei nº 1413, de 10 de dezembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º O Conselho Municipal de Educação, vinculado à Secretaria da Educação, será constituído por 12(doze) membros, sendo 11 (onze) titulares, igual número de suplentes e 01 (um) membro nato, sendo formado por:

I- 01 representante das Instituições Particulares da Educação Infantil

II – 01 representante da Educação Infantil das Escolas Municipais
III - 01 representante das instituições Particulares do Ensino Fundamental

IV - 01 representante do Ensino Fundamental das Escolas Municipais

V - 01 representante de Entidades de Educação Especial

VI - 01 representante da Educação de Jovens e Adultos - EJA

VII - 01 representante das APPs das Escolas Municipais

VIII - 01 representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

IX - 01 representante do ensino fundamental das escolas estaduais

X - 01 representante da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto

XI - 01 representante dos Profissionais Especialistas vinculados à Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto

XII - 01 Membro nato – Secretário (a) Municipal de Educação Cultura e Desporto.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 21 de agosto de 2015.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

LEI Nº 1469, DE 14 DE AGOSTO DE 2015

LEI Nº 1469, DE 14 DE AGOSTO DE 2015

“Dispõe sobre a proibição da capina química no Município de Barra Velha, e dá outras providências”

O Prefeito de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica proibida a capina química, uso de herbicidas e defensivos agrícolas, na área urbana do Município de Barra Velha.

Parágrafo Único – A proibição que trata o caput deste artigo não se aplica a área rural do Município.

Art. 2º O Chefe do Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no prazo de noventa dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barra Velha, 14 de agosto de 2015.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

LEI Nº 1471 - DE 14 DE AGOSTO DE 2015

LEI Nº 1471 - DE 14 DE AGOSTO DE 2015

Autoriza a permutar área de terras de propriedade do Município, e dá outras providências.

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; Faço Saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e é sancionada a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a permutar área de terras de propriedade do Município, situada no Bairro Centro, nesta Cidade e Comarca, assim descrita e caracterizada:

I – UM TERRENO, sem benfeitorias, situado na Av: Dos Açores,

Bairro Quinta dos Açorianos, neste Município, constituído pelo Lote nº 19, da Quadra 115, do Loteamento Quinta dos Açores, com área de 487,49 metros quadrados, com inscrição imobiliária nº 01.03.265.0149, sob a matrícula 16.695, do RI desta Comarca de Barra Velha, de propriedade da Municipalidade.

Parágrafo Único - A permuta referida no caput deste artigo destinar-se-á para prolongamento da Rua 1948, código 966, Bairro Itajuba.

Art. 2º A área descrita no artigo anterior será permutada com Elias Aguiar Sobrinho, pelo seguinte imóvel:

I - UM TERRENO, sem benfeitorias, situado na Rua Francisco Domingos da Silva, Bairro Itajuba, neste Município, constituído pelo Lote nº 12, DA Quadra nº A, do Loteamento Jardim Elaine, com a área de 300,00 metros quadrados, com inscrição imobiliária nº 01.04.332.0120, com as demais características e confrontações constantes da Matrícula nº 12.846, do R.I. desta Comarca de Barra Velha - SC.

§ 1º O Sr. Elias Aguiar Sobrinho deverá pagar ao Município, a título de diferença, conforme avaliações em anexo, o valor de R\$. 6.000,00 (seis mil reais) em única parcela.

§ 2º A permuta somente se efetivará quando do pagamento integral do valor previsto no § 1º deste artigo.

§ 3º A regularização da área será de responsabilidade exclusiva do adquirente, isentando o Município de qualquer responsabilidade.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento municipal.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Barra Velha, 14 de agosto de 2015.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

LEI Nº 1478, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015

LEI Nº 1478, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTES E CULTURA - FUMTEC DE BARRA VELHA A REALIZAR DESPESAS COM O GRUPO FOLCLÓRICO MUNICIPAL ALMA AÇORIANA, DE BARRA VELHA".

O Prefeito de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e é sancionada a seguinte lei:

Art.1º Fica o Poder Executivo Municipal através da Fundação Municipal de Turismo, Esportes e Cultura - FUMTEC, autorizado a realizar despesas com o Grupo Folclórico Municipal Alma Açoriana de Barra Velha.

Parágrafo Único – As despesas de que trata o caput deste artigo será no valor de R\$. 1.320,00 (um mil trezentos e vinte reais), para pagamento das estadas do Grupo Folclórico Municipal Alma Açoriana, no município de Bombinhas, quando da participação do Evento para entrega de premiação "Troféu 2015 Açorianidade".

Art.2º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária da Fundação Municipal de Turismo, Esportes e Cultura - FUMTEC, como segue:

Órgão: 17 - Fundação Municipal de Turismo, Esportes e Cultura - FUMTEC

Unidade Orçamentária: 04 – Departamento de Cultura - FUMTEC
Programa de Trabalho: 0013.0392.0017

Atividade: 2053 – Manutenção das Atividades da Cultura
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0/29

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barra Velha/SC, 18 de setembro de 2015.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO nº 185/2015

DECRETO Nº 185/2015 DE: 20 DE OUTUBRO DE 2015.
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, ÁREA DE TERRA LOCALIZADA, NESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE AUDACES AUTOMAÇÃO E INFORMATICA LTDA OU A QUEM DE DIREITO FOR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica deste município e com fundamento no disposto pelo arts. 2º, 5º alínea 'f' e 6º do decreto-lei nº 3.365/41 e suas alterações de 21 de junho de 1941, e considerando o disposto no art. 5º, inciso XXIV, da Constituição Federal, combinado com a legislação pertinente, vem desapropriar em favor do MUNICÍPIO DE BIGUAÇU para a cessão de uso da CASAN:

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública, os imóveis abaixo relacionados, descritos e caracterizados conforme planta topográfica e memorial descritivo, anexo, para fins de desapropriação por utilidade pública amigável ou judicial, em caráter de urgência, Objetivando o interesse social, a área de terra abaixo relacionado.

I – ETE - Área com 15.512,86m2 (quinze mil quinhentos e doze metros, oitenta e seis centímetros quadrados), destinada à instalação da ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTOS – ETE de propriedade de AUDACES AUTOMAÇÃO E INFORMATICA LTDA, situada na rodovia SC 408, s/nº neste Município de Biguaçu/SC Comarca do com as seguintes medidas e confrontações: Poligonal Fechada tem início no Vértice 01 coordenadas (UTM N: 6.957.180,712 e E: 729.234,947), segue por linha reta com distância de 2,24m até o Vértice 02 coordenadas (UTM N: 6.957.189,284 e E: 729.254,378), formando assim o lado (NORTE) que extrema com a SC-408; do Vértice 02 segue por linha reta com distância de 13,53m até o Vértice 03 coordenadas (UTM N: 6.957.193,532 e E: 729.281,683), formando assim o lado (NORTE) que extrema com a SC-408; do Vértice 04 segue por linha reta com distância de 15,67m até o Vértice 05 (UTM N: 6.957.198,086 e E: 729.297,361), formando assim o lado (NORTE) que extrema com a SC-408; do Vértice 05 segue por linha reta com distância de 17,91m até o Vértice 06, (UTM N: 6.957.198,199 e E: 729.315,266,361), formando assim o lado (NORTE) que extrema com a SC-408; do Vértice 06 segue por linha reta com distância de 151,90m até o Vértice 17 (UTM N: 6.957.047,479 e E: 729.334,220), formando assim o lado (LESTE) que extrema com terras de AUDACES AUTOMAÇÃO E INFORMATICA LTDA, a Vértice 17 segue por linha reta com distância de 36,57m, até segue por linha reta com distância de 36,57m até o Vértice 18 (UTM N: 6.957.033,903 e E: 729.300,261), formando assim o lado (SUL); que extrema com distância de 98,18m, até o Vértice 19 (UTM N: 6.956.961,339 e E: 729.729,129), formando assim o lado (SUL); que extrema terras com ADILSON CASTELO BRANCO e Outros; do Vértice 19 segue por linha reta com distância de 69,84m, até o Vértice 20 (UTM N: 6.957.030,556 e E: 729.224,831), formando assim o lado (OESTE); que extrema com terras da MEGAFLEX LTDA; do Vértice 20 segue por linha reta com distância de 30,00m; até o Vértice 21 (UTM N: 6.957.034,547 e E: 729.254,5650), formando assim o lado (NORTE); que extrema com terras com terras da PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU; do Vértice 21 segue por linha reta com distância de 147,48m, até o Vértice 1 (UTM N: 6.957.180,717 e E: 729.234,947), formando assim o lado (OESTE); que extrema com terras com terras da PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU; fecha o poligonal com área de 15.512,86m2,

Art. 2º - As áreas referidas nos parágrafos anteriores destinam-se a implantação da Estação de Tratamento de Água – Sorocaba – Biguaçu –SC. Conforme documentação em anexo (Memorial descritivo – terreno reservatório e Planta de Localização e situação do Terreno do Reservatório)

Art. 3º - Fica a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN autorizada a tomar as providências decorrentes das ações administrativas e judiciais para fazer valer a execução deste decreto, correndo às suas expensas todas as despesas decorrentes das presentes medidas que se fizerem necessárias para aquisição da citada área.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 20 de outubro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

DL208-2015 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 208/2015-PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ABORDAGEM SOCIAL E ABRIGO INSTITUCIONAL PARA ADULTOS EM SITUAÇÃO DE RUA, PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL.

CONTRATADA: CIBEREN QUADROS OURIQUES

VALOR: R\$ 5.530,00 (cinco mil quinhentos e trinta reais).

VIGÊNCIA: 31/12/2015, a partir da data de assinatura do contrato.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:11.01.2.056.33.90.36.06.00.00.00

JUSTIFICATIVA: Trata-se da contratação de assessoria por conhecimento notório para os Serviços de abordagem social e abrigo institucional para adultos em situação de rua. Salientamos que nesta assessoria está planejada a construção do fluxograma, do regimento interno do abrigo, da capacitação das equipes e da articulação com a rede de serviços do município. Essas ações são fundamentais para a implantação destes serviços. Ainda ressaltamos que as equipes são provenientes do processo seletivo, cujos profissionais em sua maioria são recém-formados, sem experiência no assunto, necessitando de capacitação, pois executarão atendimentos com um público diferenciado, com violações de direitos. Optou-se por Dispensa de Licitação tendo em vista que os valores totais previstos para a aquisição desse objeto para o ano de 2015 não ultrapassaram o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), possibilitando assim a realização de Processo de Dispensa de Licitação de acordo com o art.24, II da Lei 8.666/93.

II- para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 27.5.98).

A contratada apresentou todas as certidões negativas no prazo de validade, bem como a Secretaria Municipal de Assistência Social apresentou 03 (três) orçamentos cujos documentos encontram-se acostados ao Processo. O valor contratado encontra-se dentro do praticado no mercado.

Biguaçu, 20 de outubro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.176/2015

LEI Nº 8.176, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015.

DESAFETA IMÓVEL PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE BLUMENAU E AUTORIZA A SUA PERMUTA COM IMÓVEIS PERTENCENTES À BRSW PARTICIPAÇÕES LTDA E A SUZAN POST ISLEB, LOCALIZADOS

NA RUA ANDERSON BOZZANO, NO BAIRRO DA VELHA, DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO DA VIA PROJETADA N. 07 (PROLONGAMENTO DA RUA HUMBERTO DE CAMPOS).

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica desafetada da categoria de bens de uso comum do povo, passando para a dos bens dominicais, a área verde pública do Loteamento Residencial Colina, contendo 785,97m², localizada na Rua Freymundo Germer, no Bairro Vila Nova, registrada no 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Blumenau sob R.1/3.302 e inscrita no cadastro técnico municipal sob nº 4-1-17-11-40.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a permutar o imóvel descrito no art. 1º, avaliado em R\$ 279.000,00 (duzentos e setenta e nove mil reais), pelos seguintes imóveis, destinados à implantação da Via Projetada n. 07 (Prolongamento da Rua Humberto de Campos):

I – de propriedade de SUZAN POST ISLEB, caracterizado como o terreno situado nesta cidade, no Bairro da Velha, à Rua Anderson Bozzano, contendo 549,50m², fazendo frente em duas linhas, sendo a primeira, a partir do lado esquerdo, de 6,46m e a segunda em linha curva de 11,21m, ambas com o lado par da Rua Anderson Bozzano, fundos em 19,60m, sendo, a partir do lado esquerdo, em 15,38m com terras de Egon Budag e em 4,22m com terras de Vilmar Lipinski e Rita Lipinski, estremando pelo lado esquerdo em 33,96m com terras de Robert Post Isleb e pelo lado direito em 28,15m com a parcela 2 da propriedade de Administradora de Bens Odebrecht Ltda., inscrito no cadastro técnico municipal sob nº 4-1-21-15-595, matriculado no 2º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca sob o nº 36.648, avaliado em R\$ 223.650,00 (duzentos e vinte e três mil, seiscentos e cinquenta reais);

II – de propriedade de BRSW PARTICIPAÇÕES LTDA., caracterizado como a área de terras integrante do terreno matriculado no 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Blumenau sob n. 33.017 e inscrito no cadastro técnico municipal sob 4-1-21-15-522, situado nesta cidade, no Bairro da Velha, à Rua Anderson Bozzano, contendo a dita área de terras 220,68m², fazendo frente em 3,31m com o lado par da referida rua, fundos em 10,31m com terras de Egon Budag; estremando pelo lado direito em 33,96m com terras de BRSW Participações Ltda. e pelo lado esquerdo em três linhas, sendo a primeira, a partir da frente, de 20,14m, a segunda de 9,02m e a terceira de 5,86m, todas com terras remanescentes de BRSW Participações Ltda., avaliada em R\$ 89.850,00 (oitenta e nove mil, oitocentos e cinquenta reais).

Art. 3º A permuta será formalizada mediante a transferência da titularidade do imóvel público descrito no art. 1º, em condomínio, à BRSW Participações Ltda. e a Suzan Post Isleb, obedecida a cota parte indicada por ambas no respectivo contrato de permuta.

Art. 4º A permuta fica condicionada à renúncia, por parte de BRSW Participações Ltda. e de Suzan Post Isleb, da diferença apurada entre o valor da avaliação do imóvel público e o valor total dos imóveis a serem transferidos ao domínio do Município de Blumenau.

Art. 5º Cada uma das partes permutantes será responsável pelas despesas com escrituração, registro e desmembramento relacionadas aos imóveis que der em permuta.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 22 de outubro de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

LEI Nº 8.177/2015

LEI Nº 8.177, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO E ALTERA O ANEXO I DA LEI N. 7.902, DE 04 DE OUTUBRO DE 2013 (PPA).

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento da Administração Direta, até o valor de R\$ 9.690.000,00 (nove milhões, seiscentos e noventa mil reais) nas seguintes dotações orçamentárias:

02 – GABINETE DO PREFEITO

0201 – Diretoria de Expediente e Comunicação

Atividade 02.01.04.122.0002.2002 – Manut. Ativ. Expediente e Comunicação

Modalidade 3.1.91 (2) Aplicações Diretas R\$ 21.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0202 – Diretoria de Controle Interno

Atividade 02.02.04.124.0002.2006 – Manut. Ativ. Controle Interno

Modalidade 3.1.90 (13) Aplicações Diretas R\$ 32.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

04 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

0401 – Gabinete do Procurador Geral

Atividade 04.01.03.091.0002.2009 – Manut. Ativ. Gabinete do Procurador

Modalidade 3.1.90 (21) Aplicações Diretas R\$ 273.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 04.01.03.091.0002.2303 – Manut. Ativ. Procon

Modalidade 3.1.90 (26) Aplicações Diretas R\$ 133.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0402 – Diretoria de Consultoria Administrativa e Legislativa

Atividade 04.02.03.091.0002.2007 – Pgto Honorários de Sucumb. Advogados

Modalidade 3.3.90 (29) Aplicações Diretas R\$ 340.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 04.02.04.122.0002.1002 – Desapropriações

Modalidade 4.4.90 (33) Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0404 – Diretoria de Licitações e Contratos e convênios

Atividade 04.04.04.122.0002.2013 – Manut. Ativ. Licitações e Contratos

Modalidade 3.1.90 (40) Aplicações Diretas R\$ 21.000,00

Modalidade 3.3.90 (41) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0502 – Diretoria de Compras e Licitações

Atividade 05.02.04.122.0002.2018 – Manut. Ativ. Compras e Licitações

Modalidade 3.1.90 (54) Aplicações Diretas R\$ 111.000,00

Modalidade 3.3.90 (55) Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0504 – Diretoria de Patrimônio

Atividade 05.04.04.122.0002.2021 – Manut. Ativ. Guarda e Cons. Pat.

Modalidade 3.1.90 (60) Aplicações Diretas R\$ 825.000,00

Modalidade 3.3.90 (61) Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0505 – Diretoria de Serviços de Ouvidoria e Atend. Ao Público

Atividade 05.05.04.122.0002.2269 – Man. Ativ. Serv. Ouv. e Atend. ao Púb.

Modalidade 3.1.90 (66) Aplicações Diretas R\$ 164.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

0601 – Administrativo do Gabinete

Atividade 06.01.04.122.0002.2022 – Manut. Ativ. Adm. Sefaz

Modalidade 3.1.90 (71) Aplicações Diretas R\$ 116.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0602 – Diretoria de Receita

Atividade 06.02.04.129.0002.2023 – Manut. Ativ. Receita

Modalidade 3.1.90 (80) Aplicações Diretas R\$ 719.000,00

Modalidade 3.1.91 (81) Aplicações Diretas R\$ 64.000,00

Modalidade 3.3.90 (82) Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO GOVERNAMENTAL

0701 – Administrativo do Gabinete

Atividade 07.01.04.121.0002.2271 – Manut. Ativ. Adm. Segg

Modalidade 3.1.90 (91) Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

Modalidade 3.1.91 (92) Aplicações Diretas R\$ 32.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0705 – Diretoria de Captação de Recursos

Atividade 07.05.04.121.0002.2275 – Manut. Ativ. Captação de Recursos

Modalidade 3.1.90 (105) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0706 – Diretoria de Custos

Atividade 07.06.04.121.0002.2276 – Manut. Ativ. Custos

Modalidade 3.1.90 (108) Aplicações Diretas R\$ 28.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

0801 – Administrativo do Gabinete

Atividade 08.01.04.131.0002.2029 – Manut. Ativ. Adm. Secom

Modalidade 3.1.90 (117) Aplicações Diretas R\$ 63.000,00

Modalidade 3.1.91 (118) Aplicações Diretas R\$ 16.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0803 – Diretoria de Jornalismo

Atividade 08.03.04.131.0002.2270 – Manut. Ativ. Jornalismo

Modalidade 3.1.90 (125) Aplicações Diretas R\$ 21.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0903 – Diretoria de Educação Básica

Atividade 09.03.12.361.0004.2042 – Manut. Ativ. Ensino Fund. Sal. Educ.

Modalidade 3.3.90 (168) Aplicações Diretas R\$ 368.000,00

Fonte de Recursos 0136.00000

Atividade 09.03.12.365.0004.2044 – Manut. Ativ. Educação Infantil

Modalidade 3.1.90 (180) Aplicações Diretas R\$ 1.700.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

10 – SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO

1001 – Administrativo do Gabinete

Atividade 10.01.04.122.0002.2302 – Manut. Ativ. Administrativas da Sedeci

Modalidade 3.1.90 (204) Aplicações Diretas R\$ 33.000,00

Modalidade 3.1.91 (205) Aplicações Diretas R\$ 11.000,00

Modalidade 3.3.90 (206) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1002 – Diretoria de Defesa Civil

Atividade 10.02.06.182.0012.2257 – Manut. Ativ. Defesa Civil

Modalidade 3.1.90 (213) Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

Modalidade 3.3.90 (215) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1005 – Diretoria do Sistema de Alerta – Alerta Blu

Atividade 10.05.15.127.0012.2260 – Man. Ativ. Sistema de Alerta -Alertablu

Modalidade 3.3.90 (237) Aplicações Diretas R\$ 270.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

1102 – Diretoria de Obras Conveniadas

Projeto 11.02.15.451.0006.1086 – Limp. e Desas. Rib. Fortaleza/ Pac Dren.

Modalidade 4.4.90 (300) Aplicações Diretas R\$ 330.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 11.02.15.451.0006.2050 – Manut. Ativ. Obras Conveniadas

Modalidade 3.1.90 (379) Aplicações Diretas R\$ 213.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1104 – Diretoria de Obras

Atividade 11.04.15.451.0006.2052 – Manut. Ativ. Obras

Modalidade 3.1.90 (390) Aplicações Diretas R\$ 36.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

1202 – Diretoria de Habitação

Projeto 12.02.16.482.0005.1129 – Exec. Obras/Serv. Prog. Habitacional

Modalidade 3.3.90 (397) Aplicações Diretas R\$ 309.000,00

Fonte de Recursos 0134.00000

1203 – Diretoria de Proteção Especial

Atividade 12.03.08.244.0010.2291 – Manut. Ativ. Proteção Especial

Modalidade 3.1.90 (404) Aplicações Diretas R\$ 147.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1204 – Diretoria Proteção Básica

Atividade 12.04.08.244.0010.2293 – Manut. Ativ. Proteção Básica

Modalidade 3.1.90 (412) Aplicações Diretas R\$ 332.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1205 – Diretoria da Criança e do Adolescente
Atividade 12.05.08.243.0004.2297 – Man. Ativ. Atenção a Criança/Adolesc.
Modalidade 3.1.90 (422) Aplicações Diretas R\$ 341.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1206 – Diretoria Administrativo Financeira
Atividade 12.06.04.122.0002.2300 – Manut. Ativ. Administ. Financ. Semudes
Modalidade 3.1.90 (430) Aplicações Diretas R\$ 177.000,00
Modalidade 3.1.91 (431) Aplicações Diretas R\$ 120.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO
1301 – Administrativo do Gabinete
Atividade 13.01.04.122.0002.2064 – Manut. Ativ. Adm. da Seplan
Modalidade 3.1.90 (459) Aplicações Diretas R\$ 112.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1303 – Diretoria de Cartografia, Cadastro Mult. E Inf.
Atividade 13.03.15.127.0005.2066 – Man. Ativ. Cart/Cadast. Mult. Inf.
Modalidade 3.1.90 (473) Aplicações Diretas R\$ 60.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1304 – Diretoria de Fiscalização
Atividade 13.04.15.125.0005.2261 – Manut. Ativ. Fiscalização
Modalidade 3.1.90 (476) Aplicações Diretas R\$ 187.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1305 – Diretoria de Planejamento Viário
Atividade 13.05.15.451.0005.2068 – Manut. Ativ. Planejamento Viário
Modalidade 3.1.90 (479) Aplicações Diretas R\$ 71.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS
1401 – Diretoria Administrativo Financeira
Atividade 14.01.04.122.0002.2279 – Manut. Ativ. Administ. Sesur
Modalidade 3.1.90 (497) Aplicações Diretas R\$ 96.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1402 – Diretoria de Serviços Urbanos
Atividade 14.02.15.452.0005.2075 – Manut. Ativ. Serviços Urbanos
Modalidade 3.1.90 (503) Aplicações Diretas R\$ 55.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1403 – Diretoria de Manutenção de Bairros
Atividade 14.03.15.451.0005.2077 – Manut. Ativ. Manut. Bairros
Modalidade 3.3.90 (508) Aplicações Diretas R\$ 600.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
1502 – Diretoria de Desenvolvimento Economico
Atividade 15.02.11.334.0003.2080 – Manut. Ativ. Desenv. Econômico
Modalidade 3.1.90 (538) Aplicações Diretas R\$ 137.000,00
Modalidade 3.1.91 (539) Aplicações Diretas R\$ 31.000,00
Modalidade 3.3.90 (540) Aplicações Diretas R\$ 30.500,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Atividade 15.02.11.344.0003.2081 – Manut. Ativ. Qualif. Profissional
Modalidade 3.3.90 (543) Aplicações Diretas R\$ 30.900,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1503 – Diretoria de Desenvolvimento Rural
Atividade 15.03.20.606.0003.2085 – Manut. Ativ. Desenvolvimento Rural
Modalidade 3.1.90 (562) Aplicações Diretas R\$ 6.000,00
Modalidade 3.3.90 (563) Aplicações Diretas R\$ 45.600,00
Fonte de Recursos 0100.00000

16 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO
1601 – Administrativo do Gabinete
Atividade 16.01.23.695.0008.2098 – Manut. Ativ. Administ. Sector
Modalidade 3.1.91 (606) Aplicações Diretas R\$ 29.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
1602 – Diretoria de Planejamento e Promoção
Atividade 16.02.23.695.0008.2280 – Manut. Ativ. Planejamento e Promoção
Modalidade 3.1.90 (612) Aplicações Diretas R\$ 38.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

17 – INTENDENCIA DISTRITAL DE VILA ITROUPAVA
1701 – Administrativo Distrital de Vila Itoupava
Atividade 17.01.04.122.0002.2122 – Manut. Ativ. Administrativa da Idivi
Modalidade 3.1.90 (620) Aplicações Diretas R\$ 57.000,00
Modalidade 3.1.91 (621) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

18 – INTENDENCIA DISTRITAL DO GRANDE GARCIA
1801 – Administrativo Distrital do Grande Garcia
Atividade 18.01.04.122.0002.2124 – Manut. Ativ. Administrativo do Idgg
Modalidade 3.1.90 (627) Aplicações Diretas R\$ 17.000,00
Modalidade 3.1.91 (628) Aplicações Diretas R\$ 3.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º desta Lei correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

03 – Gabinete do Vice-Prefeito
0301 – Administrativo do Gabinete
Atividade 03.01.04.122.0002.2268 – Manut. Ativ. Administ. Gavice
Modalidade 3.1.90 (16) Aplicações Diretas R\$ 131.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

04 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
0401 – Gabinete do Procurador Geral
Atividade 04.01.03.091.0002.2009 – Manut. Ativ. Gabinete do Procurador
Modalidade 3.1.91 (22) Aplicações Diretas R\$ 25.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Atividade 04.01.03.091.0002.2303 – Manut. Ativ. Procon
Modalidade 4.4.90 (28) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

0402 – Diretoria de Consultoria Administ. E Legislativa
Atividade 04.02.03.091.0002.2010 – Man. Ativ. Cons. Adm. e Legislativa
Modalidade 3.1.90 (30) Aplicações Diretas R\$ 132.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
0501 – Administrativo do Gabinete
Atividade 05.01.04.122.0002.2017 – Manut. Ativ. Administ. Sedead
Modalidade 3.1.90 (50) Aplicações Diretas R\$ 1.700.000,00
Modalidade 3.1.91 (51) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
0503 – Diretoria de Pessoal
Atividade 05.03.04.128.0002.2020 – Manut. Ativ. Pessoal
Modalidade 3.1.90 (57) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Modalidade 3.3.90 (58) Aplicações Diretas R\$ 420.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

0602 – Diretoria de Receita

Projeto 06.02.04.123.0002.2024 – Manut. Ativ. Contabilidade/Financ.

Modalidade 3.3.90 (74) Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 06.02.28.843.0000.0001 – Serviços e Encargos da Dívida

Modalidade 4.6.90 (86) Aplicações Diretas R\$ 1.534.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0901 – Diretoria Administrativa – Financeira

Atividade 09.01.12.271.0014.2238 – Man. Concessão Benef. Apos. e Pens.

Modalidade 3.1.90 (134) Aplicações Diretas R\$ 800.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 09.01.12.361.0004.2036 – Transporte Escolar – Ensino Fund.

Modalidade 3.3.90 (136) Aplicações Diretas R\$ 368.000,00

Fonte de Recursos 0136.00000

0903 – Diretoria Ativ. Educação Infantil – Sal. Educação

Atividade 09.03.12.361.0004.2041 – Manut. Ativ. Ensino Fundamental

Modalidade 3.1.90 (160) Aplicações Diretas R\$ 1.700.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

1101 – Diretoria Administrativo – Financeira

Atividade 11.01.04.122.0002.2277 – Manut. Ativ. Adm. Fin. Semob

Modalidade 3.1.90 (252) Aplicações Diretas R\$ 368.000,00

Modalidade 3.1.91 (253) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1102 – Diretoria de Obras Conveniadas

Projeto 11.02.15.451.0006.1010 – Exec. Terrap. Dren. e Pav. de Ruas

Modalidade 4.4.90 (267) Aplicação Diretas R\$ 300.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1090 – Limp. Desas. Rib. Velha Pac Drenagem

Modalidade 4.4.90 (308) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

1204 – Diretoria de Proteção Básica

Atividade 12.04.08.244.0013.2296 – Exec. Ações Dec. Emerg/Cal. Pública

Modalidade 4.4.90 (418) Aplicações Diretas R\$ 309.000,00

Fonte de Recursos 0134.00000

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

1301 – Administrativo do Gabinete

Atividade 13.01.04.122.0002.2064 – Manut. Ativ. Administrativas Seplan

Modalidade 3.1.91 (460) Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1306 – Diretoria de Análise de Projetos

Atividade 13.06.15.125.0005.2069 – Manut. Ativ. Análise de Projetos

Modalidade 3.1.90 (482) Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

1401 – Diretoria Administrativo – Financeira

Atividade 14.01.04.122.0002.2279 – Manut. Ativ. Adm. Fin. Sesur

Modalidade 3.1.91 (498) Aplicações Diretas R\$ 72.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1403 – Diretoria de Manutenção de Bairros

Atividade 14.03.15.451.0005.2077 – Manut. Ativ. Manut. Bairros

Modalidade 3.1.90 (507) Aplicações Diretas R\$ 964.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

1502 – Diretoria de Desenvolvimento Econômico

Atividade 15.02.04.125.0003.2082 – Manut. Ativ. Cons. Mun. Comb. Pirat.

Modalidade 3.3.90 (530) Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

Modalidade 4.4.90 (531) Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 15.02.11.334.0003.1030 – Projetos/Especiais Ações Desenv. Econ.

Modalidade 3.3.90 (532) Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 15.02.11.334.0003.1076 – Constr. Polo de Tecnologia e Inovação

Modalidade 4.4.90 (535) Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1503 – Diretoria de Desenvolvimento Rural

Projeto 15.03.20.606.0003.1036 - Construção/Ampliação/Reforma de Feiras

Modalidade 3.3.90 (557) Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

Modalidade 4.4.90 (558) Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 15.03.20.606.0003.1037 – Proj. Especiais p/ações Desenv. Rural

Modalidade 4.4.90 (559) Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 15.03.20.606.0003.2086 – Apoio Financeiro a Epagri

Modalidade 3.3.90 (566) Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1504 – Diretoria de Micro e Pequenas Empresas

Atividade 15.04.11.334.0003.2088 – Apoio a Form. de Empreendimentos

Modalidade 3.3.50 (570) Transf. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 9.000,00

Modalidade 3.3.90 (571) Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento da Administração Indireta do Município, até o valor de R\$ 937.370,00 (novecentos e trinta e sete mil, trezentos e setenta reais) nas seguintes dotações orçamentárias:

23 – FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU

2301 – Fundação Cultural de Blumenau

Atividade 23.01.13.392.0007.2130 – Manut. Ativ. Fundação

Modalidade 3.1.90 (58) Aplicações Diretas R\$ 77.000,00

Fonte de Recursos 0606.00000

Modalidade 3.3.90 (14) Aplicações Diretas R\$ 8.600,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 3.3.90 (56) Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Fonte de Recursos 0606.00000

Atividade 23.01.13.392.0007.2306 – Pres. Dif. Acervo e Pat. Cultural

Modalidade 3.3.90 (59) Aplicações Diretas R\$ 7.770,00

Fonte de Recursos 0606.00000

24 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

2401 – Fundação Municipal de Desportos

Atividade 24.01.27.811.0009.2133 – Manut. Ativ. FMD

Modalidade 3.3.90 (4) Aplicações Diretas R\$ 86.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

29 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

2901 – Fundo Municipal de Assistência Social

Atividade 29.01.08.243.0004.2313 – Man. Imp. Ações Volt. Crianç/ Adol.

Modalidade 3.3.50 (1) Transf. Inst. Priv. s/Fins Lucr. R\$ 70.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 29.01.08.244.0010.2152 – Manutenção e Implementação das Ações de Proteção Básica

Modalidade 3.3.50 (21) Transf. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 340.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 29.01.08.244.0010.2159 – Manut. Implementação do Serviço de Proteção Básica de Alta Comp. c/ Fam.

Modalidade 3.3.90 (48) Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 29.01.08.244.00010.2310 – Manut. Ações de Apoio Administrativo

Modalidade 3.3.90 (70) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

33 – SERV. AUT. MUN. DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BNU – SETERB

3303 – Diretoria de Transito

Atividade 33.03.06.125.0005.2217 – Manut. Ativ. Trânsito

Modalidade 3.3.90 (41) Aplicações Diretas R\$ 138.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 4º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 3º desta Lei correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

0602 – Diretoria de Receita

Atividade 06.02.28.843.0000.0001 – Serviços e Encargos da Dívida

Modalidade 4.6.90 (86) Aplicações Diretas R\$ 138.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

23 – FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU

2301 – Fundação Cultural de Blumenau

Atividade 23.01.13.392.0007.1064 – Const. Ref. Rest. de Inst. Pre-diais

Modalidade 4.4.90 (55) Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

Fonte de Recursos 0606.00000

Atividade 23.01.13.392.0007.2131 – Banda Municipal

Modalidade 3.3.50 (23) Transf. Inst. Priv. s/ fins Luc. R\$ 8.600,00

Fonte de Recursos 0100.00000

2302 – Centro Cultural da Vila Itoupava

Atividade 23.02.13.391.0007.2132 – Man. Ativ. Centro Cult. Vila Itoupava

Modalidade 3.3.90 (57) Aplicações Diretas R\$ 4.770,00

Fonte de Recursos 0606.00000

24 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

2401 – Fundação Municipal de Desportos

Atividade 24.01.27.811.0009.2135 – Realização de Eventos Esportivos

Modalidade 4.4.90 (14) Aplicações Diretas R\$ 86.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

29 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

2901 – Fundo Municipal de Assistência Social

Atividade 29.01.08.244.0010.2155 – Man. e Imp. Serviço Proteção Social Média Complexidade

Modalidade 3.3.50 (31) Transf. Inst. Priv. s/fins Lucr. R\$ 580.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 5º Ficam aumentadas no Anexo I – Metas e Prioridades, da

Lei nº 7.902, de 04 de outubro de 2013, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o Quadriênio 2014/2017, as seguintes ações:

Órgão: 02 – GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 01 – Diretoria de Expediente e comunicação

Código: 02.01.04.122

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2002 – Manut. Ativ. Expediente e Comunicação

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 21.000,00

Unidade: 02 – Diretoria de Controle Interno

Código: 02.02.04.124.

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2006 – Manut. Atividade Controle Interno

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 32.000,00

Órgão: 04 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

Unidade: 01 – Gabinete do Procurador Geral

Código: 04.01.03.091

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2009 – Manut. Ativ. Gabinete do Procurador

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 273.000,00

Ação: 2303 – Manut. Ativ. Procom

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 133.000,00

Unidade: 02 – Diretoria de Consultoria Administrativa e Legislativa

Código: 04.02.03.091

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2007 – Pgto Honorários de Sucumbências dos Advogados

Produto: Atividade Executada

Unidade: Unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 340.000,00

Código: 04.02.04.122

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 1002 - Desapropriações

Produto: Terreno

Unidade: m2

Valor Próprio (2015): R\$ 90.000,00

Unidade: 04 – Diretoria de Licitações e contratos e Convênios

Código: 04.04.04.122

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2013 – Manut. Ativ. Licitações e contratos

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 26.000,00

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 02 – Diretoria de Compras e Licitações

Código: 05.02.04.122.

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do

<p>Governo Ação: 2018 – Manut. Ativ. de Compras e Licitações Produto: Atividade Executada Unidade: unidade Valor Próprio (2015): R\$ 231.000,00</p> <p>Unidade: 04 – Diretoria de Patrimônio Código: 05.04.04.122 Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo Ação: 2021 – Manut. Ativ. de Guarda e Conservação do Patrimônio Produto: Atividade Executada Unidade: unidade Valor Próprio (2015): R\$ 1.125.000,00</p> <p>Unidade: 05 – Diretoria de Serviços de Ouvidoria e Atendimento ao Público Código: 05.05.04.122 Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo Ação: 2269 – Manut. Ativ. Serviços Ouvidoria e Atendimento ao Público Produto: Atividade Executada Unidade: unidade Valor Próprio (2015): R\$ 164.000,00</p> <p>Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA Unidade: 01 – Administrativo do Gabinete Código: 06.01.04.122. Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo Ação: 2022 – Manut. Ativ. Administrativa da Sefaz Produto: Atividade Executada Unidade: unidade Valor Próprio (2015): R\$ 116.000,00</p> <p>Unidade: 02 – Diretoria de Receita Código: 06.02.04.129 Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo Ação: 2023 – Manutenção das Atividades de Receita Produto: Atividade Executada Unidade: unidade Valor Próprio (2015): R\$ 823.000,00</p> <p>Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO GOVERNAMENTAL Unidade: 01 – Administrativo do Gabinete Código: 07.01.04.121 Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo Ação: 2271 – Manut. Ativ. Administrativas da Segg Produto: Atividade Executada Unidade: unidade Valor Próprio (2015): R\$ 39.000,00</p> <p>Unidade: 05 – Diretoria de Captação de Recursos Código: 07.05.04.121 Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo Ação: 2275 – Manut. Ativ. Captação de Recursos Produto: Atividade Executada Unidade: unidade Valor Próprio (2015): R\$ 1.000,00</p> <p>Unidade: 06 – Diretoria de Custos Código: 07.06.04.121 Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo</p>	<p>Ação: 2276 – Manut. Ativ. Custos Produto: Atividade Executada Unidade: unidade Valor Próprio (2015): R\$ 28.000,00</p> <p>Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL Unidade: 01 – Administrativo do Gabinete Código: 08.01.04.131 Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo Ação: 2029 – Manut. Ativ. Administrativa Secom Produto: Atividade Executada Unidade: Unidade Valor Próprio (2015): R\$ 79.000,00</p> <p>Unidade: 03 – Diretoria de Jornalismo Código: 08.03.04.131 Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo Ação: 2270 – Manut. Ativ. Jornalismo Produto: Atividade Executada Unidade: unidade Valor Próprio (2015): R\$ 21.000,00</p> <p>Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Unidade: 03 – Diretoria de Educação Básica Código: 09.03.12.361 Programa: 0004 – Promover os Direitos de Crianças e Adolescentes Ação: 2042 – Manut. Ativ. Ensino Fundamental – Salário Educação Produto: Atividade Executada Unidade: unidade Valor Próprio (2015): R\$ 368.000,00</p> <p>Código: 09.03.12.365 Programa: 0004 – Promover os Direitos de Crianças e Adolescentes Ação: 2044 – Manut. Ativ. Educação Infantil Produto: Atividade Executada Unidade: unidade Valor Próprio (2015): R\$ 1.700.000,00</p> <p>Órgão: 10 – SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO Unidade: 01 – Administrativo do Gabinete Código: 10.01.04.122. Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo Ação: 2302 – Manut. Ativ. Administrativas da Sedeci Produto: Atividade Executada Unidade: unidade Valor Próprio (2015): 64.000,00</p> <p>Unidade: 02 – Diretoria de Defesa Civil Código: 10.02.06.182 Programa: 0012 – Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres Ação: 2257 – Manut. Ativ. Defesa Civil Produto: Atividade Executada Unidade: unidade Valor Próprio (2015): R\$ 130.000,00</p> <p>Unidade: 05 – Diretoria do Sistema de Alerta- AlertaBlu Código: 10.05.15.127 Programa: 0012 – Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres Ação: 2260 – Manut. Ativ. Sistema de Alerta – AlertaBlu Produto: Atividade Executada Unidade: unidade Valor Próprio (2015): R\$ 270.000,00</p>
---	--

Órgão: 11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Unidade: 02 – Diretoria de Obras Conveniadas

Código: 11.02.15.451

Programa: 0006 – Blumenau 2050

Ação: 1086 – Limpeza e Desassoreamento do Rib. Fortaleza Pac Drenagem

Produto: Obra Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 330.000,00

Ação: 2050 – Manut. Ativ. Obras Conveniadas

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 213.000,00

Unidade: 04 – Diretoria de Obras

Código: 11.04.15.451

Programa: 0006 – Blumenau 2050

Ação: 2052 – Manut. Ativ. Obras

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 36.000,00

Órgão: 12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Unidade: 02 – Diretoria de Habitação

Código: 12.02.16.482

Programa: 0005 – Morar com Qualidade

Ação: 1129 – Execução de Obras/Serviços do Programa Habitacional

Produto: Ação Executada

Unidade: unidade

Valor Vinculado (2015): R\$ 309.000,00

Unidade: 03 – Diretoria de Proteção Especial

Código: 12.03.08.244

Programa: 0010 – Inclusão Social e Valorização do Cidadão

Ação: 2291 – Manut. Ativ. Proteção Especial

Produto: Atividade Executada

Unidade: Unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 147.000,00

Unidade: 04 – Diretoria Proteção Básica

Código: 12.04.08.244

Programa: 0010 – Inclusão Social e Valorização do Cidadão

Ação: 2293 – Manut. Ativ. Proteção Básica

Produto: Atividade Executada

Unidade: Unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 332.000,00

Unidade: 05 – Diretoria da Criança e do Adolescente

Código: 12.05.08.243

Programa: 0004 – Promover os Direitos de Crianças e Adolescentes

Ação: 2297 – Manut. Ativ. Atenção a Criança e ao Adolescente

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 341.000,00

Unidade: 06 – Diretoria Administrativo Financeira

Código: 12.06.04.122

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2300 – Manut. Ativ. Administrativa financeira Semudes

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 297.000,00

Órgão: 13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

Unidade: 01 – Administrativo do Gabinete

Código: 13.01.04.122

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativo do Governo

Ação: 2064 – Manut. Ativ. Administrativo da Seplan

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 112.000,00

Unidade: 03 – Diretoria de Cartografia, Cadastro Mult. E Inf.

Código: 13.03.15.127

Programa: 0005 – Morar com Qualidade

Ação: 2066 – Manut. Ativ. Cartografia, Cadastro Mult. Inf.

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 60.000,00

Unidade: 04 – Diretoria de Fiscalização

Código: 13.04.15.125

Programa: 0005 – Morar com Qualidade

Ação: 2261 – Manut. Ativ. Fiscalização

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 187.000,00

Unidade: 05 – Diretoria de Planejamento Viário

Código: 13.05.15.451

Programa: 0005 – Morar com Qualidade

Ação: 2068 – Manut. Ativ. Planejamento Viário

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 71.000,00

Órgão: 14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 – Diretoria Administrativa Financeira

Código: 14.01.04.122.

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2279 – Manut. Ativ. Administrativa da Sesur

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 96.000,00

Unidade: 02 – Diretoria de Serviços Urbanos

Código: 14.02.15.452

Programa: 0005 – Morar com Qualidade

Ação: 2075 – Manut. Ativ. Serviços Urbanos

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 55.000,00

Unidade: 03 – Diretoria de Manutenção de Bairros

Código: 14.03.15.451

Programa: 0005 – Morar com Qualidade

Ação: 2077 – Manut. Ativ. Manutenção de Bairros

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 600.000,00

Órgão: 15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

Unidade: 02 – Diretoria de Desenvolvimento Economico

Código: 15.02.11.334.

Programa: 0003 – Blumenau Sustentável

Ação: 2080 – Manut. Ativ. Desenvolvimento Econômico

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 198.500,00

Ação: 2081 – Manut. Ativ. Qualificação Profissional

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 30.900,00

Unidade: 03 – Diretoria de Desenvolvimento Rural

Código: 15.03.20.606

Programa: 0003 – Blumenau Sustentável

Ação: 2085 Manut. Ativ. Desenvolvimento Rural

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 51.600,00

Órgão: 16 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

Unidade: 01 – Administrativo do Gabinete

Código: 16.01.23.695

Programa: 0008 – Fortalecer o Turismo

Ação: 2098 – Manut. Ativ. Administrativa Sector

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 29.000,00

Unidade: 02 – Diretoria de Planejamento e Promoção

Código: 16.02.23.695

Programa: 0008 – Fortalecer o Turismo

Ação: 2280 – Manut. Ativ. Planejamento e Promoção

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 38.000,00

Órgão: 17 – INTENDENCIA DISTRITAL DE VILA ITROUPAVA

Unidade: 01 – Administrativo Distrital de Vila Itoupava

Código: 17.01.04.122.

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2122 – Manut. Ativ. Administrativa da Idivi

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 62.000,00

Órgão: 18 – INTENDENCIA DISTRITAL DO GRANDE GARCIA

Unidade: 01 – Administrativo Distrital do Grande Garcia

Código: 18.01.04.122.

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2124 – Manut. Ativ. Administrativa do Idigg

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 20.000,00

Órgão: 23 – FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU

Unidade: 01 – Fundação Cultural de Blumenau

Código: 23.01.13.392.

Programa: 0007 – Cultivar e Fortalecer Tradições e Culturas

Ação: 2130 – Manut. Ativ. Fundação

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 125.600,00

Ação: 2306 – Preservação e Difusão de Acervo e Patrimônio Cultural

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 7.770,00

Órgão: 24 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Unidade: 01 – Fundação Municipal de Desportos

Código: 24.01.27.811

Programa: 0009 – Vida Saudável

Ação: 2133 – Manut. Ativ. FMD

Produto: Modalidade Esportiva Fortalecida

Unidade: Modalidade Esportiva

Valor Próprio (2015): R\$ 86.000,00

Órgão: 29 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Código: 29.01.08.243

Programa: 0004 – Promover os Direitos de Crianças e Adolescentes

Ação: 2313 – Manut. Impl. Ações Voltadas à Criança e ao Adolescente

Produto: Crianças e Adolescentes Atendidos

Unidade: Crianças/Adolescentes

Valor Próprio (2015): R\$ 70.000,00

Código: 29.01.08.244

Programa: 0010 – Inclusão Social e Valorização do Cidadão

Ação: 2152 – Manut. Implementação de Ações de Proteção Básica

Produto: Família Atendida

Unidade: Famílias

Valor Próprio (2015): R\$ 340.000,00

Ação: 2159 – Manut. Impl. Serv. Proteção Especial Alta Compl. C/ Famílias

Produto: Família Atendida

Unidade: Família

Valor Próprio (2015): R\$ 150.000,00

Ação: 2310 – Manut. Ações de Apoio Administrativo

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 20.000,00

Órgão: 33 – SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE TRANSITO E TRANSPORTE - SETERB

Unidade: 03 – Diretoria de Transito

Código: 33.03.06.125

Programa: 0005 – Morar com Qualidade

Ação: 2217 – Manut. Ativ. Transito

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 138.000,00

Art. 6º Para atender o disposto no artigo 5º desta Lei, ficam reduzidas no Anexo I – Metas e Prioridades, da Lei no 7.902, de 04 de outubro de 2013, as seguintes ações:

Órgão: 03 – Gabinete do Vice-Prefeito

Unidade: 01 – Administrativo do Gabinete

Código: 03.01.04.122

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2268 – Manut. Ativ. Administrativa Gavice

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 131.000,00

Órgão: 04 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

Unidade: 01 – Gabinete do Procurador Geral

Código: 04.01.03.091

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2009 - Manut. Ativ. Gabinete do Procurador

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 25.000,00

Ação: 2303 – Manut. Ativ. Procom

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 5.000,00

Unidade: 02 – Diretoria de Consultoria Administrativa e Legislativa
Código: 04.02.03.091
Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
Ação: 2010 – Manut. Ativ. Consultorias Administrativa e Legislativa
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2015): R\$ 132.000,00

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Unidade: 01 – Administrativo do Gabinete
Código: 05.01.04.122.
Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
Ação: 2017 – Manut. Ativ. Administrativa da Sede
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2015): R\$ 1.900.000,00

Unidade: 03 – Diretoria de Pessoal
Código: 05.03.04.128
Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
Ação: 2020 – Manutenção e Atividade de Pessoal
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2015): R\$ 620.000,00

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Unidade: 02 – Diretoria de Receita
Código: 06.02.04.123.
Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
Ação: 2024 – Manut. Ativ. Contabilidade/Financeiro
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2015): R\$ 40.000,00

Código: 06.02.28.843
Programa: 0000 – Operações Especiais
Ação: 0001 – Serviços e Encargos da Dívida
Produto: - Pgto da Dívida Interna
Unidade: unidade
Valor Próprio (2015): R\$ 1.672.000,00

Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade: 01 – Diretoria Administrativo - Financeira
Código: 09.01.12.271.

Programa: 0014 – Seguridade Social
Ação: 2238 – Manut. Concessão Benefícios de Aposentados e Pensionistas
Produto: Aposentados/Pensionistas
Unidade: unidade
Valor Próprio (2015): R\$ 800.000,00

Código: 09.01.12.361
Programa: 0004 – Promover os Direitos de Crianças e Adolescentes
Ação: 2036 – Transporte Escolar – Ensino Fundamental
Produto: Aluno Beneficiado
Unidade: unidade
Valor Próprio (2015): R\$ 368.000,00

Ação: 2041 – Manut. Ativ. Ensino Fundamental
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2015): R\$ 1.700.000,00

Órgão: 11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Unidade: 01 – Diretoria Administrativa Financeira
Código: 11.01.04.122.
Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
Ação: 2277 - Manut. Ativ. Administr. Financ. Semob
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2015): R\$ 378.000,00

Unidade: 02 – Diretoria de Obras Conveniadas
Código: 11.02.15.451.
Programa: 0006 – Blumenau 2050
Ação: 1010 – Exec. Terrapl. Drenagem e Pavimentação de Ruas
Produto: Obra de Infra-Estrutura
Unidade: M2
Valor Próprio (2015): R\$ 300.000,00

Ação: 1090 – Limpeza e Desassoreamento do rib. Da Velha Pac Drenagem
Produto: Obras Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2015): R\$ R\$ 30.000,00

Órgão: 12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Unidade: 04 – Diretoria de Proteção Básica
Código: 12.04.08.244
Programa: 0013 – Programa S.O.S Blumenau
Ação: 2296 – Execução de Ações em Decorrencia Emergencial/Calam. Pública
Produto: Ação Executada
Unidade: unidade
Valor Vinculado (2015): R\$ 309.000,00
Órgão: 13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO
Unidade: 01 – Administrativo do Gabinete
Código: 13.01.04.122.
Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
Ação: 2064 – Manut. Ativ. Administrativas Seplan
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2015): R\$ 25.000,00

Unidade: 06 – Diretoria de Analise de Projetos
Código: 13.06.15.125.
Programa: 0005 – Morar com Qualidade
Ação: 2069 – Manut. Ativ. Análise de Projetos
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2015): R\$ 250.000,00

Órgão: 14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS
Unidade: 01 – Diretoria Administrativo - Financeira
Código: 14.01.04.122.
Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
Ação: 2279 – Manut. Ativ. Administrativo – Financeira Sesur
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2015): R\$ 72.000,00

Unidade: 03 – Diretoria de Manutenção de Bairros
Código: 14.03.15.451.
Programa: 0005 – Morar com Qualidade
Ação: 2077 – Manut. Ativ. Manutenção de Bairros
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2015): R\$ 964.000,00

Órgão: 15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

Unidade: 02 – Diretoria de Desenvolvimento Econômico

Código: 15.02.04.125.

Programa: 0003 – Blumenau Sustentável

Ação: 2082 – Manut. Ativ. Conselho Municipal de Combate a Pirataria

Produto: Conselho Mantido

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ R\$ 18.000,00

Código: 15.02.11.334.

Programa: 0003 – Blumenau Sustentável

Ação: 1030 – Projetos Especiais p/Ações de Desenvolvimento Econômico

Produto: Ação Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 7.000,00

Ação: 1076 – Construção Pólo de Tecnologia e Inovação

Produto: Obra Executada

Unidade: M2

Valor Próprio (2015): R\$ 4.000,00

Unidade: 03 – Diretoria de Desenvolvimento Rural

Código: 15.03.20.606

Programa: 0003 – Blumenau Sustentável

Ação: 1036 – Construção/Ampliação/Reforma de Feiras

Produto: obra Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 18.000,00

Ação: 1037 – Projetos Especiais p/Ações de Desenvolvimento Rural

Produto: Ação Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 4.000,00

Ação: 2086 - Apoio Financeiro à Epagri

Produto: Famílias Atendidas

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 7.000,00

Unidade: 04 – Diretoria de Micro e Pequenas Empresas

Código: 15.04.11.334.

Programa: 0003 – Blumenau Sustentável

Ação: 2088 – Apoio a Formação de Empreendimentos

Produto: Empreendedor Capacitado

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 49.000,00

Órgão: 23 – FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU

Unidade: 01 – Fundação Cultural de Blumenau

Código: 23.01.13.392

Programa: 0007 – Cultivar e Fortalecer Tradições e Culturas

Ação: 1064 – Constr. Ref. Restauração de Instalações Prediais

Produto: Obra Executada

Unidade: M2

Valor Próprio (2015): R\$ 120.000,00

Ação: 2131 – Banda Municipal

Produto: Banda em Atividade

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 8.600,00

Unidade: 02 – Centro Cultural da Vila Itoupava

Código: 23.02.13.391

Programa: 0007 – Cultivar e Fortalecer Tradições e Culturas

Ação: 2132 – Manut. Ativ. Centro Cultural da Vila Itoupava

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 4.770,00

Órgão: 24 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Unidade: 01 – Fundação Municipal de Desportos

Código: 24.01.27.811.

Programa: 0009 – Vida Saudável

Ação: 2135 – Realização de Eventos Esportivos

Produto: Evento Esportivo Realizado

Unidade: Eventos

Valor Próprio (2015): R\$ 86.000,00

Órgão: 29 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Código: 29.01.08.244

Programa: 0010 – Inclusão Social e Valorização do Cidadão

Ação: 2155 – Manut. Impl. Serv. Proteção Social de Média Complexidade

Produto: Família Atendida

Unidade: Família

Valor Próprio (2015): R\$ 580.000,00

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 22 de outubro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DISPENSA Nº 08-144/15; INEXIGIBILIDADE Nº 09-146/15 E 09-154/15 - SEDEAD

MUNICIPIO DE BLUMENAU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

Processo de Dispensa nº. 08-144/2015 – Contratação de consórcio público intermunicipal para aquisição de medicamentos para os usuários do SUS da rede municipal de saúde, de acordo com a lei municipal 7363/2008 - SEMUS. EMPRESA VENCEDORA: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale Do Itajaí - CISAMVI (CNPJ: 03.269.695/0001-08). VALOR: R\$ 10.436,00 (dez mil e quatrocentos e trinta e seis reais). Base Legal: Art. 24, Inciso XXVI, da Lei nº. 8.666/1993 e alterações.

Processo de Inexigibilidade nº. 09-146/2015 – Contratação de empresa referente serviço de correspondência pelo período de 12 meses - SEDEAD. EMPRESA VENCEDORA: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (CNPJ: 34.028.316/0028-23). VALOR: R\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais); Base Legal: Art. 25, caput, da Lei nº. 8.666/1993 e alterações.

Processo de Inexigibilidade nº. 09-154/2015 – Serviços de monitoria geral para Claudia Vilela de Souza Lange no programa de formação de profissionais dos agentes comunitários de saúde - nas regiões de abrangência da escola - AMFRI, AMMVI E AMAVI - setembro/2015 Pouso Redondo e Ituporanga - outubro/2015 Taió e Presidente Getúlio e novembro/2015 Acurra - SEMUS. MONITORIA: Claudia Vilela de Souza Lange (CPF: 044.486.758-90). VALOR: R\$3.840,00 (três mil e oitocentos e quarenta reais); Base Legal: Art. 25, Inciso II, da Lei nº. 8.666/1993 e alterações.

EXTRATO TERMO DE REPASSE 2015/085

EXTRATO – TERMO DE REPASSE 2015/085

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL FRANZ VOLLES

OBJETO: Despesas com o Projeto de Climatização.

FUNDAMENTO LEGAL: IN TCE/SC nº. 14/2012, Decreto nº. 10.234/2013 e alterações; Lei nº. 8.134/2015.

VALOR: Quatro reais (R\$ 4.000,00), repassados em parcela única.

DATA: 22 de outubro de 2015.

EXTRATO TERMO DE REPASSE 2015/086

EXTRATO – TERMO DE REPASSE 2015/086

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PEDRO KRAUS

OBJETO: Despesas com o Projeto de Climatização.

FUNDAMENTO LEGAL: IN TCE/SC nº. 14/2012, Decreto nº. 10.234/2013 e alterações; Lei nº. 8.134/2015.

VALOR: Mil reais (R\$ 1.000,00), repassados em parcela única.

DATA: 22 de outubro de 2015.

EXTRATO TERMO DE REPASSE 2015/133

EXTRATO – TERMO DE REPASSE 2015/133

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E O ESRPOTE CLUBE ÁGUA VERDE

OBJETO: Despesas com o Projeto de Revitalização do Telhado, Forro e Cancha do Esporte Clube Água Verde.

FUNDAMENTO LEGAL: IN TCE/SC nº. 14/2012, Decreto nº. 10.234/2013 e alterações; Lei nº. 8.134/2015.

VALOR: Dez mil reais (R\$ 10.000,00), repassados em parcela única.

DATA: 21 de outubro de 2015.

RESOLUÇÃO COPLAN Nº 09/2015

RESOLUÇÃO COPLAN Nº. 09/2015

O Conselho Municipal de Planejamento Urbano do Município de Blumenau, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação em vigor, tendo em vista deliberação adotada pelo plenário em reunião extraordinária do dia 29 de setembro de 2015, considerando a:

- Lei Complementar 836, de 19 de dezembro de 2011, que dispõe sobre as competências do Conselho Municipal de Planejamento Urbano;
- Lei Complementar 834, de 13 de dezembro de 2011, que dispõe

sobre o Estudo de Impacto de Vizinhança;

Resolve:

Art. 1º. Aprovar:

I – O Estudo de Impacto de Vizinhança do Corredor Oeste, conforme processo administrativo nº. 2014/24989.

II – O Estudo de Impacto de Vizinhança do Edifício Residencial Portal de Órion, conforme processo administrativo nº. 2014/15922.

III – O Estudo de Impacto de Vizinhança do Condomínio Industrial Vale Europeu, conforme processo administrativo nº. 2013/30708.

IV – O Estudo de Impacto de Vizinhança do Clínica Hospitalar Baum, conforme processo administrativo nº. 2015/4439.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua homologação.

Blumenau, 06 de outubro de 2015.

Eng. JULIANO GONÇALVES

Presidente do Coplan

Secretário de Planejamento Urbano

ATA REGISTRO DE PREÇOS 2226/2015 - SAMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2226/2015

OBJETO – Registro de preço para aquisição de materiais hidráulicos para uso na manutenção e expansão de Redes de Água e novas ligações, pelo período de 01 (um) ano - SAMAE.

Empresa: SAINT GOBAIN CANALIZAÇÕES LTDA. – CNPJ: 28.672.087/0001-62

Item 01: Valor unitário R\$ 45,94 (quarenta e cinco reais e noventa e quatro centavos) e valor total R\$ 1.837,60 (hum mil oitocentos e trinta e sete reais e sessenta centavos).

Item 02: Valor unitário R\$ 73,91 (setenta e três reais e noventa e um centavos) e valor total R\$ 2.956,40 (dois mil novecentos e cinquenta e seis reais e quarenta centavos).

Item 04: Valor unitário R\$ 100,46 (cem reais e quarenta e seis centavos) e valor total R\$ 602,76 (seiscentos e dois reais e setenta e seis centavos).

Item 06: Valor unitário R\$ 390,00 (trezentos e noventa reais) e valor total R\$ 1.950,00 (hum mil, novecentos e cinquenta reais).

Item 13: Valor unitário R\$ 153,00 (cento e cinquenta e três reais) e valor total R\$ 4.590,00 (quatro mil quinhentos e noventa reais).

Item 14: Valor unitário R\$ 68,00 (sessenta e oito reais) e valor total R\$ 408,00 (quatrocentos e oito reais).

Item 28: Valor unitário R\$ 651,00 (seiscentos e cinquenta e um reais) e valor total R\$ 3.255,00 (três mil duzentos e cinquenta e cinco reais).

Empresa: SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA. – CNPJ: 80.706.492/0001-74.

Item 03: Valor unitário R\$ 148,00 (cento e quarenta e oito reais) e valor total R\$ 4.440,00 (quatro mil quatrocentos e quarenta reais).

Item 31: Valor unitário R\$ 148,00 (cento e quarenta e oito reais) e valor total R\$ 1.776,00 (hum mil, setecentos e setenta e seis reais).

Item 32: Valor unitário R\$ 70,00 (setenta reais) e valor total R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais).

Item 33: Valor unitário R\$ 131,00 (cento e trinta e um reais) e valor total R\$ 1.965,00 (hum mil novecentos e sessenta e cinco reais).

Item 37: Valor unitário R\$ 96,00 (noventa e seis reais) e valor total R\$ 9.600,00 (nove mil seiscentos reais).

Item 41: Valor unitário R\$ 290,00 (duzentos e noventa reais) e valor total R\$ 8.700,00 (oito mil setecentos reais).

Item 42: Valor unitário R\$ 660,00 (seiscentos e sessenta reais) e valor total R\$ 19.800,00 (dezenove mil oitocentos reais).

Item 43: Valor unitário R\$ 252,00 (duzentos e cinquenta e dois reais) e valor total R\$ 10.080,00 (dez mil e oitenta reais).

Item 45: Valor unitário R\$ 40,00 (quarenta reais) e valor total R\$ 600,00 (seiscentos reais).

Item 46: Valor unitário R\$ 50,00 (cinquenta reais) e valor total R\$ 300,00 (trezentos reais).

Item 47: Valor unitário R\$ 71,00 (setenta e um reais) e valor total R\$ 852,00 (oitocentos e cinquenta e dois reais).

Item 48: Valor unitário R\$ 262,00 (duzentos e sessenta e dois reais) e valor total R\$ 3.144,00 (três mil cento e quarenta e quatro reais).

Empresa: HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA. – CNPJ: 82.977.109/0001-48.

Item 05: Valor unitário R\$ 199,00 (cento e noventa e nove reais) e valor total R\$ 1.188,00 (hum mil cento e oitenta e oito reais).

Item 07: Valor unitário R\$ 208,00 (duzentos e oito reais) e valor total R\$ 2.080,00 (dois mil e oitenta reais).

Item 08: Valor unitário R\$ 326,00 (trezentos e vinte e seis reais) e valor total R\$ 1.630,00 (hum mil seiscentos e trinta reais).

Item 10: Valor unitário R\$ 80,55 (oitenta reais e cinquenta e cinco centavos) e valor total R\$ 4.027,50 (quatro mil e vinte e sete reais e cinquenta centavos).

Item 11: Valor unitário R\$ 52,34 (cinquenta e dois reais e trinta e quatro centavos) e valor total R\$ 5.234,00 (cinco mil duzentos e trinta e quatro reais).

Item 12: Valor unitário R\$ 157,58 (cento e cinquenta e sete reais e cinquenta e oito centavos) e valor total R\$ 7.879,00 (sete mil oitocentos e setenta e nove reais).

Empresa: VIA D'ÁGUA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE MEDIÇÃO HIDRÁULICA E SANEAMENTO LTDA. – CNPJ: 16.637.264/0001-90.

Item 15: Valor unitário R\$ 163,00 (cento e sessenta e três reais) e valor total R\$ 326,00 (trezentos e vinte e seis reais).

Item 20: Valor unitário R\$ 492,10 (quatrocentos e noventa e dois reais e dez centavos) e valor total R\$ 9.842,00 (nove mil oitocentos e quarenta e dois reais).

Item 22: Valor unitário R\$ 705,50 (setecentos e cinco reais e cinquenta centavos) e valor total R\$ 14.110,00 (quatorze mil, cento e dez reais).

Item 23: Valor unitário R\$ 863,70 (oitocentos e sessenta e três reais e setenta centavos) e valor total R\$ 17.274,00 (dezesete mil duzentos e setenta e quatro reais).

Item 24: Valor unitário R\$ 922,30 (novecentos e vinte e dois reais e trinta centavos) e valor total R\$ 11.065,60 (onze mil e sessenta e cinco reais e sessenta centavos).

Item 25: Valor unitário R\$ 986,80 (novecentos e oitenta e seis reais e oitenta centavos) e valor total R\$ 9.868,00 (nove mil oitocentos e sessenta e oito reais).

Empresa: GEORGE FISCHER LTDA. – CNPJ: 04.064.528/0001-85.

Item 30: Valor unitário R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) e valor total R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

Item 34: Valor unitário R\$ 113,00 (cento e treze reais) e valor total R\$ 565,00 (quinhentos e sessenta e cinco reais).

Item 35: Valor unitário R\$ 46,90 (quarenta e seis reais e noventa centavos) e valor total R\$ 234,50 (duzentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos).

Item 36: Valor unitário R\$ 1.004,00 (hum mil e quatro reais) e valor total R\$ 20.080,00 (vinte mil e oitenta reais).

Item 38: Valor unitário R\$ 259,00 (duzentos e cinquenta e nove reais) e valor total R\$ 15.540,00 (quinze mil, quinhentos e quarenta reais).

Item 39: Valor unitário R\$ 145,00 (cento e quarenta e cinco reais) e valor total R\$ 2.900,00 (dois mil, novecentos reais).

Item 40: Valor unitário R\$ 98,09 (noventa e oito reais e nove centavos) e valor total R\$ 1.961,80 (hum mil, novecentos e sessenta e um reais e oitenta centavos).

Item 44: Valor unitário R\$ 269,00 (duzentos e sessenta e nove

reais) e valor total R\$ 4.035,00 (quatro mil e trinta e cinco reais).

BASE LEGAL: De acordo com o Pregão Presencial 2222/2015, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e 7.732/04, subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau, 01 de Outubro de 2015.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 129/15

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 129/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA SOA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RECUPERAÇÃO DO IMÓVEL DO ANTIGO RESTAURANTE FROHSINN, LOCALIZADO NA RUA GERTRUD SIERICH (MORRO DO AIPIM).

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-60/2015.

PREÇO: Altera-se as condições de pagamento.

DATA: 08 de outubro de 2015.

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 135/13

EXTRATO – 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 135/13

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA MEGAFORTH DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS LTDA.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM GALPÃO DESTINADO À UTILIZAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-140/2013.

PREÇO: Suprime a quantia de R\$ 3.448,84 por mês, totalizando uma supressão de R\$ 37.937,24, a contar de 15/10/2015.

DATA: 09 de outubro de 2015.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 209/12

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 209/2012

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE CULTURA – APC.

OBJETO: SERVIÇO DE MANUTENÇÃO, ATUALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DE DADOS AO SOFTWARE PERGAMUM – SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 09-130/12.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de outubro de 2015 até 30 de setembro de 2016.

PREÇO: Renova o valor dos serviços que se mantém em R\$ 6.156,00 (seis mil e cento e cinquenta e seis reais)

DATA: 09 de setembro de 2015.

EXTRATO TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL AO CONTRATO Nº 211/14

EXTRATO – TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL AO CONTRATO Nº. 211/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E O CENTRO EDUCACIONAL CEJABRASIL LTDA.

OBJETO: EXECUÇÃO DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL (PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA), JUNTO AO RESIDENCIAL BELLA VISTA, LOCALIZADO À RUA SILVANO CANDIDO DA SILVA, BAIRRO PONTA AGUDA.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº. 001/2014.

DATA: 18 de setembro de 2015.

Fica rescindindo a partir do dia 04 de setembro de 2015.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 258/14

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 258/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA PRATICAS ASSESSORIA LTDA. ME.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO A GESTORES E TRABALHADORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 107/2014.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 11.975,00 (onze mil novecentos e setenta e cinco reais).

DATA: 22 de junho de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 274/15

EXTRATO – CONTRATO Nº 274/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E A EMPRESA MULTINEGÓCIOS

PARTICIPAÇÕES, SERVIÇOS, LOCAÇÃO E SUBLOCAÇÃO DE ESPAÇOS LTDA.

OBJETO: Permissão de uso de bem público imóvel, com área compreendida de 1,60 m² para instalação de um "terminal de autoatendimento para serviços bancários" junto ao terminal rodoviário "Prefeito Hercílio Deeke" de passageiros, para atendimento a demanda de usuários e comunidade em geral com atendimento 24 horas, pelo período de 24 meses, prorrogáveis, conforme especificações constantes no edital – SETERB.

FUNDAMENTO LEGAL: Convite nº 01-012/2015

PRAZO: 24 (vinte e quatro) meses, contados de sua assinatura.

PREÇO: R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) mensais, totalizando R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

DATA: 30 de setembro de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 287/15

EXTRATO – CONTRATO Nº 287/2015 (9912385303)

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - CORREIOS

OBJETO: Serviços de venda de produtos. Serviços de correspondência.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 09-146/2015.

PRAZO: 12 meses a partir da assinatura.

PREÇO: R\$420.000,00 Quatrocentos e vinte mil reais.

DATA: 07 de outubro de 2015.

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 149/2015 DE 20 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 149/2015, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015.

CONCEDE PROGRESSÃO SALARIAL PARA SERVIDORES MEMBROS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão Salarial por Projeto Escolar Educativo para Servidores membros do Magistério Público Municipal, a partir do mês de outubro do ano 2015, conforme art. 25, art. 26 e art. 29 da lei nº 917/2013 de 20 de dezembro de 2013, conforme relação:

Nome	CPF	Matricula	Nova Faixa
Solange A. Bonni de Bastiani	022.414.529-04	179-1	8H
Solange A. Bonni de Bastiani	022.414.529-04	391-3	8B
Leonir Simonetti	030.487.739-59	393-0	8A
Loreni Salete Diel	824.153.829-49	181-3	8G
Salete Fuzinato Zimmermann	915.962.039-00	394-8	8C
Vera Lucia Cherizoli	032.378.329-52	392-1	8A
Silene Seeling Reinehr	753.319.189-72	40-0	9F
Sandra F. Morandini Steffler	986.135.889-72	180-5	8F
Eni Ranzolin Wesner	025.656.159-14	268-2	8E
Silvia Endler	027.830.949-67	344-1	8B
Marilei Salete Oliveira Horn	681.936.299-49	183-0	8F
Cleusa Brietembach Mossmann	908.001.259-91	532-0	7J
Fabiane Ammes Morandini	034.590.939-94	514-2	8B
Josiane Serpa Bordin	040.992.569-10	536-3	4E
Salete Escher	928.534.989-72	534-7	8E

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 20 de outubro de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 150/2015 DE 21 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 150/2015, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de Saúde a Servidora Municipal Sra. MARISE LÚCIA HALBERSTADT, inscrita na matrícula sob nº 698-0, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, conforme Atestado Médico, no período de 21 de outubro de 2015 a 26 de outubro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 21 de outubro de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

845.10.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE HELIA M. ALVES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 845/15 de 22.10.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 30 (trinta) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 21 de outubro com término no dia 19 de novembro de 2015, a funcionária Helia Marian Alves, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 – Nível 01, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social – Núcleo de Aprendizagem e Produção Maria Tristão da Silva “Maria Mariano”.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
22 de outubro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

846.10.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARLENE H. ALMEIDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 846/15 de 22.10.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 14 (quatorze) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 21 de outubro com término no dia 04 de novembro de 2015, a funcionária Marlene Hinckel Almeida, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - Padrão 1 – Nível 03, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde – US Bairro São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
22 de outubro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

847.10.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE IVANIR B. NECKEL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 847/15 de 22.10.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 15 (quinze) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 21 de outubro com término no dia 04 de novembro de 2015, a funcionária Ivanir de Brida Neckel, ocupante do cargo de Servente – Padrão I – Nível 01, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social – CRAS.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
22 de outubro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

ERRATA 02

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC

2ª ERRATA MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2015

O Município de Bom Retiro vem a público retificar Edital Pregão Presencial 19/2015 de 09/10/2015, para contratação de pessoa jurídica, para prestação de serviços especializados de auditoria, consultoria técnica/administrativa e assessoramento jurídico relacionados com a área do Gênero Tributos, “Contribuições Previdenciárias” na sua espécie, especialmente no que concerne ao instituto da compensação de verbas consideradas de natureza indenizatória, inclusive retificação de Gfips no que couber. ACRESCENTAR NO EDITAL NO ITEM 11.1.1 na Letra “i”: A comprovação de vínculo profissional se dará por meio de contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou mediante contrato de prestação de serviços regido pela legislação civil comum. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 22 de outubro de 2015.

JOCEMAR DA SILVA

Pregoeiro

Botuvera**PREFEITURA****DECRETO Nº 1.827/2015**

DECRETO Nº 1.827/2015

"Autoriza a Abrir Crédito Suplementar por excesso de arrecadação no Orçamento do Exercício de 2015."

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art. 6º, inciso V da Lei nº 1.290/2014 de 17 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto o Crédito Suplementar no valor de R\$ 9.450,00 (Nove mil quatrocentos e cinquenta reais), conforme abaixo especificado:

06.00	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
06.01	-Divisão de Obras e Serviços Urbanos
15-452-0130-2.40	-Manutenção e Funcionamento da Iluminação Pública do Mun.
3.3.9.0.00.00.00.00.00	-Aplicações diretas
0.1.08(607)	-COSIP FR 8 R\$ 9.450,00

Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 22/10/2015.

Botuverá, 22 de outubro de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

PL53/2015-DISPENSA Nº 08/2015-MADEIRAS VELHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2015

Dispensa nº. 08/2015

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público o Processo de Dispensa nº 8/2015, para aquisição de madeiras velhas, serrada em diversas bitolas, para implantação do museu no parque municipal das grutas. Favorecido: JOÃO BONOMINI FILHO, residente na Rua Adulcio Bottamelli, 61, bairro Azaléia, Cidade Brusque/SC, inscrita no CPF-246.950.849/53, fone(47)3350-0756. Valor R\$ 6.624,00 (seis mil seiscentos e vinte quatro reais). Informações Setor de Licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, Botuverá/SC, Fone/Fax (47) 3359-1170/3359-3200, e-mail licitacao@botuvera.sc.gov.br, e site www.botuvera.sc.gov.br .

Data do processo 22/10/2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº25/2015 PMBT

Página: 1/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2015

Número do Registro de Preços: 25/2015		Data do Registro: 24/07/2015		Válido até: 24/07/2016		Objeto da Compra: Contratação de empresa para prestação de serviços de confecção de Trajes Folclóricos Alemães para grupos de dança folclóricos da Secretária da Cultura, Turismo e Lazer.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	TRAJE DE WEILHEIM - FEMININO - ADULTA - SAIA - Saia em microfibra azul com pregas na cintura, bolso na parte de frente, com uma barra preta de 15cm na parte de baixo. (16400)	UND	ANDERSON LUIZ PESSOA 04527830970 (9373)	Anderson	0	121,8577	1
2	TRAJE DE WEILHEIM - FEMININO - ADULTA - CORPETE - Corpete em crepe enrugado na cor azul, com as bordas em veludo, com sete tiras de veludo mais fina ornando as costas e duas a parte de frente, preso na parte da frente com ganchos em metal e uma corda prateada. Na borda frontal uma renda preta. (16401)	UND	ANDERSON LUIZ PESSOA 04527830970 (9373)	Anderson	0	124,2851	1
3	TRAJE DE WEILHEIM - FEMININO - ADULTA - BLUSA - Blusa em tricotline branco, com mangas em voal trabalhado e acabamento em greppir. Mangas e gola em voal, com fecho de ganchos no pescoço. (16402)	UND	ANDERSON LUIZ PESSOA 04527830970 (9373)	Anderson	0	62,1426	1
4	TRAJE DE WEILHEIM - FEMININO - ADULTA - AVENTAL - Avental em jacquard em tom pastel, com franzido na parte da frente e com tiras para amarrar do mesmo material. (16403)	UND	ANDERSON LUIZ PESSOA 04527830970 (9373)	Anderson	0	93,2138	1
5	TRAJE DE WEILHEIM - FEMININO - ADULTA - ANÁGUA - Anágua em algodão branco com acabamento em renda na barra e elástico na cintura. (16404)	UND	ANDERSON LUIZ PESSOA 04527830970 (9373)	Anderson	0	64,0845	1
6	TRAJE DE WEILHEIM - FEMININO - ADULTA - CEROUÇA - Cerouça (tombachinha) em algodão branco com acabamento em renda de algodão nas pernas e elástico na cintura e nas pernas. (16405)	UND	ANDERSON LUIZ PESSOA 04527830970 (9373)	Anderson	0	48,0634	1
7	TRAJE DE WEILHEIM - FEMININO - INFANTO - SAIA - Saia em microfibra azul com pregas na cintura, bolso na parte de frente, com uma barra preta de 15cm na parte de baixo. (16406)	UND	ANDERSON LUIZ PESSOA 04527830970 (9373)	Anderson	0	92,7283	1
8	TRAJE DE WEILHEIM - FEMININO - INFANTO - CORPETE - Corpete em crepe enrugado na cor azul, com as bordas em veludo, com sete tiras de veludo mais fina ornando as costas e duas a parte de frente, preso na parte da frente com ganchos em metal e uma corda prateada. Na borda frontal uma renda preta. (16407)	UND	ANDERSON LUIZ PESSOA 04527830970 (9373)	Anderson	0	98,0687	1
9	TRAJE DE WEILHEIM - FEMININO - INFANTO - BLUSA - Blusa em tricotline branco, com mangas em voal trabalhado e acabamento em greppir. Mangas e gola em voal, com fecho de ganchos no pescoço. (16408)	UND	ANDERSON LUIZ PESSOA 04527830970 (9373)	Anderson	0	53,8893	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2015

Página: 2/6

Número do Registro de Preços: 25/2015		Data do Registro: 24/07/2015		Válido até: 24/07/2016		Objeto da Compra: Contratação de empresa para prestação de serviços de confecção de Trajes Folclóricos Alemães para grupos de dança folclóricos da Secretaria da Cultura, Turismo e Lazer.			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
10	TRAJE DE WEILHEIM - FEMININO - INFANTO - AVENTAL - Avental em jacquard em tom pastel, com franzido na parte da frente e com tiras para amarrar do mesmo material. (16409)	UND	ANDERSON LUIZ PESSOA 04527830970 (9373)	Anderson	0	82,5331	1		
11	TRAJE DE WEILHEIM - FEMININO - INFANTO - ANÁGUA - Anágua em algodão branco com acabamento em renda na barra e elástico na cintura. (16410)	UND	ANDERSON LUIZ PESSOA 04527830970 (9373)	Anderson	0	48,5489	1		
12	TRAJE DE WEILHEIM - FEMININO - INFANTO - CEROUÇA - Cerouça (bombachinha) em algodão branco com acabamento em renda de algodão nas pernas e elástico na cintura e nas pernas. (16411)	UND	ANDERSON LUIZ PESSOA 04527830970 (9373)	Anderson	0	40,7811	1		
13	TRAJE DE WEILHEIM - FEMININO - INFANTIL - SAIA - Saia em microfibra azul com pregas na cintura, bolso na parte da frente, com uma barra preta de 15cm na parte de baixo. (16412)	UND	ANDERSON LUIZ PESSOA 04527830970 (9373)	Anderson	0	86,9025	1		
14	TRAJE DE WEILHEIM - FEMININO - INFANTIL - CORPETE - Corpete em crepe enrugado na cor azul, com as bordas em veludo, com sete tiras de veludo mais fina ornando as costas e duas a parte da frente, preso na parte da frente com ganchos em metal e uma corda prateada. Na borda frontal uma renda preta. (16413)	UND	ANDERSON LUIZ PESSOA 04527830970 (9373)	Anderson	0	86,4170	1		
15	TRAJE DE WEILHEIM - FEMININO - INFANTIL - BLUSA - Blusa em tricotilne branco, com mangas em voal trabalhado e acabamento em greespil. Mangas e gola em voal, com fecho de ganchos no pescoço. (16414)	UND	ANDERSON LUIZ PESSOA 04527830970 (9373)	Anderson	0	46,8982	1		
16	TRAJE DE WEILHEIM - FEMININO - INFANTIL - AVENTAL - Avental em jacquard em tom pastel, com franzido na parte da frente e com tiras para amarrar do mesmo material. (16415)	UND	ANDERSON LUIZ PESSOA 04527830970 (9373)	Anderson	0	66,9974	1		
17	TRAJE DE WEILHEIM - FEMININO - INFANTIL - ANÁGUA - Anágua em algodão branco com acabamento em renda na barra e elástico na cintura. (16416)	UND	ANDERSON LUIZ PESSOA 04527830970 (9373)	Anderson	0	45,6359	1		
18	TRAJE DE WEILHEIM - FEMININO - INFANTIL - CEROUÇA - Cerouça (bombachinha) em algodão branco com acabamento em renda de algodão nas pernas e elástico na cintura e nas pernas. (16417)	UND	ANDERSON LUIZ PESSOA 04527830970 (9373)	Anderson	0	38,8391	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2015

Página: 3/6

Número do Registro de Preços: 25/2015		Data do Registro: 24/07/2015		Válido até: 24/07/2016		Objeto da Compra: Contratação de empresa para prestação de serviços de confecção de Trajes Folclóricos Alemães para grupos de dança folclóricos da Secretaria da Cultura, Turismo e Lazer.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
19	TRAJE DE WEILHEIM - MASCULINO - ADULTO - CALÇA - Calça em chamois preto, com dois bolsos laterais, bordados em branco na parte da frente e de trás, presa por botões na parte da frente. (16416)	UND	ANDERSON LUIZ PESSOA 04527830970 (9373)	Anderson	0	110,6914	1
20	TRAJE DE WEILHEIM - MASCULINO - ADULTO - GRAVATA - Gravata em cetim estampado em vermelho, presa por elástico. (16419)	UND	ANDERSON LUIZ PESSOA 04527830970 (9373)	Anderson	0	24,2744	1
21	TRAJE DE WEILHEIM - MASCULINO - ADULTO - COLETE - Colete em microfibril vermelho com forro na mesma cor, botões, prata na parte da frente. (16420)	UND	ANDERSON LUIZ PESSOA 04527830970 (9373)	Anderson	0	87,3880	1
22	TRAJE DE WEILHEIM - MASCULINO - ADULTO - CAMISA - Camisa em tricotilino branco, com mangas bufantes e presa com botões na manga e gola. (16421)	UND	ANDERSON LUIZ PESSOA 04527830970 (9373)	Anderson	0	66,0265	1
23	TRAJE DE WEILHEIM - MASCULINO - ADULTO - SUSPENSÓRIO - Suspensório em chamois, com bordado e preso por botões. (16422)	UND	ANDERSON LUIZ PESSOA 04527830970 (9373)	Anderson	0	47,5779	1
24	TRAJE DE WEILHEIM - MASCULINO - INFANTO - CALÇA - Calça em chamois preto, com dois bolsos laterais, bordados em branco na parte da frente e de trás, presa por botões na parte da frente. (16423)	UND	ANDERSON LUIZ PESSOA 04527830970 (9373)	Anderson	0	106,3220	1
25	TRAJE DE WEILHEIM - MASCULINO - INFANTO - GRAVATA - Gravata em cetim estampado em vermelho, presa por elástico. (16424)	UND	ANDERSON LUIZ PESSOA 04527830970 (9373)	Anderson	0	14,0792	1
26	TRAJE DE WEILHEIM - MASCULINO - INFANTO - COLETE - Colete em microfibril vermelho com forro na mesma cor, botões, prata na parte da frente. (16425)	UND	ANDERSON LUIZ PESSOA 04527830970 (9373)	Anderson	0	75,7362	1
27	TRAJE DE WEILHEIM - MASCULINO - INFANTO - CAMISA - Camisa em tricotilino branco, com mangas bufantes e presa com botões na manga e gola. (16426)	UND	ANDERSON LUIZ PESSOA 04527830970 (9373)	Anderson	0	62,1426	1
28	TRAJE DE WEILHEIM - MASCULINO - INFANTO - SUSPENSÓRIO - Suspensório em chamois, com bordado e preso por botões. (16427)	UND	ANDERSON LUIZ PESSOA 04527830970 (9373)	Anderson	0	45,1505	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2015

Página: 4/6

Número do Registro de Preços: 25/2015			Data do Registro: 24/07/2015		Válido até: 24/07/2016			
Objeto da Compra:			Contratação de empresa para prestação de serviços de confecção de Trajes Folclóricos Alemães para grupos de dança folclóricos da Secretaria da Cultura, Turismo e Lazer.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
29	TRAJE DE WEILHEIM - MASCULINO - INFANTIL - CALÇA - Calça em chamois preto, com dois bolsos laterais, bordados em branco na parte da frente e de trás, presa por botões na parte da frente. (16428)	UND	ANDERSON LUIZ PESSOA 04527830970 (9373)	Anderson	0	91,5632	1	
30	TRAJE DE WEILHEIM - MASCULINO - INFANTIL - GRAVATA - Gravata em cetim estampado em vermelho, presa por elástico. (16429)	UND	ANDERSON LUIZ PESSOA 04527830970 (9373)	Anderson	0	21,8470	1	
31	TRAJE DE WEILHEIM - MASCULINO - INFANTIL - COLETE - Colete em microfibra vermelho com forro na mesma cor, botões, prata na parte da frente. (16430)	UND	ANDERSON LUIZ PESSOA 04527830970 (9373)	Anderson	0	56,3167	1	
32	TRAJE DE WEILHEIM - MASCULINO - INFANTIL - CAMISA - Camisa em tricotline branco, com mangas bufantes e presa com botões na manga e gola. (16431)	UND	ANDERSON LUIZ PESSOA 04527830970 (9373)	Anderson	0	60,6861	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 25/2015

Página: 5/6

Número do Registro de Preços: 25/2015		Data do Registro: 24/07/2015		Válido até: 24/07/2016			
Objeto da Compra: Contratação de empresa para prestação de serviços de confecção de Trajes Folclóricos Alemães para grupos de dança folclóricos da Secretaria da Cultura, Turismo e Lazer.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
33	TRAJE DE WEILHEIM - MASCULINO - INFANTIL - SUSPENSÓRIO - Suspensório em chamois, com bordado e preso por botões. (16432)	UND	ANDERSON LUIZ PESSOA 04527830970 (9373)	Anderson	0	46,8497	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2015

Número do Registro de Preços: 25/2015		Data do Registro: 24/07/2015		Válido até: 24/07/2016			
Objeto da Compra: Contratação de empresa para prestação de serviços de confecção de Trajes Folclóricos Alemães para grupos de dança folclóricos da Secretaria da Cultura, Turismo e Lazer.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2015
PROCESSO Nº 39/2015
(9373) - ANDERSON LUIZ PESSOA 04527830970

Braço do Trombudo, 24 de Julho de 2015.

Brunópolis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 39/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS

Processo Licitatório nº 41/2015 – Edital de Pregão Presencial nº 33/2015

Objeto: Aquisição de Pneus e Óleo Combustível. Data e horário: o recebimento dos envelopes de “proposta comercial” e “documentação de habilitação” será até às 11h00min do dia 06/11/2015, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Brunópolis, Rua Armino Leobet, 441, Centro, Brunópolis/SC, CEP 89634-000. A íntegra do edital está disponível no endereço eletrônico na Internet www.brunopolis.sc.gov.br. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3556-0019/3556-0020 ou no endereço citado.

Ademil Antonio da Rosa
Prefeito Municipal.

Brusque

PREFEITURA

DECRETO Nº 7.682, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO nº 7.682, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015.

Declara Situação de Emergência no Município em razão de Deslizamentos – 1.1.3.2.1, Inundações – 1.2.1.0.0, Alagamentos – 1.2.3.0.0 e Chuvas Intensas – 1.3.2.1.4.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IV do art. 82 da Lei Orgânica do Município de Brusque, inciso VI do art. 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e, art. 2º, caput, da Instrução Normativa nº 01, de 24 de agosto de 2012, do Ministério da Integração Nacional, e

CONSIDERANDO que nos últimos dias e, em especial, nas últimas horas ocorreu significativo aumento do volume pluviométrico no Município;

CONSIDERANDO que em decorrência do aumento pluviométrico foram constatados diversos pontos de alagamentos, provocando a interdição de várias vias municipais, além de deslocamentos/deslizamentos de terra em pelo menos cinco bairros do Município;

CONSIDERANDO que, de acordo com monitoramento realizado pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, o Rio Itajaí-Mirim atingiu nível superior a 7,50 metros durante a maior parte da madrugada de hoje, ocupando as margens do canal extravasor e causando princípios de enchente em algumas localidades;

CONSIDERANDO que, com base nos últimos acumulados de chuva, principalmente nas cidades de Botuverá e Vidal Ramos, aliado aos níveis já elevados dos rios nestas cidades que ficam à montante do Rio Itajaí-Mirim, obteve-se uma projeção de nível deste para o Município de Brusque indicando que o novo pico máximo de hoje poderá chegar entre 8,00 e 9,00 metros;

CONSIDERANDO que o parecer da Coordenadoria de Defesa Civil do Município, relatando a ocorrência de Deslizamentos – 1.1.3.2.1, Inundações – 1.2.1.0.0, Alagamentos – 1.2.3.0.0 e Chuvas Intensas – 1.3.2.1.4, indica desastre classificado como nível I, segundo o art. 4º da Instrução Normativa nº 01, de 24 de agosto de 2012, do Ministério da Integração Nacional, e é favorável à declaração de Situação de Emergência;

CONSIDERANDO as informações de que várias pessoas estão desalojadas, dez dentre as quais buscaram acolhimento no abrigo provisório instalado pela Secretaria de Assistência Social e Habitação junto à Arena Multiuso durante esta madrugada e lá permanecem; CONSIDERANDO as inúmeras informações fotográficas que circulam nas redes sociais e que constantemente chegam ao conhecimento da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, sobre eventos decorrentes das precipitações pluviométricas e sobre o transbordo do Rio Itajaí-Mirim, indicando consideráveis prejuízos econômicos públicos e privados.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada Situação de Emergência no Município de Brusque, em virtude de desastres classificados e codificados nos Formulários de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto como Deslizamentos – 1.1.3.2.1, Inundações – 1.2.1.0.0, Alagamentos – 1.2.3.0.0 e Chuvas Intensas – 1.3.2.1.4, conforme a Instrução Normativa do Ministério da Integração Nacional nº 01, de 24 de agosto de 2012.

Art. 2º Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de Defesa Civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I - penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II - usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da Defesa Civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança coletiva da população.

Art. 5º Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Parágrafo único. A dispensa de que trata este artigo aplica-se somente no caso de não haver contrato vigente de fornecimento dos bens, serviços e obras necessários para a gestão da situação de emergência ou no caso de, mesmo havendo contrato vigente, o fornecimento esteja ou venha a ser prejudicado em razão dos próprios desastres que ensejam esta declaração de situação de emergência ou de desastres específicos neste ou em outros municípios, presentes ou futuros.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de outubro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

RENATE KLEIN

Diretora-Geral de Defesa Civil

Coordenadora Municipal de Proteção e Defesa Civil

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CÁTIA FISCHER CUSTÓDIO

Coordenadora do Gabinete

PORTARIA Nº 2218/2015, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

PORTARIA Nº 2218/2015, de 28 de agosto de 2015.

“Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 1383/2013 – referente ao Processo Administrativo Exoneração nº 10/2013 e dá outras providências.”

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13,

RESOLVE

Considerando, prazo para novo resposta da Junta Médica;

Considerando, feriado ocorrido em 04 de agosto de 2015;

Considerando, novo prazo dado para o indiciado visando a ampla defesa e contraditório.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante instaurada contra o servidor RODRIGO PEREIRA GOMES (matrícula 68098.2-03), ocupante do cargo de Agente de Obras, para apurar os fatos constantes Denuncia encaminhado através de ofício nº 15 B datado de 07/06/2013 e datado de 23 de abril de 2013, encaminhado pela Comissão de Avaliação de Estágio Probatório, bem como mem. nº 326/2013 encaminhado pelo Departamento de Recursos Humanos datado de 07 de junho de 2013, em desacordo com as disposições do Decreto 6 287/10, em seu art. 11, parágrafo 5º e art. 13, letra “b”.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 28 de agosto de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

RESOLUÇÃO Nº 10, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015 LEGISLATIVO

Resolução Nº 10, de 21 de outubro de 2015.

Concede Licença ao Vereador Edson Rubem Muller.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica concedido ao Vereador Edson Rubem Muller, licença por 30 (trinta) dias, no período de 01 de novembro de 2015 a 30 de novembro de 2015, para tratar, sem remuneração, de interesses particulares, nos termos do que estabelece o artigo 21, III, do Regimento Interno da Câmara Municipal, conforme Requerimento nº 156/2015.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 2015.

Jean Daniel dos Santos Pirola

Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Rogério Gamba

Diretor Geral

Caçador

PREFEITURA

EDITAL Nº 03/2015 - PROCESSO SELETIVO EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC
PROCESSO SELETIVO
EDITAL Nº 03/2015

A Comissão do Processo Seletivo, nomeada pelo Decreto Municipal n.º 6.568 de 01/10/2015, torna pública a realização de Processo Seletivo destinado ao preenchimento de vagas temporárias e formação de cadastro de reserva para o quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação, que se regerá pelas Leis Complementares 56/2004, 163/2010, 286/2014 e 298/2015 e pelas normas estabelecidas neste edital. A coordenação técnico/administrativa do Processo Seletivo será de responsabilidade do IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Os cargos objeto do Processo Seletivo, os valores dos respectivos vencimentos, o número de vagas e a jornada de trabalho são os constantes do Anexo I deste Edital.

1.1.1. A Prefeitura Municipal de Caçador - SC reserva-se o direito de admitir o número total ou parcial dos candidatos aprovados em relação às vagas quantificadas no Anexo I deste Edital.

1.2. As condições de habilitação, a descrição sumária dos cargos, a definição de conteúdos programáticos, as vagas e demais informações próprias de cada cargo constarão de instruções específicas, expressas nos Anexos I, II e III do presente Edital.

1.3. Para se inscrever, o candidato deverá acessar o site www.ibam-concursos.org.br, clicar no link do cargo escolhido, preencher com atenção os quadros solicitados, conferir todos os dados, confirmar a inscrição e realizar o pagamento do boleto gerado.

1.4. Os candidatos aprovados no Processo Seletivo poderão ser designados para as vagas existentes em qualquer unidade de serviço, de acordo com as necessidades do Município de Caçador.

1.5. As provas teórico-objetivas de caráter eliminatório e classificatório para todos os cargos terão a coordenação técnico-administrativa do Instituto Brasileiro de Administração Municipal-IBAM.

2. REQUISITOS BÁSICOS PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

2.1. Ter nacionalidade brasileira ou equivalente;

2.2. Estar em pleno gozo dos direitos políticos;

2.3. Quitação com as obrigações militares e eleitorais;

2.4. Nível de escolaridade e capacitação técnica exigida para o exercício do cargo, de acordo com Anexo I;

2.5. Idade mínima de 18 (dezoito) anos (a serem completados até a data da posse no cargo);

2.6. Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo;

2.7. Apresentar, quando se tratar de profissão regulamentada, no ato da posse, o competente registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;

2.8. Apresentar declaração de não possuir acúmulo de cargo público, exceto aqueles previstos na Lei;

2.9. Apresentar declaração firmada pelo interessado na qual conste não haver sofrido condenação definitiva por crime doloso ou contravenção, nem penalidade disciplinar de demissão a bem do serviço público no exercício de função pública qualquer.

3. DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

3.1. É considerada pessoa com deficiência a que se enquadra nas categorias descritas no art. 4º. do Decreto Federal no 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

3.2. Ao candidato abrangido pelo Decreto Federal no 3.298, de 20 de dezembro de 1999, é assegurado o direito de inscrever-se na condição de pessoa com deficiência, desde que a sua deficiência não seja incompatível com as atribuições do cargo ao qual concorre.

3.3. O candidato com deficiência deverá declarar tal condição em local apropriado, na ficha de inscrição.

3.4. Conforme disposto no Decreto Federal no 3.298, de 20 de dezembro de 1999, em seu art. 39, o candidato deverá apresentar, no momento da avaliação perante uma junta de especialistas, conforme item 3.5, laudo médico com data inferior a 01 (um) ano, contados da data do presente Edital, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência.

3.5. O candidato que tenha declarado sua deficiência será convocado, em Edital próprio, após o encerramento das inscrições, para avaliação da compatibilidade da deficiência com o cargo a que concorre, sendo lícito à Comissão do Processo Seletivo programar a realização de quaisquer outros procedimentos prévios, se a junta de especialistas assim o requerer, para a elaboração de seu laudo.

3.6. A junta de especialistas será composta conforme disposto no Decreto Federal no 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

3.7. Compete à junta de especialistas, além da emissão do laudo, declarar, conforme a deficiência do candidato, se este deve ou não usufruir do benefício previsto.

3.8. A avaliação em questão será realizada sem ônus para o candidato, garantido recurso em caso de decisão denegatória, na forma estabelecida no item 7 deste Edital.

3.9. Os candidatos com deficiência somente poderão disputar cargos cujas atividades sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores.

3.10. Caso a deficiência do candidato seja avaliada pela junta oficial como incompatível com o cargo para o qual se inscreveu, o candidato poderá receber de volta o valor pago a título de inscrição.

3.11. Os candidatos com deficiência participarão do Concurso em igualdade de condições com os demais candidatos.

3.12. O candidato com deficiência que necessitar de tratamento diferenciado no dia da prova objetiva deverá especificá-lo na ficha de inscrição, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização da prova.

3.13. A não solicitação de recursos especiais, tempestivamente, conforme disposto no subitem 3.12, implica a sua não concessão no dia da realização das provas.

3.14. A realização das provas por estes candidatos, em condições especiais, ficará condicionada à possibilidade de fazê-las de forma que não importe quebra de sigilo ou não enseje seu favorecimento.

3.15. O candidato que, no ato de inscrição, se declarar deficiente, se aprovado no Concurso, além de figurar na lista geral de classificação, terá seu nome publicado em relação à parte, observada a respectiva ordem de classificação.

3.16. Considerando que a legislação municipal reserva para os deficientes 10% (dez por cento) do número de vagas de cada cargo. O primeiro candidato classificado como pessoa com deficiência, será nomeado para assumir a 10ª vaga e assim, sucessivamente a cada 10 vagas.

4. INSCRIÇÃO NO CONCURSO

4.1. Período: de 27 de outubro a 17 de novembro de 2015, pela Internet, através do site (www.ibam-concursos.org.br).

4.1.1. Os interessados em se inscreverem e que não possuem acesso à internet, poderão fazer a inscrição na Secretaria Municipal

de Educação de Caçador, situada à Rua Curitibaanos, 600 – Centro, Caçador, no horário de funcionamento da mesma.

4.1.2. Valores de inscrição:

FUNÇÃO / ESCOLARIDADE	VALOR
Funções de Nível Superior	R\$ 50,00
Funções de Nível Médio e Superior Incompleto	R\$ 40,00

4.2. O candidato deverá acessar o site do IBAM (www.ibam-concursos.org.br) onde terá acesso ao Edital e seus Anexos, à ficha de inscrição e aos procedimentos necessários à efetivação da inscrição, que estará disponível no período entre 0 (zero) hora do dia 27 (vinte e sete) e 24h00 (vinte e quatro) horas do dia 17 (dezesete) de novembro de 2015.

4.3. As inscrições somente serão aceitas após o banco confirmar o efetivo pagamento do valor de inscrição. O candidato poderá verificar a confirmação de sua inscrição no site (www.ibam-concursos.org.br) através da opção Área do Candidato.

4.4. O pagamento do Boleto Bancário deverá ser feito em espécie ou através de Internet Banking, não sendo aceito pagamento em cheque ou mediante agendamento eletrônico.

4.5. O pagamento deverá ser efetivado, impreterivelmente, até o último dia previsto para o encerramento das inscrições, até o horário definido no item 4.2, caso contrário não será considerado.

4.6. O candidato será responsável por qualquer erro ou omissão no preenchimento da ficha de inscrição, não sendo permitido pedido de retificação de dados após o encerramento do prazo das inscrições, exceto atualização de endereço.

4.7. Não há possibilidade de alteração/troca de cargos, nem devolução de valores.

4.8. O candidato que realizar mais de uma inscrição, mesmo que efetivadas com o pagamento, só poderá realizar uma prova, tendo que optar por uma delas.

4.9. O candidato também é responsável por confirmar se os dados da inscrição pela Internet foram recebidos e se o valor da inscrição foi pago. Se seu nome não constar da listagem de inscritos, publicada logo após o encerramento das inscrições, o candidato deverá entrar em contato com o IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal, organizador do Processo Seletivo, no telefone (47) 3041 6262, a fim de verificar a razão da pendência.

4.10. O Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM e a Prefeitura de Caçador não se responsabilizam por qualquer problema na inscrição via Internet motivado por falhas de comunicação, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a conexão ou a transferência de dados.

5. PROCESSO SELETIVO

5.1. Provas

5.1.1. As provas serão eliminatórias e classificatórias, e se constituirão de questões objetivas de múltipla escolha, conforme descrito nos Anexos II e III deste Edital.

5.1.2. Nas provas, serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem pontos em número igual ou superior ao estabelecido no Anexo II.

5.1.3. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada destas provas.

5.2. Realização das Provas

5.2.1. As provas serão realizadas no Município de Caçador no dia 06 de dezembro de 2015, às 09 horas, para todos os cargos e terão a duração de 03 (três) horas.

5.2.2. Caso o número de candidatos inscritos exceda a oferta de lugares adequados, existentes e reservados para o período, o IBAM e a Comissão de Acompanhamento do Concurso, reservam-se o direito de remarcar o horário de prova de determinados cargos para o período vespertino.

5.2.3. O local da realização das provas constará do cartão de confirmação de inscrição a ser acessado via Internet, a partir de

26/11/2015, no site do IBAM (www.ibam-concursos.org.br), no link Área do Candidato ou no link Documentação do Concurso.

5.2.4. Só será permitido o ingresso dos candidatos nos locais de prova até o horário estabelecido no cartão de confirmação.

5.2.5. O candidato que chegar após o horário estabelecido não poderá ingressar no local de prova, ficando, automaticamente, excluído do Processo Seletivo.

5.2.6. Para evitar atrasos, recomenda-se que os candidatos compareçam aos locais de provas pelo menos 30 (trinta) minutos antes do horário previsto para o fechamento dos portões.

5.2.7. O candidato deverá comparecer aos locais de prova munidos de documento original de identidade oficial e com fotografia, e de caneta esferográfica azul ou preta.

5.2.8. Serão considerados documentos de identidade, os documentos oficiais e com fotografia. Preferencialmente Cédula Oficial de Identidade (RG) e Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

5.2.9. Caso o candidato não possa apresentar nenhum documento oficial com foto, no dia da realização da prova, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias. Neste caso, o candidato deverá registrar sua impressão digital, além da assinatura, em cartão de identificação específico.

5.2.10. O candidato, ao ingressar no local de realização da prova, deverá obrigatoriamente manter desligado qualquer aparelho eletrônico que esteja sob sua posse, incluindo as campanhas de celular e os sinais de alarme. O uso de quaisquer funcionalidades de aparelhos tais como bip, telefone celular, walkman, receptor/transmissor, gravador, agenda eletrônica, notebook, calculadora, palm-top, relógio digital com receptor, entre outros, incorrerá na exclusão do candidato do certame, podendo a organização do Concurso vedar o ingresso do candidato com outros aparelhos além dos anteriormente citados.

5.2.11. Os candidatos só poderão sair do local de realização do certame após 01 (uma) hora do início da prova, podendo levar o caderno de provas.

5.2.12. Os 03 (três) últimos candidatos a terminar as provas só poderão deixar o local juntos.

5.2.13. A lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova, poderá fazê-lo em sala reservada, desde que o requeira no momento da inscrição, para adoção das providências necessárias.

5.2.14. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

5.2.15. A criança deverá ser acompanhada de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata) e permanecer em ambiente reservado.

5.2.16. A lactante deverá apresentar-se, no respectivo horário para o qual foi convocada, com o acompanhante e a criança.

5.2.17. Não será disponibilizado pelo IBAM, responsável para a guarda da criança, acarretando à candidata a impossibilidade de realização da prova.

5.2.18. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma fiscal.

5.2.19. Na sala reservada para amamentação ficarão somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.

5.2.20. A Comissão de Acompanhamento de Concurso da Prefeitura Municipal poderá, justificadamente, alterar as normas previstas no item 5 e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do Certame.

5.2.21. Constatando-se, durante a realização da prova, qualquer erro ou equívoco relacionado à edição ou impressão das provas, os organizadores já tomarão a providência cabível, podendo inclusive determinar a anulação da questão ou questões afetadas.

5.2.22. Nas Provas Objetivas, o candidato deverá assinalar as respostas na Folha de Respostas, que será o único documento válido

para a correção da prova. O preenchimento da Folha de Respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas na capa do Caderno de Questões. Em hipótese alguma haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato. Na correção da Folha de Respostas será atribuída nota zero à questão com mais de uma opção assinalada, sem opção assinalada ou com rasura. O candidato deverá assinar a Folha de Respostas.

5.3. Títulos

5.3.1. Serão atribuídos pontos aos títulos a serem apresentados pelos candidatos, conforme os critérios a seguir:

☐ Experiência em regência de turma: mediante declaração da entidade empregadora, ou registro na CTPS, ou cópia de contrato de trabalho. Será computado 01 ponto para cada 12 (doze) meses completos de experiência, sendo possível acumular até 10 pontos.

☐ Formação continuada: Cursos com Certificados de conclusão com registro no MEC, Secretarias Estaduais ou Municipais na área de atuação, desde que realizados nos anos de 2012, 2013 e 2014, mediante apresentação de cópia autenticada, do certificado. Será creditado 01 ponto a cada 40 horas de curso. Máximo a ser considerado: 200 horas.

☐ Especialização lato sensu: reconhecido pelo MEC – Ministério da Educação, desde que guarde relação direta com a área de atuação para o qual o candidato prestará prova, com o mínimo de 360 (trezentos e sessenta) horas/aula, mediante apresentação de cópia autenticada de certificado de conclusão devidamente registrado: 05 (cinco) pontos, sendo possível acumular até 10 pontos.

☐ Mestrado: reconhecido pelo MEC – Ministério da Educação, desde que guarde relação direta com as atribuições do cargo e a área de atuação para o qual o candidato prestará prova, mediante apresentação de cópia autenticada de certificado de conclusão e título de Mestre devidamente registrado: 10 (dez) pontos.

5.3.2. Só serão avaliados e pontuados os títulos dos candidatos aprovados nas provas objetivas.

5.3.3. Não haverá desclassificação do candidato pela não apresentação de títulos.

5.3.4. Não serão considerados como títulos as especializações exigidas como requisito de escolaridade/formação para investidura no cargo.

5.4. Apresentação de títulos:

5.4.1. Para fins de cumprimento dos prazos legais, os títulos deverão ser enviados ou entregues na Secretaria Municipal de Educação, Rua Curitibaanos 600, Centro - CEP: 89500-000, Caçador, exclusivamente no período de inscrições.

5.4.2. Os títulos deverão ser apresentados em envelope fechado, contendo na sua parte externa o número de inscrição, nome do candidato e o cargo para o qual concorre. Não serão analisados os títulos sem indicação dos dados acima.

5.4.3. A Secretaria Municipal de Educação não fará a conferência de documentação, sendo exclusiva do candidato a responsabilidade pela documentação entregue.

6. CONTAGEM DE PONTOS

6.1. A contagem de pontos obedecerá ao critério a seguir:

O total de pontos dos candidatos será obtido pela adição dos pontos a eles atribuídos em cada um dos núcleos das provas objetivas e de títulos, quando for o caso.

7. RECURSOS E REVISÕES

7.1. Aos candidatos serão assegurados recursos em todas as etapas do Processo Seletivo.

7.2. O candidato que se sentir prejudicado em qualquer das etapas do Processo Seletivo, poderá interpor recurso, mediante requerimento individual, desde que:

a) seja dirigido ao Presidente da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Caçador e entregue para registro no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Caçador, situada na Av. Santa Catarina, 195 – Centro, no horário das 13h00 às 19h00, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados após

o ato que motivou a reclamação;

b) constem obrigatoriamente do recurso nome completo do candidato, número da inscrição, cargo ao qual se candidatou, fundamentação clara e ampla dos motivos, e, no caso de recursos contra questões ou gabaritos, a bibliografia pesquisada. O referido recurso deverá ser devidamente firmado pelo candidato em todas as folhas;

c) seja apresentado digitado, devendo ser uma folha para cada questão recorrida, no caso de recursos contra questões, conforme modelo constante do Anexo IV deste Edital.

7.3. Será indeferido, liminarmente, o requerimento que não atender aos critérios estabelecidos no item anterior.

7.4. Não serão aceitos recursos interpostos por telegrama, via postal, Internet ou outro meio que não seja o especificado neste Edital.

7.5. Se do exame de recursos resultar anulação de questão, a pontuação correspondente será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

7.6. No caso de o gabarito da prova ser fornecido incorretamente por falha de digitação, publicação ou outra, a questão não será anulada, procedendo-se à sua correção e publicação.

7.7. Será dada publicidade às decisões dos recursos.

8. RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO

8.1. Considerar-se-á aprovado o candidato que, submetido ao Processo Seletivo descrito no item 5 do presente Edital, satisfizer todas as condições lá estabelecidas.

8.2. Em caso de igualdade de pontos na classificação, serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios para o desempate dos candidatos:

a) para todos os cargos:

1o) maior no de pontos na prova de Conhecimentos Técnico-Profissionais;

2o) maior no de pontos na prova de Legislação Educacional;

3o) maior no de pontos na prova de Português;

4o) maior idade.

8.2.1. Quando a igualdade de pontos envolver, pelo menos, 01 (um) candidato com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, o desempate far-se-á considerando como primeiro critério o mais idoso, conforme parágrafo único da Lei nº 10.741/03, a partir do qual serão aplicados os demais critérios estabelecidos.

8.3. O resultado preliminar do Processo Seletivo contendo o desempenho de todos os candidatos inscritos, em ordem decrescente de pontuação, será publicado no site do IBAM (www.ibam-concursos.org.br), através da opção Documentação do Concurso.

8.4. Após decididos todos os recursos, será publicada uma relação final, com todos os candidatos aprovados por cargo e em ordem de classificação, nos sites do IBAM (www.ibam-concursos.org.br) e do Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br).

8.5. Os candidatos aprovados passarão a constituir um cadastro de reserva pelo período de validade do Processo Seletivo, cabendo-lhes a responsabilidade de manter atualizado, através de documento protocolado junto ao Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Educação, seu endereço e telefone para fins de convocação, sob pena de serem considerados desistentes.

8.6. Os gabaritos serão divulgados no dia 07/12/2015, no site do IBAM (www.ibam-concursos.org.br).

9. DA ESCOLHA DE VAGAS

9.1. A escolha de vagas ocorrerá nos dias 27, 28 e 29 de janeiro de 2016, em horários a serem divulgados pela Secretaria Municipal de Educação, até a segunda quinzena de dezembro de 2015.

9.2. A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato, ou através de seu procurador, desde que munida da procuração pública outorgada para este fim.

9.3. Para a escolha de vagas o candidato deverá apresentar documento de identidade com fotografia e/ou procuração pública, quando se tratar de procurador.

9.4. O candidato que não aceitar a vaga disponível, ou estiver ausente no dia da escolha de vagas, será recolocado no final da lista

de classificados.

9.5. Após feita a escolha da vaga, o candidato não poderá solicitar redução da carga horária, exceto em casos de necessidade da Secretaria Municipal de Educação.

9.6. Após escolhida a vaga, não serão permitidas trocas de local de trabalho, exceto em casos de necessidade da Secretaria Municipal de Educação.

9.7. O quadro de vagas será afixado no Mural da Secretaria Municipal de Educação de Caçador – SME, a partir da segunda quinzena de dezembro de 2015, sendo responsabilidade do candidato tomar conhecimento do mesmo.

9.8. Fica reservada à Direção das Unidades de Ensino a distribuição das aulas nos respectivos horários.

9.9. A Secretaria Municipal de Educação poderá convocar o candidato que já escolheu vaga para complementar sua carga horária até 40 (quarenta horas), conforme a necessidade e o surgimento de novas vagas, antes do prosseguimento da listagem.

9.10. Os aprovados na condição de estudantes (Não Habilitados) somente serão contratados após esgotar a listagem de aprovados dos habilitados.

9.11. As vagas relativas ao AEE – Atendimento Educacional Especializado e ao Laboratório de Informática, somente serão disponibilizadas após a Secretaria Municipal de Educação realizar o Processo Seletivo Interno dos professores efetivos.

9.12. A escolha de vagas para os Projetos (Esportivos, Culturais, NOA, AEE e Laboratório de Informática), será feita após o início das aulas, em fevereiro de 2016, conforme a necessidade e organização interna da Secretaria Municipal de Educação.

10. DA CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

10.1. Após a homologação os candidatos poderão ser convocados a qualquer tempo, durante a vigência deste Processo Seletivo, através de contato da Secretaria Municipal de Educação de Caçador.

10.2. Após a comprovação dos requisitos exigidos no item 2 do Edital, o candidato classificado será encaminhado para Exame Admissional.

10.3. O exame médico é eliminatório, sendo excluídos do Processo Seletivo os candidatos que não apresentarem aptidão para o exercício do serviço público para o qual se inscreveram, podendo a Administração Municipal solicitar outros exames específicos além dos previstos neste edital para melhor avaliar as condições de saúde do candidato.

10.4. O candidato deverá manter atualizado seu endereço, junto ao IBAM, até a publicação da classificação final do Processo Seletivo, e junto ao Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Educação, após a homologação do resultado do Processo Seletivo.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. A classificação dos candidatos aprovados será feita em ordem decrescente dos pontos obtidos.

11.2. A homologação do Processo Seletivo será feita por ato do Prefeito Municipal de Caçador, mediante a apresentação das listagens finais dos resultados do certame.

11.3. O Processo Seletivo terá validade de 01 (um) ano, a contar da data da publicação de sua homologação.

11.4. Os candidatos que não atenderem aos requisitos exigidos neste Edital serão automaticamente eliminados do Processo Seletivo em qualquer de suas fases.

11.5. Será excluído do certame o candidato que:

- a) faltar a prova objetiva;
- b) não atingir a pontuação mínima na prova objetiva;
- c) deixar de assinar o cartão-resposta;
- d) portar-se de maneira inadequada nos locais de realização das provas, de modo a prejudicar o andamento normal do Concurso;
- e) for surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato;
- f) for apanhado em flagrante tentativa de burla, fraude ou falsificação na realização da prova, sem prejuízo do indiciamento cabível;
- g) deixar de apresentar qualquer documento comprobatório dos

requisitos exigidos neste Edital.

11.6. O presente Processo Seletivo objetiva o preenchimento de cargos, na forma das Leis Complementares Municipais 56/2004, Nº 286 de 2014 e Lei Nº 298 de 2015.

11.7. A inscrição do candidato implicará o conhecimento do presente Edital, bem como o compromisso tácito de aceitar as condições do Processo Seletivo, tais como se acham estabelecidas.

11.8. A aprovação em Processo Seletivo não gera direito à contratação, a qual se dará, a exclusivo critério da Secretaria Municipal de Educação, dentro do prazo de validade do Processo Seletivo em conformidade ao número de vagas constantes do Anexo I deste Edital, respeitada a ordem de classificação.

11.9. É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar pela internet, através do site do IBAM (www.ibam-concursos.org.br), ou qualquer outro meio de divulgação definido pela Comissão de Processo Seletivo a publicação de todos os atos e editais relativos ao Processo Seletivo, inclusive alterações que porventura ocorram durante o Processo Seletivo.

11.10. Após a homologação, o candidato deverá manter atualizado seu endereço, junto à Secretaria Municipal de Educação, sendo de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos decorrentes da não atualização desta informação.

11.11. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Processo Seletivo, competente também para julgar, em decisão irrecurável, quaisquer que sejam os recursos interpostos pelos candidatos.

11.12. São partes integrantes deste Edital os Anexos I, II, III e IV que o acompanham.

11.13. O presente Edital e demais atos relativos ao Concurso estarão disponibilizados no site do IBAM (www.ibam-concursos.org.br).

Caçador, 22 de outubro de 2015.

COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO

EDITAL Nº 03/2015 - PROCESSO SELETIVO EDUCAÇÃO ANEXO I

CÓDIGO DO CARGO	CARGO	ÁREA DE ATUAÇÃO	REQUISITOS (ESCOLARIDADE/ FORMAÇÃO)	TOTAL DE VAGAS	JORNADA SEMANAL	VENCIMENTO -BASE (R\$) (*)
NÍVEL SUPERIOR - HABILITADOS						
01	AUXILIAR DE BIBLIOTECA	BIBLIOTECA	Habilitação obtida em curso nível superior, na área de Educação.	Conforme a necessidade	Até 40 h	1.472,94
02	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	GESTÃO ESCOLAR	Habilitação obtida em curso de nível superior, de duração plena, em Pedagogia.	Conforme a necessidade	Até 40 h	2.671,05
03	PROFESSOR I	ANOS INICIAIS- 1º AO 5º ANO	Habilitação em nível superior, em curso de licenciatura em Pedagogia.	Conforme a necessidade	Até 40 h	2.671,05
04	PROFESSOR I	ANOS INICIAIS – INTÉRPRETE DE LIBRAS	Habilitação em nível superior, em curso de licenciatura específico na área de Pedagogia e, no mínimo, 40 horas de curso de Libras.	Conforme a necessidade	Até 40 h	2.671,05
05	PROFESSOR II	ARTE	Habilitação em nível superior, em curso de licenciatura específico na área de atuação.	Conforme a necessidade	Até 40 h	2.671,05
06	PROFESSOR I	ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	Habilitação em nível superior, em curso de licenciatura em Pedagogia, com Especialização em AEE, Educação Especial ou Educação Inclusiva e, no mínimo, 40 horas curso de Libras.	Conforme a necessidade	Até 40 h	2.671,05
07	PROFESSOR II	CIÊNCIAS	Habilitação em nível superior, em curso de licenciatura específico na área de atuação.	Conforme a necessidade	Até 40 h	2.671,05
08	PROFESSOR II	EDUCAÇÃO FÍSICA	Habilitação em nível superior, em curso de licenciatura específico na área de atuação.	Conforme a necessidade	Até 40 h	2.671,05
09	PROFESSOR I	EDUCAÇÃO INFANTIL	Habilitação em nível superior, em curso de licenciatura em Pedagogia.	Conforme a necessidade	Até 40 h	2.671,05
10	PROFESSOR II	ENSINO RELIGIOSO	Habilitação em nível superior, em curso de licenciatura específico na área de atuação.	Conforme a necessidade	Até 40 h	2.671,05
CÓDIGO DO CARGO	CARGO	ÁREA DE ATUAÇÃO	REQUISITOS (ESCOLARIDADE/ FORMAÇÃO)	TOTAL DE VAGAS	JORNADA SEMANAL	VENCIMENTO -BASE (R\$) (*)
NÍVEL SUPERIOR - HABILITADOS						
11	PROFESSOR II	GEOGRAFIA	Habilitação em nível superior, em curso de licenciatura específico na área de atuação.	Conforme a necessidade	Até 40 h	2.671,05
12	PROFESSOR II	HISTÓRIA	Habilitação em nível superior, em curso de licenciatura específico na área de atuação.	Conforme a necessidade	Até 40 h	2.671,05
13	PROFESSOR II	INGLÊS	Habilitação em nível superior, em curso de licenciatura específico na área de atuação.	Conforme a necessidade	Até 40 h	2.671,05
14	PROFESSOR	LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA E TELECENTRO	Habilitação em nível superior, em qualquer curso de licenciatura e, no mínimo, 80 horas de curso de Informática.	Conforme a necessidade	Até 40 h	2.671,05
15	PROFESSOR II	LÍNGUA PORTUGUESA	Habilitação em nível superior, em curso de licenciatura específico na área de atuação.	Conforme a necessidade	Até 40 h	2.671,05
16	PROFESSOR II	MATEMÁTICA	Habilitação em nível superior, em curso de licenciatura específico na área de atuação.	Conforme a necessidade	Até 40 h	2.671,05
17	PROFESSOR II	PROJETOS CULTURAIS	Habilitação em nível superior, em curso de licenciatura específico na área de Arte.	Conforme a necessidade	Até 40 h	2.671,05
18	PROFESSOR II	PROJETOS ESPORTIVOS	Habilitação em nível superior, em curso de licenciatura em Educação Física.	Conforme a necessidade	Até 40 h	2.671,05
19	PROFESSOR I	PROJETO NOVAS OPORTUNIDADES DE APRENDIZAGEM	Habilitação em nível superior, em curso de licenciatura em Pedagogia e ou Psicopedagogia.	Conforme a necessidade	Até 40 h	2.671,05
20	SECRETÁRIO ESCOLAR	UNIDADES EDUCACIONAIS	Habilitação obtida em curso de Licenciatura e curso de informática com duração de, no mínimo, 80 horas.	Conforme a necessidade	Até 40 h	2.236,19
CÓDIGO DO CARGO	CARGO	ÁREA DE ATUAÇÃO	REQUISITOS (ESCOLARIDADE/ FORMAÇÃO)	TOTAL DE VAGAS	JORNADA SEMANAL	VENCIMENTO -BASE (R\$) (*)
NÍVEL SUPERIOR – NÃO HABILITADOS (ESTUDANTES)						
101	AUXILIAR DE BIBLIOTECA	BIBLIOTECA	Comprovante de matrícula em curso de nível superior, na área de Educação.	Conforme a necessidade	Até 40 h	1.223,16

102	PROFESSOR I	ANOS INICIAIS-1º AO 5º ANO	Comprovante de matrícula em curso de Licenciatura na área de Atuação.	Conforme a necessidade	Até 40 h	1.917,78
103	PROFESSOR II	ARTE	Comprovante de matrícula em curso de Licenciatura na área de Atuação.	Conforme a necessidade	Até 40 h	1.917,78
104	PROFESSOR II	CIÊNCIAS	Comprovante de matrícula em curso de Licenciatura na área de Atuação.	Conforme a necessidade	Até 40 h	1.917,78
105	PROFESSOR II	EDUCAÇÃO FÍSICA	Comprovante de matrícula em curso de Licenciatura na área de Atuação.	Conforme a necessidade	Até 40 h	1.917,78
106	PROFESSOR I	EDUCAÇÃO INFANTIL	Comprovante de matrícula em curso de Licenciatura na área de Atuação.	Conforme a necessidade	Até 40 h	1.917,78
107	PROFESSOR II	ENSINO RELIGIOSO	Comprovante de matrícula em curso de Licenciatura na área de Atuação.	Conforme a necessidade	Até 40 h	1.917,78
108	PROFESSOR II	GEOGRAFIA	Comprovante de matrícula em curso de Licenciatura na área de Atuação.	Conforme a necessidade	Até 40 h	1.917,78
109	PROFESSOR II	HISTÓRIA	Comprovante de matrícula em curso de Licenciatura na área de Atuação.	Conforme a necessidade	Até 40 h	1.917,78
110	PROFESSOR II	INGLÊS	Comprovante de matrícula em curso de Licenciatura na área de Atuação.	Conforme a necessidade	Até 40 h	1.917,78
111	PROFESSOR	LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA E TELECENTRO	Comprovante de matrícula em qualquer curso de licenciatura e, no mínimo, 80 horas de curso de Informática.	Conforme a necessidade	Até 40 h	1.917,78
112	PROFESSOR II	LÍNGUA PORTUGUESA	Comprovante de matrícula em curso de Licenciatura na área de Atuação.	Conforme a necessidade	Até 40 h	1.917,78
113	PROFESSOR II	MATEMÁTICA	Comprovante de matrícula em curso de Licenciatura na área de Atuação.	Conforme a necessidade	Até 40 h	1.917,78

CÓDIGO DO CARGO	CARGO	ÁREA DE ATUAÇÃO	REQUISITOS (ESCOLARIDADE/ FORMAÇÃO)	TOTAL DE VAGAS	JORNADA SEMANAL	VENCIMENTO -BASE (R\$) (*)
NÍVEL SUPERIOR – NÃO HABILITADOS (ESTUDANTES)						
114	PROFESSOR II	PROJETOS CULTURAIS	Comprovante de matrícula em curso de Licenciatura na área de Atuação.	Conforme a necessidade	Até 40 h	1.917,78
115	PROFESSOR II	PROJETOS ESPORTIVOS	Comprovante de matrícula em curso de Licenciatura na área de Atuação.	Conforme a necessidade	Até 40 h	1.917,78
116	SECRETÁRIO ESCOLAR	UNIDADES EDUCACIONAIS	Comprovante de matrícula em curso de Licenciatura e curso de informática com duração de, no mínimo, 80 horas.	Conforme a necessidade	Até 40 h	2.077,79

(*) valor referente a 40 horas semanais

Vencimento – Professores Licenciados

30 horas – R\$ 2.003,28

20 horas – R\$ 1.335,52

10 horas – R\$ 667,76

Vencimento – Professores Graduandos (estudantes)

40 horas – R\$ 1.917,78

30 horas – R\$ 1.438,33

20 horas – R\$ 958,89

10 horas – R\$ 479,44

DESCRIÇÃO DAS FUNÇÕES

AUXILIAR DE BIBLIOTECA:

- Controlar e selecionar o recebimento do material bibliográfico;
- Efetuar o preparo físico do material bibliográfico;
- Auxiliar na elaboração de murais, folhetos, cartazes, manuais, painéis e na preparação de feiras e/ou exposições escolares;
- pesquisar, preparar, organizar e atualizar base de dados do acervo, cadastrar alunos e professores e usuários, realizar a manutenção de banco de dados;
- realizar levantamentos bibliográficos, pesquisas e disseminação das informações manuais e automatizadas;
- coletar dados e elaborar relatórios estatísticos;
- realizar atividades administrativas de biblioteca;
- atender e orientar os alunos e professores sobre funcionamento, utilização de materiais, regulamento e recursos da unidade de informação, bem como divulgar material bibliográfico recebido;
- executar cobrança de taxas e aplicar penalidades;
- localizar material no acervo;
- listar, organizar e manter atualizado o acervo bibliográfico;
- executar tarefas do serviço de comutação bibliográfica;
- indexar títulos e artigos de periódicos;
- executar atividades relacionadas a Biblioteca Digital;

- colaborar nos programas de treinamento;
- realizar o inventário do acervo;
- guardar material nas estantes, repor fichas, organizar fisicamente o acervo;
- ordenar fichas catalográficas e inseri-las no catálogo geral;
- preparar tecnicamente o material para encadernação, restauração e outros reparos;
- receber, conferir e organizar o controle de obras a serem restauradas e/ou conservadas;
- solicitar ordem e silêncio nas dependências da biblioteca sempre que necessário;
- dar baixa do material restaurado/conservado e encaminhar para o processamento físico;
- restaurar e conservar material bibliográfico e outros documentos, encadernar, gravar e outros procedimentos quando necessário;
- proceder a desinfecção de material bibliográfico, fazer velatura e/ou remendo, utilizando técnicas e materiais apropriados;
- participar de programa de treinamento, quando convocado;
- executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática específicos.

ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS:

- Contribuir para que a escola cumpra seus objetivos;
- Promover o acesso e permanência do aluno na escola, comunicando ao Diretor os casos de baixa frequência e evasão escolar, participando ativamente nas soluções dos problemas apresentados;
- Coordenar o Conselho de Classe em todas as suas etapas;
- Contribuir para que a avaliação tenha a função de informar sobre o processo pedagógico, subsidiando os profissionais da educação na revisão e na dinamização do mesmo;
- Contribuir para que a organização das turmas e do horário escolar considere a realidade social dos educandos;
- Promover a reflexão sobre as consequências sociais do processo de rotulação, discriminação e exclusão dos educandos por qualquer motivo;
- Trabalhar cooperativamente com outros profissionais e seguimentos, cujos objetivos sejam voltados para o desenvolvimento integral da criança e do adolescente;
- Planejar e coordenar o serviço de orientação educacional;
- Coordenar a orientação vocacional e o aconselhamento pedagógico do educando;
- Orientar os professores na identificação de comportamentos divergentes dos alunos, bem como de propostas alternativas de solução;
- Ativar o processo de integração escola família comunidade;
- Subsidiar os professores quanto à utilização de recursos psicopedagógicos;
- Promover o aconselhamento pedagógico dos alunos, individual ou em grupo, aplicando os procedimentos adequados;
- Participar na construção do Projeto Político Pedagógico;
- Participar do diagnóstico da escola junto à Unidade Escolar, identificando o contexto socioeconômico e cultural em que o aluno vive;
- Estimular a reflexão coletiva de valores morais éticos, visando à construção da cidadania;
- Participar na elaboração do Regimento Escolar;
- Buscar atualizar-se permanentemente;
- Colaborar na construção da autoestima do aluno, visando à aprendizagem do mesmo, bem como à construção de sua identidade pessoal e social;
- Influir para que o corpo diretivo e docente se comprometa com o atendimento das reais necessidades do aluno;
- Executar outras atividades compatíveis com a sua função, inclusive na organização e desenvolvimento das atividades do Grêmio Estudantil;
- Promover a articulação entre a educação infantil e o ensino fundamental;
- Promover a análise crítica dos textos didáticos e a elaboração de materiais mais adequados aos alunos, coerentes com as concepções de homem e de sociedade que direcionem a ação pedagógica;
- Viabilizar a globalidade do conhecimento;
- Oportunizar que a escola cumpra com sua função social de socialização e construção do conhecimento;
- Avaliar o desempenho da Escola, como um todo, de forma a caracterizar suas reais possibilidades e necessidades, seus níveis de desempenho no processo de desenvolvimento do currículo e oportunizar tomadas de decisões, embasadas na realidade;
- Apresentar propostas que visem à melhoria da qualidade de ensino e o alcance das metas estabelecidas para esse fim;
- Coordenar a elaboração do planejamento de ensino e de currículo;
- Assessorar a Direção e as demais atividades e serviços da escola;
- Orientar e supervisionar atividades visando o pleno rendimento escolar;
- Promover o aperfeiçoamento dos professores através de encontro de estudo ou reuniões pedagógicas;
- coletar, organizar e atualizar informações e dados estatísticos da Unidade Escolar que possibilitem constante avaliação do processo educacional;
- contribuir para a criação, organização e funcionamento das diversas Associações Escolares, Associação de Pais e Professores, Grêmio Estudantil, Conselhos Escolares;
- subsidiar a Direção na definição do Calendário Escolar em colaboração com a Secretaria Municipal de Educação, acompanhando o seu cumprimento;
- articular as diferentes tendências relacionadas ao processo pedagógico, buscando unidade de ação, com vistas às finalidades da educação;
- colaborar na elaboração de diretrizes científicas e unificadoras do processo administrativo, que levem à consecução da filosofia e da política educacional.

PROFESSOR DO ENSINO FUNDAMENTAL I (1º ao 5º ANO) E FUNDAMENTAL II (6º ao 9º ano) e PROJETOS ESPECIAIS

- Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico, sugerindo objetivos gerais e específicos, propostas pedagógicas, definindo metodologias, estratégias de ensino, temas transversais, interdisciplinares, entre outros, de modo a cumprir com a legislação vigente, definindo um projeto atrativo e aplicável a unidade de ensino;
- Elaborar e cumprir plano de trabalho segundo o Projeto Político Pedagógico da Escola;
- Zelar pela aprendizagem dos alunos;

- Preparar as aulas, definindo metodologias de ensino, criando atividades de acordo com o conteúdo e objetivos, pesquisando, analisando e selecionando material didático e paradidático, dentro da legislação educacional vigente;
- Ministrar aulas, relacionando os conteúdos às diversidades pessoais e regionais dos alunos, bem como orientar os alunos no processo de construção da leitura, escrita, conceitos de ciências naturais, noções de tempo e espaço, atividades artísticas, corporais, entre outras, de acordo com a legislação educacional vigente;
- Cumprir os dias letivos e horas aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- Efetuar registros burocráticos pedagógicos, preenchendo em formulários específicos dados acerca dos conteúdos e atividades ministradas, ocorrências diversas, frequência do aluno, resultado do processo de ensino aprendizagem, conceitos, notas, entre outros, conforme normas e padrões preestabelecidos;
- Definir critérios e avaliar os alunos, acompanhando o trabalho diário, aplicando instrumentos diversos de avaliação, refletindo sobre aspectos qualitativos e quantitativos, participando de reuniões de conselho de classe, corrigindo trabalhos, a fim de poder acompanhar as etapas do desenvolvimento perceptivo motor dos mesmos;
- Participar e/ou organizar eventos sociais, culturais e pedagógicos;
- Elaborar e executar a regência de classe e atividades afins;
- Manter atualizado no diário de classe, os registros escolares relativos às suas atividades específicas, bem como as ocorrências e ou informações prestadas aos pais e à Coordenação Pedagógica e Direção;
- Participar de cursos, encontros, seminários, com a finalidade de promover a contínua formação e o aperfeiçoamento profissional, bem como de Conselhos de Classe, Reuniões Pedagógicas, entre outros;
- Participar dos processos de eleição desencadeados na unidade escolar, conselhos de classe, bem como realizar atividades relacionadas com serviço de apoio técnico;
- Manter permanentemente contato com pais e alunos, juntamente com a coordenação, de modo a mantê-los informados quanto ao desempenho do aluno;
- Planejar e implementar a recuperação paralela garantindo ao aluno novas oportunidades de aprendizagem estabelecendo estratégias de recuperação dos alunos de menor rendimento;
- Conhecer e respeitar as leis constitucionais da Educação e as normas da unidade escolar, com o intuito de cumprir com a legislação vigente;
- Zelar pelo cumprimento dos princípios de ética profissionais;
- Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação;
- Ministrar treinamento, palestra e/ou aula de aperfeiçoamento do pessoal técnico e auxiliar, em sua área de atuação, quando convidado;
- Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras secretarias, outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, emitindo pareceres sempre que for solicitado.

PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL:

- Participar do planejamento, da execução e da avaliação das atividades propostas às crianças;
- Participar da execução das rotinas diárias, de acordo com a orientação técnica;
- Colaborar permanentemente no processo de desenvolvimento das atividades técnico/pedagógicas;
- Receber e acatar criteriosamente a orientação e as recomendações no trato e atendimento à clientela;
- Realizar registros e avaliação do comportamento e desenvolvimento infantil;
- Participar das reuniões com pais e responsáveis;
- Disponibilizar e preparar os materiais pedagógicos a serem utilizados nas atividades;
- Auxiliar nas atividades de recuperação da autoestima, dos valores e da afetividade;
- Observar as alterações físicas e de comportamento, desestimulando a agressividade;
- Estimular a independência, educar e reeducar quanto aos hábitos alimentares, bem como controlar a ingestão de líquidos e alimentos variados;
- responsabilizar-se pela alimentação direta das crianças dos berçários;
- cuidar da higiene e do asseio das crianças sob sua responsabilidade;
- dominar noções primárias de saúde;
- ajudar nas terapias ocupacionais e físicas, aplicando cuidados especiais com deficientes e dependentes;
- acompanhar a clientela em atividades sociais e culturais programadas pela unidade;
- manter-se atualizado quanto às modernas técnicas profissionais;
- requisitar e manter o suprimento necessário à realização das atividades;
- zelar pela higiene e limpeza do ambiente e dependências sob sua guarda;
- observar as condições de funcionamento dos equipamentos, instrumentos e bens patrimoniais,
- solicitando os reparos necessários, para evitar riscos e prejuízos;
- utilizar com racionalidade e economicidade e conservar os equipamentos, materiais de consumo e pedagógicos pertinentes ao trabalho;
- observar regras de segurança no atendimento às crianças e na utilização de materiais, equipamentos e instrumentos durante o desenvolvimento das rotinas diárias;
- acompanhar e participar sistematicamente dos cuidados essenciais referentes à alimentação, higiene pessoal, educação, cultura, recreação e lazer das crianças;
- participar de programas de capacitação corresponsável;
- Executar outros encargos semelhantes.

SECRETÁRIO ESCOLAR:

- Coordenar e executar trabalhos relacionados com a organização e atualização de arquivos e fichários;
- Organizar e manter em dia o protocolo, o arquivo escolar e o registro de assentamentos dos alunos;
- Organizar e manter atualizada a coletânea de leis, regulamentos, diretrizes, ordens de serviço, circulares, resoluções e demais documentos;

- redigir, revisar, organizar, digitar expediente a ser submetido ao diretor da unidade escolar;
- elaborar relatórios e processos a serem encaminhados às autoridades superiores;
- coordenar e supervisionar as atividades referentes à matrícula, transferência, adaptação e conclusão de curso;
- comunicar ao diretor da unidade escolar toda irregularidade que venha a ocorrer no órgão;
- auxiliar na aquisição de suprimento, material permanente e de consumo;
- expedir registro, históricos escolares e outros documentos, sob orientação do diretor da unidade escolar;
- colaborar, no que for da sua área de atuação, na execução de programas e projetos educacionais;
- atuar no controle da frequência dos alunos e professores;
- auxiliar a Direção da unidade escolar no que se refere às atividades de administração de pessoal, controle de férias, distribuição das folhas de pagamento e instrução de processos relativos às solicitações de benefícios;
- auxiliar na área de coleta e processamento de dados utilizando sistemas manuais e mecanizados.
- Saber hierarquizar as suas tarefas em função dos propósitos de seu trabalho;
- Saber distribuir o tempo e programar o trabalho;
- Atender os órgãos de administração, a direção, a equipe pedagógica, o corpo docente, os funcionários do estabelecimento de ensino e a clientela (pais e alunos);
- Controlar e guardar os livros registro de classe, livro ponto e documentos pertinentes às rotinas da escola;
- Manter os registros atualizados dos prontuários dos alunos, professores e funcionários;
- Manter em dia, o arquivo e os registros das fichas de avaliações e fichas individuais dos alunos, por período letivo, de acordo com o Regimento Escolar.
- Expedir e assinar documentos juntamente com a Direção da escola, previamente solicitados: declarações, históricos escolares e outros;
- Executar a redação e a gestão de correspondências;
- Elaborar atas de reuniões;
- Articular a comunidade interna: divulgar as informações pertinentes recebidas;
- Manter os quadros estatísticos da escola em dia;
- Manter afixados em mural os atos do estabelecimento de ensino;
- realizar serviços auxiliares relativos à parte financeira, contábil e patrimonial do estabelecimento, sempre que solicitados;
- coletar e digitar dados estatísticos quanto a avaliação escolar, alimentando o sistema informatizado;
- zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;
- manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, alunos, pais e com demais segmentos da comunidade escolar;
- exercer as demais atribuições do Regimento Escolar conforme estas atribuições e aquelas que concernem à especificidade de sua função;
- cumprir as obrigações inerentes às atividades da secretaria quanto ao registro escolar do aluno referente à documentação comprobatória, necessidades de adaptação, aproveitamento de estudos, progressão parcial, classificação, reclassificação e regularização de vida escolar;
- cumprir a escala de trabalho que lhe for previamente estabelecida;
- participar de eventos, cursos, reuniões, sempre que convocado, ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando o aprimoramento profissional de sua função;
- controlar a entrada e saída de documentos escolares, restando informações sobre os mesmos a quem de direito;
- efetivar registros na documentação oficial como ficha individual, histórico escolar, boletins, certificado e outros, garantindo sua idoneidade;
- manter atualizado o Sistema operacional das Secretarias Escolares, informar, retificar e preencher os dados do Programa Educacenso e Bolsa Família.

EDITAL Nº 03/2015 - PROCESSO SELETIVO EDUCAÇÃO ANEXO II

Cargo	Disciplina	Número de Questões	Valor de cada Questão	Mínimo de Pontos exigido em cada Núcleo de Prova
Todos os Cargos.	Conhecimento Técnico-profissional	10	10	10
	Legislação Educacional	10	10	10
	Português	10	10	10

**EDITAL Nº 03/2015 - PROCESSO SELETIVO
EDUCAÇÃO ANEXO III**

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS DE NÚCLEO COMUM

PORTUGUÊS PARA TODOS OS CARGOS. 1. Interpretação de textos. 2. Funções da linguagem. 3. Colocação pronominal. 4. Acentuação gráfica. 5. Pontuação. 6. Ortografia. 7. Classes gramaticais: substantivo, artigo, adjetivo, pronome, verbo, numeral, preposição, conjunção, interjeição. 8. Regência nominal e verbal. 9. Crase. 10. Concordância nominal e verbal. 11. Tempos e modos verbais. 12. Aspectos sintáticos e semânticos. 13. Termos essenciais da oração: Sujeito e predicado. 14. Sentido dos vocábulos no texto. 15. Significação das palavras. 16. Processos de coordenação e subordinação (valores semânticos).

Obs. As questões serão elaboradas em concordância com o novo acordo ortográfico.

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL PARA TODOS OS CARGOS. Constituição da República Federativa do Brasil (CF/88): Dos Princípios Fundamentais. Dos Direitos e Garantias Fundamentais. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394/96; Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei 8069/90; Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica; Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Plano de Cargos e Carreiras do Magistério de Caçador, LC 286/2014 e Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador LC nº 56/2004.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS DE CONHECIMENTO TÉCNICO/PROFISSIONAL

CARGO: AUXILIAR DE BIBLIOTECA

Mídias Contemporâneas. Pesquisa bibliográfica e eletrônica. Noções de organização de bibliotecas. Conceito de texto e leitura. Tipologia Textual. Gêneros textuais. Intertextualidade. Autoria e plágio. História da Leitura. Práticas de Leitura. Leitura e relações entre textos. Elaboração de projetos de leitura. Papel do Auxiliar de Biblioteca. Ética. Noções de Informática: Windows XP e Windows 7: Conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, painel de controles, exclusão e recuperação de arquivos ou pastas. Internet: E-mail, Segurança na internet, vírus e antivírus. Dispositivos de entrada, saída e armazenamento.

ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS Fundamentos históricos, filosóficos, políticos e sociais da educação. Organização do sistema educacional brasileiro. Estrutura legal da educação no Brasil. Planos e políticas públicas da educação brasileira. Didática e trabalho pedagógico. O currículo escolar e seus fundamentos. As funções sociais da escola pública contemporânea. Perspectivas metodológicas. Planejamento educacional: conceitos, características, modalidades e níveis de planejamento. e gestão educacional. Planejamento escolar e de ensino O projeto político pedagógico como instrumento de gestão democrática. Relação família - escola. Gestão educacional e organização do trabalho pedagógico. Pedagogia de Projetos e Projetos de Trabalho. Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem. A Avaliação no Processo de Apropriação do Conhecimento; Teorias do desenvolvimento e da aprendizagem. O processo de socialização: abordagem psicossocial nas teorias de Piaget e Vigotski. A Função Social dos Especialistas em Assuntos Educacionais na sociedade Contemporânea. Avaliação institucional e do desempenho escolar. Avaliação escolar: concepções e práticas. Conselho de Classe. Conselho Escolar. Relação conhecimento, escola e cultura. Escola Inclusiva – acolhimento, socialização e aprendizagem. Ação integrada dos especialistas na coordenação pedagógica da escola, (ações, procedimentos e técnicas).

CARGO: PROFESSOR DE E ENSINO FUNDAMENTAL I
ÁREA DE ATUAÇÃO – ANOS INICIAIS (1º AO 5º ANO) 1. Ensino fundamental de nove anos. 2. Interdisciplinaridade. 3. Teorias de aprendizagem e desenvolvimento infantil. 4. Avaliação no ensino fundamental. 5. Planejamento docente: dinâmica, processos e instrumentos. 6. Currículo e didática: histórico, teorias e tendências atuais. 7. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. 8. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira. 9. Alfabetização e letramento: características e pressupostos. 10. Projetos de trabalho: concepção e perspectiva. 11. O professor de ensino fundamental e seus desafios pedagógicos no processo de ensino aprendizagem dos educandos. 12. Pró Letramento: Programa de Formação Continuada de Professores dos Anos/Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Alfabetização e Linguagem e Matemática (MEC 2008). 13. Resolução CNE/CEB 07/2010 que fica as Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 09 (nove) anos.

CARGO: PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I
ÁREA DE ATUAÇÃO – ANOS INICIAIS – INTÉRPRETE DE LIBRAS Políticas públicas para a Educação Especial: Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Legislação Brasileira. Lei Federal nº 10.436/2002. Decreto Federal nº 5626/05; Educação Especial no Brasil: conceito e história. Deficiência: Concepções e características específicas. O processo de Inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular (educação infantil, ensino de jovens e adultos). Tecnologia Assistiva. Cultura e identidade surda. Libras. Aquisição e aprendizagem de Libras. O ensino de Libras para surdos e ouvintes. Língua Portuguesa para Surdos. Bilinguismo.

CARGO: PROFESSOR DE E ENSINO FUNDAMENTAL II
ÁREA DE ATUAÇÃO - ARTE 1. História da Arte: movimentos, artistas e obras. 2. História da Arte Catarinense: artistas e obras. 3. Arte: linguagens, materiais e conceitos. 4. Arte-educação: propostas metodológicas. 5. Folclore Brasileiro: conceitos e manifestações. 6. Teatro como atividade coletiva-vivência de contextos e situações através da ação. 7. A Educação Musical no contexto atual. 7. PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais em Artes.

CARGO: PROFESSOR DE E ENSINO FUNDAMENTAL I
ÁREA DE ATUAÇÃO – ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO Ensino fundamental de nove anos. 2. Interdisciplinaridade. 3. Teorias de aprendizagem e desenvolvimento infantil. 4. Avaliação no ensino fundamental. 5. Planejamento docente: dinâmica, processos e instrumentos. 6. Currículo e didática: histórico, teorias e tendências atuais. 7. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. 8. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira. 9. Alfabetização e letramento: características e pressupostos. 10. Projetos de trabalho: concepção e perspectiva. 11. O professor de ensino fundamental e seus desafios pedagógicos no processo de ensino aprendizagem dos educandos. 12. Pró Letramento: Programa de Formação Continuada de Professores dos Anos/Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Alfabetização e Linguagem e Matemática (MEC 2008). 13. Resolução CNE/CEB 07/2010 que fica as Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 09 (nove) anos. 14. Educação Especial no Brasil: conceito e história. Deficiência: Concepções e características específicas. 15. Altas Habilidades: concepções. 16. Legislação Brasileira sobre Educação Especial. 17. Políticas públicas para a Educação Especial: Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. 18. O processo de Inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular (educação infantil, ensino de jovens e adultos). 19. Tecnologia Assistiva. 20. Comunicação Suplementar Alternativa. 21. Transtorno invasivo de desenvolvimento. 22. Libras. Língua Portuguesa para Surdos.

CARGO: PROFESSOR DE E ENSINO FUNDAMENTAL II
ÁREA DE ATUAÇÃO - CIÊNCIAS 1. Biologia Molecular: compostos químicos celulares: água, sais minerais, carboidratos, lipídios, proteínas, ácidos nucleicos e vitaminas. 2. Vírus e Bactérias. 3. Célula eucariótica animal e vegetal: estrutura e funcionamento: Membrana plasmática, Citoplasma e organelas e núcleo. 4. Divisão Celular: Mitose e Meiose. 5. Reprodução Humana. 6. Métodos Contraceptivos e DSTs. 7. Conceitos Fundamentais da Ecologia: espécie, população, comunidade, ecossistema, habitat, nicho ecológico, biomas, biosfera. 8. Teia e Cadeia Alimentar. 9. Relações Ecológicas. 10. Evolução Biológica. 11. Estrutura e funcionamento do corpo humano: os sistemas e órgãos. 12. Biodiversidade: Reino Protista: algas e protozoários. 13. Reino Fungi. 14. Reino Animalia. 15. Reino Vegetal. 16. Histologia Vegetal. 17. Organologia Vegetal – Os Órgãos Vegetais. 18. Fotossíntese. 19. O Crescimento e os Movimentos Vegetais. 20. Histologia Humana: Tecidos Epiteliais, Tecidos Conjuntivos; Tecido Muscular e Tecido Nervoso. 21. Substâncias químicas e suas propriedades. 22. Luz e cor. 23. Ondas mecânicas e eletromagnéticas.

CARGO: PROFESSOR DE E ENSINO FUNDAMENTAL II
ÁREA DE ATUAÇÃO - EDUCAÇÃO FÍSICA 1. A História da Educação Física. Metodologia para o ensino da Educação Física. Função social da Educação Física. Educação Física adaptadas: como trabalhar o conceito de inclusão. Concepções psicomotoras na Educação Física escolar. Processo avaliativo na Educação Física escolar. Educação Física e o desenvolvimento humano. Alternativas de trabalhos didáticos com jovens e adultos. Biomecânica. Fisiologia. Esporte e regras: Atletismo, Futebol, Futsal, Voleibol, Basquetebol, Handebol. Ginástica – Ginástica Geral; Ginástica Artística; Ginástica Rítmica. Recreação: Jogos e recreação. Psicomotricidade.

CARGO: PROFESSOR DE E ENSINO FUNDAMENTAL I
ÁREA DE ATUAÇÃO- EDUCAÇÃO INFANTIL Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil – Vol.1 e 2. 02. Plano Nacional pela Primeira Infância/2010. 03. Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Infantil. 04. Eixos do trabalho pedagógico na educação infantil: o cuidar e o educar. 05. Componentes curriculares da educação infantil: o brincar, o movimento e o conhecimento de si e do outro. 06. Avaliação na educação infantil. 07. O cotidiano na creche: espaço, rotina, afetividade, alimentação, higiene, cuidados essenciais. 08. Projetos de trabalho: concepção e perspectiva. 09. Indicadores de Qualidade para a Educação Infantil.

CARGO: PROFESSOR DE E ENSINO FUNDAMENTAL II
ÁREA DE ATUAÇÃO- ENSINO RELIGIOSO 1. História, legislação e concepções de Ensino Religioso no Brasil e Santa Catarina. 2. Diversidade cultural religiosa e o estudo do fenômeno religioso no cotidiano escolar. 3. O Ensino Religioso como componente curricular: objeto, objetivos, conteúdo, metodologia, linguagem e avaliação. 4. Proposta curricular de Santa Catarina: implementação do ensino religioso: ensino fundamental. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. (2001) 5. Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso (FONAPER/2009). 6. Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010.

CARGO: PROFESSOR DE E ENSINO FUNDAMENTAL II
ÁREA DE ATUAÇÃO- GEOGRAFIA A didática e a metodologia do ensino da Geografia. Geografia Física, Humana e Econômica. Aspectos geográficos do Município de Caçador; Geografia de Santa Catarina; Geografia do Brasil; Geografia Mundial. Cartografia; Leitura de Paisagens; Relação Dinâmica entre Sociedade e Natureza; Meio Rural e Meio Urbano; Produção e Distribuição de Riquezas; População; Brasil - Diversidade Natural / Divisão Geoeconômica; Brasil - Diversidade Cultural segundo o IBGE; Brasil - Campos - Cidades. Espaços em transformação; Brasil - Regiões Geoeconômicas; Relações Econômicas do Brasil: Dinâmica Natural do Planeta Terra; Mundo Desenvolvido e Subdesenvolvido; A antiga e a Nova Ordem Mundial; A Globalização e os Avanços Tecnológicos e Científicos:

Geopolítica - Conflitos Mundiais Contemporâneos. Geografia Crítica. Temas Transversais. Parâmetros Curriculares Nacionais em Geografia.

CARGO: PROFESSOR DE E ENSINO FUNDAMENTAL II
ÁREA DE ATUAÇÃO- HISTÓRIA A Pré-História; as sociedades da antiguidade; a sociedade medieval; as transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas com o desenvolvimento do comércio e da vida urbana; a expansão marítima e o processo de colonização da América; Reforma Protestante; Renascimento Cultural; o Iluminismo; a Revolução Industrial; a Revolução Francesa, conflitos mundiais do século XX; a escravidão e a resistência negra no Brasil; economia e sociedade do Brasil Colônia; o processo de independência do Brasil; as lutas internas do Primeiro Império; as questões internas e as lutas externas no Segundo Império; a República Velha; A República Nova; Os governos militares e a redemocratização; a História de Santa Catarina; a História da região de Caçador; o mundo contemporâneo: a globalização, o conflito no Oriente Médio, o terrorismo, os problemas do meio-ambiente. Parâmetros Curriculares Nacionais em História.

CARGO: PROFESSOR DE E ENSINO FUNDAMENTAL II
ÁREA DE ATUAÇÃO- INGLÊS 1. Compreensão de textos escritos contemporâneos, literários e não literários. 2. Conhecimento de aspectos linguísticos-estruturais e gramática funcional. 3. Estrutura da sentença 4. Frase nominal 5. Substantivo Genitivo 6. Adjetivo (graus comparativo e superlativo) – 7. Locuções adjetivas 8. Artigos Numerais 9. Pronomes 10. Frase verbal 11. Verbo (modo, forma, tempo) Auxiliares Modais Locuções verbais. 12. Verbos irregulares 13. Voz ativa/passiva. 14. Advérbios. 15. Locuções Adverbiais 16. Preposições 17. Conjunções 18. Processos de formação de palavras. 19. Discurso indireto.

CARGO: PROFESSOR
ÁREA DE ATUAÇÃO- INFORMÁTICA PEDAGÓGICA E TELECENTRO Informática na educação no Brasil e no mundo; Tecnologia e Educação: PROINFO, O professor e a informática. O computador como ferramenta de construção do conhecimento; Formas de Utilização do Computador na Educação; Informática na educação especial; Softwares educativos; Linux; MovieMaker; Media Player. Windows XP e Windows 7: Word; Excel; Power Point; Conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, painel de controles, exclusão e recuperação de arquivos ou pastas. Internet: Email, Segurança na internet, vírus e anti-vírus. Dispositivos de entrada, saída e armazenamento.

CARGO: PROFESSOR DE E ENSINO FUNDAMENTAL II
ÁREA DE ATUAÇÃO- LÍNGUA PORTUGUESA 1. Compreensão e interpretação de textos, conhecimento vocabular. 2. Variação linguística: as diversas modalidades do uso da língua. 3. Ortografia, Significação das palavras – antônimos, sinônimos, homônimos e parônimos. 4. Formação e estrutura das palavras – uso de prefixos e sufixos. 5. Classes de palavras - flexões e emprego de: substantivos, adjetivos, pronomes e verbos. 6. Regência nominal e verbal. Crase. 7. Concordância nominal e verbal. 8. Processos de coordenação e subordinação (valores semânticos atribuídos pelas conjunções). 9. Estrutura do período e da oração: aspectos sintáticos e semânticos. 10. Pontuação. 11. Acentuação gráfica.

CARGO: PROFESSOR DE E ENSINO FUNDAMENTAL II
ÁREA DE ATUAÇÃO- MATEMÁTICA 1. Operações fundamentais com números naturais, inteiros e racionais. 2. Proporcionalidade: razão, proporção, regra de três simples e composta. 3. Cálculo algébrico: produtos notáveis, fatoração. 4. Equações do 1º grau, do 2º grau, logarítmicas e exponenciais. Inequações do 1º grau, do 2º grau. Sistema de equações e inequações do 1º e do 2º grau. 5. Funções: polinomial do 1º grau, quadrática, exponencial e logarítmica. 6. Sequências: progressões aritméticas e progressões geométricas.

7. Trigonometria: razões trigonométricas no triângulo retângulo, lei dos senos, lei dos cossenos, identidades trigonométricas. 8. Matrizes: operações, determinante de ordem n. 9. Resolução de sistemas de equações lineares. 10. Análise Combinatória: princípio fundamental da contagem, arranjos, permutações e combinações. 11. Probabilidade. 12. Geometria plana: semelhança de polígonos, relações métricas no triângulo retângulo, circunferência (área e comprimento), área e perímetro de figuras planas. 13. Geometria Espacial: área e volume de prismas, pirâmides, cilindros, cones e esferas. 14. Geometria Analítica: ponto, reta, equação da circunferência, elipse, hipérbole e parábola. 15. Noções de Matemática Financeira: porcentagem, juros simples e compostos. 16. Noções de estatística: população, amostra e medidas de tendência central; análise e interpretação de gráficos. 17. Funções e Equações Trigonométricas.

CARGO: PROFESSOR DE E ENSINO FUNDAMENTAL II

ÁREA DE ATUAÇÃO- PROJETOS CULTURAIS Cidadania e Risco Social. Educação Social: Reinserção e Desenvolvimento Comunitário. Arte: linguagens, materiais e conceitos. Arte-educação: propostas metodológicas. Folclore Brasileiro: conceitos e manifestações. Teatro como atividade coletiva-vivência de contextos e situações através da ação. A Educação Musical no contexto atual.

CARGO: PROFESSOR DE E ENSINO FUNDAMENTAL II

ÁREA DE ATUAÇÃO- PROJETOS ESPORTIVOS Cidadania e Risco Social. Educação Social: Reinserção e Desenvolvimento Comunitário. Esportes coletivos e individuais. Atividade física, saúde e qualidade de vida; Anatomia humana e cinesiologia; Organização de eventos esportivos; Desenvolvimento motor; Fundamentos filosóficos e sociológicos da educação física e do esporte; História da Educação física e desporto; Fisiologia do exercício e treinamento desportivo.

CARGO: PROFESSOR DE E ENSINO FUNDAMENTAL I

ÁREA DE ATUAÇÃO- PROJETOS NOVAS OPORTUNIDADES DE APRENDIZAGEM 1. Ensino fundamental de nove anos. 2. Interdisciplinaridade. 3. Teorias de aprendizagem e desenvolvimento infantil. 4. Avaliação no ensino fundamental. 5. Planejamento docente: dinâmica, processos e instrumentos. 6. Currículo e didática: histórico, teorias e tendências atuais. 7. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. 8. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira. 9. Alfabetização e letramento: características e pressupostos. 10. Projetos de trabalho: concepção e perspectiva. 11. O professor de ensino fundamental e seus desafios pedagógicos no processo de ensino aprendizagem dos educandos. 12. Pró Letramento: Programa de Formação Continuada de Professores dos Anos/Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Alfabetização e Linguagem e Matemática (MEC 2008). 13. Resolução CNE/CEB 07/2010 que fica as Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 09 (nove) anos.

CARGO: SECRETÁRIO ESCOLAR 1. Conhecimento da legislação da escola: matrícula, transferência, adaptação e conclusão de curso. 2. Tipos de documentos administrativos da escola: Matrícula; Transferência; Adaptação e conclusão de curso; Histórico Escolar, Ficha de Avaliação, Boletim Escolar, Calendário, Certificados, Diplomas, Registros e Atas. 3. Escrituração dos documentos pertinentes à vida escolar do aluno e sua guarda. Conhecimento das determinações legais de um Regimento Escolar. Arquivamento de documentos escolares e atualização documental. 4. Arquivamento de documentos escolares e atualização documental. 5. CNE Parecer 16/97 CP aprovado em 04/11/97 disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PNCP1697.pdf>. 6. Administração escolar: Autonomia e gestão escolar democrática, interação comunicativa, funções e papéis na administração escolar. 7. Administração e ambiente de trabalho: organização do local de trabalho. Relacionamento interpessoal. Gerenciamento do tempo. Atendimento ao público. Organograma e fluxograma. Protocolo e arquivo de documentos. Teorias e técnicas administrativas. Administração de conflitos. Ética

no exercício profissional. 8. Comunicação oficial: atributos básicos. Definição e finalidade dos seguintes atos de comunicação: ofício, memorando, mensagem, edital, ata, carta, declaração, despacho, ordem de serviço, parecer, portaria, procuração, resolução, relatório, contrato, convênio. 9. Informática Básica: Sistema Operacional Windows XP, Microsoft Word 2007, Microsoft Excel 2007, Microsoft PowerPoint 2007, Conceitos, serviços e tecnologias relacionados a internet e a correio eletrônico, Internet Explorer 7 e Outlook Express 6, Noções de hardware e de software para o ambiente de microinformática. Noções sobre o Novo Serviço público e a estrutura de poderes executivo e legislativo municipais.

EDITAL Nº 03/2015 - PROCESSO SELETIVO EDUCAÇÃO ANEXO IV

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR/SC	
PROCESSO SELETIVO Nº 03/2015	
ANEXO IV	
FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS	
TIPO DE RECURSO:	1 - CONTRA GABARITO 2 - CONTRA PONTUAÇÃO PROVA 3 - CONTRA PONTUAÇÃO TÍTULO
NOME DO CANDIDATO:	
NO DE INSCRIÇÃO:	CARGO:
Nº DA QUESTÃO:	DATA:
FUNDAMENTAÇÃO:	

Assinatura do candidato

PORTARIA Nº 26.079

PORTARIA nº 26.079, de 16 de outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados e/ou em exercício na Fundação Municipal do Meio Ambiente, em razão de faltas injustificadas no período de 16/09/2015 a 15/10/2015, especificando: códigos, nomes e quantidade de horas ou dias, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Dias/Horas
85	Vanderlei Santos	06 horas
10484	Vinicius Alexandre Soares	18 horas

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de outubro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Luiz Gustavo Pavelski
Presidente da FUNDEMA.

PORTARIA Nº 26.080

PORTARIA nº 26.080, de 16 de outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados e/ou em exercício na Secretaria Municipal da Infraestrutura, em razão de faltas injustificadas no período de 16/09/2015 a 15/10/2015, especificando: códigos, nomes e quantidade de horas ou dias, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Dias/Horas
427	Luiz Gonçalves	05 dias
247	Orlando Nivaldo da Silva	01 dia

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de outubro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.Pedro Henrique P. Garcia
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA.**PORTARIA Nº 26.083**

PORTARIA nº 26.083, de 16 de outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos servidores abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal da Educação, em razão de faltas injustificadas no período de 13/09/2015 a 12/10/2015, especificando: código, nomes e quantidade de dias/horas, conforme segue:

Código	Nome do(a) Servidor(a)	Escola/Local de Atuação	Faltas
10319	Adelina Salete Kowalzyk	EMEB Hilda Granemann de Souza	01 dia
13921	Analú Santin	EMEB Irmão Venâncio José	01 dia
3313	Anely de Paula Ribeiro dos Santos	CMEI Pierina Adami	01 hora e 18 min.
13000	Dayane da Silva Queiroz	EMEB Ulysses Guimarães	01 dia
10531	Ester Wolff Ferreira	CMEI Pierina Adami	19 minutos
13821	Marcia Francieli Ferreira	CMEI Sonho Encantado	½ dia
3612 - 13123	Mardiori Boscari	EMEB Hilda Granemann de Souza	45 minutos
12916	Maria Terezinha Milan da Silva	CMEI Pierina Adami	15 minutos
10824	Mariluci Ferreira Alves de Oliveira	CMEI Pierina Adami	15 minutos
13643	Mellina Pereira Scalabrin	EMEB Castelhana	01 dia
9873	Miriane Sinara Pries	CMEI Pierina Adami	16 minutos
8512	Neiva Boscari Maffessoni	CMEI Pierina Adami	07 minutos
13265	Sulamita Reis dos Santos	EMEB Morada do Sol	01 dia
13729	Vanessa de Fatima Rocha	EMEB Morada do Sol	01 dia

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de outubro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 26.085

PORTARIA Nº 26.085, de 19 de outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a criação de Empregos Públicos e dá outras providências,

RESOLVE:

RESCINDIR o contrato do Servidor Público Municipal, abaixo especificado, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, especificando código, nome, cargo, carga horária semanal e data da rescisão, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	C.H.	A contar de/A partir de:
13282	Claudinei Alves Pereira	Motorista	44	31/10/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de outubro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

Pedro Henrique P. Garcia

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.

PORTARIA Nº 26.086

PORTARIA Nº 26.086, de 19 de outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a criação de Empregos Públicos e dá outras providências,

RESOLVE:

RESCINDIR o contrato do Servidor Público Municipal, abaixo especificado, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, especificando código, nome, cargo, carga horária semanal e data da rescisão, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	C.H.	A contar de/A partir de:
13371	Thiago Vidal de Oliveira Branco	Agente de Serviços e Obras Especiais	44	31/10/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de outubro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

Pedro Henrique P. Garcia

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.

PORTARIA Nº 26.087

PORTARIA Nº 26.087, de 19 de outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a criação de Empregos Públicos e dá outras providências,

RESOLVE:

RESCINDIR o contrato da Servidora Pública Municipal, abaixo especificada, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura, especificando código, nome, cargo, carga horária semanal e data da rescisão, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	C.H.	A contar de/A partir de:
13356	Madionir Bassani	Agente de Serviços e Obras Especiais	44	31/10/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de outubro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

Pedro Henrique P. Garcia

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.

PORTARIA Nº 26.090

PORTARIA Nº 26.090, de 19 de outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR o cidadão CLAUDINEI ALVES PEREIRA, para o cargo em comissão de Assessor do Secretário da Fazenda, do Grupo de Cargos em Comissão, referência CC-4, vinculado à Secretaria Municipal da Fazenda, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, com efeitos a contar de 01 de novembro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de outubro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

REPUBLICAÇÃO - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 35- 2015 – PR – 23-2015 – FMS ALTERA DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

REPUBLICAÇÃO - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 35- 2015 – PR – 23-2015 – FMS ALTERA DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2015

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO EM COMODATO DE ANALISADOR HEMATOLOGICO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR/SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 12/11/2015 às 14h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 12/11/2015 às 14h10min.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações, no horário de expediente em vigor; Não será fornecida informação por telefone

Caçador, 22 de outubro de 2015.

LUZIA MICHELINA DOS SANTOS

Secretaria de Saúde

RESOLUÇÃO Nº 21 CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 21/2015

Dispõe sobre o resultado final e homologa o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de Caçador/SC, não sendo interpostos recursos.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Municipal nº 3.214/2015, RESOLVE:

I - Informar a todos que, após a divulgação do resultado do pleito, não foram interpostos recursos.

II - Tornar público o resultado final, nos termos do item 19. Anexo do Anexo I do Edital 001/2015 – CMDCA Eleições Unificadas para o Conselho Tutelar.

III - Homologar o RESULTADO FINAL do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de Caçador/SC para o mandato de 10/01/2016 a 09/01/2020, conforme relação abaixo:

Art. 1º Fica proclamado o resultado final da eleição realizada no dia 04/10/2015

I - Total de eleitores: 1728

II - Total de votos válidos: 1716

III - Total de votos em branco: 02

IV - Total de votos nulos: 10

Art. 2º Total de votos por candidato:

Nome do Candidato	Nº. de Votos	Classificação
Maria Augusta Nhoatto Moreira	311	1º
Adriana Pegoraro Donatti	273	2º
Andréia Teresinha de Almeida	245	3º
Simone Casagrande	236	4º
Suzana Ribeiro dos Santos	209	5º
Francine de Matias	172	6º
Andréa Romão Martins	163	7º
Laís Suellen Nascimento dos Santos	107	8º

Art. 3º Ficam os seguintes candidatos eleitos como titulares, por ordem de votação:

I- Maria Augusta Nhoatto Moreira

II- Adriana Pegoraro Donatti

III- Andréia Teresinha de Almeida

IV- Simone Casagrande

V- Suzana Ribeiro dos Santos

Art. 4º Ficam os demais candidatos como suplentes, por ordem de votação:

I- Francine de Matias

II- Andréa Romão Martins

III- Laís Suellen Nascimento dos Santos.

Art. 5º A diplomação e posse dos membros do Conselho Tutelar titulares e suplentes, dar-se-á no dia 10 de janeiro de 2016, às 14 horas, no Auditório da Prefeitura Municipal de Caçador/SC.

Art. 6º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 21 de outubro de 2015.

Marizete Fátima Iaczinski

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Camboriú

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2015 - FMAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 028/2015 - FMAS - Ata do Sistema de Registro de Preços 017/2015 – FMAS - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (PRODUTOS DE PADARIA) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS PROGRAMAS SOCIAIS, COORDENADOS PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 22/10/2016

1ª Publicação.

DECRETO N.º 3.010/2015

DECRETO N.º 3.010/2015

Reajusta a Tarifa do Transporte Coletivo no Município de Camboriú e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII, do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO o Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte Municipal n.º 001/2001, prorrogado em 20 de dezembro de 2011, por meio do quarto termo aditivo;

CONSIDERANDO o requerimento da Empresa Camboriú Transporte e Turismo Ltda. de 25/08/2015, acompanhado de planilha atualizada de custos, conforme determina o Ministério dos Transportes;

CONSIDERANDO o interesse público na manutenção do serviço prestado com qualidade, continuidade e eficiência;

DECRETA:

Art. 1º A tarifa cobrada pela Empresa Camboriú Transporte e Turismo Ltda., concessionária do serviço de transporte coletivo no Município de Camboriú, a partir do dia 29 de outubro de 2015, passa a ser de R\$ 3,60 (três reais e sessenta centavos) para os itinerários constantes do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte Coletivo Municipal n.º 001/2001.

Art. 2º Fica revogado o Decreto n.º 1.919/2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 21 de outubro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

LEI N.º 2.859/2015

LEI N.º 2.859/2015

Dispõe sobre autorização para doação de veículos ao 3º Pelotão da 1ª Companhia do 13º Batalhão do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - Camboriú.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a doar ao 3º Pelotão da 1ª Companhia do 13º Batalhão do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, sediado em Camboriú os seguintes veículos:

I - um veículo I/M. Benz CDI SPR TCA AMB – ESP/Caminhão/Ambulância, cor vermelha, ano de fabricação 2015 e ano do modelo 2016, diesel, capacidade para sete passageiros, placa QHQ3884, chassi n.º 8AC906633GE107079 e código RENAVAL n.º 1056584995;

II - um veículo VW/FOX 1.6 GII, cor vermelha, ano de fabricação 2014 e ano de modelo 2014, álcool/gasolina, capacidade para cinco pessoas, placa MLY1693, chassi n.º 9BWAB45Z1E4125396 e código RENAVAL n.º 1002051492;

III - um veículo FIAT/PALIO ATTRACTIV 1.4, cor vermelha, ano de fabricação 2014 e ano de modelo 2015, álcool/gasolina, capacidade para cinco pessoas, placa OKF3699, chassi n.º 9BD196272F2245779 e código RENAVAL n.º 1031640379;

IV - um veículo I/FORD RANGER XL CD4 22H, caminhonete AB/cabine dupla, cor vermelha, ano de fabricação 2015 e ano do modelo 2015, diesel, capacidade para cinco passageiros, placa QHM4624, chassi n.º 8AFAR23N5FJ304787 e código RENAVAL n.º 1054126256;

V - uma motocicleta HONDA/CG 150TITAN ES, cor vermelha, ano de fabricação 2006 e ano do modelo 2007, gasolina, capacidade para dois passageiros, placa MEJ8371, chassi n.º 9C2KC08507R032234 e código RENAVAL n.º 908042531.

Parágrafo único. Os veículos descritos neste artigo se destinam ao uso exclusivo nas ações desenvolvidas pelo Corpo de Bombeiros Militar no Município de Camboriú, revertendo-se ao patrimônio do doador caso não sejam mais utilizados para este fim.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 21 de outubro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

Campos Novos

PREFEITURA

LEI 4217/2015 DENOMINA DE ANTONIO RICIERI CHIOCHETTA A RUA QUE MENCIONA

LEI Nº 4.217/2015 DE 21/10/2015

DENOMINA DE "ANTONIO RICIERI CHIOCHETTA" A RUA QUE MENCIONA.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica, FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica denominada de "Antonio Ricieri Chiochetta" a Rua localizada no Bairro Senhor Bom Jesus, neste município, conforme indicado no mapa anexo.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, 21 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

LEI 4218/2015 - DENOMINA DE JOSE RIBEIRO A RUA QUE MENCIONA

LEI Nº 4.218/2015 DE 21/10/2015

DENOMINA DE "JOSÉ RIBEIRO" A RUA QUE MENCIONA.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica, FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica denominada de "José Ribeiro" à Rua 1086 localizada no Bairro Nossa Senhora Aparecida, neste município, conforme indicado no mapa anexo.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, 21 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

LEI 4219/2015 - AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVENIO DE MUTUA COOPERAÇÃO COM A CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS - CDL DE CAMPOS NOVOS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

LEI Nº 4.219/2015 DE 21/10/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO DE MÚTUA COOPERAÇÃO COM A CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS – CDL DE CAMPOS NOVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Câmara de Dirigentes Lojistas de Campos Novos, com a finalidade de desenvolver a programação alusiva ao Natal Celeiro da Paz 2015, na forma da minuta anexa (Anexo I), que fica fazendo parte integrante da presente lei.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar recursos a Câmara de Dirigentes Lojistas de Campos Novos, para fins de concretização do convênio, até o montante de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), que serão suportados por dotação consignada no orçamento vigente.

Art. 3º - As despesas indicadas no artigo 1º serão satisfeitas através das seguintes rubricas orçamentárias.

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

UNIDADE: 21 – DEPARTAMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO/ATIVIDADE: 2.032 – Realização de Eventos em Geral

Elementos de despesa: 92 – 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000.00 000 – Transf. a Instituições Priv.sem fins Lucrativos .. R\$ 120.000,00

Art. 4º - A Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL - deverá prestar contas dos recursos repassados pelo Município, no prazo de 60 (sessenta) dias contados do recebimento dos valores, cuja cópia será remetida a Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 5º - Fica autorizada a Câmara de Dirigentes Lojistas a captar recursos federais, estaduais ou da iniciativa privada, que se destinem à realização do Natal Celeiro da Paz 2015, os quais serão movimentados em contas bancárias específicas e diferente da conta de movimentação dos valores repassados pelo Município.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 21 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

ANEXO I MINUTA DE TERMO DE CONVÊNIO

Pelo presente Convênio que entre si celebram, de um lado o Município de Campos Novos, pessoa jurídica de direito público com sede na cidade de Campos Novos, no Paço Municipal sito à Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323, CNPJ n.º 82.939.232/0001-74, representada por seu Prefeito Municipal Sr. NELSON CRUZ, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Coronel Farrapo, 1578, Centro, Cidade de Campos Novos – SC, inscrito no CPF n.º 445.587.329-53, na forma do Artigo 26 da Lei Complementar nº 101/2000, e devidamente autorizado pela Lei Municipal nº /2015, doravante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e a CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS, de Campos Novos, Associação Civil, sem fins econômicos, inscrita no CNPJ sob nº 83.413.526/0001-20, com sede na Rua Cel. Pedro Carlo, nº 974 Campos Novos – SC, representado por sua Presidente senhora, Dalva Terezinha Beber, brasileira, CPF nº 569.105.419-87, residente e domiciliada na Rua Cel Pedro carlos, 974, Cidade de Campos Novos, doravante denominado simplesmente de CDL, mediante o estabelecimento das seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DO CONVÊNIO

Desenvolver ações, através de mútua cooperação, para a realização de programação natalina, denominada Natal Celeiro da Paz, proporcionando congregar a comunidade através da cultura, das tradições, do lazer, de demonstrações artísticas, de atrações de iluminação, atraindo consumidores ao comércio local, e em consequência, incrementando a arrecadação do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA: DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Caberá ao MUNICÍPIO:

I – conceder auxílio financeiro no valor de até R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) para fins de cobertura de despesas com a coordenação de toda a programação, na implantação da iluminação natalina, contratação de shows e divulgação, entre outros, destinado ao desenvolvimento das atividades definidas na cláusula primeira do presente convênio.

II – fiscalizar a aplicação do auxílio financeiro no objeto do convênio.

Parágrafo único - O auxílio financeiro de que trata o inciso I, será repassado ao CDL, na forma da presente cláusula, em parcela única, até o dia 20 de novembro de 2014.

III – auxiliar na sua disponibilidade na colocação de enfeites, iluminação, transporte de materiais, montagem da casa do Papai Noel, programação artística e cultural.

CLÁUSULA TERCEIRA: DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CDL

I – coordenar toda a programação do Natal Celeiro da Paz 2015;

II – receber auxílio financeiro do MUNICÍPIO creditado em conta bancária vinculada específica, em nome da CDL, e aplicá-lo exclusivamente no objeto do convênio;

III – firmar instrumento, em seu nome, para aquisição de serviços e materiais;

IV – realizar o pagamento das despesas oriundas das contratações e aquisições estabelecidas no presente convênio;

V – responsabilizar-se por toda e qualquer despesa oriunda do desenvolvimento do convênio, seja de ordem administrativa, taxas, tarifas, manutenção, reposição entre outras, eximindo o MUNICÍPIO neste tocante;

VI – prestar contas do auxílio financeiro recebido, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento dos recursos, conforme Instrução Normativa nº 003/SIC2010.

§ 1.º Toda a programação deverá salientar a participação conjunta do Município e da CDL.

§ 2.º: A prestação de contas dos recursos transferidos, de que trata o item I desta cláusula, deverá ser constituída pelas peças e documentos previstos na Instrução Normativa nº 003/SIC2010, sendo encaminhada pelo CDL, a via original ao Município de Campos Novos, e uma cópia para Câmara Municipal de Vereadores.

§ 3.º: A falta de prestação de contas por parte da CDL facultará ao MUNICÍPIO exigir o ressarcimento da totalidade dos recursos transferidos, acrescidos de juros e correção monetária, na forma da lei.

§ 4º: Os equipamentos e materiais adquiridos pela CDL, através do repasse do auxílio, não poderá ser cedido, alugado, ou vendido, a quem quer que seja, e deverá ser destinado exclusivamente para as atividades no Município de Campos Novos.

CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA DO CONVÊNIO

O presente convênio é firmado pelo prazo de sua assinatura até a conclusão do seu objeto.

Parágrafo único – Considerar-se-á extinto o presente convênio, tão logo seja concluído o seu objeto, liquidadas as obrigações pertinentes a cada uma das partes.

CLÁUSULA QUINTA: RESCISÃO DO CONVÊNIO

O descumprimento, por qualquer das partes, das obrigações assumidas neste convênio, implicará na rescisão do mesmo, independente de outras cominações legais.

Parágrafo único – Em caso de rescisão do presente instrumento, o beneficiário obriga-se a restituir ao MUNICÍPIO, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da rescisão, o saldo financeiro apurado dos recursos transferidos para consecução do pactuado, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, acrescidos de juros e correção monetária, na forma da lei, bem como, comprovar a sua regular aplicação.

CLÁUSULA SEXTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes na forma avençada através do presente convênio, correrão por conta do orçamento do Município, da seguinte forma:

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

UNIDADE: 21 – DEPARTAMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO/ATIVIDADE: 2.032 – Realização de Eventos em Geral

Elementos de despesa: 92 – 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000.00 000 – Transf. a Instituições Priv.sem fins Lucrativos .. R\$ 120.000,00

CLÁUSULA SÉTIMA: DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Campos Novos, SC., para dirimir quaisquer litígios ou controvérsias que possam surgir da interpretação ou da execução das cláusulas deste convênio.

E, por estarem assim ajustadas, as partes assinam o presente Termo de Convênio, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Campos Novos, de de 2015.

MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS

TESTEMUNHAS:

1 2

SAMAE - CAMPOS NOVOS**EXT PP182015**

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA 49 35410844
AVISO LICITAÇÃO

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE de Campos Novos -SC leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 10.520/2002, Decreto 5.411/2005 e subsidiariamente com a Lei 8.666/1993, fará realizar o procedimento licitatório abaixo:

1-LICITAÇÃO Nº 22/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº18/2015, tipo MENOR PREÇO POR ITEM.

2-OBJETO: aquisição de 01 conjunto motor bomba a ser implantado no recalque de água tratada no sistema de abastecimento de água da elevatória de água tratada que recalca para o novo reservatório do SAMAE de Campos Novos - SC

3-DATA/HORÁRIO DE ABERTURA:As 14:00hs do dia 14/11/2015, para

Recebimento e abertura de invólucros. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Material e Transporte do SAMAE, sito a rua:

CaetanoCarlos, 466 – Centro em Campos Novos –SC, nos seguintes horários das

09:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00 horas e nos sites

www.samaecn.com.br e www.camposnovos.sc.gov.br

JOEL FRANCISCO FAGUNDES
DIRETOR DO SAMAE

Canelinha

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATOS Nº 199/2015 A Nº 200/2015, 202/2015, Nº 204/2015, Nº 209/2015 A Nº 214/2015 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA.

CONTRATO Nº 199/2015. TERMO ADITIVO Nº 001 AO contrato Administrativo de prestação de serviços de publicação Nº 049/2015. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: EDITORA NOTÍCIAS DO DIA LTDA. OBJETO: O objeto previsto na cláusula 2ª do Contrato Administrativo de Prestação de Serviços de Publicação nº. 049/2015 fica acrescido quantitativamente em 25% (vinte e cinco por cento), ou seja, 250 cm de coluna fixa de no mínimo 10 cm de largura. Com o acréscimo quantitativo estabelecido na cláusula anterior o valor previsto no Contrato Administrativo de Prestação de Serviços de Publicação nº. 049/2015 passa de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para perfazer o valor global de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), sendo aditivado o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), conforme justificativa, que passa a fazer parte deste instrumento. Canelinha/SC., 30 de setembro de 2015. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº. 200/2015. TERMO DE CESSÃO DE USO. CEDENTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CESSIONÁRIO: SEMAIS – SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA, INFRA-ESTRUTURA E SANEAMENTO DE CANELINHA. OBJETO: O presente termo tem por objeto a cessão de uso de 1 (uma) motoneta de marca Honda, modelo BIZ 125 ES, cor prata, ano de fabricação 2005, modelo 2016, combustível gasolina, de PLACAS MEJ-0329, RENAVAL 869901664 e chassi nº. 9C2JA04206R007323. VIGÊNCIA: O presente Termo de Cessão de Uso terá o lapso temporal de validade contada a partir desta data e findar-se-á no dia 31 (trinta e um) do mês 12 (dezembro) no ano de 2016 (dois mil e dezesseis). VIGÊNCIA: O presente Termo de Cessão de Uso terá o lapso temporal de validade contada a partir desta data e findar-se-á no dia 31 (trinta e um) do mês 12 (dezembro) no ano de 2016 (dois mil e dezesseis). Canelinha (SC), 30 de setembro de 2015. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº. 202/2015. TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL Nº. 011/2015. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: AUTO POSTO TEQUINHO LTDA. OBJETO: Fica repactuação o valor unitário do litro da gasolina, passando o custo do litro de R\$-3,149 para R\$-3,22 alterando o saldo do valor do item gasolina comum do contrato nº. 011/2015 em 2,2635%. Canelinha (SC), 06 de outubro de 2015. ELOIR JOÃO REIS - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

Contrato nº 204/2015. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EXECUÇÃO DE OBRA. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADA: JV EMPREENDIMENTOS LTDA – ME. OBJETO: O presente contrato tem por objeto, à contratação de empresa para prestação de serviços de mão-de-obra, com fornecimento de material, para construção de uma creche no Bairro do cobre, com área total de 890,33 m², em terreno situado à Rua Francisco José Reis, conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, Quadro de composições, ART e Projetos, em anexo ao Edital Processo de Licitação nº 70/2015, Tomada de Preço nº 08/2015 (Processo Administrativo nº 70/2015, licitação nº 08/2015-TP), parte integrante e inseparável do edital. VALOR: R\$-1.249.087,50 (um milhão duzentos e quarenta e nove mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos). FONTE DO RECURSO: 167 04.02 1.018 4.4.90.51.98. VIGÊNCIA: O presente Contrato terá o prazo de duração de 150 (cento e cinquenta) dias, contados a partir da expedição da Ordem de Execução dos Serviços, podendo ser prorrogado nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 57 da Lei nº 8.666/93. Canelinha (SC), 06 de outubro de 2015. ELOIR JOÃO REIS - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº 209/2015. TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 130/2015. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: GENTE SEGURADORA S/A. OBJETO: O objeto previsto na cláusula 2º do Contrato Administrativo de Prestação de Serviços de Seguros nº. 130/2015 fica acrescido quantitativamente, mediante a inclusão do veículo de Placas QHO-4926, automóvel Fiat, modelo Siena Attractiv, ano/modelo 2015. Canelinha/SC., 08 de outubro de 2015. ELOIR JOÃO REIS - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº 211/2015. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE CONCESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO COM ENCARGO. CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONCESSIONÁRIO: CÉLIO MACHADO ME. OBJETO: O contrato tem por objeto a concessão da integralidade da construção de propriedade do Município de Canelinha, denominado "Terminal Rodoviário de Passageiro Ângelo Augusto da Silva", de domínio público, localizado à Rua Bento Aragão, s/nº, Centro, nesta Cidade, composto de abrigo para passageiros, 03 (três) banheiros, sendo 01 (um) para portadores de necessidades especiais, 03 (três) Box para estacionamento de ônibus, 01 (uma) sala comercial com cozinha anexa e outra sala comercial, e mais 02 (dois) Guichê para serviços de venda de passagens e de despachos de mercadorias e 03 (três) vagas de estacionamento, sendo uma para portadores de necessidades especiais, exceto a área destinada à localização de ponto de táxi, que continua sobre a responsabilidade do Município, a edificação da rodoviária esta inserida no imóvel de matrícula nº 251 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tijucas, registrado em nome de Bento Aragão & Cia. Ltda., cuja imissão de posse foi concedida nos autos da ação de desapropriação nº 072.14.000584-8. VIGÊNCIA: A Concessão de Uso de Bem Público com Encargo terá seu prazo de vigência de 16 (dezesseis) anos, a contar a data de assinatura deste contrato. Canelinha (SC), 16 de outubro de 2015. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº. 212/2015. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EQUIPAMENTO HIDRAULICO E RODOVIÁRIO. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: PETRY EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. OBJETO: O presente contrato tem por objeto a execução parcelada de 780 (setecentos e oitenta) horas de serviços de escavadeira hidráulica, tipo PC, 660 (seiscentos e sessenta) horas de serviços de pá carregadeira e 1.100 (um mil e cem) horas de serviços de caminhão basculante com caçamba de capacidade de 10,00 m³ (dez metros cúbicos), para a manutenção das estradas vicinais e reabertura

de valas de drenagens no município, conforme descrição no anexo II do Edital do Processo de Licitação nº. 72/2015, Pregão Presencial nº 54/2015 (processo administrativo nº 72/2015, Licitação nº 54/2015-PP). VALOR: R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais). VIGÊNCIA: O presente Contrato terá vigência até o término das horas de equipamentos hidráulicos contratados ou até 31 de dezembro de 2015. Canelinha (SC), 16 de outubro de 2015. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº. 213/2015. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: KL INDÚSTRIA E SERVIÇOS LTDA - ME. OBJETO: O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de mão-de-obra na manutenção corretiva e preventiva da pavimentação de diversas vias do Município de Canelinha, de acordo com anexo II (termo de referência) do Edital Processo de Licitação nº 73/2015, Pregão Presencial nº 55/2015 (Processo Administrativo nº 73/2015, licitação nº 55/2015-PR), que compreende a prestação de serviços de mão de obra para conserto de 7.710,00 m² (sete mil setecentos e dez metros quadrados) de pavimentação de vias. VALOR: R\$-69.390,00 (sessenta e nove mil trezentos e noventa reais). VIGÊNCIA: O presente Contrato terá vigência a partir da sua assinatura e término previsto para 31 de dezembro de 2015. Canelinha/SC., 19 de outubro de 2015. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº 214/2015. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO DE TUBOS DE CONCRETO. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: ARTEFATOS DE CIMENTO SÃO ROQUE LTDA. OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição parcelada de 1.631 (um mil seiscentos e trinta e um) tubos de concreto conforme NBR 8890/07, para a manutenção corretiva e preventiva de diversas vias do Município de Canelinha, conforme descrição abaixo:

Item Descrição UN Quant.

01 Tubos de Concreto de 30 cm x 1,00 m 690 PÇ

02 Tubos de Concreto de 40 cm x 1,00 m 690 PÇ

03 Tubos de Concreto de 50 cm x 1,00 m 170 PÇ

04 Tubos de Concreto de 100 cm x 1,00 m c/ferro 81 PÇ

VALOR: R\$-44.725,00 (quarenta e quatro mil setecentos e vinte e cinco reais). VIGÊNCIA: O presente Contrato terá duração até 31 de dezembro de 2015, iniciado a partir da assinatura do contrato.

Canelinha, (SC), em 19 de outubro de 2015.

ANTONIO DA SILVA

PREFEITO DO MUNICÍPIO.

Canoinhas

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 941/2015

PORTARIA Nº. 941/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, CONSIDERANDO a Portaria nº 940/2015, resolve:

NOMEAR INTERINAMENTE

Art. 1º - Fica nomeada interinamente ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA, comissionada no cargo de Supervisor II, junto à Secretaria Municipal de Saúde, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretária Municipal de Saúde, no período de 20/10/2015 a 23/10/2015, conforme comunicação interna nº 300/SMS/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de outubro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/10/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 942/2015

PORTARIA Nº. 942/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a SAULO JOSÉ RUTHES, efetivo no cargo de Médico Generalista - ESF, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 28/09/2015, conforme comunicação interna nº 374/DP/2015, sendo que a partir do 16º dia do afastamento de suas atribuições competirá ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS a concessão do benefício de auxílio doença ao servidor.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de outubro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA

Secretária Municipal de Saúde Interina

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/10/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 943/2015

PORTARIA Nº. 943/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme Lei Municipal nº. 2.305/1990; Lei Municipal nº. 4.251/2007 e Lei Municipal nº. 5.139/2013, resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º – Fica nomeada para exercer o cargo de Técnico em Enfermagem, para atuar no Pronto Atendimento Municipal, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a profissional LAYS DANIELLE CABRAL, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2013, inscrita sob nº. 159, e convocada conforme Edital nº 070 de 24 de setembro de 2015, iniciando as suas atividades a partir de 22/10/2015, conforme comunicação interna nº 301/SMS/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de outubro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA

Secretária Municipal de Saúde Interina

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/10/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 945/2015

PORTARIA Nº. 945/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 13, inciso II da Lei 2.305 de 03/07/1990; resolve:

CONCEDER AUXÍLIO FUNERAL

Art. 1º - Fica concedido auxílio funeral a ROSELI SOARES, efetiva no cargo de Professor 2, junto a Secretaria Municipal de Educação, pelo falecimento de seu esposo Sr. ALCION MACHADO, ocorrido no dia 13 de setembro de 2015.

Parágrafo Único: O auxílio funeral corresponde à remuneração de 01 (um) mês, nos casos de falecimento de cônjuge, filhos, enteado ou que mantinha sob a sua guarda e por pais, quando seus dependentes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de outubro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/10/2015.

ARGOS JOSÉ BRUGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 948/2015

PORTARIA Nº. 948/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme Lei Municipal nº. 2.305/1990; Lei Municipal nº. 2.741/1996; Lei Municipal nº. 3.386/2001; Lei Municipal nº. 3.511/2002; Lei Municipal nº. 4.485/2010 e Lei Municipal nº. 4.960/2012, resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Servente, para atuar na Unidade Básica de Saúde Campo da Água Verde, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a profissional DOROTI DA SILVA, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012 inscrita sob nº. 436, e convocada conforme Edital nº 071 de 24 de setembro de 2015, iniciando as suas atividades a partir de 23/10/2015, conforme comunicação interna nº 304/SMS/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de outubro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA

Secretária Municipal de Saúde Interina

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/10/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº PMC 07/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Processo Licitatório n.º 204/2015

Dispensa de Licitação n.º 07/2015

O Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80 sito à rua Felipe Schmidt, 10 – Centro, comunica, contratação através de Dispensa de Licitação. Artigo 24, V, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Objeto: Aquisição de materiais para natal feliz 2015.

Contratados: COMERCIAL CHAMBER LTDA, valor R\$ 26,00 (vinte e seis reais); GUILHERMINA MARTINS FRIEDRICH ME, valor R\$ 8,00 (oito reais); Janice das Graças da Silveira Scholz, valor R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais); JULIAN ODACHOWOSKI E FILHOS LTDA, valor R\$ 333,50 (terzentos e trinta e três reais e cinquenta centavos); TC FIOS – TECELAGEM E CONFECÇÕES, valor R\$ 1.605,50 (Hum mil seiscentos e cinco reais e cinco centavos) e Samuel Kluczkovski, valor R\$ 80,00 (oitenta reais).

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DA CARTA CONVITE Nº PMC 04/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 206/2015

EDITAL DE CARTA CONVITE Nº. PMC 04/2015

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 03/11/2015, às 11h15min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MAO DE OBRA DESTINADOS A ILUMINAÇÃO DECORATIVA NATALINA DO NATAL FELIZ 2.015, EM ÁREAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 11h00mim do dia 03/11/2015. Informações (47) 3621-7705. Os interessados deverão solicitar o edital pelo e-mail licitacao@pmc.sc.gov.br, fornecendo todos os dados da empresa, tais como Razão Social, CNPJ, endereço, telefone e pessoa para contato. Informações (47) 3621 7705, ou diretamente no Departamento de Licitações, sito a Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

TERMO DO CONVÊNIO Nº 19/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS/SC

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Termo do Convênio nº 19/2015 PARTÍCIPES: A Prefeitura do Município de Canoinhas, por meio do Fundo Municipal de Saúde e a Rede Feminina de Combate ao Câncer. OBJETO: O objeto do presente convênio consiste no repasse de recurso financeiro destinado ao custeio de despesas gerais para manutenção das atividades da entidade, visando à prestação de serviços de prevenção e assistência a saúde das mulheres canoinhenses. VALOR DO CONVÊNIO: Até o valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), podendo serem repassados pelo município em parcela única ou ainda divididos em parcelas VIGÊNCIA: Um ano, contado da data desta publicação, podendo ser prorrogado por até (60) meses. SIGNATÁRIOS: Sr. Luiz Alberto Rincoski Faria, pela Prefeitura do Município de Canoinhas e a Sra. Vera Lucia Bueno Bechel, pela Rede Feminina de Combate ao Câncer.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 31/2015 - CONCEDE FÉRIAS**

PORTARIA Nº 31/2015

CONCEDE FÉRIAS

A Mesa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 26, da Lei Orgânica do Município de Canoinhas e pela Resolução 825 de 21 de dezembro de 2001,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder 07 (sete) dias de férias a servidora ANDREA KUCHLER BETTO, ocupante do cargo de Assessora de Apoio Parlamentar, referente ao período aquisitivo de 15/01/14 à 14/01/2015, que serão usufruídas do dia 03/11/2015 à 09/11/2015.

Art. 2º - Fica deferido o adicional de um terço sobre a remuneração, conforme o disposto no Art. 115, da Lei 2305 de 03/07/1990, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Canoinhas.

Art. 3º - As despesas constantes da presente Portaria, correrão por conta de dotações específicas do orçamento.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Reuniões da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 21 de outubro de 2015.

Gilmar Martins
Presidente

Cris Arrabar
1º Secretária

Neno Pangratz
2º Secretário

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 21 de outubro de 2015.

Catanduvas

PREFEITURA

AUDIÊNCIA PÚBLICA - RELATÓRIO QUADRIMESTRAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

AUDIÊNCIA PÚBLICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE QUE DISPÕE SOBRE O RELATÓRIO QUADRIMESTRAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, através do Conselho Municipal de Saúde, atendendo ao artigo 36 da lei Complementar nº 141/2012, CONVOCA a população para Audiência Pública para a apresentação do Relatório Quadrimestral, referente ao Primeiro e Segundo quadrimestre de 2015, da Secretaria Municipal de Saúde, que será realizado no dia 28 de outubro de 2015, as 19h, na Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvas, no endereço: Rua Severiano Guerreiro s/nº, Bairro: Centro.

A audiência Pública apresentará as seguintes informações:

1ª Montante e fonte de recursos aplicados no período;

2ª Auditorias realizadas ou em fase de execução no período e suas recomendações e determinações;

3ª Oferta e produção de serviços públicos na rede assistencial própria contratada e conveniada, cotejando esses dados com os indicadores de saúde da população em seu âmbito de atuação.

Elizete Cardoso da Silva

Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social

DECRETO Nº 2.106 DE 19 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO Nº 2.106, de 19 de outubro de 2015.

“ESTABELECE PONTO FACULTATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita do Município de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, que no próximo dia 28 de outubro de 2015 comemora-se o dia do servidor público;

CONSIDERANDO, que o dia 02 de novembro de 2015 é feriado nacional de Finados; e;

CONSIDERANDO, a observância aos princípios da economicidade, eficiência, produtividade, dentre outros que norteiam o serviço público,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO, em todos os órgãos da estrutura administrativa municipal o dia 30 de outubro de 2015, sexta-feira, sem prejuízo da manutenção das atividades públicas essenciais, retornando ao expediente normal no dia 03 de novembro, terça-feira.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social deverá orientar os usuários da manutenção especial das suas atividades neste período. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto manterá o seu calendário escolar em vigência.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas/SC, 19 de outubro de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita

Registrado e Publicado nesta data.

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Portaria 382/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 382/2015

- CONSIDERANDO a apresentação do Atestado Médico para Gestante;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o disposto no artigo 65 da Lei Complementar nº 008 de 23.12.99 e suas alterações,

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença Maternidade a servidora pública, MAIRA WEISS, ocupante do cargo de Professora ACT - 30 horas, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, por 120 (cento e vinte) dias, conforme consta em Atestado Médico, pelo período de 14.10.15 a 10.02.16.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 14.10.2015.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 22 de outubro de 2015.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria 383/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 383/2015

CONSIDERANDO, os efeitos da Portaria nº 380/2015, que restabelece o vínculo contratual entre a Servidora Pública Debora Grach e o Município de Chapadão do Lageado;

CONSIDERANDO, os efeitos da Portaria nº 382/2015, que concede Licença Maternidade a servidora pública, MAIRA WEISS.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal nº. 0085, de 30.06.99, Lei Complementar nº. 006, de 23.12.99, Lei Complementar nº 008, de 23.12.99;

RESOLVE:

Art.1º Alterar o local de trabalho da servidora pública DEBORA GRACH, admitida em caráter temporário, para exercer as funções do cargo de Professora - ACT - 25 horas, Nível I, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, sendo 15 horas para atuar na disciplina de Inglês na turma do 5º ano de Anos Iniciais, no Centro Educacional e Esportivo Valdemiro Manoel Chiquio e 10 horas para atuar na disciplina de Artes na área de Educação Infantil na turma do Pré Escolar, na Unidade de Educação Infantil Maria Fuck Kreusch.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO-SC, 22 de outubro de 2015.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria 384/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 384/2015

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico de 60 (sessenta dias) dias;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art.1º. Conceder em favor da Servidora Pública EVA APARECIDA KEMPNER ABREU licença pelo período de 15 (quinze) dias, de 15.10.2015 a 29.10.15, para tratamento de saúde conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração, e prorrogar pelo prazo de mais 45 (quarenta e cinco dias) dias, de 30.10.15 a 13.12.15, remunerada pelo Regime Geral de Previdência Social, na forma de benefício.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 15.10.2015.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 22 de outubro de 2015.
JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA N.º022-2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº022/2015 de 22/10/2015.

O Presidente desta Câmara de Vereadores, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 78, § 3º da Lei Complementar Nº008, de 23.12.99:

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS

Ao Servidor Pedro Arno Zimmermann Gesser, de TRINTA DIAS COM ABONO PECUNIÁRIO DE DEZ DIAS, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, ocupante do cargo de Assessor Jurídico, sendo que serão gozados os vinte dias no período de 03/11/2015 a 22/11/2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e produzindo seus efeitos a partir do dia 03 (três) de novembro de 2015.

Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado 22 de outubro de 2015.

NIBAR DA SILVA

Presidente

Cocal do Sul

PREFEITURA

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 116/PMCS/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 116/2015

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

DETENTORA DA ATA: MODELO PNEUS LTDA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/PMCS/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/PMCS/2015

Objeto: Registro de Preços de pneus, câmeras de ar e recapagens de pneus, no atendimento a frota do município de Cocal do sul.

Assinatura: 01/10/2015

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 117.616,00 (cento e dezessete mil seiscientos e dezesseis reais)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

Concórdia

PREFEITURA

ERRATA 001 DO EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº105/2015-PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA – SC

ERRATA Nº 001 AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/2015 - PMC (REPUBLICADO)

O Município de Concórdia, SC, por intermédio do Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é: Aquisição de equipamentos agrícolas novos, para distribuição nas comunidades do interior, cumprindo solicitação das mesmas através do orçamento participativo, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital, sofreu alterações no descritivo dos itens nº 9 e 13 relação de itens objeto desta licitação, constante do Anexo "B" do Edital em referência.

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª à 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 21 de outubro de 2015.

LEONIR GRIGOLLO

Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

CÂMARA MUNICIPAL

CONVITE 4/2015

CONVITE Nº 04/2015

PROCESSO Nº 15/2015

OBJETO: Aquisição de materiais elétricos e mão-de-obra para ornamentação natalina no prédio da Câmara.

TIPO: Menor Preço Global

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até às 11 horas do dia 03.11.2015

INÍCIO DA SESSÃO: dia 03.11.2015, às 14 horas

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site: WWW.cvc.sc.gov.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia, situado à Rua Leonel Mosele, 96 – Centro, de segunda a sexta-feira, das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h, ou pelo fone (49) 3441 2500.

Concórdia SC, 22 de outubro de 2015.

MAURO MENDES

Presidente

DECRETO 2642/2015

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.642, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015.

Exonera o servidor DOUGLAS FICANHA.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA SC

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, VII da Lei Orgânica do Município de Concórdia,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor DOUGLAS FICANHA do cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar, a partir de 31 de outubro de 2015.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 21 de outubro de 2015.

Mauro Mendes

Presidente

Vilmar Comassetto

1º Secretário

RESOLUÇÃO 424/2015

RESOLUÇÃO Nº 424, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015.

Concede licença ao Vereador Jaderson Miguel Prudente.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e consoante deliberação do Plenário, promulga a seguinte Resolução.

Art. 1º Fica concedida licença de 30 (trinta) dias ao Vereador Jaderson Miguel Prudente, para tratar de assuntos de interesse particular, a partir do dia 1º de novembro de 2015.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 21 de outubro de 2015.

Mauro Mendes

Presidente

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 506/2015

DECRETO Nº 506/2015, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À CONSELHEIRA TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder à Sra. NADIA TEREZINHA MAZZETTO TOZZO, conselheira Tutelar, lotada na Secretaria municipal de Saúde e Assistência Social, 10 (dez) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 08/07/2014 a 07/07/2015, que serão gozadas a partir de 26/10/2015.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de outubro de 2015.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 22 de outubro de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

NADIA TEREZINHA M. TOZZO

Ciente em: ____/____/2015

EXTRATO EDITAL PROCESSO 101/2015 - PRODUTOS ÁGUA

Estado de Santa Catarina

Município de Cordilheira Alta

Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços, de acordo com a Lei 10.520/02, Lei 8.666/93, Decreto Municipal 17/2007 e normas estabelecidas no Edital.

Processo Licitatório n. 101/2015.

Edital: Pregão Presencial para Registro de Preço n. 57/2015.

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de produtos químicos para manutenção da estação municipal de tratamento de água.

Entrega dos Envelopes: até às 08:15 horas do dia 09/11/2015.

Abertura dos Envelopes: 08:45 horas do dia 09/11/2015.

O Edital poderá ser obtido no site www.pmcordi.sc.gov.br ou no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente, ou ainda no site www.pmcordi.sc.gov.br.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, SC, 21 de outubro de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Coronel Freitas

PREFEITURA

ATA DE CANCELAMENTO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 61/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

=====

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 125/2015
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 61/2015

ATA DE CANCELAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 125/2015, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 61/2015 DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS. Aos vinte e dois dias do mês de outubro de Dois Mil e Quinze, as 09h30min, na sala de reuniões da prefeitura Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Avenida Santa Catarina 1022, Centro, reuniram-se o presidente da comissão e Equipe de Apoio, para efetuar a análise do cancelamento do referido processo licitatório, tendo em vista a solicitação para anulação do referido processo licitatório encaminhada pela Secretária municipal de Educação Claci G. Mazetto ao departamento de compras. Fica, portanto cancelado o presente processo licitatório, sendo publicado no site da Prefeitura Municipal e no Diário Oficial dos Municípios. Nada mais havendo a tratar encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que após lida será assinada pelos membros da Comissão de Licitação.

Coronel Freitas (SC), 22 de outubro de 2015
MARCELO J. RITTER CASIANE F. CARVALHO
PRESIDENTE DA COMISSÃO MEMBRO

PAULO C. STRADA FLAVIA ROLIM DE MOURA
MEMBRO MEMBRO

LUIS CARLOS OSS
MEMBRO

PUBLICAÇÃO CHAMADA PUBLICA Nº 04/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

EDITAL Nº 04/2015 - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE 05 (CINCO) INDÚSTRIAS INTERESSADAS EM INSTALAR-SE NO BARRACÃO INDUSTRIAL DESTE MUNICÍPIO, LOCALIZADO NA RUA ÂNGELO PELIZZA, Nº 137, BAIRRO GRAMBEL, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1.932, DE 10 DE MAIO DE 2013

O Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, representado pelo Senhor Cesar Luis Martinelli, Vice - Prefeito Municipal juntamente com a Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, torna público para conhecimento dos interessados, que está realizando o cadastramento para seleção de 05 (cinco) indústrias interessadas em instalar-se no barracão industrial deste município, localizado na Rua Ângelo Pelizza, nº 137, bairro Grambel, nos termos da Lei municipal nº 1.932, de 10 de maio de 2013. O presente edital será disponibilizado no sítio do Município de Coronel Freitas SC: www.coronelfreitas.sc.gov.br. Outros esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal ou na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, dias de expediente normal, no horário de 07h00min as 13h00min horas ou pelo fone (49) 3347-3400 e (49) 3347-0700.

Coronel Freitas - SC, 22 de Outubro de 2015

Cesar L. Martinelli
Vice - Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

DECRETO Nº. 189 DE 05 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 189 DE 05 DE OUTUBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2015 e Lei Orçamentária Anual nº. 641 de 27/11/2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.851,00 (um mil e oitocentos e cinquenta e um reais) na seguinte Programação de despesa:

05.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS				
26.782.0039.2.044 – Manutenção das Atividades Rodoviárias				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	44	01.0000	1.851,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 1.851,00 (um mil e oitocentos e cinquenta e um reais) da seguinte Programação de despesas:

05.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS				
26.782.0039.2.044 – Manutenção das Atividades Rodoviárias				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	41	01.0000	1.851,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 05 de outubro de 2015.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº. 190 DE 05 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 190 DE 05 DE OUTUBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2015 e Lei Orçamentária Anual nº. 641 de 27/11/2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na seguinte Programação de despesa:

05.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS				
26.782.0039.2.044 – Manutenção das Atividades Rodoviárias				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	42	01.0000	10.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) da seguinte Programação de despesas:

05.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS				
26.782.0039.2.044 – Manutenção das Atividades Rodoviárias				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	41	01.0000	10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 05 de outubro de 2015.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER

Chefe de Gabinete

Corupá

PREFEITURA

CONTRATO 005/15

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

AUTARQUIA ÁGUAS DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 005/15

Processo Licitatório nº 086/15

Carta Convite nº 06/15

CONTRATANTE: AGUÁS DE CORUPÁ, inscrita no CNPJ sob nº 14.797.046/0001-98, Rua Duque de Caxias, 257 – Centro, Município de Corupá, Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: SERRANA ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 83.073.536/0001-64 e inscrição Estadual nº 253.637.244, estabelecida na Rua Ottokar Doerffel, 84, Município de Joinville, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: Contratação de empresa especializada, para recuperação e pintura da ETA metálica compacta, do reservatório metálico, das tubulações de interligação, dos guarda-corpos e da grade da drenagem; além da recuperação e pintura do tanque de contato, do reservatório de concreto, do laboratório, do almoxarifado, das calçadas, dos cinco tanques de PRFV e a execução de três bases de concreto armado de acordo com as condições e especificações constantes no termo de referência.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 144.788,88 (Cento e Quarenta e Quatro Mil e Setecentos e Oitenta e oito Reais e Oitenta e Oito Centavos).

Data da Assinatura: 14/10/2015

Data da Vigência: 31/12/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Curitibanos

PREFEITURA

REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015

REPUBLICAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015

O Fundo Municipal de Cultura de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço GLOBAL, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SOM E ILUMINAÇÃO, PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO NATALINO QUE ACONTECERÁ NO PARQUE CENTENÁRIO DO DIA 09/12/2015 A 20/12/2015. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 08:30 horas do dia 06/11/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos/SC.

A partir das 09:00 horas do dia 06/11/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos/SC.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 22 de Outubro de 2015.

Kleberson Luciano Lima
Presidente do Fundo

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

DECRETO N. 5460/2015 SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DECRETO Nº 5460/2015.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 30.000,00 (TRINTA MIL REAIS), NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal de 05 de Abril de 1990, Lei Municipal nº 4.390/2014 e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 4.388, de 16 de dezembro de 2014 - Lei do PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2015, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente quanto à abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), objetivando suprir dotações orçamentárias que se evidenciaram insuficientes no decorrer do exercício financeiro no orçamento geral do Fundo Municipal de Saúde.

CAPÍTULO II

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica igualmente alterada a Lei nº. 4.389, de 16 de dezembro de 2014 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2015, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), objetivando suprir dotações orçamentárias que se evidenciaram insuficientes no decorrer do exercício financeiro no orçamento geral do Fundo Municipal de Saúde.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica alterada a Lei nº. 4.390, de 16 de Dezembro de 2014 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2015, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Dionísio Cerqueira/SC, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), objetivando suprir dotações orçamentárias que se evidenciaram insuficientes no decorrer do exercício financeiro no orçamento geral deste Ente Federado.

CAPÍTULO IV

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), instituindo-se na matéria orçamentária a seguinte dotação orçamentária:

10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

10.301.0428.2.062 – Adm.Geral dos Bens e Serv.de Assistência Médica e Sanitária

(20) 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 5º Para o atendimento do Crédito ora permitido, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a redução total e/ou parcial da seguinte dotação orçamentária vigente:

10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

10.301.0428.2.062 – Adm.Geral dos Bens e Serv.de Assistência Médica e Sanitária

(08) 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 01 DE OUTUBRO 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data na forma da Lei.

Data 01/10/2015.

JEFERSON JONAS ÁVILA

Secretario Municipal

DECRETO N. 5461/2015 SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DECRETO Nº 5.461/2015

ALTERA O PLANO PLURIANUAL, A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E A LEI ORÇAMENTÁRIA ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 15.000,00 (QUINZE MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal de 05 de Abril de 1990 e devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 4.390/2014:

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 4.388, de 16 de dezembro de 2014 - Lei do PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2015, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente quanto à abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze Mil Reais), objetivando instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento das despesas com a manutenção das atividades do Departamento de Esportes.

CAPÍTULO II

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica alterada a Lei nº. 4.389, de 16 de dezembro de 2014 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2015, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na

importância de R\$ 15.000,00 (Quinze Mil Reais), objetivando instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento das despesas com a manutenção das atividades do Departamento de Esportes.

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica alterada a Lei nº. 4.390, de 16 de dezembro de 2014 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2015, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Dionísio Cerqueira/SC, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 15.000,00 (Quinze Mil Reais), objetivando instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento das despesas com a manutenção das atividades do Departamento de Esportes.

CAPÍTULO IV DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 15.000,00 (Quinze Mil Reais), destinado a onerar a dotação orçamentária abaixo discriminada e constante do orçamento em execução, a saber:

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

06 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES

27.812.0224.2.025 - Adm. Geral dos Bens e Serviços do Desporto Amador

(79) 3.1.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 5º Para o atendimento do crédito previsto no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a redução total e/ou parcial das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constante da mesma matéria orçamentária em execução:

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

06 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES

27.812.0224.2.025 - Adm. Geral dos Bens e Serviços do Desporto Amador

(80) 3.3.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 05 DE OUTUBRO 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data na forma da Lei.

Data: 05/10/2015

JEFERSON JONAS ÁVILA

Secretário Municipal

DECRETO N. 5462/2015 DISPÕE SOBRE O DESMEMBRAMENTO DE LOTE URBANO

DECRETO Nº 5.462/2015

DISPÕE SOBRE O DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO Nº 06 DA QUADRA Nº 06-A, COM ÁREA DE M² E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990:

DECRETA:

Art. 1º - Fica desmembrado o seguinte Lote Urbano que especifica: I – Lote Urbano nº 06 da Quadra nº. 06-A, nesta cidade, matriculado no Registro de Imóveis sob nº 12.939, de propriedade de Alenir Teresinha Rover

Art. 2º - O desmembramento do Lote Urbano nº. 06 da Quadra nº. 06-A, nesta cidade, com área de 530,86m² (quinhentos e trinta metros e oitenta e seis centímetros quadrados) passará a formar:

a) Lote Urbano nº. 06 (seis) da Quadra nº. 06-A, com área de 457,84m² (quatrocentos e cinquenta e sete metros e oitenta e quatro centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o Lote nº 06-B, medindo 12,86 metros;

SUL: Com a Rua Vereador Claudino Antonioli, medindo 9,40 metros e com a Rua do Divisor, medindo 14,82 metros;

LESTE: Com o Lote nº 06-B, medindo 19,91 metros;

OESTE: Com o Lote nº 05, medindo 31,44 metros.

b) Lote Urbano nº. 06-B (seis - B) da Quadra nº. 06-A, com área de 73,02m² (setenta e três metros e dois centímetros), com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o Lote nº 06-A, medindo 12,00 metros;

SUL: Com a Rua do Divisor, medindo 0,18 metros e com o Lote nº 06, medindo 12,86 metros;

LESTE: Com o Lote nº 06-A, medindo 25,00 metros;

OESTE: Com o Lote nº 06, medindo 19,91 metros e com o Lote nº 05, medindo 6,56 metros.

c) Fusão dos Lotes Urbanos nº. 06-B (seis - B) com área de 73,02m² (setenta e três metros e dois centímetros quadrados) e Lote Urbano nº 06-A (seis - A), com área de 437,88m² (quatrocentos e trinta e sete metros e oitenta e oito centímetros quadrados), ambos da Quadra nº 06-A, que perfaz um total de 510,90m² (quinhentos e dez metros e noventa centímetros quadrados), passando a denominar-se Lote nº 06-B da Quadra nº 06-A, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o Lote nº 13, medindo 10,00 metros;

SUL: Com a Rua do Divisor, medindo 5,18 metros e com o Lote nº 06, medindo 12,86 metros;

LESTE: Com o Lote nº 07, medindo 48,70 metros;

OESTE: Com o Lote nº 06, medindo 19,91 metros e com o Lote nº 05, medindo 30,66 metros.

Art. 3º - As despesas de escrituras, registros e demais atinentes às transferências dos imóveis, correrão à conta de seus respectivos proprietários.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente, em dotação adequada para tal fim.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário, e o Decreto Municipal nº. 5368/2015 de 14 de Abril de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE OUTUBRO DE 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data na forma da Lei.

Data: 22/10/2015

JEFERSON JONAS ÁVILA
Secretário Municipal

LICITAÇÕES 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira torna público a todos os interessados que se encontra aberto o PREGÃO 035/2015 – Objeto: Aquisição de medicamentos e materiais para o Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira. Entrega da documentação e propostas até as 08:00 horas do dia 05/11/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 22/10/2015.

Luciana Gomes Pires – Gestora do HMDC

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira torna público a todos os interessados que se encontra aberto o PREGÃO 036/2015 – Objeto: Aquisição de Oxigênio Medicinal para o Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira. Entrega da documentação e propostas até as 11:00 horas do dia 05/11/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 22/10/2015.

Luciana Gomes Pires – Gestora do HMDC

RESULTADOS LICITAÇÕES 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

O Fundo Municipal da Saúde de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da licitação- Processo 050/2015 Modalidade: Pregão nº 050/2015, Objeto Aquisição de materiais de laboratório para Fundo Municipal de Saúde. Vencedores: Dental Oeste – Eirelli Valor R\$ 652,04 – Diagnóstica Catarinense Com. De Prod. Laboratório – Valor R\$ 1.864,16 - Dionísio Cerqueira 22/10/2015
João C. Stahl – Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

O Fundo Municipal da Saúde de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da licitação- Processo 051/2015 Modalidade: Pregão nº 051/2015, Objeto Aquisição de compressor odontológico para Fundo Municipal de Saúde Vencedor: Dental este – Eirelli – Valor R\$ 4.870,00 – Dionísio Cerqueira 22/10/2015
João C. Stahl – Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

LICITAÇÃO DESERTA

O Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados que o processo licitatório Nº 034/2015 Modalidade: Pregão Nº 034/2015 HMDC - Objeto Aquisição de Equipamentos Hospitalares para o Hospital Municipal.. Foi considerado Deserto.

Dionísio Cerqueira 22/10/2015

Luciana Gomes Pires – Gestora do HMDC

Erval Velho

PREFEITURA

DECRETO 2007/2015

DECRETO 2007, de 15 de outubro de 2015.

Nomeia Integrantes do Conselho Municipal de Saneamento Básico e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que lhe confere o inciso XXVI do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei Municipal nº 1402 de 15 de outubro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeadas as pessoas a seguir relacionadas para comporem o Conselho Municipal de Saneamento Básico de Erval Velho.

1 – Dos Órgãos Governamentais

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde

Silvano Rodrigo Pratto - Titular

Adriana Galhotto dos Santos - Suplente

Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura e Saneamento Ambiental

César Basílio Bulla - Titular

Uelinson Samuel Bernart - Suplente

Representantes da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Ivo Jandir Alberti – Titular

Francisco Delmar Davoglio - Suplente

Representantes do Setor de Planejamento

Saulo Daniel Marin – Titular

Alcindo Telles – Suplente

Representantes da CASAN

Nelson Schmitt – Titular

Walmor Andolfatto – Suplente

2 – Dos Órgãos Não Governamentais

Representantes das Associações de Moradores

Maria Luiza Provensi Gemelli - Titular

Dirceu Antunes dos Santos – Suplente

Representantes do CREA

Marisa Dejacometti Piccoli - Titular

Naiara Einsfeld – Suplente

Representantes das Associações de Produtores Rurais

Miguel Tessari - Titular

Armando Dorini – Suplente

Representantes Clube de Dirigentes Lojistas - CDL

Marcos Antonio Parmagnani - Titular

Wilmar Parissenti – Suplente

Representantes do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Erval Velho

Vanessa Parissenti – Titular

Caroline Surdi - Suplente

Art. 2º. O mandato dos membros do CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, considerado de relevante interesse público, será exercido gratuitamente pelo período de 02 (dois) anos, permitida a recondução, ficando expressamente vedada a concessão de qualquer tipo de remuneração, vantagem ou benefício de natureza pecuniária.

Art. 3º. Este Decreto n. 2007 entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 15 de outubro de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, em 15 de outubro de 2015.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças.

EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇO 006/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO

PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 047/2015

Edital de Tomada de Preço nº 006/2015

Objeto: Ampliação da Creche Municipal.

Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 09/11/2015.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal.

Forquilha

PREFEITURA

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 158/PMF/2015

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 158/PMF/2015

PRIMEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ABERTURA, PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 158/PMF/2015, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR AS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS NA QUADRA COBERTA DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA JOSÉ ALÉSSIO, LOCALIZADA NA RUA SANTA BARBÁRA, BAIRRO CIDADE ALTA, DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC, COMPREENDENDO MATERIAL, MÃO-DE-OBRA, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS NORMAIS E ESPECIAIS NECESSÁRIAS, CONFORME PROJETO ELÉTRICO.

Às nove horas do dia vinte e dois do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município para abertura, processamento e julgamento do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 158/PMF/2015. Aberto os trabalhos pela Presidente, Sra. Érika de Luca Tiscoski, a mesma informou que as empresas CONSTRUÇÕES VITÓRIA LTDA, CONSONI CONSTRUÇÕES LTDA e CEPENGE ENGENHARIA LTDA EPP protocolaram tempestivamente seus envelopes no Setor de Protocolo desta Prefeitura. Determinada a abertura dos envelopes n. 01 da HABILITAÇÃO, a comissão analisou os documentos de habilitação, juntamente com o Engº Sr. Leandro Arns Back. Todas as empresas licitantes apresentaram certidão de micro empresa beneficiando-se da lei 123/06. A comissão de licitação certificou-se de que a empresa CONSTRUÇÕES VITÓRIA LTDA, apresentou a certidão estadual vencida em 18/10, conforme item 3.7.1 letra B do edital. E a empresa CEPENGE ENGENHARIA foi desclassificada por apresentar data do registro cadastral 21/10/2015, conforme 3.1.1 do edital, em desacordo com a lei federal 8.666/93. A empresa CONSONI CONSTRUÇÕES apresentou a documentação conforme exigências do edital, portanto foi habilitada. A empresa CEPENGE foi inabilitada por apresentar falha documental conforme relatado acima. Para a empresa CONSTRUÇÕES VITÓRIA, por ser micro empresa fica habilitada para a fase classificatória condicionada a futura apresentação da certidão estadual nos termos do item 7.4 do edital. Fica estabelecido ainda o prazo recursal de cinco dias úteis para interposição de recursos a contar da publicação desta ata. O envelope da proposta foi rubricado pela comissão de licitação e participantes. A presente Ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem.

Forquilha, 22 de outubro de 2015.

ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI

Presidente da Comissão de Licitação

RENATA PEREIRA

Membro da Comissão

KEND TROMBIM

Membro da Comissão

Fraiburgo

PREFEITURA

AT15PMF111**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT15PMF111
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada.: MARCIA REGINA CALOI ME
Valor : 12.300,00 (doze mil trezentos reais)
Vigência : Início: 13/10/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 113/2015
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS PARA CONFEÇÃO DE ENFEITES PARA USO NA DECORAÇÃO NATALINA DA CIDADE DE FRAIBURGO.

Fraiburgo, 22 de Outubro de 2015
IVO BIAZZOLO - Prefeito

AT15PMF112**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT15PMF112
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada.: SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA ME
Valor : 8.720,00 (oito mil setecentos e vinte reais)
Vigência : Início: 13/10/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 113/2015
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS PARA CONFEÇÃO DE ENFEITES PARA USO NA DECORAÇÃO NATALINA DA CIDADE DE FRAIBURGO.

Fraiburgo, 22 de Outubro de 2015
IVO BIAZZOLO - Prefeito

AT15PMF113**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT15PMF113
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada.: 3 S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA
Valor : 23.280,00 (vinte e três mil duzentos e oitenta reais).
Vigência : Início: 13/10/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 113/2015
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS PARA CONFEÇÃO DE ENFEITES PARA USO NA DECORAÇÃO NATALINA DA CIDADE DE FRAIBURGO.

Fraiburgo, 22 de Outubro de 2015
IVO BIAZZOLO - Prefeito

AT15PMF114**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT15PMF114
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada.: 3 S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA
Valor : 445,00 (quatrocentos e quarenta e cinco reais)
Vigência : Início: 20/10/2015 Término: 29/02/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 117/2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE CARTUCHOS DE TÔNER PARA USO NAS IMPRESSORAS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE FRAIBURGO, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FMS), FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DURANTE OS MESES DE OUTUBRO DE 2015 A FEVEREIRO DE 2016.

Fraiburgo, 22 de Outubro de 2015
IVO BIAZZOLO - Prefeito

AT15PMF115**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT15PMF115
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada.: DRJ RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA
Valor : 12.300,00 (doze mil trezentos reais)
Vigência : Início: 20/10/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 114/2015
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE RÁDIOS PORTÁTEIS PARA USO DA POLÍCIA MILITAR DE FRAIBURGO, DURANTE OS MESES DE OUTUBRO A DEZEMBRO DE 2015.

Fraiburgo, 22 de Outubro de 2015
IVO BIAZZOLO - Prefeito

AT15PMF116**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT15PMF116
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada.: SUPERMERCADO JOTA LTDA
Valor : 3.617,50 (três mil seiscentos e dezessete reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 21/10/2015 Término: 29/02/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 116/2015
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE CAFÉ E AÇÚCAR PARA CONSUMO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FMS E FME) DURANTE OS MESES DE NOVEMBRO DE 2015 A FEVEREIRO DE 2016.

Fraiburgo, 22 de Outubro de 2015
IVO BIAZZOLO - Prefeito

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0127_2015-PMF RP 0087

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0127/2015 – PMF
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0087/2015 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições em contratações futuras de gêneros alimentícios para merenda escolar dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino, durante os meses de novembro de 2015 a fevereiro de 2016. Validade da Ata de Registro de Preços: novembro de 2015 a fevereiro de 2016. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 13:30 horas do dia 06.11.2015. Abertura: às 13:30 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 22 de outubro de 2015.
Ivo Biazolo
Prefeito

CT15PMF109
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT15PMF109
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada.: ESQUADRIAS SANTA MÔNICA LTDA
Valor : 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais)
Vigência : Início: 09/10/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 112/2015
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA FECHAMENTO COM VIDRO O REFEITORIO DO CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL INFANTIL BELA VISTA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO.

Fraiburgo, 22 de Outubro de 2015
IVO BIAZZOLO - Prefeito

CT15PMF110
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT15PMF110
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada.: FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIO ECONOMICAS.
Valor : 1.486.194,38 (um milhão quatrocentos e oitenta e seis mil cento e noventa e quatro reais e trinta e oito centavos).
Vigência : Início: 15/10/2015 Término: 14/10/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 11/2015.
Objeto : CONTRATAÇÃO DA FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SÓCIO-ECONOMICOS - FEPESE, COM BASE NO ARTIGO 24, INCISO XIII DA LEI 8.666/93, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL COM ENSINO, CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DO CORPO TÉCNICO DE PROFISSIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DE CONTINGENCIAS.

Fraiburgo, 22 de Outubro de 2015
IVO BIAZZOLO - Prefeito

CT15PMF111
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT15PMF111
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada.: ALCI N. BECKER & CIA LTDA EPP
Valor : 32.760,00 (trinta e dois mil setecentos e sessenta reais).
Vigência : Início: 15/10/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 5/2015
Objeto : AQUISIÇÃO DE 70 POLTRONAS PARA USO NO AUDITÓRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Fraiburgo, 22 de Outubro de 2015
IVO BIAZZOLO - Prefeito

CT15PMF112
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT15PMF112
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada.: GIGA1.COM - EIRELI - ME
Valor : 3.797,00 (três mil setecentos e noventa e sete reais).
Vigência : Início: 16/10/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 115/2015
Objeto : AQUISIÇÃO DE TABLETS E IMPRESSORA PORTÁTIL PARA USO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE FRAIBURGO - FUNREBOM.

Fraiburgo, 22 de Outubro de 2015
IVO BIAZZOLO - Prefeito

EDITAL CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 002-2015
EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 002/2015

IVO BIAZZOLO, Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 362 e seguintes da Lei Municipal nº 053/2003, faz saber a quem interessar possa, que o Município de Fraiburgo lança o presente EDECOM - EDITAL DEMONSTRATIVO DO CUSTO DA OBRA DE MELHORAMENTO, para fins de cobrança da CM - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, objetivando o ressarcimento parcial ao erário dos valores despendidos nas obras de melhoramento, compreendendo a seguinte via pública da cidade de Fraiburgo:

I – AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA

A obra de melhoramento da via descrita no item II deste Edital está devidamente autorizada pelas disposições da Lei Municipal nº 2267 de 05 de setembro de 2014 e dos artigos 362 (instituição da contribuição de melhoria em face da valorização imobiliária); artigo 363 (fato gerador); artigo 364 (valorização – descrição dos melhoramentos); artigos 365 a 367 (base de cálculo); artigo 372 (sujeito passivo); artigo 373 (solidariedade tributária); artigos 374 a 377 (lançamento e recolhimento) e artigo 378 (notificação), da Lei Complementar Municipal nº 053/2013 – Código Tributário Municipal.

II - LOCAL

RUA OLAVO BILAC III – IMÓVEIS LINDEIROS - NOTIFICAÇÃO

Como interessados diretos, ficam notificados das disposições do

presente edital: WAGNER FABIANO MELLO GERLACH, VALTER ALPIO JUNG, ZELIDE CONTE, ANGELA MARIA MARQUES DE OLIVEIRA, ENORY POMMERENING, ODAIR ADOLO ZONTA, JOÃO THIBES RIBEIRO, LUCIMAR APARECIDA GAIO, MARIA CARMEM PISETTA, LUIZ MARCILIA DO NASCIMENTO, EDUARDO MARQUES DE OLIVEIRA, NELCI VICENTIN, EDSON ANTONIO MARCON, FERDINANDO VICTALINO MARCON, SINDICADO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE FRAIBURGO, JOSÉ EMÍLIO BOGONI, NELSON NATALIO KOGIKOWSKI, JUVENTINO FIDENCIO BAIRRO, FUNDO DE MELHORIA DA POLÍCIA CIVIL – FUMPC, EDVINO POMMERENING, JOSÉ ORLI MANFIOLETTI, JOÃO MARIA VOLTOLINZ, JOÃO PEDRO ALVES RIBEIRO, FLÁVIO JOSÉ MARTINS, ANGELO DALANHOL, ABEL KOGIKOWSKI, OLIVIR MATIAS, OLINDINA FERREIRA DOS SANTOS, ARI KRUGER, SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DO PAPEL PASTA DE MADEIRA E PAPELÃO DE FRAIBURGO, SINTSER-FBR – SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO, INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, CIDCLEI RAMOS.

IV - MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

O memorial descreve normas para a execução dos serviços de melhoramentos e pavimentação em via urbana da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução da obra, dentre elas:

- a) recapeamento com asfalto betuminoso CBUQ;
- b) serviços gerais: limpeza permanente da obra, pinturas e colocação de placas.

A descrição individual dos serviços e os valores encontram-se no memorial descritivo do projeto executivo de pavimentação inserto no Processo Administrativo nº 4835/2014.

V - DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários ou possuidores a qualquer título de imóveis situados nas áreas diretamente ou indiretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis incluídos na ZIN – Zona de Influência.

VI - DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A cobrança da CM - Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra, adotando-se como critério o benefício resultante desta, computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização e execução, bem como, todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados na respectiva zona de influência.

A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo as avaliações efetuadas pela Comissão especialmente designada para tal fim (laudo anexo ao Processo Administrativo nº 4835/2014).

VII - DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para a zona diretamente atingida é da ordem de até 100% (cem por cento), tendo como limite máximo o custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel, apurada mediante procedimento administrativo (avaliação por Comissão Especial) que consta no laudo anexo.

A APM – Administração Pública Municipal participa no custo total da obra com as importâncias consignadas nas planilhas insertas no Processo Administrativo nº 4835/2014. A importância a ser

absorvida terá como parâmetro o laudo de valorização dos imóveis, parte integrante deste Edital.

VIII - DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA

São os constantes no Processo Administrativo nº 4835/2014. Referidos cálculos ficarão vinculados, em qualquer hipótese, à valorização ocorrida no imóvel.

IX - FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da Contribuição de Melhoria será efetuado pelos contribuintes, à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes condições:

a) em um só pagamento, com desconto de 10% (dez por cento), se recolhido até 30 (trinta) dias após a notificação do contribuinte, incidindo o percentual de desconto sobre qualquer importância paga no mesmo período, independentemente do valor ser integral ou parcial;

b) de forma parcelada, em até 60 (sessenta) parcelas, sendo a primeira em até 30 (trinta) dias após a notificação do contribuinte e as subsequentes, de 30 em 30 dias, acrescidas da respectiva correção monetária pré-fixada; o vencimento de três parcelas acarreta o vencimento antecipado das demais e consequente inscrição em dívida ativa;

c) vencido e não quitado o débito, poderá o contribuinte parcelá-lo em até 60 (sessenta) vezes, atualizado de acordo com a variação da UFM e acrescidos de juros de 1% ao mês, cuja parcela não poderá ser inferior a 20 UFM's, se pessoa física e, 40 UFM's, se pessoa jurídica, com os acréscimos previstos no Artigo 714 da Lei Complementar nº 053/2003.

X - OPÇÃO DE PAGAMENTO

Ficará a critério do contribuinte optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, podendo utilizar-se de uma ou mais condições previstas no presente Edital.

O contribuinte receberá a circular proposta onde poderá optar pela condição que melhor lhe aprouver.

XI - DISPOSIÇÕES GERAIS

São partes integrantes deste Edital o memorial e projetos executivos da obra, planilha orçamentária, Edital de Licitação da obra, bem como a relação dos imóveis abrangidos, parcela de participação do Município, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida e demais documentos insertos ao Processo Administrativo nº 1024/2014.

Os proprietários ou possuidores a qualquer título dos imóveis beneficiados com a obra de que trata o presente Edital tem o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados no mural público da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova. Fica franqueada vista integral do Processo Administrativo nº 4835/2014 e obtenção de cópias.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal através de petição, que servirá para o início do processo administrativo, na qual o proprietário ou possuidor a qualquer título poderá reclamar contra eventuais erros de localização e dimensões dos imóveis, cálculos dos índices atribuídos, custo da obra e número de prestações.

Nos termos do Artigo 3º da Lei Complementar nº 096/2008, fica isento do pagamento da Contribuição de Melhoria o contribuinte, cujo imóvel seja alcançado pelo acréscimo de seu valor em decorrência de obra pública e atenda aos seguintes requisitos:

- I – Ser proprietário ou titular do domínio útil e possuidor de um único imóvel, utilizado exclusivamente para residência familiar;
- II - Não ter renda familiar mensal superior a 2 (dois) salários mínimos.

O requerimento de isenção deverá ser apresentado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação para pagamento, devendo com ele serem apresentados os documentos comprobatórios da situação do contribuinte, servindo como parâmetro os documentos elencados na LC nº 096/2008.

XII - DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte junto ao Departamento de Obras e de Tributos do Município de Fraiburgo, situado na Av. Rio das Antas nº 185, bairro Centro, ou pelo fone (49) 32563000.

Fraiburgo (SC), 22 de outubro de 2015.

IVO BIAZZOLO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 2111/2015

PORTARIA Nº 2111, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido, o contrato de MARILDA FATIMA DA ROSA, brasileira, separada judicialmente, inscrita no CPF sob o nº. 898.663.989-00, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 21 de outubro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de outubro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

TA.AT15PMF76

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA.AT15PMF76 - Contrato Nº: AT15PMF19
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: ARCO-IRIS MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA – ME.

Vigência : Início: 20/10/2015 Término: 31/01/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2015

Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA

TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 31 DE JANEIRO DE 2016.

Fraiburgo, 22 de Outubro de 2015

IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA15PMF135

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA15PMF135 - Contrato Nº: CT15PMF12

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: KARINE DE OLIVEIRA TRANSPORTES EIRELI ME

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 09/10/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2015

Objeto : AS PARTES RESOLVEM EFETIVAR A INCLUSÃO DE 02 (DOIS) VEÍCULOS (ÔNIBUS), PARA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, CONFORME ITEM 5.9 DO TERMO DE REFERÊNCIA, AS DESCRIÇÕES A SEGUIR: PAS/ONIBUS/NAO APLIC., Placa: ATI-2629/PR, Ano/Modelo: 2006/2006, VOLKS/BUSSCAR EL BUSS R, Chassi: 9BWRP82W86R612962, Renavam: 876647867, Capacidade: 44 lugares. e PAS / ONIBUS/NAO APLIC., Placa: JOT-0089/RS, Ano/Modelo: 2002/2002-VW/COMIL CAMPIONE R, Chassi: 9BWR-F82WO2R211399, Renavam: 782798764, Capacidade: 44 lugares.

Fraiburgo, 22 de Outubro de 2015

IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA15PMF136

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA15PMF136 - Contrato Nº: CT14PMF59

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: SEBASTIÃO FURTADO DA SILVA (MEI)

Valor : 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)

Vigência : Início: 19/10/2015 Término: 31/05/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 41/2014

Objeto : AS PARTES RESOLVEM ADITIVAR O CT14PMF59 NO VALOR DE R\$24.000,00 (VINTE E QUATRO MIL REAIS), CORRESPONDENTE A 23,81% DO VALOR ORIGINAL, A SER PAGO EM CINCO PARCELAS DE R\$ 4.800,00 (QUATRO MIL E OITOCENTOS REAIS), PASSANDO O CONTRATO ORIGINAL DE R\$100.800,00 (CEM MIL E OITOCENTOS REAIS) PARA R\$124.800,00 (CENTO E VINTE E QUATRO MIL E OITOCENTOS REAIS), PRORROGANDO-SE O PRAZO DE VIGÊNCIA PARA ATÉ O DIA 31 DE MAIO DE 2016.

Fraiburgo, 22 de Outubro de 2015

IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA15PMF137

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA15PMF137 - Contrato Nº: CT15PMF88

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA EPP

Vigência : Início: 19/10/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 12/2015.

Objeto : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, § 1º DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, A PEDIDO DA CONTRATADA E COM ANUÊNCIA EXPRESSA DO ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA NOMEADO SR. ADEMIR VICENTE FRANCO DE SOUZA JUNIOR, AJUSTAM E PRORROGAM O

PRAZO DE EXECUÇÃO QUE CONSTA DA CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO PARA ATÉ A DATA DE 20 DE NOVEMBRO DE 2015.

Fraiburgo, 22 de Outubro de 2015
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA15PMF138

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA15PMF138 - Contrato Nº: CT14PMF146

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: HBINFO PROVEDOR LTDA ME

Vigência : Início: 21/10/2015 Término: 23/09/2016

Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 18/2014.

Objeto : A) A IMPLANTAÇÃO DE UM PONTO DE ACESSO COM LINCK PARA REDE MULTIMÍDIA NA AVENIDA VIDEIRA, PRÓXIMO AO POSTO MAÇA, O QUAL SERÁ A PAGO CONFORME CLÁUSULA QUARTA 4.3.1 DO CONTRATO;

B) DESATIVAR O PONTO CONSTANTE DA TABELA 1 ITEM 9, NA AVENIDA CURITIBANOS, ESQUINA COM A AVENIDA RIO DAS ANTAS, PRÓXIMO A PREFEITURA;

C) OS VALORES MENSIS PERMANECER IGUAL EM VIRTUDE DE CONTINUAR O MESMO NUMERO DE PONTOS.

Fraiburgo, 22 de Outubro de 2015
IVO BIAZZOLO - Prefeito

DECRETO Nº 220/2015**DECRETO Nº 220, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015.****DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0019, DE 03 DE SETEMBRO DE 2015.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgada a classificação do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0019 de 03 de setembro de 2015, conforme lista anexa.

Art. 2º. Os códigos 18 e 19 deixaram de ser divulgados por não haverem inscritos.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 22 DE OUTUBRO DE 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0019 DE 03 DE SETEMBRO DE 2015

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: Quadro: I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Código: 1 Área de Atuação: Educação Infantil

Disciplina: -

Crêterios de Desempate

Disciplina: _____			1º	2º	3º	4º	5º	
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Pós	Cursos	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento
1	156	NILDA APARECIDA ANTUNES DOS ANJOS DA SILVA	22	6	5	4	NÃO	22/06/1966
2	56	SILVIA BEATRIZ ZANELLA KOMINKIEWICZ	22	6	5	4	NÃO	04/01/1979
3	212	LILLIAN CARINA THIBES RIBEIRO DE OLIVEIRA	22	6	5	4	NÃO	13/08/1979
4	103	MARCIA EULINA LUCIANO	22	4	5	6	NÃO	05/01/1970
5	210	MARIA CAROLINA PRATES ZENERE	19	6	5	6	NÃO	31/05/1975
6	226	LUCI DOS SANTOS	18	6	5	3	NÃO	09/12/1974
7	19	ELENICE MELLO PHILIPPUS	18	6	5	3	NÃO	10/07/1982
8	32	IVETE FATIMA SEGALA PUHL	18	6	5	2	NÃO	21/09/1957
9	134	ROSANGELA DORNELLES	18	6	5	2	NÃO	26/09/1981
10	93	MARILSE PRIGOL	17	6	5	4	NÃO	18/05/1970
11	209	JOCELI DE SOUZA	17	6	5	4	NÃO	23/06/1982
12	244	ANDRESSA MATIAS	17	6	5	4	NÃO	10/10/1984
13	174	NANDINE DE FATIMA GUEDES	17	6	5	2	NÃO	19/07/1976
14	243	EDIANE MOLIM BITENCOURT	17	6	5	1	NÃO	19/11/1989
15	159	GIANE COELHO DE ALMEIDA	17	6	1	6	NÃO	23/10/1973
16	114	NEIVA CUSTÓDIA DE OLIVEIRA	16	6	5	3	NÃO	14/03/1963
17	182	FABIANA DE FREITAS	16	6	5	3	NÃO	23/08/1980
18	16	LUCIANE APARECIDA CAMPAGNARO DEL RE	16	6	5	3	NÃO	30/07/1981
19	1	VANESSA BRANDT	16	6	5	2	NÃO	07/05/1982
20	68	MARISA APARECIDA SCHISSI FERREIRA	16	6	5	1	NÃO	25/12/1972
21	162	MAGALI DOS SANTOS ROCHA	16	4	5	2	NÃO	07/02/1971
22	78	IVANIR BENKE	16	4	5	2	NÃO	04/04/1973

quinta-feira, 22 de outubro de 2015

Página 1 de 3

23	211	ELIZIANE ANDRADE BARRETTI	15	6	5	4	NÃO	16/08/1978
24	171	VALEICA CLEIA BAHR DA SILVA	15	4	5	4	NÃO	27/06/1979
25	72	JOEDNA APARECIDA DA SILVA	15	4	5	1	NÃO	05/10/1984
26	67	KELLY MORAES ANTUNES	15	4	5	1	NÃO	19/02/1989
27	154	MARIZETE FÁTIMA GAIO	14	6	5	3	NÃO	15/03/1975
28	124	ANA CLAUDIA RIBEIRO	14	6	5	3	NÃO	10/02/1982
29	146	MARILU APARECIDA DO PRADO	14	6	5	1	NÃO	02/11/1981
30	197	ROZENIDE FATIMA GAIO	14	4	5	3	NÃO	04/11/1968
31	206	JANILDETE LEITE DOS SANTOS	14	4	5	3	NÃO	15/02/1973
32	217	MARIA ZULAMAR LAGO DALAGNOL	14	4	5	3	NÃO	03/05/1973
33	61	ALESSANDRA ALEXANDRE BOAVENTURA	14	4	5	3	NÃO	06/08/1983
34	221	MÁRCIA DALLA PICCOLA LEONARDO GAIO	14	4	5	0	NÃO	18/05/1984
35	117	MARIA ROSELI LEITE FERNANDES	13	6	5	2	NÃO	25/05/1963
36	52	SILVANA APARECIDA DOS SANTOS	13	6	5	2	NÃO	12/04/1964
37	220	LINDAMIR TEREZINHA GAIO CORDEIRO	13	6	5	2	NÃO	23/11/1969
38	238	MARINES DE FATIMA PINHEIRO SCAIN	13	6	5	2	NÃO	20/08/1973
39	145	JACINTA PEREIRA	13	6	5	2	NÃO	21/07/1983
40	141	MARIA ELIZABETE OLIVO DA SILVA	13	6	5	0	NÃO	17/10/1963
41	37	VERA LUCIA DE DOMENICO PRIGOL	13	4	5	2	NÃO	09/04/1965
42	241	MARCIA ADRIANA ROSALEN MALLMANN	13	4	5	0	NÃO	28/04/1979
43	288	NEIDE DIAS DA SILVA CORDEIRO	12	6	5	1	NÃO	22/05/1975
44	181	GERUSA ANDREA SCRAMOCIM ZAGO	12	6	5	1	NÃO	13/11/1979
45	203	GISLAINE APARECIDA BORTOLINI	12	6	5	1	NÃO	28/09/1983
46	147	MARILENE DE FATIMA DO PRADO	12	6	5	1	NÃO	22/02/1989
47	183	SIRLENE DOS SANTOS DOMINGUES	12	6	1	3	NÃO	29/04/1980
48	283	LUCIANE GERLACH DE MORAES	12	4	5	1	NÃO	14/12/1985
49	119	RITA PRATES RIBEIRO	11	6	5	0	NÃO	07/07/1978
50	94	LÚCIA MAINARD DE OLIVEIRA	11	4	5	2	NÃO	09/09/1971
51	133	ANDREIA RINALDI	11	4	5	2	NÃO	13/04/1986
52	254	ANA LUCIA DE SOUZA VARELA	10	4	5	1	NÃO	14/11/1974
53	157	DIANE DINO DOS SANTOS PRADO	10	4	5	1	NÃO	23/07/1981
54	11	GEISA KARINE SOLIGO	10	4	5	1	NÃO	05/02/1986
55	138	JULIA KARINE MACHADO DOS SANTOS	10	4	2	2	NÃO	30/10/1979
56	186	NEUSA TERESINHA TREI	9	4	5	0	NÃO	01/03/1959
57	281	CLEVIANI RIGO	9	4	5	0	NÃO	11/02/1991
58	213	FRANCIELE BUENO SCOPEL PAVARIN	9	4	4	1	NÃO	11/05/1978
59	82	ALESSANDRA MARIA DORNELLES DE SOUZA	8	0	5	1	NÃO	18/04/1980

quinta-feira, 22 de outubro de 2015

Página 2 de 3

60	223	MARILZA BILIK	8	0	5	1	NÃO	23/05/1985
61	219	DILCE ZAGO DA SILVA	7	0	5	2	NÃO	11/11/1969
62	165	DEJANIRA MOREIRA	7	0	5	2	NÃO	08/09/1984
63	66	MARLENE PEREIRA	6	4	1	1	NÃO	21/03/1971
64	118	SILMARA APARECIDA OLIVIO BARBOSA	6	4	1	1	NÃO	27/09/1982
65	53	EDILVANA CRUZ DA SILVA	6	4	0	2	NÃO	14/04/1974
66	290	SANDRA NAVROCKI EGGERS	6	4	0	0	NÃO	16/02/1980
67	25	NEIVA DORIS BARTEL	6	0	5	1	NÃO	23/05/1967
68	273	ROSALINA MUNIZ	5	4	0	1	NÃO	31/10/1965
69	29	MARIELI MATTEUCCI	5	0	5	0	NÃO	12/01/1988
70	18	MARINA DE FREITAS	5	0	5	0	NÃO	27/01/1989
71	139	EVELIZE CRISTINA GARCIA	5	0	3	2	NÃO	07/07/1990



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0019 DE 03 DE SETEMBRO DE 2015

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: Anos Iniciais Quadro: I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Código: 2 Área de Atuação: Ensino Fundamental

Disciplina: Anos Iniciais

Crerios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrio	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º					Portador Defic.	Data Nascimento
				Pós	Cursos	Tempo Servio	3º	4º		
1	44	GLORETE FATIMA WROBLEWSKI SCHABERLE	23	6	5	6			NÃO	05/01/1965
2	253	ROSE DORINI RIBEIRO	21	6	5	4			NÃO	21/06/1975
3	143	ANALICE APARECIDA ANGOLERI BORBA	21	6	5	4			NÃO	24/07/1978
4	73	MARA REGINA DOS SANTOS LARA	19	6	5	6			NÃO	16/03/1966
5	216	CLARICE APARECIDA GHELLER MACIEL	19	6	5	3			NÃO	12/08/1961
6	158	ALMERI APARECIDA KADES MORSOLETTO	19	6	5	3			NÃO	01/03/1967
7	187	JUCENI MELLO CAREGNATTO	19	6	5	3			NÃO	28/07/1970
8	248	ROSANGELA LIMA DA ROCHA	19	6	5	3			NÃO	19/10/1976
9	160	GISLAINE DA SILVA CARACHO	19	6	5	2			NÃO	10/06/1986
10	225	ANDREA VICENTE	19	4	5	4			NÃO	02/04/1979
11	251	MARINÉZ DA ROSA	19	4	5	3			NÃO	14/07/1975
12	123	MARICLEIA PIROLA	18	4	5	3			NÃO	11/04/1984
13	222	IARA APARECIDA ANDRADE WEBER	17	4	5	6			NÃO	22/08/1969
14	179	MARINES TELLES	16	6	5	1			NÃO	10/04/1979
15	224	EVA MARISTELA TELES REZENDES	15	4	5	2			NÃO	09/10/1973
16	126	MARIA SALETE DA SILVA LUCIANO	15	4	5	1			NÃO	22/04/1975
17	170	MARCIA APARECIDA TIBES DOS SANTOS	15	4	5	1			NÃO	21/01/1981
18	79	CLARISSE DE OLIVEIRA	14	6	5	3			NÃO	04/07/1977
19	163	ROSENILDA APARECIDA FERREIRA	14	6	5	3			NÃO	05/08/1977
20	227	LUCIANE DA ROSA	14	6	5	3			NÃO	17/02/1986
21	175	MARLI GONÇALVES DE SOUZA	14	4	5	1			NÃO	26/11/1976
22	58	ROSELI DOS SANTOS	14	4	5	1			NÃO	18/10/1978

quinta-feira, 22 de outubro de 2015

Página 1 de 2

23	26	ENEZITA DE MELO PERAZZOLLI	13	4	5	2	NÃO	25/05/1977
24	214	FABIANA TELLE	13	4	5	1	NÃO	21/02/1989
25	161	ROSMARI DE FÁTIMA CAMARGO GARCIA	13	4	5	0	NÃO	29/08/1969
26	153	ROSEMERI SATURNINO DE MATOS	13	0	5	3	NÃO	14/10/1983
27	172	LEONEIA APARECIDA MARCONDES DE CAMPOS	13	0	5	1	NÃO	19/09/1977
28	228	LENITA APARECIDA VICENTE BONETTI	12	6	5	1	NÃO	30/06/1976
29	180	JANICE HAMMES	12	0	4	2	NÃO	30/07/1969
30	150	JUSSARA FARIAS BRANCO DA COSTA	11	6	5	0	NÃO	30/05/1977
31	149	TEREZINHA FERREIRA	11	4	5	2	NÃO	08/10/1967
32	129	IVANA REGINA BELLINCANTA	11	4	5	2	NÃO	21/11/1968
33	240	KÁTIA REGINA DOS SANTOS	11	0	5	4	NÃO	20/07/1973
34	46	MARLI APARECIDA DA ROSA	10	4	5	1	NÃO	02/07/1970
35	278	ANA PAULA MORAES	10	4	5	1	NÃO	03/01/1981
36	64	JUCÉLIA DAS GRAÇAS RIBEIRO	10	4	5	1	NÃO	28/07/1983
37	4	DELYRIA BENTO DE ANDRADE	10	4	5	1	NÃO	17/04/1984
38	233	MARISA RODRIGUES	10	0	5	1	NÃO	05/11/1966
39	300	ELAINE DUARTE DOS SANTOS RODRIGUES	10	0	5	1	NÃO	12/05/1991
40	168	CRISTIANE MICHELON	9	4	5	0	NÃO	28/03/1987
41	9	RODRIGO DOS ANJOS MOTTA	9	0	5	2	NÃO	30/08/1979
42	234	MELANIA DE FATIMA SUTIL DE OLIVEIRA DE BAIRROS	9	0	5	2	NÃO	03/02/1980
43	59	LUZIA RIBEIRO HÚBAR FERREIRA	9	0	5	1	NÃO	05/09/1979
44	108	JULIANA LOPES DE SOUZA	9	0	5	1	NÃO	13/11/1988
45	60	JOSIANE APARECIDA DE PAULA PEREIRA	9	0	3	2	NÃO	23/10/1973
46	247	VANESSA VARELA	7	0	5	2	NÃO	28/04/1993
47	218	MARCIA HELENA HERMES RIBEIRO	7	0	2	3	NÃO	16/04/1975
48	188	ALZERINA SARTORI DIAS DE ANDRADE	6	4	0	0	NÃO	19/03/1964
49	294	MARIA DE JESUS DE ALMEIDA GOMES	6	0	5	1	NÃO	25/12/1966
50	242	NEIVA VARELA	6	0	5	1	NÃO	16/05/1972
51	249	SABRINA VERONA	6	0	5	1	NÃO	08/07/1988
52	38	DEYSE APARECIDA RIBEIRO	5	4	0	1	NÃO	17/01/1975
53	167	ELIANE MARIA TUCLINOVITCH	5	0	5	0	NÃO	28/09/1973
54	280	ANGELA DOS SANTOS	1	0	1	0	NÃO	02/07/1984



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0019 DE 03 DE SETEMBRO DE 2015

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Língua Portuguesa** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **3** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Língua Portuguesa**

Crítérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º					2º					3º					4º					5º				
				Pós	Cursos	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento	Pós	Cursos	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento	Pós	Cursos	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento	Pós	Cursos	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento	Pós	Cursos	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento
1	135	VERA LUCIA PEREIRA	18	6	5	3	NÃO	04/03/1981	6	5	3	NÃO	04/03/1981	6	5	3	NÃO	04/03/1981	6	5	3	NÃO	04/03/1981	6	5	3	NÃO	04/03/1981
2	85	DONIZETE APARECIDA MEIRELES	14	6	5	3	NÃO	03/02/1973	6	5	3	NÃO	03/02/1973	6	5	3	NÃO	03/02/1973	6	5	3	NÃO	03/02/1973	6	5	3	NÃO	03/02/1973
3	121	ILENIR DE OLIVEIRA FADANI	13	6	5	2	NÃO	12/11/1962	6	5	2	NÃO	12/11/1962	6	5	2	NÃO	12/11/1962	6	5	2	NÃO	12/11/1962	6	5	2	NÃO	12/11/1962
4	169	LEONILCE CARMEN LANZARINI LONGHI	11	6	0	0	NÃO	12/07/1960	6	0	0	NÃO	12/07/1960	6	0	0	NÃO	12/07/1960	6	0	0	NÃO	12/07/1960	6	0	0	NÃO	12/07/1960
5	13	MARIA LUISA VANZ	8	4	0	2	NÃO	08/12/1967	4	0	2	NÃO	08/12/1967	4	0	2	NÃO	08/12/1967	4	0	2	NÃO	08/12/1967	4	0	2	NÃO	08/12/1967
6	270	MARIA AUXILIADORA APARECIDA CARNIEL SOTTORIVA	2	0	0	2	NÃO	25/06/1959	0	0	2	NÃO	25/06/1959	0	0	2	NÃO	25/06/1959	0	0	2	NÃO	25/06/1959	0	0	2	NÃO	25/06/1959
7	109	IVALDO BAIA DOS SANTOS	0	0	0	0	NÃO	03/03/1987	0	0	0	NÃO	03/03/1987	0	0	0	NÃO	03/03/1987	0	0	0	NÃO	03/03/1987	0	0	0	NÃO	03/03/1987



Estado de Santa Catarina
 Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
 Nº 0019 DE 03 DE SETEMBRO DE 2015

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
 Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:

Matemática

Quadro:

I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Código:

4

Área de Atuação:

Ensino Fundamental

Disciplina:

Matemática

CrITÉrios de Desempate

		1º	2º	3º	4º	5º
Ordem Classific.	Número Inscrição	Pós	Cursos	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento
1	20	4	5	3	NÃO	07/05/1975
2	55	6	5	2	NÃO	18/05/1985
3	205	0	5	2	NÃO	15/11/1983

		Soma de Pontos
Nome do Candidato		
1	MARITANA LUCIMEIA PASQUALIN GHELLER	1.4
2	NARCISO PRATES	1.3
3	CLEUSA ALVES DE LIMA	7



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0019 DE 03 DE SETEMBRO DE 2015

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **História** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **5** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **História**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º					2º					3º					4º					5º				
				Pós	Cursos	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento	Pós	Cursos	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento	Pós	Cursos	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento	Pós	Cursos	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento	Pós	Cursos	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento
1	10	ROSELEI GOLYNSKI NOGUEIRA	13	4	5	0	NÃO	20/02/1983	4	5	0	NÃO	20/02/1983	4	5	0	NÃO	20/02/1983	4	5	0	NÃO	20/02/1983	4	5	0	NÃO	20/02/1983
2	36	CAMILA POBENGA DOS SANTOS	12	4	2	2	NÃO	20/06/1989	4	2	2	NÃO	20/06/1989	4	2	2	NÃO	20/06/1989	4	2	2	NÃO	20/06/1989	4	2	2	NÃO	20/06/1989
3	41	MARIA DA GLORIA VARGAS LAZZAROTTO	12	0	5	1	NÃO	26/07/1972	0	5	1	NÃO	26/07/1972	0	5	1	NÃO	26/07/1972	0	5	1	NÃO	26/07/1972	0	5	1	NÃO	26/07/1972
4	3	ELIZETE LAMP	11	4	5	2	NÃO	27/09/1974	4	5	2	NÃO	27/09/1974	4	5	2	NÃO	27/09/1974	4	5	2	NÃO	27/09/1974	4	5	2	NÃO	27/09/1974
5	120	CRISTOVÃO JOSÉ SCHNEIDER	11	0	5	1	NÃO	14/04/1952	0	5	1	NÃO	14/04/1952	0	5	1	NÃO	14/04/1952	0	5	1	NÃO	14/04/1952	0	5	1	NÃO	14/04/1952
6	208	IVONETE PADILHA DE MORAES	9	0	5	1	NÃO	22/07/1970	0	5	1	NÃO	22/07/1970	0	5	1	NÃO	22/07/1970	0	5	1	NÃO	22/07/1970	0	5	1	NÃO	22/07/1970
7	200	REGINALDO JOSÉ DE MELLO	5	0	1	0	NÃO	24/11/1988	0	1	0	NÃO	24/11/1988	0	1	0	NÃO	24/11/1988	0	1	0	NÃO	24/11/1988	0	1	0	NÃO	24/11/1988
8	272	EDNA WALTRICK DE SOUZA	4	4	0	0	NÃO	12/06/1982	4	0	0	NÃO	12/06/1982	4	0	0	NÃO	12/06/1982	4	0	0	NÃO	12/06/1982	4	0	0	NÃO	12/06/1982
9	266	REGINALDO JOAQUIM MINEIRO	0	0	0	0	NÃO	29/04/1983	0	0	0	NÃO	29/04/1983	0	0	0	NÃO	29/04/1983	0	0	0	NÃO	29/04/1983	0	0	0	NÃO	29/04/1983



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0019 DE 03 DE SETEMBRO DE 2015

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Geografia** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **6** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Geografia**

CrITÉRIOS DE DESEMPATE

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º					2º			3º			4º			5º		
				Pós	Cursos	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento	Pós	Cursos	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento	Pós	Cursos	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento	Pós	Cursos
1	245	IVETE CORREA MAXIMILIANO KOENE	11	4	5	2	NÃO	15/12/1970	4	5	2	NÃO	15/12/1970	4	5	2	NÃO	15/12/1970	4	5
2	255	JUSSARA GONÇALVES SEISL SOLANHA	9	4	5	0	NÃO	20/06/1983	4	5	0	NÃO	20/06/1983	4	5	0	NÃO	20/06/1983	4	5
3	2	NITA DOMINGUES DOS SANTOS	4	0	0	2	NÃO	17/05/1975	0	0	2	NÃO	17/05/1975	0	0	2	NÃO	17/05/1975	0	0



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0019 DE 03 DE SETEMBRO DE 2015

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Ciências e Programas d** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **7** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Ciências e Programas de Saúde**

Crítérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º 2º 3º 4º 5º				
				Pós	Cursos	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento
1	259	DENISE CAREGNATO NERES	11	4	5	2	NÃO	27/03/1980
2	12	BARBARA RAQUEL DE CASTRO DA SILVA	6	0	5	1	NÃO	14/08/1990
3	190	PAULA ANDRESSA GOETEN	5	0	5	0	NÃO	07/07/1994
4	198	MARISETE ESTREME ZAGGO	0	0	0	0	NÃO	30/10/1984



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0019 DE 03 DE SETEMBRO DE 2015

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Artes** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **8** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Artes**

CrITÉRIOS DE DESEMPATE

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º					2º					3º					4º					5º				
				Pós	Cursos	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento																				
1	282	CINTIANA APARECIDA RODRIGUES REINHOLD	14	4	5	2	NÃO	31/01/1983																				
2	49	MIRIAN CARLA CRUZ	14	4	5	1	NÃO	16/03/1989																				
3	164	JANETE APARECIDA DE SOUZA RIBEIRO	12	4	5	3	NÃO	07/04/1967																				
4	232	ALVINA ALVES DE SOUZA DA SILVA	12	0	5	2	NÃO	18/07/1973																				
5	297	PEDRO ALEXSANDRO RODRIGUES CAVALHEIRO	12	0	5	2	NÃO	03/01/1985																				
6	285	LUCENIR APARECIDA DA SILVA SANTOS CAMPOS	12	0	5	1	NÃO	07/06/1968																				
7	151	ROSANE RODRIGUES DOS SANTOS	11	4	5	2	NÃO	04/03/1977																				
8	274	MÁRCIA FERREIRA LOSS	10	4	5	1	NÃO	27/05/1976																				
9	112	DELAIR DA COSTA	10	0	5	2	NÃO	19/05/1970																				
10	289	IVONEIDE INÁCIO	7	0	5	2	NÃO	23/02/1982																				



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0019 DE 03 DE SETEMBRO DE 2015

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Filosofia ou Teologia** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **9** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Filosofia ou Teologia**

Critérios de Desempate

		1º	2º	3º	4º	5º
Ordem Classific.	Número Inscrição	Pós	Cursos	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento
1	142	4	5	1	NÃO	10/05/1987
2	263	4	1	0	NÃO	12/11/1986
3	229	0	2	2	NÃO	22/09/1980

Nome do Candidato	Soma de Pontos
PAULO ROBERTO RAMPON CENDRON	10
LEANDRO VARELA DE MEDEIROS	5
GELSON CARLOS RODRIGUES LOPES	5



Estado de Santa Catarina
 Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
 Nº 0019 DE 03 DE SETEMBRO DE 2015

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
 Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:

Língua Inglesa

Quadro:

I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Código:

10

Área de Atuação:

Ensino Fundamental

Disciplina:

Língua Inglesa

1º

2º

3º

4º

5º

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Pós	Cursos	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento
1	90	KELEN CORDEIRO LARA	6	0	3	3	NÃO	12/12/1983



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0019 DE 03 DE SETEMBRO DE 2015

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Educação Física** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **11** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Educação Física**

Crerios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrio	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º					Portador Defic.	Data Nascimento
				Pós	Cursos	Tempo Servio	3º	4º		
1	23	LEILA CRISTINA FINK MARQUES	17	6	5	3			NÃO	24/08/1986
2	293	MARCOS JOSÉ GOMES DE CAMPOS	16	6	5	3			NÃO	02/11/1978
3	291	MARIA CRISTINA DE ALMEIDA BOAVENTURA	16	6	5	3			NÃO	05/10/1985
4	215	GISELE SAGAS ZORNITTA	14	6	4	2			NÃO	25/01/1987
5	97	BRUNA DEBORTOLI PEREIRA DOS SANTOS	14	4	5	1			NÃO	25/01/1991
6	231	MICHELLI MARQUES BARTOLOMEU	13	6	5	2			NÃO	06/09/1986
7	104	JOSIELE PADILHA DA SILVA	13	6	5	2			NÃO	04/05/1987
8	62	GESELY APARECIDA DA SILVA MATOS	13	6	5	2			NÃO	01/11/1987
9	91	MAURICIO FRANCESCATO	12	6	5	1			NÃO	24/08/1991
10	14	ANA CARLA DE SOUZA	12	4	1	3			NÃO	11/01/1976
11	292	DULCELENE DA COSTA	11	6	0	3			NÃO	06/10/1980
12	102	MARCELO GONÇALVES DE ARAUJO	11	0	5	2			NÃO	06/02/1984
13	299	JORGE COSTA ANDRADE	11	0	5	1			NÃO	25/08/1962
14	275	PATRICIA ANGREVSKI	11	0	5	1			NÃO	09/05/1991
15	252	THAIS MARIA DE MORAES	10	4	0	1			NÃO	08/07/1990
16	122	JEAN CARLOS LIESCH	10	0	5	0			NÃO	04/02/1993
17	98	ELAINE NAZÁRIO DE ALMEIDA	8	0	5	1			NÃO	14/02/1992
18	152	ADRIANO FRANCO DE CAMARGO	8	0	3	0			NÃO	28/07/1976
19	47	TAISE GUGIEL DA SILVA	7	0	5	2			NÃO	03/09/1990
20	6	EVERTON PADILHA	6	4	0	2			NÃO	18/09/1985
21	286	JULIANO ARTEMIO ZONTA	6	4	0	2			NÃO	22/01/1990
22	295	KATIA JULIANA DE LARA	6	0	5	1			NÃO	23/01/1991

quinta-feira, 22 de outubro de 2015

Página 1 de 2

23	173	LANA OLIVEIRA DA SILVA	5	0	2	0	NÃO	26/12/1994
24	86	VANDERLEI RIBEIRO DA SILVA	5	0	0	3	NÃO	04/07/1978
25	106	ROBERTO RODRIGUES BELLO	3	0	1	2	NÃO	29/09/1985
26	51	CÍCERO ANTÔNIO CARDOSO	2	0	2	0	NÃO	16/05/1992
27	115	CLEBER PIANA	2	0	2	0	NÃO	11/05/1994
28	194	VALDECI LOPES ANTUNES JUNIOR	2	0	0	2	NÃO	16/04/1990
29	22	EDINARA LASCOSKI	2	0	0	2	NÃO	22/08/1990
30	5	ALEXSANDRO RIBEIRO DAS ALMAS	1	0	1	0	NÃO	17/10/1989

quinta-feira, 22 de outubro de 2015

Página 2 de 2



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0019 DE 03 DE SETEMBRO DE 2015

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Atendimento Educacio** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **12** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Atendimento Educacional Especializado - AEE**

Crítérios de Desempate

		1º	2º	3º	4º	5º
Ordem Classific.	Número Inscrição	Pós	Cursos	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento
1	127	0	5	1	NÃO	24/11/1984
		Nome do Candidato		Soma de Pontos		
		VIVIANE MOHR		6		



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0019 DE 03 DE SETEMBRO DE 2015

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Interprete de Libras** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **13** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Interprete de Libras**

CrITÉRIOS de Desempate

		1º	2º	3º	4º	5º
Ordem Classific.	Número Inscrição	Pós	Cursos	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento
1	99	6	5	1	NÃO	19/08/1979
2	284	0	5	0	NÃO	14/01/1982
		Nome do Candidato		Soma de Pontos		
		RENICE PRATES		12		
		CÉLIA INHAIA AMÉRICO		9		



Estado de Santa Catarina
 Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
 Nº 0019 DE 03 DE SETEMBRO DE 2015

Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
 Ordenação Crescente pelo Nome do Candidato

Cargo:

Interprete de Libras

Código:

13

Disciplina:

Interprete de Libras

Quadro:

I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Área de Atuação:

Ensino Fundamental

Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Motivo
148	LUCIMAR APRECID A GAIO		Item 1.2 letra "f" do edital 0019/2015



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0019 DE 03 DE SETEMBRO DE 2015

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: Quadro: **II - QUADRO DE INSCRIÇÃO PARA AUXILIAR EDUCACIONAL (EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL)**

Código: **14** Área de Atuação: **Auxiliar Educacional - Educação Infantil**

Disciplina: **-**

Critérios de Desempate

Disciplina: _____									
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
1	135	JUCIMARA WEBER	33	10	10	10	0	NÃO	25/01/1982
2	46	WANUSA ZAGO DOS SANTOS	31	10	5	10	0	NÃO	27/07/1993
3	131	ELAINE FERREIRA	27	10	5	6	0	NÃO	21/04/1992
4	69	MARILENE COSTA	26	10	2	10	1	NÃO	28/10/1976
5	118	KELLI TAIZE SANTOS ROSA	25	10	2	10	0	NÃO	20/07/1995
6	181	SANDRA REGINA DE PAULA	25	10	0	10	1	NÃO	28/11/1967
7	68	CRISTIANE APARECIDA ROSA	25	10	0	10	1	NÃO	13/01/1984
8	37	KAROLINE APARECIDA DO PRADO	25	0	10	10	1	NÃO	12/10/1984
9	73	ANA LUCIA RIBEIRO DOS SANTOS	24	10	2	8	1	NÃO	17/01/1991
10	100	GEISEL DE PROENÇA DA SILVA	24	10	0	10	1	NÃO	02/02/1984
11	41	LEUDILENE SOUSA SIQUEIRA	24	10	0	10	1	NÃO	14/04/1985
12	70	JANE DE FÁTIMA MACHADO	24	10	0	10	0	NÃO	14/09/1973
13	148	SONIA APARECIDA DIAS DA SILVA	22	10	2	0	0	NÃO	19/01/1966
14	185	ELIZANDRA DE OLIVEIRA FORLIN	22	10	1	6	0	NÃO	01/07/1995
15	61	SIRLEY APARECIDA DUARTE DE OLIVEIRA	21	10	1	10	1	NÃO	19/02/1973
16	182	FRANCIELI PEDROSO RAUBER	21	10	0	10	2	NÃO	30/08/1981
17	59	PATRICIA CORDEIRO	21	10	0	6	0	NÃO	27/11/1991
18	79	IVONETE DE FÁTIMA DE OLIVEIRA	21	0	2	10	3	NÃO	09/02/1979
19	123	TALITA FABIULA DA SILVA	20	10	0	10	2	NÃO	17/10/1981
20	172	JÉSSICA MUSSOLIN	20	10	0	10	2	NÃO	10/08/1991
21	122	JOSEANE DE LARA	20	10	0	10	1	NÃO	11/07/1978
22	191	BIANCA GOMES	20	10	0	10	0	NÃO	13/06/1994

quinta-feira, 22 de outubro de 2015

Página 1 de 5

23	15	TÂNIA DIAS DE ALMEIDA	20	0	10	10	1	NÃO	23/11/1985
24	76	SAMARA DE OLIVEIRA	19	10	1	4	0	NÃO	03/05/1996
25	112	MISCHELI FAGUNDES	19	0	2	10	1	NÃO	15/05/1987
26	22	KARINE CAMARGO DE SOUZA	18	10	1	4	0	NÃO	15/08/1996
27	192	JANETE TEREZINHA DE OLIVEIRA FORLIN	17	10	1	2	1	NÃO	17/08/1974
28	35	JUCELENE MENDES DE BORBA	17	10	0	2	2	NÃO	18/05/1978
29	146	SIMONE DE OLIVEIRA RIBEIRO DA ROSA	17	0	2	10	2	NÃO	16/08/1977
30	19	OLEDIR FERREIRA CORREA	17	0	2	10	1	NÃO	25/03/1971
31	98	ROSANGELA APARECIDA RIBEIRO DUARTE	17	0	2	10	1	NÃO	19/04/1978
32	139	JULIANA MOREIRA VALTER	17	0	2	10	1	NÃO	26/02/1989
33	99	ELAINE DOMINGUES GRANEMANN	17	0	2	10	1	NÃO	01/03/1990
34	104	JOCELI PEREIRA	17	0	2	10	0	NÃO	20/06/1980
35	71	LIA ANI CAREGNATO	17	0	2	10	0	NÃO	03/05/1989
36	92	EDNA ALVES DE LIMA	17	0	1	10	1	NÃO	03/01/1985
37	25	ROSANGELA OLIVEIRA DOS SANTOS JAPPE	17	0	1	8	0	NÃO	18/04/1995
38	64	JOSEANE DE FÁTIMA DE OLIVEIRA	16	10	1	2	0	NÃO	26/07/1995
39	105	GLEICIMER DOMINGUES DE ABREU	16	0	2	10	1	NÃO	16/02/1977
40	127	SILVANA APARECIDA COSTA	16	0	2	10	1	NÃO	22/10/1981
41	90	LUCIANA APARECIDA RICHTER	16	0	2	10	1	NÃO	27/02/1988
42	136	DANIELE DE LIMA	16	0	2	10	1	NÃO	16/03/1992
43	67	CAROLINI FRIGOTTO ANTUNES	15	10	0	2	1	NÃO	01/09/1994
44	128	MARCIA VELOSO DE LINHARES	15	0	2	10	3	NÃO	07/06/1982
45	130	LIDIANE GARCIA DE ALMEIDA	15	0	2	10	2	NÃO	04/07/1984
46	101	MAGALI CRISTINA PONTES	15	0	2	10	2	NÃO	25/06/1989
47	134	JÉSSICA KAROLINE DA SILVA	15	0	2	10	0	NÃO	12/01/1993
48	26	ELISANGELA MARQUES DA SILVA	15	0	2	10	0	NÃO	29/11/1993
49	138	LEILIANE RODRIGUES AUGUSTIN	15	0	2	10	0	NÃO	06/10/1994
50	140	DANIELI DALAGNOL	15	0	0	10	1	NÃO	20/07/1992
51	150	YOHANA SIRINO DE ANDRADE	15	0	0	10	0	NÃO	05/04/1993
52	60	SILVANE DE OLIVEIRA CASTILHO	15	0	0	10	0	NÃO	31/10/1995
53	133	FABIANA DE FÁTIMA DA SILVA	14	10	0	4	1	NÃO	10/11/1993
54	81	FERNANDA DIAS LEIRIAS	14	10	0	2	1	NÃO	19/12/1991
55	62	FRANCYELLE ALMEIDA DOS SANTOS	14	10	0	0	2	NÃO	06/06/1991
56	149	IVONE APARECIDA DE LARA SCALABRIN	14	10	0	0	0	NÃO	12/10/1994
57	1	KARINE MULLER BARTOLOMEU	14	0	1	8	0	NÃO	01/08/1995
58	43	JOCEMARA PEREIRA DA CRUZ	14	0	0	10	2	NÃO	10/04/1985
59	45	IVETE APARECIDA CORDEIRO	13	10	1	2	2	NÃO	10/05/1986

quinta-feira, 22 de outubro de 2015

Página 2 de 5

60	52	RICARDO ANTUNES DE OLIVEIRA	13	10	1	2	0	NÃO	11/02/1996
61	4	LETÍCIA RODRIGUES DE OLIVEIRA	13	0	10	2	0	NÃO	22/09/1991
62	143	MARIA ZULEIDE DE LARA CIRINO	13	0	2	10	2	NÃO	30/08/1972
63	184	GISELI DE MATOS	13	0	2	10	2	NÃO	29/01/1984
64	24	LUCILENE TEREZINHA DE SOUZA	13	0	0	10	2	NÃO	20/03/1975
65	116	TEREZINHA BALDISSERA	13	0	0	8	0	NÃO	11/12/1961
66	85	MARIA JANETE VEDOVATTO SETTI	12	10	0	2	0	NÃO	22/04/1972
67	147	ZENIR APARECIDA PIRES BEAL	12	0	10	2	2	NÃO	08/09/1978
68	156	MIRIAN LILIAN RUCHEL	12	0	2	10	3	NÃO	27/07/1984
69	120	PATRÍCIA DE ALMEIDA	12	0	2	10	2	NÃO	27/05/1978
70	115	ALESSANDRA QUILMASCIMO	12	0	2	10	2	NÃO	05/07/1981
71	95	ANDRÉA APARECIDA ALVES	12	0	2	10	2	NÃO	06/01/1983
72	80	DIANA KONFLANZ DA SILVA	12	0	2	10	1	NÃO	28/06/1987
73	110	PRISCILA MACIEL DA SILVA	12	0	2	10	0	NÃO	24/04/1987
74	34	ANA PAULA SANTOS DA SILVA	12	0	2	2	0	NÃO	14/10/1993
75	190	MARILUCY YARA ALONSO DOS SANTOS	12	0	0	10	3	NÃO	17/05/1986
76	168	ADRIANA FÁTIMA DE LARA	11	0	1	10	2	NÃO	14/04/1987
77	74	GREICE MARTINS GONÇALVES KLEINUBING	11	0	1	10	1	NÃO	01/10/1987
78	11	LANIE CRISTINI CORDEIRO	11	0	1	10	0	NÃO	07/07/1997
79	106	IVONETE TEREZINHA PAGANINI	11	0	0	8	1	NÃO	05/09/1973
80	27	ALINE APARECIDA FERNANDES	11	0	0	2	0	NÃO	13/11/1989
81	179	SCEILLA ALVES DOS SANTOS BARRETO	10	10	0	0	1	NÃO	20/07/1979
82	16	FERNANDA CARLA DE LIMA	10	10	0	0	1	NÃO	24/10/1994
83	154	LINDANIR SONTA ZONTA	10	10	0	0	0	NÃO	14/11/1962
84	13	JOSIANE RAMOS	10	10	0	0	0	NÃO	06/08/1988
85	169	VANESSA MATTGE FERREIRA	10	10	0	0	0	NÃO	28/09/1995
86	51	SUZANA GOMES MARCONDES ANTONIASSI	10	0	0	10	3	NÃO	14/08/1981
87	171	EMANUELA CRISTINA DOS SANTOS	10	0	0	10	1	NÃO	03/03/1989
88	50	ELIZA ANDREIA MAGAGNIN	10	0	0	10	1	NÃO	07/03/1990
89	125	GISELE APARECIDA RODRIGUES	10	0	0	10	1	NÃO	28/09/1991
90	66	DANIELA VANESSA LEANDRO	10	0	0	10	1	NÃO	23/06/1992
91	113	JOSEANE DE FÁTIMA DA ROSA	10	0	0	6	1	NÃO	01/05/1980
92	188	MIRIAM CRISTINA CORREA DE JESUS	10	0	0	6	0	NÃO	25/06/1982
93	44	FERNANDA VICENTE	9	0	2	0	0	NÃO	27/07/1996
94	102	ELIANE DOS SANTOS	9	0	0	6	1	NÃO	25/10/1993
95	75	CARINE ALVES DOS SANTOS	9	0	0	4	1	NÃO	15/01/1993
96	82	ELAINE TEREZINHA RIBEIRO	9	0	0	0	2	NÃO	10/11/1985

quinta-feira, 22 de outubro de 2015

Página 3 de 5

97	89	JOSELI GONÇALVES DOS SANTOS	7	0	0	2	1	NÃO	23/01/1982
98	93	ELIANE APARECIDA DE OLIVEIRA	7	0	0	2	1	NÃO	26/01/1986
99	119	DANIELA DIAS DE ALMEIDA	6	0	2	4	1	NÃO	18/02/1989
100	29	FRANCIELE DA SILVA	6	0	1	0	0	NÃO	20/11/1991
101	173	ANDRESSA MORSOLETO DOS SANTOS	6	0	1	0	0	NÃO	21/12/1996
102	159	JOÃO PAULO COELHO MOCELIN	5	0	1	4	0	NÃO	24/03/1997
103	72	JULIANA FINK DIAS DA SILVA	5	0	1	2	2	NÃO	11/12/1981
104	109	MARCIA DE FATIMA RIBEIRO DA SILVA	5	0	0	2	2	NÃO	13/05/1980
105	55	ZENILDA NUNES	5	0	0	0	2	NÃO	24/11/1977
106	88	JACIARA MENDES DOS SANTOS	5	0	0	0	1	NÃO	19/08/1973
107	6	RAFAELA FIDELIS RIBEIRO	5	0	0	0	1	NÃO	09/09/1991
108	2	HELIANE BECKER	5	0	0	0	0	NÃO	20/10/1971
109	103	VALERIA CLARA RIBEIRO	5	0	0	0	0	NÃO	29/07/1991
110	47	CASSIA SALVATI SIQUEIRA ALVES	5	0	0	0	0	NÃO	19/07/1996
111	40	SABRINA APARECIDA CAMPOS DE LIMA	5	0	0	0	0	NÃO	15/09/1996
112	137	RAIANE RIBEIRO	4	0	2	2	2	NÃO	31/10/1995
113	30	MARIA APARECIDA STEFANES CONTI	4	0	2	2	1	NÃO	06/05/1969
114	56	ANA CAMILA MARCONDES	4	0	2	2	1	NÃO	03/07/1996
115	3	VALÉRIA NAZÁRIO	4	0	1	0	0	NÃO	08/03/1997
116	124	MARIA CLEANE DA SILVA ANDRADE	4	0	0	2	2	NÃO	11/05/1988
117	114	CHIRLE SOUZA DOS ANJOS	4	0	0	2	1	NÃO	24/11/1980
118	20	CLAUDETE FERNANDES DE OLIVEIRA	4	0	0	0	3	NÃO	07/02/1978
119	129	MARTA RIBEIRO STAGE DE SOUZA	4	0	0	0	3	NÃO	14/02/1978
120	145	SUZANA RODRIGUES DE OLIVEIRA	4	0	0	0	2	NÃO	09/03/1984
121	49	JULIANA DA SILVA	3	0	0	2	1	NÃO	15/11/1988
122	9	JOSIANE ORTIZ DA SILVA	3	0	0	0	0	NÃO	14/06/1988
123	142	CHEILA KELEN SCHULZE	3	0	0	0	0	NÃO	22/03/1990
124	12	MARIA HERMINIA RIBEIRO	3	0	0	0	0	NÃO	09/02/1994
125	21	LUANA DOS SANTOS CAMPOS	3	0	0	0	0	NÃO	07/02/1995
126	155	PRISCILA LUCIANO FRANÇA	2	0	2	0	2	NÃO	08/01/1991
127	126	LUCIMARA ROTHMANN	2	0	2	0	1	NÃO	23/02/1982
128	178	MARLETE NOGUEIRA	2	0	2	0	1	NÃO	13/07/1990
129	77	RENATA APARECIDA ALVES	2	0	0	2	3	NÃO	10/03/1988
130	7	ELISIANE APARECIDA KELLER VIEIRA	2	0	0	2	2	NÃO	07/10/1979
131	94	CLEIDE GRANEMANN CORREA GULART	2	0	0	2	1	NÃO	02/10/1992
132	23	ELIANA PARECIDA ESGANZELA RALDI	2	0	0	0	0	NÃO	05/11/1973
133	111	KAROLINE BOGO DELFES	1	0	1	0	1	NÃO	23/01/1993

quinta-feira, 22 de outubro de 2015

Página 4 de 5

134	107	DAZULDIA REGNER TEIXEIRA	1	0	1	0	1	NÃO	21/02/1993
135	18	JOCIELE BARTEL	1	0	1	0	0	NÃO	24/06/1994
136	8	LETICIA CAETANO RIBEIRO	1	0	1	0	0	NÃO	01/04/1995
137	161	CINARA APARECIDA CARDOSO	1	0	1	0	0	NÃO	05/07/1997
138	63	LILIANE RIBEIRO DE MATOS	1	0	1	0	0	NÃO	02/09/1997
139	152	VALÉRIA DO AMARAL PEREIRA	1	0	1	0	0	NÃO	02/09/1997
140	175	MARIA CAROLINA MARCON DE OLIVEIRA	1	0	1	0	0	NÃO	27/01/1998
141	38	JULIANA BOENO DA SILVA	1	0	0	0	2	NÃO	28/08/1987
142	91	LUCIANA SILVEIRA	1	0	0	0	1	NÃO	16/10/1975
143	14	SIMONE FÁTIMA HELT	1	0	0	0	1	NÃO	09/12/1975
144	5	JOCINEIA DA SILVA PEREIRA	1	0	0	0	1	NÃO	16/09/1987
145	32	FRANCIELE MACEDO DE OLIVEIRA	1	0	0	0	0	NÃO	03/09/1993
146	132	ALINE MAYARA DE MORAIS	0	0	0	0	3	NÃO	04/05/1989
147	54	NOELI DE FÁTIMA GONÇALVES	0	0	0	0	2	NÃO	15/01/1978
148	84	ELIANE TEREZINHA PONTES	0	0	0	0	2	NÃO	12/12/1980
149	162	LUCIANE DIAS ROSA	0	0	0	0	2	NÃO	06/08/1981
150	167	MARISA FERREIRA RIBEIRO	0	0	0	0	2	NÃO	03/04/1982
151	157	LUCILENE DOS SANTOS	0	0	0	0	2	NÃO	11/06/1985
152	165	TATIANE DOMINGUES DOS SANTOS	0	0	0	0	2	NÃO	10/11/1988
153	186	LUCIANE DA SILVA	0	0	0	0	1	NÃO	26/03/1984
154	31	FERNANDA LIMA ALVES	0	0	0	0	1	NÃO	19/06/1986
155	108	KEZY SAMARA FERREIRA	0	0	0	0	1	NÃO	15/04/1987
156	10	MARISA DA VEIGA	0	0	0	0	1	NÃO	13/05/1991
157	87	ÂNELA FERREIRA	0	0	0	0	1	NÃO	10/02/1995
158	174	VIVIANE MELO RIBEIRO	0	0	0	0	0	NÃO	07/12/1987
159	183	FRANCIELI GONÇALVES RODRIGUES	0	0	0	0	0	NÃO	11/07/1988
160	163	PRISCILA RAMOS DA SILVA	0	0	0	0	0	NÃO	22/08/1992
161	170	CAMILA DOS SANTOS	0	0	0	0	0	NÃO	30/10/1992
162	193	FLÁVIA FERREIRA	0	0	0	0	0	NÃO	16/11/1994
163	151	BRUNA SUELLEN SARTORI DOS SANTOS	0	0	0	0	0	NÃO	30/07/1995
164	17	FABIANA OLIVEIRA DA COSTA	0	0	0	0	0	NÃO	27/12/1995
165	153	ANDRESSA PIASSON	0	0	0	0	0	NÃO	17/05/1996
166	166	PÂMELA BRUNO RICARDO	0	0	0	0	0	NÃO	30/03/1997



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0019 DE 03 DE SETEMBRO DE 2015

Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordenação Crescente pelo Nome do Candidato

Cargo:	-	Quadro:	II - QUADRO DE INSCRIÇÃO PARA AUXILIAR EDUCACIONAL (EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDA	
Código:	14	Área de Atuação:	Auxiliar Educacional - Educação Infantil	
Disciplina:	-			

Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Motivo
86	ALEXIA SILVANA MAINARD DE OLIVEIRA		Item 1.2 letra "b" edital 0019/2015

quinta-feira, 22 de outubro de 2015

Página 1 de 1





Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0019 DE 03 DE SETEMBRO DE 2015

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempenho

Cargo: Quadro:

Código: 15 Área de Atuação: Auxiliar Educacional - Ensino Fundamental

Disciplina: -

Critérios de Desempenho

Disciplina: -									
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
1	42	MARIZETE APARECIDA SUBTIL MARQUES	26	10	1	10	0	NÃO	30/07/1982
2	48	SILVANA APARECIDA ROCHA FERNANDES	20	10	10	0	1	NÃO	07/06/1982
3	144	DAIANE FALETTI	16	0	2	10	1	NÃO	30/08/1988
4	36	LUCIANE APARECIDA MORAES	15	0	0	10	2	NÃO	21/10/1985
5	141	MARINES MARCONDES	12	0	2	10	2	NÃO	21/11/1974
6	57	MARIZETE ANTUNES PINTO	12	0	2	10	1	NÃO	12/07/1972
7	83	SOLANGE APARECIDA DE OLIVEIRA	12	0	2	6	1	NÃO	04/07/1984
8	177	LEIRI ALVES	11	0	10	0	1	NÃO	24/11/1972
9	39	PATRICIA ARALDI	10	10	0	0	1	NÃO	28/10/1974
10	78	CELIA APARECIDA CORREA DE SOUZA	7	0	2	4	3	NÃO	10/11/1982
11	160	MARIELI CAMPOLIM DOS SANTOS	7	0	2	0	0	NÃO	18/03/1993
12	164	SOLANGE DE SOUZA	6	0	2	4	3	NÃO	29/08/1985
13	176	ANA LUIZA PANISSON	6	0	1	0	0	NÃO	13/09/1997
14	97	CLEONICE FRANCIONE	6	0	0	2	2	NÃO	30/09/1980
15	117	LUCINDA DE MOURA TUMELERO	5	0	5	0	0	NÃO	18/06/1992
16	180	RAFAELY NIOGUEIRA COLET MOREIRA	3	0	0	2	1	NÃO	20/11/1993
17	96	ELIETE PRESTES PIRES	3	0	0	2	0	NÃO	15/03/1993
18	187	DANIELLY VAZ	2	0	2	0	0	NÃO	06/08/1988
19	189	EVELIZE MANFRON	1	0	1	0	1	NÃO	26/08/1993
20	58	VANESSA DE OLIVEIRA GONÇALVES	1	0	1	0	0	NÃO	25/06/1997
21	53	ELIANE RIBEIRO DOS SANTOS	0	0	0	0	1	NÃO	20/05/1978
22	65	KÁTIA CRISTINA MINEIRO BECKER	0	0	0	0	1	NÃO	03/11/1988

quinta-feira, 22 de outubro de 2015

Página 1 de 1



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0019 DE 03 DE SETEMBRO DE 2015

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: Quadro: III - QUADRO DE INSCRIÇÃO PARA A LOCALIDADE: "LAU MELO"

Código: 16 Área de Atuação: Educação Infantil

Disciplina:

Critérios de Desempate

		1º	2º	3º	4º	5º
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato				
1	128	FRANCIELE REOLON DE MORAES				
		Soma de Pontos		Pós	Cursos	Tempo Serviço
		18		6	4	6
				Portador Defic.		Data Nascimento
				NÃO		29/12/1981



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0019 DE 03 DE SETEMBRO DE 2015

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: Quadro:

Código: Área de Atuação:

Disciplina:

Crêterios de Desempate

Disciplina: _____						

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	121	ANDRESSA MELO MORAES	1,2



Estado de Santa Catarina
 Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
 Nº 0019 DE 03 DE SETEMBRO DE 2015

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Cargos
 Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:	18 - -			<i>Critérios de Desempate</i>
Quadro:	IV - QUADRO DE INSCRIÇÃO PARA A LOCALIDADE: "DEZ DE NOVENBRO"			
Código:	18	Área de Atuação:	Educação Infantil	
Disciplina:	-			
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato		Soma de Pontos
NÃO HOUVE INSCRIÇÕES PARA O CARGO 18 - -				



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0019 DE 03 DE SETEMBRO DE 2015

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Cargos
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:	<div>19 - Anos Iniciais</div>				<div>Critérios de Desempate</div>
Quadro:	<div>IV - QUADRO DE INSCRIÇÃO PARA A LOCALIDADE: “DEZ DE NOVENBRO”</div>				
Código:	<div>19</div>	Área de Atuação:	<div>Ensino Fundamental</div>		
Disciplina:	<div>Anos Iniciais</div>				
	<div>19</div>				
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato			Soma de Pontos
<div>NÃO HOUVE INSCRIÇÕES PARA O CARGO 19 - ANOS INICIAIS</div>					



Estado de Santa Catarina
 Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
 Nº 0019 DE 03 DE SETEMBRO DE 2015

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
 Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:

-

Quadro:

IV - QUADRO DE INSCRIÇÃO PARA A LOCALIDADE: "DEZ DE NOVENBRO"

Código:

20

Área de Atuação:

Auxiliar Educacional - Educação Infantil

Disciplina:

-

Critérios de Desempate

		1º	2º	3º	4º	5º	6º
Ordem Classific.	Número Inscrição	Curso Téc.	Ensino Sup.	Cursos Área	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	158	0	2	0	0	NÃO	24/12/1995
2	28	0	0	2	2	NÃO	15/12/1980
3	33	0	0	0	0	NÃO	02/01/1972

		Soma de Pontos
1	THAIS ALVES DOS REIS	7
2	DIVANIR BENTO DE ANDRADE	3
3	MARIZETE APARECIDA DA SILVA CAMARGO	3



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0019 DE 03 DE SETEMBRO DE 2015

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: Quadro:

Código: Área de Atuação:

Disciplina:

Critérios de Desempate

		1º	2º	3º	4º	5º
Ordem Classific.	Número Inscrição	Pós	Cursos	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento
1	184	0	5	0	NÃO	15/10/1968
2	74	0	3	0	NÃO	01/08/1990
3	239	0	5	0	NÃO	23/09/1992

Nome do Candidato	Soma de Pontos
ROSMARI DE SOUZA	17
BRUNA IZIDORIO	13
DAIANE DA SILVA	11



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0019 DE 03 DE SETEMBRO DE 2015

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: Anos Iniciais Quadros: V - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO

Código: 22 Área de Atuação: Ensino Fundamental

Disciplina: Anos Iniciais

Crerios de Desempate

		1º	2º	3º	4º	5º
Ordem Classific.	Número Inscrião	Pós	Cursos	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento
1	63	0	5	2	NÃO	17/01/1988
2	264	0	5	1	NÃO	12/02/1979
3	258	0	5	0	NÃO	04/01/1993
4	116	0	5	0	NÃO	29/11/1993

		Soma de Pontos
1	ROSELI DE FATIMA DOS SANTOS	19
2	AGUIDA REGINA DRUN ZANELA	16
3	CLAUDIA ALINE PONTES	15
4	KARINA REGINA ANGREWSKI	13



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0019 DE 03 DE SETEMBRO DE 2015

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Língua Portuguesa** Quadro: **V - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **23** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Língua Portuguesa**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º					2º					3º					4º					5º				
				Pós	Cursos	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento																				
1	257	CAROLINA APARECIDA MENEZES	15	0	5	3	NÃO	27/03/1976																				
2	42	JOSELITA LORENCINI	12	0	5	0	NÃO	07/11/1983																				
3	77	SULAMARA IACHITZKI	12	0	5	0	NÃO	18/04/1993																				
4	207	TAMARA BALTEZAN FERREIRA	9	0	5	0	NÃO	19/03/1982																				
5	57	JESSICA CAMPOLIN DOS SANTOS	6	0	5	0	NÃO	18/08/1991																				
6	279	DANIELA LAZZARI	5	0	3	1	NÃO	29/01/1994																				



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0019 DE 03 DE SETEMBRO DE 2015

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Matemática** Quadro: **V - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **24** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Matemática**

Crerios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrio	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º					Portador Defic.	Data Nascimento
				Pós	Cursos	Tempo Servio	3º	4º		
1	45	ADRIANA APARECIDA DENARDI	20	0	5	2			NÃO	11/04/1988
2	96	FLÁVIA BASTOS PRATES	20	0	5	2			NÃO	10/02/1994
3	76	MARLEI BENTO DA COSTA	18	0	5	2			NÃO	19/08/1974
4	193	ARIJAISOM WALTER	16	0	5	2			NÃO	09/08/1974
5	195	MICHELI TOMCHAK GIANELLO PRATES	13	0	5	2			NÃO	18/08/1981
6	87	EDEVALDO LUIZ RIBAS FRAGOSO	12	0	4	2			NÃO	01/02/1976
7	43	GRAZIELE BOGO	10	0	5	3			NÃO	07/11/1988
8	113	LUIZ HENRIQUE MOREIRA	9	0	5	1			NÃO	09/08/1994
9	101	BRUNA CÁSSIA VOCKES	9	0	5	1			NÃO	25/09/1995
10	111	JÉSSICA BATISTA	8	0	5	0			NÃO	23/04/1990
11	185	DALMA APARECIDA VARELLA	5	0	0	1			NÃO	06/01/1968
12	27	THAIZA DOS SANTOS	4	0	2	0			NÃO	06/07/1990
13	70	MEIRIANE CAMPAGNARO	4	0	1	0			NÃO	14/02/1996
14	268	SANDRA APARECIDA ALVES	4	0	0	0			NÃO	23/12/1977
15	204	PATRICIA SOUZA COUTO	3	0	1	0			NÃO	10/10/1978
16	262	ANA LÚCIA GUGELMIN	3	0	0	3			NÃO	22/11/1966
17	30	DIMAS FERRARI	2	0	0	0			NÃO	06/10/1985
18	131	CRISTIANE MIRANDA	1	0	0	0			NÃO	02/06/1985



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0019 DE 03 DE SETEMBRO DE 2015

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **História** Quadro: **V - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **25** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **História**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º					Portador Defic.	Data Nascimento
				Pós	Cursos	Tempo Serviço	3º	4º		
1	136	ANA CAROLINA VICENTE	17	0	5	2			NÃO	21/05/1986
2	33	SONIA BRAZ DE OLIVEIRA WEBER	16	0	5	1			NÃO	03/11/1971
3	250	ALESSANDRA PIRES FERREIRA PORTELA	15	0	5	2			NÃO	20/07/1981
4	54	ALICIANE DE OLIVEIRA MATTTEUCCI	12	0	5	3			NÃO	19/11/1975
5	15	ANDERSON FERREIRA DUTRA	9	0	5	0			NÃO	20/12/1970
6	261	ANTONIO LAÉRCIO CARVALHO	6	0	0	0			NÃO	26/08/1981
7	84	SIDNEI MARTINS RIBEIRO	5	0	2	0			NÃO	22/08/1983
8	110	LUISA FRITZEN	4	0	1	0			NÃO	06/06/1995
9	178	ISADORA DE LIMA	4	0	1	0			NÃO	26/12/1996
10	267	JOACIR LUCAS DE DEUS	4	0	0	0			NÃO	04/02/1990
11	80	WINDERSON ALAN MOREIRA DA SILVA	1	0	0	0			NÃO	13/03/1997



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0019 DE 03 DE SETEMBRO DE 2015

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Geografia** Quadro: **V - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **26** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Geografia**

CrITÉRIOS DE DESEMPATE

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º					2º					3º					4º					5º				
				Pós	Cursos	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento																				
1	189	VANDERLEI ALBUQUERQUE	13	0	2	0	NÃO	19/11/1968																				
2	236	LUCIANA DOMINGUES	7	0	2	2	NÃO	06/12/1980																				
3	201	NEREZIN ALVES DA ROSA	7	0	1	0	NÃO	29/06/1985																				
4	199	CLECI TEREZINHA RODRIGUES DOS SANTOS RUSCHEL	6	0	4	0	NÃO	19/10/1971																				
5	196	VIVIANE ANTON	1	0	0	0	NÃO	08/05/1985																				
6	21	CAMILA DOS SANTOS SARTORI	1	0	0	0	NÃO	06/03/1995																				
7	176	VANESSA DOS SANTOS WALTRICK	1	0	0	0	NÃO	26/12/1996																				



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0019 DE 03 DE SETEMBRO DE 2015

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:

Ciências e Programas d

Quadro:

V - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO

Código:

27

Área de Atuação:

Ensino Fundamental

Disciplina:

Ciências e Programas de Saúde

Crítérios de Desempate

		1º	2º	3º	4º	5º
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato				
1	75	ALEX ZANELLA	Soma de Pontos	Pós	Cursos	Tempo Serviço
2	132	ELAINE DIAS	16	0	5	2
3	125	JANAINA VILMARA ORTIZ	15	0	5	0
4	65	MARINARA PITTOL	14	0	5	2
5	39	DEBORA LUIZA FELICITI DE SOUZA	13	0	2	0
6	144	LARISSA SCALABRIN PACHECO	10	0	5	1
			2	0	0	0
				NÃO	NÃO	20/04/1978
				NÃO	NÃO	17/10/1990
				NÃO	NÃO	06/10/1982
				NÃO	NÃO	18/11/1995
				NÃO	NÃO	17/04/1983
				NÃO	NÃO	04/01/1997



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0019 DE 03 DE SETEMBRO DE 2015

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Artes** Quadro: **V - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **28** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Artes**

CrITÉrios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º					Portador Defic.	Data Nascimento
				Pós	Cursos	Tempo Serviço	3º	4º		
1	130	ANGELA BALESTRIN	23	0	5	2			NÃO	08/03/1976
2	71	CLEONICE DE OLIVEIRA	21	0	5	2			NÃO	19/10/1981
3	155	GRAZIEL APARECIDA ANTON	20	0	5	2			NÃO	23/05/1983
4	83	KATIANE THONHOLLI SAVIAN	19	0	5	2			NÃO	11/08/1986
5	287	ALINE TAMARA ANTON	17	0	5	2			NÃO	22/02/1991
6	269	ANA MARIA ALVES DE CAMPOS	17	0	5	0			NÃO	23/06/1967
7	177	NAIANE REGINA DE ASSIS	16	0	5	0			NÃO	23/10/1987
8	230	DERLI DE OLIVEIRA CORRÊA	14	0	4	2			NÃO	19/10/1968
9	105	ADRIANA APARECIDA GOMES DE CAMPOS RIBEIRO	13	0	5	2			NÃO	05/05/1974
10	137	CARLA ALBUQUERQUE	13	0	5	2			NÃO	03/08/1994
11	34	GISELE APARECIDA FOGAÇA DA ROCHA	6	0	5	0			NÃO	14/04/1985
12	92	VANESSA APARECIDA DE FRANÇA GARCIA	6	0	5	0			NÃO	02/03/1989
13	40	ELIANE APARECIDA DE OLIVEIRA	5	0	5	0			NÃO	16/03/1988
14	81	JANILDE DIAS DOS SANTOS	5	0	4	0			NÃO	24/06/1980
15	7	KAMILLE CRISTINA FELTRIN	4	0	1	0			NÃO	03/04/1997
16	24	DAIANE FERREIRA OLIVIO	1	0	1	0			NÃO	18/11/1986
17	17	JESSICA FERNANDA VICENTE	1	0	1	0			NÃO	02/11/1992



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0019 DE 03 DE SETEMBRO DE 2015

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Filosofia ou Teologia** Quadro: **V - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **29** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Filosofia ou Teologia**

CrITÉRIOS DE DESEMPATE

		1º	2º	3º	4º	5º
Ordem Classific.	Número Inscrição	Pós	Cursos	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento
1	50	0	5	0	NÃO	16/10/1986
		Nome do Candidato		Soma de Pontos		
		ALVADIR GOMES DE CAMPOS FILHO		6		



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0019 DE 03 DE SETEMBRO DE 2015**

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:	Língua Inglesa
Quadro:	V - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO

Código:	30	Área de Atuação:	Ensino Fundamental
----------------	-----------	-------------------------	---------------------------

Disciplina: **Língua Inglesa**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Pós	Cursos	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento
1	166	VALDERMIR PERSCH SOBRINHO	10	0	5	0	NÃO	04/03/1987
2	202	DIANA PIRES DA SILVA	4	0	3	0	NÃO	21/10/1988



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0019 DE 03 DE SETEMBRO DE 2015

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: Quadro:

Código: Área de Atuação:

Disciplina:

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º					Portador Defic.	Data Nascimento
				Pós	Cursos	Tempo Serviço	3º	4º		
1	237	SIMONE APARECIDA DOMINGUES	18	0	5	0			NÃO	24/09/1986
2	140	JOSUE MACHADO DE SOUZA	13	0	5	2			NÃO	24/01/1989
3	276	PATRICIA APARECIDA DOMINGUES DOS SANTOS TIBES	13	0	5	0			NÃO	25/04/1992
4	95	KAROLINE CONTE	12	0	4	0			NÃO	27/12/1993
5	246	THOMAS MATHEUS PHILIPPUS	11	0	5	0			NÃO	23/03/1994
6	192	JEDSON MOLIM	11	0	5	0			NÃO	02/03/1995
7	69	LÚCIA ANA FRITZEN	10	0	2	0			NÃO	26/07/1993
8	28	RICARDO WILLIAN GRANEMANN	10	0	1	3			NÃO	03/04/1988
9	296	LUZIARA TEZZA	9	0	3	0			NÃO	20/05/1989
10	265	ANDRESSA TAYANE LUCIANO	8	0	5	0			NÃO	22/03/1996
11	256	NATÁLIA CRISTINA FORESTI	8	0	5	0			NÃO	02/06/1996
12	31	TAINARA APARECIDA GOMES DE CAMPOS	8	0	2	0			NÃO	19/09/1994
13	271	SILVIA MARIA KAISER	6	0	0	0			NÃO	02/10/1980



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0019 DE 03 DE SETEMBRO DE 2015

Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordenação Crescente pelo Nome do Candidato

Cargo: **Educação Física** Quadro: **V - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **31** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Educação Física**

Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Motivo
235	DANIEL LIMA DE ALBUQUERQUE		Item 1.4.2 do Edital 0019/2015
298	JESSICA FRANCINE CRESTANI		Item 1.4.2 do edital 0019/2015
88	LARISSA RAMOS FLORES		Item 1.4.2 do Edital 0019/2015
89	DANTHY RHUAN MEIRELLES		Item 1.4.2 do Edital 0019/2015
107	ELIEZER DE ASSIS		Item 1.4.2 do Edital 0019/2015
35	ADILSON DE LIMA MILANI		Item 1.4.2 do Edital 0019/2015
260	GILMAR NERES		Item 1.4.2 do edital 0019/2015

quinta-feira, 22 de outubro de 2015

Página 1 de 1





Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fra

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0019 DE 03 DE SETEMBRO DE 2015**

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina

Cargo:	Atendimento Educacio	Quadro:	V - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO
--------	----------------------	---------	----------------------------------

Código:	32	Área de Atuação:	Ensino Fundamental
----------------	-----------	-------------------------	---------------------------

Disciplina: **Atendimento Educacional Especializado**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Pós	Cursos	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento
1	191	JANE BORGES DA SILVA	21	0	5	4	NÃO	29/04/1975



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0019 DE 03 DE SETEMBRO DE 2015

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Interprete de Libras** Quadro: **V - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **33** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Interprete de Libras**

Critérios de Desempate

		1º	2º	3º	4º	5º
Ordem Classific.	Número Inscrição	Pós	Cursos	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento
1	8	0	5	0	NÃO	12/11/1967
2	277	0	5	1	NÃO	02/12/1987
3	48	0	5	0	NÃO	27/01/1979

		Soma de Pontos
1	IVONE BORGES DE MATTOS	15
2	THAÍS DE OLIVEIRA	12
3	MARISTELA MARCONDES SCAIN	11

Galvão

PREFEITURA

AVISO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL PL 050/2015 PP 033/2015

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que recebeu impugnação referente ao Processo Licitatório nº 050/2015, Edital de Pregão Presencial nº 033/2015, tipo menor preço GLOBAL para CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA/JUDICIAL, o qual ficará disponível no site do Município, ficando assim SUSPENSA a realização da sessão publica prevista para o dia 27 de outubro de 2015, às 09h:00min. Sendo que a nova data será divulgada através de Publicação Oficial. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A integra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito á Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br

Galvão - SC, 22 de outubro de 2015.

Neri Pederssetti

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 50/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 050/2015. Processo nº 131/2015; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADO: INSTITUTO O BARRIGA VERDE - IOBV; CNPJ: 08.072.361/0001-55;

Objeto: O presente contrato tem por objeto a execução, pela CONTRATADA ao MUNICÍPIO, de toda a assessoria técnica para realização de concurso público, estando aí incluídos a preparação e elaboração do Edital do concurso público, bem como toda a preparação, elaboração, confecção, aplicação e correção das provas, processamento de resultados de todo o processo (inclusive respostas a recursos e outros), tudo de conformidade com a Dispensa de Licitação nº 131/2015, Memorial Descritivo, Proposta, demais anexos e o presente contrato;

Valor: O valor a ser pago estará vinculado à arrecadação das inscrições, sem nenhum custo para o município e será na seguinte proporção, 90% do total da arrecadação das inscrições para a instituição contratada e 10% da arrecadação para o município de Garopaba.

Valores das Inscrições:

R\$ 50,00 (cinquenta reais) cargos de nível fundamental (completo e incompleto)

R\$ 90,00 (noventa reais) cargos de nível médio e técnico

R\$ 110,00 (cento e dez reais) cargos de nível superior.

Data da Assinatura: 06/10/2015.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 03 AO CONTRATO Nº 41/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

3º Termo Aditivo; Contrato nº 41/2015; Processo nº. 57/2015; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: SILVEIRA MARTINS CONSTRUÇÕES LTDA. CNPJ: 13.565.760/0001-98. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto acrescentar ao contrato nº 041/2015 o valor de R\$ 82.068,59 (Oitenta e dois mil e sessenta e oito reais e cinquenta e nove centavos) referente alterações promovidas no projeto, conforme planilha e justificativa em anexo a este documento, devidamente autorizadas pela fiscalização e unidade gestora; Data da Assinatura: 14/10/2015.

Garuva

PREFEITURA

EDITAL Nº 01/2015

Edital Nº 001/2015

A Secretaria Municipal de Educação, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas e fundamentado no parecer COMED nº 041/2009, e nas Resoluções COMED Nº 001/2015 e COMED nº 0002/2015 do Conselho Municipal de Educação de Garuva – COMED, torna público este edital, que fixa o calendário de inscrição e provas referentes aos Exames Supletivos de Educação Básica – Ensino Fundamental Anos Finais, e dá outras providências.

1. Do Processo de Inscrição

1.1 Das Inscrições

1.1.1 As inscrições dos Exames Supletivos de Ensino Fundamental 2015 – I estarão abertas no período de 26/10/2015 a 26/11/2015, em local e horários relacionados no item 2.1.

1.1.2 O candidato deverá efetuar a inscrição no local e horários relacionados no item 2.1, mediante ficha padronizada pela Secretaria Municipal de Educação e será de responsabilidade do candidato, caso menor os pais/responsável deverão comparecer junto com o candidato.

1.2 Das Condições

1.2.1 O candidato deverá, obrigatoriamente, preencher as seguintes condições:

a) Ter 15(quinze) anos completos ou a completar até a data da prova do Ensino Fundamental Anos Finais em que o candidato estiver inscrito.

b) Apresentar os seguintes documentos:

- Carteira ou cédula de identidade (original);
- Comprovante de residência.

2. Das Provas

2.1 Os exames Supletivos de Ensino Fundamental Anos Finais 2015 – I ocorrerão da Seguinte forma:

Dias, local e Horários de Inscrição.

Local	Data	Horário
Secretaria do EMEJA - Rua Antonio Ladislau de Araújo, 802 – Centro – Garuva SC (anexo Esc. Mun Vicente Vieira)	26/10/2015 a 26/11/2015	13:30 às 17:30 / 19:00 às 22:00

Ensino Fundamental Anos Finais

Disciplina	Data	Horário	Local
Redação e Língua Portuguesa	30/11/2015	19h às 22h	EMEJA - Rua Antonio Ladislau de Araújo, 802 – Centro – Garuva SC (anexo Esc. Mun Vicente Vieira)
Matemática	01/12/2015	19h às 22h	
História, Geografia e Artes.	02/12/2015	19h às 22h	
Ciências, Inglês. e Educação Física	03/12/2015	19h às 22h	

2.2 As provas serão compostas por 30 questões objetivas de múltipla escolha, por disciplina, obedecendo aos conteúdos da Base Nacional Comum dos Ensinos Fundamental Anos Finais.

2.3 O Exame de Língua portuguesa incluirá prova de Redação, que deverá , obrigatoriamente, ser redigida em Língua Portuguesa. A redação equivale a 50%(cinquenta por cento) do valor da prova.

2.4 O número mínimo de acertos para aprovação por disciplina será de 15 (quinze) questões.

2.5 Os candidatos deverão se inscrever para prestar exames em todas as disciplinas;

2.6 O candidato deverá preencher o cartão resposta identificado;

2.7 O candidato deverá estar no local de realização das provas meia hora antes do inicio previsto;

2.8 Os candidatos só poderão retirar-se da sala, após trinta minutos do inicio da prova;

2.9 O Cartão resposta não poderá ter rasuras e/ou erros.

3. Das Disposições Gerais

3.1 O candidato terá acesso aos gabaritos no prazo de vinte e quatro (24) horas após a aplicação da última prova;

3.2 O certificado de Conclusão será Expedido pela Secretaria Municipal de Educação, no prazo previsto de trinta dias(30) após a divulgação do resultado final;

3.3 Perderá a prova de Exame Supletivo o candidato que, durante a mesma, usar meios ilícitos, ou ainda praticar atos contra as demais normas contidas neste edital;

3.4 o candidato deverá levantar dúvidas sobre questões de provas exclusivamente durante a realização da mesma, devendo para isso, chamar o fiscal de provas para encaminhamentos;

3.5 É de exclusiva competência da equipe elaboradora das provas o esclarecimento de dúvidas e/ou anulação de questões de disciplinas do referido exame;

3.6 Após a divulgação do resultado oficial, o candidato terá cinco dias úteis para recorrer do resultado, através de requerimento devidamente preenchido na secretaria do EMEJA;

3.8 Os históricos e diplomas escolares estarão à disposição dos candidatos em 30 dias na Secretaria de Educação do Município de Garuva.

3.9 A comissão dos Exames Supletivos da Secretaria Municipal de Educação poderá em tempo hábil, e sempre que se fizer necessário par o bom desenvolvimento dos exames, mudar o cronograma das datas estabelecidas, divulgar normas complementares e avisos oficiais que farão parte deste edital, e que serão veiculados através da imprensa, bem como resolver os casos omissos referentes aos eventuais descumprimentos das normas deste Edital.

3.10 Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir todo e qualquer problema decorrente deste Edital.

Garuva, 21 de outubro de 2015.

Jucilene Furlan

Responsável pela Secretaria Municipal de Educação

Gaspar

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 213/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 213/2015

OBJETO: Aquisição de móveis planejados, instalados, para a EEB Professora Angélica de Souza Costa. ENTREGA dos envelopes até às 9h do dia 06/11/2015, no Depto. de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos, nº 435, Centro. ABERTURA às 9h30min. Íntegra do Edital no Depto. de Compras ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 22/10/2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

SAMAE - GASPAR

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2015 - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão nº 46/2015

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de Arla 32 para uso nos veículos

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 10/11/2015

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 10/11/2015 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), em 20 de outubro de 2015.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 65/2012

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 065/2012

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DISCRIMINADO NO PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2012, OBJETO DO PROCESSO N.º 037/2012, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, com sede na Praça 6 de Novembro, n.º 01, Bairro Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. JULIANO DUARTE CAMPOS e a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, com sede na Rua João Pessoa, n. 135, Centro, Criciúma/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.456.865/0001-67, representada neste ato por Ernesto Muniz de Souza Junior, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, RESOLVEM, de comum acordo, acatar a solicitação da Secretaria Municipal da Finanças, que tem por objeto a PRORROGAÇÃO DO CONTRATO PELO PERÍODO DE 8 (OITO) MESES, conforme estabelecido no art. 57 inciso II da Lei nº. 8666/93, respeitando também a previsão do § 1º do art. 65 da referida Lei, nos termos que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 065/2012 PELO PERÍODO DE 08 (OITO) MESES, a contar da data de 15 de Setembro de 2015.

CLAUSULA SEGUNDA- DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1. O valor total contratado no presente termo aditivo se sujeita as mesmas condições de pagamento conforme CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO do referido contrato.

2.2. As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

Governador Celso Ramos/SC, 02 de Setembro de 2015.

BETHA SISTEMAS LTDA
Ernesto Muniz de Souza Junior
Contratada

Juliano Duarte Campos
Prefeito Municipal

Grão Pará

PREFEITURA

15º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 10-2011 (BF CONSTRUÇÕES)-FMS

DÉCIMO QUINTO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 10/2011, DATADO DE 26 DE ABRIL DE 2011, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, POR MEIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO, E A EMPRESA BF CONSTRUÇÕES LTDA EPP, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE COM A ÁREA TOTAL DE 218,70M/2 NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/ SC

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANEAMENTO, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e a empresa BF CONSTRUÇÕES LTDA EPP, estabelecida na Rua Henrique Lage, 508, Centro, Município de Lauro Müller, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o n. 05.956.617/0001-07, daqui por diante denominada simplesmente CONTRATADA, representada, neste ato, pelo Senhor CHRISTIAN FERNANDES, brasileiro, casado, Sócio Administrador, CNPF n. 016.717.059-71, Carteira de Identidade n. SI 049478-2, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 10/2011, no que diz respeito à alteração do prazo para execução da obra, para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Prorrogar por 06 (seis) meses o prazo para execução da obra, totalizando, assim, 52 (cinquenta e dois) meses o prazo global que a CONTRATADA dispõe para finalização da obra, contados do recebimento da Ordem de Serviço, que ocorreu em 03 de maio de 2011.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 1 de abril de 2015.

CONTRATANTE
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

CHRISTIAN FERNANDES
CONTRATADA
Sócio Administrador Empresa Contratada

T E S T E M U N H A S

16º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 10-2011 (BF CONSTRUÇÕES)-FMS

DÉCIMO SEXTO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 10/2011, DATADO DE 26 DE ABRIL DE 2011, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, POR MEIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO, E A EMPRESA BF CONSTRUÇÕES LTDA EPP, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE COM A ÁREA TOTAL DE 218,70M/2 NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/ SC

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANEAMENTO, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e a empresa BF CONSTRUÇÕES LTDA EPP, estabelecida na Rua Henrique Lage, 508, Centro, Município de Lauro Müller, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o n. 05.956.617/0001-07, daqui por diante denominada simplesmente CONTRATADA, representada, neste ato, pelo Senhor CHRISTIAN FERNANDES, brasileiro, casado, Sócio Administrador, CNPF n. 016.717.059-71, Carteira de Identidade n. SI 049478-2, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 10/2011, no que diz respeito à alteração da vigência Contratual, para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Prorrogar por 06 (seis) meses o prazo de vigência da obra, totalizando, assim, 44 (quarenta e quatro) meses o prazo da vigência do Contrato, contados da assinatura, que ocorreu em 26 de abril de 2011.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 23 de junho de 2015.

CONTRATANTE
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

CHRISTIAN FERNANDES
CONTRATADA
Sócio Administrador Empresa Contratada

T E S T E M U N H A S

17º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 10-2011 (BF CONSTRUÇÕES)-FMS**DÉCIMO SÉTIMO TERMO ADITIVO**

AO CONTRATO N. 10/2011, DATADO DE 26 DE ABRIL DE 2011, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, POR MEIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO, E A EMPRESA BF CONSTRUÇÕES LTDA EPP, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE COM A ÁREA TOTAL DE 218,70M/2 NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/ SC

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANEAMENTO, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e a empresa BF CONSTRUÇÕES LTDA EPP, estabelecida na Rua Henrique Lage, 508, Centro, Município de Lauro Müller, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o n. 05.956.617/0001-07, daqui por diante denominada simplesmente CONTRATADA, representada, neste ato, pelo Senhor CHRISTIAN FERNANDES, brasileiro, casado, Sócio Administrador, CNPF n. 016.717.059-71, Carteira de Identidade n. SI 049478-2, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 10/2011, no que diz respeito à alteração do prazo para execução da obra, para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Prorrogar por 06 (seis) meses o prazo para execução da obra, totalizando, assim, 58 (cinquenta e oito) meses o prazo global que a CONTRATADA dispõe para finalização da obra, contados do recebimento da Ordem de Serviço, que ocorreu em 03 de maio de 2011.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 1 de outubro de 015.

CONTRATANTE
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

CHRISTIAN FERNANDES
CONTRATADA
Sócio Administrador Empresa Contratada

T E S T E M U N H A S

DECRETO N 29-2015-COM. LEILÃO 2015 LE 03-2015

DECRETO Nº 29/2015, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015.

"CONSTITUI COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE BENS, ELABORAÇÃO DE EDITAL E REALIZAÇÃO DE LEILÃO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE

Art. 1º. Designar os Servidores JOSELI VENITO PICKLER SCHMIDT, DIONE HEINZEN, ROSILDA PERIN BÖGER e JISELI KONS para, sob a Presidência do primeiro e sob a Secretaria do segundo, constituírem a Comissão de Leiloeiros, que será responsável pela Avaliação de Bens, Elaboração de Edital e Realização do Leilão Público nº 03/2015.

Art. 2º. Os bens objeto do Leilão Público nº 02/2015 são aqueles constantes da Lei Municipal 1.987/2014, inciso XI e Lei Municipal 2.013/2015 inciso I.

Art. 3º. Os valores mínimos dos bens a serem alienados serão determinados pela Comissão ora constituída, embasados na Ata de do Leilão 02/2015 e no projeto de Lei 28/2015 de 24 de setembro de 2015.

Art. 4º. O pagamento dos bens adquiridos pelos arrematantes deverá ser em moeda corrente nacional, nas formas estabelecidas no Edital pertinente.

Parágrafo Único. Se o pagamento ocorrer por meio de cheque, a liberação dos bens somente se dará após sua respectiva compensação.

Art. 5º. Os recursos arrecadados com a Alienação dos Bens Móveis descritos no Edital de Leilão serão aplicados em conformidade com o que dispõe a Lei Municipal nº 1.987/2014 e 2.013/2015.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,
22 de outubro de 2015.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em 22 de outubro de 2015.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA**JUSTIFICATIVA À QUEBRA****DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS**

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, fica justificada a Quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, por se tratar o pagamento das despesas abaixo relacionadas de condição imprescindível ao prosseguimento das ações governamentais, na área da Administração e Fazenda do Município de Grão-Pará, no que tange à continuidade das publicações legais, a serem realizadas pelo Município em jornal de grande circulação no Estado.

Importante salientar que o Município de Grão-Pará, no mês de janeiro, foi atingido por fortes enxurradas, o que o levou a decretar Situação de Emergência, por meio do Decreto Municipal nº 01/2015, homologada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, por meio do Decreto nº 22, de 29 de janeiro de 2015, publicado no Diário Oficial do Estado, de 30 de janeiro de 2015, e devidamente reconhecida pela União, por meio da Portaria nº 10, de 30 de janeiro de 2015, publicada no Diário Oficial da União, de 02 de fevereiro de 2015.

Com as enxurradas, as estradas vicinais do Município e muitas pontes, galerias, e respectivas cabeceiras, foram danificadas/destruídas. Além disso, houve deslizamento de solo em vários locais, impedindo o tráfego pelas referidas estradas.

Os trabalhos da Secretaria Municipal dos Transportes e Obras foram intensos nos últimos meses para recuperação, principalmente, das rodovias municipais. Isso acarretou um significativo aumento nas despesas mensais do Município, sem o correspondente financeiro, o que não estava previsto para este exercício.

No entanto, o Poder Executivo Municipal não poderia deixar de realizar as despesas necessárias, para recuperação da malha viária municipal, o que contempla relevantes razões de interesse público. Em virtude disso, o Município encontra-se com sérias dificuldades financeiras.

No entanto, o serviço público administrativo não pode ser interrompido, em respeito ao princípio da continuidade do serviço público. Assim, necessita o Município saldar as despesas abaixo relacionadas, em razão de o pagamento desses débitos ser necessário à continuidade das publicações legais em jornal de grande circulação no Estado, o que revela relevantes razões de interesse público, fazendo-se necessário o pagamento de despesas a serem saldadas, mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos, consoante adiante descrito:

Fornecedor: RBS-Zero Hora/Editora Jornalística S.A.

Empenhos: 1429, 1391, 1932, 2008, 2227, 2872, 2595 e 3027.

Valor: R\$ 4.800,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 22 de outubro de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

DECRETO DF 065/2015 - ORÇAMENTO**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA**

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000065/15 de 22 de Outubro de 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 002011/15 de 9 de Outubro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE PLAN IND.COM. E DESENV.URBANO	
04.03 - DEPARTAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO	
(256)3.3.90.00.00.00.00.2.008-0024 - Aplicacoes Diretas	120.000,00
Total Suplementação:	120.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE PLAN IND.COM. E DESENV.URBANO	
04.03 - DEPARTAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO	
(029)4.4.90.00.00.00.00.1.015-0024 - Aplicacoes Diretas	120.000,00
Total Anulação:	120.000,00

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 22 de Outubro de 2015.**AMILTON ASCARI**

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 22 de Outubro de 2015.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Guaramirim

PREFEITURA

ERRATA Nº. 1 JUSTIFICATIVA QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

A Secretária de Educação torna público o que segue:

Retificar a justificativa de quebra da ordem cronológica de pagamentos, publicada no DOM/SC, edição nº. 1852, em 21/10/2015, página 186.

Onde se lê:

Fornecedor	NF	Emissão	Valor R\$	Vencimento
Transportadora e Distribuidora Devigili Ltda	25972	09/09/2015	R\$ 2.310,00	09/10/2015
Transportadora e Distribuidora Devigili Ltda	025689	09/09/2015	R\$ 2.310,00	09/10/2015

Leia-se:

Fornecedor	NF	Emissão	Valor R\$	Vencimento
Transportadora e Distribuidora Devigili Ltda	25972	09/09/2015	R\$ 2.310,00	09/10/2015
Transportadora e Distribuidora Devigili Ltda	25973	09/09/2015	R\$ 2.310,00	09/10/2015

Guaramirim, 22 de outubro de 2015

Cláudia Roberta Chiodini

Secretária Municipal da Educação

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 83/2015 PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS / SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 83/2015 – PMG

PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2015- PMG

Objeto: Aquisição e instalação de materiais para sinalização das vias públicas para o DEMUTRAN.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 103/2015.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: SINALBLU INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.433.422/0001-74, estabelecida na Rua Ari Barroso, nº 541, bairro Salto do Norte, em Blumenau/SC.

Vigência: Início: 8/10/2015 Término: 7/10/2016.

Fornecedor: 270237 - SINALBLU INDUSTRIA E COMERCIO LTDA					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	150	UN	FORNECIMENTO DE TINTA PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA, EM BALDE DE 18L, A BASE DE RESINA ACRÍLICA EMULSIONADO EM SOLVENTE CONFORME A NBR 11862. UTILIZADO PARA APLICAÇÃO DE SINALIZAÇÃO EM RODOVIAS, FAIXAS DE PEDESTRE, DEMARCAÇÃO DE VAGAS EM ESTACIONAMENTO OU PISOS EM GERAL, CORES AMARELA, AZUL, BRANCA, PRETA, VERMELHA	213,06	31.959,00
2	20	UN	SOLVENTE PARA TINTA DE DEMARCAÇÃO VIÁRIA A BASE DE TOLUENO, LATA 18L	155,00	3.100,00
3	30	UN	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA DE REGULAMENTAÇÃO OCTOGONAL REFLETIVA. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: DIMENSÕES 0,25CM DE LADO, 0,02M DE ORLA INTERNA, 0,01M DE ORLA EXTERNA. CORES: FUNDO E ORLA EXTERNA VERMELHO, LETRAS E ORLA INTERNA BRANCA. PEDESTAL DE TUBO GALVANIZADO A QUENTE, MEDINDO 1 1/2 EXTERNO, 3M DE COMPRIMENTO E 2MM DE PAREDE.	209,00	6.270,00
5	30	UN	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA DE ADVERTÊNCIA DE FORMA QUADRADA REFLETIVA. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: DIMENSÕES: 0,50M DE LADO; 0,01M DE ORLA INTERNA; 0,01M DE ORLA EXTERNA. CORES: FUNDO E ORLA EXTERNA AMARELO REFLETIVO; ORLA INTERNA, SIMBOLO E/OU LEGENDA PRETO FOSCO. PEDESTAL DE TUBO GALVANIZADO A QUENTE, MEDINDO 1 1/2 EXTERNO, 3M DE COMPRIMENTO E 2MM DE PAREDE.	199,50	5.985,00
6	100	UN	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA DE ADVERTÊNCIA DE FORMA QUADRADA REFLETIVA. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: DIMENSÕES: 0,60M DE LADO; 0,01M DE ORLA INTERNA; 0,01M DE ORLA EXTERNA. CORES: FUNDO E ORLA EXTERNA AMARELO REFLETIVO; ORLA INTERNA, SIMBOLO E/OU LEGENDA PRETO FOSCO. PEDESTAL DE TUBO GALVANIZADO A QUENTE, MEDINDO 1 1/2 EXTERNO, 3M DE COMPRIMENTO E 2MM DE PAREDE.	209,00	20.900,00

8	50	UN	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE SINALIZAÇÃOVIÁRIA DE ADVERTÊNCIA DE FORMA QUADRADA REFLETIVA.CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: DIMENSÕES: 0,40M DE LARGURA, 0,60M DE ALTURA. DIMENSÕES DO QUADRO INTERNO:0,30M DE LARGURA; 0,50M DE ALTURA, 0,07M DE MARGEM SUPERIOR. CORES: FUNDO AZUL, QUADRO INTERNO, SETA E LEGENDA BRANCO, SÍMBOLO PRETO FOSCO. PEDESTALDE TUBO GALVANIZADO A QUENTE, MEDINDO 1 1/2 EXTERNO, 3M DE COMPRIMENTO E 2MM DE PAREDE.	199,50	9.975,00
9	50	UN	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO: PLACA DE SINALIZAÇÃO (LOGRADOURO -1 PLACA). CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: DIMENSÕES DA PLACA: LARGURA E ALTURA: SERÁ DEFINA NO MOMENTO DO PEDIDO. CORES: FUNDO, ORLA INTERNA E EXTERNA, LEGENDA, SIMBOLOGIA E LETRAS: PODERÃO CONTER CORES REFLETIVAS OU NÃO (A SER DEFINIDO PELA DITRAN NO MOMENTO DO PEDIDO, PODENDO A MESMA PLACA CONTER MAIS DE UMA COR.) PEDESTAL DE TUBO GALVANIZADO A QUENTE, MEDINDO 1"1/2 EXTERNO, 3M DE COMPRIMENTO E 2MM DE PAREDE.	379,00	18.950,00
10	120	UN	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO: PLACA DE SINALIZAÇÃO (LOGRADOURO - 2 PLACAS) CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: DIMENSÕES DA PLACA: LARGURA E ALTURA SERÁ DEFINA DO MOMENTO DO PEDIDO COM MEDIDA MÍNIMA DE 50X25CM. CORES: FUNDO, ORLA INTERNA E EXTERNA, LEGENDA, SIMBOLOGIA E LETRAS: ADESIVO DEVERÁ SER REFLETIVO (A SER DEFINIDO PELA DITRAN NO MOMENTO DO PEDIDO, PODENDO A MESMA PLACA CONTER MAIS DE UMA COR), ADESIVADO NOS DOIS LADOS DA PLACA, PEDESTAL DE TUBO GALVANIZADO A QUENTE, MEDINDO 1"1/2 EXTERNO, 3M DE COMPRIMENTO E 2MM DE PAREDE	208,50	25.020,00
13	10	UN	FORNECIMENTO DE CONE DE 75CM DE ALTURA, DE BORRACHA, REFLETIVO, CONTITUIDO DE PEÇA ÚNICA, NA COR LARANJA COM 2 FAIXAS BRANCAS PINTADAS EM SILK SCREEN(NÃO REFLETIVO). O CONE POSSUI EM SEU CORPO 2 REBAIXOS PARA AS FAIXAS A FIM DE PROTEGÊ-LAS, CONSTITUÍDO DE UMA BASE QUADRADA DE 38X38 CM, COM 4 SAPATAS, QUE IMPEDEM O ATRITO ENTRE AS PAREDES DO CONE,QUANDO ESTES ESTÃO EMPILHADOS, EM SEU TOPO 2 FENDAS E 2 ORIFÍCIOS LATERAIS PARA INSERÇÃO DE ELEMENTOS DE ISOLAMENTO DE ÁREAS TAIS COMO: FITA ZEBRADA,	68,50	685,00
16	3750	MT	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTALCOM TINTA ACRÍLICA A FRIO PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA,INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAIS EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO	11,00	41.250,00
Total				R\$164.094,00	

Guaramirim (SC), 22 de outubro de 2015.
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 84/2015 PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS / SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 84/2015 – PMG
PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2015- PMG

Objeto: Aquisição e instalação de materiais para sinalização das vias públicas para o DEMUTRAN.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 103/2015.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: SINAL CITY SINALIZAÇÃO LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 14.137.396/0001-28, estabelecida na Rua Feliciano Bortolini, nº 210, bairro Barra do Rio Cerro, em Jaraguá do Sul/SC.

Vigência: Início: 8/10/2015 Término: 7/10/2016.

Fornecedor: 380598 - SINAL CITY SINALIZAÇÃO LTDA ME					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
4	50	UN	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE SINALIZAÇÃOVIÁRIA DE REGULAMENTAÇÃO CIRCULAR REFLETIVA. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: PROIBIÇÃO E OBRIGAÇÃO. DIMENSÕES: 0,5M DE DIÂMETRO; 0,05M DE ESPESSURA DA TARJA;0,05 M DE ESPESSURA DA ORLA. CORES: FUNDO BRANCOREFLETIVO; TARJA E ORLA VERMELHAS REFLETIVA; SÍMBOLOS E LETRAS PRETOS FOSCO. PEDESTAL DE TUBO GALVANIZADO A QUENTE, MEDINDO 1 1/2 EXTERNO, 3M DE COMPRIMENTO E 2MM DE PAREDE.	200,00	10.000,00
7	16	UN	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE SINALIZAÇÃOVIÁRIA DE REGULAMENTAÇÃO TRIANGULAR REFLETIVA. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: DIMENSÕES: 0,75M DE LADO; 0,10M DE ORLA. CORES: FUNDO BRANCO E ORLA VERMELHA.PEDESTAL DE TUBO GALVANIZADO A QUENTE, MEDINDO 1 1/2 EXTERNO, 3M DE COMPRIMENTO E 2MM DE PAREDE.	230,00	3.680,00

11	100	UN	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TACHA EM RESINA POLIÉSTER MONO-DIRECIONAL, TAMANHO 8X11X2CM, CORES DOELEM. REFLETIVO: AMARELO, BRANCO OU VERMELHO. CORES DISP.: AMARELA, BRANCA OU VERMELHA. DIMENSÃO ELEM. REFLETIVO: 86 X 19 MM PESO: 350 G PINO DE FIXAÇÃO: 5/16 X 2 RESISTÊNCIA A COMPRESSÃO: CARGA MÍNIMA DE RUPTURA, 15.000KGF.	10,00	1.000,00
12	100	UN	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TACHÃO MONO-DIRECIONAL NA COR AMARELA OU BRANCO, TAMANHO 25X15X5CM, EM RESINA POLIÉSTER E COM DOIS PINOS DE FIXAÇÃO SEXTAVADO. DIMENSÃO ELEM. REFLETIVO: 125 X 24 OU 135 X35 MM PESO: 2.500 G PINO DE FIXAÇÃO: 3/8 X 3 X 2 RESISTÊNCIA A COMPRESSÃO: CARGA MÍNIMA DE RUPTURA, 15.000KGF.	22,50	2.250,00
14	50	SC	MICROESFERA DE VIDRO PREMIX TIPO I-B, SACO COM 25KG (MATERIAL DE SINALIZAÇÃO INCORPORADO A TINTA)	120,00	6.000,00
15	50	SC	MICROESFERA DE VIDRO DROP-ON TIPO II , SACO COM 25KG (MATERIAL DE SINALIZAÇÃO INCORPORADO A TINTA)	120,00	6.000,00
17	1250	MT	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL COM TINTA ACRÍLICA A FRIO PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAIS EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO	10,90	13.625,00
Total				R\$42.555,00	

Guaramirim (SC), 22 de outubro de 2015.

LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 640/2015

PORTARIA Nº. 640/2015

Nomeia Jean Paulo Bazzani como Diretor Interino de Defesa Civil.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Jean Paulo Bazzani, como Diretor Interino de Defesa Civil, a partir de 21 de outubro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 22 de outubro de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREF 59

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJA DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 59/2015 - Concorrência Nº. 02/2015.

Tipo: Maior Oferta.

Objeto: Concessão dos serviços públicos de exploração de Sala do Terminal Rodoviário para a venda de passagem no município de Guarujá do Sul.

Valor Mínimo: R\$ 100,00.

Habilitação e Propostas: 26/11/2015 (Documentação 08:15 e abertura as 08:30).

Local: Prefeitura Municipal. Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:00 as 13:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e no site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 22 de outubro de 2015.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1166/2015

PORTARIA Nº 1166/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONTRATAR, em caráter Temporário e Emergencial, a Senhora CHAYANNE BORDIN CALEGARI (Matr. 4180), para exercer a função de Médico, Nível – 14, Referência "A", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, para atuar no ESF São Jorge, a partir de 22 de outubro de 2015 por até 06 (seis) meses, de conformidade com que preceitua a Lei Complementar Nº 174/2005. Sendo que seu Contrato de Trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 21 de Outubro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1167/2015

PORTARIA Nº 1167/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora BIANCA PICCININI (Matr. 4026) ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Enfermeiro, Nível – 12/1, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de novembro de 2013 e 31 de outubro de 2015, para serem gozadas a contar de 10 de outubro de 2014 a 09 de outubro de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Outubro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Ibiam

PREFEITURA

PROCESSO SELETIVO Nº 005/2015

GILMAR FONTANA, Prefeito do Município de Ibiam em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, torna público que se encontram abertas, no período de 26/10/2015 a 25/11/2015 as inscrições para Processo Seletivo Simplificado destinado à formação de cadastro reserva para preenchimento de vagas em caráter temporário no quadro da Secretaria da Educação, que se regerá pelas normas estabelecidas neste Edital e legislação vigente.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS

1.1. Disposições preliminares:

1.1.1. O presente Edital de Processo Seletivo é disciplinado pelo art. 37, inciso II da Constituição Federal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município e demais Legislações Pertinentes.

1.1.2. O Processo Seletivo será regido por este edital, supervisionado pela Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Ibiam/SC, e executado pela IOPLAN Instituto Oeste de Planejamento & Consultoria Ltda., com sede na Rua São Lucas, nº120-E, Bairro Palmital, Chapeco-SC, Telefone (49) 3323-8630/9965-6773, <http://www.ioplan.com.br>.

1.1.3. Os documentos exigidos pelas normas do presente edital deverão ser entregues, respeitados os prazos e condições editalícias, no endereço: Prefeitura Municipal de Ibiam/SC – Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo, Travessa Leoniza Carvalho Agostini, 20 - Centro, CEP 89652-000, Telefone: 49-3534-0044, atendimento nos dias úteis, das 7h30min às 11h30min, e das 13h00min às 17h00min.

1.1.3.1. As respostas aos requerimentos, comunicados, resultados dos recursos, e demais publicações relativas ao Processo Seletivo serão feitas através de editais e publicados no site <http://www.ioplan.com.br> e <http://www.ibiam.sc.gov.br>.

1.1.4. A inscrição no Processo Seletivo implicará, desde logo, a ciência e aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste edital.

1.1.5. É de responsabilidade do candidato conhecer a legislação mencionada no subitem 1.1.1. do edital e demais determinações referentes ao Processo Seletivo para certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para prestar as provas e documentos necessários exigidos para o cargo por ocasião da nomeação/contratação se aprovado e convocado.

1.1.6. O presente Processo Seletivo é válido pelo prazo de 1 (um) ano.

1.1.8. São condições para participação no presente Processo Seletivo:

a) Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do § 1º, do artigo 12 da Constituição Federal;

b) Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral, e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar;

c) Ter conhecimento e concordar com todas as exigências contidas neste edital;

d) Possuir o nível de escolaridade e habilitação legal para o exercício da profissão e exigida para o cargo.

1.1.9. O candidato deve comprovar a idade mínima de 18 anos e a escolaridade/habilitação exigida no edital no ato da investidura, sob pena de ser automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

1.1.10. Os candidatos que tenham concluído curso de graduação em data posterior ao mês de julho de 2015, cujos diplomas não tenham sido disponibilizados pela instituição de ensino, poderão comprovar a habilitação com certidão emitida pela instituição de ensino respectiva declarando ter o candidato concluído todos os créditos exigidos, ter sido aprovado sem ressalvas o trabalho de monografia ou equivalente, bem como ter cumprido todas as demais exigências do curso.

1.1.11. O Processo Seletivo será realizado em duas etapas, de caráter unicamente classificatório:

a) Primeira etapa: PROVA ESCRITA, de caráter eliminatório para o candidato que zerar em uma das áreas da prova (Conhecimentos Gerais (Português, Matemática e Conhecimentos Gerais) e ou Conhecimentos Específicos).

b) Segunda etapa: PROVA DE TÍTULOS, de caráter unicamente classificatório para todos os cargos.

1.2 Cargos, vagas, carga horária, remuneração e habilitação:

1.2.1. As vagas destinam-se aos cargos abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada neste edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer com as seguintes especificações:

Descrição dos Cargos	Vagas	Carga Horária	Vencimento R\$	Habilitação/ Escolaridade	ÁREA DE ATUAÇÃO	TAXA INSCRIÇÃO
Professor II (Professor com licenciatura plena – Pedagogia – Séries Iniciais e Educação Infantil)	01+CR*	20h	R\$ 1.645,39	Habilitação obtida no ensino superior, em curso de Licenciatura Plena, na área específica de atuação, com registro no MEC	Educação Infantil	R\$ 60,00
Professor II (Professor com licenciatura plena – Pedagogia – Séries Iniciais e Educação Infantil)	01+CR*	20h	R\$ 1.645,39	Habilitação obtida no ensino superior, em curso de Licenciatura Plena, na área específica de atuação, com registro no MEC	Primeiro ao Quinto ano do Ensino Fundamental	R\$ 60,00

*CR (Cadastro de Reserva)

1.2.2. Cadastro Reserva é a seleção de candidatos para vagas que surgirem dentro do prazo de validade deste processo seletivo.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o Processo Seletivo somente serão efetuadas pela INTERNET, no período de 26/10/2015 a 25/11/2015.

2.1.1. Para inscrever-se o candidato deverá seguir os seguintes procedimentos:

a) Acessar o endereço eletrônico: www.ioplan.com.br.

b) Ler e concordar com todas as disposições do presente edital;

c) Preencher integralmente o Requerimento de Inscrição, conferir atentamente os dados informados e enviá-los via internet, seguindo as instruções;

d) Imprimir o boleto Bancário (este é o comprovante de inscrição) referente à inscrição e efetuar o seu pagamento em qualquer agência bancária.

2.2. A Prefeitura Municipal de Ibiã e a IOPLAN Instituto Oeste de Planejamento & Consultoria Ltda., não se responsabilizarão por solicitação de inscrição não recebida por falhas de comunicação, congestionamento de linhas telefônicas ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados, impressão de documentos ou pagamento da taxa de inscrição no prazo determinado.

2.3. O pagamento da inscrição só poderá ser feito mediante a utilização do boleto de pagamento, com o respectivo código de barras, disponível no endereço eletrônico www.ioplan.com.br.

2.4. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

2.5. A inscrição somente será confirmada mediante confirmação bancária da quitação do respectivo boleto de pagamento até a data do respectivo vencimento.

2.6. Será cancelada a inscrição e anulados os atos decorrentes, do candidato que prestar declarações falsas, inexatas ou que não satisfazer a todas as condições estabelecidas neste edital, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

2.7. A inscrição não poderá ser feita pelo correio ou por meio de fac-símile.

2.8. Não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

2.9. Não serão aceitos pedidos de alterações de dados informados quando da inscrição, a não ser a comunicação de novo endereço que deverá ser feita até o último dia de inscrições na IOPLAN, e após esse período, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Ibiã/SC.

2.10. O candidato poderá inscrever-se para apenas 01 cargo. Verificando-se mais de uma inscrição do mesmo candidato será considerada apenas a inscrição mais recente.

2.11. O valor da taxa de inscrição conforme segue:

HABILITAÇÃO/ESCOLARIDADE	VALOR INSCRIÇÃO
Licenciatura na área de atuação, Nível Superior	R\$ 60,00

2.12. O valor referente ao pagamento da inscrição não será restituído, salvo em caso de cancelamento do Processo Seletivo, qualquer que seja o motivo ensejado.

2.13. Da isenção do Pagamento da Taxa de Inscrição para os doadores de sangue:

2.13.1. O candidato que preencher os requisitos da Lei Estadual nº 10.567/97 (Doador de Sangue) poderá requerer a isenção do pagamento da taxa de inscrição neste Processo Seletivo.

2.14. Equipara-se a doador de sangue, a pessoa que integre a Associação de doadores e que contribua, comprovadamente para estimular de forma direta e indireta, a doação.

2.15. O requerimento de isenção de pagamento da taxa de inscrição deverá ser dirigido à Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Ibiã, e entregue pessoalmente ou por procurador no endereço constante no subitem 1.1.3, até o dia 16/11/2015 modelo de requerimento ANEXO III, juntamente com os seguintes documentos:

a) Cópia do requerimento de inscrição;

b) Comprovante expedido por entidade coletora, credenciada pela União, Estado ou pelo Município, de que o candidato é doador de sangue, relacionando o número e a data em que foram realizadas as doações, sendo que não poderá ser inferior a 03 (três) doações anuais.

c) No caso o subitem 2.14, documento específico que comprove que o candidato integre a Associação de doadores de Sangue legalmente constituída e que contribua para estimular de forma direta e indireta a doação, relacionando, minuciosamente as atividades desenvolvidas pelo candidato.

2.16. A Comissão de Acompanhamento avaliará o pedido de isenção e publicará sua decisão no mural público do município e no site da empresa executora do certame, até o dia 18/11/2015 não sendo encaminhada resposta individual ao candidato, salvo se solicitado.

2.17. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção de pagamento da taxa de inscrição indeferidos poderão participar do presente Processo Seletivo desde que efetuem o pagamento da taxa de inscrição até a data de vencimento do boleto bancário.

2.18. Do requerimento de condições especiais.

2.19. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, por escrito, no ato de inscrição, indicando claramente no formulário, quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, etc.).

2.20. A solicitação de recursos especiais será atendida obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade, desde que solicitados no ato da inscrição.

2.21. Os candidatos que solicitarem condições especiais serão comunicados através de aviso publicado no endereço eletrônico do Processo Seletivo, www.ioplan.com.br, do deferimento ou não do pedido.

2.22. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá chegar ao local das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos e dirigir-se à Coordenação, com acompanhante, maior de idade, que ficará com a guarda e responsabilidade do lactente. Nos horários necessários a candidata será acompanhada por um fiscal até o local onde se encontra a criança, sendo que o tempo destinado à amamentação não será acrescido ao horário da prova da candidata.

3. DAS VAGAS RESERVADAS A PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1. As pessoas portadoras de necessidades especiais amparadas na legislação vigente (Lei Estadual nº12870, de 12 de janeiro de 2004 e Decreto Estadual nº 2874, de 15 de dezembro de 2009) poderão, nos termos do edital, concorrer as vagas correspondentes a 5% do total do total das vagas ofertadas, exclusivamente para cargos que ofereçam mais de 1 (uma) vaga. Havendo somente 1 (uma) vaga para determinado cargo, esta será disputada em igualdade de condições entre os concorrentes, sendo que os portadores de necessidades especiais não serão privilegiados na nomeação/contratação.

3.1.1. Considerando tratar-se teste seletivo com cadastro reserva, será convocado 1 (um) candidato inscrito para as vagas reservadas aos deficientes a cada 19 (dezenove) candidatos inscritos para as vagas de livre concorrência.

3.1.2. O percentual de vagas referidas no subitem 3.1. será computado com arredondamento das frações dos percentuais para o número inteiro imediatamente superior.

3.2. O candidato portador de necessidade especial física que desejar concorrer às vagas definidas no item 1.2. deverá preencher requerimento ANEXO VI, no ato da inscrição, declara-se portador de necessidades especiais e anexar laudo médico emitido nos últimos 12 (doze) meses, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de

Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência e protocolar/encaminhar os documentos para endereço constante no subitem 1.1.3. até a data limite final das inscrições, após esse período, será considerado como candidato a livre concorrência. Se aprovado no Processo Seletivo, deverá submeter-se à perícia médica promovida por equipe multiprofissional designada pela Prefeitura Municipal de Ibiam/SC, que terá decisão terminativa sobre a sua qualificação como portador de necessidades especiais ou não, e sobre o grau de deficiência, com a finalidade de verificar se a necessidade especial (deficiência) de que é portador realmente o habilita a ocupar uma das vagas reservadas (Constituição Federal, art. 37, VIII).

3.2.1. Para cumprimento do exigido no item 3.2, não serão considerados resultados de exames e/ou outros documentos diferentes dos descritos naquele item.

3.2.2. O candidato que for considerado portador de limitação ou deficiência, após ou concomitante a perícia contida no item 3.2, será submetido à mesma junta médica, podendo esta se servir de parecer de outros profissionais e especialidades, para avaliação e certificação da real condição de adaptabilidade do candidato ao exercício das funções do cargo, considerando os critérios legais de segurança no trabalho, eficiência do serviço público e mínima oneração do Município para adaptar equipamentos e meios de comunicação. Concluindo a perícia que a deficiência impede o candidato ao exercício do cargo, o mesmo será desclassificado.

3.3. O Candidato portador de necessidades especiais que no ato da realização da inscrição não apresentar o documento exigido no item 3.2 (laudo médico), ou apresentar documento com dados insuficientes terá sua inscrição indeferida como concorrente inscrito nessa condição.

3.4. O candidato portador de necessidades especiais que tiver sua inscrição indeferida nos termos do item 3.3, não será excluído do Processo Seletivo, passando, automaticamente, a figurar como candidato não portador de necessidades especiais.

3.5. A não observância do disposto nos itens anteriores acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

3.6. O candidato que, no ato de inscrição, declarar-se portador de necessidades especiais, se classificado, além de figurar na lista geral de classificação, terá seu nome publicado em relação à parte.

3.7. As vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais que não forem providas por falta de candidatos serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação.

3.8. O candidato portador de necessidades especiais, respeitadas as condições dispostas em lei, participará do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que concerne ao conteúdo da prova escrita, à avaliação e aos critérios de aprovação, bem como, ao horário, ao local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

3.9. Caso o candidato portador de necessidades especiais após a aprovação seja considerado inapto para o exercício das atribuições do cargo público, não será nomeado/contratado e será convocado o candidato da mesma condição, classificado imediatamente posterior, na ordem de classificação.

4. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente após o encerramento das inscrições.

4.2. O ato de homologação das inscrições deferidas e a relação das inscrições indeferidas serão publicadas em documento afixado no Mural Público da Prefeitura Municipal de Ibiam/SC e endereço eletrônico da empresa organizadora do certame (www.ioplan.com.br).

5. DAS PROVAS

5.1. Primeira Etapa - Da prova escrita.

5.1.1. A prova escrita objetiva será obrigatória a todos os candidatos, independente do cargo que irão concorrer ou de qualquer outra condição.

5.1.2. A prova escrita será aplicada no dia 12/12/2015 no Centro Educacional Eliziane Titon., Rua Sete de Setembro, 539, Centro, Ibiam/SC.

5.1.2.1. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 13h00min.

5.1.2.2. O fechamento dos portões será às 13h42min sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.

5.1.2.3. A prova terá início às 13h:45min e término às 16h:15min.

5.1.2.4. A relação de ensalamento para a realização das provas será publicada após a homologação das inscrições no site www.ioplan.com.br.

5.1.3. A prova escrita será realizada em uma única etapa, terá a duração de 02 (duas) horas e 30(trinta) minutos, incluído o tempo para preenchimento do CARTÃO-RESPOSTA e será composta de questões objetivas com 4 (quatro) alternativas de resposta para cada uma delas, das quais somente uma será a correta e deverá ser assinalada conforme instruções que constarão no CARTÃO-RESPOSTA.

5.1.4. As questões da prova escrita versarão sobre questões de conhecimentos gerais e conhecimentos específicos, conforme item 5.1.5.

5.1.4.1. A prova escrita será composta de 25 (vinte e cinco) questões.

5.1.5. À prova escrita será atribuída nota de acordo com a tabela abaixo:

CARGO	DISCIPLINAS (PROVA OBJETIVA)	Nº de Questão	Peso por Questão	PESO TOTAL
Para todos os Cargos de Nível Superior HABILITADOS	Conhecimentos Gerais	05	0,30	1,50
	- Português	05	0,30	1,50
	- Matemática	05	0,30	1,50
	Conhecimentos Específicos	10	0,30	3,00
	- Conhecimentos específicos			
TOTAIS		25		7,50

5.1.6. Os conteúdos programáticos mínimos sugeridos sobre os quais versarão as questões da prova escrita estão publicados no ANEXO II.

5.1.7. Normas para a realização da prova escrita:

5.1.7.1. Os candidatos deverão comparecer no local designado para a realização das provas no horário e data estabelecidos pelo Edital, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o início das provas, munidos de documento de identificação original (com fotografia).

5.1.7.1.1. Recomenda-se aos candidatos que tenham consigo no dia da realização da prova o Comprovante de Inscrição (boleto bancário), o qual servirá para solucionar qualquer pendência.

5.1.7.2. A não apresentação de documento de identidade, nos termos deste edital impedirá o acesso do candidato ao local de prova.

5.1.7.3. Será vedado o acesso ao portão de entrada do local de prova ao candidato que se apresentar após o horário determinado no item 5.1.2.2 (13h42min), mesmo que o início da prova tenha sido postergado por motivo de força maior.

5.1.7.4. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação(somente o modelo novo e com foto).

5.1.7.5. Caso o candidato não apresente, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado o documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, com data não superior a 30 dias da data da realização da prova do Processo Seletivo.

5.1.7.6. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

5.1.7.8. Para a realização da prova escrita o candidato receberá um caderno de questões e um CARTÃO-RESPOSTA.

5.1.7.9. Antes de iniciar a resolução da prova o candidato deve conferir se o caderno de questões corresponde ao cargo do qual se inscreveu e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a resolução da prova, bem como ler as instruções relacionadas a marcação das respostas.

5.1.7.10. As respostas das questões da prova escrita deverão ser transcritas para o CARTÃO-RESPOSTA, conforme as instruções constantes na capa do caderno de provas, devendo o candidato utilizar apenas caneta esferográfica nas cores azul ou preta.

5.1.7.11. O CARTÃO-RESPOSTA não será substituído por erro do candidato.

5.1.7.12. O preenchimento do CARTÃO-RESPOSTA será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder de conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital, não sendo permitido que as marcações sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de que o candidato tenha solicitado condição especial para esse fim, que no caso, o candidato será acompanhado por fiscal designado pela Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo.

5.1.7.13. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no CARTÃO-RESPOSTA.

5.1.7.13.1. Serão consideradas marcações incorretas e atribuída nota 0,00 (zero) à questão da prova escrita que estiver em desacordo com este Edital e com o cartão-resposta, tais como: cuja resposta não coincida com o gabarito oficial; contenha dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, campo de marcação não-preenchido integralmente, ou não estiver assinalada no CARTÃO-RESPOSTA.

5.1.7.14. A prova será corrigida unicamente pela marcação feita no CARTÃO-RESPOSTA e não terão validade, quaisquer anotações feitas no caderno de questões.

5.1.7.15. Ao terminar a prova o candidato, obrigatoriamente, entregará ao fiscal de sala o caderno de questões e CARTÃO-RESPOSTA.

5.1.7.16. Só será permitido ao candidato entregar sua prova escrita/objetiva após transcorrido, no mínimo, 45(quarenta e cinco) minutos do seu início.

5.1.7.17. O candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala de provas, durante sua realização, acompanhado de um fiscal.

5.1.7.18. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento de candidato da sala de prova.

5.1.7.19. Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala, só poderão entregar a prova e o CARTÃO-RESPOSTA ao mesmo tempo, e retirarem-se do local, após assinarem, juntamente com os fiscais de sala, o verso de todos os CARTÃO-RESPOSTA, a lista de presença e a Ata, na qual constará as ocorrências relativas à prova, tais como: candidatos faltantes, CARTÃO-RESPOSTA rasurados ou com questões não assinaladas, etc.

5.1.7.20. No dia de realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo das provas.

5.1.7.21. O caderno de provas será publicado no primeiro dia útil após a realização das provas no site da empresa organizadora do certame.

5.1.7.22. A Prefeitura Municipal de Ibiã/SC e a empresa organizadora do certame, não assumem qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alimentação e/ou alojamento dos candidatos, quando da realização da prova escrita.

5.1.8. Materiais permitidos no local de prova:

5.1.8.1. O candidato pode ter no local de prova, unicamente:

- a) Documento de identificação;
- b) Cópia do Requerimento de Inscrição (boleto bancário);
- c) Caneta esferográfica com tinta de cor azul ou preta;
- d) Lápis preto e borracha;
- e) Água acondicionada em vasilhame fabricado em material transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo.

5.1.8.2. Recomenda-se ao candidato que não traga para o local de prova qualquer material não permitido. Se os trouxer, deve entregar todos os materiais, equipamentos e utensílios não autorizados aos fiscais da sala antes do início da prova.

5.1.8.3. A Prefeitura Municipal de Ibiã e a empresa IOPLAN não assumem qualquer responsabilidade pelo extravio de qualquer material trazido ao local de prova.

5.1.9. É vedado durante a realização das provas:

- a) Ingerir qualquer tipo de alimentos;
- b) Fumar;
- c) Comunicação entre os candidatos;
- d) Consulta a materiais (livros, revistas, apostilas, etc);
- e) Porte ou uso de qualquer equipamento eletrônico, como telefone celular, tablet, notebook, bip, calculadora, máquina fotográfica, etc.

5.1.9.1. Durante a realização da prova, a simples posse, mesmo que desligado, ou o uso de qualquer material, equipamento, objeto não permitido, configura violação às normas do edital e implica na exclusão do candidato do certame, sendo atribuída nota zero à prova.

5.2. Segunda Etapa - Da Prova de Títulos.

5.2.1. A Prova de Títulos constitui-se pela análise e pontuação de certificados e ou diplomas de curso de pós-graduação, aperfeiçoamento ou atualização apresentados pelos candidatos.

5.2.2. Poderão participar da prova com valoração de Títulos os candidatos HABILITADOS inscritos no Processo Seletivo.

5.2.3. Para participar da Prova de Títulos o candidato deverá entregar, imediatamente após a prova escrita, no mesmo endereço da realização da prova escrita - Sala de Coordenação, cópia fotostática (Xerox) dos títulos de aperfeiçoamento/atualização ou pós-graduação

acompanhado do histórico escolar (se for o caso), organizados em uma pasta ou grampeados na seguinte ordem:

- a) Requerimento anexo ao presente edital ANEXO IV devidamente preenchido e assinado;
- b) Cópias xerográficas dos documentos comprobatórios dos cursos de aperfeiçoamento/ atualização na ordem em que foram elencados no requerimento de que trata o item "a";
- c) Cópia xerográfica do documento comprobatório do curso pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado).

5.2.4. O candidato declara, no requerimento ANEXO IV que os documentos apresentados são cópias fiéis dos originais e que quando solicitado deverá apresentar os originais, ciente de que a constatação de qualquer irregularidade implicará na exclusão do candidato do concurso, sem prejuízo das sanções legais.

5.2.5. Os títulos não serão avaliados e computados no momento da entrega, o responsável pelo protocolo receberá os títulos que posteriormente serão avaliados pela Banca Examinadora do Processo Seletivo.

5.2.6. Os títulos apresentados serão pontuados de forma cumulada conforme tabela abaixo:

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E/OU ATUALIZAÇÃO	
TÍTULOS	PONTUAÇÃO
Cursos de aperfeiçoamento, capacitação e/ou atualização na disciplina para a qual se inscreveu ou na área de Educação, emitidos por instituição de ensino reconhecida pelo MEC, Conselho Estadual de Educação ou Secretaria Estadual de Educação, realizados no período de 2013, 2014 e 2015	
· Serão considerados os cursos com duração mínima de 20 horas;	
· Cada certificado de 20 horas receberá a pontuação de 0,05 pontos, até o limite de 200 horas, num total de 0,50 pontos.	
0,50	
OBS: certificados com horas inferiores a 20h não conta pontos. Ex.: 15h + 5h = 20h (não contará pontos)	
Pontuação máxima atribuída aos certificados de cursos de aperfeiçoamento, capacitação e/ou atualização: 0,50. Obs: Se houver um certificado de 200 horas ou mais, baste apresentar este para considerar a pontuação máxima de 0,50 pontos.	
CERTIFICADOS OU DIPLOMAS DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	
Diploma ou certificado de curso de pós-graduação, acompanhado do histórico escolar, em nível de Especialização Lato Sensu, na disciplina/área, para a qual se inscreveu ou em educação.	1,00
Diploma ou certificado de curso de pós-graduação, acompanhado do histórico escolar, em nível de Mestrado, na disciplina/área, para a qual se inscreveu ou em educação.	0,50
Diploma ou certificado de curso de pós-graduação, acompanhado do histórico escolar, em nível de Doutorado, na disciplina/área, para a qual se inscreveu ou em educação.	0,50
Pontuação máxima atribuída aos diplomas ou certificados de cursos pós-graduação: 2,00	

5.2.7. O máximo de pontos obtidos na prova de títulos será "2,50 pontos".

5.2.8. Caso o candidato apresente títulos em número maior do máximo admitido (02 pontos) não serão considerados os títulos excedentes.

5.2.9. Não serão pontuados os títulos que constituírem requisito básico para o exercício do cargo.

5.2.10. Os pontos dos títulos serão contados apenas para efeito de "classificação".

5.2.11. A nota da Prova de Títulos será o número de pontos obtidos segundo a tabela acima, do item 5.2.6.

5.2.12. A nota da prova de títulos será somada à da prova escrita para apuração da nota final do candidato.

5.2.13. Os títulos obtidos no exterior deverão ser validados por instituição nacional, na forma da lei, e se redigidos em língua estrangeira devem estar acompanhados por tradução feita por tradutor oficial.

5.2.14. Não serão pontuados os títulos apresentados em número excedente ao previsto no edital.

5.2.15. Não serão pontuadas certidões, atestados ou quaisquer outros documentos que não sejam certificados ou diplomas emitidos na forma da lei e de acordo com as normas do edital.

5.2.16. A apresentação de títulos é de iniciativa do candidato sendo que os títulos poderão ser validados ou recusados conforme especificação no presente Edital.

6. MÉDIA FINAL E CLASSIFICAÇÃO

6.1. A Nota Final obedecerá à fórmula abaixo indicada:

6.1.1. Nota Final: Será a soma do número de acertos multiplicado pelo peso das questões atribuído às áreas de conhecimento, mais a pontuação da prova de títulos.

6.2. A lista final de classificação do Processo Seletivo apresentará todos os candidatos classificados, por cargo, na ordem decrescente, da(s) nota(s) obtida(s).

6.3. Ocorrendo empate na nota final será aplicado para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

6.4. Para os candidatos não amparados no item anterior, o desempate será conforme abaixo:

- a) Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos;
- b) Maior número de acertos nas questões de Português;
- c) Maior número de acertos nas questões de Matemática;
- d) Maior número de acertos nas questões de Conhecimentos Gerais;
- e) Tiver Maior Idade contada com base na idade em dia, meses e anos no dia da realização da prova escrita;
- f) Tiver maior número de dependentes.

7. DOS GABARITOS: PROVISÓRIOS E DEFINITIVOS

7.1. O gabarito provisório será divulgado no dia 13/12/2015 no site da empresa organizadora do certame www.ioplan.com.br.

7.2. Da publicação do gabarito definitivo não caberá qualquer outro tipo de revisão ou recurso administrativo.

8. DOS RECURSOS/REQUERIMENTOS

8.1. Caberão recursos do indeferimento da inscrição, conteúdo das provas escritas e gabarito provisório, do resultado da prova de títulos, e do resultado final, que deverão ser interpostos até às 17:00 horas do segundo dia útil, ou seja, 2(dois) dias, subsequente à publicação no site www.ioplan.com.br, dos resultados contra os quais deseja o candidato recorrer.

8.1.1. Os recursos interpostos em face das provas e dos gabaritos deverão ser apresentados por petição à Comissão Municipal do Processo Seletivo, protocolados na Prefeitura Municipal de Ibiá/SC, que serão processados de acordo com as normas do Direito Administrativo. Na

petição, o candidato deverá identificar o cargo em disputa e a(s) questão(ões) contraditada(s), além da fundamentação e justificativa das razões do recurso.

8.1.2. Os recursos interpostos em face dos resultados do Processo Seletivo (do resultado da prova escrita ou do resultado final) serão apresentados por petição à Comissão Municipal do Concurso Público, protocolados na Prefeitura Municipal de Ibiam/SC, os quais serão processados, de forma objetiva, de acordo com as normas de Direito Administrativo. Na petição deverá constar a identificação nominal do recorrente, o número de inscrição e do documento de identidade informado pelo candidato no ato de sua inscrição e o cargo a que está concorrendo, além da fundamentação e justificativa(s) do recurso.

8.1.3. Os recursos, uma vez protocolados na Prefeitura Municipal, serão imediatamente encaminhados à IOPLAN Instituto Oeste de Planejamento & Consultoria Ltda. para análise e manifestação acerca do arguido.

8.1.4. O recurso/requerimento interposto fora do respectivo prazo ou em branco não serão conhecidos e os inconsistentes não serão providos.

8.1.5. Os recursos que dizem respeito às provas e aos resultados dela decorrentes serão apreciados pela Banca Examinadora da empresa executora do Processo Seletivo.

8.1.6. Não serão aceitos pedidos ou recursos encaminhados por fax, correio eletrônico, ou qualquer outra forma diferente dos procedimentos especificados no edital.

8.1.7. O resultado do julgamento dos recursos será publicado após o término do prazo para a apresentação dos mesmos, no site da empresa executora do Processo Seletivo www.ioplan.com.br.

8.1.8. A íntegra da decisão do recurso exarada pela banca examinadora será enviada ao candidato por e-mail ou para outro endereço válido informado no formulário de inscrição.

8.1.9. A questão anulada será considerada como respondida corretamente para todos os candidatos, do referido Cargo, independente de terem recorrido.

8.1.10. Se houver alteração do gabarito provisório, por força de impugnações ou recursos considerados procedentes, os gabaritos dos candidatos do referido cargo serão corrigidos de acordo com as alterações efetuadas pela Banca Examinadora.

8.1.11. Não serão aceitas sobreposições de recursos apresentados pelo mesmo candidato com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovação ao requerimento anterior, independente de vigência de prazo.

8.1.12. A decisão exarada nos recursos pela Banca Examinadora é irrecorrível na esfera administrativa.

8.1.13. Admitido o recurso, decidir-se-á pela reforma ou manutenção do ato recorrido, determinando sua publicação.

9. DO PROVIMENTO

9.1. A nomeação é de competência do Prefeito Municipal, segundo interesse e conveniência da Administração Municipal.

9.2. O provimento das vagas obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos e a contratação se dará sob o regime estatutário, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos da Legislação Municipal Vigente.

9.2.1. A chamada dos candidatos será feita obedecendo a ordem de classificação, até o preenchimento das vagas existentes, voltando ao início da lista quando do surgimento de novas vagas.

9.2.1.1. Havendo a necessidade, a Secretaria de Educação procederá o remanejamento do quadro dos professores antes de convocar o próximo classificado.

9.3. O candidato será investido no cargo se atender às seguintes exigências:

- a) nacionalidade brasileira;
- b) o gozo dos direitos políticos;
- c) quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- d) idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- e) nível de escolaridade, formação e habilitação profissional exigidos para o exercício do cargo;
- f) aptidão física e mental;
- g) condição de estrangeiro, conforme for estabelecido em Lei Federal; e
- h) comprovação de inexistência de condenação criminal.

9.4. Apresentar outros documentos que se fizerem necessários à época da posse.

9.5. A inexistência das informações e/ou irregularidades nos documentos, ainda que verificados posteriormente ao provimento, ocasionarão sua exoneração/demissão.

9.6. O candidato deverá manter atualizado seu endereço no Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibiam/SC.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. As publicações sobre o Processo Seletivo serão afixadas no Mural Público da Prefeitura Municipal de Ibiam e no endereço eletrônico da empresa executora www.ioplan.com.br.

10.2. Decorrido o prazo da homologação do Processo Seletivo, a empresa contratada entregará ao Município todos os registros escritos originais gerados no certame (fichas de inscrição, cadernos de questões da prova escrita, listas de presença, atas de ocorrências por sala, recursos e respostas da banca examinadora) exceto os CARTÕES-RESPOSTAS.

10.3. O Foro para dirimir qualquer questão relacionada com o presente Processo Seletivo é o da Comarca de Tangará/SC.

10.4. Os casos não previstos no presente Edital serão resolvidos pela Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Ibiam em conjunto com a empresa contratada pela execução do mesmo – IOPLAN Instituto Oeste de Planejamento & Consultoria Ltda.

10.5. Fica delegada competência à empresa IOPLAN Instituto Oeste de Planejamento & Consultoria Ltda. para: receber, deferir, indeferir e homologar as inscrições; publicar o documento da homologação das inscrições; elaborar, aplicar, corrigir e avaliar as provas, escrita e de títulos, apreciar os recursos previstos no item 8. deste Edital; apresentar o relatório final com a classificação dos candidatos e prestar informações sobre o Processo Seletivo.

10.6. É de competência do Prefeito Municipal de Ibiam a homologação do resultado final do Processo Seletivo.

10.7. O Prefeito Municipal poderá, antes da homologação, suspender, anular ou cancelar o Processo Seletivo, não assistindo aos candidatos nenhum direito a reclamações.

10.8. É vedada a inscrição neste Processo Seletivo de quaisquer membros da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo de Ibiam e da empresa IOPLAN.

10.9. Fazem parte integrante deste Edital os seguintes Anexos:

Anexo I. Atribuições dos cargos;
Anexo II. Conteúdo programático;
Anexo III. Requerimento pedido de isenção de taxa de inscrição;
Anexo IV. Requerimento prova de títulos;
Anexo V. Cronograma previsto (sujeito a alterações).
Anexo VI. Requerimento - Pessoa com Deficiência.

Ibiam (SC) 23 de outubro de 2015.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal em Exercício

ANEXO I - ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

1.1. Professor II (Professor com licenciatura plena – Pedagogia – Séries Iniciais e Educação Infantil):

1.1.1. DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Realizar o exercício da docência em classes de educação infantil, ensino fundamental, programas de apoio às crianças com dificuldades de aprendizagem.

1.1.2. DESCRIÇÃO DETALHADA:

- planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem;
 - participar do processo de planejamento das atividades da escola;
 - cooperar na elaboração, execução e avaliação do Plano Político – Pedagógico da Unidade Escolar;
 - elaborar programas, projetos e planos de curso, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e às diretrizes do ensino;
 - executar o trabalho docente em consonância com a proposta Pedagógica da Rede Municipal de Ensino;
 - contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino;
 - participar de processos seletivos de avaliação do próprio trabalho e da Unidade Escolar com vistas ao melhor rendimento do processo ensino – aprendizagem, replanejando sempre que necessário;
 - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
 - avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar nos prazos estabelecidos;
 - estabelecer formas alternativas de recuperação (contínua e/ou paralela), aos alunos que apresentam menor rendimento;
 - atualizar-se em sua área de conhecimento;
 - participar de reuniões de estudo, conselhos de classe, encontros, cursos, seminários, atividades cívicas, culturais, recreativas e outros eventos, tendo em vista o seu constante aperfeiçoamento para melhoria da qualidade do ensino;
 - cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;
 - zelar pela aprendizagem do aluno, pela disciplina e pelo material docente;
 - manter-se atualizado sobre a legislação de ensino;
 - levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s), mediante relatório(s) escrito(s);
 - seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente;
 - constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento, mediante relatório escrito;
 - participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola;
 - manter a pontualidade e assiduidade e, na impossibilidade do cumprimento de suas funções enviar planejamento diário;
 - comunicar previamente à Direção (dentro do possível, na véspera) sempre que estiver impossibilitado de comparecer à Unidade Escolar;
 - preencher a documentação solicitada pela secretaria e entregá-la no prazo estipulado;
 - manter ética profissional no ambiente de trabalho e fora deste no que se refere a assuntos da Unidade Escolar;
 - manter bom relacionamento com os alunos, pais e colegas de trabalho;
- executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

ANEXO II - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS

1.1. PORTUGUÊS - CARGO: PROFESSOR II (Áreas de Atuação: Educação Infantil e Primeiro ao Quinto ano do Ensino Fundamental)

Conteúdos:

Interpretação de Textos – Língua escrita objetiva e suas formas; Morfologia, Fonética e Fonologia, Ortografia, classe estrutura e formação de palavras, frase, oração, período, pontuação, derivação e composição, substantivo, adjetivo, pronome, verbos, artigo, numerais, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, o período e sua construção, sujeito, predicado, oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas, acentuação gráfica, sintaxe, figuras de sintaxe, concordância, figuras de linguagem, noções de versificação, literatura brasileira; Gêneros literários e discursivos; Emprego de pronomes. Uso dos Porquês.

1.2. MATEMÁTICA – CARGO: PROFESSOR II (Áreas de Atuação: Educação Infantil e Primeiro ao Quinto ano do Ensino Fundamental)

Conteúdos:

Números Naturais e sistemas de numeração decimal; números racionais, operações com números naturais: adição, subtração, multiplicação e divisão; Espaço e forma, grandezas e medidas; Expressões numéricas, múltiplos, resolução de problemas, regras de três simples e composta, sistema de numeração decimal e romana; Raízes, proporcionalidade entre seguimentos, semelhança de figuras, números, formas geométricas, medidas de comprimento, ângulos e retas, números primos, medidas de tempo, polígonos, frações, triângulos e quadriláteros, medidas de capacidade, porcentagem, juros simples e compostos, medidas de superfície, gráficos e tabelas, simetria e medidas de massa. Álgebra, trigonometria, geometria, geometria analítica, equações de primeiro e segundo grau, noções de estatística, Sequência, Progressão Aritmética e Progressão Geométrica.

1.3. CONHECIMENTOS GERAIS - CARGO: PROFESSOR II (Áreas de Atuação: Educação Infantil e Primeiro ao Quinto ano do Ensino Fundamental)

Conteúdos:

Aspectos da História, Geografia, Atualidades, Cultura, Cinema, Artes, tecnologia, Economia, e organização política do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município.

2. PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

2.1. CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - CARGO: PROFESSOR II (Áreas de Atuação: Educação Infantil e Primeiro ao Quinto ano do Ensino Fundamental)

Conteúdos:

Educação no mundo atual, Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Escrita, Didática: métodos, técnicas, livro didático, recursos/material didático, Processo Ensino-aprendizagem: avaliação, recuperação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Métodos e processos no ensino da leitura, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas, Lei de Diretrizes e Bases - LDB, Métodos de Alfabetização, Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rousseau, Vygotsky, Piaget, Psicologia da Educação. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Didática Geral. Novas diretrizes curriculares para o ensino fundamental, e da educação infantil, PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais, Plano Nacional da Educação e teorias do desenvolvimento e aprendizagem.

ANEXO III

REQUERIMENTO ISENÇÃO TAXA DE INSCRIÇÃO

Para

Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado

Eu _____ portador do documento de identidade nº _____, inscrição nº _____, venho solicitar isenção para taxa de inscrição ao Processo Seletivo, Edital nº 005/2015. Declaro para os devidos fins que preencho os requisitos da Lei Estadual nº 10.567/97.

Ibiam (SC) _____

CANDIDATO (A)

Documentos anexos:

- 1: _____
- 2: _____
- 3: _____

ANEXO IV - FORMULÁRIO PARA PROVA DE TÍTULOS

1ª VIA – EMPRESA

Candidato (a): _____

Nº inscrição _____ Nº CPF _____

Cargo _____

Através do presente venho requerer o recebimento dos títulos abaixo relacionados que declaro serem cópias autênticas dos documentos originais.

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E/OU ATUALIZAÇÃO

	Instituição	Data da Conclusão	Carga Horária	Exclusivo IOPLAN
1				
2				
3				
4				
5				
6				

CURSOS DE PÓS - GRADUAÇÃO

	Instituição	Data da Conclusão	Carga Horária	Exclusivo IOPLAN
1				
2				
3				
TOTAL DE PONTOS				

Nº DE CÓPIAS ENTREGUES: _____

Declaro que os documentos apresentados são cópias fiéis dos originais e que quando solicitado deverei apresentar os originais, ciente de que a constatação de qualquer irregularidade implicará em minha exclusão do concurso, sem prejuízo das sanções legais.

Ibiam (SC), em _____ de 2015.

Responsável pelo recebimento

Assinatura do(a) Candidato(a)

2ª VIA – CANDIDATO

Candidato (a): _____

Nº inscrição _____ Nº CPF _____

Cargo _____

Através do presente venho requerer o recebimento dos títulos abaixo relacionados que declaro serem cópias autênticas dos documentos originais.

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E/OU ATUALIZAÇÃO

	Instituição	Data da Conclusão	Carga Horária	Exclusivo IOPLAN
1				
2				
3				
4				
5				
6				

CURSOS DE PÓS - GRADUAÇÃO

	Instituição	Data da Conclusão	Carga Horária	Exclusivo IOPLAN
1				
2				
3				
TOTAL DE PONTOS				

Nº DE CÓPIAS ENTREGUES: _____

Declaro que os documentos apresentados são cópias fiéis dos originais e que quando solicitado deverei apresentar os originais, ciente de que a constatação de qualquer irregularidade implicará em minha exclusão do concurso, sem prejuízo das sanções legais.

Ibiam (SC), em _____ de 2015.

Responsável pelo recebimento

Assinatura do(a) Candidato(a)

ANEXO V

CRONOGRAMA GERAL DAS FASES DO CONCURSO 005/2015

ITEM	ATIVIDADES	DATA INICIAL	DATA FINAL
01	Publicação do edital	23/10/2015 sex	
02	Período de inscrição	26/10/2015 seg	25/11/2015 qua
03	Data final para pagamento do boleto		26/11/2015 qui
04	Publicação das inscrições deferidas e indeferidas		30/11/2015 seg
05	Interposição de recurso em face do indeferimento de inscrições	01/12/2015 ter	02/12/2015 qua
06	Listagem das Inscrições Homologadas		03/12/2015 qui
07	Listagem geral de ensalamento		07/12/2015 seg
08	Data da Prova Escrita	início às 13h:45min e término às 16h:15min	
09	Divulgação do Gabarito Provisório		13/12/2015 dom
10	Divulgação das notas da prova de Títulos		14/12/2015 seg
11	Interposição de recurso com relação às questões da prova e do gabarito	14/12/2015 seg	15/12/2015 ter
12	Divulgação do Gabarito Definitivo		17/12/2015 qui
13	Publicação da Classificação Provisória da Prova Escrita + Títulos		18/12/2015 sex
14	Interposição de recurso quanto a classificação provisória	21/12/2015 seg	22/12/2015 ter
15	Publicação da classificação final do processo seletivo		28/12/2015 seg
16	Homologação do Resultado Final do Concurso	A partir de	29/12/2015 ter

ANEXO VI

REQUERIMENTO – PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Processo Seletivo: _____ Entidade: _____

Nome do candidato: _____

Nº da inscrição: _____ Cargo: _____

Vem REQUERER vaga especial como PESSOA COM DEFICIÊNCIA, apresentou LAUDO MÉDICO com CID (colocar os dados abaixo, com base no laudo):

Tipo de deficiência de que é portador: _____

Código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID: _____

Nome do Médico Responsável pelo laudo: _____

(OBS: Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres)

Dados especiais para aplicação das PROVAS: (marcar com X no local caso necessite de Prova Especial ou não. Em caso positivo, discriminar o tipo de prova necessário)

(☐) NÃO NECESSITA DE PROVA ESPECIAL e/ou TEMPO ADICIONAL e/ou TRATAMENTO ESPECIAL

(☐) NECESSITA DE PROVA ESPECIAL e/ou TEMPO ADICIONAL e/ou TRATAMENTO ESPECIAL

(Discriminar abaixo qual o tipo de prova necessário e/ou tratamento especial)

É obrigatória a apresentação de LAUDO MÉDICO com CID. No caso de pedido de tempo adicional, é obrigatório PARECER justificando sua necessidade junto a esse requerimento.

_____, ____ de _____ de 2015.

Assinatura

Ilhota

PREFEITURA

DECRETO 90 2015

Decreto nº 90, de 22 de outubro de 2015

TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE UM GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA DENTRO DO MESMO PROJETO/ATIVIDADE PARA ATENDER AS DOTAÇÕES CONSTANTES DO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72, VI da Lei Orgânica do Município, e conforme autorização prevista no inciso I do artigo 7º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e de conformidade com o art. 12º e art. 13º, parágrafo único da LOA nº 1784 de 17 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a transferir dotação orçamentária no valor de R\$ 174.500,00 (cento e setenta e quatro mil e quinhentos reais, por conta da redução parcial do valor previsto nas seguintes dotações do orçamento vigente do município de Ilhota:

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE:04. 01 – Departamento de Administração

Funcional – 04.122.0062.006 – Manut. e Funcionamento da Secretaria de Administração

3.1.90.00.00.00.00 100 - Aplicações Diretas (12) R\$ 92.000,00

4.4.70.00.00.00.00 100 - Aplicações Diretas (20154) R\$ 20.000,00

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES

UNIDADE:07. 01 – Departamento de Estrada de Rodagem - DMER Funcional – 06.181.0072.024 – Manutenção do Convênio de Transporte

4.4.90.00.00.00.00 1056 - Aplicações Diretas (41) R\$ 2.500,00

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES

UNIDADE:07. 01 – Departamento de Estrada de Rodagem - DMER Funcional – 25.752.0072.023 – Ampliação e Manutenção da Iluminação Pública

4.4.90.00.00.00.00 8 - Aplicações Diretas (45) R\$ 60.000,00

TOTAL GERAL R\$ 174.500,00

Art. 2º O resultado das transferências previstas no artigo 1º, serão utilizados para o reforço das seguintes aplicações diretas dos itens do orçamento vigente:

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE:04. 01 – Departamento de Administração

Funcional – 04.122.0062.006 – Manut. e Funcionamento da Secretaria de Administração

3.3.50.00.00.00.00 100 - Aplicações Diretas (14) R\$ 92.000,00

4.4.90.00.00.00.00 100 - Aplicações Diretas (16) R\$ 20.000,00

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES

UNIDADE:07. 01 – Departamento de Estrada de Rodagem - DMER Funcional – 06.181.0072.024 – Manutenção do Convênio de Transporte

3.3.90.00.00.00.00 1056 - Aplicações Diretas (38)

R\$ 2.500,00

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES

UNIDADE:07. 01 – Departamento de Estrada de Rodagem - DMER Funcional – 25.752.0072.023 – Ampliação e Manutenção da Iluminação Pública

3.3.90.00.00.00.00 8 - Aplicações Diretas (44) R\$ 60.000,00

TOTAL GERAL R\$ 174.500,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Daniel Christian Bosi

Prefeito Municipal

PROTOCOLO DE CHAMADA DE CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO - CAMILA ARCHER

Protocolo de Chamada de Candidato Aprovado em Concurso Público

Dentro do que estabelece o Edital 001/2014 de 06/03/2014, e o Decreto nº 24 de 10/07/2014 que Homologa Resultado do Concurso Público nº 01/2014, deverá o candidato citado abaixo comparecer munido das documentações exigidas pelo referido edital em até 7 (sete) dias úteis a sua ciência, das 08:00 as 12:00 ou das 13:30 as 17:30 horas na Prefeitura Municipal de Ilhota, situada à Rua Leoberto Leal, 160, no Centro da Cidade de Ilhota, para o ingresso na carreira de serviço público municipal. O caso de não comparecimento no prazo acima citado importará em ciência do candidato no seu remanejamento para o final da listagem de classificação.

Ilhota (SC), 21 de Outubro de 2015

TATIANA RICHART REICHERT	
SECRETÁRIA MUNICIPAL	

Candidato: CAMILA ARCHER

Inscrição: 45885-6

Cargo: MEDICO VETERINARIO

Endereço: RUA PARA

Bairro: CORDEIRO Cidade: ITAJAI Estado: SC CEP: 88.310-486

Fone: () () E-mail: milaarcher@hotmail.com

CIENTE EM _____ / _____ / _____
Ass. Candidato

PROTOCOLO DE CHAMADA DE CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO - GIOVANI SILVEIRA LAZZARETTI

Protocolo de Chamada de Candidato Aprovado em Concurso Público

Dentro do que estabelece o Edital 001/2014 de 06/03/2014, e o Decreto nº 24 de 10/07/2014 que Homologa Resultado do Concurso Público nº 01/2014, deverá o candidato citado abaixo comparecer munido das documentações exigidas pelo referido edital em até 7 (sete) dias úteis a sua ciência, das 08:00 as 12:00 ou das 13:30 as 17:30 horas na Prefeitura Municipal de Ilhota, situada à Rua Leoberto Leal, 160, no Centro da Cidade de Ilhota, para o ingresso na carreira de serviço público municipal. O caso de não comparecimento no prazo acima citado importará em ciência do candidato no seu remanejamento para o final da listagem de classificação.

Ilhota (SC), 21 de Outubro de 2015

TATIANA RICHART REICHERT	
SECRETÁRIA MUNICIPAL	

Candidato: GIOVANI SILVEIRA LAZZARETTI

Inscrição: 50288-0

Cargo: ENGENHEIRO FLORESTAL

Endereço: AV. BORGES DE MEDEIROS, 330

Bairro: CENTRO Cidade: SANTA ROSA Estado: RS CEP: 98.900-000

Fone: (55) 91942697 (51) 97961311 E-mail: Giovani_laz@hotmail.com

CIENTE EM ____/____/_____
Ass. Candidato

RESOLUÇÃO N. 012/2015 - CMAS

Estado de Santa Catarina
Município de Ilhota
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Rua: Izidoro Maes, 257- Centro - Ilhota - SC
C.N.P.J. 14.756846/0001-60 CEP 88.320-000
Fone / Fax: (047) 3343-706 E-mail: assistenciailhota@hotmail.com

RESOLUÇÃO Nº 12/2015

Dispõe sobre ampliação da carga horária dos técnicos de referência do SUAS.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em reunião realizada no dia 01 de setembro de 2015.

CONSIDERANDO: A NOB/SUAS de 2011;

CONSIDERANDO: que é atribuição do Conselho fiscalizar o andamento dos serviços, sendo estes o horário de funcionamento dos equipamentos e composição da equipe técnica.

CONSIDERANDO: a normativa da Secretaria de Estado da Assistência Social Trabalho e Habitação sobre o horário de funcionamento.

RESOLVE:

Art. 1º solicitar a ampliação da carga horária dos cargos de Assistente Social e Psicóloga para 40hrs semanais, para assim maior efetivação dos Serviços Programas e Projetos.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, 02 de setembro de 2015.

José Teixeira

Presidente do Conselho Municipal de Assistência

Imarui

PREFEITURA

DECRETO Nº. 113, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 113 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLENTER, EM FAVOR DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAI, EXERCÍCIO 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar em favor do Fundo Municipal de Assistência Social, exercício 2015, na importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), conforme segue:

ÓRGÃO – 15	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
UNIDADE – 15.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
PROJ/ATIV. – 2.200	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.71.00.00.00.00.00	5	1.000	Aplicações Diretas	20.000,00
Total Suplementação		20.000,00		

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º deste Decreto serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO – 15	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
UNIDADE – 15.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
PROJ/ATIV. – 2.200	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	6	1.000	Aplicações Diretas	20.000,00
Total Suplementação		20.000,00		

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2015.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 23 de outubro de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário oficial dos Municípios – DOM.

DECRETO Nº. 114, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 114 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLENTER, EXERCÍCIO 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, exercício 2015, na importância de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), conforme segue:

ÓRGÃO – 11	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS, E SERVIÇOS URBANOS			
UNIDADE – 11.01	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS, E SERVIÇOS URBANOS			
PROJ/ATIV. – 2.064	MANUTENÇÃO DO CONVENIO DE TRANSITO – POLICIA MILITAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	146	1.000	Aplicações Diretas	2.500,00
Total Suplementação		2.500,00		

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º deste Decreto serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO – 11	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS, E SERVIÇOS URBANOS			
UNIDADE – 11.01	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS, E SERVIÇOS URBANOS			
PROJ/ATIV. – 2.064	MANUTENÇÃO DO CONVENIO DE TRANSITO – POLICIA MILITAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	147	1.000	Aplicações Diretas	2.500,00

Total Suplementação	2.500,00
---------------------	----------

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2015.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 23 de outubro de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário oficial dos Municípios – DOM.

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI Nº 211, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO PMI Nº 211, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e da outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), para reforço da dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E INFRAESTRUTURA – SEAPI		
Manutenção da SEINFRA		
15.451.0007-2.017		
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0089)	Aplicações Diretas	24.000,00
Total		24.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial da dotação orçamentária abaixo, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E INFRAESTRUTURA – SEAPI		
Manutenção da SEINFRA		
15.451.0007-2.017		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0087)	Aplicações Diretas	24.000,00
Total		24.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 20 de Outubro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 212.2015

DECRETO PMI Nº 212, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e da outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para reforço da seguinte dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E INFRAESTRUTURA – SEAPI		
Pavimentação de Vias Públicas		
15.451.0007-1.010		
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0090 (0082)	Aplicações Diretas	1.500.000,00
Total		1.500.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação de recursos da operação de crédito com Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina – BADESC, referente ao Programa BADESC CIDADES.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 22 de Outubro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

EXTRATO: PMI SEAGP 2015/157 A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAGP 2015/157 A/00

Contratada: IMOBILIÁRIA LEANDRO E CATOL LTDA

CNPJ 1.264.946/001-81

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DE CASA MOR-
TUÁRIA NO BAIRRO NOVA BRASILIA

Valor R\$ 4.000,00 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 98/2015 Dispensa 21/2015

Imbituba, 20 de Outubro de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública

Contratante

Imobiliária Leandro e Carol Ltda

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: SEFAZ 2015/158 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEFAZ 2015/158 A00

Contratada: CARLOS AUGUSTO NASCIMENTO E SILVA ME

C.N.P.J:14.752.654/0001-86

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDA-
DES DOS SETORES DE FISCALIZAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SECRE-
TARIA DA FAZENDA DE IMBITUBA, REFERENTE A INSTALAÇÃO DE
UM POSTO FISCAL AVANÇADO NA REGIÃO DA PRAIA DO ROSA
- IBIRAQUERA.

Valor R\$ 1.200,00 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 100/2015 Dispensa 23/2015

Imbituba, 21 de Outubro de 2015.

Ivan Vítório

Secretário Municipal da Fazenda Contratante

Carlos Augusto Nascimento e Silvas me

Representante Legal

Contratada

HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL PMI/CERSP/PSS Nº 13/2015

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL PMI/CERSP/PSS Nº 13/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Senhor JAISON CARDOSO DE SOUZA, no uso de suas atribuições legais e prerrogativas que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município, tendo em vista o Processo Seletivo Simplificado realizado para o preenchimento dos empregos públicos temporários existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura, conforme Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991 e as Leis Complementares n.º 3.135, de 25 de julho de 2007; 3.330, de 30 de abril de 2008; 3.436, de 22 de janeiro de 2009, 4.597, de 21 de agosto de 2015, e por recomendação da Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal – CERSP, HOMOLOGA o resultado final do Processo Seletivo Simplificado objeto do EDITAL PMI/CERSP/PSS N.º 13/2015. Determina, por sua vez, a publicação no órgão oficial, no site da Prefeitura Municipal de Imbituba, no DOM – Diário Oficial dos Municípios, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Imbituba, 22 de outubro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA PMI/GGP Nº 565/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 565, de 20 de outubro de 2015.

Dispõe sobre a Demissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001,

RESOLVE:

Art.1º Demitir por Término de Contrato, a abaixo relacionada, admitida em 15 de abril de 2015, através do Processo Seletivo Simplificado Edital - 18/2014 e PORTARIA PMI/GGP Nº 245/2015, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Nádia Romagna da Rosa	Professora I - 20h	082.453.789-09	12/10/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 20 de outubro de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP Nº 566/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 566, de 21 de outubro de 2015.

Dispõe sobre a admissão de Motorista, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado Edital - 08/2013, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Maycon Alves Pedro	Motorista - 40h	006.314.379-83	21/10/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 21 de outubro de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP Nº 567/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 567, de 22 de outubro de 2015.

Dispõe sobre a admissão de Agente Comunitário de Saúde - PACS, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar n.º 3.135, de 25 de julho de 2007 e Lei Complementar nº 4.177, de 18 de abril de 2013, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 01/2014, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Elisabeth Schultz	Agente Comunitário de Saúde - 40h	402.804.700-53	22/10/2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 22 de outubro de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

CÂMARA MUNICIPAL**ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 045/15**

Ato da Presidência nº 045/15

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 36ª Sessão Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, a realizar-se no dia 26 de Outubro de 2015 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
118	PL nº 4.760/2015	15/10/2015	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Associação de Mães Amigas das Gestantes e Idosas – AMAGI, de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
120	PL nº 4.762/2015	15/10/2015	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	MOÇÃO nº 16/2015	19/10/2015	Legislativo Municipal	Roberto Luiz Rodrigues	Moção de Congratulação ao técnico JOCELI DOS SANTOS pelas relevantes conquistas para o futebol do município de Imbituba.	Ordinário	Única	Única

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 22 de Outubro de 2015.

Indaial

PREFEITURA

EDITAL CONVOCAÇÃO LOA 2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Indaial convida a população Indaialense em geral para Audiência Pública, em cumprimento às disposições estabelecidas pelo art. 48, parágrafo único, da Lei Complementar nº101/00 de 04 de maio de 2000 (redação dada pela Lei Complementar nº131/09), com o objetivo de apresentar e deliberar sobre a LOA – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL do Município de Indaial para o exercício financeiro de 2016, que acontecerá no dia 29 de outubro de 2015, com início às 9:00 horas, nas dependências do Auditório da Prefeitura Municipal de Indaial, segundo piso, sito a Avenida Getúlio Vargas, nº126 - Centro – Indaial/SC.

INDAIAL, em 21 de outubro de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 192/2015

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 192/2015

Edital de Concorrência nº 006/2015-10430

Objeto: Contratação dos serviços de guinchamento, remoção e depósito de veículos apreendidos por infrações de trânsito.

Entrega dos envelopes: 27/11/2015 as 08:15h.

Abertura das propostas: 27/11/2015 as 08:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 007 DO CONTRATO Nº 127/2014

TERMO ADITIVO Nº 007 AO CONTRATO Nº 127/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e as empresas SC ENGENHARIA E GEOTECNOLOGIA LTDA, com sede na cidade de Florianópolis – Estado de Santa Catarina, na Rua Pedro da Cunha, 61 – Capoeiras, inscrita no CNPJ sob nº 05.039.594/0001-68, e AEROCARTA S.A. ENGENHARIA DE AEROLEVANTAMENTOS, com sede na cidade de São Paulo – Estado de São Paulo, na Rua Michigan, 651 – Brooklin, inscrita no CNPJ sob nº 31.332.778/0001-21, que constituem o CONSÓRCIO AERO-INDAIAL, inscrito no CNPJ sob nº 20.146.984/0001-20, do qual ficou designado entre as partes consorciadas a empresa AEROCARTA S.A. ENGENHARIA DE AEROLEVANTAMENTOS, como líder do Consórcio, representada pelos Srs. Massayoshi Assano, brasileiro,

engenheiro agrimensor, inscrito no CPF sob nº478.277.698-53 e Cédula de Identidade nº 4.186.000 SSP/SP, com endereço na rua Brás Leme, nº 2.242, Apto131, Bloco 1, Santana, na cidade de São Paulo – Estado de São Paulo, e Saint-Cler Soares, brasileiro, engenheiro agrimensor, inscrito no CPF sob nº 061.429.908-04 e Cédula de Identidade nº 2.579.439-5 SSP/SP, com endereço na rua Granja Julieta, 9, Apto 124, Granja Julieta, na cidade de São Paulo – Estado de São Paulo, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e justificativa em anexo, a cláusula quinta, item 5.1., do contrato original que tem como objeto a execução dos serviços de engenharia, contemplando a atualização da base cartográfica, atualização do cadastro imobiliário e implantação de sistema de informações geográficas – SIG, incluindo a integração do sistema de geoprocessamento e sistema de informações interno do Município de Indaial, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO DE EXECUÇÃO:

5.1. O prazo de execução dos serviços é de 27 de outubro de 2015 até 29 de dezembro de 2015, conforme cronograma físico-financeiro apresentado pela CONTRATANTE, contados a partir do dia seguinte ao da expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 22 de outubro de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Sérgio Almir dos Santos

Contratante

AEROCARTA S.A. ENGENHARIA Massayoshi Assano Contratada	AEROCARTA S.A. ENGENHARIA DE AEROLEVANTAMENTOS Saint-Cler Soares Contratada
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNI- CÍPIO Silmara Fruet OAB/SC 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1545/2014



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1545/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AHJ6814	54428536E	5010/0	21/05/2014	R\$ 574,61	162 * I
AJB1971	54430478E	6920/0	24/06/2014	R\$ 127,69	233
AJR2694	54430159E	6599/2	15/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
CQR9858	54428485E	6920/0	16/05/2014	R\$ 127,69	233
CYC4657	54428027E	6920/0	30/05/2014	R\$ 127,69	233
LYA9654	55721798D	6912/0	28/05/2014	R\$ 53,20	232
LYA9654	55721799D	5037/1	28/05/2014	R\$ 574,61	162 * III
LYJ6935	55485677E	6726/1	06/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LZP2068	54430231E	6610/2	13/06/2014	R\$ 127,69	230 * VII
LZV6301	54428280E	6599/2	14/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBA3756	54428430E	5010/0	30/05/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBY0100	54430412E	6599/2	20/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCF7811	54430472E	6920/0	24/06/2014	R\$ 127,69	233
MCI2631	54428541E	5010/0	28/05/2014	R\$ 574,61	162 * I
MCY3369	54430230E	5010/0	13/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MCY3369	54430420E	5010/0	02/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MDF2044	55040896D	5169/1	14/06/2014	R\$ 1.915,38	165
MDX6545	54430233E	5010/0	13/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MDX6545	54430234E	5118/0	13/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MGX2003	54428278E	6599/2	06/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHF1081	54429000E	5037/1	21/06/2014	R\$ 574,61	162 * III
MHX6916	54428063E	6599/2	08/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
MKV7059	55485562E	6912/0	03/07/2014	R\$ 53,20	232
NEL4823	54430425E	6912/0	03/07/2014	R\$ 53,20	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 22 DE OUTUBRO DE 2015

JOSE KLOCK

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1549/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1549/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DEA3489	54430078E	6599/2	29/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAN3480	54430244E	7340/0	25/06/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MBF8364	54430607E	6599/2	16/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MEU9839	54430081E	6599/2	29/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MEU9839	54430082E	6912/0	29/06/2014	R\$ 53,20	232
MFE7169	54430437E	6599/2	10/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFO1630	54428983E	6599/2	07/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFO1630	54428984E	5010/0	07/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MFO1630	54428987E	5169/1	07/06/2014	R\$ 1.915,38	165
MJX6574	55485656E	5053/1	30/06/2014	R\$ 191,53	162 * VI
MKY7986	54430658E	5045/0	20/07/2014	R\$ 191,53	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 22 DE OUTUBRO DE 2015

JOSE KLOCK

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1553/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1553/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFS5199	54428464E	6920/0	08/05/2014	R\$ 127,69	233
AUJ5233	54430207E	5010/0	25/05/2014	R\$ 574,61	162 * I
AUJ5233	54430208E	5169/1	25/05/2014	R\$ 1.915,38	165
DWK4365	54428480E	6920/0	09/05/2014	R\$ 127,69	233
GLR1275	54428451E	6920/0	09/05/2014	R\$ 127,69	233
LYT0615	54428496E	6920/0	15/05/2014	R\$ 127,69	233
LZC0132	54428095E	6599/2	18/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCQ9567	54428060E	5037/1	08/05/2014	R\$ 574,61	162 * III
MCQ9567	54428061E	5037/1	08/05/2014	R\$ 574,61	162 * III
MEJ0293	54428160E	5010/0	12/05/2014	R\$ 574,61	162 * I
MFB7232	54428479E	6920/0	08/05/2014	R\$ 127,69	233
MLG0957	54428463E	6920/0	08/05/2014	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 22 DE OUTUBRO DE 2015

JOSE KLOCK

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1557/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1557/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABM9983	54428266E	6700/0	25/05/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
AGR0139	54428187E	6920/0	16/05/2014	R\$ 127,69	233
ALD8083	54428279E	6599/2	10/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
ALZ5111	54428782E	6599/2	18/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
ALZ5111	54428783E	6912/0	18/05/2014	R\$ 53,20	232
BNO3133	54428287E	6599/2	05/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
BPK7212	54428079E	6599/2	12/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
CFC7152	54428173E	6599/2	19/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
HRD2276	54428492E	6920/0	15/05/2014	R\$ 127,69	233
LYG7707	54430090E	5010/0	06/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
LYV8640	54430094E	5274/1	06/07/2014	R\$ 191,53	175
LZI6311	54428462E	6920/0	08/05/2014	R\$ 127,69	233
LZR9433	54428087E	5010/0	16/05/2014	R\$ 574,61	162 * I
LZR9433	54428088E	6610/2	16/05/2014	R\$ 127,69	230 * VII
LZU4827	54430138E	5274/1	11/06/2014	R\$ 191,53	175
MAE9456	54428778E	6637/2	17/05/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MBS9142	54428893E	6599/2	26/04/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCM9693	55485865E	6408/0	04/08/2014	R\$ 85,12	221
MFV3612	55485833E	7340/0	04/08/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MHU8315	54428051E	5010/0	29/04/2014	R\$ 574,61	162 * I
MIS5313	54430403E	5169/1	14/06/2014	R\$ 1.915,38	165
MJX5780	54430507E	5169/1	13/07/2014	R\$ 1.915,38	165
MKJ6312	54428172E	6599/2	19/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
MML6694	54430426E	5045/0	10/07/2014	R\$ 191,53	162 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 22 DE OUTUBRO DE 2015

JOSE KLOCK

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1561/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1561/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGT7721	54428668E	6599/2	24/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
ASX1520	54428037E	6920/0	30/05/2014	R\$ 127,69	233
LXP1374	54430100E	5274/1	15/07/2014	R\$ 191,53	175
LXP1374	54430163E	5274/1	15/07/2014	R\$ 191,53	175
LXP1374	54430164E	6599/2	15/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
LXP1374	54430165E	5010/0	15/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
LZQ7382	54430564E	6599/2	07/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAE0626	54428043E	6920/0	04/06/2014	R\$ 127,69	233
MAG3213	54430122E	5010/0	30/05/2014	R\$ 574,61	162 * I
MAL9868	54430204E	5010/0	25/05/2014	R\$ 574,61	162 * I
MAN6929	54428545E	5045/0	29/05/2014	R\$ 191,53	162 * V
MAW3642	54428033E	6920/0	30/05/2014	R\$ 127,69	233
MBK2393	55040895D	6599/2	14/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBN6487	54427295E	6920/0	13/06/2014	R\$ 127,69	233
MBV1811	54428544E	6912/0	28/05/2014	R\$ 53,20	232
MCV2182	55485960E	6610/2	15/08/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MCV2182	55485961E	6726/1	15/08/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MEG3025	54430969E	6912/0	04/08/2014	R\$ 53,20	232
MGW0982	55485663E	6599/2	02/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MIW4964	54430601E	6599/2	01/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MJD4588	54430134E	6602/0	09/06/2014	R\$ 191,53	230 * VI
MJZ0821	54430404E	6599/2	14/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MJZ0821	54430405E	5010/0	14/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MLA3610	54430292E	6920/0	19/05/2014	R\$ 127,69	233
MLF3475	55485951E	6912/0	11/08/2014	R\$ 53,20	232
MLT4354	54430758E	5010/0	05/07/2014	R\$ 574,61	162 * I

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 22 DE OUTUBRO DE 2015

JOSE KLOCK

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1565/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1565/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAO3045	54430415E	5010/0	20/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
JAA0066	54430077E	5169/1	28/06/2014	R\$ 1.915,38	165
JCB0330	54430990E	6610/2	20/08/2014	R\$ 127,69	230 * VII
LWY0467	54430902E	5010/0	19/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
LWY0467	54430903E	5169/1	19/07/2014	R\$ 1.915,38	165
LYD1766	54430611E	5169/1	25/07/2014	R\$ 1.915,38	165
LZR3144	54430431E	6912/0	10/07/2014	R\$ 53,20	232
MAL2213	54430474E	6920/0	24/06/2014	R\$ 127,69	233
MAL9484	54430447E	6599/2	19/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAL9484	54430448E	5169/1	19/07/2014	R\$ 1.915,38	165
MAL9484	54430449E	5010/0	19/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBC1072	54430312E	6599/2	22/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCC4113	54430304E	6599/2	18/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCD1814	54430143E	5061/0	13/06/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MCD1814	54430145E	5010/0	13/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MCD1814	54430146E	6726/1	13/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MCV2182	55485959E	6556/1	15/08/2014	R\$ 191,53	230 * I
MDJ3495	54429469E	6912/0	19/08/2014	R\$ 53,20	232
MDK3297	54430504E	5010/0	02/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MDW2671	54430313E	6599/2	22/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFE7043	54430309E	6599/2	22/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFE7043	54430310E	5045/0	22/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
MGN4787	54430912E	5010/0	27/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MHT0434	54430005E	6599/2	27/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHT2203	54430070E	6599/2	12/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHT2203	54430071E	5045/0	12/06/2014	R\$ 191,53	162 * V

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIR5790	54430510E	6700/0	23/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
MKG2467	54430618E	5010/0	29/07/2014	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 22 DE OUTUBRO DE 2015

JOSE KLOCK

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1569/2014



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1569/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AEQ8217	54427283E	6920/0	13/06/2014	R\$ 127,69	233
AXX8491	54430466E	6920/0	16/06/2014	R\$ 127,69	233
BZN3059	54430464E	6920/0	16/06/2014	R\$ 127,69	233
GRV0707	55040743D	6610/2	21/06/2014	R\$ 127,69	230 * VII
GRV0707	55040744D	6653/1	21/06/2014	R\$ 127,69	230 * XI
IAZ2388	54430455E	6920/0	16/06/2014	R\$ 127,69	233
IBE8252	55485809E	6599/2	17/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
IFS5711	55485817E	5045/0	23/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
IFS5711	55485818E	6912/0	23/07/2014	R\$ 53,20	232
LWS9191	54430157E	6599/2	20/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
LXJ0633	54430373E	6920/0	06/06/2014	R\$ 127,69	233
LXU8810	54428435E	6912/0	23/06/2014	R\$ 53,20	232
LZG3265	54430917E	6599/2	03/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
LZU4827	54430249E	6920/0	17/06/2014	R\$ 127,69	233
MAI6216	54428989E	5010/0	10/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBV6891	54428980E	5010/0	01/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBX7074	54430424E	6599/2	03/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCK4627	54430961E	5010/0	03/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MCK4627	54430965E	6912/0	03/08/2014	R\$ 53,20	232
MCK4627	54430966E	5061/0	03/08/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MEF8892	54430410E	6599/2	20/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MEF8892	54430411E	5010/0	20/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MEI0288	54430218E	5045/0	01/06/2014	R\$ 191,53	162 * V
MFL2047	55040899D	5169/1	05/07/2014	R\$ 1.915,38	165
MIE9944	54430781E	6599/2	06/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MII8635	54430465E	6920/0	18/06/2014	R\$ 127,69	233

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIZ8824	54430356E	6920/0	05/06/2014	R\$ 127,69	233
MKI8899	54430792E	6610/2	27/07/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MMM0789	54428439E	5010/0	23/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MMM0789	54428440E	5118/0	23/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 22 DE OUTUBRO DE 2015

JOSE KLOCK

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1573/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1573/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CYJ8866	55040750D	6610/2	22/06/2014	R\$ 127,69	230 * VII
DDI3150	54428432E	5169/1	15/06/2014	R\$ 1.915,38	165
LWV1580	54430362E	6920/0	04/06/2014	R\$ 127,69	233
LYZ3918	54427203E	5274/1	01/02/2014	R\$ 191,53	175
LYZ3918	54427204E	6408/0	01/02/2014	R\$ 85,12	221
LZO7518	54429387E	5169/1	30/09/2013	R\$ 1.915,38	165
MAI6216	54428990E	5274/1	10/06/2014	R\$ 191,53	175
MBK1937	54427289E	6920/0	13/06/2014	R\$ 127,69	233
MEI4588	54430769E	5169/1	05/07/2014	R\$ 1.915,38	165
MFL2047	55485673E	6556/1	05/07/2014	R\$ 191,53	230 * I
MFL2047	55485674E	5053/1	05/07/2014	R\$ 191,53	162 * VI
MHT5964	55749348C	6599/2	11/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MIQ4833	54430147E	6599/2	14/06/2014	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 22 DE OUTUBRO DE 2015

JOSE KLOCK

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1577/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1577/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACC7184	54430624E	6912/0	10/08/2014	R\$ 53,20	232
ACC7184	54430625E	5274/1	10/08/2014	R\$ 191,53	175
ACL2286	54430477E	6920/0	24/06/2014	R\$ 127,69	233
APS5584	54430325E	6599/2	16/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
DGI8364	54430977E	5010/0	05/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
DGI8364	54430978E	6769/1	05/08/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
LWY0737	54430523E	6599/2	16/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
LWY0737	54430524E	5045/0	16/08/2014	R\$ 191,53	162 * V
LXP7302	54430623E	6599/2	05/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
LYH5212	54430248E	6920/0	18/06/2014	R\$ 127,69	233
LYK0142	54430421E	6610/1	02/07/2014	R\$ 127,69	230 * VII
LZJ3564	54428449E	6599/2	02/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAT9764	55485984E	6637/2	25/08/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MAW7583	54430702E	6556/1	21/07/2014	R\$ 191,53	230 * I
MBS4777	54430322E	6653/1	09/08/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MBT0370	54430409E	6599/2	20/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCL8965	54430971E	5010/0	04/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MDL7733	54428436E	6599/2	23/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDL7733	54428437E	5010/0	23/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MDL7733	54428438E	5118/0	23/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MDR0344	54430979E	6599/2	06/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDT9642	55485910E	6599/2	09/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MEL6626	55485963E	5010/0	18/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MFE9612	54430511E	6599/2	08/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGB8491	54430301E	5010/0	10/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MGH6413	55486054E	6599/2	29/08/2014	R\$ 191,53	230 * V

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGH6413	55486055E	5010/0	29/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MGS7219	54428676E	5010/0	16/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MGS7219	54428677E	6610/2	16/08/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MGS7219	54428678E	5118/0	16/08/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MGW7183	54430326E	6599/2	21/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGW7183	54430327E	5010/0	21/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MHG2407	54430525E	6653/1	20/08/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MHL7663	54430526E	5010/0	20/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MHQ0630	54429514E	6700/0	20/08/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
MIX9347	54430850E	5169/1	09/08/2014	R\$ 1.915,38	165
MJC8991	54430936E	5045/0	21/08/2014	R\$ 191,53	162 * V
MJL5066	54430622E	6653/1	02/08/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MKM3495	55485931E	6556/1	14/08/2014	R\$ 191,53	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 22 DE OUTUBRO DE 2015

JOSE KLOCK

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1581/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1581/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGS5133	54428018E	6599/2	04/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
LXP3732	55485971E	7358/0	22/08/2014	R\$ 85,12	252 * V
LXR2015	54430206E	5010/0	25/05/2014	R\$ 574,61	162 * I
LYM0179	54430467E	6920/0	23/06/2014	R\$ 127,69	233
MAN6929	54430502E	5045/0	20/06/2014	R\$ 191,53	162 * V
MAZ6373	54430458E	6920/0	17/06/2014	R\$ 127,69	233
MBV9232	55040897D	6599/2	18/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCV4316	54428041E	6920/0	28/05/2014	R\$ 127,69	233
MEC8943	54430407E	6653/1	17/06/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MEY5600	54430551E	7340/0	25/06/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MFZ8303	54430253E	6920/0	27/05/2014	R\$ 127,69	233
MGP0685	54430276E	6920/0	22/05/2014	R\$ 127,69	233
MIV9774	54430272E	6920/0	22/05/2014	R\$ 127,69	233
MLL5038	55720727E	5010/0	21/09/2014	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 22 DE OUTUBRO DE 2015

JOSE KLOCK

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1585/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1585/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXV7993	54428283E	6912/0	30/06/2014	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 22 DE OUTUBRO DE 2015

JOSE KLOCK

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1589/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1589/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ATW1011	54430024E	6912/0	10/09/2014	R\$ 53,20	232
BFB9185	54430631E	6599/2	30/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
CQO6885	54430518E	6599/2	13/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
CQO6885	54430519E	5029/2	13/08/2014	R\$ 957,69	162 * II
IU8125	55485804E	5045/0	16/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
JAX1733	54430441E	6912/0	14/07/2014	R\$ 53,20	232
JPD4847	55720961E	6599/2	01/10/2014	R\$ 191,53	230 * V
KEI2821	54430516E	6912/0	12/08/2014	R\$ 53,20	232
LWV9773	54428299E	6599/2	28/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
LXN2692	54430445E	6912/0	15/07/2014	R\$ 53,20	232
LYT4797	55720965E	6912/0	03/10/2014	R\$ 53,20	232
MAD2884	54430840E	6599/2	28/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAN6929	54430614E	5045/0	28/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
MCI2900	54430837E	5169/1	26/07/2014	R\$ 1.915,38	165
MCI2900	54430838E	5010/0	26/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MCI2900	54430839E	5274/1	26/07/2014	R\$ 191,53	175
MDQ8956	55486176E	6599/2	26/09/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDV9615	54430843E	6599/2	01/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MEY2316	54427192E	5037/1	18/03/2014	R\$ 574,61	162 * III
MFO3312	54427571E	5010/0	28/01/2014	R\$ 574,61	162 * I
MFO3312	54427574E	6556/1	28/01/2014	R\$ 191,53	230 * I
MFO3312	54427575E	5061/0	28/01/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MFY7538	55044088D	5118/0	20/12/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MJJ8063	54430654E	6599/2	11/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MKK0674	54430841E	5045/0	28/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
MLX6884	55720757E	6599/2	10/09/2014	R\$ 191,53	230 * V

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
NEL4823	54428292E	6599/2	13/07/2014	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 22 DE OUTUBRO DE 2015

JOSE KLOCK

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1594/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1594/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXI5608	55720742E	6599/2	29/09/2014	R\$ 191,53	230 * V
LXI5608	55720743E	5045/0	29/09/2014	R\$ 191,53	162 * V
LXO2306	55040392D	6599/2	21/09/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAG9386	54428021E	6920/0	02/06/2014	R\$ 127,69	233
MBG3344	55720554E	6610/2	21/09/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MCK1755	55720922E	6599/2	15/10/2014	R\$ 191,53	230 * V
MEW4079	55720656E	5010/0	18/09/2014	R\$ 574,61	162 * I
MFE2896	54430010E	5169/1	02/08/2014	R\$ 1.915,38	165
MFS7672	55486149E	6599/2	07/10/2014	R\$ 191,53	230 * V
MIH8707	55720527E	6599/2	15/10/2014	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 22 DE OUTUBRO DE 2015

JOSE KLOCK

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1543/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 206 1543/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACW1151	54430074E	5010/0	24/06/2014	162 * I
APV5715	55485894E	6912/0	09/08/2014	232
LXM0559	54430993E	5010/0	24/08/2014	162 * I
LYZ7660	55485991E	5053/1	26/08/2014	162 * VI
MDB5040	54430008E	5169/1	01/08/2014	165
MDB5040	54430009E	5010/0	01/08/2014	162 * I
MFF5007	55485516E	6610/2	26/08/2014	230 * VII
MFF5007	55485517E	6670/0	26/08/2014	230 * XIII
MFV8316	54430952E	6637/2	26/07/2014	230 * IX
MGL0234	54430916E	5010/0	03/08/2014	162 * I
MMM0969	54430999E	6912/0	24/08/2014	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 22 DE OUTUBRO DE 2015

JOSE KLOCK

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1547/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 206 1547/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACJ0603	54429854E	6599/2	27/08/2014	230 * V
AFW6526	54430527E	6912/0	24/08/2014	232
AJI1875	54430964E	5010/0	04/08/2014	162 * I
AKS5840	54429471E	5169/1	30/08/2014	165
ALD4102	54430333E	6599/2	25/08/2014	230 * V
BEL2373	54430513E	6599/2	08/08/2014	230 * V
DFE1256	54430571E	5010/0	07/09/2014	162 * I
DWA5716	55040374D	5045/0	01/09/2014	162 * V
FNA0064	55749347C	5169/1	09/08/2014	165
KNI3851	54428693E	6599/2	27/08/2014	230 * V
KNI3851	54428694E	5045/0	27/08/2014	162 * V
LWW3493	55041978D	6599/2	27/08/2014	230 * V
LYG4410	54430706E	6599/2	03/09/2014	230 * V
LYG4410	54430707E	5037/1	03/09/2014	162 * III
LZI1923	55486074E	5053/1	08/09/2014	162 * VI
LZL5114	54430794E	6599/2	03/08/2014	230 * V
LZS7024	55749350C	6599/2	27/08/2014	230 * V
MAT1151	54430515E	5169/1	09/08/2014	165
MAY8566	54430981E	7358/0	12/08/2014	252 * V
MBL8865	54430939E	6599/2	03/09/2014	230 * V
MDP9402	54430335E	5010/0	25/08/2014	162 * I
MDW1352	54430848E	6599/2	08/08/2014	230 * V
MDY4607	54430962E	5169/1	03/08/2014	165
MEF3084	55749349C	5045/0	23/08/2014	162 * V
MEM9835	54430314E	6602/0	26/07/2014	230 * VI
MFA3736	55040375D	6912/0	02/09/2014	232

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFD1319	55486076E	7340/0	08/09/2014	252 * IV
MFS2738	55041990D	5010/0	01/09/2014	162 * I
MGZ1619	54429860E	5010/0	30/08/2014	162 * I
MHB3958	55720751E	5010/0	09/09/2014	162 * I
MHM1813	55041984D	5010/0	29/08/2014	162 * I
MIG9062	54430703E	5045/0	31/08/2014	162 * V
MIQ6405	54430340E	5010/0	29/08/2014	162 * I
MIT5558	54428687E	6637/2	23/08/2014	230 * IX
MLA3128	54429855E	6599/2	27/08/2014	230 * V
MLI3054	55041992D	5274/1	02/09/2014	175
MLV8484	54430949E	6599/2	03/09/2014	230 * V
MLX9539	54430842E	6912/0	01/08/2014	232
MMC3102	54429858E	5169/1	30/08/2014	165
NEY6780	54430995E	6599/2	24/08/2014	230 * V
NEY6780	54430996E	5010/0	24/08/2014	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 22 DE OUTUBRO DE 2015

JOSE KLOCK

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1551/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 206 1551/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFV8564	54430710E	6599/2	13/09/2014	230 * V
AOH8323	54430853E	5045/0	23/08/2014	162 * V
BHA7296	55040380D	6599/2	09/09/2014	230 * V
BPK2303	54428679E	6599/2	17/08/2014	230 * V
BPK2303	54428680E	5045/0	17/08/2014	162 * V
CRP1996	54430014E	6599/2	10/09/2014	230 * V
DKV0168	55720755E	5045/0	10/09/2014	162 * V
DYF2548	55720711E	5045/0	13/09/2014	162 * V
GKT2137	55720816E	5045/0	17/09/2014	162 * V
HOT5824	54430632E	5010/0	30/08/2014	162 * I
HOT5824	54430633E	6599/2	30/08/2014	230 * V
HOT5824	54430634E	5169/1	20/08/2014	165
KHP9065	54429521E	6599/2	10/09/2014	230 * V
KHP9065	54429522E	6700/0	10/09/2014	230 * XVI
LWW7464	55720501E	6599/2	08/09/2014	230 * V
LWZ6555	54430708E	6599/2	03/09/2014	230 * V
LYH9336	54430346E	6599/2	01/09/2014	230 * V
LYH9336	54430347E	5045/0	01/09/2014	162 * V
LZM3099	55720801E	5010/0	09/09/2014	162 * I
LZR9941	54430629E	5010/0	29/08/2014	162 * I
LZR9941	54430630E	6599/2	29/08/2014	230 * V
LZT6835	55749342C	6599/2	01/08/2014	230 * V
MAA8242	55485927E	5274/1	13/08/2014	175
MAG8444	55486001E	5010/0	27/08/2014	162 * I
MAN6929	54430987E	5045/0	20/08/2014	162 * V
MAN6929	54430988E	6912/0	20/08/2014	232

1 / 3

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAS8934	55486008E	5045/0	29/08/2014	162 * V
MAS8934	55486009E	6599/2	29/08/2014	230 * V
MBL4607	54430937E	5045/0	21/08/2014	162 * V
MCI3627	55486014E	5010/0	01/09/2014	162 * I
MCI9469	54430637E	5045/0	07/09/2014	162 * V
MCO1567	55486031E	7340/0	08/09/2014	252 * IV
MDD7886	54430573E	6912/0	07/09/2014	232
MDI0879	55720716E	6599/2	13/09/2014	230 * V
MDI7449	55720506E	6912/0	17/09/2014	232
MDV2664	55720508E	6599/2	17/09/2014	230 * V
MEC9907	54430980E	6610/2	09/08/2014	230 * VII
MEK6665	55720758E	6599/2	10/09/2014	230 * V
MFE9556	55720753E	5010/0	10/09/2014	162 * I
MFE9556	55720754E	6599/2	10/09/2014	230 * V
MFM2046	54430992E	5045/0	21/08/2014	162 * V
MFR3370	54430577E	5010/0	14/09/2014	162 * I
MFS9287	54430638E	6599/2	10/09/2014	230 * V
MGO6411	55720715E	5010/0	13/09/2014	162 * I
MGT6356	54430022E	6599/2	10/09/2014	230 * V
MGZ1619	55720703E	6602/0	07/09/2014	230 * VI
MGZ1619	55720704E	5061/0	07/09/2014	163 c/c 162 * I
MGZ1619	55720705E	5010/0	07/09/2014	162 * I
MHM1813	55720709E	5169/1	11/09/2014	165
MHR1137	54429516E	6700/0	10/09/2014	230 * XVI
MHR6062	55486072E	6556/1	05/09/2014	230 * I
MKH0762	54430855E	5045/0	03/09/2014	162 * V
MKS0128	54430580E	5010/0	15/09/2014	162 * I
MKS0128	54430581E	6556/5	15/09/2014	230 * I
MLF7284	55720708E	6653/1	10/09/2014	230 * XI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 22 DE OUTUBRO DE 2015

JOSE KLOCK

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1555/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 206 1555/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAW1100	55720553E	5169/1	14/09/2014	165
AFW5279	54429498E	6599/2	17/09/2014	230 * V
CCA6186	54430331E	6653/1	24/08/2014	230 * XI
DQL8762	55720851E	5010/0	21/09/2014	162 * I
GOJ0482	55485947E	6556/1	26/08/2014	230 * I
IGI3156	55040383D	6599/2	13/09/2014	230 * V
ITR7810	55486005E	5045/0	28/08/2014	162 * V
LBK9299	54430951E	5010/0	26/07/2014	162 * I
LWU8194	54430717E	6912/0	23/09/2014	232
LXW2883	55720811E	6599/2	17/09/2014	230 * V
LZM3099	55040385D	5010/0	17/09/2014	162 * I
MAB5510	55720732E	5010/0	21/09/2014	162 * I
MBK8651	55040391D	6556/1	21/09/2014	230 * I
MBQ3132	54429490E	6599/2	17/09/2014	230 * V
MDV3035	54429487E	6599/2	17/09/2014	230 * V
MEW1405	55720712E	5010/0	13/09/2014	162 * I
MEW1405	55720713E	6599/2	13/09/2014	230 * V
MFA4254	54429486E	6599/2	17/09/2014	230 * V
MGD9556	55720723E	6599/2	17/09/2014	230 * V
MGX2003	55720803E	5045/0	09/09/2014	162 * V
MIN7548	55720735E	5010/0	22/09/2014	162 * I
MIN7548	55720736E	6912/0	22/09/2014	232
MIN7548	55720737E	5045/0	22/09/2014	162 * V
MIN7548	55720739E	5029/2	22/09/2014	162 * II
MIZ9629	54430582E	5010/0	16/09/2014	162 * I
MJJ3428	54430713E	6912/0	23/09/2014	232

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJK6765	55720814E	5045/0	17/09/2014	162 * V
MJY6238	54429482E	6599/2	17/09/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 22 DE OUTUBRO DE 2015

JOSE KLOCK

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1559/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 206 1559/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEK1864	54430947E	6599/2	03/09/2014	230 * V
BIV8790	54429852E	6599/2	27/08/2014	230 * V
BZD3109	55040394D	6599/2	21/09/2014	230 * V
CWC1381	54430329E	6610/2	24/08/2014	230 * VII
DRA5558	54428674E	6548/0	08/08/2014	229
HWL2426	54430718E	6912/0	23/09/2014	232
IHB9115	55486045E	6912/0	10/09/2014	232
LZQ7315	55720561E	6599/2	23/09/2014	230 * V
MAE9487	55486173E	5045/0	26/09/2014	162 * V
MAL1149	55486088E	6556/1	10/09/2014	230 * I
MAW0865	54428686E	6653/1	23/08/2014	230 * XI
MBZ9672	54430341E	5045/0	30/08/2014	162 * V
MCS2263	55720741E	6599/2	29/09/2014	230 * V
MDF2044	55720654E	5010/0	14/09/2014	162 * I
MDK3297	54430334E	5010/0	25/08/2014	162 * I
MDL7733	54430339E	5010/0	29/08/2014	162 * I
MDL7733	54430635E	5010/0	06/09/2014	162 * I
MEK4362	55720706E	6653/1	07/09/2014	230 * XI
MEM6865	55720756E	6599/2	10/09/2014	230 * V
MEV9475	55486095E	6599/2	11/09/2014	230 * V
MEX8472	54430012E	6599/2	02/09/2014	230 * V
MEX8472	54430013E	5010/0	02/09/2014	162 * I
MFJ1887	55041991D	6602/0	02/09/2014	230 * VI
MFO6140	55040398D	5010/0	25/09/2014	162 * I
MFO8405	55041994D	6599/2	02/09/2014	230 * V
MHA9672	55041993D	5274/1	02/09/2014	175

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHM1813	55041985D	5061/0	29/08/2014	163 c/c 162 * I
MHO0393	55040390D	6599/2	21/09/2014	230 * V
MHR9784	55720852E	5169/1	22/09/2014	165
MHY1735	54429472E	6599/2	30/08/2014	230 * V
MIV5957	55041996D	6912/0	01/10/2014	232
MKA4536	54430348E	6599/2	01/09/2014	230 * V
MLT4344	55485772E	7340/0	25/09/2014	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 22 DE OUTUBRO DE 2015

JOSE KLOCK

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1563/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 206 1563/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AIX4513	55486065E	6599/2	02/09/2014	230 * V
CWK6123	55720815E	6599/2	21/09/2014	230 * V
LWZ5317	55041995D	6599/2	03/09/2014	230 * V
LXR2602	55720824E	5010/0	05/10/2014	162 * I
LYQ7258	55720806E	6599/2	13/09/2014	230 * V
LYQ7258	55720807E	5010/0	13/09/2014	162 * I
LZP8579	54430023E	6912/0	10/09/2014	232
MAM2567	55720747E	6599/2	03/10/2014	230 * V
MDP2195	54430639E	6599/2	10/09/2014	230 * V
MED7255	54430026E	5010/0	22/09/2014	162 * I
MED7255	54430027E	6599/2	22/09/2014	230 * V
MEI4219	54430636E	5010/0	07/09/2014	162 * I
MEK9028	55720707E	5045/0	09/09/2014	162 * V
MFO3487	55720822E	5010/0	05/10/2014	162 * I
MFO3487	55720823E	6599/2	05/10/2014	230 * V
MFR0254	55720710E	6653/1	13/09/2014	230 * XI
MGJ8902	55720518E	6912/0	01/10/2014	232
MGS6812	55720516E	6602/0	29/09/2014	230 * VI
MHF8443	55720510E	5045/0	18/09/2014	162 * V
MHX5994	54430025E	6599/2	16/09/2014	230 * V
MKP1615	54429523E	6599/2	10/09/2014	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 22 DE OUTUBRO DE 2015

JOSE KLOCK

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1567/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 206 1567/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABX1861	55720920E	5010/0	13/10/2014	162 * I
AQI0556	54429495E	6912/0	17/09/2014	232
AQQ8248	54429483E	6602/0	17/09/2014	230 * VI
BPT1121	55040388D	5010/0	21/09/2014	162 * I
CFK0676	55721001E	5010/0	07/10/2014	162 * I
CSJ6732	55720979E	6599/2	11/10/2014	230 * V
CSJ6732	55720980E	5045/0	11/10/2014	162 * V
CYT8866	55720910E	6610/2	07/10/2014	230 * VII
CZQ2986	55720810E	6599/2	17/09/2014	230 * V
DEC1733	55720714E	6599/2	13/09/2014	230 * V
HOW1299	55720836E	6599/2	12/10/2014	230 * V
IHN3630	54429489E	6599/2	17/09/2014	230 * V
IOQ1736	54429480E	6912/0	17/09/2014	232
IOY8307	54430683E	6599/2	01/10/2014	230 * V
LXM7624	55720724E	6912/0	17/09/2014	232
LXX1992	55720839E	6599/2	12/10/2014	230 * V
LZG3026	55720808E	6912/0	13/09/2014	232
LZO4917	55485950E	6599/2	26/08/2014	230 * V
LZX2182	55041998D	6599/2	09/10/2014	230 * V
MAJ6223	55720971E	6599/2	09/10/2014	230 * V
MBL4683	55721015E	5010/0	12/10/2014	162 * I
MBL4683	55721016E	6610/2	12/10/2014	230 * VII
MBM1809	55720719E	5169/1	13/09/2014	165
MBN2979	55720825E	5010/0	07/10/2014	162 * I
MBP2786	55720602E	6599/2	21/09/2014	230 * V
MCK0561	55720655E	5010/0	16/09/2014	162 * I

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCL9689	55720804E	6599/2	14/09/2014	230 * V
MCL9689	55720809E	6912/0	14/09/2014	232
MCM5167	55040400D	6599/2	03/10/2014	230 * V
MCY3369	55720730E	5010/0	21/09/2014	162 * I
MDG7772	55720830E	6602/0	07/10/2014	230 * VI
MDM2475	54429493E	6599/2	17/09/2014	230 * V
MEY5364	54430538E	5010/0	08/10/2014	162 * I
MEY5364	54430539E	6599/2	08/10/2014	230 * V
MFR3370	55720826E	5010/0	07/10/2014	162 * I
MFR3370	55720913E	5010/0	07/10/2014	162 * I
MGJ4848	55720504E	6610/2	17/09/2014	230 * VII
MGJ4848	55720505E	6912/0	17/09/2014	232
MHQ1453	55720919E	6599/2	12/10/2014	230 * V
MHZ0506	55720507E	6599/2	17/09/2014	230 * V
MIC2866	54430682E	6599/2	01/10/2014	230 * V
MIE4556	54430719E	6599/2	23/09/2014	230 * V
MJK0016	54429494E	6599/2	17/09/2014	230 * V
MJW8212	54429492E	6599/2	17/09/2014	230 * V
MKE6977	55720975E	6599/2	09/10/2014	230 * V
MKO6766	55720968E	6599/2	09/10/2014	230 * V
MKP2067	55720908E	6599/2	07/10/2014	230 * V
MKS8982	54430578E	6912/0	15/09/2014	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 22 DE OUTUBRO DE 2015

JOSE KLOCK

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1571/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 206 1571/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEJ5231	55720525E	6599/2	09/10/2014	230 * V
AFT6059	55720661E	5169/1	04/10/2014	165
DFN7634	54430541E	5045/0	21/10/2014	162 * V
LWY1430	55485614E	6599/2	04/10/2014	230 * V
LWZ1067	55720658E	6599/2	02/10/2014	230 * V
LXH0250	55720659E	5010/0	04/10/2014	162 * I
LXH0250	55720660E	6610/2	04/10/2014	230 * VII
LXU2795	55486459E	6599/2	11/10/2014	230 * V
LXU8207	55720523E	6700/0	09/10/2014	230 * XVI
LYL7230	55720657E	6653/1	21/09/2014	230 * XI
LZK6436	55720978E	6599/2	09/10/2014	230 * V
LZY4214	55721023E	5010/0	19/10/2014	162 * I
LZY4214	55721024E	6599/2	19/10/2014	230 * V
MDM0137	55040386D	6599/2	17/09/2014	230 * V
MDO5025	55720987E	6599/2	21/10/2014	230 * V
MDY5814	55720538E	6602/0	10/10/2014	230 * VI
MEK2306	55720575E	6610/2	16/10/2014	230 * VII
MFP4367	54430540E	6912/0	17/10/2014	232
MGD6939	55486136E	7340/0	02/10/2014	252 * IV
MGX9997	55720954E	6912/0	01/10/2014	232
MHB6477	55720570E	6599/2	09/10/2014	230 * V
MIA6035	55720531E	5045/0	15/10/2014	162 * V
MID5496	55720985E	6599/2	20/10/2014	230 * V
MKO9437	55720522E	6912/0	09/10/2014	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 22 DE OUTUBRO DE 2015

JOSE KLOCK

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1575/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 206 1575/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AIE5215	55486127E	6637/2	30/09/2014	230 * IX
IOV7982	55720740E	6912/0	29/09/2014	232
MBV0356	55720819E	6599/2	26/09/2014	230 * V
MFM2046	55720817E	6599/2	26/09/2014	230 * V
MFM2046	55720818E	5010/0	26/09/2014	162 * I
MIC6861	55040384D	5010/0	01/10/2014	162 * I
MJZ4547	55720955E	6599/2	01/10/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 22 DE OUTUBRO DE 2015

JOSE KLOCK

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1579/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 206 1579/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
HWH6375	55720996E	6599/2	23/10/2014	230 * V
HZV4375	55720905E	5010/0	27/09/2014	162 * I
HZV4375	55720906E	6599/2	27/09/2014	230 * V
LXG1308	55720603E	5010/0	16/10/2014	162 * I
LXG1308	55720604E	6580/0	16/10/2014	230 * IV
LXG1308	55720605E	6599/2	16/10/2014	230 * V
LXM5596	55720612E	5169/1	24/10/2014	165
LXM5596	55720613E	6912/0	24/10/2014	232
LXU3441	55720820E	5010/0	05/10/2014	162 * I
LZY5356	55720849E	6599/2	24/10/2014	230 * V
LZY5356	55720850E	5045/0	24/10/2014	162 * V
MAE2610	55720857E	5010/0	18/10/2014	162 * I
MAG2794	55720924E	5010/0	15/10/2014	162 * I
MAS0889	55720881E	5029/1	30/10/2014	162 * II
MAS0889	55720883E	5045/0	30/10/2014	162 * V
MAS0889	55720884E	5274/1	30/10/2014	175
MAT2192	55721032E	6599/2	28/10/2014	230 * V
MBR7073	55721007E	5010/0	11/10/2014	162 * I
MBR7073	55721008E	6912/0	11/10/2014	232
MBS4777	55720669E	6599/2	26/10/2014	230 * V
MCV3270	55720868E	6599/2	26/10/2014	230 * V
MDG0990	55721037E	6599/2	31/10/2014	230 * V
MEB4749	55720873E	6599/2	26/10/2014	230 * V
MEY8167	55721031E	6912/0	27/10/2014	232
MGF5405	54429536E	7340/0	03/11/2014	252 * IV
MGQ6971	55720841E	6599/2	23/10/2014	230 * V

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGQ6971	55720842E	5010/0	23/10/2014	162 * I
MHH0725	55720891E	6599/2	30/10/2014	230 * V
MHJ2047	55720760E	5010/0	27/10/2014	162 * I
MHJ2047	55720761E	6912/0	27/10/2014	232
MHQ5828	55721035E	5010/0	31/10/2014	162 * I
MHW0947	55720616E	6912/0	30/10/2014	232
MIJ2597	55720587E	6599/2	24/10/2014	230 * V
MIK1597	55721036E	6599/2	31/10/2014	230 * V
MJW6666	55721030E	6599/2	27/10/2014	230 * V
MJX2057	55720821E	6599/2	05/10/2014	230 * V
MKB4315	55720586E	6599/2	24/10/2014	230 * V
MKG2467	55720866E	6599/2	20/10/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 22 DE OUTUBRO DE 2015

JOSE KLOCK

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1583/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 206 1583/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADV9562	54430650E	6599/2	23/10/2014	230 * V
BGU1516	55720914E	6599/2	11/10/2014	230 * V
LYO8080	55720907E	5010/0	03/10/2014	162 * I
LZR1484	55721019E	5169/1	16/10/2014	165
MAV9353	55720981E	6912/0	11/10/2014	232
MCE2307	55720837E	6599/2	12/10/2014	230 * V
MF11638	54430646E	5010/0	07/10/2014	162 * I
MFJ1638	54430647E	5010/0	07/10/2014	162 * I
MFQ0834	55720974E	6599/2	09/10/2014	230 * V
MHU1501	55720915E	6556/1	11/10/2014	230 * I
MHU6661	55720573E	5169/1	11/10/2014	165
MIU0167	55720911E	6653/1	07/10/2014	230 * XI
MLK9597	55721010E	6599/2	11/10/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 22 DE OUTUBRO DE 2015

JOSE KLOCK

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1587/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 206 1587/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACJ3208	55486265E	5045/0	17/11/2014	162 * V
ACJ3208	55486266E	6556/1	17/11/2014	230 * I
AYR1997	55721119E	6599/2	12/11/2014	230 * V
BEL8337	55720994E	6912/0	22/10/2014	232
BRD7343	55486193E	6556/1	08/10/2014	230 * I
CLN7222	55720938E	6599/2	12/11/2014	230 * V
HSM0207	55720526E	6599/2	15/10/2014	230 * V
LWW9005	55720766E	5010/0	08/11/2014	162 * I
LWW9005	55720767E	6599/2	08/11/2014	230 * V
LXF3154	55721041E	6599/2	02/11/2014	230 * V
LXI9927	55721112E	5010/0	09/11/2014	162 * I
LXN9441	55486184E	6645/0	02/10/2014	230 * X
LYM5947	55720569E	6912/0	09/10/2014	232
LYS7096	55720665E	6653/1	19/10/2014	230 * XI
LZC0132	55721111E	7285/0	05/11/2014	250 * III
LZJ0228	54429865E	5010/0	22/10/2014	162 * I
LZJ0228	54429866E	5061/0	22/10/2014	163 c/c 162 * I
MAS8677	55720598E	6599/2	06/11/2014	230 * V
MAV1220	55721105E	6599/2	04/11/2014	230 * V
MBZ7907	55720528E	6599/2	15/10/2014	230 * V
MCK1797	55721039E	6599/2	02/11/2014	230 * V
MCK1797	55721040E	6637/2	02/11/2014	230 * IX
MCN0841	55720894E	5010/0	05/11/2014	162 * I
MDC2497	55720993E	6599/2	22/10/2014	230 * V
MDJ6750	55721206E	6599/2	10/11/2014	230 * V
MDM8977	55485625E	6556/1	06/11/2014	230 * I

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDO1415	55486221E	6599/2	13/11/2014	230 * V
MDR7731	55486467E	6408/0	15/10/2014	221
MEH7121	55486252E	6408/0	12/11/2014	221
MEQ6317	55720664E	6769/2	19/10/2014	230 * XXII
MFI7871	55721152E	6599/2	12/11/2014	230 * V
MFY7101	55720879E	5274/1	27/10/2014	175
MGB2308	54429539E	5010/0	06/11/2014	162 * I
MGB2308	54429540E	6599/2	06/11/2014	230 * V
MGL0234	55720576E	5010/0	17/10/2014	162 * I
MGL1441	55720992E	6653/1	22/10/2014	230 * XI
MGT4633	55720529E	6599/2	15/10/2014	230 * V
MHI0516	55720771E	5010/0	08/11/2014	162 * I
MHI0516	55720772E	5061/0	08/11/2014	163 c/c 162 * I
MHJ2047	55721116E	5010/0	09/11/2014	162 * I
MHJ4818	55721205E	6912/0	06/11/2014	232
MHO3683	55721110E	6637/2	08/11/2014	230 * IX
MHX1817	55721151E	6599/2	12/11/2014	230 * V
MIO6637	55721052E	5045/0	08/11/2014	162 * V
MKT7369	55486191E	7323/2	07/10/2014	252 * II
MMM9574	55486142E	7340/0	06/10/2014	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 22 DE OUTUBRO DE 2015

JOSE KLOCK

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1591/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 206 1591/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXC6568	55721104E	6599/2	04/11/2014	230 * V
LXZ7306	55720937E	6556/4	10/11/2014	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 22 DE OUTUBRO DE 2015

JOSE KLOCK

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1592/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 206 1592/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACF4316	55486351E	5045/0	21/11/2014	162 * V
ACF4316	55486352E	5096/0	21/11/2014	163 c/c 162 * V
ADT5687	54430700E	6599/2	29/11/2014	230 * V
AIF5989	55485536E	6599/2	04/12/2014	230 * V
AJE2157	55486502E	5010/0	26/11/2014	162 * I
ALK3469	55485533E	6599/2	02/12/2014	230 * V
CJD9274	55721026E	6912/0	23/10/2014	232
CYD5533	54429530E	6599/2	30/10/2014	230 * V
DAJ1559	55486370E	6637/2	02/12/2014	230 * IX
HWZ1341	55720944E	7579/0	30/11/2014	277
IGU5299	55486396E	6599/2	05/12/2014	230 * V
IHL1961	55720847E	6599/2	23/10/2014	230 * V
IHL1961	55720848E	5045/0	23/10/2014	162 * V
IKT7383	55486549E	6599/2	05/12/2014	230 * V
LWS1399	55721120E	6599/2	02/12/2014	230 * V
LWW4270	55486283E	6599/2	21/11/2014	230 * V
LWW4270	55486284E	6556/1	21/11/2014	230 * I
LXJ4408	55721256E	5045/0	30/11/2014	162 * V
LXT2626	54430858E	6599/2	22/11/2014	230 * V
LXT2626	54430860E	5045/0	22/11/2014	162 * V
LXX4686	54429544E	6599/2	11/11/2014	230 * V
LXX4686	54429545E	6556/1	11/11/2014	230 * I
LYT0612	55486533E	6556/1	03/12/2014	230 * I
LYT1642	54430696E	6599/2	28/11/2014	230 * V
LYU7782	55721156E	5045/0	03/12/2014	162 * V
LZG3897	55721254E	5045/0	14/11/2014	162 * V

1 / 3

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZP1130	54430544E	6912/0	31/10/2014	232
MBA7597	55720941E	6599/2	24/11/2014	230 * V
MBA7597	55720942E	5010/0	24/11/2014	162 * I
MBG3344	55720845E	6912/0	23/10/2014	232
MBK1937	55720995E	6599/2	23/10/2014	230 * V
MBL3270	55720846E	6599/2	23/10/2014	230 * V
MCC2967	55720997E	6599/2	23/10/2014	230 * V
MCT4979	55721213E	6912/0	28/11/2014	232
MCY4299	54430864E	5010/0	28/11/2014	162 * I
MCY4299	54430866E	5118/0	28/11/2014	164 c/c 162 * I
MDE6147	54430649E	5010/0	20/10/2014	162 * I
MDL6527	55721101E	6599/2	04/11/2014	230 * V
MDS1653	54430730E	6599/2	25/10/2014	230 * V
MDS1653	54430731E	5045/0	25/10/2014	162 * V
MDU5347	55720940E	5045/0	20/11/2014	162 * V
MEJ0293	55721051E	5010/0	23/10/2014	162 * I
MEJ2898	55486358E	6912/0	27/11/2014	232
MEU1728	55721123E	6599/2	06/12/2014	230 * V
MEU1728	55721124E	5010/0	06/12/2014	162 * I
MEX4851	55720674E	5010/0	11/11/2014	162 * I
MEX4851	55720676E	6556/4	11/11/2014	230 * I
MFE9589	55485535E	6599/2	03/12/2014	230 * V
MFF1717	54429534E	6700/0	31/10/2014	230 * XVI
MFI0431	55720762E	5045/0	31/10/2014	162 * V
MFO1173	55720929E	6599/2	27/10/2014	230 * V
MFQ5773	55721045E	5169/1	06/11/2014	165
MFV6786	55486556E	5010/0	06/12/2014	162 * I
MFV6786	55486557E	6599/2	06/12/2014	230 * V
AFX3198	55486299E	6408/0	26/11/2014	221
MGN1244	55720859E	6599/2	18/10/2014	230 * V
MGQ3668	54430685E	6599/2	17/11/2014	230 * V
MGT0121	55720900E	5274/1	12/11/2014	175
MHC5048	55721202E	6599/2	06/11/2014	230 * V
MHD0095	55720998E	5045/0	30/10/2014	162 * V
MHD0095	55720999E	6599/2	30/10/2014	230 * V
MHF0003	55720844E	6599/2	23/10/2014	230 * V
MHI4733	55486383E	6556/1	04/12/2014	230 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHX8798	55486372E	6599/2	02/12/2014	230 * V
MIB6037	54430549E	6599/2	10/11/2014	230 * V
MIJ0532	55486342E	5274/1	20/11/2014	175
MIJ0532	55486344E	5010/0	20/11/2014	162 * I
MJC7579	55486526E	6726/1	02/12/2014	230 * XVIII
MJK8978	55720874E	5010/0	27/10/2014	162 * I
MJQ7491	55486543E	7340/0	04/12/2014	252 * IV
MJW6293	55720930E	5010/0	27/10/2014	162 * I
MKM7803	55721153E	6912/0	20/11/2014	232
MKM7803	55721154E	6602/0	20/11/2014	230 * VI
MKP0108	55721212E	6912/0	20/11/2014	232
MLH3943	55720867E	6599/2	22/10/2014	230 * V
MLH9738	55721203E	6599/2	06/11/2014	230 * V
MLL5038	55721113E	5010/0	09/11/2014	162 * I
MLP6008	54429549E	5010/0	11/11/2014	162 * I
MLP6008	54429550E	6599/2	11/11/2014	230 * V
MLP6008	55720776E	5061/0	11/11/2014	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 22 DE OUTUBRO DE 2015

JOSE KLOCK

DELEGADO DE POLICIA

Iomerê

PREFEITURA

PORTARIA 2625/2015

PORTARIA Nº. 2625 DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.
Concede Progressão Funcional à Servidora
VERA LUCIA GELAIN VIGOLO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Processo Administrativo:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Progresso funcional a servidora VERA LUCIA GELAIN VIGOLO, sendo pago mensalmente a partir do mês de outubro de 2015, 02% sobre o salário base a título de Progressão Funcional por Curso de Aperfeiçoamento.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 08 de outubro de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2626/2015

PORTARIA Nº. 2626 DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.
Concede Progressão Funcional à Servidora
TEJIANE LEILA HENNE PASTORE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Processo Administrativo:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Progresso funcional a servidora TEJIANE LEILA HENNE PASTORE, sendo pago mensalmente a partir do mês de outubro de 2015, 02% sobre o salário base a título de Progressão Funcional por Curso de Aperfeiçoamento.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 08 de outubro de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2627/2015

PORTARIA Nº. 2627 DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.
Concede Progressão Funcional à Servidora
SIMONE CANTU ENTOFANTI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Processo Administrativo:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Progresso funcional a servidora SIMONE CANTU ENTOFANTI., sendo pago mensalmente a partir do mês de outubro de 2015, 02% sobre o salário base a título de Progressão Funcional por Curso de Aperfeiçoamento.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 08 de outubro de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2628/2015

PORTARIA Nº. 2628 DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.
Concede Progressão Funcional à Servidora
JUDITE BARICHELO BORGIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Processo Administrativo:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Progresso funcional a servidora JUDITE BARI-CHELLO BORGIA sendo pago mensalmente a partir do mês de outubro de 2015, 02% sobre o salário base a título de Progressão Funcional por Curso de Aperfeiçoamento.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 08 de outubro de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2629/2015

PORTARIA Nº. 2629 DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

Concede Progressão Funcional à Servidora
EDINA NAVA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Processo Administrativo:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Progresso funcional a servidora EDINA NAVA sendo pago mensalmente a partir do mês de outubro de 2015, 02% sobre o salário base a título de Progressão Funcional por Curso de Aperfeiçoamento.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 08 de outubro de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2630/2015

PORTARIA Nº 2530 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a Conselheira Tutelar Maristela Crestani pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de janeiro 2014 a janeiro de 2015 a contar de 03/02/2015 a 04/03/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 02 de fevereiro de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2631/2015

PORTARIA Nº. 2631 DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

Concede Progressão Funcional à Servidora
INES KUMIECHICK MARIANI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Processo Administrativo:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Progresso funcional a servidora INES KUMIECHICK MARIANI sendo pago mensalmente a partir do mês de outubro de 2015, 02% sobre o salário base a título de Progressão Funcional por Curso de Aperfeiçoamento.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 08 de outubro de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2632/2015

PORTARIA Nº 2632 DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora JUSSARA TIEPO, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 21/05/2014 a 20/05/2015 a contar de 15/10/2015 a 13/11/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 15 de outubro de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2633/2015

PORTARIA Nº 2633 DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora ISABELA RECH BISCARO, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/02/2014 a 03/01/2015 a contar de 19/10/2015 a 18/11/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 15 de outubro de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2634/2015

PORTARIA Nº 2634 DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

Afasta servidor público

LUCIANO PAGANINI, Prefeito do Município de Iomerê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º. Afastar por aposentadoria a servidora LORENI MARTA ZARDO, inscrita no CPF sob nº 387.139.269-34, do cargo efetivo de

Técnico de Expediente

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 15 de outubro de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2635/2015

PORTARIA Nº 2635 DE 16 DE OUTUBRO DE 2015

Designa o Servidor JOSELITO LUIZ MUNARO, como responsável pelos serviços do Movimento Econômico Agropecuário do Município de Iomerê.

LUCIANO PAGANINI, Prefeito do Município de Iomerê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor JOSELITO LUIZ MUNARO como responsável pelos serviços do Movimento Econômico Agropecuário do Município.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 16 de outubro de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2636/2015

PORTARIA Nº 2636 DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor RILDO ZANINI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 04/11/2013 a 03/11/2014 a contar de 19/10/2015 a 18/11/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 15 de outubro de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2637/2015

PORTARIA Nº 2637 DE 16 DE OUTUBRO DE 2015

Designa SHAIANE HARZ, como coordenadora do Telecentro Comunitário do Município de Iomerê.

LUCIANO PAGANINI, Prefeito do Município de Iomerê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º. Designar SHAIANE HARZ, como coordenadora do Telecentro Comunitário do Município.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 30 de setembro de 2015, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 16 de outubro de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Ipumirim

PREFEITURA

DECRETO N.º 2171 DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

REAJUSTA TABELA PRÓPRIA PARA A REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS REALIZADOS COM EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE IPUMIRIM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe são conferidas por lei e de conformidade com o que preceitua o art. 3º, da Lei Municipal 1744 de 18 de setembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º. Ficam reajustados os valores da tabela própria para remuneração de serviços realizados com máquinas e equipamentos do Município de Ipumirim, constantes no anexo I da presente decreto;

Art. 2º. O índice utilizado para o reajuste foi INPC acumulado nos últimos 12 meses, correspondente a 9,9038%, conforme discriminado no anexo II;

Art. 3º. Os valores serão arredondados com o objetivo de facilitar o cálculo;

Art. 4º. O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ipumirim-SC, 20 de outubro de 2015

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 415/2015 DE 20 DE OUTUBRO DE 2015.

CONCEDE FERIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A ADRIANA BORTOLANZA, matrícula 1852, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 06/07/2013 a 05/07/2014 e gozo de 28/10/2015 a 26/11/2015.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 28/10/2015.

Ipumirim - SC, 20 de outubro de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 416/2015 DE 20 DE OUTUBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

SIMONI CHIOTTI, Matrícula 2398-1, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4134484 e do CPF 069.188.989-90, com nomeação para o cargo de Enfermeira (o), constante no Anexo II, Grupo B - Serviços Técnicos Profissionais, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 002/2002., nível salarial NÍVEL CE 180, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 178/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 27 de outubro de 2015.

Ipumirim - SC, 20 de outubro de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 60/2015, TOMADA DE PREÇOS Nº 6/2015/PM

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 6/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 60/2015

VALDIR ZANELLA - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, Licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, com entrega dos envelopes fixada para até às 17:00:00 horas do dia 11/11/2015 para os interessados com certificado cadastral vigente e até às 17:00 horas do dia 08/11/2015 ou dia útil imediatamente anterior para os interessados que não possuírem cadastro ou estiverem com o cadastro de fornecedor vencido. A abertura dos envelopes contendo a documentação é prevista para às 09:00:00 do dia 12/11/2015. Objeto da licitação: Contratação de empresa para execução de pavimentação asfáltica (mão de obra + material) de parte da Rua João Pedro Haas (prolongamento indicado em projeto), com a área de 2.608,00m², conforme Projeto, Planilha e Memorial Descritivo, anexo ao Edital. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 22/10/2015

VALDIR ZANELLA

PREFEITO MUNICIPAL

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.876/2015

Decreto nº 2.876/2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL

SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº Lei nº 1.828/2014 de 17 de dezembro de 2014

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada que tem previsão de dispêndio no exercício dos valores atribuídos no montante de R\$ 6.800,00 (Seis mil e oitocentos reais).

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
02 – PODER EXECUTIVO		
10 – SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO		
2.020 – Manutenção de Programas de Assistência Social		
3.3.90.00.00.00.00.00.0100 (127)	Aplicações Diretas	R\$ 6.800,00
T O T A L		R\$ 6.800,00

Art. 2º - Por conta da suplementação prevista no artigo anterior, fica anulada a dotação a seguir especificada:

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
02 – PODER EXECUTIVO		
10 – SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO		
2.020 – Manutenção de Programas de Assistência Social		
3.3.50. 00.00.00.00.00.00.0100 (126)	Aplicações Diretas	R\$ 6.800,00
T O T A L		R\$ 6.800,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 20 de outubro de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2.877/2015

Decreto nº 2.877/2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL

SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº Lei nº 1.828/2014 de 17 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito especial no Orçamento da Prefeitura Municipal de Irineópolis – Fundo Municipal de Saúde, no exercício corrente, no montante de R\$ 11.034,05 (Onze mil trinta e quatro reais e cinco centavos) conforme discriminação seguinte:

03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS		
04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.039 – Manutenção do Programa Vigilância Sanitária		
3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.021 8 000000	Aplicações Diretas	R\$ 11.034,05

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito citado acima serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior, apurado por fonte de recurso.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 20 de outubro de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2.878/2015

Decreto nº 2.878/2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL

SUPLEMENTAR POR EXCESSO DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº Lei nº 1.828/2014 de 17 de dezembro de 2014

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada que tem previsão de dispêndio no exercício dos valores atribuídos no montante de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais).

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
02 – PODER EXECUTIVO		
05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.006 – Manutenção do Ensino Fundamental		
3.3.90.00.00.00.00.00.0189 (36)	Aplicações Diretas	R\$ 80.000,00
T O T A L		R\$ 80.000,00

Art. 2º - Por conta da suplementação prevista no artigo anterior, será utilizado o excesso de arrecadação ocorrido no exercício na respectiva fonte.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 21 de outubro de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 13/2015

PREGÃO PRESENCIAL N.º 05/2015

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 16 de novembro de 2015, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, com critério de adjudicação Menor Preço por item de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, PARA USO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2016, COM ENTREGA PARCELADA. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 20 de outubro de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Itá

PREFEITURA

NOTIFICAÇÃO DE RECURSOS ESTADUAIS

COMUNICADO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS ESTADUAIS

O MUNICÍPIO DE ITÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.024.240/0001-53, com sede administrativa na praça Dr. Aldo Ivo Stumpf nº100, Centro, nesta cidade de Itá, Estado de Santa Catarina, COMUNICA a todos interessados a liberação de crédito no montante total de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), liberados em 20/10/2015, depositados no Banco do Brasil, em conta vinculada ao Convênio nº 2014TR002720, cujo objeto refere-se à reforma do Terminal Rodoviário do Município de Itá - SC, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Seara e o Município de Itá.

Itá - SC, 20 de outubro de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

QUADRO DE VAGAS - PROCESSO SELETIVO 004/2015

QUADRO DE VAGAS

PROCESSO SELETIVO 004/2015

· Educação Infantil, Séries Iniciais e Finais do Ensino Fundamental

ÍTEM	DISCIPLINA	VAGAS	CARGA HORÁRIA
01	Pedagogia	09	20hs
02	Língua Portuguesa	02	20hs
03	Matemática	01	20hs
04	Inglês	Cadastro Reserva	
05	Geografia	01	15hs
06	História	01	20hs
08	Educação Física	04	20hs
09	Música	01	20hs
		01	15hs
10	Informática	01	20hs

· Ensino Médio

ÍTEM	DISCIPLINA	VAGAS	AULAS
01	Língua Portuguesa	01	26 aulas
02	Matemática	01	16 aulas
03	Inglês	01	08 aulas
04	Geografia	01	10 aulas
05	História	01	12 aulas
06	Biologia	01	16 aulas
07	Química	01	12 aulas
08	Física	01	12 aulas

· Projeto Inclusão Digital

ÍTEM	DISCIPLINA	VAGAS	CARGA HORÁRIA
01	Informática	01	40hs

· Departamento Municipal de Esportes

ÍTEM	DISCIPLINA	VAGAS	CARGA HORÁRIA
01	Educação Física Futsal	02	20hs
	Educação Física Voleibol	01	20hs

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 201, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 201, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015.

Edita o calendário dos feriados e pontos facultativos do período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016 nas repartições públicas do Município de Itapiranga – SC e dá outras providências.

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso VII, do artigo 59, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica editado o calendário dos feriados e pontos facultativos no período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016, nas repartições públicas do Município de Itapiranga – SC, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais, conforme Anexo Único do presente Decreto.

Art. 2º O atendimento dos serviços públicos essenciais nas datas mencionadas no artigo anterior, deverá ser garantido pelos órgãos da Administração Municipal, por intermédio de escalas de serviço ou plantão.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 16 de outubro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

ANEXO ÚNICO

DECRETO Nº 201, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015

FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS 2016

MÊS	DIA	DIA DA SEMANA	CELEBRAÇÃO	LEGISLAÇÃO PERTINENTE
Janeiro	1º	Sexta-Feira	Confraternização Universal	Feriado Nacional Lei nº 662, de 06/04/49, alterada pela Lei nº 10.607, de 19/12/2002
Fevereiro	8	Segunda-feira	Véspera de Carnaval	Ponto Facultativo Decreto nº 201/2015
	9	Terça-feira	Carnaval	Ponto Facultativo Decreto nº 201/2015
	14	Domingo	Emancipação Político-Administrativa	Feriado Municipal Lei nº 2.630, de 21/09/2010
Março	24	Quinta-feira	Quinta-feira Santa	Ponto Facultativo Decreto nº 201/2015
	25	Sexta-feira	Paixão de Cristo	Feriado Municipal Lei 2.630, de 21/09/2010
	27	Domingo	Pascoa	
Abril	21	Quinta-feira	Tiradentes	Feriado Nacional Lei nº 10.607, de 19/12/2002
Maio	1º	Domingo	Dia do Trabalho	Feriado Nacional Lei nº 662, de 06/04/49, alterada pela Lei nº 10.607, de 19/12/2002
	26	Quinta-feira	Corpus Christi	Feriado Municipal Lei nº 2.630, de 21/09/2010

Julho	25	Segunda-feira	São Cristóvão	Feriado Municipal Lei nº 2.630, de 21/09/2010
Setembro	7	Quarta-feira	Independência do Brasil	Feriado Nacional Lei nº 662, de 06/04/49, alterada pela Lei nº 10.607, de 19/12/2002
Outubro	12	Quarta-feira	Nossa Senhora Aparecida	Feriado Nacional Lei nº 6.802, de 30/06/1980
	28	Sexta-feira	Dia do Servidor Público	Ponto Facultativo (Estatuto Servidores Municipais) e Decreto nº 201/2015
Novembro	2	Quarta-feira	Finados	Feriado Nacional Lei nº 10.607, de 19/12/2002
	15	Terça	Proclamação da República	Feriado Nacional Lei nº 662, de 06/04/49, alterada pela Lei nº 10.607, de 19/12/2002
Dezembro	24	Sábado	Véspera de Natal	Ponto Facultativo Decreto nº 201/2015
	25	Domingo	Natal	Feriado Nacional Lei nº 662, de 06/04/49, alterada pela Lei nº 10.607, de 19/12/2002
	31	Sábado	Véspera de Ano Novo	Ponto Facultativo Decreto nº 201/2015

DECRETO Nº 203, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO Nº 203, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015.

Instaura Processo Administrativo, designa Comissão e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na alínea "p", do inciso I, do art. 75 da Lei Orgânica Municipal e art. 144 da LC 39/2011, c/c o art. 5º da IN. 04/2015 e considerando:

- a) Of. Nº 055/1º/2º PBM/15 de 19do Comandante do 1º/2º PBM, 1º Sgt BM Carlinhos Mallmann;
- b) Ofício nº SMS nº 038/2015 do Secretário Municipal de Saúde;
- c) Parecer Jurídico nº 100/2015;

D e c r e t a:

Art. 1º Fica instaurado Processo Administrativo Disciplinar para apurar infrações administrativas conforme relatos.

Art. 2º Fica designada a Comissão para instauração de Processo Administrativo, composta pelos seguintes servidores públicos municipais:

I – Presidente: Luciani Haas , matrícula nº 12558/01;

II – Membros: Lislei Mara Wesendonck Carati, matrícula nº 14383/02 e Roseli Inez Puhl, matrícula nº 14524/01.

Art. 3º A Comissão ora designada terá o prazo de noventa dias, contados a partir desta data, para apresentar a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 4º As designações constantes no artigo 2º deste Decreto não contam ônus para os cofres públicos municipais por ser considerado serviço relevante prestado ao Município.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

ITAPIRANGA – SC, 21 de outubro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

DECRETO Nº 202 DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO Nº 202 DE 20 DE OUTUBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.939 de 25 de novembro de 2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente de 2015 do Município de Itapiranga- SC, por conta da Previsão de "Excesso de Arrecadação" na seguinte fonte de Recurso 120 – Recursos de Impostos para Educação, no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais):

06.01 – Secretaria Municipal Educação, Cultura e Desporto – Ensino Fundamental	
12.361.0066.2029- Manutenção e Desenv. das Atv. da Educação Ensino Fundamental	
33.90.00.00.00.00.00.0120 – Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00
06.02 – Secretaria Municipal Educação, Cultura e Desporto – Educação Infantil	
12.365.0070.2034- Manutenção das Ativ. Da Educação Infantil	
33.90.00.00.00.00.00.0120 – Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00

Art. 2º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC, 20 de outubro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretaria Municipal de Administração.

Itapoá

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 2574/2015 ALTERA O VALOR DA TARIFA RELATIVA AO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO, PRESTADO PELA CONCESSIONÁRIA TRANSITA - TRANSPORTE ITAPOÁ TURISMO E ALUGUEL LTDA.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2574/2015

Data: 20 de outubro de 2015.

ALTERA O VALOR DA TARIFA RELATIVA AO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO, PRESTADO PELA CONCESSIONÁRIA TRANSITA - TRANSPORTE ITAPOÁ TURISMO E ALUGUEL LTDA.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, Considerando que a correção do índice IGP-M no período entre dezembro de 2007 e agosto de 2015, foi de 59,70%, período em que houve apenas uma correção de 7,15%, Considerando que após o reajuste de 7,15% em 2014 ocorreram aumentos nos preços dos insumos necessários à operação dos ônibus, dentre os quais o de pneus, peças e combustíveis, superiores em alguns casos aos índices oficiais, e que o referido aumento se justifica para a manutenção do equilíbrio do sistema de transporte de Itapoá,

DECRETA

Art. 1º Fica corrigida a tarifa relativa aos serviços prestados de transporte coletivo urbano no Município, pela empresa concessionária Transita - Transporte Itapoá Turismo e Aluguel Ltda., em percentual de 16,66 % (dezesseis inteiros e sessenta e seis décimos por cento) totalizando o valor unitário por passagem em R\$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos).

Art. 2º A Concessionária providenciará a divulgação do novo valor da tarifa através dos meios de comunicação local, além da afixação de cartazes dentro dos coletivos.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da 00:00 hora do dia 1º de novembro de 2015.

Itapoá (SC), 20 de outubro de 2015.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

EDITAL Nº 048/2015/SME – ADICIONAL DE 2%

Edital nº 048/2015/SME – ADICIONAL DE 2%

Terezinha Fávoro da Silveira, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público, pelo presente Edital as normas e procedimentos que nortearão a concessão de um adicional correspondente a 2% (dois por cento) a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, devidamente comprovado, aos membros do Magistério Público Municipal de Itapoá / SC.

1 Dos Procedimentos:

1.1 A concessão de um adicional correspondente a 2% (dois por cento) deverá ser requerida mediante formulário próprio (modelo anexo), devendo ser anexado ao mesmo, cópia autenticada do certificado de cursos de capacitação e aperfeiçoamento cursados a partir do ano de 2000;

1.2 Os certificados apresentados poderão ser autenticados em

cartório ou na Secretaria de Educação, mediante apresentação dos originais e cópias, até 06 de novembro de 2015, das 08h00min às 14h00min;

1.3 A fundamentação legal para a concessão desta solicitação é o artigo 34 em seus §1º, §2º e §3º da Lei Municipal 075/01 de 24 de dezembro de 2001, do artigo 9º da Lei Municipal 153/03 de 02 de janeiro de 2003 e a Resolução nº 006/04/CME/ITAPOÁ/ SC do Conselho Municipal de Educação de 28 de setembro de 2004;

1.4 A concessão se dará após análise efetuada pela Comissão de Avaliação de Certificados, nomeada pela Secretaria Municipal de educação (SME), com Parecer do Conselho Municipal de Educação (CME);

1.5 Poderão requerer a concessão deste adicional correspondente a 2% (dois por cento), os Professores e Especialistas em Assuntos Educacionais do quadro do Magistério Público Municipal, com no mínimo três anos no cargo (concluído o estágio probatório);

1.6 Havendo excedente de horas deverá ser computado somente no ano subsequente, conforme art. 5º da Resolução 06/04/CME/Itapoá/SC. Sobras inferiores a 20 horas não serão computadas;

1.7 É de responsabilidade do requerente não enviar certificados já utilizados para o adicional de 2%. No caso de haver irregularidade na documentação apresentada, a Comissão oficializará o servidor para que no prazo de dois dias úteis do recebimento, possa solucionar o mesmo;

1.8 Será vedada, por determinação do Conselho Municipal de Educação, a concessão do adicional correspondente a 2% (dois por cento) aos membros do Magistério Público Municipal em desvio de função, exceto os Diretores de Escola, Coordenadores Pedagógicos, Diretor Pedagógico e Secretário Municipal de Educação que já cumpriram o estágio probatório, conforme art. 7º da Resolução 06/04/CME/Itapoá/SC;

1.9 O período destinado para protocolar requerimento será de 09 e 10 de novembro de 2015, na SME, sendo possível o encaminhamento por meio do malote das escolas até o prazo estipulado;

2 Da divulgação do Resultado Parcial:

2.1 A relação parcial dos requerimentos deferidos correspondente ao adicional de 2% (dois por cento) será publicada em edital dia 25/11/2015, na SME e site da Prefeitura;

3 Da Reconsideração (Recursos)

3.1 O candidato terá 02 (dois) dias úteis para solicitar reconsideração do requerimento indeferido junto à SME;

3.2 No dia 04/12/2015, será publicada o resultado dos recursos, se houverem, juntamente com a relação final dos requerimentos deferidos.

4 Das Disposições Finais:

4.1 Após a homologação dos requerimentos, o profissional da educação terá a concessão de um adicional correspondente a 2% (dois por cento) sobre o seu vencimento a partir do exercício seguinte;

4.2 Será designada pela Secretaria de Educação uma COMISSÃO para análise dos certificados apresentados;

4.3 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação com Parecer do Conselho Municipal de Educação.

Itapoá, 21 de outubro de 2015.

Terezinha Fávaro da Silveira

Secretária de Educação

REQUERIMENTO Edital 048 - Nº _____ / 15

À Sra.

Terezinha Fávaro da Silveira

Secretária de Educação do Município de Itapoá / SC:

Eu, _____
_____, ocupante do cargo de _____
_____, nível _____, lotado(a) na(s) Esco-
la(s) _____
_____, disciplina _____, com carga
horária de _____ horas semanais, vem através deste,

REQUERER,

Concessão de um adicional correspondente a 2% (dois por cento) a cada 80 (oitenta) horas anuais de cursos de capacitação e aperfeiçoamento contados a partir do ano de 2000; mediante comprovação em anexo.

NESTES TERMOS

PEDE DEFERIMENTO

Assinatura

Itapoá, _____ de novembro de 2015.

Obs.: Enviar este requerimento, juntamente com a cópia dos certificados já autenticados.

RESOLUÇÃO CMS Nº 019/2015

RESOLUÇÃO CMS Nº 019/2015, de 02 de outubro de 2015.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, instituído pela Lei Municipal nº 007/2001 de 18 de abril de 2001, em sua Centésima Sexagésima Terceira Reunião Ordinária, realizada no dia 02 de outubro de 2015, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 e pela lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

Considerando a CI SMAS Nº 150/2015 da Secretaria Municipal da Assistência Social para a Secretaria Municipal de Saúde

Considerando o assunto: Relatório sobre Atendimento Psicológico

RESOLVE:

- Recomendar que a Secretaria Municipal de Saúde averigue os fatos ocorridos durante atendimento psicológico realizado no Centro de Reabilitação à criança acolhida na Instituição de Acolhimento Abrigo Provisório Recanto Feliz, com devolutiva a este Conselho.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de outubro de 2015

Lana Rosélia Quadros Bevilaqua

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Cristian Angelo Grassi

Secretário Municipal de Saúde

Homologo a Resolução do Conselho Municipal de Saúde nº 019, de 02 de Outubro de 2015, nos termos da Lei Municipal nº 007/2001, de 18 de Abril de 2001, artigo 7º inciso V.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

Ituporanga

PREFEITURA

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE PRORROGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL nº 53/2015

A Prefeitura do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados que, devido as fortes chuvas ocorridas no município, foi transferido a abertura do Pregão Presencial nº 53/2015 com o objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE DECORAÇÕES NATALINAS PARA A PRAÇA FREI GABRIEL, PONTE VITÓRIO SENS, PORTAL E PRÉDIO DA PREFEITURA do dia 26 de outubro de 2015 para o dia 06 de novembro de 2015 no mesmo local e horário. Maiores informações poderão ser direcionadas ao setor de Compras e Licitações sito a Rua Joaquim Boeing, nº 40, Centro – Ituporanga, por telefone (47) 35331211 ou pelo endereço eletrônico: licitação@ituporanga.sc.gov.br horário comercial.

Ituporanga, 23 de outubro de 2015

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do município

DECRETO Nº 459, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 459, de 21 de outubro de 2015.

Declara SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA nas áreas do município afetadas por INUNDAÇÃO – 1.2.1.0.0.

O Senhor ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga, localizado no Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município de Ituporanga de 30 de março de 1990, e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº. 12.608 de 10 de abril de 2012,

CONSIDERANDO:

I – Que a ocorrência de chuvas intensas, ocorridas no dia 21 de outubro de 2015, a partir de 4h30min até em torno de 17h provocaram inundações com conseqüentes danos em Bairros da Área Urbana e localidades de Área Rural, provocando ainda deslizamentos de solo em Área Urbana e Rural, conforme FIDE (Formulário de Informações do Desastre);

II – Que em decorrência dos seguintes danos, houve desabrigados, desalojados e feridos, além de danos materiais consistentes em danos à obras de infraestrutura pública

III – Que o parecer da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como INUNDAÇÃO - COBRADE – 1.2.1.0.0, conforme IN/MI nº 01/2012, de 30 de agosto de 2012.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, nas ações de Resposta ao Desastre, reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre,

sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta ao desastre, em caso de risco iminente a:

I - penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II - usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início a processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº. 8.666 de 21/06/1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários do desastre, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito aos vinte e um dias do mês de outubro de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito Municipal

Joaçaba

PREFEITURA

67/2015 FMS TA 01

CONTRATO Nº 67/2015/FMS – TA 01

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, SC, representada neste ato pela Secretária, PAULA GIOVANA KLEBER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, 223, centro, 89.600-000, no Município de Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ/MF sob nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.336.749/0001-53, estabelecida na RUA 12 DE MAIO, 152 – SALA 02, Bairro VILA ALEMANHA, no Município de LUZERNA/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. PAULO DELFINO PINTO, portador da C. I. nº 863.685.846 e CPF nº 639.561.289-15, residente e domiciliado na cidade de Joaçaba, SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 67/2015/FMS, firmado em 26/01/2015, proveniente do PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 26/2014/FMS – CONVITE Nº 2/2014/FMS, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA de serviços, por hora trabalhada, de manutenção elétrica, de fiação de telefonia e cabeamento de rede, destinados à manutenção do prédio sede da Secretaria Municipal de Saúde e das demais unidades mantidas pelo Fundo Municipal de Saúde, onde se ADITA a CLAUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, DA FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

CLAUSULA PRIMEIRA**CLAUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, DA FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO**

O valor do contrato fica acrescido em R\$ 3.000,00 (três mil reais), correspondentes a 25% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, referente à contratação adicional de 120 (cento e vinte) horas de serviços elétricos.

CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 20 de outubro de 2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE
PAULA GIOVANA KLEBER - Secretária

LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA
CONTRATADA
PAULO DELFINO PINTO

Testemunhas:

1. _____ 2. _____

EXTRATO CONTRATO 263/2015/PMJ

EXTRATO CONTRATO Nº 263/2015/PMJ

Proveniente do PL 84/2015/PMJ – TP 18/2015/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: N.Z. SERVIÇOS E LOCAÇÕES DE EQUIPAMENTOS LTDA ME.

OBJETO: Prestação, pela CONTRATADA, de serviços de sonorização e iluminação com locação dos equipamentos e disponibilização de técnicos, destinados à estruturação do Festival de Dança de Joaçaba 2015.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 9.998,00 (nove mil, novecentos e noventa e oito reais).

VIGÊNCIA: até 10 de novembro de 2015, com início contado a partir da data da assinatura do mesmo.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.023 – MANUTENÇÃO DA GERÊNCIA DE EVENTOS

22 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas.

FISCAL CONTRATO: OTÁVIO JOSÉ SCHUEDA.

DATA DE ASSINATURA: 22/10/2015.

MUNICIPIO DE JOAÇABA

MARCOS WEISS

Prefeito em Exercício

PORTARIA N.º 4767

PORTARIA Nº 4.767 DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

“EXONERA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. EXONERAR, o (a) Sr. (a) NELSI CARNIEL, Gerente de Infraestrutura Rural, nível CC-3, com lotação vinculada a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 173 de 11 de março de 2009, Lei Complementar nº 230 de 14 de fevereiro de 2013 e alterações.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 14 de outubro de 2015, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 20 de outubro de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4768

PORTARIA Nº 4.768 DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

"NOMEIA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. NOMEAR, o (a) Sr. (a) NELSI CARNIEL, Diretor de Indústria, Comércio e Inovação, nível CC-2, com lotação vinculada a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 173 de 11 de março de 2009, Lei Complementar nº 230 de 14 de fevereiro de 2013 e alterações.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 15 de outubro de 2015, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 20 de outubro de 2015
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4769

PORTARIA Nº 4.769 DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

"RETIFICA PORTARIA QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 109 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR PORTARIA N.º 3.258/2011 na qual CONVERTE EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) EDEMAR LAGO, Operador de Máquinas, conforme requerimento protocolado sob n.º 107.950 de 28 de janeiro de 2009, referente ao período de 01 de janeiro de 2005 a 31 de dezembro de 2005, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Onde lê-se: 01 de janeiro de 2005 a 31 de dezembro de 2005, Leia-se: 01 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008.

Art. 2º RETIFICAR PORTARIA N.º 2.869/2014 na qual CONCEDE a (o) Servidor (a) Sr.(a) EDEMAR LAGO, Operador de Máquinas, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 133.730 de 26 de março de 2014, referente ao período de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 14 de julho de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Onde lê-se: 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias), Leia-se: 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias).

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 20 de outubro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4770

PORTARIA Nº 4.770 DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) FABIO LAZZARINI, Professor Nível II (Pós Graduação), das funções de Assistente de Direção, nível FCM-2, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – Centro de Educação Roberto Trompowsky, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e 4.455 de 21 de fevereiro de 2014, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014 e alterações, conforme solicitação protocolada junto ao setor de pessoal.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 20 de outubro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4771

PORTARIA Nº 4.771 DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) LEONARDO ANTONELO, Professor Nível III (Mestrado), das funções de Assistente de Direção, nível FCM-2, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – Centro de Educação Roberto Trompowsky, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e 4.455 de 21 de fevereiro de 2014, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014 e alterações, conforme solicitação protocolada junto ao setor de pessoal.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 20 de outubro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4772

PORTARIA Nº 4.772 DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) DARLENE DE VARGAS TUREK, Professor (Licenciatura), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do protocolo n.º 140.276/2015, referente ao período de 08 de março de 2012 a 07 de março de 2013 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 19 de outubro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de outubro de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 20 de outubro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO TP 18/2015/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 84/2015/PMJ

TOMADA DE PREÇO Nº 18/2015/PMJ

O Prefeito em Exercício – Marcos Weiss, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 84/2015/PMJ.

- Modalidade: TP 18/2015/PMJ.

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de sonorização e iluminação com locação dos equipamentos e disponibilização de técnicos, destinados à estruturação do Festival de Dança de Joaçaba 2015.

- Empresa Vencedora:

N.Z. SERVIÇOS E LOCAÇÕES DE EQUIPAMENTOS LTDA ME.

- Valor Total Contratado: R\$ 9.998,00 (nove mil, novecentos e noventa e oito reais).

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 22 de outubro de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

MARCOS WEISS

Prefeito em Exercício

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**ATA DE REGISTRO DE PREÇO JHL 0005/2015 - SIMAE**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0005/2015

Aos vinte e três dias do mês de Abril do ano de dois mil e quinze, no Setor de Compras, localizado na Sede Administrativa do SIMAE, o Município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços nº 0012/2015, na Ata de julgamento de preços, homologada em 23/04/2015, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de Cimento, Cal, Areia e Argamassa para utilização na confecção de pré-moldados (lajes de transição para poços de visita e caixas de proteção de válvulas) para área de esgoto, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital Pregão Presencial nº 0012/2015.

1.2 As licitantes registradas para os materiais cotados são as seguintes:

Item 01 – Cimento CP II, sacos com 50 kg, Quantidade - 600, Unidade de medida - saco. Marca – Votorantin. 1º. Colocado – Empresa GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, no valor de R\$ 30,85;

Item 02 – Areia Média, Quantidade - 60, Unidade de medida – metros cúbicos. Marca – Porto. 1º. Colocado – Empresa PLANALTO

PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRAS LTDA ME, no valor de R\$ 128,90;

Item 03 – Cal Hidratada, sacos com 20 kg, Quantidade - 100, Unidade de medida – sacos. Marca – Cibracal. 1º. Colocado – Empresa PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRAS LTDA ME, no valor de R\$ 10,08;

Item 04 – Argamassa C1, sacos com 20 kg, Quantidade - 10, Unidade de medida – sacos. Marca – Quartzolit. 1º. Colocado – Empresa PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRAS LTDA ME, no valor de R\$ 7,80;

Item 05 – Argamassa C2, sacos com 20 kg, Quantidade - 10, Unidade de medida – sacos. Marca – Quartzolit. 1º. Colocado – Empresa PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRAS LTDA ME, no valor de R\$ 18,90;

1.3 Este instrumento não obriga o SIMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição de Cimento, Cal, Areia e argamassa, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a

diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2 DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 0012/2015 e seus anexos;
- b) Proposta das Licitantes;
- c) Contratos nº 0027/2015 e 0028/2015.

3 VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4 DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 O Cimento, Cal, Areia e Argamassa deverão ser entregues conforme a necessidade do SIMAE, que procederá a solicitação do objeto nas quantidades que julgar necessárias, através de Solicitação de Entrega - SE.

4.2 Após o recebimento da SE-Solicitação de Entrega, por parte do fornecedor, o material deverá ser entregue no prazo máximo de 04 (quatro) horas após o recebimento da solicitação, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, nos locais indicados na SE.

4.2.1 Serão solicitadas entregas nos municípios de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna.

4.3 No ato da entrega do Material a proponente deverá apresentar Nota Fiscal eletrônica NFe correspondente às quantias entregues, que será submetida à aprovação do gestor responsável.

4.4 Fica aqui estabelecido que o Material será recebido:

- a) provisoriamente, para verificação da quantidade efetivamente entregue, para posterior verificação da qualidade e conformidade do cimento, cal e areia com a especificação;
- b) definitivamente, após a verificação da qualidade e conformidade do Material com a especificação e a consequente aceitação.

4.4.1 Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do produto, cujo pagamento se dará no até 5º (quinto) dia útil do mês subsequente da entrega.

4.5 O Material que for recusado (tanto no recebimento provisório, ou antes, do recebimento definitivo) deverá ser substituída no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o SIMAE.

4.6 Se a substituição do Material recusado, por qualquer problema, não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços, na Minuta do Contrato e na Lei.

5 DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será:

5.1.1 Efetivado mensalmente, de acordo com o material entregue, mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser

emitida em nome da Contratante, da qual deverá constar o número desta licitação. Sendo OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRONICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. Devendo ser ENCAMINHANDO PARA EMAIL smtp@simae.sc.gov.br.

5.1.2 O pagamento será realizado pelo SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao do material entregue, devidamente atestado por servidor competente, contados da data de entrega e aceite da Nota Fiscal.

5.2 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.3 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.4 No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa da Administração, o valor será atualizado monetariamente nos termos do art. 117 da Constituição Estadual de SC, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, pro rata die.

5.5 As despesas decorrentes de aquisição dos combustíveis correrão à conta dos recursos orçamentários, existentes nas dotações:

PROJETO/ATIVIDADE: 1052

FUNÇÃO/PROGRAMA: 14.01.

ELEMENTO: 4.4.90.51.99

6 RESPONSABILIDADES

6.1 A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

6.2 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

6.4 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos materiais fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

6.5 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7 OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

- a) efetuar a entrega do Material (Cimento, Cal ou Areia) após solicitação em até 04 (quatro) horas, em horário comercial;
- b) providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;
- c) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- d) corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estiverem em desacordo com as especificações exigidas;

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
 - d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
 - e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
 - f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
 - g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.
- 8.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

9 PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa:
 - 1- De 0,2% (dois décimos) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);
 - 2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;
- c) impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.

9.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Joaçaba- (SC), 23 de Abril de 2015.
Graciela Pratto Bordin da Rosa
Pregoeira

Testemunhas

João Carlos Ungericht CREA-17019-3	Paulo César Lamin CPF- 047.099.739-70
---------------------------------------	--

Luiz Carlos Ghiggi/ Sócio Administrador
GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Sergio Francisco Bucco/Sócio Administrador
PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRA LTDA ME

PREGÃO 0042/2015 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0057/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0042/2015

PROTOCOLO JHL 2893/2015

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0042/2015,

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: Contratação de empresa especializada para serviços de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de ar condicionado da Sede Administrativa e Estação de Tratamento de Água em Joaçaba – SC

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até as 14h00m do dia 06/11/2015 na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 06/11/2015 às 14h:20m, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 08 horas às 11h e das 14h às 17h ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 23/10/2015 a 06/11/2015.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 22 de Outubro de 2015.

Aluir Flemming – Diretor Presidente do SIMAE.

RESUMO CONTRATO JHL 0090/2015 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0090/2015

TOMADA DE PREÇOS JHL 0010/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0052/2015

PROTOCOLO Nº 2631/2015

Data assinatura: 22/10/2015

Objeto: Contratação de empresa especializada para confecção e instalação de grades, guarda-corpo, escada e plataforma no pré-tratamento de esgoto de Herval d'Oeste-SC, de propriedade do SIMAE.

Contratado: MULTI ARTE FIBRAS LTDA - ME.

Valor Contratado: R\$ 42.800,00 (quarenta e dois mil e oitocentos reais).

Programa: 14.01

Projeto/Atividade: 1.052

Elemento De Despesa: 4.4.90.51.99.00.00.00

Prazo de vigência: 180 dias contados da data da assinatura do contrato.

Aluir Flemming – Diretor Presidente do SIMAE

Lages

PREFEITURA

EXTRATO ARP 17/2015 PP 20/2015 FMAS BOZZANO

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2015

PROCESSO Nº 29/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais para o Acolhimento POP/ Centro POP da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 19/2015.

especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 20/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 4.140,00 (quatro mil cento e quarenta reais), sendo:

BOZZANO E BOZZANO LTDA. ME INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 85.232.392/0001-82, ESTABELECIDO NA RUA. MANCIO COSTA, 98 - SALA 01 – GARCIA, BLUMENAU/SC – CEP. 89.020-030

Lages/SC 20 de outubro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Lages/SC 20 de outubro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 17/2015 PP 20/2015 FMAS JLM

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2015

PROCESSO Nº 29/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais para o Acolhimento POP/ Centro POP da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 19/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 7.128,62 (sete mil cento e vinte e oito reais e sessenta e dois centavos), sendo:

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 2.458,66 (dois mil quatrocentos e cinquenta e oito reais e sessenta e seis centavos), sendo:

JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA ME INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 13.965.228/0001-68, ESTABELECIDO NA AV. 24 DE OUTUBRO, S/ Nº - CENTRO, BOM RETIRO/SC – CEP. 88.680-000

Lages/SC 20 de outubro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 17/2015 PP 20/2015 FMAS CELIA

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2015

PROCESSO Nº 29/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais para o Acolhimento POP/ Centro POP da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 19/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 3.762,92 (três mil setecentos e sessenta e dois reais e noventa e dois centavos), sendo:

CELIA REGINA WANBOMMEL SANI INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 83.197277/0001-83, ESTABELECIDO NA AV. BEIRA RIO, 730 – GALPÃO - CENTRO, ALFREDO WAGNER/SC – CEP. 88.450-000

EXTRATO ARP 17/2015 PP 20/2015 FMAS KLEBER

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2015

PROCESSO Nº 29/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais para o Acolhimento POP/ Centro POP da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 19/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 10.389,97 (dez mil trezentos e

oitenta e nove reais e noventa e sete centavos), sendo:
KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME INSCRITA NO CNPJ SOB Nº
11.118.645/0001-40, ESTABELECIDADA NA AV. LUIZ DE CAMÕES, 911
– LOJA 04 – CORAL, LAGES/SC – CEP. 88.523-000
Lages/SC 20de outubro de 2015.
Elizeu Mattos
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 17/2015 PP 20/2015 FMAS LICITAMIX

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2015

PROCESSO Nº 29/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais para o Acolhimento POP/ Centro POP da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 19/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 7.128,62 (sete mil cento e vinte e oito reais e sessenta e dois centavos), sendo:

LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITÓRIO LTDA ME, INSCRITA NO CNPJ: 12.903.455/0001-04 COM SEDE A RUA MERCEDES CANDIDO DOS SANTOS SN, BAIRRO SÃO SEBASTIÃO, CEP 88130-430 – PALHOÇA/SC

Lages/SC 20de outubro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 17/2015 PP 20/2015 FMAS REGIS

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2015

PROCESSO Nº 29/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais para o Acolhimento POP/ Centro POP da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 19/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 3.270,45 (três mil duzentos e setenta reais e quarenta e cinco centavos), sendo:

REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME, INSCRITA NO CNPJ N.º 79.912.788/0001-62, COM SEDE A RUA DOS ESCOTEIROS, 30 – BAIRRO: CHICO DE PAULA CEP: 89.254-730 – JARAGUÁ DO SUL/SC

Lages/SC 20de outubro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 17/2015 PP 20/2015 FMAS RICARL

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2015

PROCESSO Nº 29/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais para o Acolhimento POP/ Centro POP da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 19/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 4.199,17 (quatro mil cento e noventa e nove reais e dezessete centavos), sendo:

RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME INSCRITA NO CNPJ N.º 21.304.312/0001-69, COM SEDE A RUA AMSTERDAM, 891 – ITUPAVAZINHA – CEP 89.070-490 – BLUMENAU/SC

Lages/SC 20 de outubro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 18/2015 PP 17/2015 FMAS BARROS

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015

PROCESSO Nº 24/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Serviços de Desinsetização, Desratização, Limpeza de Caixa D'Água e Limpeza de Fossa, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência/Planilha Orçamentária, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 17/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 22.310,00 (vinte e dois mil trezentos e dez reais), sendo:

DEDETIZADORA BARROS LTDA EPP, INSCRITA NO CNPJ: 86.838.547/0001-86 COM SEDE NA RUA ÁLVARO NERY DOS SANTOS, Nº 223 VÁRZEA – LAGES/SC CEP. 88.511-300

Lages/SC 22 de outubro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

PP 128-2015 PML E TP 35-2015 PML**AVISO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: PP 128-2015 PML

Objeto: Aquisição de Roupa de Cama e Banho para o CEIM do Bairro da Várzea.

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 06/11/2015 às 15:30

Valor Estimado: R\$ 60.841,88

Modalidade: TP 35-2015 PML

Objeto: Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Reurbanização da Avenida Duque de Caxias.

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 10/11/2015 às 17:00

Valor Estimado: R\$ 977.805,11

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00 cada ou pelo www.lages.sc.gov.br sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 22 de outubro de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

RERRATIFICAÇÃO CC 12-2015 PML**RERRATIFICAÇÃO**

ASSUNTO: EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 12/2015PML

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DA EMEB SAUL DE ATHAYDE (PONTE GRANDE), COM QUADRA ESPORTIVA E MURO DE FECHAMENTO.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a pedido da Secretaria Requisitante, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados que se fizeram necessárias algumas alterações na planilha orçamentária do edital em comento.

Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para às 13:30 horas do dia 16/11/2015, para às 13:30 do dia 25/11/2015.

Em razão das alterações, às Empresas que já retiraram o Edital, está-se encaminhando cópia da planilha, devidamente corrigida, copiada em CD-ROM, em substituição ao retirado anteriormente, sem qualquer ônus.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 22 de outubro de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

Laguna

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1298/2015

PORTARIA RH Nº 1298/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário KARINA RODRIGUES MACHADO para exercer o Cargo de Professor de Educação Infantil, 40 horas, HAB 030, em substituição a Sra. Miriam de Castro Borges que se encontra em Auxílio-doença, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 09/10/2015, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 09 de Outubro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1299/2015

PORTARIA RH Nº 1299/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor GABRIELA FRANCISCO BARBOSA Auxiliar de Serviços Gerais, do período de 05/03/2012 a 11/10/2015, lotado na Secretaria de administração e Serviços Públicos, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 13 de Outubro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1301/2015

PORTARIA RH Nº 1301/2015

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

INTERROMPER as férias, de LUIS FERNANDO NANDI VICENTE Advogado, assim o fazendo com base no artigo 47 da Lei complementar nº 136/2006, devendo o mesmo retornar ao serviço, em 13 de Outubro de 2015, ficando-lhe assegurado o restante do período

interrompido, assim que cessar os motivos que o determinaram.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 13 de Outubro de 2015.

-

LUIZ PAULO DE REZENDE

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 1302/2015

PORTARIA RH Nº 1302/2015

O SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, GISLEI NASCIMENTO DE SOUZA Psicólogo, do dia 13.10.2015 a 11.11.2015, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 13 de Outubro de 2015.

-

LORENA BARBOSA DE ANDRADE

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 1303/2015

PORTARIA RH Nº 1303/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor LUIS FERNANDO NANDI VICENTE Advogado, do período de 02/10/2012 a 02/10/2015, lotado na Procuradoria Geral, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 13 de Outubro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1307/2015

PORTARIA RH Nº 1307/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

Tornar sem efeito as Portarias dos servidores abaixo relacionados, que foram designados para responder pelas chefias abaixo citadas, a partir desta data.

NOME	CHEFIA
Lúcia Maria Maciel das Neves	Divisão de Apoio a Licitação
Luís de Oliveira	Divisão de Manutenção de Cemitérios
João Custódio Leonardo	Divisão de Serviços de Eletricidade
José Ricardo da Silva João	Divisão de Obras Rodoviárias
Antônio Vieira Alves	Divisão de Reformas e Melhorias de Prédios
Jair Araújo	Divisão de Serviços de Abastecimento
Marlusi Figueiredo Cobra	Divisão de Almoxarifado
Renata Gomes Nunes Souza	Divisão de Atenção Básica da Consulta
Aretha Paschoal Figueiredo	Divisão de Laboratório
Nara Luiz dos Reis	Divisão de Farmácia
Helaine Cristina Silveira Borgo	Divisão de Saúde do Trabalhador
Rosineide Maria Figueiredo	Divisão de Epidemiologia
Luciene Bento Vicente	Divisão de Unidade de Saúde
José Tadeu Domingos	Divisão de Treinamento Desportivo
Seloé Pacheco	Divisão de Eventos Escolares
Edemar Nascimento	Divisão de Equipamentos Esportivos
Mariselma Amaro Nola	Divisão de Receptivo Turístico
Maristela de Oliveira Martins	Divisão de Emissivo Turístico
Antônio Augusto Paquilim dos Passos	Divisão de Orientação e Controle de Serviços de Guias Turísticos
Mayara Santana	Divisão de Análise de Projetos de Construção, Reforma e Ampliação
Adriana Maciel Machado	Divisão de Apoio a Assistência Social
Marielva da Silva Custódio Melo	Divisão de Apoio a Assistência Social
Evandro Duarte Guimarães	Divisão de Apoio a Assistência Social
Gisele Masieiro	Divisão de Apoio a Assistência Social
Iara de Aguiar Souza	Divisão de Apoio a Assistência Social
Silvia dos Passos Marinho	Divisão de Apoio a Assistência Social

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 15 de Outubro de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
 Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1309/2015

PORTARIA RH Nº 1309/2015

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, INÁCIA DA ROSA MACHADO Engenheiro Ambiental, do dia 15.10.2015 a 13.11.2015, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 15 de Outubro de 2015.
ALINE TRICHÊS SAVI
 Presidente de Fundação

PORTARIA Nº 1310/2015

PORTARIA RH Nº 1310/2015

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, THAÍS DA SILVA BUSS Conselheiro do Conselho Tutelar, do dia 16.10.2015 a 14.11.2015, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Outubro de 2015.
LUIZ PAULO DE REZENDE
 Secretário Municipal

PORTARIA Nº 1311/2015

PORTARIA RH Nº 1311/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR A PEDIDO, ANGELA MARIA CARDOSO DA SILVA do Cargo de Professor de Geografia, 10 horas semanais, HAB 300, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Outubro de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
 Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1312/2015

PORTARIA RH Nº 1312/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR, CAMILA FIDELIX DE SOUZA do Cargo de Professor Auxiliar, 20 horas semanais, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Outubro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1313/2015

PORTARIA RH Nº 1313/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR, GLAUCIANE MARTINS FERMINO do Cargo de Professor Anos Iniciais, 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Outubro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Leoberto Leal

PREFEITURA

DECRETO N.º 118/2015

DECRETO 118, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015.

"Dispõe sobre LUTO OFICIAL, e dá outras providências."

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o falecimento do VEREADOR ALDIR DE SOUZA HOFFMANN, em reconhecimento à sua atuação política como Vereador na Câmara Municipal de Vereadores de Leoberto Leal, e pela dedicação à população, às comunidades e ao incentivo ao esporte de nosso município;

DECRETA:

Art. 1º LUTO Oficial, por 03 (três) dias, em todo o Município de Leoberto Leal, a partir desta data.

Art. 2º Que sejam cientificados as secretarias e demais órgãos da administração pública municipal.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Leoberto Leal, 22 de outubro de 2015

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se

Mafra

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 120/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 120/2015

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de placas, tintas e outros materiais para sinalização viária, destinados ao Departamento de Trânsito do Município de Mafra e ao COMSAB, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 09/11/2015, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 22 de outubro de 2015.

Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

Fabiano Maurício Kalil
Pregoeiro Municipal

RESULTADO DO CREDENCIAMENTO Nº 004/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

RESULTADO DO CREDENCIAMENTO Nº 004/2015. O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público aos interessados, o RESULTADO DO CREDENCIAMENTO de estabelecimentos prestadores de serviços especializados na área de saúde para realização de exames laboratoriais de análises clínicas, ao preço Tabela SUS, destinados as Unidades de Saúde do Município.

Empresa Credenciada: RIOLAB LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA.

Valor: ao preço Tabela SUS.

Mafra (SC), 22 de outubro de 2015.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

Maravilha

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 082/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Extrato de Contrato

Espécie: Contrato Administrativo n. 082/2015. Partes: Município de Maravilha – SC e Gaia Rodovias Ltda. Objeto: Execução de Pavimentação asfáltica na Rua Silvio Noronha e Avenida Sul Brasil. Valor global R\$ 501.061,01. Data de assinatura do Contrato Administrativo: 21/10/2015. Signatários: Rosimar Maldaner pela Contratante e Renato Adriano Seibt pela Contratada.

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 0253/2015

DECRETO Nº 0253/2015 DE 21.10.2015.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE CONTRATO ACT DA PROFESSORA SIRLENE ADELIA SOARES – ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.347/1998, 1.513/2002, 1.386/99, 1.592/2005, 1.883/2009, 2.198/2015 em especial em atendimento as disposições do art. 2º, § 1º da Lei Municipal 1.386/99, e ainda:

Considerando a necessidade de atendimento à rede municipal de Ensino e o calendário escolar,

Considerando o Decreto nº 0251/2015 e Contrato Administrativo para Admissão Temporária de Pessoal Por Excepcional Interesse Público nº 036/2015,

Considerando o afastamento da servidora titular do cargo, Iliana Maria Pegoraro Casagrande, em Licença Gestante no período de 20.10.2015 a 16.04.2016 (180 dias), de acordo com laudo médico expedido, e conforme Portaria nº 0156/2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado o Contrato Administrativo para Admissão Temporária de Pessoal Por Excepcional Interesse Público nº 036/2015, constante no Decreto nº 0251/2015, na forma e nas condições abaixo relacionado e de acordo com o constante no Aditivo nº 01, anexo integrante deste Decreto:

SERVIDORA: SIRLENE ADELIA SOARES CPF: 251.228.199-04 RG nº 764.363-2	
CARGO	Professora Ensino Superior – ACT – Admitida em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público
LOTAÇÃO	Escola Reunida Municipal Professora Griseldi Maria Muller
TURMA	3º ano 32
CARGA HORÁRIA	20 horas semanais
TURNO	Matutino
NÍVEL	Nível 4 Letra "A"
JUSTIFICATIVA, ORIGEM DA VAGA E FUNDAMENTAÇÃO	Professora titular do cargo Iliana Maria Pegoraro Casagrande afastada em Licença Gestante no período de 20.10.2015 a 16.04.2016 conforme Portaria nº 0156/2015.
VIGÊNCIA PRORROGAÇÃO	16.11.2015 a 11.12.2015

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir desta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 21 de outubro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra: FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

ADITIVO Nº 01
AO CONTRATO DE ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR

EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 036/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, Inscrito no CNPJ sob nº 83.021.832/0001-11, com sede à Rua do Comércio, nº 1304, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RICARDO LUIS MALDANER.

CONTRATADA: SIRLENE ADELIA SOARES, brasileira, casada, portadora do CPF nº 251.228.199-04, RG nº 764.363-2, residente e domiciliada na Rua João Pessoa, 43, Centro – município de Modelo/SC CEP 89.872-000.

ESTE TERMO ADITIVO PRORROGA A VIGÊNCIA PARA: Início: 16 de novembro de 2015. Término: 11 de dezembro de 2015. Poderá ser prorrogado no interesse público e de conformidade com as disposições legais, em especial em atendimento ao objeto e fundamentação.

Permanecem inalteradas e em vigor todas as demais disposições do contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Modelo/SC, aos 21 de outubro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER SIRLENE ADELIA SOARES
Prefeito Municipal Contratada

Testemunhas:

1. _____
2. _____

PORTARIA Nº 0157/2015

PORTARIA Nº 0157/2015 de 21.10.2015.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE JORNADA ESPECIAL DE TRABALHO PARA FINS DE AMAMENTAÇÃO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com as Leis Municipais nºs 971/90, 2.029/2012, 2.198/2015, em especial Art. nº 211, Seção IV da Lei Municipal nº 1.513/2002 e demais normas legais que dispõem sobre a matéria, Considerando em especial o § 5º do Art. 211 da Lei Municipal 1.513/2002 – Estatuto dos Servidores Públicos do município de Modelo/SC, Considerando o requerimento da Servidora,

RESOLVE:

Art.1º - Fica concedido à Servidora Pública Municipal ADRIANA FROZZA RAUBER, matrícula nº 2058-3, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Internos, lotada no Departamento Municipal de Administração e Fazenda, jornada especial de trabalho para fins de amamentação de sua filha, sendo a jornada a seguir:

Segunda a Sexta: Matutino: 07:00 às 11:00 e Vespertino: 13:00 às 16:30.

Parágrafo Único: O período da jornada especial de que trata o Art. 1º é de 19.10.2015 a 27.10.2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 19.10.2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 21 de outubro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

Mondaí

PREFEITURA

DECRETO Nº 4754/2015

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº. 4.754, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015.

	"Revoga Procedimento Licitatório nº. 160/2015, Modalidade: Pregão Presencial nº. 113/2015 – Contratação de empresa especializada em locação de estruturas em alumínio com cobertura (tenda aberta, stand básico, banheiro químico, Box alimentação, etc...) para a realização da 16ª Festa da Fruta e 3ª ExpoMondaí a ser realizada nos dias 29,30 e 31/10 e 01/11 de 2015 no Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina."
--	---

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve agir em conformidade com os princípios básicos previstos no artigo 37, caput, da Constituição Federal.

CONSIDERANDO que compete ao Prefeito exercer a administração superior do Município e cuidar da sua organização administrativa, nos termos da Lei Orgânica do Município de Mondaí, que está em consonância com as demais normas constitucionais e legais aplicáveis ao caso.

CONSIDERANDO, o disposto na Súmula 473 do STF, lavrada nos seguintes termos:

"A administração pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornam ilegais porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."

CONSIDERANDO, por fim, a desnecessidade de levar a cabo o Procedimento Licitatório nº. 160/2015, Modalidade: Pregão Presencial nº. 113/2015, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em locação de estruturas em alumínio com cobertura (tenda aberta, stand básico, banheiro químico, Box alimentação, etc...) para a realização da 16ª Festa da Fruta e 3ª ExpoMondaí a ser realizada nos dias 29,30 e 31/10 e 01/11 de 2015 no Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina, atendidos os requisitos de conveniência e oportunidade para a revogação por fato superveniente nos termos do parecer jurídico elaborado.

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado, como revogado está, por razões de conveniência e oportunidade o o Procedimento Licitatório nº. 160/2015, Modalidade: Pregão Presencial nº. 113/2015, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em locação de estruturas em alumínio com cobertura (tenda aberta, stand básico, banheiro químico, Box alimentação, etc...) para a realização da 16ª Festa da Fruta e 3ª ExpoMondaí a ser realizada nos dias 29,30 e 31/10 e 01/11 de 2015 no Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Nos termos do artigo 109, I "c" da Lei 8.666/93, eventuais interessados poderão apresentar recurso no prazo de 5 (cinco) dias a contar da publicação do presente decreto.

Art. 4º Ficam revogadas disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mondaí, (SC), 21 de outubro de 2015.

VALMOR CEMIN

Prefeito Municipal em exercício

MATHEUS BACKENDORF

Secretário de Administração e Fazenda

Morro da Fumaça

PREFEITURA

AVISO DE SUSPENÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO 014/2015 DO FMAS

Município de Morro da Fumaça. AVISO DE SUSPENÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO 014/2015 DO FMAS. OBJETO: AQUISIÇÃO DE CHOCOLATES PARA CAMPANHAS REALIZADA PELO CREAS, conforme anexo. Data: 04/11/2015 às 09:00. FICA SUSPENSO A LICITAÇÃO. Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. Fernando D. Teixeira – Secretário de Finanças.

AVISO DE SUSPENÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO 041/2015 DO FMS

Município de Morro da Fumaça. AVISO DE SUSPENÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO 041/2015 do FMS. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSULTORIA NA GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, COMPREENDENDO A ATENÇÃO BÁSICA E SAÚDE DE MÉDIA COMPLEXIDADE CAPACITAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS METAS DO PROGRAMA DE MELHORIA NA QUALIDADE DE ATENÇÃO BÁSICA PMAQ CAPACITAÇÃO PARA O CONSELHO DE SAÚDE, PLANEJAMENTO E CAPITAÇÃO DE RECURSOS, conforme anexo. Data: 03/11/2015 às 09:00. FICA SUSPENSO A LICITAÇÃO. Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. Fernando D. Teixeira – Secretário de Finanças.

AVISO DE SUSPENÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO 088/2015

Município de Morro da Fumaça. AVISO DE SUSPENÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO 088/2015 Objeto para: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO RAMO ALIMENTÍCIO, conforme anexo. Data: 27/10/2015 às 09:00. FICA SUSPENSO A LICITAÇÃO. Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. Fernando D. Teixeira – Secretário de Finanças.

CONTRATOS SET/2015 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA		Folha: 1/1
FUNDO MUNIC. DE ASSIST. SOCIAL DE MORRO DA FUMACA		
CNPJ: 83.000.323/0001-02 RUA 20 DE MAIO, 100 C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC		<u>Mês/Ano da Assinatura:</u> Setembro/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA
CNPJ: 04.739.927/0001-07
Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
Número da Licitação: 11/2015 **Número do Processo:** 11/2015 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 14/2015
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DO CENTRO PUBLICO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO, conforme planilhas em anexo.

Data da Assinatura: 14/09/2015
Data da Publicação no Diário Oficial: 15/10/2015
Vigência: 14/09/2015 a 31/12/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 267.410,99 **Forma de Pagamento:** À Vista

CONTRATOS SET/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA		Folha: 1/1
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA		
CNPJ: 10.598.648/0001-65 RUA 20 DE MAIO, 100 C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC		<u>Mês/Ano da Assinatura:</u> Setembro/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: GIGABYTE TECNOLOGIA ME
CNPJ: 10.565.634/0001-45
Modalidade: Convite p/ Compras e Serviços
Número da Licitação: 32/2015 **Número do Processo:** 32/2015 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 24/2015
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO E REPAROS NOS EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA DA SAUDE, conforme anexo.

Data da Assinatura: 30/09/2015
Data da Publicação no Diário Oficial: 15/10/2015
Vigência: 30/09/2015 a 31/12/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 20.050,00 **Forma de Pagamento:** PARCELADO

CONTRATOS SET/2015 PMMF

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA CNPJ: 83.000.323/0001-02 RUA 20 DE MAIO, 100 C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC	Folha: 1/1
--	------------

<u>Mês/Ano da Assinatura:</u> Setembro/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: LASERTEC - TONERS E CARTUCHOS LTDA
CNPJ: 09.028.165/0001-46
Modalidade: Convite p/ Compras e Serviços
Número da Licitação: 59/2015 **Número do Processo:** 59/2015 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 68/2015
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE INFORMATICA PARA REPOSIÇÃO, conforme anexo.

Data da Assinatura: 03/09/2015
Data da Publicação no Diário Oficial: 15/10/2015
Vigência: 03/09/2015 a 31/12/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 22.586,00 **Forma de Pagamento:** PARCELADO

Navegantes

PREFEITURA

APROVAÇÃO/REPROVAÇÃO – AMOSTRA PREGÃO Nº 129/2015 – PMN.(6ºS COLOCADOS)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC., APÓS ANALISAR AS AMOSTRAS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 129/2015º - 6ºs COLOCADOS, INFORMA QUE FORAM APROVADOS/REPROVADOS, CONFORME SEGUE:

OBS>: OS LICITANTES QUE NÃO APRESENTARAM AS AMOSTRAS, RESPONDERÃO MEDIANTE PROCESSO ADMINISTRATIVO, PODENDO SER SUSPENSO.

CÉLIA REGINA – Itens Reprovados: 06 e 23 (não apresentou amostras).

LINEAR – Itens Aprovados : 04 e 45

Navegantes/SC 22 de outubro de 2015.

ATA DE APROVAÇÃO E REPROVAÇÃO AMOSTRA 03/2015 FMAS

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE NAVEGANTES SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Rua Aníbal Gaya, nº938, Centro – Navegantes CEP 88375-000 Fone: (47) 3342 3580.
--	---

Assunto: Aprovação das amostras - Processo Licitatório nº03/2015

Pela presente, em razão da necessidade de avaliação dos itens/especificações apresentados para os alimentos que se pretende adquirir através do processo licitatório supracitado, venho manifestar concordância EM TOTALIDADE com as amostras apresentadas pela empresa Distribuidora Nova Esperança, com relação aos itens 01, 02, 03, 04, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 30, 32, 33, e 34. Com relação a amostra do "item 24" – Peito de Frango, a embalagem apresentada na amostra pesa 900 g., quando na descrição da ata solicita que seja de 1 kg, razão pela qual é reprovada, bem como com relação a amostra do "item 29" – Batata Palha, a embalagem apresentada na amostra pesa 1 kg, quando na descrição da ata solicita que seja de 500 g., razão pela qual é reprovada. Saliento que a reprovação se dá na dificuldade de verificação na hora do recebimento, especificamente com relação ao item 24 que possui quantidade inferior a solicitada. Por fim, os itens 05 e 06 restam reprovados porquanto não foi apresentada amostra em tempo hábil.

No mais, considerando que foram fracassados os itens 19, 31 e 35, requeiro desde já que seja republicado o edital a fim de tentar novamente chamar interessados em fornecer as referidas mercadorias, bem como que sejam tomadas as devidas providências com relação aos itens reprovados descritos a cima.

Certa de suas providências, agradeço penhorada, ao tempo em que renovo protestos de estima e apreço.

Navegantes, 19 de outubro de 2015.

Iuli da Cunha Ceschin

Secretaria de Assistência Social

ATA PREGÃO PRESENCIAL 136/2015 PMN

ATA PREGÃO 136/2015 PMN

AO(S) 22 DE OUTUBRO DE 2015, ÀS 14:00 HORAS, NA SEDE DA(O) PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES , REUNIRAM-SE O PREGOEIRO E SUA EQUIPE DE APOIO, DESIGNADA PELA(O) PORTARIA Nº 71 DE 29 DE JANEIRO DE 2015.

FOOT COMERCIAL LTDA ME (12742).

ABERTO O CERTAME COM A PARTICIPAÇÃO DAS LICITANTES BONA GENTE, DANNA COMERC., FOOT COMECIAL, FERRAMENTAS GERAIS E ALTERMED, SOMENTE A EMPRESA FOOT CONSTOITOU COM REPRESENTANTE PRESENTE. AS EMPRESAS BONNA GENTE E DANNA FORAM DESCLASSIFICADA POR NÃO CUMPRIREM O ITEM 3.8 DO EDITAL - APRESENTAÇÃO DO 3º ENVELOPE CONTENDO OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO PARA LICITANTES FALTANTES. A EMPRESA FOOT É ENQUADRADA COMO ME/EPP. A LICITAÇÃO É ACOMPANHADA PELO TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO JOABE NOGUEIRA DA SILVA. APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE FOI DISPONIBILIZADO O CREDENCIAMENTO PARA VISTOS, COMO NÃO HOUE APONTAMENTOS, PASSOU-SE PARA A PROXIMA ETAPA.

APÓS FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE PROPOSTAS E LOGO EM SEGUIDA FOI ABERTA A SESSÃO DE LANCES. NA SESSÃO DE LANCES A EMPRESA FOOT COBRIU COM LANCE AS PROPOSTAS DAS EMPRESAS AUSENTES SE SAGRANDO VENCEDORA DO CERTAME. EM SEGUIDA FOI ABERTO O ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E VERIFICOU-SE QUE A EMPRESA VENCEDORA ATENDEU O EXIGIDO NO EDITAL.

A EMPRESA FOOT COMERCIO JÁ APRESENTOU A AMOSTRA QUE JÁ FICOU EM PODER DO TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO. NÃO HAVENDO INTENÇÃO DE RECURSOS. ENCERRA-SE A SESSÃO E ENCAMINHA-SE A AUTORIDADE COMPETENTE.

MARIA BENEDITA CORREA - PREGOEIRA
CARLA CLAUDINO - - EQUIPE DE APOIO.

FRANCIELE JUSTINO ----- EQUIPE DE APOIO.

NAVEGANTES SC, 22 DE OUTUBRO DE 2015.

CONVOCAÇÃO DO 7º COLOCADO – PREGÃO Nº 129/2015 – PMN

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC., CONVOCA PARA APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS DOS	
7º COLOCADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 129/2015 - PMN, CONFORME SEGUIR:	
ITENS	7º COLOCADO
6	LINEAR IN.COM. LTDA
NAVEGANTES/SC, 22 DE OUTUBRO DE 2015.	

DECISÃO- PEDIDO REEQUILIBRIO DE PREÇOS-INDEFERIMENTO EMPRESA: LICISUL COMERCIAL LTDA

DECISÃO- PEDIDO REEQUILIBRIO DE PREÇOS- INDEFERIMENTO EMPRESA: LICISUL COMERCIAL LTDA
CNPJ: 21.112.066/0001-43

Aos 22 (vinte e dois) dias, do mês de outubro de 2015, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, com sede a Rua João Emílio nº. 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, nos termos das Leis nº. 8.666/93, 10.520/2002 e dos decretos nº. 3.931/2001 e 056/2009, das demais normas legais aplicáveis, conforme classificação das propostas apresentadas no Pregão de Registro de Preços nº.84/2015, Ata de julgamento de Preços homologada pelo Prefeito Municipal, RESOLVE indeferir o pedido de reequilíbrio do presente registro de preços, tendo em vista que o pedido foi protocolado formalmente em 09/10/2015, porém com divergências.

Josezite dos santos
Depto de Compras

Corroborando

Silva M Francisco
Secretária de Administração

DECISÃO- PEDIDO REEQUILIBRIO DE PREÇOS-INDEFERIMENTO EMPRESA: POSTO DNA LTDA.

DECISÃO- PEDIDO REEQUILIBRIO DE PREÇOS- INDEFERIMENTO EMPRESA: POSTO DNA LTDA.
CNPJ: 13.661.163/0001-67

Aos 22 (vinte e dois) dias, do mês de outubro de 2015, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, com sede a Rua João Emílio nº. 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, nos termos das Leis nº. 8.666/93, 10.520/2002 e dos decretos nº. 3.931/2001 e 056/2009, das demais normas legais aplicáveis, conforme classificação das propostas apresentadas no Pregão de Registro de Preços nº.06/2015, Ata de julgamento de Preços homologada pelo Prefeito Municipal, RESOLVE indeferir o pedido de reequilíbrio do presente registro de preços, tendo em vista que o pedido foi protocolado formalmente em 13/10/2015, porém com divergências.

Josezite dos santos
Depto de Compras

Corroborando

Silva M Francisco
Secretária de Administração

DECISÃO- PEDIDO REEQUILIBRIO DE PREÇOS-INDEFERIMENTO EMPRESA: CIA ULTRAGAZ S.A.

DECISÃO- PEDIDO REEQUILIBRIO DE PREÇOS-INDEFERIMENTO EMPRESA: CIA ULTRAGAZ S.A.
CNPJ: 61.602.199/0001-30

Aos 22 (vinte e dois) dias, do mês de outubro de 2015, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, com sede a Rua João Emílio nº. 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, nos termos das Leis nº. 8.666/93, 10.520/2002 e dos decretos nº. 3.931/2001 e 056/2009, das demais normas legais aplicáveis, conforme classificação das propostas apresentadas no Pregão de Registro de Preços nº.33/2015, Ata de julgamento de Preços homologada pelo Prefeito Municipal, RESOLVE INDEFERIR o pedido de reequilíbrio do presente registro de preços, tendo em vista que o pedido foi protocolado formalmente em 25/09/2015, porém com divergências.

Josezite dos Santos
Depto de Compras

Corroborando

Silvana M. Francisco
Secretária de Administração

DECISÃO- PEDIDO REEQUILIBRIO DE PREÇOS-INDEFERIMENTO EMPRESA: CATARINA COM DE COMBUSTIVEIS LTDA

DECISÃO- PEDIDO REEQUILIBRIO DE PREÇOS- INDEFERIMENTO EMPRESA: CATARINA COM DE COMBUSTIVEIS LTDA
CNPJ : 19.512.778/0001-08

Aos 22 (vinte e dois) dias, do mês de outubro de 2015, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, com sede a Rua João Emílio nº. 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, nos termos das Leis nº. 8.666/93, 10.520/2002 e dos decretos nº. 3.931/2001 e 056/2009, das demais normas legais aplicáveis, conforme classificação das propostas apresentadas no Pregão de Registro de Preços nº.006/2015, Ata de julgamento de Preços homologada pelo Prefeito Municipal, RESOLVE indeferir o pedido de reequilíbrio do presente registro de preços, tendo em vista que o pedido foi protocolado formalmente em 19/10/2015, porém com divergências.

Josezite dos santos
Depto de Compras

Corroborando

Silvana M. Francisco
Secretária de Administração

DECRETO Nº 478 DE 22 DE OUTUBRO DE 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO Nº 478 DE 22 DE OUTUBRO DE 2015
DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do art. 18, da Lei nº 2947 de 21/11/2014 e pelo inciso VI do art. 167 da Constituição Federal:

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 215.290,00 (Duzentos e Quinze Mil e Duzentos e Noventa Reais), da seguintes dotações, na respectiva fonte de recursos:

Fonte de Recursos – 10.001 – Recursos Sesan

28 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
01 – Diretoria Adm., Financeira, Planejamento e Projetos
17.512.0057 – 2.114 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Adm. Fin. Planejamento e Projetos
229 – 3.3.50.00.00.00 – Transferências a Inst. Privadas s/Fins Lucrativos R\$ 49.990,00
231 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 99.990,00
02 – Diretoria de Operações, Expansão e Comércio
17.512.0057 – 2.115 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Operações, Expansão e Comércio
240 – 3.3.93.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Direta entre Órgãos R\$ 15.320,00
241 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 49.990,00

Art. 2º Os recursos acima, suplementarão as seguintes dotações orçamentárias:

Fonte de Recursos – 10.001 – Recursos Sesan

28 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
01 – Diretoria Adm., Financeira, Planejamento e Projetos
17.512.0057 – 2.114 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Adm. Fin. Planejamento e Projetos
230 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 149.980,00
02 – Diretoria de Operações, Expansão e Comércio
17.512.0057 – 2.115 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Operações, Expansão e Comércio
238 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 65.310,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
Navegantes, 22 de Outubro de 2015
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 22 de Outubro de 2015.

Silvana Maria Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

EXTRATO CONTRATUAL Nº 210/2015.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 210/2015.

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Contratada: PJ SERVIÇOS E COMERCIO EIRELI.

CNPJ: 13.060.647/0001-50.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E PRODUTOS DE LIMPEZA (PAPEL HIGIÊNICO E VASSOURA) PARA O ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DAS UNIDADES E CENTROS EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO DO NAVEGANTES/SC. (ITENS FRACASSADOS NOS PREGÕES PRESENCIAIS Nº11/2015, 063/2015 E 085/2015).
VALOR TOTAL: R\$ 6.610,00

Processo: DL 144/2015.

Conforme Art. 24, inciso V Lei de Licitações: Lei nº 8.666/93.

Vigência: 90 dias.

Recursos: 2.038 / 2.0555 3.3.90.00.00 (10100)

Navegantes, 19 de outubro de 2015.

CÂMARA MUNICIPAL**LICITAÇÃO 007-2015 - TOMADA DE PREÇOS 002-2015 - CONCURSO PÚBLICO - EDITAL**

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 007/2015

TOMADA DE PREÇOS N.º 002/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU INSTITUIÇÃO DE ENSINO ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS PARA CARGOS PÚBLICOS DE PROVIMENTO EFETIVO NA CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES-SC, conforme especificações, constantes neste edital.

TIPO DE LICITAÇÃO: MELHOR TÉCNICA E PREÇO.

REGIMENTO: Regido pela Lei federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores, e demais Decretos e normas regulamentares aplicáveis à espécie.

ABERTURA DA SESSÃO: às 14 (quatorze) horas do dia 23 (vinte e três) de novembro de 2015, no Plenário da Câmara de Vereadores de Navegantes, sito à Rua Ezequiel Antero Rocha, nº 315, Centro, Cidade de Navegantes-SC.

VALOR ESTIMADO TOTAL: R\$ 50.630,67 (cinquenta mil, seiscentos e trinta reais e sessenta e sete centavos).

INFORMAÇÕES: Pessoalmente, no endereço acima ou no endereço eletrônico licitacaocamaranvg@gmail.com.

LEITURA E/OU RETIRADA DO EDITAL: no endereço acima citado, em dias úteis, das 13h às 19h falar com o Senhor Vilsemar Olímpio Duarte

(Presidente da Comissão de Licitação), ou através do site www.cvnavegantes.sc.gov.br

Navegantes, 20 de outubro de 2015.

NORMA ESPINDOLA

PRESIDENTE DA CÂMARA DE NAVEGANTES

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2015

MODALIDADE MELHOR TÉCNICA E PREÇO

Município de Navegantes - SC

Câmara de Vereadores de Navegantes

Processo Licitatório nº 007/2015

Tipo de julgamento: MELHOR TÉCNICA E PREÇO

TOMADA DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA / INSTITUIÇÃO DE ENSINO ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS PARA CARGOS PÚBLICOS DE PROVIMENTO EFETIVO NA CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES-SC, conforme especificações, constantes neste edital.

NORMA ESPÍNDOLA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, torna público para o conhecimento de quem interessar possa que às 14 (quatorze) horas do dia 23 (vinte e três) de novembro de 2015, se reunirá a Comissão de Licitações e Julgamentos na Câmara Municipal, sita à Rua Ezequiel Antero Rocha, nº 315, Centro, Cidade de Navegantes, com a finalidade de receber envelopes para habilitação e proposta de licitação referente a contratação de empresa especializada em realizar concurso público para provimento de vagas para cargos de provimento efetivo na Câmara Municipal de Navegantes-SC.

01 – DISPOSIÇÕES INICIAIS

01.01 - A presente licitação é realizada na modalidade TOMADA DE PREÇOS, tipo Melhor Técnica e Preço, de acordo com disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, normas contidas neste Edital e sua Minuta de Contrato, anexos, bem como as demais disposições legais cabíveis na espécie.

01.02 - Integram o presente Edital os seguintes anexos:

Anexo I - Modelo de Credenciamento;

Anexo II - Modelo de Declaração específica de que a empresa proponente não foi declarada Inidônea para licitar ou contratar com o Poder Público;

Anexo III – Modelo de declaração que a empresa proponente não emprega menor de idade;

Anexo IV - Minuta do Contrato;

Anexo V – Proposta Financeira;

Anexo VI – Termo de Referência.

02 – DO OBJETO

02.01 – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS DO QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NAVEGANTES-SC, EM CONFORMIDADE COM AS DISPOSIÇÕES DO PRESENTE EDITAL E SEUS ANEXOS, sendo que abrange, dentre outras:

- 1) Diagnóstico prévio do concurso;
- 2) Elaboração e publicação do aviso de realização do concurso;
- 3) Disponibilização de endereço eletrônico com acesso para informações e inscrições;
- 4) Elaboração do edital;
- 5) Processo de inscrição;
- 6) Elaboração de programa e análise técnica das provas teórico-objetivas e avaliação títulos;
- 7) Impressão das provas;
- 8) Atendimento aos portadores de necessidades especiais;
- 9) Divulgação dos dias e locais das provas, de acordo com o cronograma a ser definido entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA;
- 10) Aplicação das provas com fornecimento de folha ótica pré-identificada;
- 11) Divulgação dos gabaritos e notas preliminares e análise de recursos;
- 12) Correção das provas teórico-objetivas e avaliação das provas práticas;
- 13) Divulgação dos resultados;
- 14) Classificação final;
- 15) Elaboração de relatórios;
- 16) Informação aos candidatos; etc.

OUTRAS CONDIÇÕES:

Para cada cargo existente com exigência de nível superior, a empresa vencedora deverá possuir em seu quadro de pessoal, um mestre específico para elaborar e acompanhar todas as etapas da aplicação das provas.

02.01.01 – Os valores a serem pagos pelos candidatos, a título de inscrição, serão definidos pela CONTRATANTE quando do lançamento do Edital de Concurso e constituir-se-ão em receita ao erário municipal.

02.01.02. O prazo para execução total dos serviços, objeto deste Tomada de Preços, será de até 120 (cento e vinte) dias, a partir da assinatura do contrato, prorrogável no máximo por igual período, conforme necessidade e/ou interesse das partes.

02.01.03. Os serviços serão executados pelo preço global, constante da proposta da licitante vencedora.

02.01.04. As despesas decorrentes das obrigações assumidas do objeto desta licitação correrão à Conta do Orçamento – exercício 2015 pela seguinte dotação orçamentária: xxxxxxxxxxxxxxxx.

03 - DAS RESTRIÇÕES

03.01- Não poderá participar da presente licitação sociedade empresária:

- a) declarada inidônea de acordo com o previsto no inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e que não tenha restabelecido sua idoneidade;
- b) com falência decretada;
- c) consorciada;
- d) suspensão pelo Município de Navegantes-SC;
- e) em regime de recuperação judicial;
- f) pessoa jurídica que, dentre seus dirigentes, Responsáveis Técnicos ou legais, dentre suas equipes técnicas, bem como dentre eventuais sub-contratados figure quem seja ocupante de cargo ou emprego na Administração Direta ou Indireta do Município de Navegantes ou Câmara Municipal;
- g) de servidores ou dirigentes da entidade contratante ou responsável pela licitação.

04 - FASES DA LICITAÇÃO

04.01. Esta licitação será realizada em duas fases, sendo a primeira de Habilitação e a segunda de Proposta Técnica e Financeira, cujos documentos deverão ser entregues em envelopes, opacos, fechados e indevassáveis.

05 - FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

05.01 - O envelope nº 01-PROPOSTA, o envelope nº 02-PROPOSTA TÉCNICA HABILITAÇÃO e o envelope nº 03-PROPOSTA FINANCEIRA deverão ser protocolizados lacrados, até a data e horário previstos para o início da sessão pública, na Recepção do Edifício-Sede da Câmara de Vereadores de Navegantes-SC, à Rua Ezequiel Antero Rocha, 315, Centro, Navegantes-SC, CEP 88370-410, contendo as seguintes informações:

a) ENVELOPE DE HABILITAÇÃO:

HABILITAÇÃO – ENVELOPE Nº 01

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NAVEGANTES-SC

TOMADA DE PREÇOS Nº: 001/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 007/2015

NOME DA EMPRESA LICITANTE:

ENDEREÇO: FONE:

EMAIL:

b) ENVELOPE DA PROPOSTA TÉCNICA

PROPOSTA TÉCNICA – ENVELOPE Nº 02

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NAVEGANTES-SC

TOMADA DE PREÇOS Nº: 001/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 007/2015

NOME DA EMPRESA LICITANTE:

ENDEREÇO: FONE:

EMAIL:

c) ENVELOPE DA PROPOSTA FINANCEIRA:

PROPOSTA FINANCEIRA – ENVELOPE Nº 03

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NAVEGANTES-SC

TOMADA DE PREÇOS Nº: 001/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 007/2015

NOME DA EMPRESA LICITANTE:

ENDEREÇO: FONE:

EMAIL:

05.02. Somente poderão participar da presente licitação as empresas aptas ao cumprimento do objeto licitado, conforme especificado neste Edital, que atenderem às exigências enumeradas abaixo e aos requisitos da legislação específica.

05.02.01. Empresas que não estejam sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar no âmbito Federal, Estadual ou Municipal, conforme previsão no Art. 87, inciso IV, da Lei nº. 8.666/93 e nas respectivas entidades da administração indireta, ou que tenham sido suspensas de participar de licitação e impedidas de contratar com a Câmara de Vereadores de Navegantes – SC.

05.03. Os interessados deverão atender a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e de seus Anexos.

05.04. A observância das vedações do subitem 03.01. e 05.01 é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, sujeitar-se-á às penalidades cabíveis.

05.05. Em hipótese alguma serão recebidos envelopes após às 14 (quatorze) horas do dia 23/11/2015. Da mesma forma, não serão recebidos envelopes sem o comprovante de protocolo, conforme condições estabelecidas no item 05.01.

06 – HABILITAÇÃO.

06.01. HABILITAÇÃO JURÍDICA.

06.01.01. A habilitação ao presente pregão será demonstrada através da apresentação dos documentos abaixo relacionados, que poderão

ser apresentados em original, ou cópia autenticada através do cartório competente, ou de cópias simples, desde que sejam apresentados os originais para conferência da Comissão de Licitação.

06.01.02. Registro Comercial, no caso de empresa individual;

06.01.03. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;

06.01.03.01. Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

06.01.04. Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e

06.01.05. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Observação: No caso de apresentação dos documentos acima descritos no ato do credenciamento, fica dispensada a apresentação dos mesmos na fase de habilitação.

06.02 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

06.02.01. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da Lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 3 (três) meses da data de apresentação das propostas.

06.02.02. Apresentação da certidão negativa de falência, concordata e/ou recuperação judicial, expedida pelo cartório competente ou pelo distribuidor da sede da licitante, em data não anterior a 30 (trinta) dias da entrega das Propostas.

06.03. - REGULARIDADE FISCAL

06.03.01. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

06.03.02. Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, expedida pela Caixa Econômica Federal;

06.03.03. Certidão de regularidade de débito com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, da sede ou do domicílio da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei. Faz parte da prova de regularidade para com a Fazenda Federal, a Certidão quanto à Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;

06.03.04. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, em plena validade;

06.03.05. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividades e compatível com o objeto contratado;

06.03.06. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda documentação exigida neste edital, para efeito de comprovação da regularidade fiscal;

06.03.06.01. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, será assegurado o prazo de até 4 (quatro) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa; e

06.03.06.02. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº. 8.666/93, sendo facultado à Câmara de Vereadores de Navegantes convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a retirada do empenho, ou revogar a licitação.

06.04 – REGULARIDADE TRABALHISTA

a) Prova de regularidade junto a Justiça do Trabalho (CNDT)

06.04.01 – Os documentos de habilitação apresentados quando cópias deverão ser autenticadas por tabelião ou por servidor público desta administração municipal. Os documentos expedidos pela INTERNET poderão ser apresentados em forma original ou em cópia reprográfica. Entretanto, estarão sujeitas as verificações de sua autenticidade através de consulta realizada pela Comissão de Licitações.

06.04.02 – A empresa que pretende se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 (e suas alterações), deverá apresentar, no envelope de habilitação, além de todos os documentos previstos no item – 06, declaração, firmada por contador e responsável legal da licitante, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte.

06.04.03 – As Cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, conforme o art. 34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, no envelope de habilitação, declaração, firmada por contador e responsável legal da licitante, de que se enquadra no limite de receita referido acima.

06.04.04- O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

06.04.05 - A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 06.04, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de

classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

06.05. Outros Documentos:

06.05.01. Declaração formal que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República do Brasil e Declaração formal da licitante assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Câmara de Vereadores de Navegantes, conforme modelo do Anexo II.

06.05.02. Os documentos mencionados para devida Habilitação deverão referir-se exclusivamente ao estabelecimento licitante (matriz ou filial), ressalvada a hipótese de centralização de recolhimento de tributos e contribuições pela matriz, que deverá ser comprovada por documento próprio, e estarem vigentes à época da abertura do envelope contendo a documentação.

06.05.03. Não serão aceitos protocolos referentes à solicitação feita às repartições competentes, quanto aos documentos acima mencionados, cópias não autenticadas, nem cópias ilegíveis ainda que autenticadas.

06.05.04. Caso o licitante queira que o servidor desta Câmara de Vereadores autentique seus documentos deverá fazê-lo da seguinte forma: entregar fotocópias dos documentos e, concomitantemente, apresentar os originais para conferência.

06.05.05. Para as certidões que não mencionarem o prazo da validade, considerar-se-á o prazo de 90 (noventa) dias, contados da data da expedição do respectivo documento, salvo para o documento citado no subitem 06.04.01.

06.05.06. O tratamento diferenciado, favorecido e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, somente será concedido se estas empresas apresentarem no certame toda a documentação fiscal exigida, mesmo que está contenha alguma restrição.

06.05.07 A documentação exigida será aceita também se expedida pela Internet, quando for o caso, sujeita a comprovação de sua veracidade Comissão de Licitação.

07 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

07.01. Certidão de Regularidade junto à entidade profissional competente, em que conste também o nome do profissional responsável técnico.

07.02. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, através de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrados na entidade profissional competente. Nos atestados deverá constar a realização de concurso público, contemplando inscrições on-line/internet e aplicação de Prova Objetiva e Títulos. Se fornecidos por pessoa jurídica de direito privado, os atestados deverão ter assinatura com firma reconhecida em cartório.

08 – FASE DE HABILITAÇÃO

08.01 - Para fins de habilitação, a licitante deverá apresentar, dentro do ENVELOPE Nº 01, os seguintes documentos dentro dos respectivos prazos de validade:

08.01.01 – Declaração de que não há fato impeditivo de licitar com o Município de Navegantes ou com a Câmara Municipal (MODELO ANEXO II);

08.01.02 - Declaração expressa da aceitação das condições estabelecidas no presente Edital para todas as fases da Licitação.

08.01.03 - Declaração de Idoneidade firmada pelo representante legal da proponente participante e inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação.

09 – PROPOSTA TÉCNICA

09.01 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

Os documentos que compõem a PROPOSTA TÉCNICA – ENVELOPE Nº 02 – deverão ser apresentados em original ou por cópia autenticada por tabelião ou por servidor público desta Câmara Municipal, datilografados ou impressos, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, e assinados pelo representante legal, ou mandatário especificamente credenciado. No caso de ser assinados pelo mandatário, será necessária a apresentação da procuração outorgada com especificação dessa finalidade, ficando dispensada a obrigação caso a referida procuração tenha sido apresentada na documentação de habilitação.

09.01.01 – Deverão constar na PROPOSTA TÉCNICA os seguintes elementos:

a) EQUIPE TÉCNICA – Para comprovação da equipe técnica, deverão ser encaminhados os seguintes documentos:

I) relação nominal dos componentes da equipe técnica que estarão envolvidos no planejamento, elaboração e realização do concurso público;

II) currículos dos respectivos profissionais relacionados na Equipe Técnica, os quais deverão conter identificação, escolaridade e experiência na realização de concurso público;

III) cópia autenticada de documentos comprobatórios dos títulos pontuados;

IV) cópia autenticada da anotação da carteira de trabalho ou Ficha de Registro de Empregado quando este não fizer parte do Contrato Social da empresa proponente ou contrato de prestação de serviços dos mesmos com a empresa proponente, comprovando o vínculo;

V) declaração, datada e assinada pelo respectivo profissional, com os seguintes dizeres: "Declaro que faço parte da equipe técnico-administrativa da (razão social da empresa/instituição), desde ____/____/____, responsabilizando-me pelas informações prestadas nesse currículo";

a1) Os documentos exigidos nas alíneas supramencionadas deverão constar da proposta técnica, obrigatoriamente, sendo que o não atendimento do estabelecido no Edital, seja por apresentação incompleta dos documentos, ausências e/ou omissões de itens, rasuras, emendas ou entrelinhas, implicará na não computação dos pontos correspondentes.

a2) A definição dos pontos do item EQUIPE TÉCNICA será feita através do somatório das pontuações, atribuída de acordo com os seguintes critérios:

Pontuação máxima - 40 (quarenta) pontos

Formação	Quantidade de Pontos por Técnico/Formação	Máximo de Pontos
Doutorado	3,0 (três) pontos por técnico	18 pontos
Mestrado	2,0 (dois) pontos por técnico	12 pontos
Pós-graduação	1,0 (um) pontos por técnico	06 pontos
Graduação	0,5 (zero vírgula cinco) pontos por técnico	04 pontos
TOTAL:		40 PONTOS

a3) Com relação ao item "a", o participante da EQUIPE TÉCNICA poderá pontuar em apenas uma titulação, qual seja, a maior apresentada.

b) EXPERIÊNCIA DA LICITANTE E UNIVERSO DE CANDIDATOS – comprovação de experiência em elaboração de provas, organização e processamento de resultados em concursos públicos, processos seletivos para cargos ou empregos públicos, concursos vestibulares ou processo seletivo para acesso ao ensino superior, indicando a instituição, número de candidatos inscritos no referido concurso e ano de realização por meio de atestados ou declarações fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrados na entidade profissional competente. Se fornecidos por pessoa jurídica de direito privado, as declarações deverão ter assinatura com firma reconhecida em cartório.

b1) A definição dos pontos da EXPERIÊNCIA DA LICITANTE E UNIVERSO DE CANDIDATOS será apurada através do somatório das pontuações, conforme segue:

Pontuação Máxima – 40 (quarenta) pontos

Qualidade	Número de Candidatos	Quantidade de Pontos por Concurso	Máximo de Pontos
Concurso Público ou Processo Seletivo para cargo ou emprego público	Até 250 candidatos.	2,0 pontos	
	De 251 a 500 candidatos.	4,0 pontos	
	De 501 a 750 candidatos.	6,0 pontos	
	Superior a 750 candidatos.	8,0 pontos	
Concurso Vestibular ou Processo Seletivo para Faculdades.			
Até 250 candidatos.		2,0 pontos	
	De 251 a 500 candidatos.	4,0 pontos	
	De 501 a 750 candidatos.	6,0 pontos	
	Superior a 750 candidatos.	8,0 pontos	
TOTAL:			40 PONTOS

b2) Cada atestado valerá uma única vez, sendo avaliado pelo maior número de candidatos.

b3) Serão considerados somente concursos públicos ou qualquer outro processo seletivo que atenda o disposto nos artigos 37, inciso II e 198, § 4º, da Constituição Federal.

c) EXPERIÊNCIA DA LICITANTE EM QUANTIDADES DE CONCURSOS OU PROCESSOS SELETIVOS REALIZADOS – Comprovação de experiência em planejamento, organização, execução e realização de concursos públicos e ou processos seletivos, através de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrados na entidade Profissional competente. Se fornecidos por pessoa jurídica de direito privado, os atestados/declarações deverão ter assinatura com firma reconhecida em cartório.

c1) Apresentar documentação que comprove a veracidade das informações prestadas quanto aos concursos ou processos seletivos realizados no âmbito municipal, estadual ou federal, que a instituição realizou. A definição dos pontos comprovando a realização do concurso ou processo seletivo realizado será feita através do somatório das pontuações, de acordo com os critérios constantes no quadro abaixo.

c2) Cada concurso ou processo seletivo realizado, observado o pré-requisito apresentado no quadro abaixo receberá pontuação de acordo com o número de concursos ou processos seletivos realizados. A instituição poderá somar até 20 pontos, conforme os critérios apresentados no quadro abaixo.

Pontuação Máxima – 20 (vinte) pontos

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA LICITANTE EM QUANTIDADE DE CONCURSOS OU PROCESSOS SELETIVOS REALIZADOS NÚMERO DE PONTOS	
Intervalo	Peso
Até 8 concursos ou processos seletivos	0,5 pontos por atestado
De 9 a 14 concursos ou processos seletivos	1,0 pontos por atestado
De 15 a 20 concursos ou processos seletivos	1,5 pontos por atestado
Acima de 20 concursos ou processos seletivos	2,0 pontos por atestado

Pontuação Máxima	20 Pontos
------------------	-----------

c3) cada empresa poderá pontuar em apenas um dos intervalos, ou seja, pelo maior número de concursos ou processos seletivos apresentados.

d) A aferição da NOTA DA PROPOSTA TÉCNICA analisada será feita através do somatório dos pontos da EQUIPE TÉCNICA, da EXPERIÊNCIA DA EMPRESA E UNIVERSO DE CANDIDATOS e da EXPERIÊNCIA DA EMPRESA EM QUANTIDADE DE CONCURSOS OU PROCESSOS SELETIVOS REALIZADOS, respeitando-se os limites de máximos, quando estabelecidos, conforme fórmula que segue:

$$NPT = (ET) + (EUC) + (EQC)$$

100

Onde:

NPT = Nota da Proposta Técnica

ET = Equipe Técnica

EUC = Experiência da Empresa e Universo de Candidatos

EQC = Experiência da Empresa em Quantidade de Concursos ou Processos Seletivos Realizados

10 – FASE DE PROPOSTA FINANCEIRA

10.01 – A proposta financeira será apresentada no ENVELOPE Nº 03, com valor global, de acordo com o objeto, consignando claramente o preço final do serviço, expressa com apenas duas casas após a vírgula, em moeda corrente nacional (Reais), datada, assinada, contendo a razão social da empresa, número do CNPJ, endereço, e telefone. Não serão aceitas propostas opcionais ou condicionais, sendo desconsideradas as propostas que contiverem rasuras, emendas, ressalvas, borrões ou entrelinhas, que possam suscitar dúvidas, especialmente em se tratando de valores, assim como não serão consideradas as propostas que desatenderem a qualquer exigência contida no presente Edital.

10.02 - A proposta financeira indicará o preço global para a execução dos serviços licitados de realização de Concurso Público, tomando-se por base o número de cargos a serem preenchidos, conforme Termo de Referência.

10.03 - Salienta-se que o valor estimado da contratação foi definido com base na média dos orçamentos realizados com empresas que atuam no mercado, as quais foram científicas de que os serviços orçados seriam prestados para um órgão público.

11 – DO CREDENCIAMENTO

11.01- O credenciamento do representante da licitante que não seja sócio-gerente ou diretor da empresa, far-se-á mediante a apresentação da Carta de Credenciamento (conforme modelo do Anexo I), e/ou instrumento público ou particular, sendo que este último deverá conter assinatura reconhecida em cartório. O credenciamento será necessário somente para as empresas licitantes que se fizerem presentes no momento da abertura dos envelopes referentes a este certame licitatório. Será admitido apenas um representante por empresa, o qual deverá estar munido de cédula de identidade ou outro documento equivalente com foto, bem como somente se admitirá representar uma licitante.

11.02- Caso a credencial não tenha sido assinada por sócio-gerente ou diretor da empresa, identificado no CRC (Certificado de Registro Cadastral) ou no Ato Constitutivo, a mesma deverá vir acompanhada de procuração que conceda poderes ao signatário da Credencial.

11.03- A ausência de credencial ou procuração não é motivo para inabilitar a licitante, todavia, impede a manifestação do representante não credenciado no curso do processo licitatório.

11.04- Quanto aos representantes:

a) tratando-se de representante legal de sociedade empresária ou cooperativa, ou empresário individual, deverá apresentar o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro empresarial, registrado na Junta Comercial; ou, tratando-se de sociedade não empresária ato constitutivo atualizado registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência dessa investidura;

b) tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, realizado na Câmara Municipal de Navegantes, acompanhada do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.

c) O representante (legal ou procurador) da empresa interessada deverá identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

d) Será admitido apenas 01 (um) representante para cada Empresa Licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

e) O licitante que não contar com representante presente na sessão ou, ainda que presente, não puder praticar atos em seu nome por conta da apresentação de documentação defeituosa, ficará impedido de participar na fase de lances verbais, de negociar preços, de declarar a intenção de interpor ou renunciar ao direito de interpor recurso, ficando mantido, portanto, o preço apresentando na proposta escrita, que há de ser considerada para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.

f) Em caso excepcional a empresa licitante poderá substituir o representante credenciado, apresentando novo credenciamento, desde que revogando o anterior.

11.05. Em caso de sócio proprietário, dirigente ou assemelhado da licitante, o credenciamento far-se-á pela apresentação de cópia do respectivo estatuto, contrato social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

12 – DO PROCEDIMENTO

12.01- Os envelopes de Habilitação, Proposta Técnica e Proposta Financeira serão recebidos na sede da Câmara Municipal, na Rua Ezequiel Antero Rocha, nº 315, Centro, Cidade de Navegantes-SC, até o dia e hora estabelecidos no preâmbulo deste edital.

12.02- Recebidos os envelopes, devidamente protocolizados, na data e horário aprazado, a Comissão de Licitações iniciará a fase de credenciamento, e, na sequência, passará a fase de habilitação, com a abertura dos envelopes;

12.03- Após a abertura dos envelopes referentes à documentação, cada um dos documentos será rubricado pela Comissão e pelos representantes das empresas licitantes credenciados presentes.

12.04- Posteriormente ao aludido nos itens acima, a Comissão de Licitação, se possível, decidirá sobre a habilitação dos concorrentes, caso contrário, analisará os documentos e do resultado, será dada ciência aos interessados através de publicação no Mural do Câmara, também podendo ser utilizada a emissão de notificações via e-mail.

12.05- Em caso de inabilitação, o licitante terá o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação ou da lavratura da ata ou da Publicação do ato.

12.06- Ocorrendo qualquer incidente que importe em recurso, após a abertura dos envelopes da fase de habilitação, até o julgamento do mesmo, os envelopes de propostas técnica e financeira serão colocados em um envelope e lacrados, com a assinatura de todos os licitantes presentes, no laço, sendo dali retirados em data e hora a ser marcada pela Comissão de Licitações, quando serão abertos na forma do item 12.09.

12.07- Ao declarado inabilitado, será devolvido fechado os envelopes referentes à Proposta Técnica e Financeira, desde que não tenha havido recurso ou após a sua denegação.

12.08- Em qualquer fase desta licitação, havendo a renúncia expressa de todos os licitantes quanto ao direito de recurso nos termos do Artigo 109 da Lei Régia, a mesma poderá prosseguir com a prática dos atos subsequentes.

12.09- Após a fase de habilitação, a Comissão abrirá e apreciará o conteúdo dos envelopes atinentes as Propostas Técnica e Financeira dos licitantes habilitados, rubricando, juntamente com os presentes, cada uma das folhas apresentadas.

12.10- Após a primeira fase (habilitação) não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, devidamente formalizado e aceito pela Comissão.

12.11- Ultrapassada a fase de habilitação dos concorrentes, procedida à abertura dos demais envelopes, não caberá desclassificação por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fato superveniente e aceito pela Comissão.

13 – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

13.01 - A classificação das propostas far-se-á de acordo com a média ponderada das valorizações da proposta técnica e de preços de acordo com a seguinte fórmula:

$$MPF = (NPT \times 6,0) + (NF \times 4,0)$$

Onde:

MPF = Média Ponderada Final

NPT = Nota da Proposta Técnica

6,0 = Multiplicador da nota da Proposta Técnica

NF = Nota Financeira

4,0 = Multiplicador da Proposta Financeira

13.02 - Será considerada vencedora a licitante que atender a todas as condições do Edital e obtiver a maior pontuação apurada pela Média Ponderada Final definida acima.

13.03 - A classificação será por ordem decrescente do maior número de pontos apurados na MPF, de acordo com os critérios previstos neste Edital.

13.04 - Para efetuar os cálculos matemáticos indicados, serão considerados até 04 (quatro) algarismos após a vírgula decimal, sendo que para o quarto algarismo será considerada a seguinte convenção: se o quinto algarismo for menor ou igual a cinco, o mesmo será mantido, caso seja maior que cinco deverá ser acrescentado de uma unidade.

14 – DO JULGAMENTO

14.1 - O julgamento da presente licitação compreenderá três fases distintas: a primeira que se iniciará com a abertura do Envelope de n.º 01, relativo aos documentos de habilitação, e a segunda que se iniciará, com a abertura do Envelope de n.º 02, contendo as propostas técnicas e após com a abertura do Envelope de n.º 03, contendo as propostas financeiras.

14.2 – Para efeitos de classificação, sobre o preço proposto por cooperativa de trabalho, serão acrescidos 15% (quinze por cento), incidente sobre o valor bruto, correspondente ao encargo previdenciário a ser suportado pelo Município, deduzidos daquele os valores, expressos na planilha de quantitativos e custos unitários, relativos ao fornecimento de material e aluguel de equipamentos a serem utilizados no serviço.

14.3 - Para julgamento das propostas poderá a Comissão solicitar pareceres técnicos das áreas pertinentes, efetuar vistorias às instalações dos licitantes, acompanhado de técnicos sendo a verificação a seu exclusivo critério, ou outras diligências julgadas necessárias.

14.4 - Poderá a Câmara Municipal conceder prazo conforme estabelecido no art. 48, § 3º da Lei 8.666/93 e alterações, quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas.

14.05 - Em caso de inabilitação de todos os licitantes ou todas as propostas forem desclassificadas a Câmara Municipal fixará novo prazo para apresentação de documentação na forma do inciso 3º, do artigo 48, da Lei Federal nº 8.666/93.

15 – DO CRITÉRIO DE DESEMPATE

15.01 - Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem aos itens.

15.01.01 - Entende-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam iguais ou superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor valor.

15.01.02 - A situação de empate somente será verificada após ultrapassada a fase recursal da proposta, seja pelo decurso do prazo sem interposição de recurso, ou pelo julgamento definitivo do recurso interposto.

15.02 - Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, detentora da proposta de menor valor, poderá apresentar, no prazo de 2 (dois) dias úteis, nova proposta, por escrito, àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 15.01.01 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo e na forma prevista na alínea "a" deste item.

c) Se houver duas ou mais microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou cooperativas com propostas iguais, será realizado sorteio para estabelecer a ordem e serão convocadas para a apresentação de nova proposta, na forma das alíneas anteriores.

15.03 - Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências do item 15.02 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

15.04 - O disposto nos itens 15.01 a 15.03, deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa (que satisfaça as exigências deste edital).

15.05 - As demais hipóteses de empate terão como critério de desempate o sorteio, nos termos do art. 45, § 2º da Lei Federal nº 8.666, de 21.6.1993.

16 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

16.01- Dos atos da Administração, decorrentes do procedimento licitatório e na execução do Contrato Administrativo, cabem os recursos previstos no artigo 109 da Lei 8.666/93.

16.02- Os recursos devem observar os seguintes requisitos:

a) serem impressos e devidamente fundamentados;

b) conter a assinatura do Representante Legal da recorrente ou de seu procurador devidamente habilitado;

c) serem protocolados diretamente à Comissão de Licitações, dentro do prazo legal;

d) caso as licitantes interpuserem recursos administrativos através de e-mail, deverão ser transmitidos dentro do prazo recursal e seus originais serem entregues no prazo de 1 (um) dia útil após a data de término do prazo recursal, sob pena de ser considerado deserto ou prejudicado.

16.03- Os requisitos constantes no item acima também serão aplicados aos pedidos de esclarecimentos e impugnações feitas ao edital.

17 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.01- Encerrada a fase de julgamento, a Comissão classificará a proposta mais vantajosa do objeto ao licitante vencedor e encaminhará o processo à Presidente da Câmara Municipal para que o homologue e adjudique.

17.02- A Presidência da Câmara se reserva o direito de, a qualquer tempo, revogar ou anular o presente processo licitatório, por razões de interesse público advindas de fato superveniente devidamente comprovado ou por atos ilegais durante o procedimento Licitatório.

18 – DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

18.01- Esgotados os prazos e as instâncias recursais na forma do Artigo 109 da Lei régia, o licitante cuja proposta foi homologada como vencedora, será chamado para celebrar o contrato que integra esta licitação, mediante comunicação expressa, devendo fazê-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data em que receber a comunicação.

18.02 - Nos termos do §2º do art. 64 da Lei 8.666/93, poderá a Administração, quando o convocado se recusar a assinar o contrato ou retirar o documento equivalente, no prazo estabelecido, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições da primeira classificada, inclusive quanto aos preços ou revogar a licitação, independentemente da combinação estabelecida pelo art. 81 da legislação citada.

18.03- Ao vencedor do certame que se recusar a assinar contrato, serão aplicadas as sanções legais cabíveis, de acordo com o artigo 81 da Lei 8.666/93.

18.04- O Contrato celebrado a partir desta licitação, em caso de inexecução total ou parcial, poderá ser rescindido com base no artigo 77 e de acordo com o Artigo 78 e seguintes da Lei 8.666/93, a critério da administração.

19- DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO:

19.01 – A fiscalização da execução do contrato será realizada nos termos da Lei 8.666/93.

20 – DO PAGAMENTO E DO PRAZO

20.01 – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado ao licitante vencedor mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal, Fatura ou Duplicata, 30% (trinta por cento) em até 05 (cinco) dias úteis após homologação das inscrições; 40% (quarenta por cento) em até 05 (cinco) dias úteis após a realização da Prova Objetiva e 30% (trinta por cento) em até 05 (cinco) dias úteis após a remessa do resultado final.

20.02 – DO PRAZO

O prazo para execução do presente objeto será de 120 (cento e vinte) dias, a contar da assinatura do contrato e da disponibilidade, pelo Câmara Municipal, de todos os dados necessários para montagem do edital, podendo ser prorrogado por igual período, a critério das partes.

21 - DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

As despesas resultantes desta licitação correrão por conta de dotação orçamentária própria.

22 - DAS RESPONSABILIDADES

22.01 - A CONTRATADA, responsabiliza-se integral e exclusivamente pelas despesas realizadas durante a prestação do serviço pactuado, assim como por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários decorrentes das relações que ajustar com empregados ou prepostos seus eventualmente utilizados para auxiliar na prestação dos serviços em tela, ou decorrentes de danos por qualquer razão causados a terceiros, sem qualquer responsabilidade solidária do CONTRATANTE, aos quais desde logo, nesta, assegura o direito de regresso contra a CONTRATADA, em vindo a ser solidariamente responsabilizado.

23 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.01- Independentemente das sanções penais cabíveis e da indenização por perdas e danos e no caso de não cumprimento do proposto neste Edital, o Poder Público poderá aplicar as seguintes sanções, cumuladas ou não, como outras previstas no mesmo diploma legal:

- a) Advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido;
- b) multa de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, limitado esta a 15 (quinze) dias, após o qual será considerado inexecução contratual;
- c) multa de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um ano);
- d) multa de 10 % (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois anos).

Observação: as multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato, e deverá ser recolhida à Fazenda Municipal, até a data do primeiro pagamento a ser feito à CONTRATADA, após a aplicação da mesma.

24 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.01- Esta licitação poderá ser revogada ou anulada, nos termos do Artigo 49 da lei régia.

24.02- Não serão admitidas nesta licitação empresas que estiverem impedidas de licitar.

24.03- A apresentação de proposta significa a aceitação dos termos desta licitação e vincula as partes nos termos do diploma jurídico que a rege.

24.04- Os documentos dos licitantes inabilitados não retirados do Setor de Licitações e Contratos Administrativos no prazo de 30 (trinta) dias serão inutilizados.

24.05- Esta licitação será processada e julgada com a observância do contido na Lei Federal 8.666/93.

24.06- Serão processadas retenções previdenciárias e de ISSQN, na forma da Lei que regulam a matéria.

24.07- Este Edital está à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.cvnavegantes.sc.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 20 DE OUTUBRO DE 2015.

NORMA ESPÍNDOLA

PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES

LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº ____/20__

ANEXO I – MODELO DE CREDENCIAMENTO**CREDENCIADO:**

Nome: _____

Nacionalidade: _____ Estado Civil: _____

Endereço: _____ Profissão: _____

Nº da Identidade: _____ CPF: _____

EMPRESA CREDENCIADORA:

Nome: _____

Endereço: _____

CNPJ/MF: _____ Inscr. Estadual: _____

Através deste instrumento de credenciamento, a empresa acima descrita, nomeia o CREDENCIADO acima qualificado, para seu representante na licitação, modalidade Tomada de Preços nº _____ promovida pela Câmara Municipal de Navegantes, conferindo-lhe todos os poderes necessários para a prática dos atos licitatórios previstos na Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, podendo o mesmo tudo assinar e requerer, em especial, protestar, ingressar com recursos, receber notificações, abdicar de direitos e assinar contratos e aditivos oriundos daquele certame licitatório.

Local: _____ de _____ de 20__.

EMPRESA CREDENCIADORA**ASSINATURA**

LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº ____/20__

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**DECLARAÇÃO****DADOS DA EMPRESA:**

RAZÃO SOCIAL: _____

CNPJ/MF/Nº _____ INSCRIÇÃO ESTADUAL: _____

ENDEREÇO: _____

Na qualidade de representante legal da empresa acima descrita, declaro sob as penas da lei e para fins da licitação Modalidade Tomada de Preços nº _____, que a Empresa por mim apresentada, não está suspensa temporariamente da participação em licitações, nem impedida de contratar com o Poder Público e, da mesma forma não está na situação de empresa inidônea para licitar ou contratar com o Poder Público, na forma dos incisos III e IV, do Artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

LOCAL _____, _____ de 20__.

ASSINATURA

LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº ____/20__

ANEXO III-DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE

_____, inscrito no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a). _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____, DECLARA, para fins no disposto no inciso V do artigo 27 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Local, _____ de _____ de 20__.

Assinatura: _____

Nome: _____

(Observação: em caso positivo, assinalar a ressalva acima).

LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº ____/20__

ANEXO V - PROPOSTA FINANCEIRA

Empresa _____

Endereço _____

CNPJ/MF/Nº _____ Insc. Estadual: _____

Fone/Fax _____ e-mail _____

Data da abertura: ____ de ____ de 20__ Horas: ____ horas.

Declaro-me de pleno acordo com os termos e condições do Edital modalidade Tomada de Preços nº ____/20__, apresentando a referida proposta financeira, objetivando a prestação de serviços, conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR – R\$
01	Prestação de serviços referente à realização de concurso público para provimento de vagas para os cargos de Assessor Administrativo de Recursos Humanos; Assessor Jurídico; Assessor Legislativo; Contador; Controlador Interno; Técnico de Som, Operação e Manutenção Geral; Analista de Comunicação Social – Publicidade e Propaganda; Motorista; Recepcionista; Telefonista da Câmara Municipal de Navegantes-SC.	

--	--	--

Validade da Proposta: 120 dias.

Local: _____, _____ de _____ 20__.

Assinatura: _____.

Nome do Responsável: _____.

LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº ____/2015

ANEXO VI – TERMO DE REFERÊNCIA

1 – DA RELAÇÃO DE CARGOS E TIPOS DE PROVA

I- ESPECIFICAÇÕES REFERENTES AOS CARGOS PÚBLICOS (estatutários), PARA OS QUAIS SERÁ REALIZADO O CONCURSO PÚBLICO.

Cargo	Nº de vagas	Níveis Rem./Carga	Escolaridade
Contador	1	E4/G6 por 40	Ensino Superior
Assessor Jurídico	2	E4/G6 por 40	Ensino Superior
Assessor	1	D1/F3 por 40	Ensino Superior
Motorista	1	A1/C3 por 40	Ensino Médio
Recepcionista	2	A1/C3 por 40	Ensino Médio
Telefonista	2	A1/C3 por 30	Ensino Médio
Jornalista	1	D1/F3 por 40	Ensino Superior
Assessor de Recursos Humanos	1	D1/F3 por 40	Ensino Médio
Controlador	1	E4/G6 por 40	Superior Completo

horária			
Contábeis			
Completo em			
Direito com			
inscrição na			
OAB-SC			
Legislativo			
Completo			
Motorista			
Completo			
Recepcionista			
Completo			
Técnico em som e			
manutenção geral			
horas semanais			
Completo e			
Curso Técnico em			
Operador de Som,			
em nível médio.			
Telefonista			
Completo			
Jornalista			
Completo em			
Jornalismo,			
Publicidade ou			
Relações Públicas			
Assessor de			
Recursos Humanos			
Completo			
Curso Técnico em			
Recursos Humanos			
Contabilidade			
Completo			
Controlador			
Superior Completo			
Interno			
horas semanais			
Ciências Contb.			

OBS: As datas das provas objetivas deverão ser definidas pela CONTRATANTE, aos finais de semana (sábado ou domingo).

2 – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Na execução do objeto do presente Licitação, compete à CONTRATADA:

- a) elaboração de edital de abertura das inscrições, incluindo todos os elementos normativos do processo seletivo, conteúdo programático e bibliografia, em conformidade com as instruções do Tribunal de Contas, tendo a prévia aprovação da CONTRATANTE;
 - a.1) o edital deverá contemplar, inclusive, a forma de recebimento dos eventuais recursos e Títulos;
 - b) elaboração de modelo de todos os demais editais necessários, tais como: homologação das inscrições, divulgação de resultado das provas, julgamento de recursos, convocação para provas, homologação do resultado final e classificação dos candidatos;
 - c) divulgação do evento seletivo em home page própria, incluindo todos os editais na íntegra, para os candidatos interessados terem acesso;
 - d) prestar informações aos candidatos em sua sede, por e-mail e/ou por telefone, em todas as fases do concurso público;
 - e) realização de Inscrições via Internet, através de site próprio, com disponibilidade de ficha de inscrição on line e geração de boleto bancário para pagamento na rede bancária;
 - f) apreciação de todas as inscrições e elaboração de edital de homologação das mesmas;
 - g) montagem do banco de dados dos candidatos, contendo as informações prestadas pelos mesmos, na ficha de inscrição, bem como seu fornecimento à CONTRATANTE, em meio magnético, quando da conclusão do processo;
 - h) zelar pelo ineditismo das perguntas a serem aplicadas nas provas, diligenciando para que não sejam utilizadas questões aplicadas em outros concursos anteriormente realizados;
 - i) elaboração, digitação, revisão técnica e reprodução das provas objetivas, que deverão ser de responsabilidade de profissionais técnicos componentes da banca da proponente, devidamente cadastrados junto a seu órgão de classe, de acordo com o número de inscritos;
 - i.1) a impressão das provas deverá ser em ambiente altamente sigiloso, em quantidade suficiente, incluindo reservas;
 - i.2) as provas deverão ser acondicionadas em sacos lacrados e indevassáveis e deverão ser entregues no dia e horário estipulado para a aplicação das mesmas, nas salas determinadas para tal, os quais serão abertos na presença dos fiscais e dos candidatos;
 - j) elaboração do layout e impressão dos cartões-resposta, para correção por sistema de leitura ótica;
 - k) transporte e entrega das provas nos respectivos locais de aplicação sem ônus para a CONTRATANTE;
 - l) elaboração de atas e listas de presença em todas as fases do certame;
 - m) sinalização do espaço físico destinado à realização das provas, a ser cedido pela CONTRATADA;
 - n) providenciar o pessoal para segurança e aplicação dos instrumentos de avaliação;
 - o) providenciar alocação de espaço físico, organização, logística e todas as operações concernentes à aplicação dos instrumentos de avaliação;
 - p) assumir inteiramente a responsabilidade pela qualidade do serviço que executar, reservando à CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES o direito de rejeitá-los, se esses serviços não for em prestados nos termos deste instrumento e da proposta da Contratada;
 - q) aplicação das provas, designando comissão examinadora;
 - r) atendimento especializado aos portadores de deficiência de acordo com as especificidades dos casos apresentados (motora, auditiva, visual);
 - s) fornecimento do gabarito oficial após a data das provas;
 - t) correção das provas por sistema de LEITURA ÓTICA;
 - u) avaliação dos Títulos dos candidatos aprovados da Prova Objetiva, para os cargos de Assessor Administrativo de Recursos Humanos; Assessor Jurídico; Assessor Legislativo; Contador; Controlador Interno; Técnico de Som, Operação e Manutenção Geral; Analista de Comunicação Social – Publicidade e Propaganda;
 - v) realização de desempate de notas, em conformidade com o previsto no edital do Concurso Público, elaborando edital de convocação para sorteio público e ata correspondente;
 - w) exame e julgamento de eventuais recursos relativos às provas, com emissão de parecer individualizado;
 - x) recorrença das provas e fornecimento de novos relatórios, por força de recursos interpostos, se for o caso;
 - y) emissão de relatórios em sistema informatizado, em todas as fases do certame;
 - z) montagem de dossiê e entrega ao CONTRATANTE, contemplando todos os atos decorrentes da realização do concurso público;
 - aa) cumprir as disposições contidas na Portaria n. 28/2015 da Câmara Municipal de Vereadores de Navegantes-SC;
 - bb) apoio técnico-jurídico em todas as etapas do certame seletivo.

2.2 - DAS OBRIGAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

- a- fornecer todas as informações necessárias à elaboração do edital do concurso, tais como: legislação pertinente, descrição da ocupação, vencimento inicial e requisitos para o provimento;
- b - publicação de editais, comunicados, publicidade através de jornais e em meio eletrônico;
- c - disponibilizar todas as informações para subsidiar a elaboração do evento.
- d - efetuar pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições estabelecidas no Edital de TOMADA DE PREÇOS, e desde que aceitos os serviços.
- e - Homologar o resultado final do concurso.

Minuta do Contrato

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NAVEGANTES E A EMPRESA

CONTRATANTE:

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xx.xxx.xxx/0001-xx e com endereço à Rua Ezequiel Antero Rocha, nº 315, Centro, Cidade de Navegantes-SC, neste ato representada pelo sua Vereadora Presidente, Sra. NORMA ESPÍNDOLA, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Navegantes, SC, portadora do CPF nº e do RG nº, em pleno e regular exercício de seu mandato.

CONTRATADA:

....., pessoa jurídica de direito privado, com firma registrada no CNPJ sob o nº
, com sede na Rua, nº, na cidade de, neste ato representada pelo seu,
 Senhor, residente e domiciliado na Rua, nº, na cidade de
, portador do CPF nº e do RG nº

Têm entre si ajustadas e contratadas, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e com o instrumento convocatório da Tomada de Preços nº 002/2015, as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O CONTRATANTE e a CONTRATADA celebram o presente contrato para a prestação de serviços técnicos especializados necessários para a realização de concurso público para provimento de cargos públicos do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Vereadores de Navegantes-SC, conforme abaixo descrito e de acordo com disposições previstas no edital, sendo:

| Cargo | Nº de vagas | Níveis Rem./Carga | Escolaridade |

| | | | |

|=====|=====|=====|=====|

| Contador | 1|E4/G6 por 40|Ensino Superior|

| | | horas semanais |Completo Ciências | | | Contábeis |

|-----|-----|-----|-----|

| Assessor Jurídico | 2|E4/G6 por 40|Ensino Superior|

| | | horas semanais |Completo em |

| | | |Direito com |

| | | |inscrição na |

| | | |OAB-SC |

|-----|-----|-----|-----|

| Assessor | 1|D1/F3 por 40|Ensino Superior|

| Legislativo | | horas semanais |Completo |

|-----|-----|-----|-----|

| Motorista | 1|A1/C3 por 40|Ensino Médio|

| | | horas semanais |Completo |

|-----|-----|-----|-----|

| Recepcionista | 2|A1/C3 por 40|Ensino Médio|

| | | horas semanais |Completo |

|-----|-----|-----|-----| Técnico em som e | 1|C1/E3 por 40|Ensino Médio|

| manutenção geral | | horas semanais |Completo e |

| | | |Curso Técnico em|

| | | |Operador de Som,|

| | | |em nível médio. |

|-----|-----|-----|-----|

| Telefonista | 2|A1/C3 por 30|Ensino Médio|

| | | horas semanais |completo |

|-----|-----|-----|-----|

| Jornalista | 1|D1/F3 por 40|Ensino Superior|

| | | horas semanais |Completo em | | | |Jornalismo, | | | |Publicidade ou |

| | | |Relações Públicas

|-----|-----|-----|-----|

| Assessor de | 1|D1/F3 por 40|Ensino Médio |

| Recursos Humanos | | horas semanais |Completo | | | |Curso Técnico em| | | |Recursos Humanos/| | | |Contabilidade | | | |Completo

| |-----|-----|-----|-----| Controlador | 1|E4/G6 por 40|Superior Completo

| Interno | | horas semanais |Ciências Contb. | |-----|-----|-----|-----|

1.2. A licitante vencedora deverá cumprir todas as fases do concurso público, sem qualquer custo adicional, devendo atender as obrigações mínimas a seguir relacionadas; incluindo todos os procedimentos administrativos necessários e exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e observando a regulamentação municipal, conforme segue:

a) Elaboração de edital de abertura das inscrições, incluindo a análise técnico-jurídica à legislação e todos os elementos normativos do processo seletivo, conteúdo programático e bibliografia, em conformidade com as instruções do Tribunal de Contas do Estado, tendo a prévia aprovação da Câmara de Vereadores;

b) Elaboração, padronização de linguagem, revisão, diagramação e reprodução de modelo de todos os demais editais necessários, tais como: homologação das inscrições, divulgação de resultado das provas, julgamento de recursos, convocação para provas, homologação do resultado final, classificação dos candidatos, das provas objetivas e dos cartões de resposta;

c) Divulgação do evento seletivo em home page própria, incluindo todos os editais na íntegra, para os candidatos interessados terem acesso;

d) Prestar informações aos candidatos em sua sede, por e-mail e/ou por telefone, em todas as fases do concurso público;

e) Realização de inscrições via internet, através de site próprio, com disponibilidade de ficha de inscrição on line e geração de boleto bancário para pagamento na rede bancária;

f) Apreciação de todas as inscrições e elaboração de edital de homologação das mesmas;

g) Montagem do banco de dados dos candidatos, contendo as informações prestadas pelos mesmos, na ficha de inscrição, bem como seu fornecimento à Câmara de Vereadores, em meio magnético, quando da conclusão do processo;

h) Elaboração, digitação, revisão técnica e reprodução das provas objetivas, que deverão ser de responsabilidade de profissionais técnicos componentes da banca da proponente, devidamente cadastrados junto a seu órgão de classe, de acordo com o número de inscritos; sendo que a impressão das provas deverá ser em ambiente altamente sigiloso, em quantidade suficiente e incluindo provas reservas;

h.1) As provas deverão ser acondicionadas em sacos lacrados e indevassáveis e deverão ser entregues no dia e horário estipulado para a

- aplicação das mesmas, nas salas determinadas para tal, os quais serão abertos na presença dos fiscais e dos candidatos;
- i) Elaboração do layout e impressão dos cartões-resposta, para correção por sistema de leitura ótica;
 - j) Transporte e entrega das provas nos respectivos locais de aplicação sem ônus para a Câmara de Vereadores, responsabilizando-se pela sua integralidade e inviolabilidade;
 - k) Elaboração de atas e listas de presença em todas as fases do certame;
 - l) Disponibilizar espaço físico com salas suficientes para realização e aplicação das provas aos candidatos e a devida sinalização do espaço e das salas;
 - m) realizar a aplicação das provas, colocando à disposição fiscais em número suficiente e treinados;
 - n) escolher profissionais para compor a banca examinadora;
 - o) Manter atendimento especializado aos candidatos portadores de deficiência de acordo com as especificidades dos casos apresentados (motora, auditiva, visual);
 - p) Fornecimento do gabarito oficial, para publicação, no primeiro dia útil após a data das provas;
 - q) Correção das provas por sistema de leitura ótica;
 - r) Realização de avaliação dos Títulos dos candidatos aprovados na Prova Objetiva, para os cargos em que esta prova for aplicada;
 - s) Exame e julgamento de eventuais recursos relativos às provas, com emissão de parecer individualizado;
 - t) Recorrência das provas e fornecimento de novos relatórios, por força de recursos interpostos, se for o caso;
 - u) Emissão de relatórios em sistema informatizado, em todas as fases do certame;
 - v) Montagem de dossiê e entrega a Câmara Municipal de Vereadores de Navegantes /SC, contemplando todos os atos decorrentes da realização do concurso público;
 - x) Apoio técnico-jurídico, em todas as etapas do presente certame;
 - y) Aplicação de critérios legais de desempate;
 - z) Concluir os serviços no prazo de 120 (cento e vinte) dias, podendo ser prorrogado, desde que motivadamente.
- 1.3. A Câmara Municipal de Navegantes não possui meios de prever o número candidatos que serão inscritos para todos os cargos referidos, sendo que a empresa CONTRATADA deverá assumir os encargos com todos os candidatos inscritos.
- 1.4. As provas objetivas, para cada um dos cargos previstos, devem conter no mínimo 60 (sessenta) questões.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. O objeto descrito na Cláusula Primeira será executado sob o regime de prestação de serviços com pessoal, material e insumos necessários disponibilizados pela empresa contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA (Prazo)

3.1. A contar da data de sua assinatura, o contrato terá vigência de 120 (cento e vinte) dias e se encerrará concomitantemente com a declaração de cumprimento integral de seu objeto pela Câmara Municipal.

3.2. A vigência do contrato poderá ser prorrogada mediante termo aditivo, caso houver interesse das partes, desde que requerida de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. Pela execução do objeto descrito na cláusula primeira, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ (.. ..).

4.2. O pagamento será realizado em até 05(cinco) dias úteis após a apresentação de documentos fiscais competentes e correspondentes aos serviços prestados, da seguinte forma:

- a) 30% do valor após a homologação das inscrições das inscrições;
- b) 40% do valor após a realização das provas; e
- c) 30% do valor após a conclusão dos serviços, com entrega de todos os materiais referente ao concurso público.

4.3. O Câmara Municipal irá reter os valores correspondentes aos tributos incidentes sobre a prestação de serviços, sempre que a legislação assim determinar.

4.4. O pagamento será suspenso se observado algum descumprimento das obrigações assumidas pelo contratado no que se refere à habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4.5. O licitante vencedor da licitação não poderá estar em débito com a Fazenda Municipal, sob pena de bloqueio dos pagamentos a que fizer jus e /ou compensação na parcela final.

4.6. Os pagamentos serão concretizados na moeda vigente no País.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. A despesa decorrente da execução do objeto desta licitação correrá à conta do crédito aberto através da dotação orçamentária:

01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01 LEGISLATIVA

3190 Ação Legislativa

CLÁUSULA SEXTA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO E DO REAJUSTE

6.1. Ocorrendo as hipóteses previstas no artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei n. 8.666-93 será concedido o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante prévio requerimento da CONTRATADA, a qual deverá comprovar, de forma documental, o desequilíbrio contratual.

6.2. Sempre que forem atendidas as condições do contrato, considera-se mantido o seu equilíbrio econômico-financeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1. A Câmara de Vereadores, através de COMISSÃO designada pelo intermédio da Portaria número 28/2015, fiscalizará como melhor lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato e fiel cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente contrato, notificando a CONTRATADA a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.

7.2. O pagamento é vinculado ao exercício desta fiscalização pelo CONTRATANTE, mediante a emissão de termo de prestação de serviços e que deverá ser juntado aos documentos fiscais emitidos pela empresa.

7.3. Resguardada a disposição das cláusulas e subcláusulas precedentes, a fiscalização representará o CONTRATANTE e terá as seguintes atribuições:

- a) agir e decidir em nome do CONTRATANTE, inclusive para rejeitar o objeto contratual que estiver em desacordo com as especificações exigidas;

- b) emitir os termos de prestação de serviços correspondente e encaminhá-lo, junto com as notas fiscais/faturas, ao setor de contabilidade da Câmara Municipal para liquidação e pagamento, após constatar o fiel cumprimento das obrigações contratuais;
- c) exigir da CONTRATADA o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas, emitindo as notificações que se fizerem necessárias;
- d) sustar o pagamento de notas fiscais/faturas no caso de inobservância, pela CONTRATADA, de condições contratuais;
- e) solicitar a aplicação, nos termos contratuais, de multa(s) e/ou de outras penalidades à CONTRATADA;
- f) instruir o processo com o(s) recurso(s) interposto(s) pela CONTRATADA, no tocante ao pedido de cancelamento de multa(s) e/ou de outras penalidades, quando essa discordar do CONTRATANTE;
- g) encaminhar, se necessário, ao Setor competente as solicitações de adendo contratual, devidamente motivados e comprovados.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

8.1. Sem prejuízo de outras obrigações decorrentes da execução do objeto deste contrato, a CONTRATADA deverá:

- a) executar o objeto em conformidade com as exigências e obrigações previstas no edital de licitação da Tomada de Preço nº 002/2015, independentemente de transcrição;
- b) atender as normas técnicas e legais referentes à execução do objeto deste contrato, bem como as condições e garantias técnicas atinentes à matéria, de modo a resguardar, sob qualquer aspecto, a segurança e o interesse do CONTRATANTE;
- c) fornecer todos os materiais, toda a mão de obra, todos os equipamentos e todas as máquinas necessárias para a execução do objeto;
- d) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou refazer, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados em desacordo com as técnicas vigentes;
- e) substituir, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, pessoa e/ou empregado sob sua responsabilidade cuja permanência no local de execução do objeto esteja prejudicando o bom andamento dos trabalhos;
- f) cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentadoras sobre medicina e segurança no trabalho, bem como fornecer todos os equipamentos de proteção individual (EPI) que se fizerem necessários, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento contratual;
- g) manter um preposto, a fim de representá-la durante a execução do prazo deste contrato.
- h) providenciar alocação de espaço físico, organização, logística e todas as operações concernentes à aplicação dos instrumentos de avaliação;

8.2. A CONTRATADA será igualmente responsável:

- a) pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Câmara de Vereadores;
- b) pela guarda e pela manutenção das máquinas, dos equipamentos e dos materiais a serem utilizados na execução do objeto descrito na cláusula primeira deste instrumento, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE.

8.3. Assume ainda a CONTRATADA inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários e por todas as demais despesas resultantes da execução do presente contrato.

8.4. A utilização temporária de pessoal que se tornar necessária para a execução do objeto deste instrumento contratual não configurará vínculo empregatício de qualquer natureza, nem gerará qualquer tipo de obrigação trabalhista ou previdenciária para o CONTRATANTE.

8.5. No caso de demanda judicial decorrente da execução deste contrato e que envolva interesse de qualquer dos partícipes, as demais partes deverão fornecer, em prazo hábil para defesa em juízo, todas as informações e documentos necessários para atuação judicial, bem como, deverão participar ativamente do processo judicial, praticando todos os atos que lhes couberem, sob pena de inexecução contratual.

8.6. A CONTRATADA deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas para participar do processo licitatório.

8.7. A presença de servidor da Câmara de Vereadores durante a execução dos serviços, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas atribuições, não implicará solidariedade ou corresponsabilidade com a CONTRATADA, que responderá única e integralmente pela execução dos serviços, inclusive pelos serviços executados por suas subcontratadas, na forma da legislação em vigor.

8.8. Se a CONTRATADA recusar, demorar, negligenciar ou deixar de eliminar as falhas, vícios, defeitos ou imperfeições apontadas, poderá o CONTRATANTE efetuar os reparos e substituições necessárias, seja por meios próprios ou de terceiros, transformando-se os custos decorrentes, independentemente do seu montante, em dívida líquida e certa da CONTRATADA.

8.9. A CONTRATADA responderá diretamente por todas e quaisquer perdas e danos causados em bens ou pessoas, decorrentes de omissões e atos praticados por seus funcionários e prepostos, fornecedores e subcontratadas; bem como originados de infrações ou inobservância de leis, decretos, regulamentos, portarias e posturas oficiais em vigor, devendo indenizar o CONTRATANTE por quaisquer pagamentos que seja obrigado a fazer a esse título, incluindo multas, correções monetárias e acréscimos de mora.

8.10. A CONTRATADA deverá facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação do responsável pela fiscalização, permitindo o livre acesso aos locais dos serviços, bem como, atendendo prontamente às solicitações que lhe forem efetuadas.

8.11. Qualquer auxílio prestado por servidor ou pela Câmara Municipal na condução e realização dos trabalhos, não poderá ser invocado para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pela execução dos serviços.

8.12. A execução realizada em desacordo com as disposições previstas neste contrato e no edital da licitação, poderá resultar na aplicação das sanções previstas neste contrato.

CLÁUSULA NONA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1. O objeto será recebido por servidor designado pelo(a) Presidente da Câmara Municipal, mediante a emissão de termo de prestação de serviços e que deverá ser juntado aos documentos fiscais emitidos pela empresa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município por prazo de até 02 (dois) anos; e,
- c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja provida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.2. As sanções previstas nas alíneas "b" e "c" da Subcláusula anterior também poderão ser aplicadas à CONTRATADA se esta, em razão deste contrato ou de outros igualmente regidos pela Lei Federal nº 8.666/93:

- a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação ou tenha apresentado documentação falsa ou adulterada;
c) demonstre não possuir idoneidade para contratar com o CONTRATANTE em virtude de atos ilícitos praticados.

10.3. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, não excluindo a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei nº 8.666/93, incluindo a responsabilização da CONTRATADA por eventuais perdas e danos causados ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

11.2. A rescisão deste contrato, antes de seu termo final, por culpa da CONTRATADA, poderá resultar na aplicação de multa compensatória no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor total do contrato e na suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal pelo prazo de até 02 (dois) anos, sem prejuízo da responsabilização da CONTRATADA pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

11.3. O CONTRATANTE poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou por interesse público, conforme previsto no artigo 79 da Lei Federal nº 8.666/93.

11.4. O presente contrato poderá, ainda, ser rescindido por quaisquer dos outros motivos previstos no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

12.5. A rescisão se dará de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos casos previstos nos incisos IX, X e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

11.6. Em qualquer caso de rescisão será observado o parágrafo único do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As partes contratantes declaram-se, ainda, cientes e conformes com todas as disposições e regras atinentes a contratos, contidas no instrumento convocatório da licitação e na Lei Federal nº 8.666/93, ainda que não estejam expressamente transcritos neste instrumento.

12.2. Os casos omissos serão analisados e solucionados à luz da Lei Federal nº 8.666/93 e da legislação pertinente.

12.3. A CONTRATADA reconhece as prerrogativas asseguradas ao CONTRATANTE pelo artigo 58 da Lei Federal nº 8.666/93, bem como os direitos do mesmo, no caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 e seguintes do referido diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Para dirimir as questões oriundas do presente CONTRATO ou de sua execução, as partes elegem, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o foro da Comarca de Navegantes, SC.

E, por estarem justas e acertadas, assinam este contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

Navegantes-SC, de de 2015.

Ver

Presidente da Câmara Municipal.

XXXXXXXXX,

Empresa Contratada.

TESTEMUNHAS:

NOME:

NOME:

CPF:

CPF:

Nova Trento

PREFEITURA

PORTARIA Nº 578/2015 "A"

PORTARIA Nº 578/ 2015 "A"

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 032/2015, que Prorrogou Admissão em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 06/2014, de 03/06/2014, convocado conforme Decreto nº 126/2014, HAMILTON JUNIOR DOS SANTOS, matrícula nº 6423, para exercer o cargo de Fiscal de Obras, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 13 de julho de 2015 até a realização do Concurso Público nº 003/2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 13 de julho de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 13 de julho de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor HAMILTON JUNIOR DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Rodovia SC-411 km 52, nº85, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 047.097.009-07, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado

das atribuições no cargo de Fiscal de Obras, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.400,00 (hum mil e quatrocentos reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 13 de julho de 2015 até a realização do Concurso Público nº 003/2015, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 13 de julho de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Hamilton Junior dos Santos
Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 13 de julho de

2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 885/2015 "A"

PORTARIA Nº 885/2015 "A"

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 170/2015, JAISON JOSÉ COMPIANI, matrícula nº 6946, para exercer o cargo de Motorista III, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 08 de setembro de 2015 a 10 de dezembro de 2015, em substituição à titular Beatriz Aparecida Caetano, afastada conforme a Portaria nº 885/2015 (Licença Tratamento de Saúde).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 08 de setembro de 2015.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 08 de setembro de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e o Senhor JAISON JOSÉ COMPIANI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Madre Paulina, nº 1718, Bairro Vígolo, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 904.606.779-34, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Motorista III, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração

Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.400,00 (hum mil e quatrocentos reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado para o período de 08 de setembro de 2015 a 10 de dezembro de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade e rescindido antes do prazo em virtude da realização do Concurso Público nº 003/2015.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III – violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 08 de setembro de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Jaison José Compiani
Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 08 de setembro de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 901/2015

PORTARIA Nº 901/ 2015

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 64, I, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR o Servidor Público Municipal, PAULO ROBERTO RODRIGUES, matrícula nº 5409, ocupante do cargo de Motorista/Socorrista, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento a partir do dia 03 de setembro de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de setembro de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 09 de setembro de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 902/2015

PORTARIA Nº 902/2015

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 64, I, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR o Servidor Público Municipal, NESTOR BRAS RAMOS, matrícula nº 5408, ocupante do cargo de Motorista/Socorrista, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 03 de setembro de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de setembro de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 09 de setembro de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 948/2015

PORTARIA Nº 948/ 2015

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 909/2015, que Concedeu Licença Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal VERONICA BERNARDETE WISINTAINER BOTTAMELI, matrícula nº 946, concursada no cargo de Auxiliar Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar de 06 de outubro de 2015 a 04 de dezembro de 2015, conforme resultado pericial datado de 07/10/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 14 de outubro de 2015.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrada e Publicada a presente Portaria em 14 de outubro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 949/2015

PORTARIA Nº 949/ 2015

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207, de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

EXONERAR o Servidor Público Municipal RICARDO LUIS DA SILVA, matrícula nº 6847, ocupante do cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 14 de outubro de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 14 de outubro de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 14 de outubro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 952/2015

PORTARIA Nº 952/2015

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, combinado com os artigos 12 e 20, da Lei Municipal nº 1.207/1992,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR pelo Decreto nº 207/2015, de 14 de outubro de 2015 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, realizado em 24/05/2015, CLAUDEMIR FREITAS PEREIRA, matrícula nº 6964, no Cargo de Provimento Efetivo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, e EMPOSSAR em 15 de outubro de 2015.

Art. 2º - ATRIBUIR exercício na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, a partir de 15/10/2015.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 15 de outubro de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 953/2015

PORTARIA Nº 953/ 2015

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 920/2015, que Concedeu Licença Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal ALCIR DANILO TOMAZI, matrícula nº 6921, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, do Quadro de Servidores Efetivos desta Prefeitura, Município de Nova Trento, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 09 de outubro de 2015 a 07 de novembro de 2015, conforme resultado pericial datado de 15/10/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 15 de outubro de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria em 15 de outubro de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 954/2015

PORTARIA Nº 954/2015

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, combinado com os artigos 12 e 20, da Lei Municipal nº 1.207/1992,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR pelo Decreto nº 199/2015, de 01 de outubro de 2015 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, realizado em 24/05/2015, JACQUELINE ISABELA RODRIGUES LOPES ANDRIOLLI, matrícula nº 6965, no Cargo de Provimento Efetivo de Assistente Social, com 30 (trinta) horas semanais, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, e EMPOSSAR em 16 de outubro de 2015.

Art. 2º - ATRIBUIR exercício no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, a partir de 16/10/2015.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 16 de outubro de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 955/2015

PORTARIA Nº 955/2015

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, inciso XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, combinado com os artigos 12 e 20, da Lei Municipal nº 1.207/1992,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR pelo Decreto nº 214/2015, de 15 de outubro de 2015 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, realizado em 24/05/2015, JULIANA MACHADO DOS SANTOS, matrícula nº 6966, no Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, e EMPOSSAR em 16 de outubro de 2015.

Art. 2º - ATRIBUIR exercício no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, a partir de 16/10/2015.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 16 de outubro de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário de Administração e Finanças

PROCESSO Nº 107/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 069/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 107/2015 – Pregão Presencial nº 069/2015

Objeto: O presente pregão tem por objeto a Permissão de Uso de Bem Público, relativo ao imóvel localizado na Praça Getúlio Vargas (Quiosque), destinado à exploração de Bar e Lanchonete, obedecendo as normas, conforme especificações constantes do Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

Julgamento: Maior Oferta. Entrega dos envelopes e Abertura das Propostas: 06/11/2015 às 10:00 horas.

Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.3267 3213 – Email: compras@novatrento.sc.gov.br. Site: www.novatrento.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini
Prefeito

PROCESSO Nº 108/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 070/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 108/2015 – Pregão Presencial nº 070/2015

Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos especializados em Administração Tributária com ênfase na capacitação de Recursos Humanos para o aumento da receita municipal e a melhoria do atendimento aos contribuintes, conforme especificações constantes no Termo de Referência, constante no anexo I do edital.

Julgamento: Menor preço por Lote. Entrega dos envelopes e Abertura das Propostas: 09/11/2015 às 09:30 horas.

Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.3267 3211 – 48 32673213; e.mail: compras@novatrento.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini
Prefeito

Novo Horizonte

PREFEITURA

AVISO DO RESULTADO DO PL Nº 055/2015-PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

AVISO DE RESULTADO DO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2015

O Município de Novo Horizonte/SC, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial nº 026/2015 – que tem como objeto a A presente licitação tem como objeto a AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO GERAL, UTENSÍLIOS DE COZINHA, EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA, ELETRÔNICOS PARA MELHORIA DA ESTRUTURA FÍSICA DO CRAS E MATERIAIS DIVERSOS PARA UTILIZAÇÃO NAS OFICINAS DOS CURSOS OFERECIDOS PELO CRAS DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos. Que na data de sua realização: Dia 22/10/2015 às 09:00 hs, que teve como participantes as empresas: REBELATTO & CRUZ LTDA-ME (539), MB CATARINENSE LTDA - ME (2539), CLEBER TADEU BRIDI ME (2573), SIDNEI CECCHIN ME (2657).WEIKAN TECNOLOGIA LTDA EPP (2915). Sendo que foi vencedora dos itens 03, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12 e 13 a empresa REBELATTO & CRUZ LTDA-ME (539), com valor total de R\$ 1.225,20 (Um mil duzentos e vinte cinco reais e vinte centavos). Do item 29 a empresa MB CATARINENSE LTDA - ME (2539), com valor total de R\$ 3.070,00 (Três mil e setenta reais). Dos itens 1, 2 e 31 a empresa CLEBER TADEU BRIDI ME (2573), com valor total de R\$ 5.570,10 (Cinco mil quinhentos e setenta reais e dez centavos). Dos itens 26, 27, 28, 33, 34 e 37 a empresa SIDNEI CECCHIN ME, com valor total de R\$ 2.561,00 (Dois mil quinhentos e sessenta um reais), totalizando o valor da licitação em R\$ 12.426,30 (Doze mil quatrocentos e vinte seis reais e trinta centavos). Sendo que os itens 04, 14, 15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,30,32,35 e 36 foram DESERTOS. Concluídos os procedimentos legais, considerando que: as propostas das empresas vencedoras satisfazem as exigências do edital; as empresas vencedoras encontram-se devidamente habilitadas quanto à documentação exigida; os preços cotados estão dentro dos limites estabelecidos no edital. Declaro as empresas acima mencionadas como Vencedoras do Pregão Presencial Nº 026/2015.

Novo Horizonte/SC, em 22 de Outubro de 2.015.

ARNO GOLDSCHMIDT

Pregoeiro

EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATUAL DO CA Nº 038/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATUAL

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada.....: GUSTA SOMARIVA MEI

TERMO DE RESCISÃO do Contrato nº 038/2015, Proveniente do Processo Licitatório 017/2015, Edital de Carta Convite nº 038/2015, com fundamento na Cláusula Oitava do referido instrumento e no art. 78, XII e 79, II, da Lei nº 8.666/93.

Objeto : O presente Termo tem por objeto a rescisão amigável do Contrato Administrativo nº 038/2015, celebrado para a prestação de serviços de serviços de mão de obra prestados nos prédios públicos, instalações e espaços utilizados para promoção da assistência social, Centro de Múltiplo Uso, espaço onde esta situada a Academia ao ar livre e praças, sem quaisquer indenizações de ambas as partes, dão por terminado o Contrato a partir de 08 de Setembro de 2.015.

NOVO HORIZONTE, 30 de Setembro de 2.015-ELI MARIOTT-Prefeito Municipal

Orleans

PREFEITURA

2.634

LEI N.º 2.634 DE 22 DE SETEMBRO DE 2015.

“ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ABRE CRÉDITO ESPECIAL”.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1.º. Fica anulada parcialmente a seguinte Dotação Orçamentária:

04.00 – SECRETARIA MUN. DA FAZENDA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
04.01 - Departamento da Fazenda
0.002. Amortização e Encargos da Dívida Pública
3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

TOTAL R\$ 40.000,00

Art.2.º. A conta do recurso do Artigo Anterior, fica aberto o Crédito Especial na seguinte Dotação Orçamentária:

09.00 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
09.02 - Fundo dos Dir. da Criança e do Adolescente
2.029. Manutenção do Fundo dos Dir. da Criança e do Adolescente FIA
F.R. 01.000 – Recursos Ordinários
3.3.50.00 – Transf. a Inst. Privadas s/Fins Lucrativos R\$ 40.000,00

TOTAL R\$ 40.000,00

Art.3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans/SC, em 22 de setembro de 2015; 130 anos da Fundação e 102 anos da Emancipação Política.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Publicada a presente Lei nesta Secretaria Municipal de Administração, aos vinte dois dias do mês de setembro de dois mil e quinze.

EDUARDO BERTONCINI
Secretário de Administração

2.635

LEI N. 2.635 DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.

“AUTORIZA REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS A ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais, FAZ saber aos habitantes do Município de Orleans que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a repassar recursos financeiros na importância de R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais), em parcela única, para a seguinte entidade:

ENTIDADE	CNPJ	VALOR R\$
Instituto Francesco Zomer	08.700.914/0001-77	15.600,00

Parágrafo Único. O valor a ser transferido é para atender o projeto aprovado pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCA, sendo que tais recursos deverão ser depositados em conta específica.

Art.2.º A Entidade beneficiada com a presente transferência, tem o prazo até 20 de dezembro de 2015 para apresentar a prestação de contas, na forma da Legislação, que deverá conter:

- Ofício de encaminhamento, devidamente assinando por seu representante legal;
- Comprovante de despesas;
- Extrato bancário;
- Conciliação bancária;
- Outras informações pertinentes.

Parágrafo Único. O não cumprimento do Caput do Art. 2 desta Lei, ficará a entidade obrigada a devolver em até 48 horas, devidamente corrigidos, os recursos transferidos pelo Município, ficando impedida de celebrar novos convênios pelo prazo de 02 (dois) anos.

Art.3.º As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Projeto Atividade 2029– Manutenção do Fundo dos Dir. da Criança e do Adolescente FIA – 3.3.50.00.

Art.4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, em 29 de setembro de 2015; 130o anos da Fundação e 102 anos da Emancipação Político Administrativo.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Publicada a presente Lei nesta Secretaria Municipal de Administração, aos vinte nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze.

EDUARDO BERTONCINI
Secretário de Administração

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 37 DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.

Senhor Presidente,
Senhores (as) Vereadores (as),

Cumprimentando cordialmente Vossas Excelências, tenho a satisfação de encaminhar para apreciação desta Casa Legislativa o anexo Projeto de Lei que AUTORIZA REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS A ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O referido Projeto de Lei tem por objetivo repassar recursos financeiros para o desenvolvimento do Projeto desenvolvido pelo PRO-ART, devidamente aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – CMDCA, conforme documentação em anexo.

Na certeza que o presente Projeto de Lei receberá acolhida

favorável dos Senhores Vereadores, solicito que o mesmo seja votado e aprovado conforme determina o Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores e Lei Orgânica do Município.

Orleans/SC, em 17 de setembro de 2015; 130º anos da Fundação e 102 anos da Emancipação Político Administrativo.

Atenciosamente,

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

2.636

LEI N. 2.636 DE 06 OUTUBRO DE 2015.

“AUTORIZA REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS A ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais, FAZ saber aos habitantes do Município de Orleans que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a repassar recursos financeiros na importância de R\$ 1.000,00 (um mil reais), em parcela única, para a seguinte entidade:

ENTIDADE	CNPJ	VALOR R\$
Associação de Apicultores de Orleans - AAPICOR	13.678.210/0001-85	1.000,00

Parágrafo Único. O valor a ser transferido é para auxiliar nas despesas com o projeto “Missão Técnica Internacional em Apicultura”, sendo que tais recursos deverão ser depositados em conta específica.

Art.2.º A Entidade beneficiada com a presente transferência, tem o prazo até 20 de dezembro de 2015 para apresentar a prestação de contas, na forma da Legislação, que deverá conter:

- Ofício de encaminhamento, devidamente assinando por seu representante legal;
- Comprovante de despesas;
- Extrato bancário;
- Conciliação bancária;
- Outras informações pertinentes.

Parágrafo Único. O não cumprimento do Caput do Art. 2 desta Lei, ficará a entidade obrigada a devolver em até 48 horas, devidamente corrigidos, os recursos transferidos pelo Município, ficando impedida de celebrar novos convênios pelo prazo de 02 (dois) anos.

Art.3.º As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Projeto Atividade 2.002– Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice – 3.3.50.00 – Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Art.4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, em 06 de outubro de 2015; 130º anos da Fundação e 102 anos da Emancipação Político Administrativo.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Publicada a presente Lei nesta secretaria municipal de administração, aos seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze.

EDUARDO BERTONCINI
Secretário de Administração

3.881

DECRETO Nº DE 3.881 DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

“NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO-CMS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 68 Item VII da Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto na Portaria Funasa nº 556, de 10 de agosto de 2015 e o Decreto nº 7.217/2010,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para comporem o Conselho Municipal de Saneamento-CMS, os seguintes membros:

1. 03 (TRÊS) REPRESENTANTES INDICADOS PELO PODER PÚBLICO:

a) Representante da Secretaria de Administração
Hirânia Maria Cascaes Nazário (titular)
Carlos Henrique Oenning Cechetto (suplente)

b) Serviço Autônomo Municipal de Água e esgoto - SAMAE
Antonio Ironildo Willimann (titular)
Rossano Umberto Comelli(suplente)

c) Fundação Municipal Ambiental de Orleans
Eduardo Bertoncini (titular)
Edson Kestring (suplente)

2. 03 (TRÊS) REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

a) Conselho Municipal da Cidade
Valentim Zomer Rampineli (titular)
João Ramiro Machado (suplente)

b) Departamento de Defesa do Consumidor
Alini Mashni (titular)
Ariel Rodrigues (suplente)

c) Associação dos Funcionários Públicos Municipais
Ramon Cordini (titular)
Patricia Librelato Massuco (suplente)

Art. 2º Os membros do Conselho Municipal de Saneamento, terão mandato de 02 anos, podendo ser reconduzidos por igual período.

Art. 3º Os Membros do Conselho Municipal de Saneamento deverão eleger entre seus pares uma Diretoria composta por: Presidente, Vice-presidente, Secretário e Conselho Fiscal.

Art. 4º O Conselho Municipal de Saneamento terá um prazo de 90 (noventa) dias para aprovar seu Regimento Interno que deverá ser homologado por ato do Poder Executivo.

Art.5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Orleans/SC, em 13 de outubro de 2015; 131º anos da Fundação e 102 anos da Emancipação Político Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração,
aos treze dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze.

EDUARDO BERTONCINI
Secretário de Administração Interino

3.882

DECRETO Nº 3.882 DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

“SUSPENDE OS EFEITOS DO DECRETO MUNICIPAL Nº 3.868, DE
03 DE AGOSTO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MARCO ANTÔNIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito Municipal de
Orleans, no exercício legal de seu cargo e no uso de suas atribuições legais, em especial a que lhe confere o artigo 92, da Lei Orgânica Municipal e:

CONSIDERANDO a instauração de Inquérito Civil Público com a finalidade de apurar eventuais irregularidades na Licitação n. 57/2015, autuado sob o nº 06.2015.00007287-5;

DECRETA:

Art. 1º Ficam suspensos os efeitos do Decreto nº 3.868, de 03 de agosto de 2015, até a conclusão do Inquérito Civil Público mencionado.

Parágrafo Único. Os prazos estabelecidos no Decreto nº 3.868, serão redefinidos quando da cessação da suspensão ora determinada, e deverá ser definido observado os critérios de proporcionalidade e razoabilidade.

Art. 2º Fica igualmente suspensa a execução dos serviços e pagamentos oriundos do procedimento licitatório n. 57/2015, pelo prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições em contrário.

Orleans/SC, em 13 de outubro de 2015; 131 anos da Fundação e 102 anos da Emancipação Político Administrativo.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito Municipal de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze.

EDUARDO BERTONCINI
Secretário de Administração Interino.

CANCELAMENTO DA LICITAÇÃO 43/2015 FMS

PROCESSO Nº 43/2015 FMS - CANCELAMENTO

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº. 43/2015 FMS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE DE SAÚDE COM 287,61M², NO BAIRRO CORRIDAS, CONFORME PROJETO.

Fica cancelado o presente processo licitatório o qual estava marcado data de abertura para ao dia 26/10/2015.

Motivo: Adequação de Projetos.

Orleans - SC, 22 de outubro de 2015.

ANA REGINA ZOMER

Secretária de Saúde

PROCESSO 120/2015 PP 96/2015

PROCESSO Nº 120/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 96/2015

Tipo: Menor Preço por Item

Objeto: Aquisição de mobiliário e equipamentos para a Creche de Pindotiba, conforme Termo de Compromisso PAR nº 201401643, assinado entre o Município de Orleans e o Ministério da Educação/FNDE.

Recebimento dos Envelopes e de Propostas: até o dia 10/11/2015 às 14h:00min.

Abertura das Propostas: dia 10/11/2015, às 14h30min.

Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93 consolidada.

Orleans - SC, 22 de outubro de 2015.

Eduardo Bertoncini

Secretário de Administração

Palhoça

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.919, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 1.919, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015.

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Nomeia os membros do Conselho Municipal de assistência de Palhoça/SC para o Biênio 2015/2017.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso das atribuições legais, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para o biênio 2015/2017, sendo 09 (nove) representantes da sociedade civil e suplentes e 09 (nove) representantes governamentais e suplentes, para compor o Conselho Municipal de Assistência Social de Palhoça, assim constituído:

I – Representantes Governamentais:

a) Secretaria Municipal de Assistência Social – Gestão da Política:
Titular: Flávia Regina Gomes Theisen
Suplente: Adriano da Silva Mattos

b) Secretaria Municipal de Assistência Social – Proteção Social Básica:
Titular: Zilmar Lenita Gervasi
Suplente: Evelyne Junkes Jackes

c) Secretaria Municipal de Assistência Social – Proteção Social Especial Média Complexidade:
Titular: Luana Helena de Souza
Suplente: Patricia Pereira

d) Secretaria Municipal de Assistência Social – Proteção Social Especial da Alta Complexidade:
Titular: Pamela Cristina Deucher
Suplente: Débora Aparecida Couto Espindola

e) Secretaria Municipal de Saúde:
Titular: Ana Paula da Rosa
Suplente: Kellen Elisa Fappi

f) Secretaria Municipal de Finanças:
Titular: Fernando Marcondes Cunha
Suplente: Tatiane Barbara Maria Golini

g) Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária:
Titular: Suzy Conceição Marques
Suplente: Daniel Meurer

h) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Planejamento:
Titular: Marcelo Pereira de Castilho
Suplente: Ana Cristina Faber

i) Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Edinalda Silveira de Souza Pires
Suplente: Tânia Batista Martins

II – Representantes da Sociedade Civil:

a) Representantes de usuários da Política de Assistência Social:

1) Usuário Cras Brejarú:
Titular: Nestor Fabian Centeno

2) Usuário do Fórum Social Frei Damião – Brejarú:
Titular: Paulino Amancio de Santana

3) Instituto Passo a Passo no Caminho:
Titular: Roseli Maria Duarte
Suplente: Gustavo Leal Moreira Ferro

b) Representantes de Entidades e Organizações de Assistência Social:

1) Associação Evangélica Beneficente De Assistência Social – AEBAS:
Titular: Carin Fabiana Gisela Becker
Suplente: Alessandra Karla Camargo

2) Fundação Fé e Alegria do Brasil
Titular: Renata Silva Oliveira Ikeda
Suplente: Noemi Alves

3) Associação Pró-Brejarú:
Titular: Jucênia Judite de Souza
Suplente: Priscila Rosa Corrêa de Castro

c) Representantes de Entidades de Trabalhadores do Setor:

1) Fórum Municipal dos Trabalhadores do SUAS – FETSUAS:
Titular: Débora Nunes Barbosa
Suplente: Ana Paula Gomes Gonçalves

2) Ação Social Paroquial Palhoça:
Titular: Marcelo Heck
Suplente: Alex Ricardo Passos

3) Ordem Assistencial e Social Evangélica – OASE:
Titular: Elisabete Defreyne
Suplente: Zeli Schlosser

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada às disposições em contrário.

Palhoça, 16 de outubro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 161/2015

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 161/2015

Espécie: DISPENSA DE LICITAÇÃO com fundamento no art. 24, XIII, da Lei n. 8.666/93 e suas posteriores alterações.

Favorecido: FEPESE FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SÓCIOS ECONÔMICAS.

Objeto: consiste na contratação de empresa para prestação de serviços de planejamento, elaboração, divulgação, execução, realização das provas e ainda, a participação conjunta na elaboração do edital, acompanhamento, controle e divulgação final dos resultados para realização de Processo Seletivo para o ingresso de

Professores, Agente de Serviços Gerais e Merendeiras, em Caráter Temporário (ACT), conforme preconiza as Leis nºs 3.683/2012 e 3.335/2010, para suprir as necessidades do calendário escolar do exercício de 2016.

Vigência do Contrato: 22/10/2015 a 30/06/2016

Processo: Dispensa de Licitação n. 161/2015

Rubrica orçamentária: "506" – 13.01.2.021.3.3.90.39.48.

Valor: Para a execução total dos serviços, o valor contratual será variável, em razão da impossibilidade de previsão do número de candidatos inscritos, ou seja, o valor será variável de acordo com o número de candidatos, conforme parâmetro contido na tabela abaixo:

NUMERO DE CANDIDATO	CUSTO TOTAL
ATÉ 1000	R\$ 109.731,00
DE 1001 A 1500	R\$ 132.675,00
DE 1501 A 2000	R\$ 156.683,00
DE 2001 A 2500	R\$ 180.568,00
ACIMA DE 2500*	R\$ 180.568,00*
(+) 60,00 por inscrições homologadas.	

Autorização em 22/10/2015.

Ratificada em: 22/10/2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária Municipal de Administração e
Serviços Compartilhados

PORTARIA N. 009/SMR, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

(Portaria n. 009, de 13 de outubro de 2015).

PORTARIA N. 009/SMR, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

CONSTITUI A SERVIDORA TARSYANE ZENILDA DA SILVA COMO CHEFE DE GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA.

O SECRETÁRIO DE RECEITA, da Prefeitura Municipal de Palhoça, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no que dispõe o art. 57, inciso II da Lei Orgânica do Município e o que dispõe o artigo 6º, inciso III e artigo 42, incisos VII e IX da Lei Complementar nº 149 de 26 de novembro de 2006, RESOLVE:

Art. 1º Com objetivo de melhorar e democratizar nosso atendimento, utilizando-se da descentralização da gestão administrativa, com o intuito de oferecer cada vez mais facilidades no atendimento ao cidadão, constitui a servidora Tarsyane Zenilda da Silva como Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Receita.

Art. 2º A Chefe de Gabinete, poderá exarar sua assinatura nos seguintes documentos oficiais expedidos pela Secretaria Municipal de Receita:

- Despachos de mero expediente;
- Decisões em 1ª Instância;
- Certidão Avaliação - Valor Venal;
- Certidão de Isenção de IPTU;
- Certidão de Redução de ITU;
- Certidão de Isenção de Taxa de Licenciamento de Obra;
- Certidão de Decadência;
- Certidão de Lançamento de Imóvel (IPTU);
- Certidão Positiva com efeitos de Negativa;
- Certidão de Baixa de Atividade;
- Certidão de Demolição;
- Certidão de Confrontação;
- Certidão de Averbação e Avaliação;
- Certidão de Amembramento/Desmembramento;

- Certidão como não possui imóvel no Município;
- Certidão como o imóvel está em área urbana ou rural;
- Certidão como o imóvel não é atingido por alagamento;
- Certidão de Comprovação de Pagamento;
- Certidão de denominação de Rua Via Pública;
- Certidão de Isenção de Imóvel Rural;
- Certidão de Isenção de Tributos (Instituições sem fins lucrativos);
- Certidão de Perímetro Urbano;
- Certidão Negativa para transferência de imóvel;
- Certidão Negativa;
- Certidão Negativa de Débito Municipal;
- Certidão de Lançamento de Imóvel;
- Certidão de Revisão da Certidão de Decadência;
- Alvará de Licença de Alinhamento de Muro/Meio-Fio;
- Alvará de Construção;
- Alvará de Legalização; e
- Habite-se.

Art. 3º O relatório mensal de ponto dos servidores da Secretaria Municipal de receita, assim como atestados e declarações médicas, abonos e justificativas de falta, planilhas de produtividade e de atividade externa e utilização de banco de horas, deverão ser devidamente assinados pela Chefe de Gabinete em conjunto com a Chefe Imediata, para que surtam seus efeitos legais.

Art. 4º Fica revogada a Portaria n. 004/2015/SMR de 15 de abril de 2015 e demais disposições em contrário.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Palhoça, 13 de outubro de 2015.

NILSON JOÃO ESPÍNDOLA

Secretário Municipal de Receita

PORTARIA N. 011/SMR, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015

(Portaria n. 011, de 22 de outubro de 2015).

PORTARIA N. 011/SMR, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015.

INSTITUI A COMISSÃO EXCEPCIONAL PARA O IPTU/2016.

O SECRETÁRIO DE RECEITA, da Prefeitura Municipal de Palhoça, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no que dispõe o art. 57, inciso II da Lei Orgânica do Município e o que dispõe o artigo 6º, inciso III e artigo 42, incisos VII e IX da Lei Complementar nº 149 de 26 de novembro de 2006, RESOLVE:

Art. 1º Com objetivo de planejar e elaborar os procedimentos necessários ao lançamento e implantação do IPTU/2016 fica instituída a Comissão Excepcional para o IPTU/2016 da Secretaria Municipal de Receita será constituída pelos seguintes servidores municipais:

Presidente

Jefferson João Miguel

Secretária

Jussara Antunes de Oliveira Ghizoni

Membros

Edson Furtado

Gabriel Godin

Pedro Paulo dos Passos Freitas

Marlene Schutz Souza

Anderson Medeiros – Diretoria de Tecnologia da Informática

Rafael Rodrigues de Freitas – Diretoria de Tecnologia da Informática

Art. 3º A Comissão do IPTU/2016 terá a participação do colaborador Mateus Costa da Empresa IPM, responsável pelo Sistema de Gestão Municipal.

Art. 4º Pela Diretoria de Tecnologia da Informática, deverá ser realizado o acompanhamento e validação do arquivo definitivo, criado pela Empresa IPM, antes do encaminhamento para impressão dos carnes IPTU/2016.

Art. 5º A responsabilidade do IPTU/2016 é exclusiva desta Comissão Excepcional, devendo os trabalhos serem iniciados em 27/10/2015 e finalizados impreterivelmente até 04/12/2015.

Art. 6º A Procuradoria Geral do Município ficará à disposição da Comissão para dirimir quaisquer dúvidas jurídicas, de legislações pertinentes ou relacionadas ao objeto da Comissão.

Art. 7º Os servidores da Administração Pública Municipal, ficarão à disposição da Comissão para dirimir quaisquer dúvidas pertinentes ou relacionadas ao objeto da Comissão.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Palhoça, 22 de outubro de 2015.

NILSON JOÃO ESPÍNDOLA

Secretário Municipal de Receita

PORTARIA Nº. 3321/2015.

PORTARIA Nº. 3321/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SANDRA MARIA COELHO, matrícula nº. 121512-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 28/06/2007 a 28/06/2012, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 15/09/2015 à 15/12/2015.

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3322/2015.

PORTARIA Nº. 3322/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Pelo Período de
Anelozzi Poletti	40	20	03/08/2015 a 18/12/2015
Carla Cristina Souza	20	35	04/08/2015 a 19/08/2015
Michelly Lucia Soares de Abreu	30	40	21/08/2015 a 18/12/2015
Vilma Lucia Hobold Ferreira	30	40	24/08/2015 a 24/11/2015

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3323/2015.

PORTARIA Nº. 3323/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROSICLEIA MARLI MARTINS, matrícula nº. 800294-3, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 16/08/2003 a 16/08/2008, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 08/09/2015 à 08/10/2015.

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de AdministraçãoSHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de EducaçãoMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral**PORTARIA Nº. 3324/2015.**

PORTARIA Nº. 3324/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para OSNI ROGERIO DE MENEZES, matrícula nº. 500111-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Infraestrutura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/04/2001 a 01/04/2006, por 03 (três) meses, a com efeitos a contar de 30/08/2015 à 30/11/2015.

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de AdministraçãoMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral**PORTARIA Nº. 3325/2015.**

PORTARIA Nº. 3325/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, TANIA MARA NICOLEIT, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a

contar de 01/09/2015.

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de AdministraçãoSHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de EducaçãoMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral**PORTARIA Nº. 3326/2015.**

PORTARIA Nº. 3326/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, CRISTIANE DOS SANTOS DE OLIVEIRA, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/09/2015.

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de AdministraçãoSHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de EducaçãoMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral**PORTARIA Nº. 3327/2015.**

PORTARIA Nº. 3327/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 234 de 10 de fevereiro de 2014, que Averbou Tempo de Serviço à servidora MARLI DE SÁ FEITOSA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser:

Averbar o tempo que como Assistente Administrativo 07 (sete) anos e 02 (dois) meses.

E não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços CompartilhadosMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3328/2015.

PORTARIA Nº. 3328/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ROSIMERI RAMOS, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeito a contar de maio de 2015.

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3329/2015.

PORTARIA Nº. 3329/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2405 de 01 de junho de 2015, que Contratou por Tempo Determinado a servidora LUCIANA DA SILVA CAETANO, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 08/07/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3330/2015.

PORTARIA Nº. 3330/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2769 de 01 de julho de 2015, que Contratou por Tempo Determinado a servidora ELENIR LUCIANE PERES, no cargo de ASO (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 02/09/2015 a 16/10/2015.

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3331/2015.

PORTARIA Nº. 3331/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

ALTERAR LOCAL DE TRABALHO do (a) servidor (a) LUCIANA DA SILVA CAETANO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, para o CEI Interação.

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3332/2015.

PORTARIA Nº. 3332/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

ALTERAR LOCAL DE TRABALHO do (a) servidor (a) MARIA ANGELICA FERREIRA, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, para a EB Francisca Raimunda Farias da Costa.

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3333/2015.

PORTARIA Nº. 3333/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CLAUDIA CRISTINA FELISBINO CLASEN, matrícula nº. 800595-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 25/03/2008 a 25/03/2013, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/10/2015 à 01/11/2015.

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3334/2015.

PORTARIA Nº. 3334/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ELAINE MARIA DA SILVA DOS SANTOS, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeito a contar de junho de 2015.

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3335/2015.

PORTARIA Nº. 3335/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, JULIANA BASTOS FERREIRA, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/09/2015.

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3336/2015.

PORTARIA Nº. 3336/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2720 de 01 de julho de 2015, que Contratou por Tempo Determinado à servidora TEREZINHA DE SOUZA MENDONÇA FONSECA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 26/08/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3337/2015.

PORTARIA Nº. 3337/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Pelo Período de
Andrei Alfredo da Silva	20	40	11/09/2015 a 01/10/2015
Cimone Rossate	40	20	27/08/2015 a 18/12/2015
Janice de Oliveira	20	40	21/08/2015 a 30/09/2015
Jessica Eliane da Silveira	20	25	01/07/2015 a 18/12/2015
Luciana da Silva	40	20	03/08/2015 a 18/12/2015
Luciana da Silva Caetano	20	30	21/08/2015 a 18/12/2015
Maria Angélica Ferreira	30	20	11/08/2015 a 07/09/2015

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3338/2015.

PORTARIA Nº. 3338/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2772 de 15 de agosto de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora ANA PAULA RAMOS, titular do cargo de Enfermeiro, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 02/09/2015 a 02/09/2016.

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3339/2015.

PORTARIA Nº. 3339/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2761 de 15 de agosto de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora PAMELLA PRISCILA DA SILVA RANGEL, titular do cargo de Enfermeiro, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 02/09/2015 a 02/09/2016.

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3340/2015.

PORTARIA Nº. 3340/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2968 de 03 de setembro de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora ESTER ANGELA LEAL, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 11/09/2015 a 11/09/2016.

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3341/2015.

PORTARIA Nº. 3341/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3014 de 03 de setembro de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora XENIA PAULA MARTINS PAMATO, titular do cargo de Enfermeiro, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 16/09/2015 a 16/09/2016.

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3342/2015.

PORTARIA Nº. 3342/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ADELI NICOLAU DOS SANTOS, titular do cargo de Agente de Combate a Endemias, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de março de 2015.

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3343/2015.

PORTARIA Nº. 3343/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CESSAR REGÊNCIA DE CLASSE para VILMA LUCIA HOBOLD FERREIRA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 01/09/2015.

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3344/2015.

PORTARIA Nº. 3344/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar Produtividade de Diretor Escolar do funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor pelo período de 24 de agosto de 2015 a 24 de novembro de 2015.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE	PARA
124525-2	Valderes Damaso de Matos Theodorovicz	R\$ 1800,00	R\$ 2300,00

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3345/2015.

PORTARIA Nº. 3345/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Produtividade de Diretor Escolar do funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor pelo período de 01 de setembro de 2015 a 30 de novembro de 2015.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE	LOCAL
801087-1	Vilma Lucia Hobold Ferreira	R\$ 1800,00	Diretor Adjunta EB Reinaldo Weingartner

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3346/2015.

PORTARIA Nº. 3346/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Cessar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de setembro de 2015.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE
401790-1	Thayomara de Souza	30%

Palhoça, SC, em 01 de setembro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3347/2015.

PORTARIA Nº. 3347/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo II. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de setembro de 2015.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	DE
3745072-1	Amanda de Farias Gehres	R\$ 500,00
3745073-1	Luana Machado Ferreira	R\$ 600,00
801660-1	Luciane Geni da Silva de Medeiros	R\$ 200,00

ANEXO II

MATRICULA	SERVIDOR	DE	PARA
401474-2	Mariane Cristiane Pflieger Scalvin	R\$ 600,00	R\$ 1400,00

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3349/2015.

PORTARIA Nº. 3349/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MAGDA REGINA VIEIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 016/2014, para ocupar o cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/09/2015 a 02/09/2016.

Palhoça, SC, em 01 de setembro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3350/2015.

PORTARIA Nº. 3350/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO FERNANDA DE AZEVEDO ODY, de acordo com a Lei nº. 073, de 17 de agosto de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 012/2014, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 120 (cento e vinte) horas/mensais, do Quadro de Pessoal do CENTRI da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/09/2015 a 01/09/2016.

Palhoça, SC, em 01 de setembro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3351/2015.

PORTARIA Nº. 3351/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO INES DE SOUZA PHILIPPI, titular do cargo de

Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/09/2015.

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3352/2015.

PORTARIA Nº. 3352/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ANDREA BROCHADO DE FARIAS, titular do cargo de Professor Artesão (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/09/2015.

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3353/2015.

PORTARIA Nº. 3353/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR JULIANA MARAFIGO DE LIZ, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Vovó Dolores, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 14/08/2015 a 15/09/2015, face ao impedimento da titular Marlove Assing Martins, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3354/2015.
PORTARIA Nº. 3353/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR JULIANA MARAFIGO DE LIZ, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Vovó Dolores, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 14/08/2015 a 15/09/2015, face ao impedimento da titular Marlove Assing Martins, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3355/2015.
PORTARIA Nº. 3355/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para FRANCIELE ALVES PASSOS, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de julho de 2015.

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3356/2015.
PORTARIA Nº. 3356/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO INES DE SOUZA PHILIPPPI, de acordo com a Lei nº. 080, de 14 de dezembro de 2009, Lei nº. 2508/2088 e Processo Seletivo Edital nº. 012/2014, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 10 (dez) horas/semanais, do Quadro de Pessoal Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/09/2015 a 01/09/2016.

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3357/2015.
PORTARIA Nº. 3357/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO FLAVIO CORREA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Fiscal do Meio Ambiente, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Fundação do Meio Ambiente da Administração Indireta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2014, com efeitos a contar de 01/09/2015.

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3358/2015.
PORTARIA Nº. 3358/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para EDIONE MARIA COELHO, matrícula nº. 200061-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/06/2005 a 01/06/2010, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/09/2015 à 01/10/2015.

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3359/2015.
PORTARIA Nº. 3359/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:
PRORROGAR a Portaria 1987 de 15 de abril de 2015, que Contratou por Tempo Determinado à servidora ARLETE DA ROSA DA SILVA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 02/09/2015 a 27/09/2015.

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3360/2015.
PORTARIA Nº. 3360/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:
NOMEAR POR CONCURSO JORGE LUIZ BRUCHADO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Técnico em Informática, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Administração da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 27/08/2015.

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3361/2015.
PORTARIA Nº. 3361/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARCOS ROBERTO DE MELO, matrícula nº. 500250-1, titular do cargo de Técnico em Edificações, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Infraestrutura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/09/1998 a 01/09/2003, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 08/09/2015 à 08/10/2015.

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3362/2015.
PORTARIA Nº. 3362/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:
DESIGNAR OS SERVIDORES PARA SUBCOMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO – CAEP:

Artigo 1º - Nomear os servidores abaixo relacionados para juntos comporem a "Subcomissão de Avaliação do Estágio Probatório" da Secretaria de Saúde, de acordo com as Leis nº 096/2010 e 097/2010:

Artigo 2º - O mandato da CAEP terá duração de 03 (três) anos.
Artigo 3º - Revogam-se as disposições anteriores.
Artigo 4º- Esta Portaria entra em vigor em 03 de agosto de 2015.

NOME	SECRETARIA	FUNÇÃO
Chefe da Unidade	Secretaria de Saúde	Membro
Colega de Trabalho	Secretaria de Saúde	Membro
Demetrius de Medeiros	Secretaria de Administração	Membro
Luciane Probst	Secretaria de Saúde	Secretária
Mariana de Sousa Boiano-vizc	Secretaria de Saúde	Membro
Rosimeri Hilda Coelho	Secretaria de Saúde	Presidente
Sandra Ribeiro de Abreu	Secretaria de Saúde	Vice Presidente
Zenilde Maria de Souza	Secretaria de Governo	Membro
Valmir Paulo Oliveira	Secretaria de Saúde	Membro

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3363/2015.

PORTARIA Nº. 3363/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DESIGNAR OS SERVIDORES PARA SUBCOMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO:

Artigo 1º - Nomear os servidores abaixo relacionados para juntos comporem a "Subcomissão de Avaliação de Desempenho" da Secretaria de Saúde, de acordo com as Leis nº 096/2010 e 097/2010:

Artigo 2º - O mandato da CAEP terá duração de 03 (três) anos.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições anteriores.

Artigo 4º- Esta Portaria entra em vigor em 03 de agosto de 2015.

NOME	SECRETARIA	FUNÇÃO
Chefe da Unidade	Secretaria de Saúde	Membro
Colega de Trabalho	Secretaria de Saúde	Membro
Demetrius de Medeiros	Secretaria de Administração	Membro
Luciane Probst	Secretaria de Saúde	Secretária
Mariana de Sousa Boiano-vizc	Secretaria de Saúde	Membro
Rosimeri Hilda Coelho	Secretaria de Saúde	Presidente
Sandra Ribeiro de Abreu	Secretaria de Saúde	Vice Presidente
Valmir Paulo Oliveira	Secretaria de Saúde	Membro
Zenilde Maria de Souza	Secretaria de Governo	Membro

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3364/2015.

PORTARIA Nº. 3364/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SORAIA REGINA CARDOSO, matrícula nº. 801236-2, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/11/2009 a 01/11/2014, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 21/09/2015 à 21/10/2015.

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3365/2015.

PORTARIA Nº. 3365/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para TANIA ALBERTINA DE MEDEIROS SCHAIMANN, matrícula nº. 800917-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 21/03/2008 a 21/03/2013, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 09/09/2015 à 09/10/2015.

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3366/2015.

PORTARIA Nº. 3366/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para GLAUCIA FERREIRA DA ROSA, matrícula nº. 800903-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 08/09/2010 a 08/09/2015, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 15/09/2015 à 15/12/2015.

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3367/2015.

PORTARIA Nº. 3367/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO TATIANA FARIAS, titular do cargo de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 02/09/2015.

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3368/2015.

PORTARIA Nº. 3368/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para LENDRO DE OLIVEIRA BASTOS, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeito a contar de janeiro de 2015.

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3369/2015.

PORTARIA Nº. 3369/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DESIGNAR OS SERVIDORES PARA SUBCOMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO – CAEP:

Artigo 1º - Nomear os servidores abaixo relacionados para juntos comporem a "Subcomissão de Avaliação do Estágio Probatório" da Secretaria de Educação, de acordo com as Leis nº 096/2010 e 097/2010:

Artigo 2º - O mandato da CAEP terá duração de 03 (três) anos.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições anteriores.

Artigo 4º- Esta Portaria entra em vigor em 03 de agosto de 2015.

NOME	SECRETARIA	FUNÇÃO
Adriana Truppel	Secretaria de Administração	Presidente
Chefe da Unidade	Secretaria de Educação	Membro
Colega de Trabalho	Secretaria de Educação	Membro
Fernanda Cristina Rosar	Secretaria de Educação	Secretária
Lilian Regina Alves da Rosa	Secretaria de Educação	Vice-Presidente

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3370/2015.

PORTARIA Nº. 3370/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DESIGNAR OS SERVIDORES PARA SUBCOMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO – CAEP:

Artigo 1º - Nomear os servidores abaixo relacionados para juntos comporem a "Subcomissão de Avaliação de Desempenho" da Secretaria de Educação, de acordo com as Leis nº 096/2010 e 097/2010:

Artigo 2º - O mandato da CAEP terá duração de 03 (três) anos.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições anteriores.

Artigo 4º- Esta Portaria entra em vigor em 03 de agosto de 2015.

NOME	SECRETARIA	FUNÇÃO
Joselino Agostino Farias	Secretaria de Administração	Presidente
Chefe da Unidade	Secretaria de Educação	Membro
Colega de Trabalho	Secretaria de Educação	Membro
Fernanda Cristina Rosar	Secretaria de Educação	Secretária
Lilian Regina Alves da Rosa	Secretaria de Educação	Vice-Presidente

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3371/2015.

PORTARIA Nº. 3371/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de	CID
Adriana dos Santos	ASG	05	24/08/15	I – L 02
Alessandra Socas	ACS	30	24/08/15	I – M 23-2, II – M 25-5
Ana Carolina Maioli	Enfermeiro	30	20/08/15	I – O 60, II – Q 62-3
Ana Caroline Narciso Nazareth	ASG	04	03/08/15	I – Z 76-3
Ana Caroline Narciso Nazareth	ASG	05	18/08/15	I – Z 76-3
Ana Claudia Gomes Gonçalves	Professor	90	14/08/15	I – C 34
Anderson Luiz Fernandes	Motorista	06	19/08/15	I – I 48
Andreia Althoff Pinho	ACS	45	21/08/15	I – N 75-1
Atanil Wagner Filho	Professor	90	19/08/15	I – I 50, II – I 25
Cleide Aparecida Bernardes	Técnico em Enfermagem	15	17/08/15	I – Z 54-0
Cristiane Salete Lourenço	Professor	12	24/08/15	I -
Cristiane Zugno Laurindo	Professor	120	01/07/15	I –
Cristina dos Santos Gonçalves	ACS	05	24/08/15	I – M 79-6
Cristina dos Santos Gonçalves	ACS	02	31/08/15	I – M 79-6
Daniela Maria da Silva	ASO	05	24/08/15	I –
Deyse Alexandre Pedroso	Professor	30	21/08/15	I – F 41-2
Elenir Rodrigues	ASO	14	17/08/15	I – F 31-8
Eliete Nunes	Merendeira	04	24/08/15	I –
Elizabete Rodrigues Madalena	ASG	30	26/08/15	I – M 77-1
Fabiana Ribeiro	Merendeira	04	18/08/15	I – M 25-5, II – S 93-4
Fabiana Ribeiro	Merendeira	04	24/08/15	I – M 25-5, II – S 93-4
Fabiana Ribeiro	Merendeira	15	31/08/15	I – M 25-5, II – S 93-4
Fabiola Marega de Valgas	Professor	120	24/08/15	I -
Ilma Ferreira Rodrigues	Técnico em Enfermagem	60	18/08/15	I – F 33
Ivoneete Cardoso Preuss	Professor	10	24/08/15	I – S 93-4
Janaina Aparecida Silva	Merendeira	120	11/08/15	I – M 75-5, II – M 75-1
Janete Schmidt	ACS	90	18/08/15	I – M 72-2, II – M 65-1
Jessica Cristiane Pereira	Professor	05	10/08/15	I – M 54-5

Jessica Macedo de Moura	Professor	05	19/08/15	I –
Kátia Regina Linhares de Araujo	ACS	05	17/08/15	I – M 54-2
Katiane Siegel da Rosa	Professor	04	18/08/15	I – O 21-0
Kelly Folster	Professor	180	17/08/15	I -
Lilian Karla da Silva	ACS	05	18/08/15	I – Z 74-3
Luciano Eli	Motorista	10	26/08/15	I – M 54-3
Márcia Oscarina Fernandes	Professor	60	24/08/15	I – M 54-2
Maria Aparecida Coelho	ASG	03	09/08/15	I –
Maria Cristina da Silva	ASO	08	21/08/15	I –
Maria Cristina da Silva	ASG	04	12/08/15	I –
Maryland Figueiredo da Silva	Auxiliar de Enfermagem	10	14/08/15	I – F 41-2
Orlando Fernandes Siqueira	Professor	07	24/08/15	I – S 93
Raquel Debiasi Ferreira	ACS	07	21/08/15	I –
Rosana Maria Macario	ASO	09	24/08/15	I – Z 76-3
Rosimeri Silva Scheidt	Professor	05	24/08/15	I – M 25-0
Sabrina Eduarda Borges	Professor	06	19/08/15	I – M 25-0
Simone Pereira	Professor	45	19/08/15	I – M 54-4
Susana da Rosa Coelho	Professor	28	24/08/15	I –
Walquiria Alves	ASP	10	24/08/15	I – F 31-0
Zilma Margarida da Silva Campos	ASG	12	29/08/15	I – M 10-1

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3372/2015.

PORTARIA Nº. 3373/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 581 de 30 de janeiro de 2015, que Contratou por Tempo Determinado à servidora ANA PAULA MONTERIO, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 06/09/2015 a 01/10/2015.

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3373/2015.

PORTARIA Nº. 3373/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 581 de 30 de janeiro de 2015, que Contratou por Tempo Determinado à servidora ANA PAULA MONTERIO, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 06/09/2015 a 01/10/2015.

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3374/2015.

PORTARIA Nº. 3374/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1239 de 02 de março de 2015, que Contratou por Tempo Determinado à servidora KAROLINE WANEZ BOAVA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 30/08/2015 a 22/09/2015.

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3375/2015.

PORTARIA Nº. 3375/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1800 de 10 de março de 2015, que Contratou por Tempo Determinado à servidora MARIA APARCIDA KURAK DA SILVA, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 02/09/2015 a 01/10/2015.

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3376/2015.

PORTARIA Nº. 3376/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO LUANA XAVIER GUIRADO, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/09/2015.

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3377/2015.
PORTARIA Nº. 3377/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARA RUBIA PIERRI, matrícula nº. 801076-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 10/05/2009 a 10/05/2014, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 08/09/2015 à 08/10/2015.

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3378/2015.
PORTARIA Nº. 3378/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR JANICE DE OLIVEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente – Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 13/08/2015 a 02/09/2015, face ao impedimento da titular Margarete P. da Rosa Araujo, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3379/2015.
PORTARIA Nº. 3379/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ANA DANIELA FERNANDES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Argemira Farias da Silveira, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/08/2015 a 01/11/2015, face ao impedimento da titular Maria Aparecida C. da Silveira, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3380/2015.
PORTARIA Nº. 3380/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR DANIELA APARECIDA DE OLIVEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Aprender Brincando, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 11/08/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Maria Aparecida C. da Silveira, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3381/2015.
PORTARIA Nº. 3381/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO VERILDE DOS SANTOS BONETES, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Vovó Maria da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 13/08/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3382/2015.
PORTARIA Nº. 3382/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO VIVIANE CARDOSO ROSA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Padre Réus da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 05/08/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3383/2015.
PORTARIA Nº. 3383/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO LIDIANE MACHADO MENDES DA SILVEIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Padre Réus da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 30/07/2015 a 01/09/2015.

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3384/2015.
PORTARIA Nº. 3384/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JANAINA DE FARIAS, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Bolinhas de Sabão da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 03/08/2015 a 03/09/2015.

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3385/2015.

PORTARIA Nº. 3385/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO LEONETE SCHEIDT DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de ASO com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da EB Francisca R. F. Costa da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 18/08/2015 a 12/12/2015, face ao impedimento da titular Zilma Margarida da Silva Campos, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3387/2015.**PORTARIA Nº. 3386/2015.**

PORTARIA Nº. 3386/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO LILIANE ALINE RODRIGUES DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de ASO com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Nova Esperança da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 10/08/2015 a 10/09/2015, face ao impedimento da titular Vanda Francisca da Silva, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3387/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para os servidores abaixo relacionados de acordo com o Inciso I e II, do Artigo nº. 290, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
401994-1	Vanessa Nacir da Silva Cardoso	Graduação	30%	27/07/2015

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3388/2015.
PORTARIA Nº. 3388/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL VERTICAL – para os servidores abaixo relacionados com fundamento no Artigo 292, 293 e 297 da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Cargo	Nível		A partir de:
			De:	Para	
400014-1	Antonio Carlos Avila	Médico clínico	1-118-3A-E - ANS	1-118-4A-E - ANS	26/06/2015
400930-1	Camila Meotti Figueiredo	Enfermeiro	1-136-1A-B - ESF-E	1-136-2A-B - ESF-E	23/03/2015
400423-2	Cleide Aparecida Bernardes	Técnico de enfermagem	1-5-2-D - ANT	1-5-3-D - ANT	30/07/2015
100452-1	Eduardo Alves	Artífice	1-9-1-A - ANF - B	1-9-2-A - ANF - B	13/07/2015
401108-1	Fabiana Farias	Enfermeiro	1-136-1A-A - ESF-E	1-136-2A-A - ESF-E	29/07/2015
200040-2	Gab Luciana Martins	Técnico de contabilidade	1-5-2-E - ANT	1-5-3-E - ANT	11/08/2015
401456-1	Jocélio Antonio dos Santos Junior	Socorrista	1-5-1-A - ANT	1-5-2-A - ANT	14/08/2015
401115-1	Juliana Martins Fermio	Psicóloga	1-118-2A-A - ANS	1-118-3A-A - ANS	05/08/2015
801076-1	Mara Rubia Pierri	ASO	1-9-2-C - ANF - B	1-9-3-C - ANF - B	07/08/2015
123105-1	Marcio Osmar Tizziani	Fiscal de Obras	1-147-2-E - ANMF	1-147-2-E - ANMF	11/08/2015
401140-1	Maria Ap. Pereira de Lima de Oliveira	Técnico de enfermagem	1-138-1-A - ANMS	1-138-2-A - ANMS	10/07/2015
300125-2	Maria de Fátima Farias	ASO	1-9-1-E - ANF - B	1-9-2-E - ANF - B	30/06/2015
802319-1	Maristela Ivete da Silveira Elias	Merendeira	1-9-1-A - ANF - B	1-9-2-A - ANF - B	21/07/2015
400848-1	Monique Nascimento	Assistente administrativo	1-17-1-B - ANM	1-17-2-B - ANM	11/11/2014
500028-1	Paulo Cesar Martins	Fiscal de tributos municipal	1-147-2-H - ANMF	1-147-3-H - ANMF	23/07/2015
500431-1	Silvio Luiz Oliveira Mendes	ASO	1-9-2-D - ANF - B	1-9-3-D - ANF - B	29/07/2015
401065-2	Zeloira de F. Rodrigues de Souza	Técnico em Enfermagem	1-138-1-A - ANMS	1-138-2-A - ANMS	18/08/2015

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3389/2015.
PORTARIA Nº. 3389/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ADRIANA APARECIDA DA LUZ, matrícula nº. 190043-2, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio

de 10/08/2008 a 10/08/2013, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/09/2015 à 01/10/2015.

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3390/2015.

PORTARIA Nº. 3390/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para KATIA REGINA DA SILVEIRA, matrícula nº. 800998-3, titular do cargo de Orientador Educacional, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 02/09/2006 a 02/09/2011, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 19/10/2015 à 19/11/2015.

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3391/2015.

PORTARIA Nº. 3391/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LAUDELINA MONICA DE SOUZA FORTUNATO, matrícula nº. 801107-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 03/06/2004 a 03/06/2009, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 10/09/2015 à 10/10/2015.

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3392/2015.

PORTARIA Nº. 3392/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para EMILIA APARECIDA DA SILVA MATTOS MACHADO, matrícula nº. 800242-2, titular do cargo de Assistente Técnico Pedagógico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 13/05/2006 a

13/05/2011, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 08/09/2015 à 08/10/2015.

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3393/2015.

PORTARIA Nº. 3393/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ADRIANA PEREIRA DE OLIVEIRA, matrícula nº. 801617-2, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 21/07/2010 a 21/07/2015, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 14/09/2015 à 14/12/2015.

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3394/2015.

PORTARIA Nº. 3394/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROSE MAGALY MARTINS, matrícula nº. 300152-3, titular do cargo de Assistente Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 09/04/2007 a 09/04/2012, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 08/09/2015 à 08/10/2015.

Palhoça, SC, em 17 de agosto de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3395/2015.

PORTARIA Nº. 3395/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO LIDYANI MANGRICH DOS PASSOS, titular do cargo de Biblioteconomista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/09/2015.

Palhoça, SC, em 01 de setembro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de AdministraçãoMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral**PORTARIA Nº. 3396/2015.**

PORTARIA Nº. 3396/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para FERNANDA MORO CECHINEL, titular do cargo de Técnico em Turismo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Turismo, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de agosto de 2015.

Palhoça, SC, em 01 de setembro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de AdministraçãoMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral**PORTARIA Nº. 3397/2015.**

PORTARIA Nº. 3397/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para MARILENE DA SILVA E SILVA, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de agosto de 2015.

Palhoça, SC, em 01 de setembro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de AdministraçãoMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral**PORTARIA Nº. 3398/2015.**

PORTARIA Nº. 3398/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para MICHELLE GASTÃO DA ROSA PERDIGÃO, titular do cargo de Procuradora do Município, do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral do Município, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de setembro de 2015.

Palhoça, SC, em 01 de setembro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de AdministraçãoMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral**PORTARIA Nº. 3399/2015.**

PORTARIA Nº. 3399/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ELISABETE CAMPOS, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar

de setembro de 2015.

Palhoça, SC, em 01 de setembro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3615/2015.

PORTARIA Nº. 3615/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTÁGIO REMUNERADO, Ralf Salvador, estudante regularmente matriculado no Curso de Ensino Médio da Escola de Educação Básica Irmã Maria Teresa, nos termos estabelecidos pelo artigo 5º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com início em 28/09/15 e término em 31/12/15, com carga horária de 20 (vinte e horas semanais), na Faculdade Municipal de Palhoça.

Palhoça, SC, em 15 de setembro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3822/2015.

PORTARIA Nº. 3822/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTÁGIO REMUNERADO, Vagner Rafael de Souza, estudante regularmente matriculado no Curso de Engenharia Eletrônica do Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC, nos termos estabelecidos pelo artigo 5º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com início em 21/10/15 e término em 21/11/16, com carga horária de 25 (vinte e cinco horas semanais), no Corpo de Bombeiros de Palhoça.

Palhoça, SC, em 15 de outubro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

RESUMO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS - TOMADA DE PREÇOS Nº118/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESUMO DE JULGAMENTO
PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS Nº118/2015

A Prefeitura Municipal de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento das Propostas de Preços apresentadas para o PROCESSO LICITATÓRIO Nº118/2015, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para execução de Drenagem da Rua José Silveira de Souza e Rua 31 de Março, Bairro Ponte de Imaruim [Lote 1]; Drenagem da Servidão Adelino Martins, Rua União e Rua Vidal, Bairro Bela Vista [Lote 2]; Drenagem da Rua Manoel Cândido Ferreira e Rua Comandante Osni Schutel Furtado – trecho 1, Bairro Praia de Fora [Lote 3]; Drenagem da Rua Morro dos Quadros – trecho 1, Bairro Guarda do Cubatão [Lote 4], neste Município, de acordo com as especificações contidas nos anexos.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

A empresa SATÉLITE CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA EPP VENCEU o Lote nº1 com o valor proposto de R\$203.346,90 (duzentos e três mil, trezentos e quarenta e seis reais e noventa centavos); VENCEU o Lote nº3 com o valor proposto de R\$53.842,12 (cinquenta e três mil, oitocentos e quarenta e dois reais e doze centavos); VENCEU o Lote nº4 com o valor proposto de R\$81.744,41 (oitenta e um mil, setecentos e quarenta e quatro reais e quarenta e um centavos).

A empresa ECCL EMPRESA DE MÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA EPP venceu o lote nº2 com proposta no valor de R\$106.134,49 (cento e seis mil, cento e trinta e quatro reais e quarenta e nove centavos).

Palhoça, 22 de Outubro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL**ERRATA Nº001/2015 DA TOMADA DE PREÇO 004/2015 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE REFORMA DO PRÉDIO EM GERAL**

ERRATA Nº001/2015

DA TOMADA DE PREÇOS nº 004/2015

A Câmara Municipal de Palhoça torna pública a alteração DA TOMADA DE PREÇOS nº 04/2015 – Contratação de Empresa Especializada em Serviço de Reforma do Prédio em Geral e Execução desse Serviço no Prédio/Sede da Câmara Municipal, com fornecimento de todo material, conforme projeto arquitetônico e especificações técnicas constantes do anexo I. O qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Onde se lia:

ANEXO VII

MODELO PROPOSTA

(Apresentar em folha timbrada da empresa)

Agora se lê:

Onde se lia:

ANEXO I

PROJETO BÁSICO – Síntese

B	PRAZOS
	O prazo previsto para execução dos serviços é de 3 (três) meses, contados a partir do início das obras. O contratado terá 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da Ordem de Serviço, para o início das obras.

Agora se lê:

ANEXO I

PROJETO BÁSICO – Síntese

B	PRAZOS
	O prazo previsto para execução dos serviços é de 90 (dias) a contar da ordem de fornecimento. O contratado terá 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da Ordem de Serviço, para o início das obras.

Onde se lia:

Anexo II

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PRAZO

11.1 - O prazo para execução é de 2 (dois) meses, contado a partir da data da emissão da Ordem de Serviço.

Agora se lê:

Anexo II

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PRAZO

11.1 - O prazo para execução é de 90 (dias) , contado a partir da data da emissão da Ordem de Serviço.

Abertura do Processo de Licitação DA TOMADA DE PREÇOS nº 04/2015 – Contratação de Empresa Especializada em Serviço de Reforma do Prédio em Geral e Execução desse Serviço no Prédio/ Sede da Câmara Municipal, com fornecimento de todo material, conforme projeto arquitetônico e especificações técnicas constantes do anexo I. dia 27 de outubro de 2015 às 14 :00h.

Palhoça, 22 de outubro de 2015.

CRISTIANE APARECIDA SILVA

Presidente da C.P.L

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA**ALTERAÇÃO 1 DO PR 35/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ALTERAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/2015

O Município de Palhoça, por meio da Secretaria Municipal de Saúde de Palhoça, torna público que houve alteração na data de lances e abertura da habilitação do PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 35/2015, ficando apazado para o dia 03 de novembro de 2015, às 13:30 horas, efetuação de lances e abertura dos envelopes de habilitação e o recebimento dos envelopes das propostas e documentações e abertura das propostas permanecerá no dia 27 de outubro de 2015, às 13:30, na Sala da CPL da Secretaria de Saúde, na Av. Atílio Pagani, 855, 3º andar, Centro Comercial Pagani, Bairro Pagani. Palhoça/SC. A Alteração 1, encontram-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, bem como no site: www.saudepalhoca.sc.gov.br. Maiores informações fones: (48) 3047-5585 e 3047-5557, das 13:00 às 19:00 horas. Palhoça, 22 de outubro de 2015. Rosiméri Hilda Coelho - Pregoeira da CPL Sec. de Saúde

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº01/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº01/2015 – Pregão Presencial 45/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: GRAFICA MADRI LTDA. OBJETO: Serviços de confecção de materiais gráficos para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, CAPS II, CEAP, NEPS, CEO e demais setores da Secretária, com fornecimento de todos os materiais necessários.

DATA: 02/01/2015 à 01/01/2016.

Nome da Empresa: GRAFICA MADRI LTDA					CNPJ: 04.300.682/0001-09
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Atestado médico AD (Álcool e outras Drogas), tamanho 21x14cm, papel off-set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 folhas					
6	50,00	BL		R\$2,1700	R\$108,5000
Especificação: Atestado médico CAPS II, tamanho 21x14cm, papel off-set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 folhas					
7	50,00	BL		R\$2,1700	R\$108,5000
Especificação: Bloco de anotações personalizado, com as seguintes especificações: CAPA em papel couchê 180 g/m², impressão 4x0 (colorida), com a arte NEPS escrita na capa (art e design do logotipo será fornecida). CONTRACAPA em papel couchê 180 g/m², sem impressão. FOLHAS INTERNAS em papel offset 75 g/m², cor branca, com a logo do NEPS PALHOÇA no lado inferior direito, conforme modelo abaixo (art e design a cargo da gráfica). ACABAMENTO: capas e folhas coladas na parte superior. Bloco com 20 folhas internas e medindo 14 x 21 cm.					
10	200,00	UN		R\$2,2000	R\$440,0000
Especificação: Boletim diário de atendimento do Assistente Social - CAPS AD, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
18	50,00	BL		R\$2,9300	R\$146,5000
Especificação: Boletim diário de atendimento do Assistente Social - NASF, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
19	50,00	BL		R\$2,9300	R\$146,5000
Especificação: Boletim diário de atendimento do Dermatologista, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
22	60,00	BL		R\$2,6700	R\$160,2000
Especificação: Boletim diário de atendimento do Endócrino, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
24	40,00	BL		R\$3,3700	R\$134,8000
Especificação: Boletim diário de atendimento do Farmacêutico - NASF, frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
26	50,00	BL		R\$2,9100	R\$145,5000
Especificação: Boletim diário de atendimento do Neurologista, frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
30	80,00	BL		R\$2,3500	R\$188,0000
Especificação: Boletim diário de atendimento do Otorrinolaringologista, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
32	60,00	BL		R\$2,6700	R\$160,2000
Especificação: Boletim diário de atendimento do Pedagogo CAPS AD, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
33	50,00	BL		R\$2,9300	R\$146,5000
Especificação: Boletim diário de atendimento do Pedagogo CAPS II, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
34	50,00	BL		R\$2,9300	R\$146,5000
Especificação: Boletim diário de atendimento do Pediatra, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
35	60,00	BL		R\$2,6700	R\$160,2000
Especificação: Boletim diário de atendimento do Técnico Enfermeiro, frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
37	70,00	BL		R\$2,1900	R\$153,3000
Especificação: Capa de prontuário Componente Especializado, formato 50x33cm, papel offset branco 180gr, 1x1, com 1 dobra.					
47	1500,00	UN		R\$0,3300	R\$495,0000
Especificação: Capa de prontuário para ação judicial, formato 50x33cm, papel offset branco 180gr, 1x1, com 1 dobra.					
48	500,00	UN		R\$0,8900	R\$445,0000
Especificação: Cartão de agendamento, formato 30x12cm, Frente e Verso, 2 vincos, papel off-set 240gr, cor branca com impressão em azul - 1x1.					
53	40000,00	UN		R\$0,0600	R\$2.400,0000
Especificação: Cartão de Controle de Medicação - Program de Saúde mental, formato 21x8cm, Frente e Verso, 1 vincos, papel off-set 240gr, cor branca com impressão em preto - 1x0.					
54	2000,00	UN		R\$0,1100	R\$220,0000
Especificação: Cartão de Identificação Brasil Sorridente, formato 100mmx70mm, papel 180gr, branco com impressão em duas cores (preto e verde), 2x0					
55	2000,00	UN		R\$0,0700	R\$140,0000
Especificação: Cartão de Medicamentos, formato 100mmx70mm, papel off set 180gr, cor 1x0.					
56	2000,00	UN		R\$0,0700	R\$140,0000
Especificação: Cartão de visita, papel off-set 240 gr, tamanho 5x9 cm, impressão 4x 0 cor, quantidade para ser personalizado para 7 servidores.					

57	1000,00	UN		R\$0,2400	R\$240,0000
Especificação: Certificados em Papel off-set 180 gr Formato 29,7 cm x 21,0 cm, 8 cores.					
66	5000,00	UN		R\$0,2200	R\$1.100,0000
Especificação: Contrato Terapêutico AD, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
70	20,00	BL		R\$5,2900	R\$105,8000
Especificação: Contrato Terapêutico CAPS II, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
71	20,00	BL		R\$5,2900	R\$105,8000
Especificação: Folder Dia dos Pais 20 x 21cm, 1 Folha 4x4 cores em papel couche brilho 170 gr comercial 170 gr, 1 dobra, vinco.					
104	2000,00	UN		R\$0,2000	R\$400,0000
Especificação: Folder Dia Internacional da Mulher 20x21CM, 1 Folha 4x4 cores em papel couche brilho 170gr comercial, 1 dobra, vinco.					
105	3000,00	UN		R\$0,1600	R\$480,0000
Especificação: Folder Explicativo com a história NEPS Arte e Design fica a cargo da gráfica (logotipo do NEPS tem que aparecer no canto superior esquerdo) x 21cm, 1 Folha 4x4 cores em papel couche brilho 170 gr comercial 170Gr, 1 dobra, vinco.					
106	100,00	UN		R\$3,0000	R\$300,0000
Especificação: Folder Prevenção 20x 21cm, 1Folha 4x4 cores em papel couche brilho 170 gr comercial, 1 dobra, vinco.					
114	2000,00	UN		R\$0,2100	R\$420,0000
Especificação: Folder Transmissão vertical 20 x 21cm, 1Folha 4x4 cores em papel couché brilho 170 gr comercial, 1 dobra, vinco					
116	2000,00	UN		R\$0,2100	R\$420,0000
Especificação: Folder Vivendo com HIV 20x21cm, 1 Folha 4x4 cores em papel couche brilho 170 gr comercial , 1 dobra, vinco					
117	2000,00	UN		R\$0,2100	R\$420,0000
Especificação: Folheto dia das mães 30x15cm, 1 folha 4x4 cores em papel 180 gr comercial, dobra, corte e vinco, faca.					
118	2000,00	UN		R\$0,2700	R\$540,0000
Especificação: Folhetos 1º dezembro 15x10 cm, 1 folha 4x4 cores em papel offset 120gr comercial, 1 dobra, vinco.					
119	2000,00	UN		R\$0,1500	R\$300,0000
Especificação: Informativos modelos diversos, tamanho 15 x 21 cm, em papel mais barato 4x0 cor.					
123	100000,00	UN		R\$0,0800	R\$8.000,0000
Especificação: Ordem de abastecimento, bloco 2x50, formato 150 x 110mm, papel off-set com gramatura de 63 grs., sendo 1ª via branco e 2ª via azul carbonado com impressão em preto - 1x0.					
129	1000,00	BL		R\$1,6900	R\$1.690,0000
Especificação: Receituário de controle especial " A" Amarela, blocos 1x50, formato 10x24cm , papel super bond azul, picote, grampo e cola.					
138	100,00	BL		R\$2,9800	R\$298,0000
Especificação: Receituário de controle especial " B-1" Azul, blocos 1x50, formato 10x24cm , papel super bond azul, picote, grampo e cola.					
139	1600,00	BL		R\$1,8900	R\$3.024,0000
Especificação: Receituário de controle especial " B-2" Azul, blocos 1x50, formato 10x24cm , papel super bond azul, picote, grampo e cola.					
140	100,00	BL		R\$2,9800	R\$298,0000
Especificação: Termo consentimento livre escolha, tamanho 21x30cm, 1x0 cor , 1ª via em papel offset 75gr, 1 capa sem impressão em papel capa AG 90 gr, tamanho 42,00x30,00cm, bloco 50x1.					
153	300,00	UN		R\$2,3900	R\$717,0000
Especificação: Vale Camisinha 6x9cm 4x0 cores 1 Folha 4x1 cores em papel off-set 90 grs.					
157	10000,00	UN		R\$0,0500	R\$500,0000
Valor Total		(vinte e cinco mil, quinhentos e quarenta e três reais e oitenta centavos)			R\$25.543,80

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº02/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº02/2015 – Pregão Presencial 45/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: GRAFICA ALTA DEFINIÇÃO. OBJETO: Serviços de confecção de materiais gráficos para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, CAPS II, CEAP, NEPS, CEO e demais setores da Secretária, com fornecimento de todos os materiais necessários.

DATA: 02/01/2015 à 01/01/2016.

Nome da Empresa: GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA					CNPJ: 13.919.051/0001-63
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Capa de prontuário, formato 50x33cm, papel off set branco 180gr, 1x1, com 1 dobra.					
50	100000,00	UN		R\$0,2100	R\$21.000,0000
Especificação: Cartão de Agendamento do EAD, formato 21x8cm, Frente e Verso, 1 vincos, papel off-set 240gr, cor branca com impressão em preto - 1x0.					
52	500,00	UN		R\$0,2500	R\$125,0000
Especificação: Cartão odontológico, tam. 13x10cm, papel off-set 180gr, cor 1x0.					
58	8000,00	UN		R\$0,0400	R\$320,0000
Especificação: Cartão para autorização de consultas, papel off-set 240 gr, tamanho 5x9 cm, impressão 1x 0 cor.					
59	3000,00	UN		R\$0,0500	R\$150,0000
Especificação: Cartão para entrega de exames, frente e verso, papel off-set 240 gr, tamanho 5x9 cm, impressão 1x 0 cor.					
60	3500,00	UN		R\$0,0500	R\$175,0000
Especificação: Cartão para marcação de exames de CD4/CD8, papel off-set 240 gr, tamanho 6x8 cm, impressão 1x 0 cor.					
61	3000,00	UN		R\$0,0500	R\$150,0000
Especificação: Cartão para resultados teste Anti-HIV, papel off-set 240 gr, tamanho 5x9 cm, impressão 1x 0 cor.					
62	15000,00	UN		R\$0,0300	R\$450,0000
Especificação: Cartão Pré-Natal, papel off-set 240gr, 03 vincos, tamanho 13,5 x 51 cm, impressão 4x4 cores.					
63	3000,00	UN		R\$0,3300	R\$990,0000
Especificação: Cartilha História de Vida, capa confeccionado em papel couche 170gr com cores 4x0, miolo confeccionado em papel couche 115gr com cores 4x4, acabamento intercalado e grampeado, com 20 (vinte) páginas, 5 folhas A\$ frente e verso, tamanho 15x21cm fechado, aberto 21x31cm.					
65	20000,00	ENV		R\$0,6500	R\$13.000,0000
Especificação: Ficha A - Cadastro de famílias, frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
81	5000,00	BL		R\$1,5000	R\$7.500,0000
Especificação: Ficha clinica, frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
86	6000,00	BL		R\$1,4500	R\$8.700,0000
Especificação: Ficha de atendimento SAMU, blocos 3x20 fls, papel auto copiativo (carbonadas), folhas nas cores branca, amarela e azul, papel off-set 63gr, impressão 1x0, formato ofício.					
93	2000,00	BL		R\$3,5000	R\$7.000,0000
Especificação: Ficha de para controle de visitas domiciliares dos ACS, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
98	600,00	BL		R\$1,5900	R\$954,0000
Especificação: Folder Adolescente 20 x 21cm, 1 Folha 4x4 cores em papel couche brilho 170 gr comercial 170Gr, 1 dobra, vinco.					
102	3000,00	UN		R\$0,1900	R\$570,0000
Especificação: Folder Alterações Frequentes na Gestação, 30x 21cm, 1 Folha 4x4 cores em papel couche brilho 170 gr comercial 170Gr, 2 dobra, vinco.					
103	3000,00	UN		R\$0,2100	R\$630,0000
Especificação: Folder informativo da Anti-Rábico, papel gouche, formato A4, com 03 (três) dobras, impressão 4x1 cores, frente e verso.					
107	5000,00	UN		R\$0,1700	R\$850,0000
Especificação: Folder informativo da Coqueluche, papel gouche, formato A4, com 03 (três) dobras, impressão 4x1 cores, frente e verso.					
108	5000,00	UN		R\$0,1700	R\$850,0000
Especificação: Folder informativo da Dengue, papel gouche, formato A4, com 03 (três) dobras, impressão 4x1 cores, frente e verso.					
109	10000,00	UN		R\$0,1400	R\$1.400,0000
Especificação: Folder informativo da Hepatite, papel gouche, formato A4, com 03 (três) dobras, impressão 4x1 cores, frente e verso.					
110	5000,00	UN		R\$0,1700	R\$850,0000
Especificação: Folder informativo da Meningite, papel gouche, formato A4, com 03 (três) dobras, impressão 4x1 cores, frente e verso.					
111	5000,00	UN		R\$0,1700	R\$850,0000
Especificação: Folder Saúde da Família, papel gouche brilho, 170 gr comercial, formato A4, com 02 (duas) dobras, impressão 4x4 cores, frente e verso.					
115	20000,00	UN		R\$0,1200	R\$2.400,0000

Especificação: Receituário de Controle Especial, bloco 2x50, formato 190x145mm, papel off-set com gramatura de 63 grs., sendo 1ª via branco e 2ª via amarela com impressão em preto - 1x0.					
141	6000,00	BL		R\$1,4500	R\$8.700,0000
Especificação: Relatório SSA2, formato 230x180mm, frente e verso, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
147	700,00	BL		R\$1,1000	R\$770,0000
Valor Total		(setenta e oito mil e trezentos e oitenta e quatro reais)			R\$78.384,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº03/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº03/2015 – Pregão Presencial 45/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: WEBERGRAFIC COMERCIO DE MATERIAIS GRAFICOS LTDA. OBJETO: Serviços de confecção de materiais gráficos para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, CAPS II, CEAP, NEPS, CEO e demais setores da Secretária, com fornecimento de todos os materiais necessários. DATA: 02/01/2015 à 01/01/2016.

Nome da Empresa: WEBERGRAFIC COMERCIO DE MATERIAIS GRÁFICOS LTDA				CNPJ: 11.505.113/0001-65	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Acompanhamento de tuberculose - ficha B-TB, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
1	50,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$2,5000	R\$125,0000
Especificação: Adesivo redondo, formato 7x7 cm, impressão 4x0 cor, com faca					
2	500,00	UN	WEBERGRAFIC	R\$0,3000	R\$150,0000
Especificação: Agente de gestante, capa plastificada em papel triplex 280 gr em 4x4 cores, tamanho fechado 16x22cm, miolo com 36 páginas, papel off-set 90gr, impressão 4x4 cores, acabamento com grampo, 1 (uma) bolsa interna 4x0 cor, tamanho aberto 21x16 cm, corte especial e cola, papel off-seet 240 gr.					
4	3000,00	UN	WEBERGRAFIC	R\$1,6000	R\$4.800,0000
Especificação: Atestado de saúde, tamanho 11,5x16cm, papel off-set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 folhas					
5	2000,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$0,4300	R\$860,0000
Especificação: Atestado médico para gestante, tamanho 21x14cm, papel off-set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 folhas.					
8	500,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$0,9500	R\$475,0000
Especificação: Boletim de produção ambulatorial - BPA - I (individualizado), formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
12	300,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,6700	R\$501,0000
Especificação: Boletim de produção ambulatorial - BPA consolidado, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
13	1000,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,4700	R\$1.470,0000
Especificação: Boletim de produção mensal e boletim bimestral de encaminhamento, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
14	150,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,6700	R\$250,5000
Especificação: Boletim de reconhecimento geografico RG 01, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
15	150,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,8500	R\$277,5000
Especificação: Boletim de reconhecimento geografico RG 02, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
16	150,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,8500	R\$277,5000
Especificação: Boletim diário de atendimento do Cardiologista, frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
20	200,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,6900	R\$338,0000
Especificação: Boletim diário de atendimento do Educador Físico - NASF, frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
23	150,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,6700	R\$250,5000
Especificação: Boletim diário de atendimento do Enfermeiro, frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
25	200,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,6900	R\$338,0000
Especificação: Boletim diário de atendimento do Gineco, frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
27	200,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,6900	R\$338,0000
Especificação: Boletim diário de atendimento do Médico, frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
29	200,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,6900	R\$338,0000
Especificação: Boletim diário de atendimento do Nutricionista, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
31	110,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,9700	R\$216,7000
Especificação: Boletim diário de atendimento odontológico - endodontia, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
38	150,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,6900	R\$253,5000
Especificação: Boletim diário de atendimento odontológico - PAB e procedimentos coletivos, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					

39	150,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,6900	R\$253,5000
Especificação: Boletim diário de atendimento odontológico - periodontia, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
40	150,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,6900	R\$253,5000
Especificação: Boletim diário de Pequenas Cirurgias, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
41	60,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$2,6800	R\$160,8000
Especificação: Boletim mensal de doses aplicadas de vacinas de rotina, frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
42	60,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$2,6800	R\$160,8000
Especificação: Bolsa personalizada em TNT (retornável), gramatura 60, cor bege, tamanho: 30cm alt.x22cm larg., com serigrafia em 02 cores e estampa em 01 lado.					
43	5000,00	UN	WEBERGRAFIC	R\$3,1000	R\$15.500,0000
Especificação: Cadastro de paciente Anexo 01 - Medicamento Excepcionais/Alto Custo, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
44	15,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$5,2000	R\$78,0000
Especificação: Calendário de mesa, 4X0 cores em papel triplex 300 gr comercial 30 gr, tamanho 18,00 x 36,00 cm, vinco, faca pronta, plastificação com brilho.					
46	1100,00	UN	WEBERGRAFIC	R\$0,6000	R\$660,0000
Especificação: Capa de prontuário para cadastro clopidogrel, formato 50x33cm, papel offset branco 180gr, 1x1, com 1 dobra.					
49	1500,00	UN	WEBERGRAFIC	R\$0,3400	R\$510,0000
Especificação: Capa para processo, formato 50x33 cm, papel 180gr, rosa, 1x0 cor, com 1 dobra					
51	200,00	UN	WEBERGRAFIC	R\$0,6000	R\$120,0000
Especificação: Cartazes assim pega, assim não pega 42X60cm, 4X0 cores 1 folha, papel couche brilho 150 gr comercial.					
64	1000,00	UN	WEBERGRAFIC	R\$0,9200	R\$920,0000
Especificação: Comunicação Interna, papel off-set 63g branco, tamanho 15x21,5cm, 1x0 cor, bloco 2x50.					
67	10,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$8,5000	R\$85,0000
Especificação: Comunicado dos Agentes Comunitário, formato 9,50x12cm , papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls, picote, grampo e cola.					
68	100,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$0,9900	R\$99,0000
Especificação: Confecção de banner em lona impressa, medindo 90x120 cm, em 8 cores.					
69	30,00	UN	WEBERGRAFIC	R\$50,0000	R\$1.500,0000
Especificação: Dados da mãe e recém-nascido "Acolher ao Nascer", formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls, picote, grampo e cola.					
73	100,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$2,0900	R\$209,0000
Especificação: Declaração de Comparecimento, 1x50, formato 205x150mm, papel off-set com gramatura de 63 grs., cor branco com impressão em preto - 1x0.					
74	5000,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$0,7800	R\$3.900,0000
Especificação: Envelope saco ouro timbrado, tamanho 18x 24cm, impressão 1x0 cor, papel off-set com gramatura de 90 g/m2.					
76	1000,00	UN	WEBERGRAFIC	R\$0,2300	R\$230,0000
Especificação: Envelope Saco Timbrado, formato 260x360mm, papel off-set com gramatura de 90 g/m2, cor branco com impressão em preto - 1X0.					
77	6000,00	UN	WEBERGRAFIC	R\$0,2400	R\$1.440,0000
Especificação: Envelope timbrado 114x229mm, papel off-set com gramatura de 90 g/m2, cor branca com impressão em preto - 1x0.					
78	6000,00	UN	WEBERGRAFIC	R\$0,0800	R\$480,0000
Especificação: Envelope timbrado saco 250x175mm, papel off-set com gramatura de 90 g/m2, cor branca com impressão em preto - 1x0.					
79	3000,00	UN	WEBERGRAFIC	R\$0,2000	R\$600,0000
Especificação: Ficha B-dia, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
82	1000,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,4900	R\$1.490,0000
Especificação: Ficha B-HA - Acompanhamento de hipertensos, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
83	1000,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,4900	R\$1.490,0000
Especificação: Ficha Clinico - Ginecológica, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
87	300,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,6900	R\$507,0000
Especificação: Ficha D - Programa saúde da Família, frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
88	400,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,6800	R\$672,0000
Especificação: Ficha de acompanhamento de gestante / B-GES, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Ficha de acompanhamento de gestante / B-GES, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
90	1000,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,4900	R\$1.490,0000

Especificação: Ficha de avaliação de fisioterapia, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
94	300,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,6700	R\$501,0000
Especificação: Ficha de cadastramento da gestante, frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
95	400,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,6900	R\$676,0000
Especificação: Ficha de notificação/investigação de Hanseníase - SINAN, frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
97	300,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,6900	R\$507,0000
Especificação: Ficha de visita às maternidades "Acolher ao Nascer", formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
99	100,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$2,0800	R\$208,0000
Especificação: Ficha de visita Programa do Controle de Febre Amarela e Dengue, formato 155x110mm, papel offset com gramatura de 63gr, cor 1x0, bloco 1x50 folhas.					
100	400,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$0,6500	R\$260,0000
Especificação: Ficha para Investigação de atendimento Anti-Rábico, frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
101	10000,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,3700	R\$13.700,0000
Especificação: Formulário de acolhimento AD, Frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
120	60,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$2,6800	R\$160,8000
Especificação: Formulário de acolhimento CAPS II, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
121	60,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$2,6800	R\$160,8000
Especificação: Formulário de alteração de carga Horária formato A4, frente e verso, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls . Os modelos serão enviados em anexo. Com o logotipo do NEPS no canto superior esquerdo Arte e Design fica a cargo da gráfica.					
122	200,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,8300	R\$366,0000
Especificação: Levantamento de saúde mental, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
125	200,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,7900	R\$358,0000
Especificação: Livro capa dura em preto para controle de entrega de medicamentos do CEAP, com formato 20,5x30cm, papel interno off-set com gramatura 75g, cor 1x0, com 200 folhas numeradas, cola.					
126	5,00	UN	WEBERGRAFIC	R\$130,0000	R\$650,0000
Especificação: Mapa de acompanhamento anual do hipertenso e/ou diabético, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
127	300,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,6900	R\$507,0000
Especificação: Orientações para Projeto Terapêutico Compartilhado, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
130	40,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$3,3800	R\$135,2000
Especificação: Pasta porta documentos, transparente, formato retangular medindo 36x26 cm e fechamento botão de pressão, confeccionada em filme calandrado plastificada 100% policloreto de nívela, espessura 20 com no mínimo 250 gr/m2; aba medindo 12 cm de comprimento por 36 cm de largura, inteira continuando a extensão do corpo principal (dobrado com o dorso frisado através de termo solda e fechamento 2 botões de pressão de PVC branco; um bolso sobreposto fixado por meio de termo solda com a lateral direita aberta com a finalidade de compor o bolso literalmente; as parte laterais e inferior são fechadas através de termo solda, proporcionando acabamento uniforme e resistente.					
131	1000,00	UN	WEBERGRAFIC	R\$14,5000	R\$14.500,0000
Especificação: Pedido de Marcação - Unidade Origem, bloco com 1x50, formato 210 x 150 mm, papel offset 63gr, branco com impressão preto -1x0.					
132	400,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$0,9900	R\$396,0000
Especificação: Projeto Terapêutico AD, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
134	20,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$4,6000	R\$92,0000
Especificação: Projeto Terapêutico CAPS II, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
135	20,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$4,6000	R\$92,0000
Especificação: RASS - CAPS II e AD, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
136	50,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$2,9400	R\$147,0000
Especificação: Recibo de dispensação ação judicial, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
142	100,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,9900	R\$199,0000
Especificação: Recibo de dispensação, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
143	20,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$4,6000	R\$92,0000
Especificação: Registro de Controle da Dengue - PNCD, Vigilância Entomológica, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
144	1500,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,4900	R\$2.235,0000
Especificação: Registro diário do serviços Antivetorial, frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
145	1500,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,4900	R\$2.235,0000
Especificação: Relatório de produção e de marcadores para avaliação - PMA2, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
146	500,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,5900	R\$795,0000
Especificação: Requerimento componente especializado - Anexo 2, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
148	20,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$4,6000	R\$92,0000

Especificação: Requisição de Material, bloco 2x50, formato 230 x 150mm, papel off-set com gramatura de 63 grs., sendo 1ª via branco e 2ª via azul com impressão em preto - 1x0.					
152	200,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$2,2900	R\$458,0000
Especificação: Termo de recebimento do Kit do "Acolher ao Nascer", formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
154	100,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$1,9900	R\$199,0000
Especificação: Termo de responsabilidade AD, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
155	20,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$4,6000	R\$92,0000
Especificação: Termo de responsabilidade CAPS II, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
156	20,00	BL	WEBERGRAFIC	R\$4,6000	R\$92,0000
Valor Total		(oitenta e três mil, novecentos e setenta e três reais e sessenta centavos)			R\$83.973,60

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº04/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº04/2015 – Pregão Presencial 45/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA. OBJETO: Serviços de confecção de materiais gráficos para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, CAPS II, CEAP, NEPS, CEO e demais setores da Secretária, com fornecimento de todos os materiais necessários.

DATA: 02/01/2015 à 01/01/2016.

Nome da Empresa: NORTE INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA				CNPJ: 18.486.182/0001-18	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Agenda de 2016, capa plastificada em papel tríplice 280 gr em 4x4 cores, tamanho fechado 16x22cm, miolo com 36 páginas, papel off-set 90gr, impressão 4x4 cores, acabamento com grampo, 1 (uma) bolsa interna 4x0 cor, tamanho aberto 21x16 cm, corte especial e cola, papel offset 240 gr. Com a arte NEPS escrita na capa (art. e design do logotipo será fornecida)					
3	30,00	UN		R\$32,1000	R\$963,0000
Especificação: Atestado médico, tamanho 21x14cm, papel off-set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 folhas					
9	5000,00	BL		R\$0,7800	R\$3.900,0000
Especificação: Bloco para anotações, papel off-set 63 gr, Formato 20,8 cm x 15,0 cm, 1x0 cor branco com 50 folhas					
11	3000,00	BL		R\$0,7700	R\$2.310,0000
Especificação: Boletim diário de atendimento da Psicologia, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
17	200,00	BL		R\$1,6800	R\$336,0000
Especificação: Boletim diário de atendimento do Clínico Geral, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
21	800,00	BL		R\$1,5000	R\$1.200,0000
Especificação: Boletim diário de atendimento do Médico da Saúde da Família, frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
28	400,00	BL		R\$1,6000	R\$640,0000
Especificação: Boletim diário de atendimento do Psiquiatra, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
36	500,00	BL		R\$1,6000	R\$800,0000
Especificação: Cadastro do SISVAN, frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
45	700,00	BL		R\$1,4500	R\$1.015,0000
Especificação: Convite Venha Fazer seu HIV, tamanho 7,5X10cm, 4X0 cores, papel off-set 180 gr comercial.					
72	5000,00	UN		R\$0,0800	R\$400,0000
Especificação: Encaminhamento de paciente, Frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
75	3000,00	BL		R\$1,5000	R\$4.500,0000
Especificação: Etiqueta laboratório Dengue/Entomologia, formato A4, papel off set 75gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls, picote 7,20x7,00cm, grampo e cola.					
80	400,00	UN		R\$2,0000	R\$800,0000
Especificação: Ficha B-HAN, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
84	300,00	BL		R\$1,6800	R\$504,0000
Especificação: Ficha clinica evolução Anamnese CAPS II, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
85	1000,00	BL		R\$1,5000	R\$1.500,0000
Especificação: Ficha de acompanhamento da criança - FAC, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
89	2000,00	BL		R\$1,5000	R\$3.000,0000
Especificação: Ficha de ANAMNESE CAPS II, formato tamanho 42x29,7cm, papel off set 75 gr, cor 1x0, frente e verso, com 1 vinco.					
91	1000,00	UN		R\$0,9800	R\$980,0000
Especificação: Ficha de atendimento do Centro de Triagem, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					

92	8000,00	BL		R\$1,3900	R\$11.120,0000
Especificação: Ficha de cadastro de Hipertenso e/ou Diabético, frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
96	500,00	BL		R\$1,6000	R\$800,0000
Especificação: Folder informativo sobre os Agravos de Notificação Compulsória, papel gouche, formato A4, com 03 (três) dobras, impressão 4x1 cores, frente e verso.					
112	1000,00	UN		R\$0,3800	R\$380,0000
Especificação: Folder informativo sobre Testes Rápidos, papel gouche, formato A4, com 03 (três) dobras, impressão 4x1 cores, frente e verso.					
113	2000,00	UN		R\$0,2400	R\$480,0000
Especificação: Laudo de solicitação, avaliação e autorização de medicamentos, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
124	150,00	BL		R\$1,9800	R\$297,0000
Especificação: Mapa de acompanhamento do SISVAN, frente e verso, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
128	700,00	BL		R\$1,5000	R\$1.050,0000
Especificação: Pedido de Marcação - Unidade Solicitante, formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.					
133	2000,00	BL		R\$1,5000	R\$3.000,0000
Especificação: Receita Médica, bloco 1x50, formato 210x150mm, papel off-set com gramatura de 63 grs., cor branco com impressão em preto - 1x0.					
137	18000,00	BL		R\$0,7400	R\$13.320,0000
Especificação: Requisição de exame citopatológico, colo do útero, frente e verso, papel offset 63 gr, cor branco com impressão em rosa, bloco com 1x50 fls.					
149	200,00	BL		R\$1,7000	R\$340,0000
Especificação: Requisição de exame mamografia, frente/verso, bloco com 1x50, papel off-set com gramatura 63g, branco com impressão verde, formato A4.					
150	200,00	BL		R\$1,7000	R\$340,0000
Especificação: Requisição de exame, formato 205x140mm, papel off set 75gr, cor 1x0, bloco com 1x50fls					
151	10000,00	BL		R\$0,7500	R\$7.500,0000
Valor Total		(sessenta e um mil e quatrocentos e setenta e cinco reais)			R\$61.475,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº05/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº05/2015 – Pregão Presencial 46/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: WEIKAN TECNOLOGIA LTDA. OBJETO: Aquisição de equipamentos de informática e eletroeletrônicos para o NEPS - Núcleo de Educação Permanente da Saúde e CAPS II, UPA Centro, UBSs, Setor de Endemias e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde.

DATA: 02/01/2015 à 01/01/2016.

Nome da Empresa: WEIKAN TECNOLOGIA LTDA				CNPJ: 09.159.503/0001-89	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: HD Externo 500GB com SATA III 32mb Buffer. Para o CAPS II.					
3	3,00	UN	WESTERN DIGITAL WDPGC5000ABK	R\$240,0000	R\$720,0000
Especificação: NOBREAK - Especificações Técnicas mínimas: Saída: Capacidade de Potência de Saída 2100 Watts/ 3000 VA; Tensão nominal de saída 115V; 8 (oito) Conexões de Saída padrão NBR 14136. Entrada: Tensão nominal de entrada 115V, 220V; Frequência de entrada 60 Hz; Tipo de Conexão de Entrada NBR 14136; Intervalo de tensão de entrada ajustável para as principais operações 90 - 140 / 180 - 250V; Corrente Máxima de Entrada 26A. Baterias: Tipo de bateria selada Chumbo-Acido livre de manutenção e a prova de vazamento; Quantidade de RBC? 4; Comunicação & Gerenciamento: Soar alarme quando na bateria e Alarme distinto de pouca bateria. Proteção contra surtos e filtragem: Classe de surto de energia 381 Joules Garantia Padrão 2 anos para reparo ou substituição e 1 ano para baterias. Para o NEPS					
6	1,00	UN	RAGTECH INFINIUM DIGITAL 3200VA	R\$1.800,0000	R\$1.800,0000
Especificação: ROTEADOR WIRELESS: Padrão 802.11a, 802.11b, 802.11g, 802.11n, draft 802.11ac, 802.3ab, 802.3u. 4 portas LAN 10/100/1000 e 1 porta WAN 10/100/1000. Faixa frequência de 2.4 GHz e 5 GHz simultâneos, Antenas: 4 internas ou mais. Suporte nativo IPv6. Tensão: Bivolt. Certificações mínimas: ANATEL, IPv6 Ready, Wi-Fi Certified e Wi-Fi Protect Setup (WPS). Para o NEPS.					
16	4,00	UN	D-LINK DIR-868L	R\$725,0000	R\$2.900,0000
Especificação: Televisor, tela de LED com 42", com conversor digital, entrada de HDMI, portas de USB, Full HD; na cor preta. Garantia mínimo 01 ano. Para o CAPS II.					
21	1,00	UN	LG 42 LY340C	R\$1.549,0000	R\$1.549,0000
Valor Total		(seis mil e novecentos e sessenta e nove reais)			R\$6.969,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº06/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº06/2015 – Pregão Presencial 46/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: ZOOM TECNOLOGIA LTDA. OBJETO: Aquisição de equipamentos de informática e eletroeletrônicos para o NEPS - Núcleo de Educação Permanente da Saúde e CAPS II, UPA Centro, UBSs, Setor de Endemias e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde.

DATA: 02/01/2015 à 01/01/2016.

Nome da Empresa: ZOOM TECNOLOGIA LTDA					CNPJ: 06.105.781/0001-65
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: PROJETOR - Especificações mínimas: Sistema de visualização: Sistema 3LCD. Tipo de projetor: Teto e mesa. Dispositivo Visual: 0,63 pol. (16 mm), 3 placas, faixa de aspecto 4 por 3. Número de pixels: 2.359.296 pixels (1024 × 768 pixels, painéis de 3 placas). Lente de Projeção: Zoom manual (aprox. 1.2x); Foco Manual. Lâmpada: Lâmpada de alta pressão 210W. Vida Útil da Lâmpada: Até 7.000h. Tamanho da tela: Imagem projetada de 30 a 300 polegadas (0,76m a 7,62m). Saída de Luz: 2600 lumens. Resolução: Resolução de sinal de entrada máximo de computador de 1600 × 1200 (visualização reformatada), Resolução de tela de 1024 × 768 pixels / Sinal de vídeo - NTSC, PAL, SECAM, 480/60i, 576/50i, 480/60p, 576/50p, 720/60p, 720/50p, 1080/60i, 1080/50i, 1080/60p e 1080/50p. Taxa de Contraste: 2500 por 1. Entradas: HDMI, Video Composto, S-Video, Video GB/Componente e Au-dio estéreo. Acessórios Fornecidos: Controle Remoto (1), Bateria de lítio CR2025 (1), Cabo HD D-sub de 15 pinos (1,8m) (1), Eti-queta de segurança (1), CD-Rom de Instrução de operação (1), Manual de referência rápida (1), Regulamentos de Segurança (1), Tampa de lente, (1) bolsa de transporte. Garantia: 36 meses. 06 unidades para o NEPS, 01 para o CAPS II e 01 para Setor de Endemias. 01 UPA					
12	1,00	UN	Sony VPL-dx130B	R\$1.850,0000	R\$1.850,0000
Valor Total		(um mil e oitocentos e cinquenta reais)			R\$1.850,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº28/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº28/2015 – Pregão Presencial 07/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: MODELO PNEUS. OBJETO: Aquisição de pneus novos (primeira vida), devidamente certificados pelo INMETRO, para equiparem os veículos oficiais da Secretaria Municipal de Saúde deste Município.

DATA: 18/03/2015 à 17/03/2016.

Nome da Empresa: MODELO PNEUS LTDA					CNPJ: 94.510.682/0001-26
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Pneu para motocicleta BIZ, dimensão 60/100/17, construção diagonal, estrutura normal, traseiro, 1ª linha, novo (primeira vida), com certificado INMETRO e fabricação não superior a 6 meses.					
1	12,00	UN	BS32 04L 33L RINALDI	R\$107,0000	R\$1.284,0000
Especificação: Pneu para motocicleta twister, dimensão 130/70/17, construção diagonal, estrutura normal, traseiro, 1ª linha, novo (primeira vida), com certificado INMETRO e fabricação não superior a 6 meses.					
7	4,00	UN	RINALDI - HB 37 62T	R\$355,0000	R\$1.420,0000
Especificação: Pneu para veículo Fiat uno mille, dimensão 165/70 R13, construção radial, normal, 1ª linha, novo (primeira vida), com certificado INMETRO e fabricação não superior a 6 meses.					
10	66,00	UN	SEIBERLING 50079S	R\$128,0000	R\$8.448,0000
Especificação: Pneu para veículo boxer, dimensão 205/75/R15, construção radial, reforçado, 1ª linha, novo (primeira vida), com certificado INMETRO e fabricação não superior a 6 meses.					
13	8,00	UN	FIRESTONE DESTINATION AT97S	R\$411,0000	R\$3.288,0000
Especificação: Pneu para veículo Ford Ranger, dimensão 255/70/R16, construção radial, normal, 1ª linha, novo (primeira vida), com certificado INMETRO e fabricação não superior a 6 meses.					
15	8,00	UN	BRIDGESTONE DUELER HT 111H	R\$443,0000	R\$3.544,0000
Valor Total		(dezessete mil e novecentos e oitenta e quatro reais)			R\$17.984,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº29/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº29/2015 – Pregão Presencial 07/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: PEÇALUB COMERCIO DE PEÇAS, EQUIPAMENTOS E LUBRIFICANTES LTDA. OBJETO: Aquisição de pneus novos (primeira vida), devidamente certificados pelo INMETRO, para equiparem os veículos oficiais da Secretaria Municipal de Saúde deste Município.

DATA: 18/03/2015 à 17/03/2016.

Nome da Empresa: PEÇALUB COMERCIO DE PEÇAS, EQUIPAMENTOS E LUBRIFICANTES LTDA					CNPJ: 10.727.591/0001-57
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Pneu para motocicleta BIZ, dimensão 80/100/14, construção diagonal, estrutura normal, dianteiro, 1ª linha, novo (primeira vida), com certificado INMETRO e fabricação não superior a 6 meses.					
2	12,00	UN	LEVORIN M/C REINF 49L MATRIX	R\$120,0000	R\$1.440,0000
Especificação: Pneu para motocicleta titan ES e KS 150 e FAN 125, dimensão 275/R18, construção diagonal, estrutura normal, dianteiro, 1ª linha, novo (primeira vida), com certificado INMETRO e fabricação não superior a 6 meses.					
3	28,00	UN	LEVORIN M/C REINF 48P Azonic Evolution	R\$124,9000	R\$3.497,2000
Especificação: Pneu para motocicleta titan ES e KS 150, Cargo 125 e FAN 125, dimensão 90/90 R18, construção diagonal, estrutura normal, traseiro, 1ª linha, novo (primeira vida), com certificado INMETRO e fabricação não superior a 6 meses.					
4	36,00	UN	LEVORIN M/C REINF 57P Azonic Evolution	R\$134,9000	R\$4.856,4000
Especificação: Pneu para motocicleta titan KS 150 e Cargo 125, dimensão 80/100/R18, construção diagonal, estrutura normal, dianteiro, 1ª linha, novo (primeira vida), com certificado INMETRO e fabricação não superior a 6 meses.					
5	8,00	UN	LEVORIN M/C 47P MATRIX	R\$199,0000	R\$1.592,0000
Especificação: Pneu para motocicleta twister, dimensão 100/80/17, construção diagonal, estrutura normal, dianteiro, 1ª linha, novo (primeira vida), com certificado INMETRO e fabricação não superior a 6 meses.					
6	4,00	UN	LEVORIN M/C 52H MATRIX SPORT	R\$251,9000	R\$1.007,6000
Especificação: Pneu para veículo fiesta sedan e dobrô, dimensão 175/70/R14, construção radial, normal, 1ª linha, novo (primeira vida), com certificado INMETRO e fabricação não superior a 6 meses.					
8	66,00	UN	JK TYRE JKVECTRA84T	R\$213,9000	R\$14.117,4000
Especificação: Pneu para veículo kangoo, dimensão 165/70/R14, construção radial, normal, 1ª linha, novo (primeira vida), com certificado INMETRO e fabricação não superior a 6 meses.					
9	20,00	UN	TRIANGLE TR 928	R\$205,9000	R\$4.118,0000
Especificação: Pneu para veículo Logan e Livina, dimensão 185/65/R15, construção radial, normal, 1ª linha, novo (primeira vida), com certificado INMETRO e fabricação não superior a 6 meses.					
11	28,00	UN	SAILUN ATREZZO SH402	R\$226,9000	R\$6.353,2000
Especificação: Pneu para veículo máster, boxer, ducato e ford transit, dimensão 205/75/R16, construção radial, reforçado, 1ª linha, novo (primeira vida), com certificado INMETRO e fabricação não superior a 6 meses.					
12	56,00	UN	SAILUN COMERCIO VX1 110/108R	R\$439,9000	R\$24.634,4000
Especificação: Pneu para veículo siena fire flex, dimensão 175/65/R14, construção radial, normal, 1ª linha, novo (primeira vida), com certificado INMETRO e fabricação não superior a 6 meses.					
14	8,00	UN	SAILUN ATREZZO SH402	R\$245,9000	R\$1.967,2000
Valor Total					(sessenta e três mil, quinhentos e oitenta e três reais e quarenta centavos) R\$63.583,40

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº30/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº30/2015 – Pregão Presencial 08/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: PRATIDONADUZZI E CIA LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde para O CENTRI e CEAP.

DATA: 18/03/2015 à 17/03/2016.

Nome da Empresa: PRATI DONADUZZI E CIA LTDA					CNPJ: 73.856.593/0001-66
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Aciclovir 50mg/g creme derm., bisnaga de 10g					
3	500,00	BN	PRATI-DONADUZZI	R\$1,5700	R\$785,0000
Especificação: Amoxicilina 500mg					
9	320000,00	COMP	PRATI-DONADUZZI	R\$0,0980	R\$31.360,0000
Especificação: Dipirona 500mg					

39	800000,00	COMP	PRATI-DONADUZZI	R\$0,0600	R\$48.000,0000
Especificação: Fluconazol 150mg					
49	8000,00	COMP	PRATI-DONADUZZI	R\$0,1590	R\$1.272,0000
Especificação: Furosemida 40mg.					
52	900000,00	COMP	PRATI-DONADUZZI	R\$0,0309	R\$27.810,0000
Especificação: Metformina 850mg					
74	1600000,00	COMP	PRATI-DONADUZZI	R\$0,0635	R\$101.600,0000
Especificação: Miconazol 20mg/g creme vaginal, com 80g, com 07 aplicadores.					
75	600,00	TB	PRATI-DONADUZZI	R\$4,2000	R\$2.520,0000
Especificação: Vitamina B1 300 mg					
110	20000,00	COMP	PRATI-DONADUZZI	R\$0,0790	R\$1.580,0000
Valor Total		(duzentos e quatorze mil e novecentos e vinte e sete reais)			R\$214.927,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº31/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº31/2015 – Pregão Presencial 08/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde para O CENTRI e CEAP.

DATA: 18/03/2015 à 17/03/2016.

Nome da Empresa: DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA				CNPJ: 02.520.829/0001-40	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Alendronato de sódio 70 mg,					
6	22000,00	COMP	Delta	R\$0,3290	R\$7.238,0000
Valor Total		(sete mil e duzentos e trinta e oito reais)			R\$7.238,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº32/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº32/2015 – Pregão Presencial 08/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde para O CENTRI e CEAP.

DATA: 18/03/2015 à 17/03/2016.

Nome da Empresa: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA				CNPJ: 05.782.733/0001-49	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Torval CR 500mg, caixa com 30 comp.					
103	60,00	CX	TORRENT	R\$14,6700	R\$880,2000
Valor Total		(oitocentos e oitenta reais e vinte centavos)			R\$880,20

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº33/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº33/2015 – Pregão Presencial 08/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS E FARMACEUTICOS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde para O CENTRI e CEAP.

DATA: 18/03/2015 à 17/03/2016.

Nome da Empresa: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS E FARMACEUTICOS LTDA				CNPJ: 44.734.671/0004-02	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Clonazepam 2,5mg/ml, frasco com 20ml.					
23	80,00	FRS	CRISTÁLIA	R\$7,5800	R\$606,4000

Especificação: Cloridrato de ondansetrona 2 mg, injetável c/ 2 ml					
25	6000,00	AMP	CRISTÁLIA	R\$0,8400	R\$5.040,0000
Especificação: Haloperidol 5mg					
59	200000,00	COMP	CRISTÁLIA	R\$0,1200	R\$24.000,0000
Especificação: Hidralazina 20mg c/1ml					
112	2000,00	AMP	CRISTÁLIA	R\$3,4970	R\$6.994,0000
Valor Total		(trinta e seis mil, seiscientos e quarenta reais e quarenta centavos)			R\$36.640,40

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº34/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº34/2015 – Pregão Presencial 08/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: HOS-
PFAR IND E COM DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas
contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde para O CENTRI e CEAP.

DATA: 18/03/2015 à 17/03/2016.

Nome da Empresa: HOSPFAR IND E COM DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA				CNPJ: 26.921.908/0002-02	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Daflon, caixa com 30 comp.					
31	40,00	CX	SERVIER	R\$7,2300	R\$289,2000
Especificação: Lyrica 150mg c/ 28 cp					
69	25,00	CX	PFIZER	R\$94,1900	R\$2.354,7500
Especificação: Lyrica 75mg c/28cp.					
70	80,00	CX	PFIZER	R\$61,4100	R\$4.912,8000
Especificação: Olmetec 20 mg, cx. c/ 30 comp.					
82	30,00	CX	PFIZER	R\$56,6500	R\$1.699,5000
Especificação: Xalacom 50mcg+5mg/ml oftal 2,5ml					
106	70,00	FRS	PFIZER	R\$48,5700	R\$3.399,9000
Especificação: Xalatan 50mcg+5mg/ml oftal 2,5ml					
107	40,00	FRS	PFIZER	R\$43,2300	R\$1.729,2000
Especificação: Verutex b 15g					
109	15,00	TB	LEO	R\$42,7800	R\$641,7000
Valor Total		(quinze mil, vinte e sete reais e cinco centavos)			R\$15.027,05

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº35/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº35/2015 – Pregão Presencial 08/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa:
LICIMED DISTRIB. MED. CORRELATO PROD. MED. HOSP. LTDA OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais
impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde para O CENTRI e CEAP.

DATA: 18/03/2015 à 17/03/2016.

Nome da Empresa: LICIMED DISTRIB.MEDIC.CORRELATO PROD.MÉD.HOSP LTDA				CNPJ: 04.071.245/0001-60	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Betatrinta					
15	50,00	AMP	EUROFARMA	R\$8,1200	R\$406,0000
Especificação: Mantidan 100 mg, caixa com 20 comp.					
71	80,00	CX	EUROFARMA	R\$6,4000	R\$512,0000
Especificação: Miocalven D, caixa com 60 sachês					
73	20,00	CX	CHIESI	R\$66,6000	R\$1.332,0000
Valor Total		(dois mil e duzentos e cinquenta reais)			R\$2.250,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº36/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº36/2015 – Pregão Presencial 08/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde para O CENTRI e CEAP.

DATA: 18/03/2015 à 17/03/2016.

Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA					CNPJ: 81.706.251/0001-98
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Aciclovir 200 mg					
4	1200,00	COMP	PRATI-DONADUZZI	R\$0,1000	R\$120,0000
Especificação: Agua destilada 10 ml injetável					
5	8000,00	AMP	ISOFARMA	R\$0,1499	R\$1.199,2000
Especificação: Alivium 100 mg/ml, frasco com 20 ml					
7	60,00	FRS	HYPERMARCAS	R\$11,9800	R\$718,8000
Especificação: Amoxilina+Ácido clavulâmico 500/125 mg					
10	200000,00	COMP	SANDOZ	R\$0,8600	R\$172.000,0000
Especificação: Domperidona 10 mg, caixa com 30 comp.					
40	40,00	CX	MEDLEY	R\$5,1000	R\$204,0000
Especificação: Furoato de mometasona pomada 20gr.					
51	75,00	TB	EUROFARMA	R\$9,7000	R\$727,5000
Especificação: Lactulose 120ml					
65	120,00	FRS	NATURELIFE	R\$5,9900	R\$718,8000
Especificação: Losartana potássica 50mg					
68	2300000,00	COMP	TEUTO	R\$0,0360	R\$82.800,0000
Especificação: Otoposporin frasco com 10 ml					
84	50,00	FRS	FARMOQUIMICA	R\$9,3500	R\$467,5000
Especificação: Vitamina E 400UI c/30cp					
111	24,00	CX	NATULAB	R\$5,9900	R\$143,7600
Valor Total		(duzentos e cinquenta e nove mil, noventa e nove reais e cinquenta e seis centavos)			R\$259.099,56

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº37/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº37/2015 – Pregão Presencial 08/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: SUL-MEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde para O CENTRI e CEAP.

DATA: 18/03/2015 à 17/03/2016.

Nome da Empresa: SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA					CNPJ: 09.944.371/0001-04
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Dipirona 500 mg/5 ml, amp. c/ 2 ml					
35	15000,00	AMP	TEUTO	R\$0,4500	R\$6.750,0000
Especificação: Salbutamol 100mcg aerossol c/200 doses					
91	12000,00	FRS	TEUTO	R\$3,1000	R\$37.200,0000
Valor Total		(quarenta e três mil e novecentos e cinquenta reais)			R\$43.950,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº38/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº38/2015 – Pregão Presencial 08/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: CIRURGICA JAW COM. DE MAT. MEDICO HOSP. LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde para O CENTRI e CEAP.

DATA: 18/03/2015 à 17/03/2016.

Nome da Empresa: CIRURGICA JAW COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA					CNPJ: 79.250.676/0001-93
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Enbrel de 50 mg, com 04 ampolas					
47	20,00	CX	ENBREL PFS 50MG - WYETH	R\$4.850,8700	R\$97.017,4000
Valor Total		(noventa e sete mil, dezessete reais e quarenta centavos)			R\$97.017,40

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº39/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº39/2015 – Pregão Presencial 08/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde para O CENTRI e CEAP.

DATA: 18/03/2015 à 17/03/2016.

Nome da Empresa: ALTERMED MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA					CNPJ: 00.802.002/0001-02
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Carvedilol 12,5 mg, caixa com 30 comp.					
20	50,00	CX	TORRENT	R\$12,3720	R\$618,6000
Especificação: Fenitoína 100mg.					
48	200000,00	COMP	TEUTO	R\$0,0962	R\$19.240,0000
Especificação: ITRACONAZOL 100 MG					
60	1000,00	COMP	NEOQUIMICA	R\$0,4674	R\$467,4000
Especificação: Isossorbida, dinitrato 5mg sublingua.					
61	100000,00	COMP	BALDACCI	R\$0,2470	R\$24.700,0000
Especificação: Levonorgestrel 0,75mg, caixa com 2comprimidos					
66	2000,00	CX	UNIÃO QUIMICA	R\$2,7490	R\$5.498,0000
Especificação: Nortriptilina 25mg					
81	100000,00	COMP	RANBAXY	R\$0,2749	R\$27.490,0000
Especificação: Succinil colin 100mg injetável					
93	200,00	AMP	ARISTON	R\$8,9347	R\$1.786,9400
Valor Total		(setenta e nove mil, oitocentos reais e noventa e quatro centavos)			R\$79.800,94

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº40/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº40/2015 – Pregão Presencial 08/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - FILIAL OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde para O CENTRI e CEAP.

DATA: 18/03/2015 à 17/03/2016.

Nome da Empresa: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA - FILIAL.					CNPJ: 67.729.178/0004-91
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Ácido valpróico 50 mg/ml, frasco com 100 ml					
1	6000,00	FRS	HIPOLABOR	R\$2,0000	R\$12.000,0000
Especificação: Amiodarona 200mg					

8	130000,00	COMP	GEOLAB	R\$0,2200	R\$28.600,0000
Especificação: Brometo de ipatrópio 0,25mg/ml sol inal. 20ml.					
17	2000,00	FRS	HIPOLABOR	R\$0,5700	R\$1.140,0000
Especificação: Carbamazepina xarope 20mg/ml					
19	2500,00	FRS	MEDLEY	R\$5,8000	R\$14.500,0000
Especificação: Dexametasona, acetato 4mg + cianocobalamina 2,5mg + tiamina 50 mg + piridoxina 50 mg/ml c/3 ml					
32	3000,00	AMP	MERCK	R\$8,0000	R\$24.000,0000
Especificação: Sulfadiazina 500mg					
95	4000,00	COMP	SOBRAL	R\$0,1450	R\$580,0000
Valor Total		(oitenta mil e oitocentos e vinte reais)			R\$80.820,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº41/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº41/2015 – Pregão Presencial 08/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: CIRURGICA SANTA CRUZ COM. PROD. HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde para O CENTRI e CEAP. DATA: 18/03/2015 à 17/03/2016.

Nome da Empresa: CIRURGICA SANTA CRUZ COM. PROD. HOSPITALARES LTDA				CNPJ: 94.516.671/0002-34	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Glicose 25% 10ml					
55	2000,00	AMP	ISOFARMA	R\$0,1850	R\$370,0000
Especificação: Glicose 50% 10 ml					
56	2000,00	AMP	ISOFARMA	R\$0,0200	R\$40,0000
Especificação: Medroxiprogesterona, acetato 10 mg					
72	2000,00	COMP	E.M.S.	R\$0,7500	R\$1.500,0000
Valor Total		(um mil e novecentos e dez reais)			R\$1.910,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº42/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº42/2015 – Pregão Presencial 48/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: AIR LIQUIDE BRASIL LTDA. OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de oxigênio medicinal as Unidades de Saúde, Centri e SAMU. DATA: 19/03/2015 à 18/03/2016.

Nome da Empresa: AIR LIQUIDE BRASIL LTDA				CNPJ: 00.331.788/0060-79	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Oxigênio Medicinal: Gás uso medicinal, em cilindro com capacidade de 1m3, incolor, inodoro, grau de pureza não menos de 99,5%, ponto de ebulição - 182,9oC, densidade relativa 1,326 Kg/m espécie oxigênio gasoso; a 20oC e numa pressão de 101 kPa, 1 volume dissolve em 32 volumes de água, conforme especificações da ANVISA. Fornecer os cilindros em comodato.					
1	350,00	M3		R\$40,0000	R\$14.000,0000
Especificação: Oxigênio Medicinal: Gás uso medicinal, em cilindro com capacidade de 2m3 até 10m3, incolor, inodoro, grau de pureza não menos de 99,5%, ponto de ebulição - 182,9oC, densidade relativa 1,326 Kg/m espécie oxigênio gasoso; a 20oC e numa pressão de 101 kPa, 1 volume dissolve em 32 volumes de água, conforme especificações da ANVISA. Fornecer os cilindros em comodato					
2	1800,00	M3		R\$18,0000	R\$32.400,0000
Valor Total		(quarenta e seis mil e quatrocentos reais)			R\$46.400,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº43/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº43/2015 – Pregão Presencial 09/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA. OBJETO: Aquisição de fórmulas lácteas, para atender crianças de 0 á 02 anos, que apresentam comprometimento no estado nutricional.

DATA: 24/03/2015 à 23/03/2016.

Nome da Empresa: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA					CNPJ: 03.612.312/0004-97
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Fórmula Infantil Extensamente Hidrolisada, apresentada em latas de 400gr.					
5	2400000,00	GR	APTAMIL PEPTI	R\$0,0950	R\$228.000,0000
Valor Total		(duzentos e vinte e oito mil reais)			R\$228.000,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº44/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº44/2015 – Pregão Presencial 09/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: PFG COMERCIAL LTDA. OBJETO: Aquisição de fórmulas lácteas, para atender crianças de 0 á 02 anos, que apresentam comprometimento no estado nutricional.

DATA: 24/03/2015 à 23/03/2016.

Nome da Empresa: P F G COMERCIAL LTDA. - ME					CNPJ: 20.438.684/0001-15
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Fórmula Infantil de Partida, apresentada em latas de 400gr.					
1	1600000,00	GR	Nestogeno 1/ Nestlé	R\$0,0190	R\$30.400,0000
Especificação: Fórmula Infantil de Sequência, apresentada em latas de 400gr.					
2	1200000,00	GR	NESTOGENO 2/NESTLÉ	R\$0,0200	R\$24.000,0000
Especificação: Fórmula Infantil Isenta de Lactose, apresentada em latas de 400gr.					
3	1600000,00	GR	NAN SL /NESTLÉ	R\$0,0400	R\$64.000,0000
Especificação: Fórmula a Base de Proteína Isolada de Soja, apresentada em latas de 400gr.					
4	1200000,00	GR	NAN SOY/NESTLÉ	R\$0,0220	R\$26.400,0000
Valor Total		(cento e quarenta e quatro mil e oitocentos reais)			R\$144.800,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº73/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº73/2015 – Pregão Presencial 19/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP)), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri.

DATA: 08/07/2015 à 07/07/2016.

Nome da Empresa: MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA					CNPJ: 94.894.169/0001-86
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Alprazolam 0,25mg c/20cp					
6	30,00	CX	BRAINFARMA	R\$2,1000	R\$63,0000
Valor Total		(sessenta e três reais)			R\$63,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº74/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº74/2015 – Pregão Presencial 19/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP)), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri.

DATA: 08/07/2015 à 07/07/2016.

Nome da Empresa: DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA					CNPJ: 02.520.829/0001-40
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: ANLODIPINO 5MG					
9	1800000,00	COMP	TEUTO	R\$0,0220	R\$39.600,0000
Especificação: Butilbrometo de escopolamina 10 mg					
14	150000,00	COMP	UNIÃO QUIMICA	R\$0,0355	R\$5.325,0000
Valor Total		(quarenta e quatro mil e novecentos e vinte e cinco reais)			R\$44.925,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº75/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº75/2015 – Pregão Presencial 19/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: ELI LILLY DO BRASIL LTDA OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP)), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri.

DATA: 08/07/2015 à 07/07/2016.

Nome da Empresa: ELI LILLY DO BRASIL LTDA					CNPJ: 43.940.618/0001-44
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Insulina Humalog lispro com 5 refs					
41	90,00	CX	LILLY	R\$121,0500	R\$10.894,5000
Valor Total		(dez mil, oitocentos e noventa e quatro reais e cinquenta centavos)			R\$10.894,50

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº76/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº76/2015 – Pregão Presencial 19/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP)), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri.

DATA: 08/07/2015 à 07/07/2016.

Nome da Empresa: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA					CNPJ: 05.782.733/0001-49
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Synthroid 112mcg, caixa com 30 comp.					
58	15,00	CX	ABBOTT	R\$13,3100	R\$199,6500
Valor Total		(cento e noventa e nove reais e sessenta e cinco centavos)			R\$199,65

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº77/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº77/2015 – Pregão Presencial 19/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP)), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri.

DATA: 08/07/2015 à 07/07/2016.

Nome da Empresa: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS E FARMACEUTICOS LTDA					CNPJ: 44.734.671/0004-02
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Biperideno 5 mg sol. injetável x 1 ml					
15	500,00	AMP	CRISTÁLIA	R\$1,5300	R\$765,0000
Especificação: Dimorf 30mg c/50cp.					
32	50,00	CX	CRISTÁLIA	R\$41,9500	R\$2.097,5000
Especificação: Lamotrigina 50mg c/30cp					
45	20,00	CX	CRISTÁLIA	R\$14,1000	R\$282,0000
Valor Total					(três mil, cento e quarenta e quatro reais e cinquenta centavos) R\$3.144,50

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº78/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº78/2015 – Pregão Presencial 19/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: HOSPFAR IND E COM DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP)), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri.

DATA: 08/07/2015 à 07/07/2016.

Nome da Empresa: HOSPFAR IND E COM DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA					CNPJ: 26.921.908/0002-02
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Arpadol 400mg, caixa com 30 comp.					
10	40,00	CX	APSEN / ARPADOL 400MG CX/30 COMP REV	R\$38,6600	R\$1.546,4000
Especificação: Dimenidrinato 3mg/ml + cloridrato de piridoxina 5mg/ml+glicose 100 mg/ml + frutose 100mg/ml - 10mL EV					
33	7000,00	AMP	TAKEDA / DRAMIN B6 DL CX/100 AMP 10ML	R\$1,9400	R\$13.580,0000
Especificação: Procoralan 5mg c/56cp					
51	20,00	CX	SERVIER / PROCORALAN 5MG CX/56 COMP	R\$70,4100	R\$1.408,2000
Especificação: Spiriva respimat.					
59	180,00	FRS	BOEHRINGER / SPIRIVA 2,5MCG/DOSE FR 4ML	R\$179,0300	R\$32.225,4000
Especificação: Trayenta 5mg c/30cp					
62	15,00	CX	BOEHRINGER / TRAYENTA 5MG CX/30 COMP REV	R\$116,4900	R\$1.747,3500
Especificação: Vastarel MR 35 mg, caixa com 30 comp.					
67	400,00	CX	SERVIER / VASTAREL MR 35MG CX/30 COMP REV	R\$35,1700	R\$14.068,0000
Especificação: Valdoxan 25 mg com 28 cp					
70	30,00	CX	SERVIER / VALDOXAN 25MG CX/28 COMP REV	R\$182,1800	R\$5.465,4000
Valor Total					(setenta mil, quarenta reais e setenta e cinco centavos) R\$70.040,75

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº79/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº79/2015 – Pregão Presencial 19/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP)), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri.

DATA: 08/07/2015 à 07/07/2016.

Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA					CNPJ: 81.706.251/0001-98
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Tartarato de Brimodina 0,2%, frs. c/ 5 ml					
61	50,00	FRS	HYPERMARCAS	R\$4,8900	R\$244,5000
Valor Total		(duzentos e quarenta e quatro reais e cinquenta centavos)			R\$244,50

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº80/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº80/2015 – Pregão Presencial 19/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP)), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri.

DATA: 08/07/2015 à 07/07/2016.

Nome da Empresa: SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA					CNPJ: 09.944.371/0001-04
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Acetato de Medroxiprogesterona 150mg/ml, susp. injetável - ampola de 1ml					
1	2000,00	AMP	UNIÃO QUIMICA	R\$8,7900	R\$17.580,0000
Especificação: Cetoprofeno 50mg/mL IM c/2mL					
27	1700,00	AMP	UNIÃO QUIMICA	R\$1,3900	R\$2.363,0000
Valor Total		(dezenove mil e novecentos e quarenta e três reais)			R\$19.943,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº81/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº81/2015 – Pregão Presencial 19/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP)), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri.

DATA: 08/07/2015 à 07/07/2016.

Nome da Empresa: CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA					CNPJ: 03.652.030/0001-70
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Bromazepam 6mg c/30cp					
19	120,00	CX	TEUTO	R\$2,0400	R\$244,8000
Especificação: Cilostazol 100 mg, caixa com 30 comp.					
30	100,00	CX	BIOLAB	R\$15,0000	R\$1.500,0000
Especificação: Pantoprazol 40 mg, caixa com 28 comprimido					
50	45,00	CX	NEOQUIMICA	R\$8,3720	R\$376,7400
Especificação: Topiramato 100mg c/60cp.					
65	12,00	CX	EMS	R\$44,4000	R\$532,8000
Valor Total		(dois mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e quatro centavos)			R\$2.654,34

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº82/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº82/2015 – Pregão Presencial 19/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: VICTORIA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP)), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri.

DATA: 08/07/2015 à 07/07/2016.

Nome da Empresa: VICTORIA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA					CNPJ: 00.088.317/0001-21
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Atacand 8 mg, caixa com 30 comprimidos					
13	40,00	CX	ASTRAZENECA	R\$70,3000	R\$2.812,0000
Especificação: Casodex 50mg, caixa com 28 comp.					
25	15,00	CX	ASTRAZENECA	R\$462,4100	R\$6.936,1500
Valor Total					(nove mil, setecentos e quarenta e oito reais e quinze centavos) R\$9.748,15

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº83/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº83/2015 – Pregão Presencial 19/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: CIRURGICA JAW COM. DE MAT. MEDICO HOSP. LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP)), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri.

DATA: 08/07/2015 à 07/07/2016.

Nome da Empresa: CIRURGICA JAW COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA					CNPJ: 79.250.676/0001-93
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Janumet 50/1000mg c/ 56 comprimidos					
43	40,00	CX	JANUMET 50/1000MG	R\$117,3400	R\$4.693,6000
Especificação: Vytarin 10/40mg, caixa com 28 comprimidos					
71	15,00	CX	VYTORIN 10/40MG	R\$116,7400	R\$1.751,1000
Valor Total					(seis mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e setenta centavos) R\$6.444,70

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº84/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº84/2015 – Pregão Presencial 19/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP)), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri.

DATA: 08/07/2015 à 07/07/2016.

Nome da Empresa: ALTERMED MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA					CNPJ: 00.802.002/0001-02
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Bicarbonato de sódio 8,4% frs - 10 ml					
16	300,00	AMP	SAMTEC	R\$0,4948	R\$148,4400
Especificação: Rosuvastatina 20mg c/30cp					
55	15,00	CX	TORRENT	R\$35,3460	R\$530,1900
Especificação: Sulfato de Magnésio 10 % , frasco com 10 ml					
60	500,00	FRS	SAMTEC	R\$0,3162	R\$158,1000
Valor Total					(oitocentos e trinta e seis reais e setenta e três centavos) R\$836,73

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº85/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº85/2015 – Pregão Presencial 19/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP)), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri.

DATA: 08/07/2015 à 07/07/2016.

Nome da Empresa: DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA					CNPJ: 05.531.725/0001-20
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Adenosina 3mg/ml Iv 2ml					
5	1500,00	AMP	HIPOLABOR	R\$7,1400	R\$10.710,0000
Especificação: Aminofilina 10 ml injetável					
7	1000,00	AMP	HIPOLABOR	R\$0,6825	R\$682,5000
Especificação: Anestésico lidocaina 2% sem vaso constritor, frs/amp. 20 ml					
8	2000,00	F/AM	HIPOLABOR	R\$1,3650	R\$2.730,0000
Especificação: Atropina 1 ml					
12	900,00	AMP	ISOFARMA	R\$0,2950	R\$265,5000
Especificação: Cavilon creme 3M 92g					
26	25,00	TB	3M	R\$63,0000	R\$1.575,0000
Especificação: Hidroclorotiazida 25 mg					
40	2000000,00	COMP	TEUTO	R\$0,0131	R\$26.200,0000
Especificação: Xylocaina geléia 20mg/g 30g					
72	2000,00	TB	PHARLAB	R\$1,3500	R\$2.700,0000
Valor Total		(quarenta e quatro mil e oitocentos e sessenta e três reais)			R\$44.863,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº86/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº86/2015 – Pregão Presencial 19/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - FILIAL. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP)), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri.

DATA: 08/07/2015 à 07/07/2016.

Nome da Empresa: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA - FILIAL.					CNPJ: 67.729.178/0004-91
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Ácido Fólico 5mg					
2	500000,00	COMP	NATULAB	R\$0,0300	R\$15.000,0000
Especificação: Brometo de fenoterol, gotas, frasco c/ 20 ml					
20	1500,00	FRS	HIPOLABOR	R\$1,4000	R\$2.100,0000
Especificação: Prometazina 2ml injetável					
52	2000,00	AMP	SANVAL/HIPOLABOR	R\$0,9500	R\$1.900,0000
Valor Total		(dezenove mil reais)			R\$19.000,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº87/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº87/2015 – Pregão Presencial 19/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PROD. HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP)), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri.

DATA: 08/07/2015 à 07/07/2016.

Nome da Empresa: EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PROD. HOSPITALARES LTDA				CNPJ: 06.035.038/0001-86	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Furoato de mometasona pomada 20gr.					
38	50,00	TB	GERMED	R\$6,3440	R\$317,2000
Valor Total		(trezentos e dezessete reais e vinte centavos)			R\$317,20

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº88/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº88/2015 – Pregão Presencial 19/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: PHARMALOG PRPDUTOS FARMACEUTICOS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP)), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri.

DATA: 08/07/2015 à 07/07/2016.

Nome da Empresa: PHARMALOG PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA				CNPJ: 13.485.130/0001-03	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Levotiroxina Sódica 25mcg.					
46	400000,00	COMP	MERCK	R\$0,0770	R\$30.800,0000
Especificação: Levotiroxina Sódica 50mcg.					
47	400000,00	COMP	MERCK	R\$0,0770	R\$30.800,0000
Especificação: Levotiroxina Sódica 100mcg.					
48	400000,00	COMP	MERCK	R\$0,0770	R\$30.800,0000
Valor Total		(noventa e dois mil e quatrocentos reais)			R\$92.400,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº89/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº89/2015 – Pregão Presencial 19/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: D-HOSP DISTRIBUIDORA HOSPITALAR IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP)), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri.

DATA: 08/07/2015 à 07/07/2016.

Nome da Empresa: D-HOSP DISTRIBUIDORA HOSPITALAR IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA				CNPJ: 08.076.127/0009-53	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Benicarano 40/10mg, caixa com 30 comprimidos					
21	12,00	CX	DAIICHI	R\$35,8700	R\$430,4400
Especificação: Benicar HCT 40/12,5mg c/30cp					
22	15,00	CX	DAIICHI	R\$32,7000	R\$490,5000
Especificação: Colirio anestésico 10ml					
29	150,00	FRS	ALLERGAM	R\$4,9000	R\$735,0000
Especificação: Insulina Levemir, caixa com 5 refs de 3ml					
42	40,00	CX	NOVO NORDISK	R\$236,0000	R\$9.440,0000
Especificação: Thioctacid 600 mg com 30 cp					
64	25,00	CX	MERCK	R\$78,0000	R\$1.950,0000
Valor Total		(treze mil, quarenta e cinco reais e noventa e quatro centavos)			R\$13.045,94

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº90/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº90/2015 – Pregão Presencial 20/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: BARRACAO DECORAÇÕES LTDA ME. OBJETO: Aquisição de divisórias e películas, com instalação e Vidro comum incolor, sem instalação, para manutenção da das unidades da rede municipal de saúde e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde, bem como aquisição de cortinas black out dupla face, com instalação, para o NEPS e Farmácia de Alto Custo.

DATA: 14/07/2015 à 13/07/2016.

Nome da Empresa: BARRACÃO DECORAÇÕES LTDA ME					CNPJ: 82.706.037/0001-02
Lote 1: Divisórias					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: "Divisória naval 35mm (Eucatex), com revestimento laminado, cor bege, perfis de aço com pintura epoxi, na cor preto, instalada. "					
1	200,00	M2	EUCATEX	R\$65,6000	R\$13.120,0000
Especificação: Porta divisória naval aço 35, laminado, cor bege, perfis de aço com pintura epoxi, na cor preto, completa, instalada.					
2	25,00	UN	EUCATEX	R\$168,7600	R\$4.219,0000
Especificação: Vidro liso 3mm, incolor, com colocação					
3	25,00	M2	SEBRAS	R\$60,0000	R\$1.500,0000
Valor Total		(dezoito mil e oitocentos e trinta e nove reais)			R\$18.839,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº91/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº91/2015 – Pregão Presencial 20/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS EPP. OBJETO: Aquisição de divisórias e películas, com instalação e Vidro comum incolor, sem instalação, para manutenção da das unidades da rede municipal de saúde e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde, bem como aquisição de cortinas black out dupla face, com instalação, para o NEPS e Farmácia de Alto Custo.

DATA: 14/07/2015 à 13/07/2016.

Nome da Empresa: ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS EPP					CNPJ: 00.991.023/0001-05
Lote 2: Películas					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Película de proteção G8 profissional, com colocação					
1	324,00	M2	SANTA CATARINA	R\$40,0000	R\$12.960,0000
Especificação: Película de proteção, jateada, cor branco, com colocação.					
2	200,00	M2	SANTA CATARINA	R\$53,5700	R\$10.714,0000
Lote 3: Cortinas					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Cortina black out dupla face, com rodízios deslizantes e trilho suíço em alumínio branco, medindo 1,85X3,84 (alt.x larg), para as janelas dos laboratórios 1 e 2.					
1	2,00	UN	SANTA CATARINA	R\$413,2100	R\$826,4200
Especificação: Cortina black out dupla face, com rodízios deslizantes e trilho suíço em alumínio branco, medindo 1,85X3,65 (alt.x larg), para a janela da sala Comunitária.					
2	1,00	UN	SANTA CATARINA	R\$394,5400	R\$394,5400
Especificação: Cortina black out dupla face, com rodízios deslizantes e trilho suíço em alumínio branco, medindo 3,12X3,65 (alt.x larg), para a janela da Sala 1.					
3	1,00	UN	SANTA CATARINA	R\$493,5300	R\$493,5300
Especificação: Cortina black out dupla face, com rodízios deslizantes e trilho suíço em alumínio branco, medindo 1,85X4,00 (alt.x larg), para a janela da Sala 2.					
4	1,00	UN	SANTA CATARINA	R\$382,3600	R\$382,3600
Especificação: Cortina black out dupla face, com rodízios deslizantes e trilho suíço em alumínio branco, medindo 3,80X3,70 (alt.x larg), para a janela da Sala 3.					
5	1,00	UN	SANTA CATARINA	R\$532,1600	R\$532,1600
Especificação: Cortina black out dupla face, com rodízios deslizantes e trilho suíço em alumínio branco, medindo 3,80X3,95 (alt.x larg), para a janela da Sala 4.					
6	1,00	UN	SANTA CATARINA	R\$560,0000	R\$560,0000

Especificação: Cortina black outdupla face, com rodízios deslizantes e trilho suíço em alumínio branco, medindo 3,80X3,50 (alt.x larg), para a janela da Sala 05.

7	1,00	UN	SANTA CATARINA	R\$515,2100	R\$515,2100
---	------	----	----------------	-------------	-------------

Especificação: Cortina black out dupla face, com rodízios deslizantes e trilho suíço em alumínio branco, medindo 1,25X2,95 (alt.x larg), para a janela da Biblioteca.

8	1,00	UN	SANTA CATARINA	R\$295,6800	R\$295,6800
---	------	----	----------------	-------------	-------------

Especificação: Cortina black out dupla face, com rodízios deslizantes e trilho suíço em alumínio branco, medindo 1,50X1,35 (alt.x larg), para a Farmácia de Alto Custo.

9	8,00	UN	SANTA CATARINA	R\$157,0000	R\$1.256,0000
---	------	----	----------------	-------------	---------------

Valor Total	(vinte e oito mil, novecentos e vinte e nove reais e noventa centavos)				R\$28.929,90
-------------	--	--	--	--	--------------

Passo de Torres

PREFEITURA

REGIMENTO 001/2015 FUNDEB

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB NO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES

DA FINALIDADE E COMPETÊNCIA DO CONSELHO

Art. 1º. O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, instituído pela Lei Municipal nº. 893, de 14 de Agosto de 2013, é organizado na forma de órgão colegiado e tem como finalidade acompanhar a repartição, transferência e aplicação dos recursos financeiros do FUNDEB do Município de Passo de Torres.

Art. 2º. Compete ao Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB:

I. Acompanhar e controlar, em todos os níveis, a distribuição dos recursos financeiros do FUNDEB Municipal;

II. Acompanhar e controlar, junto aos órgãos competentes do Poder Executivo e ao Banco do Brasil, os valores creditados e utilizados à conta do FUNDEB;

III. Supervisionar a realização do censo escolar, no que se refere às atividades de competência do Poder Executivo Municipal, relacionadas ao preenchimento e encaminhamento dos formulários de coleta de dados, especialmente no que tange ao cumprimento dos prazos estabelecidos;

IV. Supervisionar a elaboração da proposta orçamentária anual do Município, especialmente no que se refere à adequada alocação dos recursos do FUNDEB, observando-se o cumprimento dos percentuais legais de destinação dos recursos;

V. Acompanhar, mediante verificação de demonstrativos gerenciais disponibilizados pelo Poder Executivo, o fluxo e a utilização dos recursos do FUNDEB, conforme disposto no art. 25 da Lei nº 11.494, de 20/06/2007;

VI. Exigir do Poder Executivo Municipal a disponibilização da prestação de contas da aplicação dos recursos do FUNDEB, em tempo hábil à análise e manifestação do Conselho no prazo regulamentar;

VII. Manifestar-se, mediante parecer gerencial, sobre as prestações de contas do Município, de forma a restituí-las ao Poder Executivo Municipal em até trinta dias antes do vencimento do prazo para sua apresentação ao Tribunal de Contas competente, conforme Parágrafo Único do art. 27 da Lei 11.494, de 20/06/2007;

VIII. Observar a correta aplicação do mínimo de 60% dos recursos do Fundo na remuneração dos profissionais do magistério, especialmente em relação à composição do grupo de profissionais, cujo pagamento é realizado com essa parcela mínima legal de recursos;

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

IX. Exigir o fiel cumprimento do plano de carreira e remuneração do magistério da rede municipal de ensino;

X. Zelar pela observância dos critérios e condições estabelecidos para exercício da função de conselheiro, especialmente no que tange aos impedimentos para integrar o Conselho e para o exercício da presidência e vice-presidência do colegiado, descritos nos §§ 5º e 6º do art. 24 da Lei nº 11.494/2007;

XI. Requisitar, junto ao Poder Executivo Municipal, a infraestrutura e as condições materiais necessárias à execução plena das competências do Conselho, com base no disposto no § 10 do art. 24 da

Lei nº 11.494/2007.

XII. Acompanhar e controlar a execução dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, verificando os registros contábeis e os demonstrativos gerenciais relativos aos recursos repassados, responsabilizando-se pelo recebimento, análise da Prestação de Contas desses Programas, encaminhando ao FNDE o Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira, acompanhado de parecer conclusivo, e notificar o órgão Executor dos Programas e o

FNDE quando houver ocorrência de eventuais irregularidades na utilização dos recursos;

XIII. Exercer outras atribuições previstas na legislação federal ou municipal.

§ 1º - O Conselho deve atuar com autonomia, sem vinculação ou subordinação institucional ao Poder Executivo Municipal e será renovado periodicamente ao final de cada mandato dos seus membros.

§ 2º - As decisões tomadas pelo Conselho deverão ser levadas ao conhecimento do Poder Público Municipal e da Comunidade.

DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

Art. 3º. O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB terá a seguinte composição, de acordo com o artigo 2 da Lei Municipal nº. 893, de 14 de Agosto de 2013 e conforme o estabelecido no inciso IV do § 1º do art. 24 da Lei nº 11.494, de 20/06/2007:

I. 1 (um) Representante do Poder Executivo;

II. 1 (um) Representante da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;

III. 1 (um) representante dos professores da educação básica pública;

IV. 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;

V. 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;

VI. 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;

VI. 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, um dos quais indicado pela entidade de estudantes secundaristas;

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

VII. 1(um) representante do Conselho Municipal de Educação;

VIII. 1 (um) representante do Conselho Tutelar.

§ 1º. Outros segmentos podem ser representados no Conselho, desde que definido na legislação municipal e que seja observada a paridade/equilíbrio na distribuição das representações.

§ 2º. A cada membro titular corresponderá um suplente.

§3º. Os membros titulares e suplentes terão um mandato de dois anos, permitida uma única recondução para o mandato subsequente por apenas uma vez, conforme estabelecido no § 11 do art. 24 da Lei 11.494/2007.

§4º. A nomeação dos membros ocorrerá a partir da indicação ou eleição por parte dos segmentos ou entidades previstas neste artigo.

§5º. Caberá ao membro suplente completar o mandato do titular e substituí-lo em suas ausências e impedimentos.

§ 6º. São impedidos de integrar o Conselho, conforme disposto no

§ 5º do art. 24 da Lei nº 11.494/2007:

- I. Cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau, do prefeito, do vice-prefeito e dos secretários municipais;
- II. Tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou controle interno dos recursos do FUNDEB, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau, desses profissionais;
- III. Estudantes que não sejam emancipados; e
- IV. Pais de alunos que:

a) Exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito dos órgãos do Poder

Executivo Municipal; ou

b) Prestem serviços terceirizados ao Poder Executivo Municipal.

§7º. Na hipótese da inexistência de estudantes emancipados, representação estudantil poderá acompanhar as reuniões do Conselho com direito a voz.

DO FUNCIONAMENTO

Das reuniões

Art.4º. As reuniões ordinárias do Conselho serão realizadas mensalmente, conforme programado pelo colegiado.

Parágrafo Único. O Conselho poderá se reunir extraordinariamente por convocação do seu presidente ou de um terço dos seus membros.

Art. 5º. As reuniões serão realizadas com a presença da maioria dos membros do Conselho.

§1º. A reunião não será realizada se o quórum não se completar até 30 (trinta) minutos após a hora designada, lavrando-se termo que mencionará os conselheiros presentes e os que justificadamente não compareceram.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

§2º. Quando não for obtida a composição de quórum, na forma do parágrafo anterior, será convocada nova reunião, a realizar-se dentro de dois dias, para a qual ficará dispensada a verificação de quórum.

§3º. As reuniões serão secretariadas por um dos membros, escolhido pelo presidente, a quem competirá a lavratura das atas.

Da ordem dos trabalhos e das discussões

Art. 6º. As reuniões do Conselho obedecerão à seguinte ordem:

- I. Leitura, votação e assinatura da ata da reunião anterior;
- II. Comunicação da Presidência;
- III. Apresentação, pelos conselheiros, de comunicações de cada segmento;
- IV. Relatório das correspondências e comunicações, recebidas e expedidas;
- IV. Ordem do dia, referente às matérias constantes na pauta da reunião.

Das decisões e votações

Art. 7º. As decisões nas reuniões serão tomadas pela maioria dos membros presentes.

Art. 8º. Cabe ao presidente o voto de desempate nas matérias em discussão e votação.

Art. 9º. As decisões do Conselho serão registradas no livro de ata.

Art. 10. Todas as votações do Conselho poderão ser simbólicas ou nominais, a critério do colegiado.

§ 1º. Os resultados da votação serão comunicados pelo presidente.

§ 2º. A votação nominal será realizada pela chamada dos membros do Conselho.

Da presidência e sua competência

Art. 11. O presidente e o vice-presidente do Conselho serão eleitos por seus pares em reunião do colegiado, sendo impedido de ocupar essas funções o representante do Poder Executivo Municipal,

conforme disposto no § 6º do art. 24 da Lei nº 11.494/2007.

Parágrafo Único. O presidente será substituído pelo vice-presidente em suas ausências ou impedimentos.

Art. 12. Compete ao presidente do Conselho:

- I. Convocar os membros do Conselho para as reuniões ordinárias e extraordinárias;
- II. Presidir, supervisionar e coordenar os trabalhos do Conselho, promovendo as medidas necessárias à consecução das suas finalidades;

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

III. Coordenar as discussões e tomar os votos dos membros do Conselho;

IV. Dirigir as questões de ordem;

V. Expedir documentos decorrentes de decisões do Conselho;

VI. Aprovar "ad referendum" do Conselho, nos casos de relevância e de urgência, matérias que dependem de aprovação pelo colegiado;

VII. Representar o Conselho em juízo ou fora dele.

Dos membros do Conselho e suas competências

Art. 13. A atuação dos membros do Conselho do FUNDEB, de acordo com § 8º do art. 24 da Lei nº 11.494/2007:

I - Não será remunerada;

II - É considerada atividade de relevante interesse social;

III - Assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades de conselheiro, e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações; e

IV - Veda, quando os conselheiros forem representantes de professores e diretores ou de servidores das escolas públicas, no curso do mandato:

a) Exoneração ou demissão do cargo ou emprego sem justa causa, ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;

b) Atribuição de falta injustificada ao serviço, em função das atividades do conselho; e

c) Afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado.

V - Veda, quando os conselheiros forem representantes de estudantes em atividades do conselho, no curso do mandato, atribuição de falta injustificada nas atividades escolares.

Art. 14. Perderá o mandato o membro do Conselho que faltar a quatro reuniões consecutivas ou a seis intercaladas durante o ano.

Art. 15. Compete aos membros do Conselho:

I. Comparecer às reuniões ordinárias e extraordinárias;

II. Participar das reuniões do Conselho;

III. Estudar e relatar, nos prazos estabelecidos, as matérias que lhes forem distribuídas pelo presidente do Conselho;

IV. Sugerir normas e procedimentos para o bom desempenho e funcionamento do Conselho;

V. Exercer outras atribuições, por delegação do Conselho.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16. As decisões do Conselho não poderão implicar em nenhum tipo de despesa.

Art. 17. Eventuais despesas dos membros do Conselho, no exercício de suas funções, serão objeto de solicitação junto à Secretaria Municipal de Educação, comprovando-se a sua necessidade, para fins de custeio.

Art. 18. Este Regimento poderá ser alterado em reunião extraordinária, expressamente convocada para esse fim, e por deliberação de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho.

Art. 19. O Conselho, caso julgue necessário, definirá os relatórios e os demonstrativos orçamentários e financeiros que deseja receber do Poder Executivo Municipal.

Art. 20. O Conselho poderá, sempre que julgar conveniente, conforme Parágrafo Único do art. 25 da Lei nº 11.494/2007:

I Apresentar ao Poder Legislativo local e aos órgãos de controle interno e externo manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo;

II Por decisão da maioria de seus membros, convocar o Secretário Municipal de Educação competente ou servidor equivalente para prestar esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e a execução das despesas do Fundo, devendo a autoridade convocada apresentar-se em prazo não superior a 30 (trinta) dias;

III Requisitar ao Poder Executivo cópia de documentos referentes a:

a) Licitação, empenho, liquidação e pagamento de obras e serviços custeados com recursos do Fundo;

b) Folhas de pagamento dos profissionais da educação, as quais deverão discriminar aqueles em efetivo exercício na educação básica e indicar o respectivo nível, modalidade ou tipo de estabelecimento a que estejam vinculados;

c) Convênios com as instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o poder público;

d) Outros documentos necessários ao desempenho de suas funções;

IV Realizar visitas e inspetorias in loco para verificar:

a) O desenvolvimento regular de obras e serviços efetuados nas instituições escolares com recursos do Fundo;

b) A adequação do serviço de transporte escolar;

c) A utilização em benefício do sistema de ensino de bens adquiridos com recursos do Fundo.

Art. 21. Nos casos de falhas ou irregularidades, o Conselho deverá solicitar providências ao chefe do Poder Executivo e, caso a situação requeira outras providências, encaminhar representação à Câmara Municipal, ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Art. 22. A função de Secretário Executivo do conselho poderá ser exercida por membro do conselho ou por funcionário da Secretária Municipal de Educação, indicado por 2/3 dos membros titulares do conselho

Art. 23. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento serão solucionados por deliberação do Conselho, em qualquer de suas reuniões, por maioria de seus membros presentes.

Passo de Torres, em 21 de outubro de 2015.

Joseane Teixeira Maciel

Presidente

Passos Maia

CÂMARA MUNICIPAL

RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 002/2014

EDITAL DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2014

PRIMEIRO TERMO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 002/2014.

O Senhor JOSÉ DA ROCHA BUENO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, do município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna pública as RETIFICAÇÕES do Edital 002/2014, nos seguintes termos: PRIMEIRO ONDE SE LÊ: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 003/2015

LEIA-SE: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 004/2015

Penha

PREFEITURA

3º REEQUILÍBRIO ECONÔMICO GIROTTO POSTO DE GASOLINA

3º REEQUILÍBRIO ECONÔMICO Nº 81/2015- PMP A
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 66/2014 – PMP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 104/2014 - PMP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2014 – PMP

Aos 22 (vinte e dois) dias, do mês de Outubro de 2015, na sede da Prefeitura Municipal de Penha, com sede a Av. Nereu Ramos, nº 190, Bairro Centro, em Penha/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representado pelo E.E Prefeito Municipal, Sr. Mario Guaracy de Souza, Brasileiro, viúvo, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, nos termos das Leis nº 8.666/93, 10.520/2002, Decreto Municipal nº 056/1999 e Decreto Federal nº 7892/2013, das demais normas legais aplicáveis, conforme classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial de Registro de Preços nº 58/2014 - PMP, Ata de julgamento de Preços, publicada no Mural Oficial da Prefeitura e homologada pelo Prefeito Municipal, RESOLVE registrar os preços, conforme especificações e quantidades constantes do Anexo I, que passa a fazer parte desta, tendo sido o(s) referido(s) preço(s) oferecido(s) pela(s) empresa(s) cuja proposta(s) foi(ram) classificada(s) em 1º(s) lugar(es) no certame acima numerado, como segue:

AUTO POSTO GIROTTO LTDA, com sede na cidade de Penha/SC, no bairro Centro, na Avenida Eugenio Krause, 631, telefone 47-33456659, inscrita sobre o CNPJ nº 04.523.792/0001-30.

1 - DO OBJETO

Constitui objeto deste REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL ÓLEO DIESEL S10 PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO PENHA/SC, conforme Pregão Presencial nº 58/2014 - PMP, a que corresponde este pacto, assim especificados:

CLAUSULA PRIMEIRA

Fica realizado o aditivo de reequilíbrio econômico sobre o valor do item 2 (dois) contrato Óleo Diesel S10 da ata de registro de preço 66/2014 PMP, com o acréscimo 4,780 % passando o valor do litro unitário de R\$: 2,929 (dois reais e noventa e três centavos) para R\$: 3,059 (três reais zero cinquenta e nove centavos) por litro unitário, conforme parecer de nossa procuradoria jurídica.

CLAUSULA SEGUNDO

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

MARIO GUARACY DE SOUZA
E.E PREFEITO MUNICIPAL

DANIELE SCHWGER DE SOUZA LUNGE.
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

EMPRESAS E SEUS REPRESENTANTES LEGAIS:

AUTO POSTO GIROTTO LTDA
CNPJ Nº 04.523.792/0001-30

TESTEMUNHAS:

NOME: GUSTAVO JOÃO DA SILVA

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 03/2015 - PROFESSOR CIÊNCIAS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 23/10/2015, das 08:00hrs às 12:00hrs ou das 13:30hrs às 16:30hrs, conforme Edital Processo Seletivo nº 03/2015.

Cargo: PROFESSOR CIÊNCIAS
CLASSIFICAÇÃO NOME
01º. DIMAS CARLOS PIMENTEL

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de que não está impedido para o exercício do cargo a ser ocupado. (Fornecido no RH).
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho da Prefeitura Municipal de Penha no NASF pelo telefone (47) 3363-7441;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem

a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 22 de outubro de 2015.
DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 03/2015 -
PROFESSOR PORTUGUÊS**
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 23/10/2015, das 08:00hrs às 12:00hrs ou das 13:30hrs às 16:30hrs, conforme Edital Processo Seletivo nº 03/2015.

Cargo: PROFESSOR PORTUGUÊS
CLASSIFICAÇÃO NOME
01º. RAFFAEL OLIVEIRA DO PRADO

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- c) Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- d) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- e) Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- f) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- g) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- h) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- i) Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- j) Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- k) Original Declaração de que não está impedido para o exercício do cargo a ser ocupado. (Fornecido no RH).
- l) Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- m) Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- n) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- o) Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- p) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- q) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho da Prefeitura Municipal de Penha no NASF pelo telefone (47) 3363-7441;
- r) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 22 de outubro de 2015.
DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 03/2015-
PROFESSOR ANOS INICIAIS**
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 23/10/2015, das 08:00hrs às 12:00hrs ou das 13:30hrs às 16:30hrs, conforme Edital Processo Seletivo nº 03/2015.

Cargo: PROFESSOR ANOS INICIAIS
CLASSIFICAÇÃO NOME
02º. DANIELLE ABRAVANEL

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- c) Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- d) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- e) Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- f) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- g) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- h) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- i) Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- j) Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- k) Original Declaração de que não está impedido para o exercício do cargo a ser ocupado. (Fornecido no RH).
- l) Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- m) Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- n) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- o) Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- p) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;

- q) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho da Prefeitura Municipal de Penha no NASF pelo telefone (47) 3363-7441;
- r) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 22 de outubro de 2015.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 03/2015-
PROFESSOR ANOS INICIAIS**
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 23/10/2015, das 08:00hrs às 12:00hrs ou das 13:30hrs às 16:30hrs, conforme Edital Processo Seletivo nº 03/2015.

Cargo: PROFESSOR ANOS INICIAIS
CLASSIFICAÇÃO NOME
01º. ANDRÉA ZIEHLSORFF

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- c) Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- d) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- e) Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- f) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- g) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- h) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- i) Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- j) Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- k) Original Declaração de que não está impedido para o exercício do cargo a ser ocupado. (Fornecido no RH).
- l) Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- m) Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo

Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;

- n) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- o) Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- p) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- q) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho da Prefeitura Municipal de Penha no NASF pelo telefone (47) 3363-7441;
- r) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 22 de outubro de 2015.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 03/2015-
PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA**
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 23/10/2015, das 08:00hrs às 12:00hrs ou das 13:30hrs às 16:30hrs, conforme Edital Processo Seletivo nº 03/2015.

Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA
CLASSIFICAÇÃO NOME
01º. JENIFFER KRUEGER

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- c) Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- d) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- e) Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- f) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- g) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- h) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- i) Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- j) Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- k) Original Declaração de que não está impedido para o exercício

do cargo a ser ocupado. (Fornecido no RH).

l) Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;

m) Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;

n) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;

o) Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;

p) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;

q) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho da Prefeitura Municipal de Penha no NASF pelo telefone (47) 3363-7441;

r) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 22 de outubro de 2015.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 03/2015- PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 23/10/2015, das 08:00hrs às 12:00hrs ou das 13:30hrs às 16:30hrs, conforme Edital Processo Seletivo nº 03/2015.

Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA

CLASSIFICAÇÃO NOME

02º. SABRINA APARECIDA ONEDA

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Fotocópia Cédula de Identidade;

b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;

c) Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);

d) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;

e) Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

f) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;

g) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para

assumir o emprego;

h) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;

i) Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;

j) Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;

k) Original Declaração de que não está impedido para o exercício do cargo a ser ocupado. (Fornecido no RH).

l) Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;

m) Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;

n) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;

o) Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;

p) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;

q) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho da Prefeitura Municipal de Penha no NASF pelo telefone (47) 3363-7441;

r) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 22 de outubro de 2015.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 03/2015- PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 23/10/2015, das 08:00hrs às 12:00hrs ou das 13:30hrs às 16:30hrs, conforme Edital Processo Seletivo nº 03/2015.

Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA

CLASSIFICAÇÃO NOME

03º. INDIANARA DOS PASSOS

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Fotocópia Cédula de Identidade;

b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;

- c) Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- d) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- e) Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- f) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- g) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- h) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- i) Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- j) Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- k) Original Declaração de que não está impedido para o exercício do cargo a ser ocupado. (Fornecido no RH).
- l) Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- m) Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- n) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- o) Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- p) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- q) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho da Prefeitura Municipal de Penha no NASF pelo telefone (47) 3363-7441;
- r) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 22 de outubro de 2015.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 03/2015-
PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL**
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 23/10/2015, das 08:00hrs às 12:00hrs ou das 13:30hrs às 16:30hrs, conforme Edital Processo Seletivo nº 03/2015.

Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL
CLASSIFICAÇÃO NOME
02º. MAYRA ANNE DUARTE

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- c) Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- d) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- e) Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- f) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- g) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- h) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- i) Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- j) Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- k) Original Declaração de que não está impedido para o exercício do cargo a ser ocupado. (Fornecido no RH).
- l) Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- m) Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- n) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- o) Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- p) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- q) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho da Prefeitura Municipal de Penha no NASF pelo telefone (47) 3363-7441;
- r) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 22 de outubro de 2015.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 03/2015-
PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL**
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 23/10/2015, das 08:00hrs às 12:00hrs ou das 13:30hrs às 16:30hrs, conforme Edital Processo Seletivo nº 03/2015.

Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL
CLASSIFICAÇÃO NOME
03º. ALESSANDRA DANIELA KOSTANTIUK

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- c) Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- d) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- e) Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- f) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- g) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- h) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- i) Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- j) Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- k) Original Declaração de que não está impedido para o exercício do cargo a ser ocupado. (Fornecido no RH).
- l) Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- m) Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- n) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- o) Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- p) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- q) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho da Prefeitura Municipal de Penha no NASF pelo telefone (47) 3363-7441;
- r) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 22 de outubro de 2015.
DANIELE SCHWEGGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 03/2015-
PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL**
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 23/10/2015, das 08:00hrs às 12:00hrs ou das 13:30hrs às 16:30hrs, conforme Edital Processo Seletivo nº 03/2015.

Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL
CLASSIFICAÇÃO NOME
04º. ALIANE BORDALLO DOS SANTOS VOOS

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- c) Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- d) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- e) Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- f) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- g) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- h) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- i) Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- j) Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- k) Original Declaração de que não está impedido para o exercício do cargo a ser ocupado. (Fornecido no RH).
- l) Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- m) Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- n) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- o) Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- p) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- q) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho da Prefeitura Municipal de Penha no NASF pelo telefone (47) 3363-7441;
- r) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem

a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 22 de outubro de 2015.
DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 03/2015-
PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL**
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 23/10/2015, das 08:00hrs às 12:00hrs ou das 13:30hrs às 16:30hrs, conforme Edital Processo Seletivo nº 03/2015.

Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL
CLASSIFICAÇÃO NOME
01º. FABIANA APARECIDA P. DE ALMEIDA CARDOSO

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- c) Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- d) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- e) Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- f) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- g) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- h) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- i) Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- j) Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- k) Original Declaração de que não está impedido para o exercício do cargo a ser ocupado. (Fornecido no RH).
- l) Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- m) Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- n) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- o) Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- p) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- q) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho da Prefeitura Municipal de Penha no NASF pelo telefone (47) 3363-7441;
- r) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 22 de outubro de 2015.
DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 03/2015-
PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL**
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 23/10/2015, das 08:00hrs às 12:00hrs ou das 13:30hrs às 16:30hrs, conforme Edital Processo Seletivo nº 03/2015.

Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL
CLASSIFICAÇÃO NOME
05º. JULIANA JACINTO

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- c) Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- d) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- e) Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- f) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- g) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- h) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- i) Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- j) Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- k) Original Declaração de que não está impedido para o exercício do cargo a ser ocupado. (Fornecido no RH).
- l) Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- m) Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- n) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- o) Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- p) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;

- q) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho da Prefeitura Municipal de Penha no NASF pelo telefone (47) 3363-7441;
- r) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 22 de outubro de 2015.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

DECRETO Nº 2420/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2420/2015

EXONERA: o Sr. RODRIGO ALEX LEANDRO, do cargo em comissão de Coordenador de Segurança Patrimonial, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a contar desta data. Revogando o Decreto nº 1687/2013.

Penha/SC, 22 de outubro de 2015.

Mário Guaracy de Souza - Prefeito Municipal e.e.

TP10/2015 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

TOMADA DE PREÇO Nº 10/2015 - PMP

Objeto: – A presente Licitação tem por objeto Prestação de Serviço de engenharia com fornecimento de material e mão de obra para execução de obras de infraestrutura elétrica em diversos locais no Município de Penha, conforme projeto, memorial descritivo e cronograma físico e financeiro em anexo.

Recebimento dos Envelopes até: 10/11/2015 às 14:00horas.

Abertura do Processo: 10/11/2015 às 14:00horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Maurílio Pedro Leite– Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

A RETIRADA DO EDITAL E DEMAIS INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS NA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4537 Ramal 23. HORÁRIO DE ATENDIMENTO DAS 13H:30M ÀS 17H:00M.

Penha, 21 de outubro de 2015.

MÁRIO GUARACY DE SOUZA – Prefeito Municipal e.e.

Peritiba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 08/2015 – PREGÃO PRESENCIAL 04/2015 - FMS

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO - FMS

O Município de Peritiba por intermédio do Fundo Municipal de Saúde torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Global, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 08/2015 – Pregão Presencial 04/2015 - FMS.

Objeto: Contratação de laboratório protético para realização de serviços de confecção de próteses dentárias para atender a demanda da população Peritibense.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 09h00min do dia 06/11/2015.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 08h45min do dia 06/11/2015.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Município de Peritiba – SC em 23 de Outubro de 2015.

ADRIANO JOSÉ KRINDGES

Secretário Municipal de Saúde

EXTRATO DE CONTRATO 28/2015 - FMS

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA - FMS
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 03/2015, Pregão Presencial nº 02/2015.

Objeto: Contratação de laboratório protético para realização de serviços de confecção de próteses dentárias para atender a demanda da população Peritibense.

Dados do Contrato: 1º Aditivo ao contrato 22/2015

Contratado: ETC LABORATÓRIO DE PRÓTESE DENTÁRIA LTDA ME

CNPJ: 17.650.831/0001-01

Data de vigência: 13/03/2015 até 31/12/2015.

Valor do Contrato: R\$ 12.000,00(Doze mil reais).

Município de Peritiba – SC em 22 de Outubro de 2015.

ADRIANO JOSÉ KRINDGES

Secretário Municipal de Saúde e Bem Estar Social

Petrolândia

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2015

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 41/2015 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2015, tendo por objetivo a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO ELÉTRICO PARA ATUALIZAÇÃO DO FATOR REATIVO DE ENTRADA DA ILUMINAÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES ALOÍSIO HAVERROTH, DEVIDO À MELHORIAS REALIZADAS NA REDE ELÉTRICA. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal as 09:00h no dia 05/11/2015, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto a Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo fone (47) 3536-1151. Petrolândia, 23 de outubro de 2015. JOEL LONGEN – Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2015

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 42/2015 na modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2015, tendo por objetivo a CONTRATAÇÃO SOB REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO DE MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE DUAS SALAS DE ATIVIDADES NO INTERIOR DO PAVILHÃO MUNICIPAL DE EVENTOS - PARQUE DE EXPOSIÇÕES ALOÍSIO HAVERROTH, EM UMA ÁREA DE 120m², CONFORME DESCRIÇÃO DO EDITAL. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal as 08:30h no dia 11/11/2015, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto a Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo fone (47) 3536-1151. Petrolândia, 26 de outubro de 2015. JOEL LONGEN – Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

AVISO DE EDITAL - PROCESSO SELETIVO N.º 004/2015

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL - PROCESSO SELETIVO N.º 004/2015

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos, que se encontra em aberto as inscrições para prova seletiva referente à contratação de servidor em caráter temporário, para as seguintes funções: Operário braçal; Enfermeira –PSF; Técnica de enfermagem –PSF; Servente; Atendente de Creche; Contador.

Período de inscrições: As inscrições serão realizadas pelo site da empresa organizadora do concurso www.institutoexcelenciapr.com.br no período das 17:00h do dia 23 de outubro de 2015 até às 12:00h do dia 06 de novembro de 2015.

Centro Administrativo, 22 de outubro de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 050/2015

EDITAL PARA REGISTRO DE PREÇOS

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 050/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 06/11/2015, licitação modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços n. 050/2015, visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA RESPONSÁVEL PELA COORDENAÇÃO E SELEÇÃO DE CONTRATAÇÕES DE AGENTES EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 06/11/2015, até às 14:00 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço e julgamento nesta mesma data, às 14:15 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 22 DE OUTUBRO DE 2015

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 4.289, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 4.289, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.798 de 18 de novembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada a dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 8.800,00 (Oito mil e oitocentos reais) no Município de Pinheiro Preto abaixo discriminado;

Unidade Orçamentária: 2006 – Secretaria de Transportes e Obras

Função: 26 – Transporte

Subfunção: 782 – Transporte Rodoviário

Programa: 23 – Estradas Vicinais

Atividade: 2.42 – Manutenção Secretaria de Transportes e Obras

Modalidade de Aplicação: 3390-0000

Fonte: 0100

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do Município de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 8.800,00 (Oito mil e oitocentos reais), conforme abaixo discriminado;

Unidade Orçamentária: 2006 – Secretaria de Transportes e Obras

Função: 26 – Transporte

Subfunção: 782 – Transporte Rodoviário

Programa: 23 – Estradas Vicinais

Atividade: 2.42 – Manutenção Secretaria de Transportes e Obras

Modalidade de Aplicação: 4490-0000

Fonte: 0100

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 22 DE OUTUBRO DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

Porto Belo

PREFEITURA

DECRETO 1.378-2015 - ALTERA DECRETO Nº 1.274-2014

DECRETO Nº 1.378, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015.

ALTERA O ART. 1º, INCISO XI, DO DECRETO Nº 1.274, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Art. 1º, Inciso XI, do Decreto nº 1.274, de 12 de novembro de 2014, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º [...]

XI - 30 de outubro, sexta-feira, transferência do dia do Servidor Público, (ponto facultativo);

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo – SC, aos 21 dias do mês de outubro do ano de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 789/2015

DECRETO Nº 789, de 21 de outubro de 2015.

Nomeia Comissão Responsável pela Avaliação de Progressão por Formação Continuada dos Profissionais do Magistério Público Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra "c", da Lei Orgânica do Município e de conformidade com os Artigos 22 a 26, da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída Comissão Responsável pela Avaliação de Progressão por Formação Continuada dos Profissionais do Magistério Público Municipal, para o período de 03 (três) anos, conforme estabelece o artigo 22, da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011.

Art. 2º Designar como membros da Comissão, nos termos do que dispõe o § 1º do Artigo 23, da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011:

- I- Bento Trindade Júnior – Secretário Municipal de Educação;
- II- Ana Paula Karpinski Casanova – Professora Pedagoga;
- III- Rosani Ester Schroh de Camargo – Professora Pedagoga;
- IV- Marlene Ivone Bolting Kuckla – Professora docente da Educação Infantil;
- V- Leonilda Blaskowski – Professora docente das séries iniciais do Ensino Fundamental;
- VI- Marcia Regina Stratmann – Professora docente das séries finais do Ensino Fundamental.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de publicação.

Porto União (SC), 21 de outubro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

DECRETO Nº 790/2015

DECRETO Nº 790, de 21 de outubro de 2015.

Dispõe sobre a nomeação dos Membros do Comitê de Mortalidade Materno Infantil e Fetal – MIF.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64 da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 4.365, de 30 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para o período de 02 (dois) anos, os membros abaixo relacionados para compor o Comitê de Mortalidade Materno Infantil e Fetal – MIF, criado pela Lei Municipal nº 4.365, de 30 de setembro de 2015:

- I- 04 (quatro) representantes da Estratégia da família e suplentes:
 - a) Titular: Enfermeira Eliane Aparecida dos Santos;
 - Suplente: Enfermeira Maria Luciana Sidor.

- b) Titular: Enfermeira Thais Aparecida Jung;
- Suplente: Enfermeira Rafaela Leão André.

- c) Titular: Médico Wesley Silva de Oliveira;
- Suplente: Médica Luisa Carolina Gruhlke.

- d) Titular: Dentista Jean Marcell Fochesatto Restelato;
- Suplente: Dentista Luisa Rech Gomes Gregol.

II- 01 (um) representante do SISVAN e suplente:

- a) Titular: Técnica de Enfermagem Suzana Fatima Bannack;
- Suplente: Técnica de Enfermagem Dulcemar Vivian Dulz Schneider.

III- 01 (um) representante médico da pediatria e suplente:

- a) Titular: Médica Pediatra Andriara Beatriz Hickmann Leal;
- Suplente: Médico Hugo da Cunha Dias.

IV- 01 (um) representante da Coordenação da Atenção Básica e suplente:

- a) Titular: Enfermeira Ilse Aparecida Simioni;
- Suplente: Técnica de Enfermagem Melania Koczyla.

V- 01 (um) representante da Vigilância Epidemiológica e suplente:

- a) Titular: Enfermeira Maria Inês Stonoga Zielinski;
- Suplente: Técnica de Enfermagem Roseli Kauva.

VI- 01 (um) representante do Serviço Social e suplente:

- a) Titular: Assistente Social Márcia Maria Baggio Caus;
- Suplente: Assistente Social Tatiane Ferreira dos Santos.

VII- 01 (um) representante do Hospital de Caridade São Braz e suplente:

- a) Titular: Enfermeira Aline da Maia;
- Suplente: Enfermeira Maria Madalena Turkot.

VIII- 01 (um) representante médico da obstetrícia e suplente:

- a) Titular: Médico Ricardo de Franceschi da Silva;
- Suplente: Médico Adriano Saldanha Baran.

IX- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação e suplente:

- a) Titular: Coordenadora de Educação Infantil Cecília Clarete Kopko Tidre;
- Suplente: Professora Beatriz Schena Rotta.

X- 01 (um) representante do Conselho Tutelar:

- a) Titular: Conselheira Juliane Paola Rosa;
- Suplente: Conselheira Simone Schroh.

XI- 01 (um) representante do NASF:

- a) Titular: Fisioterapeuta Nathaly Bernardon Gimenes;
- Suplente: Fisioterapeuta Maria Cristina Haneiko.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 21 de outubro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

DECRETO Nº 791/2015

DECRETO Nº 791, de 21 de outubro de 2015.

Dispõe sobre Permissão de Uso de Bem Móvel Municipal à Associação dos Agricultores da Comunidade do Maratá – AGRIMAR, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o Art. 84, I, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido, a título precário, e pelo período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2018, à Associação dos Agricultores da Comunidade do Maratá – AGRIMAR, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 00.646.102/0001-89, com sede na localidade do Maratá – Porto União – SC, o uso gratuito do bem móvel municipal abaixo especificado:

- um (um) trator agrícola NH TT4030, 4X4, MODELO 2013, NEW HOLLAND, série T75CR406012.

Art. 2º O bem móvel em referência deverá ser utilizado pela Permissionária com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

Art. 3º O bem acima especificado será entregue à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser devolvido ao Município em igual condição até o dia 31 de dezembro de 2018.

Art. 4º As demais condições constarão no Termo de Permissão e Recebimento do objeto deste Decreto, a ser firmado pela Permissionária, junto à Secretaria Municipal de Administração e Esporte desta Prefeitura.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 21 de outubro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração e Esporte

TERMO DE PERMISSÃO E RECEBIMENTO

Pelo presente Termo de Permissão e Recebimento, declara o abaixo-assinado, representante legal da Associação dos Agricultores da Comunidade do Maratá – AGRIMAR, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 00.646.102/0001-89, com sede na localidade do Maratá – Porto União - SC, que recebeu PERMISSÃO DE USO GRATUITO, a título precário e pelo período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2018, o bem móvel municipal abaixo especificado:

- um (um) trator agrícola NH TT4030, 4X4, MODELO 2013, NEW HOLLAND, série T75CR406012.

Compromete-se ainda a Permissionária a obedecer aos seguintes termos:

01 - Não transferir a presente Permissão de Uso a terceiros.

02 - O bem móvel em referência deverá ser utilizado pela Permissionária com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

03 - O bem móvel acima relacionado será entregue à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser devolvido ao Município em igual condição, até o dia 31 de dezembro

de 2018.

04 - Necessitando o bem de conserto, reparo, etc., em virtude de mau funcionamento e quebra em função de seu uso, ou para a sua conservação na condição em que foi recebido, todas e quaisquer despesas provenientes, bem como os encargos, correm por conta da Permissionária, sem qualquer direito a reembolso.

05 - Consentir com todas as medidas judiciais para tornar sem efeito o presente Termo de Permissão e Recebimento, por descumprimento de qualquer artigo ou item, sendo que as custas judiciais, extrajudiciais e os honorários advocatícios correrão por conta da Permissionária.

06 - A Permissionária responde administrativa, civil e criminalmente pela utilização do bem móvel supra mencionado, durante o período da Permissão de Uso.

07 - O Município de Porto União, enquanto perdurar a Permissão, não responde pela má utilização ou danos causados a terceiros, decorrentes do uso do equipamento, respondendo única e exclusivamente a Permissionária por tais situações.

08 - A presente Permissão poderá ser modificada e revogada unilateralmente pela Permitente, a qualquer tempo, não gerando direito à indenização.

09 - Fica eleito o foro da Comarca de Porto União (SC), para dirimir as questões deste Termo.

Porto União (SC), 21 de outubro de 2015.

PERMITENTE:

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PERMISSIONÁRIA:

Presidente: GABRIEL RUDA

RG nº 1.102.136-5

CPF nº 383.547.729/34

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 047/2015 - SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 076/2015- Fundo Municipal de Saúde

Extrato de Edital de Pregão Presencial 047/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação global por lote, do tipo presencial, para aquisição de peças e serviços para manutenção corretiva e preventiva em veículo da Secretaria Municipal de Saúde. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 06 de novembro de 2015 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 22 de outubro de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 105/2015

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº 105/2015

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	GMC ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA ME
OBJETO:	O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada no ramo de concursos públicos, elaboração de edital, aplicação e correção de provas, a serem realizados no município de Presidente Castello Branco/SC. O presente Termo Aditivo tem o objetivo de acrescentar três cargos no concurso público, sendo estes "agente de serviços gerais I, coordenador escolar e dentista".
VALOR:	Em razão do acréscimo nos cargos, o valor do contrato ora aditivado passa de R\$ 29.700,00 (vinte e nove mil, setecentos reais) para R\$ 31.500,00 (trinta e um mil, com quinhentos reais) diante do acréscimo.
DATA:	22/10/2015 a 31/12/2015.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Presidente Nereu

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL 36 -2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 36/2015

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Contrato que entre si celebram o Município de Presidente Nereu e Guilherme Feuser 07120296990, inscrita no CNPJ 22.382.605/0001-27. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTRUTOR DE INFORMÁTICA E INCLUSÃO DIGITAL PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO A SEREM PRESTADOS NA SALA DE INFORMÁTICA DA ESCOLA JAIME GILI DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU.

Data: 21/10/2015 Vigência: 31/12/2015. Valor Global: R\$ 4.200,00

Presidente Nereu, 21 de outubro de 2015.

Antônio Francisco Comandoli

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 38/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 38/2014 – ADITIVO 04/2015

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Contrato que entre si celebram o Município de Presidente Nereu e DJK TERRAPLANAGEM EIRELI ME.

Objeto: ADITIVO DE VALORES DEVIDO A REGULARIZAÇÃO DE PROJETO NA PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS HEXAGONAIS DE CONCRETO, DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO DE PASSEIOS EM PAVER E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DAS RUAS JACÓ KALBUSCH, PADRE JORGE E DONA PERPÉTUA CONFORME PROPOSTA TRANSFERÊNCIA 006660, PROGRAMA TRANSFERÊNCIA 2013000640 PACTO PELOS MUNICÍPIOS.

Data: 19/10/2015 Vigência: 31/12/2015. Valor: R\$ 21.171,40

Presidente Nereu, 19 de outubro de 2015.

Antônio Francisco Comandoli

Prefeito Municipal

Rio dos Cedros

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.723, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015. PROCEDE A REVISÃO DAS TARIFAS DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO E ESCOLAR A PARTIR DE 21 DE OUTUBRO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
DECRETO Nº 2.723, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015.

PROCEDE A REVISÃO DAS TARIFAS DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO E ESCOLAR A PARTIR DE 21 DE OUTUBRO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FERNANDO TOMASELLI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições
DECRETA:

Art.1º. Ficam reajustadas as tarifas do transporte coletivo, de acordo com o apurado no processo administrativo instaurado pelo protocolo nº437/2015, passando, a partir de 21/10/2015 (de acordo com percentual apurado), a vigorar as seguintes tarifas:

LINHA	RIO ADA - TERMINAL - CENTRO	FREQUENCIA	MATUTINO/VESPERTINO/NOTURNO
TRAJETO	DE	VALOR R\$	PARA
1	RIO ADA	R\$3,60	RIO ASSIS
		R\$3,60	GLÓRIA
		R\$3,60	CARAVAGIO
		R\$3,60	DOLORATA
		R\$7,10	TERMINAL - CENTRO
	RIO ASSIS	R\$3,60	GLÓRIA
		R\$3,60	CARAVAGIO
		R\$3,60	DOLORATA
		R\$3,60	TERMINAL - CENTRO
	GLÓRIA	R\$3,60	CARAVAGIO
		R\$3,60	DOLORATA
		R\$3,60	TERMINAL - CENTRO
	CARAVAGIO	R\$3,60	DOLORATA
		R\$3,60	TERMINAL - CENTRO
	DOLORATA	R\$3,60	TERMINAL - CENTRO
LINHA	ALTO PALMEIRAS - TERMINAL CENTRO	FREQUENCIA	MATUTINO/VESPERTINO/NOTURNO
TRAJETO	DE	VALOR R\$	PARA
2	ALTO PALMEIRAS	R\$3,60	RIO ROSINA
		R\$3,60	RIO HERTA
		R\$3,60	RIO ESPERANÇA
		R\$7,10	CEDRO ALTO
		R\$7,10	CEDRO ALTO-SETEMBRO
		R\$7,10	RIO CUNHA BAIXO
		R\$9,90	SÃO JOSÉ
		R\$9,90	GLÓRIA
		R\$9,90	CARAVAGIO
		R\$9,90	DOLORATA
		R\$9,90	TERMINAL - CENTRO
	RIO ROSINA	R\$3,60	RIO HERTA
		R\$3,60	RIO ESPERANÇA
		R\$7,10	CEDRO ALTO
		R\$7,10	CEDRO ALTO-SETEMBRO
		R\$7,10	RIO CUNHA BAIXO
		R\$9,90	SÃO JOSÉ
		R\$9,90	GLÓRIA
		R\$9,90	CARAVAGIO
		R\$9,90	DOLORATA
		R\$9,90	TERMINAL - CENTRO
	RIO HERTA	R\$3,60	RIO ESPERANÇA
		R\$3,60	CEDRO ALTO

		R\$3,60	CEDRO ALTO-SETEMBRO
		R\$3,60	RIO CUNHA BAIXO
		R\$7,10	SÃO JOSÉ
		R\$7,10	GLÓRIA
		R\$7,10	CARAVAGIO
		R\$7,10	DOLORATA
		R\$7,10	TERMINAL - CENTRO
	RIO ESPERANÇA	R\$3,60	CEDRO ALTO
		R\$3,60	CEDRO ALTO-SETEMBRO
		R\$3,60	RIO CUNHA BAIXO
		R\$7,10	SÃO JOSÉ
		R\$7,10	GLÓRIA
		R\$7,10	CARAVAGIO
		R\$7,10	DOLORATA
		R\$7,10	TERMINAL - CENTRO
	CEDRO ALTO	R\$3,60	CEDRO ALTO-SETEMBRO
		R\$3,60	RIO CUNHA BAIXO
		R\$3,60	SÃO JOSÉ
		R\$3,60	GLÓRIA
		R\$3,60	CARAVAGIO
		R\$3,60	DOLORATA
		R\$3,60	TERMINAL - CENTRO
	CEDRO ALTO-SETEMBRO	R\$3,60	RIO CUNHA BAIXO
		R\$3,60	SÃO JOSÉ
		R\$3,60	GLÓRIA
		R\$3,60	CARAVAGIO
		R\$3,60	DOLORATA
		R\$3,60	TERMINAL - CENTRO
	RIO CUNHA BAIXO	R\$3,60	SÃO JOSÉ
		R\$3,60	GLÓRIA
		R\$3,60	CARAVAGIO
		R\$3,60	DOLORATA
		R\$3,60	TERMINAL - CENTRO
	SÃO JOSÉ	R\$3,60	GLÓRIA
		R\$3,60	CARAVAGIO
		R\$3,60	DOLORATA
		R\$3,60	TERMINAL - CENTRO
	GLÓRIA	R\$3,60	CARAVAGIO
		R\$3,60	DOLORATA
		R\$3,60	TERMINAL - CENTRO
	CARAVAGIO	R\$3,60	DOLORATA
		R\$3,60	TERMINAL - CENTRO
	DOLORATA	R\$3,60	TERMINAL - CENTRO
LINHA	TIROLESES /DIVISA - TERMINAL - CENTRO	FREQUENCIA	MATUTINO/VESPERTINO
TRAJETO	DE	VALOR R\$	PARA
3	TIROLESES DIVISA	R\$3,60	RIBEIRÃO DO OURO
		R\$3,60	7 DE SETEMBRO.
		R\$3,60	RUA JORGE LACERDA
		R\$3,60	CENTRO
	RIBEIRÃO DO OURO	R\$3,60	7 DE SETEMBRO.
		R\$3,60	RUA JORGE LACERDA
		R\$3,60	CENTRO
	RUA 7 DE SETEMBRO - DALFOVO	R\$3,60	RUA JORGE LACERDA
		R\$3,60	TERMINAL - CENTRO
	RUA JORGE LACERDA	R\$3,60	TERMINAL - CENTRO
LINHA	RUA D. PEDRO II - DIVISA - TERMINAL CENTRO	FREQUENCIA	MATUTINO/VESPERTINO
TRAJETO	DE	VALOR R\$	PARA

4	RUA D. PEDRO II - DIVISA	R\$3,60	RUA 7 DE SETEMBRO - DALFOVO
		R\$3,60	RUA JORGE LACERDA
		R\$3,60	TERMINAL - CENTRO
	RUA 7 DE SETEMBRO - DALFOVO	R\$3,60	RUA JORGE LACERDA
		R\$3,60	TERMINAL - CENTRO
	RUA JORGE LACERDA	R\$3,60	TERMINAL - CENTRO
LINHA	RUA 1o MAIO - INICIO - TERMINAL - CENTRO	FREQUENCIA	MATUTINO/VESPERTINO
TRAJETO	DE	VALOR R\$	PARA
5	RUA 1o MAIO - INICIO	R\$3,60	TIFA UECKERT
		R\$3,60	ROD. SC 417 STO. ANTONIO/SC 416 - DIVISAS
		R\$3,60	RUA JORGE LACERDA
		R\$3,60	TERMINAL - CENTRO
	TIFA UECKERT	R\$3,60	ROD. SC 417 - STO. ANTONIO/SC 416 - DIVISAS
		R\$3,60	RUA JORGE LACERDA
		R\$3,60	TERMINAL - CENTRO
	ROD. SC 417 STO. ANTONIO/SC416 - DIVISAS	R\$3,60	RUA JORGE LACERDA
		R\$3,60	TERMINAL - CENTRO
	RUA JORGE LACERDA	R\$3,60	TERMINAL - CENTRO
LINHA	SANTO ANTONIO - IGREJA - TERMINAL - CENTRO	FREQUENCIA	NOTURNO
TRAJETO	DE	VALOR R\$	PARA
6	SANTO ANTONIO - IGREJA	R\$3,60	RUA JORGE LACERDA
		R\$3,60	TERMINAL - CENTRO
	RUA JORGE LACERDA	R\$3,60	TERMINAL - CENTRO
LINHA	ALTO PEDRA PRETA - RIO ROSINA	FREQUENCIA	VESPERTINO
TRAJETO	DE	VALOR R\$	PARA
7	ALTO PEDRA PRETA	R\$3,60	BARRAGEM PINHAL
		R\$3,60	ALTO CEDROS - SANTA TEREZINHA
		R\$7,10	BARRO BRANCO
		R\$7,10	RIO HERTA
		R\$9,90	RIO ROSINA
	BARRAGEM PINHAL	R\$3,60	ALTO CEDROS - SANTA TEREZINHA
		R\$3,60	BARRO BRANCO
		R\$7,10	RIO HERTA
		R\$9,90	RIO ROSINA
	ALTO CEDROS - SANTA TEREZINHA	R\$3,60	BARRO BRANCO
		R\$7,10	RIO HERTA
		R\$7,10	RIO ROSINA
	BARRO BRANCO	R\$3,60	RIO HERTA
		R\$7,10	RIO ROSINA
	RIO HERTA	R\$3,60	RIO ROSINA
7	ALTO PEDRA PRETA	R\$7,10	RIO ESPERANÇA
complemento		R\$7,10	CEDRO ALTO
conexão		R\$7,10	CEDRO ALTO-SETEMBRO
com linha 2		R\$7,10	RIO CUNHA BAIXO
a partir de		R\$9,90	SÃO JOSÉ
Rio Herta		R\$9,90	GLÓRIA
		R\$9,90	CARAVAGIO
		R\$9,90	DOLORATA
		R\$9,90	TERMINAL - CENTRO
	BARRAGEM PINHAL	R\$7,10	RIO ESPERANÇA
		R\$7,10	CEDRO ALTO
		R\$7,10	CEDRO ALTO-SETEMBRO
		R\$7,10	RIO CUNHA BAIXO
		R\$9,90	SÃO JOSÉ
		R\$9,90	GLÓRIA

		R\$9,90	CARAVAGIO
		R\$9,90	DOLORATA
		R\$9,90	TERMINAL - CENTRO
	ALTO CEDROS - SANTA TEREZINHA	R\$7,10	RIO ESPERANÇA
		R\$7,10	CEDRO ALTO
		R\$7,10	CEDRO ALTO-SETEMBRO
		R\$7,10	RIO CUNHA BAIXO
		R\$9,90	SÃO JOSÉ
		R\$9,90	GLÓRIA
		R\$9,90	CARAVAGIO
		R\$9,90	DOLORATA
		R\$9,90	TERMINAL - CENTRO
	BARRO BRANCO	R\$3,60	RIO ESPERANÇA
		R\$7,10	CEDRO ALTO
		R\$7,10	CEDRO ALTO-SETEMBRO
		R\$7,10	RIO CUNHA BAIXO
		R\$9,90	SÃO JOSÉ
		R\$9,90	GLÓRIA
		R\$9,90	CARAVAGIO
		R\$9,90	DOLORATA
		R\$9,90	TERMINAL - CENTRO
FREQUÊNCIAS			
TRAJETO	FREQUÊNCIA		
1	MATUTINO/VESPERTINO/NOTURNO		
2	MATUTINO/VESPERTINO/NOTURNO		
3	MATUTINO/VESPERTINO		
4	MATUTINO/VESPERTINO		
5	MATUTINO/VESPERTINO		
6	NOTURNO		
7	VESPERTINO		

Art.2º. A tarifa única para transporte escolar passa, a partir de 21/10/2015, a ser de R\$2,09(dois reais e nove centavos).

Art.3º. Ficam mantidas as demais disposições do Decreto nº2.067/2006 e suas alterações.

Art.4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, tendo seus efeitos, na forma da decisão prolatada no processo administrativo decorrente do protocolo nº437/2015, bem como do termo aditivo ao contrato celebrado, a partir das datas acima apregoadas (21/10/2015).

Rio dos Cedros, 21 de Outubro de 2015.

FERNANDO TOMASELLI
Prefeito de Rio dos Cedros

Este Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar,
aos 21 de Outubro de 2015.

MARGARET SILVIA GREITER
Diretora de Gabinete

LEI ORDINÁRIA Nº 1.876, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015 DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI ORDINÁRIA Nº 1.876, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Os munícipes de Rio dos Cedros, por seus representantes aprovam e eu FERNANDO TOMASELLI Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O Orçamento do Município de Rio dos Cedros, para o exercício de 2016, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I as prioridades e metas da administração municipal, extraídas do Plano Plurianual para 2014/2017;
- II a estrutura dos orçamentos;
- III as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município, incluindo suas alterações;
- IV as disposições sobre dívida pública municipal;
- V as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;
- VI as disposições sobre alterações na legislação tributária; e
- VII as disposições gerais.

II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2016, são aquelas definidas nos ANEXOS desta lei, desdobradas nos seguintes demonstrativos:

- Anexo de Metas Fiscais:
- Anexo I – Metas Anuais;
 - Anexo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
 - Anexo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
 - Anexo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;
 - Anexo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
 - Anexo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
 - Anexo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

- Anexo de Metas Físicas priorizadas para 2016:
- Anexo I – Metas Físicas Priorizadas para o Exercício de 2016;

- Anexo de Riscos Fiscais:
- Anexo – Riscos Fiscais e Providenciais.

Parágrafo Único - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2016 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos ANEXOS desta Lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Art. 3º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2016, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as prioridades e metas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

III – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II – ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;
- III – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
- IV – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
- V – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
- VI – unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;
- VII – receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no compartilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;
- VIII – execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;
- IX – execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;
- X – execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º – Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Conjunta 03/2008.

§ 2º – A categoria de programação de trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 5º - O orçamento para o exercício financeiro de 2016 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo e seu Fundo e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

Art. 6º - A Lei Orçamentária para 2016 evidenciará a Receita de cada uma das Unidades Gestoras, em níveis gerencialmente importantes, especificando no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central aquelas vinculadas a fundos, identificando cada rubrica com o Código de Destinação de Recurso; e a Despesa de cada Unidade Gestora, por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, sendo também identificado o código de destinação de recurso, tudo conforme as Portarias MOG nº 42/1999, a Interministerial nº 163/2001 a Portaria Conjunta 03/2008 e suas alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

- I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I da Lei 4.320/64 - Adendo II da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);
- II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II da Lei 4.320/64 - Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);
- III – Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II da Lei 4.320/64 - Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IV – Programa de Trabalho, (Anexo VI da Lei 4.320/64 - Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

V – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 - Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VI – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei 4.320/64 - Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VII – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei 4.320/64 - Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VIII – Demonstrativo da Despesa, classificada até a modalidade de aplicação, segundo cada unidade orçamentária (Adendo IV da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IX – Sumário da Receita por Fontes e da Despesa por Funções (Art. 2º, § 1º, da Lei 4320/64);

§ 1º – O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde que acompanha o Orçamento Geral do Município, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste Artigo.

§ 2º - Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

Art. 7º - A mensagem de encaminhamento do projeto de lei orçamentária conterá:

I – Quadro demonstrativo da evolução da Receita dos exercícios de 2012, 2013 e 2014 previsão para 2015, com justificativa da estimativa para 2016, acompanhado de metodologia e memória de cálculo; (ART. 12, LRF);

II – Quadro demonstrativo da evolução da Despesa nível de função dos exercícios de 2012 a 2014 e fixada para 2015 e 2016;

III – Demonstrativo da Evolução da Despesa realizada no mínimo por Categoria Econômica, dos três últimos exercícios, da fixada para o exercício corrente, bem como da fixada para os exercícios de 2015 e 2016;

IV – Quadro demonstrativo da evolução das receitas correntes líquidas, despesas com pessoal e seu grau de comprometimento;

V – Quadro demonstrativo da dívida fundada por contrato, com identificação dos credores, saldo em 30/06/2014.

Art. 8º - A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" – Ordinários do orçamento fiscal e corresponderá a pelo menos 0,01% da Receita Corrente Líquida prevista.

Art. 9º - A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde será constituída com recursos ordinários ou com recursos das transferências dos SUS, se for o caso.

IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 10º - O Orçamento para o exercício de 2016 e sua execução, obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias, Fundações e Fundos. (ART. 1º, § 1º e ART. 4º, I, "a" da LRF).

Art. 11º - Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central e vinculadas a despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas nos Anexos e Adendos da Unidade Gestora Central definidos no Artigo 4º desta lei.

§ 1º – Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal, serem delegados a servidores municipais.

§ 2º - A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegado pelo Prefeito a servidor Municipal.

Art. 12º - As previsões de receita para o exercício de 2016, observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º A reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

§ 2º A Receita Corrente Líquida será calculada de acordo com disposto no artigo 2º, IV da Lei Complementar 101/00.

Art. 13º - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primários e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montante necessário, observando a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo (ART. 9º da LRF):

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III – Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único – Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 14º – A expansão das despesas obrigatórias, de caráter continuado, não excederão, no exercício de 2016, a 25% da Receita Corrente Líquida apurada no exercício de 2015. (ART. 4º, § 2º da LRF)

Art. 15º – O orçamento da Unidade Gestora Central para o exercício de 2016 contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados a 1% das Receitas Correntes Líquidas previstas, destinados a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme ANEXO II desta lei. (ART. 5º, III "d" da LRF)

§ 1º – Para efeito desta lei, entende-se como eventos fiscais imprevistos, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços da Administração Pública Municipal não orçadas, ou orçadas a menor, e neste caso, mesmo que investimentos.

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a intempéries, passivos contingentes, conforme disposto no ANEXO desta lei, caso não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2016, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para atender eventos fiscais imprevistos, desde que constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias e Proposta Orçamentária para o exercício de 2016.

Art. 16º – Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 17º – O Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira, cronograma mensal de desembolso para suas Unidades Gestoras, bem como o Desdobramento das Metas Bimestrais de Arrecadação. (ART. 8º e 13 da LRF)

Art. 18º – Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2016 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (ART. 8º, § único e 50, I da LRF)

§ 1º – Os recursos de Operações de Crédito, não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, a partir de seu ingresso.

§ 2º - Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, a partir de seu ingresso.

Art. 19º – A transferência de recursos do Tesouro Municipal a título de subvenção social será restrita às entidades sem fins lucrativos, dedicadas à prestação de serviços de assistência social, médica, educacional ou cultural, nos termos da Lei Federal nº. 4.320/64, que comprovem regular exercício de suas atividades no Estado de Santa Catarina, bem como a compatibilidade entre as finalidades estatutárias e o objeto do repasse e dependerá de autorização em lei específica. (ART. 4º, I, “f” da LRF)

§ 1º - Não poderá ser concedida subvenção social, contribuição e/ou auxílio à entidade que esteja em débito com relação a prestação de contas decorrentes de sua responsabilidade.

§ 2º – As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade, segundo TCE/SC. (Art. 70, Parágrafo único da CF)

§ 3º – Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotação na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda, de publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade e de identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

§ 4º - O disposto neste artigo não se aplica às contribuições estatutárias devidas a entidades municipalistas das quais o município for associado.

Art. 20º – Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de cada ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro num exercício não excedam o valor para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (ART. 16, § 3º da LRF)

Art. 21º – Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito. (ART. 45 da LRF)

Art. 22º – Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (ART. 62 da LRF)

Art. 23º – A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2016 a preços correntes.

Art. 24º – Durante a execução orçamentária de 2016, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2016, constantes no Anexo desta lei e alterações posteriores.

Art. 25º – As Destinações de recursos, aprovados na lei orçamentária e em seus créditos, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução do orçamento, por decreto do Poder Executivo.

Art. 26º – A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único – A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação ou elemento para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto-Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (Art. 167, VI da CF).

V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 27º – Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2016.

Art. 28º – As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária e autorizadas por lei específica.

Art. 29º – A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar 101/00 e de conformidade com a Resolução do Senado Federal.

Parágrafo Único – O montante da dívida pública no exercício de 2016 não excederá o limite de 50% das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF)

VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 30º – O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF)

Parágrafo Único – Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2016 ou em créditos adicionais.

Art. 31º – Nos casos de necessidade temporária, de excepcional

interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 22, § único, V da LRF)

Art. 32º – O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 19 e 20 da LRF)

I – eliminação das despesas com horas extras;
II – eliminação de vantagens concedidas a servidores;
III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.
Art. 33º – Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal de Rio dos Cedros ou ainda atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 34º – A verificação dos limites das despesas com pessoal será feita no final de cada semestre. (ART. 63 da LRF).

VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 35º – O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder benefício fiscal aos contribuintes que pagarem seus tributos em parcela única e/ou no prazo de vencimento, ou ainda em dia com suas obrigações tributárias, devendo, nestes casos, ser considerado nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto e atender ao disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 14 da LRF)

Art. 36º – A Dívida Ativa de valor inferior a 1,30 UFM, por contribuinte, não será encaminhada à cobrança judicial, e cancelada mediante autorização legislativa, não se constituindo em renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 14, §3º da Lei Complementar 101/00)

Art. 37º – O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art.14, § 2º da LRF)

VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 38º – O Executivo Municipal enviará até o dia 15/10/2015, a proposta orçamentária à Câmara Municipal, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2015.

§ 1º – A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “Caput” deste artigo.

§ 2º – Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção

até o início do exercício financeiro de 2016, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, em cada mês, até 1/12 das dotações, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º – Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2015, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 39º – Ficam autorizadas as despesas com juros e atualização monetária, por eventual atraso no pagamento de compromissos, decorrente de insuficiência financeira.

Art. 40º – A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas e exercer o seu controle, de forma a demonstrar o custo de cada ação ou serviço, definindo os centros de custos e a forma de apropriação destes, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 41º – Para fins de apuração do valor da despesa de depreciação poderá a Administração Municipal utilizar-se da tabela da Secretaria da Receita Federal e/ou a tabela do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 42º – Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 43º – O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 44º – O Município utilizará a faculdade contida no artigo 63 da Lei Complementar 101/00.

Art. 45º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

Rio dos Cedros, 21 de Outubro de 2015.
FERNANDO TOMASELLI
Prefeito Municipal

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 21 de outubro de 2015.

MARGARET SILVIA GRETTTER
Diretora de Gabinete

LEI ORDINÁRIA Nº 1.875, DE 06 DE OUTUBRO DE 2015. ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES
LEI ORDINÁRIA Nº 1.875, DE 06 DE OUTUBRO DE 2015.**ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES**

FERNANDO TOMASELLI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1º. Ficam anuladas no orçamento vigente, as dotações orçamentárias a seguir demonstradas até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros
04.001 – Serviços Urbanos
015.0452.0030.2006 – Manutenção dos Serviços Urbanos
33900000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários) 20.000,00

04.002 – Setor Rodoviário Municipal
026.0782.0020.2008 – Manutenção dos Serviços Rodoviários
33900000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários) 32.000,00

Total Entidade Prefeitura 52.000,00

Total Geral 52.000,00

Art.2º. Com a soma das anulações do artigo anterior, ficam suplementadas as dotações orçamentárias a seguir demonstradas até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros
04.001 – Serviços Urbanos
017.512.0120.2044 – Manutenção do Programa de Coleta Seletiva de Lixo
33900000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários) 1.500,00

06.001 – Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura
020.606.0110.2028 – Manutenção da Patrulha Agrícola Municipal
33900000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários) 50.500,00

Total Entidade Prefeitura 52.000,00

Total Geral 52.000,00

Art.3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio dos Cedros, 06 de outubro de 2015.
FERNANDO TOMASELLI
Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 06 de outubro de 2015.

MARGARET SILVIA GRETTER
Diretora de Gabinete

Salto Veloso

PREFEITURA

PORTARIA Nº 003 DE 23/06/2010

PORTARIA Nº003 DE 23/06/2010.

Autoriza a Averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS sob o nº 20022080.1.00027/08-3, nos assentos funcionais da servidora MIRIAM ANA RECH DA LUZ, detentor (a) da matrícula nº041 e do cargo de provimento de Auxiliar de Escritório, e dá outras providências.

PEDRINHO ANSILIEIRO, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art.1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais da servidora MIRIAM ANA RECH DA LUZ, detentora da matrícula nº041 e do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Escritório, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS sob o nº 20022080.1.00027/08-3, para fins de concessão de aposentadoria por tempo de contribuição.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Salto Veloso – SC, 23 de Junho de 2010.

PEDRINHO ANSILIERO

PREFEITO MUNICIPAL

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

PORTARIA Nº 170/2015 LICENÇA PREMIO CENIRA P. OLIVEIRA

PORTARIA Nº 170/2015

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Concede licença prêmio de 03 (três) meses à funcionária CENIRA PEREIRA DE OLIVEIRA, matrículas nº 53/1 e 147/3, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora do Ensino Fundamental, com carga horária de 20 horas semanais cada matrícula, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o que dispõe o art. 73, da Lei Complementar nº 10 de 16 de dezembro de 2009, iniciando-se em 21 de Outubro de 2015 e terminando em 18 de janeiro de 2016, conforme requerimento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, 21 de Outubro de 2015.

Santa Terezinha do Progresso, SC, 21 de Outubro de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1300/5

Santiago do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 267/2015 - DE 20 DE OUTUBRO DE 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 267/2015 - DE 20 DE OUTUBRO DE 2015.

Decreta ponto facultativo para todos os Servidores Públicos Municipais e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul,

DECRETA:

Art. 1º Fica Decretado PONTO FACULTATIVO em todo território Municipal no dia 30 de outubro de 2015, sexta-feira, pela comemoração do Dia do Funcionário Público.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 20 de outubro de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº 269/2015 - DE 21 DE OUTUBRO DE 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 269/2015 - DE 21 DE OUTUBRO DE 2015.

Exonera o Servidor Público Municipal LEONOAR PAULINO COMACHIO e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso II, do Art. 34, da Lei Complementar nº 009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado por interesse público, a partir de 31 de outubro de 2015, o Servidor LEONOAR PAULINO COMACHIO, nomeado através do Decreto Nº 021/2014 de 03 de fevereiro de 2014, ocupante do Cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, Grupo 06, Código 06.03, Nível CC-4 da Lei Municipal Nº 782/2015, de 09 de Junho de 2015 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,

em 21 de outubro de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº 270/2015 - DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO Nº 270/2015 - DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

Dispõe sobre a readaptação do Servidor Municipal VALCIR NARDI, e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e em conformidade com o Art. 22 da Lei Complementar Municipal nº 009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores),

DECRETA:

Art. 1º Readapta, em caráter provisório, o servidor municipal VALCIR NARDI, ocupante do cargo de OPERADOR DE MÁQUINA I, Grupo 2 (Serviços Operacionais – SOP) Nível 27, Código 02.07, Anexo I da Lei Municipal nº 782/2015, de 09 de junho de 2015, com lotação na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas atribuições com a observância do disposto no Atestado de Saúde Ocupacional – ASO anexo que o considerou apto, com restrições, sobretudo no que se refere a restrição de evitar carregar peso e flexo-extensão da coluna lombar.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de novembro de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 21 de outubro de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº263/2015 – DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº263/2015 – DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no item III do Art. 6º da Lei Municipal Nº759/2014, de 28 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº759/2014 de 28/11/2014, no valor de R\$ 27.300,00 (Vinte e sete mil e trezentos reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 06.00 – SEC. MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 06.01 – Sec. Munic. de Obras e Serviços Públicos
Função: 15 – Urbanismo
Sub-Função: 451 – Infra-Estrutura Urbana
Programa: 0021 – SANTIAGO – VIVER MELHOR
Ação: 1.028 – Pavimentação de Ruas
Projeto: 1.028 – Pavimentação de Ruas
Natureza da Despesa: 4.4.90.00 – D.R. 0.3.00– Aplicações Diretas
..... R\$ 27.300,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários - Exerc. Anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 09 de Outubro de 2015.

Registrado e Publicado em data supra

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal
Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora da Secr. de Administração e Finanças

DECRETO Nº264/2015 – DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº264/2015 – DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde - FMS e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no item III do Art. 6º da Lei Municipal Nº759/2014, de 28 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde – FMS, Lei Municipal Nº759/2014 de 28/11/2014, no valor de R\$ 7.000,00 (Sete mil

reais), conforme discriminação abaixo:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde - FMS
Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social
Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS
Função: 10 – Saúde
Sub-Função: 301 – Atenção Básica
Programa: 0014 – SAÚDE COM QUALIDADE
Ação: 2.029 – Manut. Atividades Transporte de Pacientes
Atividade: 2.029 – Manut. Atividades Transporte de Pacientes
Natureza da Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.02 -Aplicações Diretas
..... R\$ 7.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários - Exerc. Anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 09 de outubro de 2015.

Tadeu Paulo Toazza
Gestor do FMS
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora Depto. Secr.Administração e Finanças

DECRETO Nº265/2015 – DE 09 DE OUTUBRO DE 2015

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado pela Lei Municipal N.797/2015 de 09 de outubro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos créditos adicionais suplementares no orçamento do Município, Lei Municipal Nº759/2014, de 28 de novembro de 2014, no valor de R\$ 58.000,00 (Cinquenta e oito mil reais), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 06.00 – SECR. MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 06.01 – Sec. Munic. de Obras e Serviços Públicos
Função: 26 – Transporte
Sub-Função: 782 – Transporte Rodoviário
Programa: 0023 – PRÓ VIAS
Ação: 2.053 – Manut. Atividades – Estradas Vicinais
Atividade: 2.053 – Manut. Atividades – Estradas Vicinais
Natureza da Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.1.00 – Aplicações Diretas
..... R\$ 53.000,00

Órgão: 05.00 – SECR. MUNIC. DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 05.02 – Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

Função: 08 – Assistência Social
 Sub-Função: 244 – Assistência Comunitária
 Programa: 0015 – GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 Ação: 2.038 – Manut. Atividades de Assistência Social
 Atividade: 2.038 – Manut. Atividades de Assistência Social
 Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.1.00 – Aplicações Diretas
 R\$ 5.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo anterior, serão provenientes da anulação das dotações discriminadas a seguir:

Órgão: 05.00 – SECR. MUNIC. DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
 Unidade Orçamentária: 05.02 – Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
 Função: 08 – Assistência Social
 Sub-Função: 243 – Assistência à Criança e ao Adolescente
 Programa: 0016 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
 Ação: 1.018 – Aquisição de Móveis e Equipamentos p/ Cras
 Projeto: 1.018 – Aquisição de Móveis e Equipamentos p/ Cras
 Natureza de Despesa: 4.4.90.00 – D.R. 0.1.00 – Aplicações Diretas
 R\$ 5.000,00

Órgão: 06.00 – SECR. MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
 Unidade Orçamentária: 06.01 – Secr. Munic. de Obras e Serviços Públicos
 Função: 17 – Saneamento
 Sub-Função: 512 – Saneamento Básico Urbano
 Programa: 0021 – SANTIAGO – VIVER MELHOR
 Ação: 1.024 – Const. Obra Destino e Tratamento do Esgoto
 Projeto: 1.024 – Const. Obra Destino e Tratamento do Esgoto
 Natureza de Despesa: 4.4.90.00 – D.R. 0.1.00 – Aplicações Diretas
 R\$ 1.000,00

Órgão: 06.00 – SECR. MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
 Unidade Orçamentária: 06.01 – Secr. Munic. de Obras e Serviços Públicos
 Função: 17 – Saneamento
 Sub-Função: 512 – Saneamento Básico Urbano
 Programa: 0021 – SANTIAGO – VIVER MELHOR
 Ação: 1.025 – Const. e Ampliação de Rede Águas Pluviais
 Projeto: 1.025 – Const. e Ampliação de Rede Águas Pluviais
 Natureza de Despesa: 4.4.90.00 – D.R. 0.1.00 – Aplicações Diretas
 R\$ 3.000,00

Órgão: 06.00 – SECR. MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
 Unidade Orçamentária: 06.01 – Secr. Munic. de Obras e Serviços Públicos
 Função: 15 – Urbanismo
 Sub-Função: 451 – Infra – Estrutura Urbana
 Programa: 0021 – SANTIAGO – VIVER MELHOR
 Ação: 1.027 – Const. e Ampliação Rede de Energia Elétrica
 Projeto: 1.027 – Const. e Ampliação Rede de Energia Elétrica
 Natureza de Despesa: 4.4.90.00 – D.R. 0.1.00 – Aplicações Diretas
 R\$ 10.000,00

Órgão: 06.00 – SECR. MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
 Unidade Orçamentária: 06.01 – Secr. Munic. de Obras e Serviços Públicos
 Função: 15 – Urbanismo
 Sub-Função: 451 – Infra – Estrutura Urbana
 Programa: 0021 – SANTIAGO – VIVER MELHOR
 Ação: 1.031 – Ponte Lajeado Barra Grande/Rua Beira Rio
 Projeto: 1.031 – Ponte Lajeado Barra Grande/Rua Beira Rio
 Natureza de Despesa: 4.4.90.00 – D.R. 0.1.00 – Aplicações Diretas
 R\$ 1.000,00

Órgão: 06.00 – SECR. MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
 Unidade Orçamentária: 06.01 – Secr. Munic. de Obras e Serviços

Públicos
 Função: 15 – Urbanismo
 Sub-Função: 451 – Infra – Estrutura Urbana
 Programa: 0021 – SANTIAGO – VIVER MELHOR
 Ação: 1.032 – Const. Portais da Cidade
 Projeto: 1.032 – Const. Portais da Cidade
 Natureza de Despesa: 4.4.90.00 – D.R. 0.1.00 – Aplicações Diretas
 R\$ 5.000,00

Órgão: 06.00 – SECR. MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
 Unidade Orçamentária: 06.01 – Secr. Munic. de Obras e Serviços Públicos
 Função: 22 – Indústria
 Sub-Função: 661 – Promoção Industrial
 Programa: 0022 – PRÓ EMPREGO
 Ação: 1.033 – Const. Reforma e Ampliação Pavilhões Industriais
 Projeto: 1.033 – Const. Reforma e Ampliação Pavilhões Industriais
 Natureza de Despesa: 4.4.90.00 – D.R. 0.1.00 – Aplicações Diretas
 R\$ 1.000,00

Órgão: 06.00 – SECR. MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
 Unidade Orçamentária: 06.01 – Secr. Munic. de Obras e Serviços Públicos
 Função: 22 – Indústria
 Sub-Função: 661 – Promoção Industrial
 Programa: 0022 – PRÓ EMPREGO
 Ação: 1.034 – Máquinas e Equipamentos p/ Incentivo à Indústria
 Projeto: 1.034 – Máquinas e Equipamentos p/ Incentivo à Indústria
 Natureza de Despesa: 4.4.90.00 – D.R. 0.1.00 – Aplicações Diretas
 R\$ 1.000,00

Órgão: 06.00 – SECR. MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
 Unidade Orçamentária: 06.01 – Secr. Munic. de Obras e Serviços Públicos
 Função: 22 – Indústria
 Sub-Função: 661 – Promoção Industrial
 Programa: 0022 – PRÓ EMPREGO
 Ação: 2.051 – Programa Geração de Emprego e Renda
 Atividade: 2.051 – Programa Geração de Emprego e Renda
 Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.1.00 – Aplicações Diretas
 R\$ 1.000,00

Órgão: 06.00 – SECR. MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
 Unidade Orçamentária: 06.01 – Secr. Munic. de Obras e Serviços Públicos
 Função: 22 – Indústria
 Sub-Função: 661 – Promoção Industrial
 Programa: 0022 – PRÓ EMPREGO
 Ação: 2.052 – Manut. de Instalações Industriais
 Atividade: 2.052 – Manut. de Instalações Industriais
 Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.1.00 – Aplicações Diretas
 R\$ 5.000,00

Órgão: 06.00 – SECR. MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
 Unidade Orçamentária: 06.01 – Secr. Munic. de Obras e Serviços Públicos
 Função: 26 – Transporte
 Sub-Função: 782 – Transporte Rodoviário
 Programa: 0023 – PRÓ VIAS
 Ação: 1.035 – Aquisição de Máquinas, Equipamentos Rodoviários
 Projeto: 1.035 – Aquisição de Máquinas, Equipamentos Rodoviários
 Natureza de Despesa: 4.4.90.00 – D.R. 0.1.00 – Aplicações Diretas
 R\$ 10.000,00

Órgão: 06.00 – SECR. MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
 Unidade Orçamentária: 06.01 – Secr. Munic. de Obras e Serviços Públicos
 Função: 26 – Transporte
 Sub-Função: 782 – Transporte Rodoviário

Programa: 0023 – PRÓ VIAS
Ação: 1.037 – Aquisição de Móveis e Equipamentos
Projeto: 1.037 – Aquisição de Móveis e Equipamentos
Natureza de Despesa: 4.4.90.00 – D.R. 0.1.00 – Aplicações Diretas
..... R\$ 5.000,00

Órgão: 06.00 – SECR. MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 06.01 – Secr. Munic. de Obras e Serviços Públicos
Função: 26 – Transporte
Sub-Função: 782 – Transporte Rodoviário
Programa: 0023 – PRÓ VIAS
Ação: 1.039 – Pavimentação de Rodovias Vicinais
Projeto: 1.039 – Pavimentação de Rodovias Vicinais
Natureza de Despesa: 4.4.90.00 – D.R. 0.1.00 – Aplicações Diretas
..... R\$ 5.000,00

Órgão: 06.00 – SECR. MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 06.01 – Secr. Munic. de Obras e Serviços Públicos
Função: 15 – Urbanismo
Sub-Função: 451 – Infra – Estrutura Urbana
Programa: 0021 – SANTIAGO – VIVER MELHOR
Ação: 1.048 – Revitalização de Praças Municipais
Projeto: 1.048 – Revitalização de Praças Municipais
Natureza de Despesa: 4.4.90.00 – D.R. 0.1.00 – Aplicações Diretas
..... R\$ 1.000,00

Órgão: 06.00 – SECR. MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 06.01 – Secr. Munic. de Obras e Serviços Públicos
Função: 15 – Urbanismo
Sub-Função: 451 – Infra – Estrutura Urbana
Programa: 0021 – SANTIAGO – VIVER MELHOR
Ação: 1.049 – Const. de Casa Mortuária
Projeto: 1.049 – Const. de Casa Mortuária
Natureza de Despesa: 4.4.90.00 – D.R. 0.1.00 – Aplicações Diretas
..... R\$ 1.000,00

Órgão: 06.00 – SECR. MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 06.01 – Secr. Munic. de Obras e Serviços Públicos
Função: 15 – Urbanismo
Sub-Função: 451 – Infra – Estrutura Urbana
Programa: 0021 – SANTIAGO – VIVER MELHOR
Ação: 1.051 – Construção e Ampliação da Iluminação Pública
Projeto: 1.051 – Construção e Ampliação da Iluminação Pública
Natureza de Despesa: 4.4.90.00 – D.R. 0.1.00 – Aplicações Diretas
..... R\$ 1.000,00

Órgão: 06.00 – SECR. MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 06.01 – Secr. Munic. de Obras e Serviços Públicos
Função: 17 – Saneamento
Sub-Função: 512 – Saneamento Básico Urbano
Programa: 0021 – SANTIAGO – VIVER MELHOR
Ação: 2.064 – Manut. das Atividades do Saneamento Básico
Atividade: 2.064 – Manut. das Atividades do Saneamento Básico
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.1.00 – Aplicações Diretas
..... R\$ 1.000,00

Órgão: 06.00 – SECR. MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 06.01 – Secr. Munic. de Obras e Serviços Públicos
Função: 23 – Comércio e Serviços
Sub-Função: 695 – Turismo
Programa: 0022 – PRÓ EMPREGO
Ação: 2.067 – Programa de Apoio ao Turismo
Atividade: 2.067 – Programa de Apoio ao Turismo

Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.1.00 – Aplicações Diretas
..... R\$ 1.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 09 de outubro de 2015.
Registrado e Publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Diretora da Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Prefeito Municipal

DECRETO Nº266/2015 – DE 16 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº266/2015 – DE 16 DE OUTUBRO DE 2015.
Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no item III do Art. 6º da Lei Municipal Nº759/2014, de 28 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº759/2014 de 28/11/2014, no valor de R\$ 970,00 (Novecentos e setenta reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 07.00 – SEC. MUNIC. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade Orçamentária: 07.01 – Sec. Munic. de Agricultura e Meio Ambiente
Função: 20 – Agricultura
Sub-Função: 606 – Extensão Rural
Programa: 0024 – ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL
Ação: 2061 – Programa de Inseminação Artificial
Atividade: 2.061 – Programa de Inseminação Artificial
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.00 – Aplicações Diretas
..... R\$ 970,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários - Exerc. Anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 16 de Outubro de 2015.

Registrado e Publicado em data supra

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal
Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora da Secr. de Administração e Finanças

DECRETO Nº268/2015 – DE 20 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº268/2015 – DE 20 DE OUTUBRO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no item III do Art. 6º da Lei Municipal Nº759/2014, de 28 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº759/2014 de 28/11/2014, no valor de R\$ 780,00 (Setecentos e Oitenta reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 04.00 – SECR. MUNIC. DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 04.01 – Secr. Munic. Educação, Cultura e Esportes

Função: 13 – Cultura

Sub-Função: 392 – Difusão Cultural

Programa: 0012 – RESGATE E PRESERVAÇÃO DA CULTURA

Ação: 2.024 – Apoio a Eventos Culturais, Tradicionais e Gastronômicos

Atividade: 2.024 – Apoio a Eventos Culturais, Tradicionais e Gastronômicos

Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.00– Aplicações Diretas R\$ 780,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários - Exerc. Anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 20 de Outubro de 2015.

Registrado e Publicado em data supra

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Diretora da Secr. de Administração e Finanças

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº007/2015 AUDIÊNCIA PÚBLICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº007/2015

CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em atendimento ao Art.9º, 4º da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e de conformidade com a Lei Municipal nº 162/2001, de 23 de abril de 2001, convoca a população em geral, bem como todas as entidades civis organizadas,

a participarem da Audiência Pública, para apresentação e aprovação da LOA 2016 – Lei Orçamentária Anual.

Local: Centro de Múltiplo Uso

Data: 12 de Novembro de 2015

Horário: 14:00 horas

Santiago do Sul (SC), em 22 de outubro de 2015.

Volmir Antonio Sotille

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 103/2015 - DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº 103/2015 - DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

Interrompe Férias do Servidor Público Municipal GERSON CARLOS RISSARDO e dá Outras Providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 68, da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º INTERROMPER as férias do Servidor Público Municipal GERSON CARLOS RISSARDO, ocupante do Cargo de FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA, Lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, a partir do dia 14 de outubro de 2015, para realizar trabalhos necessários junto a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Parágrafo Único. Fica o servidor autorizado a gozar 17 (Dezesse) Dias consecutivos de férias concedidas pela Portaria Nº 099/2015, de 18 de setembro de 2015 quando desejar, mediante emissão de nova Portaria para complementação do período de gozo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 13 de outubro de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Diretora de Departamento/Sec. Administração

PORTARIA Nº 105/2015 - DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº 105/2015 - DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

Interrompe Férias do Servidor Público Municipal KAULY EMERSON BATISTI GUEDES e dá Outras Providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 68, da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º INTERROMPER as férias do Servidor Público Municipal KAULY EMERSON BATISTI GUEDES, ocupante do Cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, Lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a partir do dia 16 de outubro de 2015, para realizar trabalhos necessários junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Parágrafo Único. Fica o servidor autorizado a gozar 25 (vinte e cinco) Dias consecutivos de férias concedidas pela Portaria Nº098/2015, de 18 de setembro de 2015 quando desejar, mediante emissão de nova Portaria para complementação do período de gozo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 15 de outubro de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

PORTARIA Nº106/2015 - DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº106/2015 - DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

Autoriza a Servidora Municipal ANA LUCI SAGAS NUNES a ausentar-se do Serviço Público e dá Outras Providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a ausentar-se do Serviço Público a Servidora Pública Municipal ANA LUCI SAGAS NUNES, ocupante do Cargo em comissão de COORDENADORA DE DEPARTAMENTO, carga horária de tempo integral, nomeada através do Decreto nº194/2015, de 20 de Julho de 2015, Lotada na Secretaria Municipal de Administração

e Finanças, pelo período de 04 (quatro) dias, ou seja, no período de 16 de outubro de 2015 a 19 de outubro de 2015, para tratar de interesses particulares.

Parágrafo Único. A servidora deverá compensar os dias em que esteve ausente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 15 de outubro de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

PORTARIA Nº107/2015 - DE 19 DE OUTUBRO DE 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº107/2015 - DE 19 DE OUTUBRO DE 2015.

Complementa Férias Interrompidas do Servidor Público Municipal KAULY EMERSON BATISTI GUEDES.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º COMPLEMENTAR AS FÉRIAS INTERROMPIDAS do Servidor Público Municipal KAULY EMERSON BATISTI GUEDES, ocupante do Cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, Lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a partir do dia 19 de Outubro de 2015 à 12 de Novembro de 2015.

Parágrafo Único. Fica o servidor autorizado a gozar 25 (Vinte e cinco) Dias consecutivos de férias interrompidas pela Portaria Nº105/2015, de 15 de Outubro de 2015, sem perceber remuneração das mesmas por já ter sido pagas na época.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,

em 19 de outubro de 2015.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

PORTARIA Nº108/2015 - DE 20 DE OUTUBRO DE 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº108/2015 - DE 20 DE OUTUBRO DE 2015.

Complementa Férias Interrompidas do Servidor Público Municipal
GERSON CARLOS RISSARDO.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º COMPLEMENTAR AS FÉRIAS INTERROMPIDAS do Servidor Público Municipal GERSON CARLOS RISSARDO, ocupante do Cargo de FISCAL DE VIGILANCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA, Lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, a partir do dia 20 de Outubro de 2015 à 05 de Novembro de 2015.

Parágrafo Único. Fica o servidor autorizado a gozar 17 (Dzessete) Dias consecutivos de férias interrompidas pela Portaria Nº103/2015, de 13 de Outubro de 2015, sem perceber remuneração das mesmas por já ter sido pagas na época.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 20 de outubro de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

PORTARIA Nº109/2015 - DE 20 DE OUTUBRO DE 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº109/2015 - DE 20 DE OUTUBRO DE 2015.

Concede Férias a Servidora Pública Municipal JOZIANE CATIA GROLI PALUDO.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com os Artigos 60 e 65 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a Servidora Pública Municipal JOZIANE CATIA GROLI PALUDO, ocupante do Cargo de TESOUREIRA, Lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, 20 (vinte) dias de férias, relativas ao Período Aquisitivo de 03 de Março de 2014 a 02 de Março de 2015, a serem gozadas no período de 11 de Novembro de 2015 a 30 de Novembro de 2015.

Art. 2º CONVERTER 1/3 (um terço) das Férias em Abono Pecuniário, conforme requerimento em anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 20 de Outubro de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

PORTARIA Nº110/2015 - DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº110/2015 - DE 20 DE OUTUBRO DE 2015.

Autoriza o Servidor Municipal PEDRO LUIS PACAZZA a ausentar-se do Serviço Público e dá Outras Providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a ausentar-se do Serviço Público o Servidor Público Municipal PEDRO LUIS PACAZZA, ocupante do Cargo de MOTORISTA, Lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, pelo período de 03 (três) dias, ou seja, no período de 20 de outubro de 2015 a 22 de outubro de 2015, para participar em Curso de Formação de Vereadores, promovido pela Associação de Câmaras Municipais do Noroeste de Santa Catarina (ACANOR), realizado na cidade de Florianópolis-SC.

Parágrafo Único. Será descontado em folha os dias em que o servidor esteve ausente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 20 de outubro de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

PORTARIA Nº111/2015 - DE 20 DE OUTUBRO DE 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº111/2015 - DE 20 DE OUTUBRO DE 2015.
Concede Férias ao Servidor Público Municipal CLAUDECIR TREVISOL.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER ao Servidor Público Municipal CLAUDECIR TREVISOL, ocupante do Cargo em Comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL, Lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 04 de Novembro de 2014 à 03 de Novembro de 2015 à serem Gozadas no período de 01 de novembro de 2015 à 30 de novembro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 20 de outubro de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

PORTARIA Nº112/2015 - DE 20 DE OUTUBRO DE 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº112/2015 - DE 20 DE OUTUBRO DE 2015.
Autoriza a Servidora Municipal ODETE FERREIRA DOS SANTOS RISSARDO a ausentar-se do Serviço Público e dá Outras Providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a ausentar-se do Serviço Público a Servidora Pública Municipal ODETE FERREIRA DOS SANTOS RISSARDO, ocupante do Cargo de ORIENTADOR SOCIAL DE ARTES E ARTESANATO – NÃO HABILITADO - ACT, Lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social/CRAS, pelo período de 03 (três) dias, ou seja, no período de 20 de outubro de 2015 a 22 de outubro de 2015, para participar em Curso de Formação de Vereadores, promovido pela Associação de Câmaras Municipais

do Noroeste de Santa Catarina (ACANOR), realizado na cidade de Florianópolis-SC.

Parágrafo Único. Será descontado em folha os dias em que a servidora esteve ausente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 20 de outubro de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

PORTARIA Nº113/2015 - DE 21 DE OUTUBRO DE 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº113/2015 - DE 21 DE OUTUBRO DE 2015.
Concede Férias ao Servidor Público Municipal VALDECIR JOSÉ LORENZETTI.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER ao Servidor Público Municipal VALDECIR JOSÉ LORENZETTI, ocupante do Cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS I, Lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 20 de Outubro de 2014 à 19 de Outubro de 2015 à serem Gozadas no período de 01 de novembro de 2015 à 30 de novembro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 21 de outubro de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

PORTARIA Nº 104/2015 - DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

PORTARIA Nº 104/2015 - DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

Prorroga a instauração de Sindicância, nomeia Comissão Especial e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 116 e seguintes da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogada a Instauração do Processo de Sindicância com o objetivo de apurar, avaliar e levantar outras informações relevantes, bem como apurar os possíveis responsáveis, sobre os fatos que envolvem supostas irregularidades nas despesas com o equipamento Caminhão Caçamba F1400, placa LYN 3016, patrimônio nº 805, ano 1988 de propriedade do Município, nos anos de 2014 e 2015, assim como as despesas com os demais equipamentos objeto de questionamento da Câmara Municipal de Vereadores conforme Ofício nº 071/2015 anexo, nomeando comissão especial para conduzir os trabalhos, composta pelos seguintes membros:

- I – Vanderlei Paulo Backes – Presidente;
- II – Odair José Prati – Membro;
- III – Vanderli José Pedrotti – Membro;
- IV – Tatiane Chimello– Membro.

Art. 2º A Comissão nomeada deverá concluir os trabalhos no prazo de 30 (trinta) dias, oportunizando ampla defesa aos possíveis envolvidos.

Art. 3º Os serviços da Comissão ora instituída, são considerados de caráter relevante, não sendo atribuído aos seus membros qualquer remuneração.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 089/2015 de 08 de setembro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 15 de outubro de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE.

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Diretora de Departamento/Sec. Administração

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 14/2015 FC

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO Nº 14/2015
Resumido do Pregão Presencial Nº 14/2015
FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL
MENOR PREÇO POR ITEM

A Fundação Cultural de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, através de seu Presidente Robson Rodrigues da Silva e da Pregoeira Municipal, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 10.520/02 de 17/07/2002 e 8.666/93 de 21/06/1993 e suas alterações, que receberá até às 08:30 horas do dia 06/11/2015, na sede da Prefeitura Municipal, rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE GRUPOS DE DANÇAS FOLCLÓRICAS LOCAIS E DE OUTROS MUNICÍPIOS PARA APRESENTAÇÃO NO FESTIVAL DO FOLCLORE DE SÃO BENTO DO SUL, REFERENTE CONVÊNIO 789346/2013 FIRMADO COM O IPHAN, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I DO EDITAL.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo na Fundação Cultural de São Bento do Sul, no Largo Hugo Fischer, 33 – Centro, no horário das 07:30h às 17:00h. Ou ainda pelo site, no endereço: www.saobentodosul.sc.gov.br.

São Bento do Sul, 20 de outubro de 2015.
ROBSON RODRIGUES DA SILVA
Presidente da Fundação Cultural de São Bento do Sul

JOCEMARI TELMA TEIXEIRA
Pregoeira Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 15/2015 FC

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO Nº 15/2015
Resumido do Pregão Presencial Nº 15/2015
FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL
MENOR PREÇO POR ITEM

A Fundação Cultural de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, através de seu Presidente Robson Rodrigues da Silva e da Pregoeira Municipal, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 10.520/02 de 17/07/2002 e 8.666/93 de 21/06/1993 e suas alterações, que receberá até às 13:30 horas do dia 06/11/2015, na sede da Prefeitura Municipal, rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PARA JANTAR TIPO BUFFET LIVRE COM SUCO, PARA OS INTEGRANTES DOS GRUPOS FOLCLÓRICOS EM APRESENTAÇÃO NO FESTIVAL DO FOLCLORE DE SÃO BENTO DO SUL, REFERENTE CONVÊNIO 789346/2013 FIRMADO COM O IPHAN, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I DO EDITAL.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo na Fundação Cultural de São Bento do Sul, no Largo Hugo Fischer, 33 – Centro, no horário das 07:30h às 17:00h. Ou ainda pelo site, no endereço: www.saobentodosul.sc.gov.br.

São Bento do Sul, 20 de outubro de 2015.
ROBSON RODRIGUES DA SILVA
Presidente da Fundação Cultural de São Bento do Sul

JOCEMARI TELMA TEIXEIRA
Pregoeira Municipal

DECRETO Nº 1112/2015

DECRETO Nº 1112, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015

DESIGNA AUTORIDADE COMPETENTE, PARA O EXERCÍCIO DE 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Presidente da Fundação Cultural de São Bento do Sul, Robson Rodrigues da Silva, como "Autoridade Competente", no que diz respeito aos vários atos que deverão ser praticados nas licitações modalidade Pregão, na Fundação Cultural de São Bento do Sul, para a aquisição e contratação de Bens e Serviços Comuns, de acordo com a Lei Federal nº 10.520/02 e demais dispositivos legais pertinente.

Art. 2º Caberá à autoridade designada:

- Determinar, justificadamente, a abertura do Pregão, definir o objeto da contratação e as demais condições de participação e de contratação;
- Designar o pregoeiro e a equipe de apoio;
- Decidir os recursos interpostos contra os atos do pregoeiro;
- Promover o devido controle hierárquico;
- Homologar o resultado do Pregão;
- Promover a contratação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de outubro de 2015.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

LEI Nº 3589/2015

LEI Nº 3589, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015.

REFORMA ADMINISTRATIVA - ALTERA AS LEIS Nºs 508/1995, 202/1997, 56/2001, 62/2001, 474/2002, 1718/2006, 2893/2011 E 2966/2012, E, SEUS RESPECTIVOS ANEXOS. INTRODUZ MODIFICAÇÕES E CONSOLIDA A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, PARA ALTERAR CARGOS E INSERIR DESCRIÇÕES DAS FUNÇÕES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal

Faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alterados os itens "1" e "2" do inciso IV, o inciso V, o inciso VII, e, os incisos VI, VII e XI do parágrafo único, todos do artigo 4º da Lei nº 62/2001, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º ...

IV - ...

1. Assessoria de imprensa e Relacionamento com a Mídia, ASSERM
2. Assessoria de Divulgação e Cerimonial, ASSEDIC;".

"V - Departamento de Controle Interno – DECIN;".

"VII – Assessoria Executiva e Apoio Operacional do Gabinete – ASSAOG;
Parágrafo Único...

VI - 01 (um) cargo comissionado de Assessor de Imprensa e Relacionamento com a Mídia, com nível remuneratório "CC-4", descrito no Anexo XV desta lei;

VII - 01 (um) cargo comissionado de Assessor de Divulgação e Cerimonial, com nível remuneratório "CC-4", descrito no Anexo XV desta lei;

....

XI - 01 (um) cargo comissionado de Assessor Executivo de Apoio Operacional ao Gabinete, com nível remuneratório "CC-4", descrito no Anexo XV desta lei;".

Art. 2º. Dá nova redação aos incisos, II, III, IV e V, e altera o item "1", da letra "c", do inciso III, todos do art. 5º, da Lei nº 62/2001;

"Art. 5º - ...

II - Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN, que conta com as seguintes unidades subordinadas:

a) Departamento da Receita - DERE - que conta com a seguinte unidade subordinada:

- 1) Divisão de Arrecadação - DIVAR;
- 2) Revogado.

b) Departamento de Contabilidade - DECON - que conta com a seguinte unidade subordinada:

- 1) Revogado.
- 2) Divisão de Tesouraria - DITES;

III - Secretaria Municipal de Administração - SECAD, que conta com as seguintes unidades subordinadas:

a) Departamento de Suprimento e Patrimônio - DESUP, que conta com as seguintes unidades subordinadas:

- 1) Divisão de Compras - DICOM
- 2) Divisão de Patrimônio - DIPAT
- 3) Divisão de Controle de Frota – DIFROT
- 4) Divisão de Vigilância Patrimonial - DIVIP
- b) ...

c) Departamento de Tecnologia da Informação - DETIN que conta com as seguintes unidades subordinadas:

- 1) Divisão da Tecnologia e Informação – DITI".

"IV - Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo - SEPLU, que conta com as seguintes unidades subordinadas:

a) Revogado.

b) Departamento de Urbanismo - DEURB, que conta com as seguintes unidades subordinadas:

- 1) Divisão de Fiscalização – DFISC
- 2) Divisão de Cartografia e Legislação – DICAL

c) Departamento de Projetos - DEPRO que conta com as seguintes unidades subordinadas:

- 1) Divisão de Obras Civas – DIVOC
- 2) Divisão de Obras Viárias, Pavimentação Comunitária e Projetos Especiais – DIOPE;
- d) Revogado

e) Departamento de Trânsito Urbano - DETRU, que conta com as seguintes unidades subordinadas:

- 1) Divisão Administrativa e Processos – DIAPRO
- 2) Divisão de Análise e Controle do Trânsito Urbano – DITRU;
- f) Departamento de Acompanhamento de Convênios - DEAC;".

"V - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo - SECON, que conta com as seguintes unidades subordinadas:

a) Departamento de Indústria e Comércio - DEICO - que conta com a seguinte unidade subordinada:

1. Divisão de Empregos e Rendas - SINE - como unidade subordinada;
- b) Revogado

c) Departamento de Turismo - DETUR, que conta com as seguintes unidades subordinadas:

1. Divisão de Turismo - DITUR
2. Divisão de Eventos e Promoções - DIEPR

d) Departamento de Proteção ao Consumidor - PROCON;”.

Art. 3º. Dá nova redação ao inciso II, do art. 6º, da lei 62/2001;

“Art. 6º ...

II - Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, que conta com o Conselho Municipal de Saúde e o Fundo Municipal de Saúde e das seguintes unidades subordinadas:

a) Departamento de Gestão Administrativa - DEGAD; que conta com as seguintes unidades subordinadas:

- 1) Divisão de Planejamento, Controle, Gestão e Projetos - DIPLAC;
- 2) Divisão de Apoio Operacional - DIOP;

b) Departamento de Vigilância à Saúde - DEVIS; que conta com as seguintes unidades subordinadas:

- 1) Divisão de Vigilância Sanitária - DIVIS;
- 2) Divisão de Vigilância Epidemiológica e Ambiental - DIVEP;

c) Departamento de Atenção de Saúde - DESAU; que conta com as seguintes unidades subordinadas:

- 1) Divisão de Atenção à Saúde Mental - DIASME;
- 2) Divisão de Tratamento da Saúde Fora do Domicílio - DITSFD;
- 3) Divisão de Assistência Farmacêutica - DIFARM;”.

Art. 4º. Ficam alteradas as letras, a, b e c do inciso III, as letras b e c, do inciso V, todos do art. 6º, da lei 62/2001, que passa a contar com a seguinte redação, bem como, dá nova redação ao inciso IV, suas letras e itens do mesmo artigo:

“Art. 6º ...

III - ...

a) Departamento de Administração - DEAD, que conta com as seguintes unidades subordinadas:

1. Divisão de Iluminação Pública – DILUP;
2. Divisão de Garagem e Oficina – DIGAR;
3. Divisão de Transportes e Trânsito – DITRA;

b) Departamento de Serviços Urbanos – DESUR, que conta com as seguintes unidades subordinadas:

1. Divisão de Praças, Parques e Cemitérios - DIPAC
2. Divisão de Limpeza Pública - DILIP

c) Departamento de Obras e Manutenção - DEPOM, que conta com as seguintes unidades subordinadas:

1. Divisão de Obras Viárias - DIVOV
2. Divisão de Manutenção de Vias - DIMAV
3. Divisão de Manutenção Drenagem Urbana – DIDUR.”.

“IV - Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS, que conta com as seguintes unidades subordinadas:

a) Departamento Administrativo e Financeiro - DEA, que conta com a seguinte unidade subordinada:

1. Divisão de Administração e Finanças;

b) Departamento de Proteção Social Básica - DEPROSB - que conta com a seguinte unidade subordinada:

1. Divisão de Proteção Social Básica - DIPROSB

c) Departamento de Proteção Social Especial - DEPRES - que conta com a seguinte unidade subordinada:

1. Divisão de Proteção Social Especial – DIPRES.”

“V - ...

a) ...

b) Departamento de Agricultura e Pecuária - DEAP - que conta com a seguinte unidade subordinada

1. Divisão de Agricultura e Pecuária – DIAP;

c) Departamento de Administração e Controle - DEAC - que conta com a seguinte unidade subordinada:

1. Divisão de Administração e Controle – DIAC; ”.

Art. 5º. Dá nova redação ao Art. 7º, e aos seus incisos e parágrafos, da Lei nº 062/2001;

“Art. 7º Os órgãos que compõem a Administração Pública descentralizada são os seguintes:

I - Serviço Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

II - Fundação Cultural - FC

III - Fundação Municipal de Desportos - FMD

IV - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos - IPRESBS

V - Empresa Municipal de Habitação de São Bento do Sul - EMHAB.

§ 1º Os órgãos descritos neste artigo têm sua competência e funcionamento regulados por legislação específica, estatutos e regimentos próprios.

§ 2º O Diretor Presidente do SAMAE e da EMHAB, os Presidentes das Fundações e o Diretor Presidente do IPRESBS serão nomeados pelo Prefeito Municipal, cabendo a esses a nomeação dos demais cargos, sem prejuízo do Chefe do Executivo Municipal avocar para si tal prerrogativa.”.

Art. 6º. Altera o anexo II da Lei nº 508/1995, para atribuir descrição aos cargos, conforme segue:

Parágrafo único: O quadro a seguir deverá constar do Anexo XV da Lei nº 62/2001, nos moldes daquele;

Anexo II

QUANT.	SÍMBOLO	CARGO	DESCRIÇÃO DO CARGO
01	Agente Político	DIRETOR PRESIDENTE	Dirigir, orientar, controlar, fiscalizar o SAMAE; representando a Autarquia, em juízo ou fora dele, pessoalmente ou por Procuradores constituídos ou contratados; admitir, contratar, promover, movimentar, punir, demitir e dispensar o pessoal do SAMAE; autorizar a realização de concorrências públicas, coletas de preços, ajustes e acordos para fornecimento de materiais e equipamentos ou prestação de serviços ao SAMAE; assinar os contratos, acordos, ajustes e autorizações relativas à execução de obras e outros serviços e o fornecimento de materiais e equipamentos necessários ao SAMAE, e autorizar os respectivos pagamentos; promover a colaboração com a União e o Estado, Entidades Públicas ou Privadas, para a realização de obras ou serviços, aprovando e assinando os respectivos contratos ou convênios, estes com anuência prévia ou "ad referendum" do órgão supervisor; pedir autorização à Câmara, através de mensagem do Poder Executivo, para realização de concorrências públicas, para a alienação de materiais e equipamentos desnecessários ou inservíveis; praticar todos os demais atos,
01	CC2	DIRETOR ADMINISTRATIVO/ FINANCEIRO	Dirigir o departamento de Administração e Finanças. Planejar, organizar e controlar as atividades meio do SAMAE, relativas a Recursos Humanos, Comercial, Execução Financeira, Contabilidade, Suprimentos, Controle Patrimonial e Transportes; participar do processo de Planejamento Estratégico e de definição da Política Tarifária da operadora, bem como acompanhar os respectivos indicadores de desempenho; formular políticas, objetivos, metas e programas para suas unidades organizacionais subordinadas, bem como acompanhar os respectivos indicadores de desempenho táticos; propor e administrar os orçamentos de suas unidades subordinadas; supervisionar, diretamente, as atividades de tecnologia da informação, orientando o suporte em hardware e software aos usuários internos e a administração da rede de equipamentos de informática; coordenar diretamente os serviços gerais e de apoio administrativo nas instalações administrativas da operadora.
01	CC2	DIRETOR DE OPERAÇÕES TÉCNICAS	Dirigir o departamento Técnico. Planejar, organizar e controlar as atividades fins do SAMAE, relativas ao suporte técnico operacional, tratamento de água, distribuição de água, coleta de esgoto, tratamento de esgoto e gestão de resíduos sólidos; participar do processo de Planejamento Estratégico da operadora, bem como acompanhar os respectivos indicadores de desempenho; formular as políticas, objetivos, metas e programas para suas unidades organizacionais subordinadas, bem como acompanhar os respectivos desempenhos táticos; propor e administrar os orçamentos de suas unidades subordinadas; supervisionar, diretamente, as atividades do Centro de Controle Operacional – CCO, elaborando o planejamento e acompanhando a execução de abastecimento de água na área de atuação da operadora; orientar, diretamente, o processo de macro-medição, bem como acompanhar os índices de perdas e garantir que as ações de combate às perdas reais sejam efetivas e estejam permeando todas as unidades organizacionais da diretoria.
01	CC2	ASSESSOR DE GABINETE	Prestar assistência e assessoramento direto e imediato ao Diretor Presidente; coordenar as atividades rotineiras de fluxo de documentação e administrativas do Gabinete; planejar, coordenar e desenvolver as atividades de comunicação social (interna e externa), bem como as relacionadas à Assessoria de Imprensa; orientar e acompanhar as atividades jurídicas, relativas à representação, interesse e defesas judiciais e extrajudiciais do SAMAE, envolvendo questões trabalhistas, tributárias, cíveis, ambientais, licitações, tribunal de contas; supervisionar os processos de planejamento ambiental, outorgas de direito de uso de recursos hídricos pela Operadora, licenciamento ambiental junto aos órgãos competentes, assim como os programas de educação ambiental(internos e externos).
01	CC4	CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS	Chefiar a equipe da divisão de RH, coordenando as atividades pertinentes à folha de pagamento, recolhimentos de encargos sociais, controle de frequência, controle de benefícios, registros de pessoal, processos de contratação e rescisão; assegurar o fiel cumprimento da legislação dos servidores públicos; coordenar a equipe nos processos de concurso público, bem como de seleções internas; desenvolver as atividades de gestão e manutenção dos Planos de Cargos, Empregos, Carreira e Remuneração da Operadora; desenvolver e implementar programas de treinamento, desenvolvimento e capacitação das pessoas; estabelecer e assegurar o cumprimento das orientações, instruções e procedimentos relativos a segurança, medicina do trabalho e higiene ocupacional; coordenar as atividades de assistência social aos colaboradores e a comunidade externa, quando necessário; realização de campanhas educacionais.

01	CC4	CHEFE DE DIVISÃO COMERCIAL	Chefiar a equipe da divisão Comercial, coordenando o pessoal nos processos de faturamento comercial da Operadora, bem como acompanhar os índices de perdas aparentes e tomar as providências necessárias; coordenar os trabalhos de leitura dos hidrômetros, emissão e entrega de contas, entrega de notificações e intimações, corte e reabertura de fornecimento de água; manter atualizada a base do cadastro comercial; efetuar a análise e revisão de contas; executar atividades de combate a fraudes e furtos de água, visando a recuperação de consumo e receitas; coordenar, programar e acompanhar as atividades de fiscalização predial e de utilização das redes de água e esgoto, analisando eventos e ocorrências identificadas e propondo as regularizações necessárias; supervisionar o processo de substituição de medidores, seguindo critérios pré-estabelecidos; coordenar as atividades de atendimento ao público, acompanhando o desempenho dos atendentes, orientando soluções para não conformidades no atendimento; acompanhar os processos de solução às demandas e reclamações dos clientes, atuando junto às demais unidades da autarquia..
01	CC4	CHEFE DE DIVISÃO CONTÁBIL E FINANCEIRA	Chefiar a equipe da divisão de Contabilidade e Finanças, auxiliando a Diretoria na formulação da política econômica e financeira da Operadora; coordenar, acompanhar e controlar a equipe responsável nos processos organizacionais de programação e gestão financeira e administração contábil; desenvolver as atividades relativas à programação financeira e fluxo de caixa, controle de contas a pagar e arrecadação, conciliação bancária, controle financeiro de todos os contratos, inclusive contratos de financiamento; coordenar e apoiar a elaboração, consolidação, controle, acompanhamento da execução e revisão dos orçamentos econômico e financeiro, de receitas, de investimentos e de despesas operacionais e de manutenção; executar o processo contábil, envolvendo classificação de documentos, conciliações contábeis, elaboração de balanços, balancetes e demais demonstrativos, controle de registros fiscais e tributários, alterações e atualizações nos planos de contas e manutenção.
01	CC4	CHEFE DE DIVISÃO DE SUPRIMENTOS E TRANSPORTES	Chefiar a equipe da divisão de Suprimentos e Transportes, Auxiliar o Diretor Presidente e o Diretor Administrativo e Financeiro na gestão dos processos de compras e licitações, recebendo e analisando as solicitações, e cumprindo as etapas previstas na legislação; elaborar todos os contratos e termos aditivos, bem como fazer o controle das respectivas execuções contratuais; realizar a manutenção do cadastro de materiais e serviços, bem como do cadastro de fornecedores; administrar todos os Almoxarifados da Operadora; estudar e propor normas e procedimentos relativos à armazenagem e movimentação de materiais dos Almoxarifados; realizar inventários gerais e operacionais nos almoxarifados; coordenar o controle de bens patrimoniais(móveis e imóveis); coordenar as atividades de operação e manutenção da frota da Operadora.
01	CC4	CHEFE DE DIVISÃO DE SUPORTE TÉCNICO	Chefiar a equipe da divisão de Suporte Técnico. Auxiliar o Diretor Presidente e o Diretor de Operações Técnicas, no sentido de propor diretrizes para projetos de ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água e esgoto; coordenar e desenvolver projetos técnicos relativos à construção, conservação e manutenção das instalações e dos sistemas necessários às prestações dos serviços operacionais; fiscalizar e gerenciar as obras, executadas direta ou indiretamente, nos sistemas de água e esgoto e nos serviços de infra-estrutura; realizar a manutenção do cadastro técnico dos sistemas de água e esgoto; coordenar as atividades relativas à manutenção, instalação e utilização de equipamentos mecânicos e eletromecânicos, bem como gerenciar as ações de uso eficiente de energia elétrica nas instalações da Unidade;
01	CC4	CHEFE DE DIVISÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA	Chefiar a equipe da divisão de Tratamento de Água. Auxiliar o Diretor Presidente e o Diretor de Operações Técnicas no planejamento e desenvolvimento de rotinas relacionadas à captação, operação e manutenção da estação de tratamento de água e sistemas isolados de tratamento; determinar dosagem de produtos químicos na água, assim como solicitar aquisições de produtos e aparelhos para estação de tratamento; realizar coletas periódicas para realização de testes de qualidade; coordenar as atividades de análises físico-químicas e bacteriológicas de água, visando atender portaria do Ministério da Saúde, quanto ao padrão de água a ser distribuída; proceder ao controle de vazão de água bruta e tratada; controlar estoques e qualidade dos produtos químicos.

01	CC4	CHEFE DE DIVISÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	Chefiar a equipe da divisão de Distribuição de Água. Auxiliar o Diretor Presidente e o Diretor de Operações Técnicas no planejamento e desenvolvimento de rotinas relacionadas à operação e manutenção do sistema de distribuição de água, coordenar a realização de reparos em redes de distribuição de água, recalque e adução; supervisionar os serviços de substituição e extensão de redes, bem como de novas ligações de água; supervisionar o conserto de calçamentos e asfaltos danificados em função das atividades da unidade, realizadas; orientar as manobras de registros hidráulicos, necessárias às intervenções na rede de água; pesquisar e localizar perdas nas redes de distribuição e executar correções; realizar a substituição de medidores; acompanhar o funcionamento das elevatórias e reservatórios, adotando as providências necessárias.
01	CC4	CHEFE DE DIVISÃO DE COLETA DE ESGOTO	Chefiar a equipe da divisão de Distribuição de Água. Auxiliar o Diretor Presidente e o Diretor de Operações Técnicas no planejamento e desenvolvimento de rotinas relacionadas à operação e manutenção do sistema de coleta de esgoto; coordenar a realização de reparos em redes de coleta de esgoto; supervisionar os serviços de substituição e extensão de redes, bem como de novas ligações de esgoto; supervisionar o conserto de calçamentos e asfaltos danificados em função das atividades da unidade, realizadas; coordenar a desobstrução e desinfecção de redes e ramais de esgotos; orientar as manobras de registros, necessárias às intervenções na rede de água; acompanhar o funcionamento das elevatórias de esgoto, adotando as providências necessárias.
01	CC4	CHEFE DE DIVISÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO	Chefiar a equipe da divisão de Distribuição de Água. Auxiliar o Diretor Presidente e o Diretor de Operações Técnicas no planejamento e desenvolvimento de rotinas relacionadas à captação, operação e manutenção das estações de tratamento de esgoto; Determinar a dosagem adequada de produtos químicos, assim como solicitar aquisições de produtos e aparelhos para as estações de tratamento; Realizar coletas periódicas para realização de testes de qualidade; Coordenar as atividades de análises físico-químicas, bacteriológicas e biológicas, visando garantir a remoção da carga orgânica e tornar os efluentes com a qualidade requerida para o retorno aos mananciais; Proceder à medição de vazão de esgoto na estação; Controlar estoques e qualidade dos produtos químicos.
01	CC4	CHEFE DE DIVISÃO DE RESÍDUOS URBANOS	Chefiar a equipe da divisão de Distribuição de Água. Auxiliar o Diretor Presidente e o Diretor de Operações Técnicas no planejamento e desenvolvimento dos processos de coleta seletiva, acondicionamento, transporte, armazenamento, tratamento e disposição dos resíduos sólidos urbanos; promover a operação de valorização por reutilização, reciclagem ou qualquer outra ação tecnicamente adequada, para obter, a partir dos mesmos materiais reempregáveis; orientar campanhas junto a população para esclarecimentos e conscientização dos benefícios da gestão adequada dos resíduos urbanos ao meio ambiente e à saúde pública, incentivando a sua colaboração

Art. 7º. Dá nova redação ao Art. 11 da Lei nº 202/87 que passa a vigorar da seguinte forma:

“Art. 11. A Diretoria da Fundação Constituir-se-á de:

I – Diretor Presidente;

a) Diretor Administrativo e Financeiro;

b) Diretor de Cultura e Patrimônio Histórico;

Parágrafo Único: Revogado.”

§ 1º. Inclui o anexo I na Lei nº 202/1987, para consolidar a estrutura da Fundação Cultural de São Bento do Sul, e, atribui descrição aos cargos, conforme segue:

§ 2º: O quadro a seguir deverá constar do Anexo XV da Lei nº 62/2001, nos moldes daquele;

Anexo I

QUANT.	SÍMBOLO	CARGO	DESCRIÇÃO DO CARGO
01	Agente Político	DIRETOR PRESIDENTE	Dirigir, orientar, controlar e fiscalizar a Fundação Cultural de São Bento do Sul, representado-a em juízo ou fora dele; assinar convênios, contratos e acordos em nome da Fundação; movimentar os valores da entidade mediante cheques, ordens de pagamento, etc., juntamente com o Diretor de Cultura, podendo delegar esta atribuição ao Chefe de Divisão Administrativa e/ou ao Contador mediante procuração; assinar as contratações e demissões de servidores; baixar atos regulamentadores e disciplinadores da ação da entidade; praticar todos os atos que se fizerem necessários para a boa administração do órgão.

01	CC2	DIRETOR ADMINISTRATIVO	Dirigir o departamento de administração. Planejar, organizar e controlar as atividades meio da Fundação Cultural, relativas a Recursos Humanos, Execução Financeira, Contábil e orçamentária, Suprimentos, Controle Patrimonial e Transportes; elaborar anualmente os planos, financeiro e orçamentário, a ser encaminhados ao Executivo Municipal, Auxiliar na administração da fundação, promovendo as ações de gestão necessárias a seu bom andamento.
01	CC2	DIRETOR DE CULTURA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO	Dirigir o departamento de Cultura, auxiliando o Diretor Presidente a planejar, organizar e controlar as atividades fim da Fundação Cultural; fazer a gestão da equipe técnica, em projetos que busquem valorizar, incentivar, difundir, defender e preservar as manifestações culturais; realizar a cultura como política pública, garantindo o acesso democrático aos bens culturais e o direito a fruição, fortalecendo os vínculos com a cidade; promover projetos que vise estender o circuito e os aparelhos culturais a toda a cidade; coordenar, dirigir, otimizar e proteger os espaços públicos destinados às manifestações, à pesquisa e à fruição cultural; buscar mecanismos para a mobilização da sociedade por meio de ação comunitária, definindo prioridades e assumir co-responsabilidades pelo desenvolvimentos e sustentação das manifestações e projetos culturais; desenvolver a política municipal de cultura com consonância com outras políticas públicas, para atender amplamente o cidadão; levantar, divulgar e preservar o patrimônio histórico, natural e cultural bem como a memória material e imaterial do Município.
01	CC4	CHEFE DE DIVISÃO CULTURAL	Chefiar a equipe da divisão de Cultura. Auxiliar o Diretor Presidente a o Diretor Cultural na organização e controle das atividades fim da Fundação Cultural. Chefiar a equipe técnica, na busca da valorização e preservação das manifestações culturais; realizar a cultura como política pública, garantindo o acesso democrático aos bens culturais e o direito a fruição; Auxiliar na busca por mecanismos, visando a mobilização da sociedade por meio de ação comunitária; Atuar diretamente no levantamento, divulgação e preservação do patrimônio histórico, natural e cultural bem como, a memória material e imaterial do Município.
01	CC4	CHEFE DE DIVISÃO DA ESCOLA DE MÚSICA	Chefiar a equipe da Escola de Música Donaldo Ritzmann; Orientar os professores na aplicação pedagógica da atividade fim da unidade; supervisionar o controle pela guarda e manutenção dos bens móveis e imóveis de propriedade da escola; proceder à gestão de Recursos Humanos da Escola de Música; organizar e coordenar a fiscalização administrativa da Escola; exercer outras atividades correlatas que lhe vierem a ser atribuídas ou delegadas.
01	CC4	CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA	Chefiar a equipe da divisão de Administração, coordenando os servidores e as equipes responsáveis pelos serviços de licitações e recursos humanos da Fundação, coordenar, acompanhar e controlar a equipe responsável nos processos organizacionais de programação e gestão financeira e administração contábil; desenvolver as atividades relativas à programação financeira e fluxo de caixa, controle de contas a pagar e arrecadação, conciliação bancária, controle financeiro de todos os contratos, inclusive contratos de financiamento; coordenar e apoiar a elaboração, consolidação, controle, acompanhamento da execução e revisão dos orçamentos, econômico e financeiro, de receitas, de investimentos e de despesas operacionais e de manutenção; executar o processo contábil, envolvendo classificação de documentos, conciliações contábeis, elaboração de balanços, balancetes e demais demonstrativos, controle de registros fiscais e tributários, alterações e atualizações nos planos de contas e manutenção, para encaminhamento aos setores competentes.

Art. 8º. Os cargos de: Coordenador de Setor de Desportos Individuais, Coordenador de Setor de Desportos de Quadra e Coordenador de Setor de Desportos Aquáticos, consolidados no art. 2º da Lei nº 474/2002, passam a denominar-se, respectivamente de: Chefe de Setor de Desportos Individuais, Chefe de Setor de Desportos de Quadra, e, Chefe de Setor de Desportos Aquáticos;

Art. 9º. Altera a denominação do cargo de Técnico Desportivo I, criado pelo Art. 2º, da Lei nº 1821/2007, e, consolidado no quadro posto no art. 1º da Lei nº 474/2002, o qual passa a denominar-se - "Assessor de Gabinete";

Art. 10. Inclui o Anexo I na Lei nº 474/2002, para consolidar a estrutura da Fundação Municipal de Desporto de São Bento do Sul, e, atribui descrição aos cargos, conforme segue:

Parágrafo Único: O quadro a seguir deverá constar do Anexo XV, da Lei nº 62/2001, nos moldes daquele;

Anexo I

QUANT.	SÍMBOLO	CARGO	DESCRIÇÃO DO CARGO
01	Agente Político	DIRETOR PRESIDENTE	Dirigir, orientar, controlar e fiscalizar a Funda Municipal de Desportos, representando-a ativa e passivamente, em juízo ou fora dele; participar das reuniões do Conselho Deliberativo como membro nato; movimentar as contas bancárias da Fundação em conjunto com o Diretor Administrativo e, na ausência deste, com o Diretor Técnico; supervisionar as atividades dos órgãos técnicos administrativos; firmar acordos, contratos e convênios ou termos de compromisso com atividades públicas ou privadas; administrar, guardar e supervisionar os bens móveis e imóveis e o patrimônio da Fundação; nomear, exonerar, suspender, lotar e distribuir os serviços da Fundação, bem como praticar os demais atos administrativos em conjunto com o Diretor Administrativo; designar servidor, mediante Portaria, como titular e substituto das funções de confiança; delegar atribuições especificando a autoridade delegada e os limites da delegação; exercer outras atribuições, especificando a autoridade delegada e os limites da delegação; exercer outras atribuições definidas em Lei ou no Regulamento Interno da Fundação; prever e prover os recursos necessários ao bom andamento dos serviços, ordenando as despesas da Fundação.
01	CC2	DIRETOR ADMINISTRATIVO	Dirigir o departamento de Administração. Planejar, organizar, e controlar as atividades meio da Fundação Municipal de Desportos, relativas a Recursos Humanos, Execução Financeira, Contabilidade, Suprimentos, Controle Patrimonial e Transportes; participar do processo de Planejamento Estratégico, Formulação dos orçamentos anuais e plurianuais, dirigir a execução orçamentária e financeira da Fundação e todas as unidades subordinadas, fiscalizar e acompanhar a execução dos repasses financeiros as entidades sem fins lucrativos que desenvolvem atividades esportivas no município, coordenar diretamente os serviços gerais e de apoio administrativo nas instalações administrativas da Fundação.
01	CC2	DIRETOR TÉCNICO	Dirigir o departamento Técnico. Planejar, organizar, e controlar as atividades fins da Fundação Municipal de Desportos, coordenar a elaboração do plano anual de ação; e na elaboração da política voltada para o desporto no Município nos esportes de rendimento e de desporto comunitário, fazer junto com o Diretor Presidente e o Diretor Administrativo a programação financeira de repasse as entidades sem fins lucrativos que desenvolvem atividades esportivas, fiscalizando a operação técnica das modalidades apoiadas, responsável pela delegação da FMD, quando da participação em competições esportivas no município ou fora dele, dirige toda a atividade esportiva da FMD.
01	CC4	ASSESSOR DE GABINETE	Prestar assistência e assessoramento direto e imediato ao Diretor Presidente; coordenar as atividades rotineiras de fluxo de documentação e administrativas do Gabinete; planejar, coordenar e desenvolver as atividades de comunicação social (interna e externa), bem como as relacionadas à Assessoria de Imprensa;
01	CC4	CHEFE DE DIVISÃO DE CONTABILIDADE	Chefiar a equipe administrativa e de contabilidade da Fundação, fazer a supervisão, acompanhamento e execução dos lançamentos contábeis; fechamento de balancetes e balanços, relatórios auxiliares e pagamentos; conferência das prestações de contas das entidades que recebem subvenção, responsável pelas compras para o alojamento e auxílio no suporte da equipe nas atividades durante as competições.
01	CC4	CHEFE DE DIVISÃO DE DESPORTO COMUNITÁRIO	Chefiar a equipe da Divisão de Desporto Comunitário, organizando e gerindo a utilização do complexo Esportivo do Ginásio de Esportes Annes Gualberto nas modalidades de judô iniciante e de rendimento, basquetebol masculino e feminino, futsal masculino e feminino, voleibol iniciante e handebol iniciante, e ainda a academia completa para trabalhos físicos com professores e atletas, e uma sala de almoxarifado; coordena vários campeonatos municipais que pertencem ao DDC – Departamento de Desporto Comunitário tais como: Futebol de campo, suíço 1ª e 2ª divisão masculino, suíço feminino, suíço veteranos, futsal 1ª, 2ª e 3ª divisões e futsal feminino, além de outras competições municipais de variadas modalidades; chefia o serviço interno burocrático de confeccionar regulamentos gerais para as competições, além de aberturas através de fichas de inscrições, congressos técnicos, tabelas, súmulas e boletins diários de cada competição; providenciar arquivos e pastas em computador e arquivo morto; coordenar e acompanhar todos os eventos promovidos pela FMD/Desporto Comunitário; responsável pela comunicação dos eventos à imprensa todos os dias repassando os boletins, resultados e informações gerais; atender representantes, dirigentes e técnicos diariamente, sendo da comunidade ou técnicos/professores das modalidades.

01	CC5	CHEFE DE SETOR DE DES-PORTO DE QUADRA	Chefiar a equipe do Setor de Desporto de Quadras. (Responsável pelos serviços do setor de almoxarifado anexo ao Ginásio de Esportes Annes Gualberto); coordenar e acompanhar a equipe responsável pelos jogos municipais promovidos pela FMD/Desporto Comunitário que realiza as demarcações de campos para Campeonatos externos de Futebol de campo e suíço, responsável pela equipe que realiza montagem das pastas de material(súmulas, fichas, etc) para competições, preenchimento e controle de fichas de inscrições, arquivos de materiais para competições; atende e entra em contato direto com equipes sobre assuntos relacionados as competições; atende técnicos que trabalham com modalidades no ginásio e equipes amadoras que disputam eventos municipais;
01	CC5	CHEFE DE SETOR DE DES-PORTOS AQUÁTICOS	Chefiar a equipe do setor de desportos aquáticos, administrando a piscina pública municipal, organizando a agenda de atividades e coordenando os serviços de manutenção e limpeza de todo o prédio e da piscina municipal, responsável pela equipe de manutenção de todo maquinário da Piscina Municipal (temperatura, cloro, ozônio); responsável pela chefia da limpeza(aspiração) da água da Piscina.
01	CC5	CHEFE DE SETOR DE DES-PORTOS INDIVIDUAIS	Chefiar e coordenar a equipe do setor de Desportos Individuais, organizando o cronograma de atividades e coordenando a equipe de orientadores por modalidade.
01	CC6	COORDENADOR DE SERVIÇOS	*****

Art. 11. Altera a denominação do cargo de Coordenador de Setor, descrito no inciso I, do Art. 117-A, da Lei nº 1718/2006, que passa a denominar-se "Chefe de Setor de Administração";

Art. 12. Inclui o Anexo I na Lei nº 1718/2006, para consolidar a estrutura do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, e, atribui descrição aos cargos, conforme segue:

Parágrafo Único: O quadro a seguir deverá constar do Anexo XV da Lei nº 62/2001, nos moldes daquele;

Anexo I

QUANT.	SÍMBOLO	CARGO	DESCRIÇÃO DO CARGO
01	Agente Político	DIRETOR PRESIDENTE	Todas as atribuições constantes no artigo 116, § 9º, incisos I a VIII, da Lei nº 1718/2006, de 24/11/2006.
01	CC2	DIRETOR FINANCEIRO	Todas as atribuições constantes no artigo 116, § 10º, incisos I a X, da Lei nº 1718/2006, de 24/11/2006.
01	CC2	DIRETOR DE BENEFÍCIOS	Todas as atribuições constantes no artigo 116, § 11º, incisos I a VII, da Lei nº 1718/2006, de 24/11/2006.
01	CC2	ASSESSOR JURÍDICO	Prestar assessoramento jurídico; pesquisar, analisar e interpretar Legislação e Regulamentos; elaborar documentos jurídicos; participar nas ações em que a Instituto for autor, réu, ou interessado, acompanhando o andamento do processo, apresentando recursos em qualquer instância, comparecendo as audiências e outros atos, para defender direitos e interesses do IPRESBS; elaborar e emitir Pareceres; efetuar a matéria jurídica e de outra natureza consultando códigos, leis, jurisprudência e outros documentos, para adequar os fatos e legislação aplicável; acompanhar os processos em todas suas fases, requerendo seu andamento através de petições específicas, para garantir seu trânsito legal até decisão final do litígio; comparecer as audiências postulando na defesa do instituto para pleitear decisão favorável; elaborar documentos jurídicos sobre questões de natureza administrativa, civil, previdenciária, trabalhista, penal e outras, aplicando a legislação, forma e terminologia adequada ao assunto em questão, para utilizá-los em autuação, defesa e demais questões do Instituto; prestar assessoramento jurídico aos órgãos do Instituto; pesquisar, analisar e interpretar documentos jurídicos, processos jurídicos, administrativos, licitatórios, pareceres, contratos, convênios, acordos, ajustes, petições, contestações, memoriais e editais; participar de processos disciplinares e sindicâncias, quando requisitado; redigir e emitir pareceres; zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho; executar outras atividades compatíveis com a função.

01	CC5	CHEFE DE SETOR DE ADMINISTRAÇÃO	Chefiar a equipe da Divisão de Administração, coordenando os servidores responsáveis pelos serviços de licitações e recursos humanos do Instituto, coordenar, acompanhar e controlar a equipe responsável nos processos organizacionais de programação e gestão financeira e administração contábil; desenvolver as atividades relativas à programação financeira e fluxo de caixa, controle de contas a pagar e arrecadação, conciliação bancária, controle financeiro de todos os contratos, inclusive contratos de financiamento; coordenar e apoiar a elaboração, consolidação, controle, acompanhamento da execução e revisão dos orçamentos, econômico e financeiro, de receitas, de investimentos e de despesas operacionais e de manutenção.
01	CC6	COORDENADOR DE SERVIÇOS	*****

Art. 13. Ficam alteradas as nomenclaturas dos cargos a seguir, previstos no Anexo IV da Lei nº 056/2001:

- a) De 01(um) dos cargos de "Chefe de Divisão" para "Assessor de Gabinete";
- b) De 01(um) dos cargos de "Chefe de Divisão", para "Chefe de Divisão de Cadastro e Projetos";
- c) De 01(um) dos cargos de "Coordenador de setor" para "Chefe de Setor de Manutenção e Obras";

Art. 14. Altera o Anexo IV da Lei nº 056/2001, para atribuir descrição aos cargos que menciona;

Parágrafo Único: O quadro a seguir deverá constar do Anexo XV da Lei nº 62/2001, nos moldes daquele;

Anexo IV

QUANT.	SÍMBOLO	CARGO	DESCRIÇÃO DO CARGO
01	Agente Político	DIRETOR PRESIDENTE	Dirigir, orientar, controlar e fiscalizar a EMHAB; representando-a em juízo ou fora dele, pessoalmente ou por procuradores constituídos ou contratados; ordenar empenhos e o pagamento das despesas da Autarquia; firmar contratos administrativos, convênios e empréstimos; assinar as demonstrações contábeis exigidas na lei; assinar documentação bancária juntamente com o Diretor Administrativo e o Contador; praticar todos os demais atos para a boa administração da Autarquia, nos termos da legislação em vigor.
01	CC2	DIRETOR ADMINISTRATIVO	Dirigir o departamento de Administração; Analisar, planejar e deliberar acerca de ações que proporcionem o bom funcionamento da empresa, fazendo a gestão administrativa e da política municipal de habitação e moradia, dirigindo todas as divisões na realização das obras destinadas à famílias carentes, levantar demanda, acompanhar processos de atendimento quando deferidas; acompanhar o processo licitatório de compras de materiais e insumos, bem como acompanhar o andamento das obras; acompanhar o andamento dos contratos com os mutuários, determinando quando necessário o envio de notificações para os que estiverem inadimplentes ou descumprindo cláusulas contratuais com a EMHAB; avaliar os servidores lotados na empresa em estágio probatório acerca do cumprimento dos horários e ações no cumprimento de tarefas à eles determinadas; auxiliar o Diretor Presidente nas tomadas de decisões no intuito de cumprir o objetivo da empresa, em proporcionar moradia às famílias de baixa renda, pesquisando e criando alternativas administrativas para tanto.

01	CC2	ASSESSOR JURÍDICO	Prestar assessoramento jurídico; pesquisar, analisar e interpretar Legislação e Regulamentos; elaborar documentos jurídicos; participar nas ações em que a Instituição for autora, ré, ou interessada, acompanhando o andamento do processo, apresentando recursos em qualquer instância, comparecendo as audiências e outros atos, para defender direitos e interesses do Município; elaborar e emitir Pareceres; efetuar a matéria jurídica e de outra natureza consultando códigos, leis, jurisprudência e outros documentos, para adequar os fatos e legislação aplicável; acompanhar os processos em todas suas fases, requerendo seu andamento através de petições específicas, para garantir seu trânsito legal até decisão final do litígio; comparecer as audiências postulando na defesa da instituição para pleitear decisão favorável; elaborar documentos jurídicos sobre questões de natureza administrativa, fiscal, civil, comercial, trabalhista, penal e outras, aplicando a legislação, forma e terminologia adequada ao assunto em questão, para utilizá-los em autuação, defesa e demais questões da Instituição; prestar assessoramento jurídico a todos os órgãos da Prefeitura; pesquisar, analisar e interpretar documentos jurídicos, processos jurídicos, administrativos, licitatórios, pareceres, contratos, convênios, acordos, ajustes, petições, contestações, memoriais e editais; participar de processos disciplinares e sindicâncias, quando requisitado; redigir e emitir pareceres; zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho; executar outras atividades compatíveis com a função.
01	CC4	CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO	Chefiar a equipe da Divisão de Administração e Finanças, coordenando os servidores responsáveis pelos serviços de licitações e recursos humanos da Empresa; coordenar, acompanhar e controlar a equipe responsável nos processos organizacionais de programação e gestão financeira e administração contábil; desenvolver as atividades relativas à programação financeira e fluxo de caixa, controle de contas a pagar e arrecadação, conciliação bancária, controle financeiro de todos os contratos, inclusive contratos de financiamento; coordenar e apoiar a elaboração, consolidação, controle, acompanhamento da execução e revisão dos orçamentos, econômico e financeiro, de receitas, de investimentos e de despesas operacionais e de manutenção.
01	CC4	CHEFE DE DIVISÃO DE CADASTRO E PROJETOS	Chefiar a equipe da Divisão de Cadastros e Projetos; Coordenar os agentes administrativos e assistentes sociais, nas atividades correlatas das suas funções; Auxiliar o Diretor Presidente e o Diretor do Departamento Administrativo no gerenciamento da equipe que cuida do cadastro geral de mutuários, sugerindo alterações na legislação pertinente, e auxiliando a equipe na confecção de contratos e aditivos de novos e antigos mutuários; realização de cobranças de mutuários inadimplentes e monitoramento; regularização fundiária dos imóveis e loteamentos irregulares do Município; regularização dos loteamentos pertencentes a EMHAB;
01	CC4	ASSESSOR DO GABINETE	Prestar assistência e assessoramento direto e imediato ao Diretor Presidente; coordenar as atividades rotineiras de fluxo de documentação e administrativas do Gabinete; planejar, coordenar e desenvolver as atividades de comunicação social (interna e externa), bem como as relacionadas à Assessoria de Imprensa;
01	CC5	CHEFE DE SETOR DE MANUTENÇÃO E OBRAS	Chefiar a equipe do setor de Obras e manutenção, responsável pelas obras e reformas para famílias de baixa renda, chefiar e controlar os contratos administrativos referentes as obras realizados por terceirizados nas reformas e construções de moradias populares.
01	CC5	COORDENADOR DE SETOR ADMINISTRATIVO	*****

Art. 15. Atribui descrição e altera a nomenclatura de cargos de coordenador de setor constantes do anexo XV da Lei nº 062/2001, alterados pelas Leis 2573/2010 e 1793/2007, conforme segue:

§ 1º - Ficam alteradas as nomenclaturas de 03(três) cargos de Coordenador de Setor constantes do anexo XV da Lei nº 062/2001, alterados pelas Leis 2573/2010 e 1793/2007, para serem lotados no local que menciona;

Símbolo CC-5

Qtde	Lotação	CARGO	DESCRIÇÃO DO CARGO
01	GAPRE	ASSESSOR DE IMPRENSA E CERIMONIAL	Assessorar o chefe de gabinete e o diretor de comunicação, na coleta de informações junto as Secretarias de Governo, auxiliando na captação e elaboração de material informativo escrito e fotográfico, de feitos e realizações. Auxiliar na elaboração de roteiros e montagens de cerimoniais oficiais internos e públicos.

01	GAPRE	ASSESSOR DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO	Assessorar o chefe de gabinete e o diretor de comunicação, na coleta de informações junto as Secretarias de Governo, auxiliando na captação e elaboração de material informativo escrito e fotográfico, de feitos e realizações, visando dar publicidade aos atos de governo. Assessorar o chefe do Poder Executivo no relacionamento com a imprensa escrita, falada e televisionada.
01	GAPRE	ASSESSOR DE GABINETE II	Assessorar o Prefeito Municipal e o chefe de gabinete, no atendimento e relacionamento com representantes das Associações de Moradores legalmente estabelecidas no território do Município de São Bento do Sul-SC.

§ 2º - Ficam alteradas as nomenclaturas de 16(dezesesseis) cargos de Coordenador de Setor constantes do anexo XV da Lei nº 062/2001, alterados pelas Leis 2573/2010 e 1793/2007, para serem lotados no local que menciona;

Símbolo CC-5

Qtde	Lotação	CARGO	DESCRIÇÃO DO CARGO
01	SEMOB	CHEFE DE SETOR DE TERMINAL RODOVIÁRIO	Chefiar e coordenar a equipe do Terminal Intermunicipal de Passageiros; Comandar a equipe de servidores que executam a limpeza e manutenção do terminal rodoviário, bem como, aqueles que exercem o controle de embarque na plataforma do terminal; auxilia o RH com as questões de férias, atestados e necessidades pessoais de cada servidor que prestam serviços naquela unidade, fazendo o fechamento da folha ponto dos mesmos; Efetua o controle e elabora os documentos para cobrança da taxa de embarque das empresas permissionárias
01	SEMUS	CHEFE DE SETOR DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL	Chefiar e coordenar a equipe do setor de vigilância Ambiental. Auxiliar o Diretor do Departamento de Vigilância à Saúde Atenção à Saúde e o Chefe de Divisão de Vigilância Sanitária na coordenação da equipe que realiza os serviços de visitas diárias aos imóveis e logradouros, identificando, corrigindo e controlando fatores ambientais, como focos de mosquito. (Auxiliar na interação do setor Público com a população, transmitindo de maneira clara e segura, mensagens, informações em conhecimentos relativos a prevenção, controle e eliminação de possíveis criadouros do mosquito e outras informações relacionadas ao ambiente; monitorar e coordenar os trabalhos dos Agentes da Dengue; preencher formulários, inspecionar armadilhas, atualizar mapas; realizar treinamento com agentes da dengue, agentes comunitários, enfermeiros, população em geral.
01	SEMUS	CHEFE DE SETOR DE SUPRIMENTO E ALMOXARIFADO	Chefiar e coordenar a equipe do setor de almoxarifado da SEMUS, no sentido do perfeito controle e organização dos materiais em estoque do almoxarifado, quanto ao vencimento, lotes, entregas, saídas e entradas de mercadorias em geral.
01	SEMUS	CHEFE DE SETOR DE LOGÍSTICA E TRANSPORTE	Chefiar e coordenar a equipe de motoristas da SEMUS, exercendo o controle dos agendamentos de viagens para funcionários a outros Municípios/Estado; o controle e agendamento de viagens a pacientes através do transporte terceirizado para outros Municípios/Estados; o controle e agendamento de viagens a pacientes através do transporte próprio para outros Municípios/Estados; o controle das escalas de plantão dos motoristas e ambulâncias de sobre-aviso; o controle dos serviços de ambulâncias em eventos do Município; o controle do Sistema Beta Frotas da SEMUS; o controle de diárias realizadas pelos motoristas da SEMUS; o controle de horas extras realizadas pelos motoristas da SEMUS; o controle da Frota de Veículos e manutenção dos mesmos.
01	SEMUS	CHEFE DE SETOR DE RECURSOS HUMANOS	Chefiar e coordenar a equipe do setor de Recursos Humanos da Secretaria, efetuando o controle de movimentação de pessoal, bem como, controle de licença prêmio; controle de férias, folgas, atestados, cursos, congressos, dispensas, acompanhamento dos registros em folha ponto; registro e manutenção dos equipamentos de cartão ponto; controle de baixas dos processos advindos por protocolo à SEMUS, efetuando a transmissão final para o RH central da Prefeitura Municipal.
01	SEMUS	CHEFE DE SETOR DE CONTRATOS, COMPRAS E LICITAÇÕES	Chefiar e coordenar a equipe do setor de faturamento dos serviços SUS e que exerce o controle na conferência das produções apresentadas pelos prestadores de serviços SUS(para posterior pagamento aos prestadores, controle do registro de toda a produção realizada nas unidades de saúde); responsável por manter atualizado e envio de base de dados aos programas preconizados pelo MS (SIA/CNES, SIHD). Fazer a reunião, pré-orçamento, descrição de materiais, produtos e equipamento da SEMUS.
01	SEMOB	CHEFE DE SETOR DE LIMPEZA URBANA	Chefiar e coordenar a equipe do setor de serviços de limpeza urbana, comandando as zeladoras. Fazer a liberação e o pedido das reposições dos materiais utilizados pelas mesmas, realizando a programação dos serviços e fiscalização dos trabalhos. Controlar o ponto, de acordo com as escalas e jornadas de trabalho das referidas servidoras.
01	SEMAS	CHEFE DE SETOR DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS	Chefiar e coordenar a equipe na produção de alimentos orgânicos, através das hortas comunitárias, visando abastecer as cozinhas de programas sociais. Controlar a aquisição de alimentos junto a cooperativas e ou associações de pequenos produtores rurais ou oriundos da agricultura familiar.
01	SEMOB	CHEFE DE SETOR ADMINISTRATIVO E RECURSOS HUMANOS	Chefiar e coordenar a equipe do setor administrativo da SEMOB, efetuando o controle de movimentação de pessoal, bem como, controle de licença prêmio; controle de férias, folgas, atestados, acompanhamento dos registros em folha ponto, efetuando a transmissão final para o RH central da Prefeitura Municipal. Assessorar o Secretário Municipal de Obras nas demandas administrativas e atendimento ao público;

01	SEPLU	CHEFE DE SETOR DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA	Chefiar e coordenar a equipe do setor de serviços e sinalização do DETRU, coordenando os serviços de execução, colocação e alteração de toda espécie de sinalização viária de competência municipal.
03	SEMAS	CHEFE DE SETOR DO CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL	Chefiar e coordenar a equipe nos serviços acolhimento inicial do programa Famílias de Apoio; coordenar os serviços de acompanhamento das crianças acolhidas em médicos, laboratórios, dentistas e psicólogos; auxílio na parte administrativa do Programa Famílias de Apoio.
01	SEMOB	CHEFE DE SETOR DE ALMOXARIFADO E MANUTENÇÃO	Chefiar e coordenar a equipe do setor de Almoarifado e manutenção da SEMOB; examinar, conferir e receber o material adquirido de acordo com as Notas de Empenho, podendo, quando for o caso, controlar e manter os registros de entrada e saída dos materiais sob sua guarda. Realizar os pré-orçamentos e aquisições para compras e serviços de manutenção, fornecendo documentos e dados a Divisão de Materiais e Patrimônio, do Departamento de compras.
01	SEMAS	CHEFE DE SETOR DE ATENÇÃO AOS GRUPOS SOCIAIS	Chefiar e coordenar a equipe, nas ações voltadas ao bem estar e lazer dos idosos; promovendo a organização de todos os encontros, viagens e eventos destinados aos idosos
01	SEPLU	CHEFE DE SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CEMITÉRIOS	Chefiar e coordenar a equipe do setor de administração e manutenção de cemitérios municipais. Coordenar os serviços de: atendimento ao público (receber e entregar documentos); atendimento à Funerárias, na parte administrativa; de atendimento às Marmorarias para autorização de serviços nos Cemitérios; Realizar vistoria nos Cemitérios, coordenando os serviços de zeladoria/coveiros;

Art. 16. Altera a nomenclatura dos cargos elencados nos incisos XV, XVII, XVIII, e XIX, do artigo 49, da Lei nº 2893/2011, assim definidos;
 "Art. 49 - ...

I -

...

XV - Assessor Administrativo da SEMED;

XVI - Revogado;

...

XVII - Chefe de Setor de Atenção ao Autista;

XVIII - Chefe de Setor de Logística e Transportes;

XIX - Chefe de Setor de Recursos Humanos e Expediente;".

...

Art. 17. Dá nova redação a Seção XV e ao caput do Art. 191, da Lei nº 2893/2011;

"SEÇÃO XV

ASSESSOR ADMINISTRATIVO DA SEMED

Art. 191. O Assessor Administrativo da SEMED é o profissional responsável pelas seguintes atribuições:..."

Art. 18. Dá nova redação a Seção XVII e ao Art. 193 e seus incisos, da Lei nº 2893/2011;

"SEÇÃO XVII

CHEFE DO SETOR DE ATENÇÃO AO AUTISTA

Art. 193. O Chefe de Setor de Atenção ao Autista, que fará todo o suporte pedagógico nas unidades escolares subsidiados por todos os setores que envolvam o universo escolar, além de organizar o trabalho pedagógico junto aos professores e especialistas em assuntos educacionais, é o profissional responsável pelas seguintes atribuições:

I - subsidiar e assessorar o Secretário de Educação e o Diretor de Ensino nas tomadas de decisão referentes a Educação Especial - Transtorno do Espectro do Autismo (TEA)

II - Promover o bem-estar das pessoas incluídas no Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) por meio da disseminação da informação a pais, familiares, colaboradores e sociedade em geral, do apoio à produção de conhecimento e da defesa dos direitos da pessoa com autismo.

III - Acompanhar, orientar, monitorar e avaliar o processo de planejamento, execução e avaliação do plano anual de ensino estruturado do Centro, observando-se a priorização, a contextualização, a interdisciplinaridade e a diversidade.

IV - Planejar, executar, monitorar e avaliar o processo de formação continuada dos professores e profissionais que trabalham com pessoas portadoras de TEA.

V - Manter-se informado sobre alterações nas leis, pareceres e diretrizes que regem o funcionamento do sistema.

VI - Acompanhar, subsidiar, apoiar, monitorar e avaliar todos os projetos e atividades em desenvolvimento no Centro de forma comprometida com a aprendizagem e formação das pessoas portadoras de TEA.

VII - Assegurar que o Centro Municipal de Atendimento ao Autismo funcione de forma organizada, de modo a criar um ambiente de disciplina, quanto ao cumprimento de horários, da rotina da aula, do planejamento a partir das matrizes de habilidades e da avaliação da aprendizagem.

VIII - Promover encontros de estudo, cursos de formação e efetivar o processo de formação continuada, envolvendo professores e equipe, para desenvolvimento de competências pedagógicas, socialização de experiências e crescimento profissional.

IX - Zelar pelo fiel cumprimento do horário e do calendário escolar, de modo a impedir atraso ou interrupção das atividades docentes e administrativas.

X - Assegurar que o Centro funcione de forma organizada, de modo a criar um ambiente de disciplina, quanto ao cumprimento de horários, da rotina da aula, do planejamento a partir das matrizes de habilidades e da avaliação da aprendizagem.

XI - Realizar o trabalho com o dinamismo esperado, conferindo movimento às ações do Centro. Ter facilidade de integrar teoria e prática, característica fundamental no trabalho.

XII - Ter postura ética com as pessoas da comunidade escolar.

XIII - Acompanhar e fazer cumprir o que rege na lei do Sistema Municipal.

XIV – Participar e representar a Secretaria Municipal de Educação em eventos diversos, por solicitação do Diretor de Ensino ou do Secretário de Educação.

XV – Participar do processo de auto-avaliação e de avaliação institucional.”.

Art. 19. Dá nova redação a Seção XVIII e ao caput do Art. 194, da Lei nº 2893/2011;

“SEÇÃO XVIII

CHEFE DO SETOR DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

Art. 194. O Chefe de Setor de Logística e Transportes, é o profissional responsável pelas seguintes atribuições:..”.

Art. 20. Dá nova redação a Seção XIX, e, ao caput e parágrafo único do Art. 195, da Lei nº 2893/2011;

“SEÇÃO XIX

CHEFE DO SETOR DE RECURSOS HUMANOS E EXPEDIENTE

Art. 195. O Chefe de Setor de Recursos Humanos e Expediente é o profissional que executa atividades de cunho administrativo e ou operacional vinculando ao cotidiano administrativo.

Parágrafo Único - São atribuições do Chefe de Setor de Recursos Humanos e Expediente:..”

Art. 21. Acrescenta no anexo XV da Lei nº 062/2001, descrição aos cargos de confiança que menciona, passando a assim apresentar-se;

ANEXO XV

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, ORDENADOS POR SUBSÍDIOS E COM OS RESPECTIVOS SÍMBOLOS DO VENCIMENTO – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

AGENTES POLÍTICOS

Qt	Cargo	Descrição	Lot.
01	CHEFE DE GABINETE	Assistir pessoalmente ao Chefe do Executivo Municipal, bem como, providenciar o preparo, registro e arquivo da correspondência oficial; Fazer redigir, registrar, publicar e expedir os atos do Chefe do Executivo Municipal, junto ao Departamento de Controle Interno; Determinar o preparo, distribuição, controle e arquivo dos documentos de interesse do Chefe do Executivo Municipal; organizar a agenda de audiências, viagens, entrevistas e reuniões do Chefe do Executivo Municipal, em coordenação com o Departamento de Comunicação Social e Assessoria de Gabinete; recepcionar e manter contato com lideranças políticas e parlamentares do Município, bem como outras autoridades governamentais locais, estaduais e federais; recepcionar e orientar os munícipes e visitantes que se dirijam ao Gabinete, juntamente com a Assessoria de Gabinete; organizar e executar os procedimentos necessários à segurança do Chefe do Executivo Municipal com auxílio da Assessoria de Gabinete.	GAPRE
01	SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO	Todas as atribuições constantes no artigo 177, incisos I a XXXII, da Lei nº 2893/2011, de 19/10/2011.	SEMED
01	SECRETÁRIO DE SAÚDE	Planejar, organizar, controlar e avaliar as ações no âmbito da Saúde Pública no Município, organizando o SUS no âmbito municipal; viabilizar o desenvolvimento de ações de Saúde através de Unidades estatais ou privadas, priorizando as entidades filantrópicas; participar na constituição do SUS, de forma integrada e harmônica com os demais sistemas municipais. Responder diretamente pela gestão de todos os Fundos Municipais de Saúde; Fazer a gestão administrativa, financeira e técnica da Secretaria Municipal da Saúde, através de todos os seus departamentos e unidades;	SEMUS
01	SECRETÁRIO DE FINANÇAS	Administrar, fiscalizar e arrecadar os tributos municipais (ISS, IPTU, ITBI, DÍVIDA ATIVA, TAXAS), administrar as dívidas públicas do Município; coordenar as equipes de Contabilidade, Tesouraria, Tributação e Fiscalização; acompanhar a conjuntura econômica e fixação de preços públicos; celebrar convênios com órgãos federais e estaduais que objetivem o aprimoramento da fiscalização tributária e a melhoria da arrecadação; desenvolver conjuntamente com a SECON, programas de incentivos fiscais e criar modelos de desenvolvimento econômico para a cidade, com programas de incentivos fiscais e projetos de parcerias público-privadas; contabilizar as contas do Município, arrecadar, guardar e aplicar os recursos financeiros e exercer o controle interno das entidades da Administração Municipal Direta e Indireta, quanto a legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, através do Departamento competente.	SEFIN

01	SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO	Apresentar ao Gabinete do Prefeito propostas referentes à legislação, orçamento e aperfeiçoamento dos servidores subordinados, bem como dos programas projetos e ações a serem desenvolvidos; chefiar a distribuição dos recursos humanos e materiais, tendo por objetivo a otimização e aprimoramento das atividades a serem desenvolvidas; manifestar-se em processos que versem sobre assuntos de interesse da Secretaria de que titular; receber toda a documentação oriunda de seus subordinados e encaminhá-la à unidade administrativa competente, decidindo as que forem de sua competência e opinando nas que dependem de decisões superiores; fiscalizar os serviços a seu encargo; solicitar e autorizar compras de materiais e equipamentos; observar e cumprir leis, decretos e regulamentos; elaborar a efetividade e planilhas de horas extras dos servidores da Secretaria de que for o titular; determinar a escala de férias; responsabilizar-se pelo patrimônio da Secretaria; realizar a avaliação do estágio probatório dos servidores da Secretaria; coordenar projetos; representar a Secretaria nas solenidades e comemorações oficiais do Município; procurar, com o máximo critério, conhecer os subordinados, promovendo o clima de cooperação e respeito mútuo entre todos; estabelecer as normas internas, respeitando os princípios administrativos; promover atualização das normas internas; atender às ponderações justas de todos os seus subordinados, quando feitas a termo e desde que sejam de sua competência; zelar pelo aproveitamento integral do efetivo lotado em sua respectiva Secretaria; imprimir em todos os seus atos, como exemplo, à máxima correção, pontualidade e justiça; promover e presidir as reuniões periódicas, de cunho educativo e informativo com o pessoal diretamente subordinado, no intuito de debater questões relativas à melhoria do desempenho das tarefas atribuídas à respectiva Secretaria, participando ao Prefeito Municipal os assuntos para apreciação superior; manter o relacionamento de cooperação mútua com todos os órgãos públicos de atendimento à população, respeitando as limitações e atribuições da mesma; atender ao público em geral; realizar outras tarefas afins.	SECAD
01	SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Planejar, coordenar e acompanhar a execução do Plano de ação do governo municipal e os programas gerais e setoriais inerentes à Secretaria; assessorar o Prefeito nos assuntos relativos à Secretaria; garantir a prestação dos serviços municipais inerentes à Secretaria, de acordo com as diretrizes de governo; propor políticas sobre assuntos relativos à pasta; administrar a Secretaria; organizar e coordenar programas e atividades da Secretaria; orientar, coordenar e controlar a execução da política de desenvolvimento agropecuário, industrial e comercial na esfera do Município; promover a realização de atividades relacionadas com o desenvolvimento agropecuário, industrial e comercial do Município; coordenar as atividades relativas à orientação da produção primária e ao abastecimento público; promover intercâmbio e convênios com entidades federais, estaduais, municipais e privadas relativos aos assuntos atinentes às políticas de desenvolvimento agropecuário, industrial e comercial; fomentar novos empreendimentos relacionados a agricultura e agropecuária, objetivando a expansão da capacidade de absorção da mão-de-obra local, coordenar o departamento de meio ambiente e o licenciamento ambiental municipal.	SEMAN
01	SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	Coordenar, executar e avaliar as atividades relacionadas à execução das obras de pavimentação e drenagem do Município, e sua conservação e manutenção; promover a execução de obras públicas e serviços de conservação e recuperação periódica nos prédios municipais; coordenar a elaboração e o cumprimento do plano de manutenção dos prédios municipais, em colaboração com as demais Secretarias Municipais; planejar e gerenciar as operações de limpeza urbana no Município; coordenar executar e avaliar as atividades relacionadas a conservação e manutenção do sistema viário, em especial da pavimentação e dos subsistemas de drenagem do Município; promover, coordenar, controlar e acompanhar os serviços e atividades relativas à infra-estrutura viária de iluminação pública; acompanhar os serviços e atividades relativas a infra-estrutura viária, garantindo o desenvolvimento e a aplicação de planos relativos às políticas públicas de transporte	SEMOB

01	SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E URBANISMO	Realizar as atribuições de caráter político, vinculadas a Secretaria, aconselhar tecnicamente obras de infra-estrutura; coordenar e cooperar em programas que visem a melhoria nas condições de segurança pública, em colaboração com outras esferas de governo; coordenar e elaborar projetos de obras públicas e dos respectivos orçamentos; coordenar o acompanhamento e a fiscalização das obras públicas contratadas de terceiros; coordenar a execução, o acompanhamento, a supervisão, o recebimento e entrega de obras públicas; coordenar os serviços de ampliação, aquisição de novas áreas, divisão de lotes, demarcação, construção de gavetas e demais serviços relativos ao cemitério municipal; coordenar a proposição de projetos referentes a estrutura viária do Município; organizar o sistema de trânsito e tráfego urbano, em colaboração com os órgãos da Administração; coordenar o cumprimento e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito municipal; coordenar o planejamento, coordenar a promoção do desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas; coordenar a implantação, manutenção e operação do sistema de sinalização, dos dispositivos e dos equipamentos de controle viário; coordenar a coleta de dados estatísticos e elaboração de estudos sobre os acidentes de trânsito e suas causas; estabelecer, em conjunto com os órgãos de polícia ostensiva de trânsito, as diretrizes para o policiamento ostensivo de trânsito; coordenar o registro e licenças, na forma da legislação, de ciclomotores, veículos de tração e propulsão humana e de tração animal, fiscalizando, autuando, aplicando penalidades e arrecadando multas decorrentes de infrações; conceder autorização para conduzir veículos de propulsão humana e de tração animal; coordenar a vistoria de veículos que necessitem de autorização especial para transitar e estabelecer os requisitos técnicos a serem observados para a circulação desses veículos; elaborar convênios e contratos, com pessoas jurídicas de direito público ou privado, visando a consecução dos objetivos e finalidades propostos; serviços de asfaltamento de estradas vicinais; controlar o sistema de transportes da municipalidade; conduzir veículos de propriedade do Município, na execução dos serviços inerentes ao cargo ou à Secretaria que está vinculado.	SEPLU
01	SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO	Planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, controlar e avaliar as ações setoriais a cargo do Município relativas à promoção e ao fomento da Indústria, do Comércio e dos Serviços, competindo-lhe ainda fomentar as ações do negócio turismo, objetivando a sua expansão, a melhoria da qualidade de vida, a divulgação do potencial turístico e a geração de emprego e renda, competindo-lhe: articular-se com órgãos e entidades municipais visando à integração das respectivas políticas e ações; promover ações que visem à atração de novos empreendimentos para o Município, a modernização das empresas já instaladas e a expansão de seus negócios nos mercados internos e externos e fomentar a pequena e média empresa no Município; emitir parecer, proferir despacho interlocutório e quando for o caso, despacho decisório em assuntos submetidos a sua apreciação; formular, implementar e coordenar a execução da política municipal de turismo; promover ações visando o desenvolvimento turístico do Município e divulgar seus produtos turísticos; propor normas relacionadas ao estímulo e desenvolvimento do turismo, em especial aquelas voltadas para a geração de emprego e renda, no âmbito de sua competência; coordenar, em articulação com os demais órgãos e entidades da Administração Pública, a captação de recursos junto a órgãos e instituições nacionais e internacionais e monitorar sua aplicação; expedir instruções para a execução das leis e regulamentos relativos aos assuntos de sua Secretaria; representar, quando designados, os respectivos superiores hierárquicos; elaborar o relatório anual das suas atividades; orientar, controlar e coordenar a execução das tarefas de seus subordinados; executar outras atribuições determinadas pelo Chefe do Poder Executivo.	SECON
01	SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Assessorar o Prefeito nos assuntos relacionados com a formulação da política de trabalho e ação social do Município; promover a elaboração do diagnóstico dos principais problemas sociais do Município para cuja solução a Prefeitura possa colaborar; coordenar a elaboração e a execução de programas de assistência social, desenvolvimento comunitário e promoção social; propor estratégias de ação, em face dos problemas prioritários do Município; propor políticas sociais que estimulem indivíduos e grupos a se organizar e participar na solução de seus problemas; conduzir outros trabalhos relacionados com seu campo de atuação ou que lhe sejam determinados pelo Prefeito; promover a articulação entre a comunidade e o poder público municipal; promover a articulação entre a comunidade e o poder público municipal; executar a política municipal de assistência aos organismos não governamentais de caráter assistencial do Município; gerenciar os recursos financeiros alocados no Fundo Municipal da Assistência Social, em consonância com a legislação específica em vigor, de modo a viabilizar as ações planejadas no âmbito da Secretaria; executar outras atividades correlatas.	SEMAS

01	PROCURADOR	Planejar, coordenar, dirigir, orientar e controlar a atuação da Procuradoria do Município; assessorar o Prefeito Municipal em assuntos de natureza jurídica e técnico-legislativa do Município; emitir e aprovar pareceres; encaminhar proposta orçamentária da Procuradoria do Município; propor a declaração de nulidade de atos administrativos, a normatização de parecer e a adoção de normas, medidas e procedimentos; representar o Município, ativa e passivamente, em qualquer juízo ou tribunal; promover a defesa do interesse do Município em qualquer ação ou processo de competência da Procuradoria do Município; requisitar para exame, quando assim exigir o interesse público, atos, contratos, documentos e processos administrativos dos órgãos e entidades da administração pública municipal; delegar atividades aos advogados e assessores jurídicos à Administração Direta e Indireta do Município.	PROCUR
----	------------	---	--------

ASSESSOR – CC-1

Qt	Cargo	Descrição	Lot.
01	ASSESSOR DE GOVERNO	Assessorar o Chefe do Executivo Municipal no desenvolvimento de políticas públicas para todas as áreas de governo, e, em suas relações com as lideranças políticas, órgãos e entidades públicas e privadas; articular-se com os Vereadores, lideranças e mesa da Câmara para apresentação, defesa e aprovação dos projetos de iniciativa do Executivo Municipal, com a ajuda das Secretarias setoriais e órgãos afins; interagir junto aos órgãos municipais para a solução de problemas; prestar contas aos cidadãos interessados; assessorar e acompanhar a elaboração e a implementação de planos estratégicos, diretores, de governo, viários e setoriais e órgãos afins; interagir junto aos órgãos municipais para a solução de problemas; prestar contas aos cidadãos interessados; assessorar e acompanhar a elaboração e a implementação de planos estratégicos, diretores, de governo, viários e setoriais em articulação com as Secretarias e Órgãos afins; e estabelecer diretrizes para elaboração dos planos plurianuais; colaborar e participar da elaboração da LDO e do orçamento anual e de seu controle e aplicação; desenvolver atividades de relações públicas em articulação com o Departamento de Comunicação Social; desempenhar outras atividades afins com a colaboração da assessoria de gabinete.	GAPRE
01	ASSESSOR ADMINISTRATIVO	Assessorar o Chefe do Executivo Municipal em suas relações político-administrativas com os municípios, servidores municipais, órgãos e entidades públicas e privadas e associações de classe; acompanhar a gestão dos serviços municipais, supervisionando e controlando planos, programas e projetos de governo; assegurar a compatibilidade e integração das políticas municipais; coordenar os esforços das diferentes Secretarias em torno de objetivos comuns; acompanhar e supervisionar resultados, avaliar desempenho, identificar problemas, negociar e liderar medidas solucionadoras; promover a integração entre Secretarias, órgãos e entidades da administração municipal e seus titulares, assegurando o seu funcionamento como equipe; auxiliar o chefe do Executivo Municipal na tomada de decisões que envolvam as atividades desenvolvidas pelas Secretarias e órgãos afins, setores ou áreas da Administração; desempenhar outras atividades afins com a colaboração da assessoria de gabinete.	GAPRE

ASSESSOR/OUVIDOR/DIRETOR – CC2

Qt	Cargo	Descrição	Lot.
04	ASSESSOR DE GABINETE	Filragem de toda correspondência recebida pelo Prefeito; elaborar correspondências do Gabinete do Prefeito, bem como arquivamento de correspondências recebidas e enviadas; coordenação de sala e antesala do Gabinete; assessorar o Prefeito no tocante à nomeações, designações, exonerações; acompanhar o recebimento, andamento, das indicações e moções emitindo correspondências de retorno à Câmara de Vereadores e nas suas soluções junto as devidas pastas; assessorar as demais Secretarias e Autarquias que assim necessitarem; responder pela organização e realização do Programa Prefeitura nos Bairros; acompanhar Orçamento, PPA e LDO do Gabinete; controlar gastos com veículos e diárias do Gabinete; participar em conjunto com a Chefia de Gabinete no relacionamento com partidos políticos, demais municípios, órgãos públicos estaduais e federais, bem como entidades da sociedade civil; acompanhar quando necessário, o Prefeito, em atos sociais; atendimentos diversos; assessorar todas as Secretarias e Autarquias nas respostas aos pedidos de informações; acompanhar andamento de processos através do Sistema Betha.	GRAPE
04	ASSESSOR JURÍDICO	Assessora diretamente o Procurador Jurídico no tocante as procuradorias do Contencioso, Fiscal e Administrativo; propor a adoção de normas, medidas e procedimentos destinados ao aprimoramento da Procuradoria do Município e da Administração Pública; transigir e dar ou receber quitações, nos limites da lei, através do competente instrumento de mandato; requisitar às autoridades administrativas, aos servidores dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, Direta e Indireta e aos prestadores de serviços públicos, informações, processos administrativos e documentos em geral, bem como adotar outras medidas necessárias à instrução de processo ou defesa, em juízo ou na esfera administrativa; exercer outras atribuições inerentes a função, definidas em lei ou regimento e cometidas pela respectiva chefia. Assessorar o Chefe do Poder Executivo o Procurador e os Secretários Municipais na tomada de decisões político-jurídicas, elaboração e análise de termos de ajustamento de condutas, elaboração de projetos de lei de origem do executivo e análise de projetos de lei de origem do legislativo.	PROCUR

01	OUVIDOR	Gerenciar e coordenar a equipe da Ouvidoria Municipal para receber, encaminhar e apurar reclamações, demandas e queixas da população; manter registro e arquivos das reclamações recebidas; enviar respostas aos reclamantes. Manter relação direta e estreita com o Gabinete do Prefeito no que concerne na resolução de problemas da comunidade.	GRAPE
01	DIRETOR DE- PARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO	<p>Dirigir o Departamento de Controle Interno. Dar apoio técnico ao Gabinete do Prefeito e todas as Secretarias, coordenando a equipe do Controle Interno para: Coordenar as atividades relacionadas com o "Sistema de Controle Interno do Município", promover a sua integração operacional e expedir atos normativos sobre procedimentos de controle; Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, centralizando, em nível operacional, o relacionamento com o Tribunal de Contas do Estado, respondendo pelo: encaminhamento das prestações de contas anuais, atendimento aos técnicos do controle externo, recebimento das diligências, coordenação das atividades para a elaboração de respostas, acompanhamento da tramitação dos processos e coordenação da apresentação de recursos; Assessorar a Administração Pública Municipal nos aspectos relacionados com o controle interno e externo e quanto à legalidade dos atos de gestão, emitindo relatórios e pareceres sobre os mesmos; Interpretar e pronunciar-se em caráter normativo sobre a legislação concernente à execução orçamentária, financeira e patrimonial; Medir e avaliar a eficiência e a eficácia dos procedimentos de controle interno adotados pelos Órgãos Auxiliares do Sistema de Controle Interno, através de processo de auditoria a ser realizada nos sistemas de Planejamento e Orçamento, Contabilidade e Finanças, Compras e Licitações, Obras e Serviços, Administração de Recursos Humanos e demais sistemas administrativos da Administração Direta e Indireta do Município, Autarquias e Fundações, expedindo relatórios com recomendações para o aprimoramento dos controles; Avaliar, em nível macro, o cumprimento dos programas, objetivos e metas espelhadas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e nos Orçamentos Anuais do Município, inclusive quanto a ações descentralizadas executadas à conta de recursos oriundos dos Orçamentos Fiscal e de Investimentos; Exercer o acompanhamento sobre a observância dos limites constitucionais de aplicações em gastos com a manutenção e o desenvolvimento do ensino e com despesas na área de saúde; Estabelecer mecanismos voltados a comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão e avaliar os resultados, quanto à eficácia, à eficiência e economicidade na gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, bem como, na aplicação dos recursos públicos por entidades de direito privado; Verificar a observância dos limites e condições para a realização de operações de crédito e sobre a inscrição de compromissos em Restos a Pagar; Efetuar o acompanhamento sobre as medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal aos limites legais, nos termos dos artigos 22 e 23, da Lei Complementar nº 101/00; Efetuar o acompanhamento sobre as providências tomadas para a recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites, conforme o disposto no art. 31, da Lei Complementar nº 101/00; Aferir a destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as da Lei Complementar nº 101/00; Efetuar o acompanhamento sobre o cumprimento do limite de gastos totais e de pessoal do Poder Legislativo Municipal, nos termos da Emenda Constitucional nº 25; Exercer o acompanhamento sobre a divulgação dos instrumentos de transparência da gestão fiscal nos termos da Lei Complementar nº 101/00, em especial quanto ao Relatório Resumido da Execução Orçamentária e ao Relatório de Gestão Fiscal, aferindo a consistência das informações constantes de tais documentos; Participar do processo de planejamento e acompanhar a elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e dos Orçamentos Anuais do Município; Manter registros sobre a composição e atuação das comissões de licitações; Manifestar-se, quando inquirido pela Administração Pública Municipal, acerca da regularidade e legalidade de processos licitatórios, sua dispensa ou inexigibilidade e sobre o cumprimento e/ou legalidade de atos, contratos e outros instrumentos congêneres; Propor a melhoria ou implantação de sistemas de informática em todas as atividades da Administração Pública Municipal, com o objetivo de aprimorar os controles internos, agilizar as rotinas e melhorar o nível das informações; Instituir e manter sistema de informações para o exercício das atividades finalísticas do Sistema de Controle Interno do Município;</p> <p>Alertar formalmente a autoridade administrativa para que instaure, imediatamente, sob pena de responsabilidade solidária, as ações destinadas a apurar os atos ou fatos inquinados de ilegais, ilegítimos ou antieconômicos que resultem em prejuízo ao erário, praticados por agentes públicos, ou quando não forem prestadas as contas ou, ainda, quando ocorrer desfalque, desvio de dinheiro, bens ou valores públicos; Dar ciência ao Tribunal de Contas do Estado, das irregularidades ou ilegalidades apuradas, para as quais a Administração Pública Municipal não tomou as providências cabíveis visando a apuração de responsabilidades e o ressarcimento de eventuais danos ou prejuízos ao erário; Revisar e emitir relatório sobre os processos de Tomadas de Contas Especiais instauradas pelas Unidades Administrativas, pelas Autarquias e pelas Fundações, inclusive sobre as determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado.</p>	GRAPE
01	DIRETOR DE- PARTAMENTO DE COMUNICA- ÇÃO SOCIAL	Dirigir o Departamento de Comunicação Social, coordenando a equipe e o programa de comunicação social da Administração, gerenciar os serviços da agência de publicidade, para formular, coordenar e supervisionar a execução de programas concernentes à política de comunicação social do Poder Executivo; orientar, dirigir, a execução de tarefas relativa à divulgação das atividades do governo, mediante os diversos meios de comunicação; assessorar o Gabinete e as Secretarias no desenvolvimento de suas atividades; coordenar a publicação de boletins e outros impressos produzidos no âmbito da Secretaria; supervisionar os serviços voltados para atendimento das demandas de comunicação social dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal; outras atividades correlatas.	GRAPE

01	DIRETOR DEPARTAMENTO DE DEFESA CIVIL	Dirigir o Departamento de Defesa Civil. Coordenando a equipe na gestão das políticas voltadas para a defesa da população atingida e ou suscetível de risco, promovendo estudos das áreas de risco, interditando e promovendo a remoção de pessoas, em sintonia com os demais órgãos do Município, Estado e da União envolvidos na defesa civil; executar as ações de defesa civil no Município; priorizar o apoio às ações preventivas relacionadas com a minimização de desastres; coordenar a vistoria das áreas de risco e recomendar a intervenção preventiva, o isolamento e a evacuação da população de áreas e edificações vulneráveis; fiscalizar e fazer manter atualizada e disponível as informações relacionadas com as ameaças, vulnerabilidades, áreas de risco e população vulnerável; implantar o banco de dados e a elaboração dos mapas temáticos sobre ameaças, vulnerabilidades e riscos de desastres; acompanhar as informações de alerta dos órgãos de previsão e acompanhamento para a execução de planos operacionais em tempo oportuno; implantar e manter atualizados o cadastro de recursos humanos, materiais e equipamentos a serem convocados e utilizados em situações de anormalidade; proceder a avaliação de danos e prejuízos nas áreas atingidas por desastres; propor à autoridade competente a decretação ou homologação de situação de emergência e de estado de calamidade pública, observando os critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Defesa Civil – COMDEC.	GRAPE
01	DIRETOR DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO URBANO	Dirigir o Departamento de Trânsito Urbano, coordenando a equipe e fazendo a gestão dos recursos materiais do departamento municipal de trânsito e à aplicação da política municipal de mobilidade urbana e trânsito, cabendo ainda o atendimento aos pleitos da comunidade; emissão de autorização categoria aluguel; Com o apoio das divisões e setores, organizar e coordenar as equipes nas campanhas educativas; fiscalização e implantação de sinalização (horizontal e vertical), projetos de trânsito; coordenação e instrução dos agentes de trânsito; controle de contratos e convênios com terceiros; fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito de veículos, de pedestres; planejar o trânsito de veículos, pedestres e implementar ações voltadas à segurança do trânsito; gerir o órgão de trânsito; controlar e fiscalizar o transporte escolar e a exploração dos permissionários de serviços de táxi no município.	SEPLU
01	DIRETOR DEPARTAMENTO DE URBANISMO	Dirigir o Departamento de Urbanismo, coordenando a equipe na execução de todas as atividades do DEURB; desenvolver processo permanente e contínuo de acompanhamento e aprimoramento da política e legislação relativa ao planejamento e desenvolvimento urbano, inclusive as relativas ao Plano Diretor Estratégico, ao Parcelamento, ao Uso e Ocupação do Solo e às Operações Urbanas; coordenar o desenvolvimento de projetos urbanos interagindo com os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, com outras esferas de governo e com a sociedade civil; promover a integração dos planos e projetos dos diversos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta relacionados ao desenvolvimento urbano; desenvolver e consolidar planos de desenvolvimento urbano de médio e longo prazo; formular políticas, diretrizes e ações que propiciem o posicionamento do Município em questões relacionadas ao seu desenvolvimento urbano, incluindo as que decorram de sua inserção em planos nacionais, regionais, estaduais e metropolitanos;	SEPLU
01	DIRETOR DEPARTAMENTO DE PROJETOS	Dirigir o Departamento de Projetos, coordenando a equipe de engenheiros e arquitetos na elaboração dos projetos de Arquitetura, Urbanismo e Engenharia; coordenar a elaboração de memoriais descritivos, quantitativos de materiais e especificações técnicas, orçamentos para as obras; coordenar a execução dos levantamentos topográficos necessários; designar profissional para elaboração de projetos e fiscalização de obras; sugerir e coordenar contratação de profissionais especializados, para qualquer tipo de projeto complementar de Arquitetura, Urbanismo e Engenharia; pesquisar e sugerir a elaboração de novos programas, planos e projetos relacionados a Arquitetura, Urbanismo e Engenharia para implementação no Município; executar outras atividades inerente à área ou que venham a ser delegadas por seus superiores.	SEPLU
01	DIRETOR DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	Dirigir o Departamento de Proteção Social Especial, Assessorar o Secretário Municipal de Assistência Social, no planejamento, e execução das políticas públicas, voltados para a proteção Social Especial, fazendo a gestão das equipes subordinadas para a realização das atividades fim da Secretaria.	SEMAS
01	DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	Dirigir o Departamento de Administração da Secretaria, Assessorar o Secretário Municipal de Assistência Social, chefiando os servidores e os departamentos responsáveis por todas as atividades meio da Secretaria, responsável pelos serviços de licitações e recursos humanos da Secretaria, acompanhamento da execução e revisão dos orçamentos, econômico e financeiro, de receitas, de investimentos e de despesas operacionais e de manutenção.	SEMAS
01	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	Dirigir o Departamento de Proteção Social Básica, Assessorar o Secretário Municipal de Assistência Social, no planejamento, e execução das políticas públicas voltados para a proteção social básica, fazendo a gestão das equipes subordinadas, para a realização das atividades fim da Secretaria.	SEMAS

01	DIRETOR DE- PARTAMENTO CONTABILIDADE	Dirigir o Departamento de Contabilidade, coordenando os trabalhos no que diz respeito aos registros de todos os atos e fatos contábeis; analisar os relatórios de todos os registros executados; distribuir as atividades para cada um dos servidores envolvidos; preparar relatórios gerenciais, visando auxiliar os gestores na tomada de decisões; dar direcionamentos às demais Secretarias, Fundos e Departamentos quanto a utilização dos recursos orçamentários e financeiros; acompanhar o cumprimento dos índices mínimos obrigatórios quanto aos gastos com Educação e Saúde; acompanhar o cumprimento dos índices máximos obrigatórios quanto aos gastos com Pessoal e Endividamento; acompanhar os indicadores de Resultado Primário e Nominal; preparar e apresentar Audiências Públicas objetivando dar transparências das Contas Públicas; acompanhar o cumprimento das metas fiscais previamente estabelecidas nas Leis Orçamentárias; buscar a atualização quanto as novas normas na área contábil; orientar seus subordinados quanto ao adequado registro dos atos e fatos contábeis; coordenar e acompanhar o envio da Prestação de Contas aos diversos órgãos fiscalizadores; coordenar e acompanhar o fornecimento de informações da área quando solicitado pelos órgãos fiscalizadores, pelos gestores ou pela comunidade; elaborar normas para padronizar os procedimentos dos registros e demonstrações contábeis para os servidores da área e para as entidades da Administração Indireta; acompanhar e coordenar a Consolidação das Contas do Município; fiscalizar o arquivamento da documentação contábil em cumprimento as regras exigidas; direcionar todas as atividades e tarefas inerentes a Contabilidade, para o perfeito andamento do Departamento.	SEFIN
01	DIRETOR DE- PARTAMENTO DE RECEITA	Dirigir o Departamento de Receita; Fiscalizar e sugerir alterações na legislação tributária do município visando à ampliação da arrecadação, supervisionando as atividades técnicas e administrativas; análise e resolução processos referentes aos requerimentos protocolados dos diversos tributos: (IPTU, ITBI, DÍVIDA ATIVA, ALVARÁ, ISS, NOTIFICAÇÕES, CANCELAMENTOS, REVISÕES DE VALORES, ALTERAÇÕES E LANÇAMENTOS), para após encaminhar ao Secretário para seu parecer; coordena a equipe e os fiscais de tributos no lançamento de taxas: AUTO DE INFRAÇÃO, TAXA DE EMBARQUE, TAXA DE INSPEÇÃO MUNICIPAL, CONVÊNIO CRECHES; verificar o lançamento dos tributos e seus respectivos vencimentos; lançar as empresas no IPTU para cobrança do imposto predial; lançamento do índice de correção mensal, notificações, certidões fórum, livro de Dívida Ativa; informar aos servidores qualquer alteração na legislação tributária e no sistema; ofícios aos cartórios pedindo informações referente as matrículas e escrituras; atender aos contribuintes, orientando e esclarecendo as dúvidas conforme a legislação vigente; executar outras atividades dentro do Departamento quando da falta de servidor.	SEFIN
01	DIRETOR DEPARTAMEN- TO DE MEIO AMBIENTE	Dirigir o Departamento de Meio Ambiente, auxiliando o Secretário Municipal de Agricultura, no planejamento e execução das políticas públicas voltadas para o meio ambiente, fazendo a gestão das equipes subordinadas para fiscalização, execução do licenciamento ambiental, e para ações de educação ambiental.	SEMAN
01	DIRETOR DE- PARTAMENTO DE AGRICULTU- RA E PECUÁRIA	Dirigir o Departamento de Agricultura e Pecuária da Secretaria, auxiliando o Secretário Municipal de Agricultura, no planejamento, e execução das políticas públicas, voltadas para a agricultura e pecuária, fazendo a gestão das equipes subordinadas.	SEMAN
01	DIRETOR DE ADMINISTRA- ÇÃO	Dirigir o Departamento de Administração da Secretaria, auxiliando o Secretário Municipal de Agricultura, chefiando os servidores e os departamentos responsáveis por todas as atividades meio da Secretaria, responsável pelos serviços de licitações e recursos humanos da Secretaria; acompanhamento da execução e revisão dos orçamentos, econômico e financeiro, de receitas, de investimentos e de despesas operacionais e de manutenção; controle de patrimônio e de frota.	SEMAN
01	DIRETOR DE- PARTAMENTO DE ACOMPAN- HAMENTO DE CONVÊNIOS	Dirigir o Departamento de Acompanhamento de Convênios; orientar, controlar e coordenar os subordinados no cumprimento das tarefas do departamento; acompanhar e captar recursos na esfera estadual e federal através de elaboração de projetos e planos de trabalhos; realizar a previsão orçamentária sobre as receitas e despesas oriundas dos convênios e contratos firmados; acompanhar a formalização e execução dos convênios e contratos voltados aos recursos captados na esfera estadual e federal; manter cadastro atualizado dos contratos e convênios firmados, bem como a situação administrativo-financeira de cada um; desenvolver sistemas informatizados ou adequar os sistemas existentes objetivando a gestão dos contratos e convênios firmados; realizar em conjunto com o Gabinete do Prefeito, as secretarias executoras e o departamento de contabilidade a prestação de contas dos contratos e convênios firmados; gerir a execução dos convênios e contratos realizando avaliações periódicas e elaborando relatórios de cunho gerencial, prestando contas ao Secretário, ao Gabinete do Prefeito e às Secretarias envolvidas o andamento dos convênios.	SEPLU
01	DIRETOR DE- PARTAMENTO DE PROTEÇÃO AO CONSUMI- DOR	Dirigir o Departamento de Proteção ao Consumidor; elaborar e fazer cumprir a política municipal de proteção do consumidor, bem como atuar na orientação, controle e coordenação das tarefas dos subordinados; representar o PROCON SBS em juízo e fora dele; cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor; supervisionar todas as atividades do PROCON; exercer todas as atribuições inerentes à função executiva, observadas as normas legais, estatutárias e regimentais; aprovar o programa de atividades do PROCON SBS; elaborar e submeter ao Conselho Municipal de Defesa do Consumidor as propostas orçamentárias do PROCON e os resultados do exercício findo; delegar competências aos colaboradores, para a prática de atos específicos, segundo as conveniências de gestão; zelar pela observação plena, por parte do PROCON, dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economia e eficiência da Administração Pública, em consonância com o artigo 37 da Constituição Federal.	SECON

01	DIRETOR DE- PARTAMENTO DE TURISMO	Dirigir o Departamento de Turismo; desenvolver estudos, elaborando e propondo ações e a sugestão de legislação específica visando o desenvolvimento do turismo local, bem como na orientação, controle e coordenação das tarefas dos subordinados; organizar e executar as ações na área de turismo, de forma integrada com as demais secretarias e instituições públicas e privadas; elaborar estudos e pesquisas sobre a demanda e oferta turística do Município, em parcerias com as demais esferas de governo, bem como as instituições que atuam e representam o setor, mantendo um sistema de informações atualizado e funcional; gerenciar os recursos do Fundo Municipal de Turismo, conforme deliberações do Conselho Municipal de Turismo, desenvolvendo ações em toda a cadeia produtiva de turismo, gerando oportunidades aos setores comercial, industrial e de serviço; articular-se com os setores envolvidos na atividade turística na busca de identificação das dificuldades e definições de soluções a serem adotadas no sentido de superar os entraves existentes e, ao mesmo tempo, potencializar soluções e resultados; promover e manter um calendário de eventos turísticos, artísticos, culturais, esportivos e sociais, integrando todos os setores envolvidos, de forma a valorizar as manifestações e produções locais.	SECON
01	DIRETOR DE- PARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO	Dirigir o Departamento de Indústria e Comércio; sugerir e promover alterações na legislação municipal de incentivo ao desenvolvimento econômico, bem como na orientação, controle e coordenação das tarefas dos subordinados; assessorar o Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo, no fomento do desenvolvimento econômico e na implantação de empreendimentos econômicos no Município, objetivando a geração de emprego e renda e na promoção de eventos para a divulgação do Município e das suas potencialidades econômicas e das oportunidades de investimentos; planejar, organizar, dirigir e controlar as atividades do departamento, desenvolvendo tarefas, fixando métodos de ação e acompanhando seu desenvolvimento, para assegurar o cumprimento dos objetivos, metas e prazos estabelecidos; apoiar e promover a qualificação profissional em parceria com instituições especializadas, buscando a permanente melhoria da qualidade da mão de obra nas atividades desenvolvidas no Município; executar outras tarefas correlatas.	SECON
01	DIRETOR DE- PARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMA- ÇÃO	Dirigir o departamento de Tecnologia e Informações. Auxiliar o Secretário Municipal de Administração, o Gabinete do Prefeito e as outras Secretarias e órgãos Municipais no desenvolvimento da política municipal de inovação tecnológica, contribuindo para a aplicação das ferramentas tecnológicas com vistas a melhoria dos serviços públicos prestados a comunidade, economia de dinheiro público, Instruir seus subordinados de modo que se conscientizem da responsabilidade que possuem; assessorar na organização de horário e escalas de serviços gerais ordinários e extraordinários junto ao Secretário; levar ao conhecimento do Secretário, verbalmente ou por escrito, depois de convenientemente apurado, todas as ocorrências que não lhe caiba resolver, bem como todos os documentos que dependam de decisão superior; dar conhecimento ao Secretário de todas as ocorrências e fatos que tenha realizado por iniciativa própria; promover reuniões periódicas com os servidores auxiliares; intermediar na expedição de todas as ordens relativas à disciplina, instrução e serviços gerais cuja execução cumpre-lhe fiscalizar; exercer responsabilidade pelas mudanças na distribuição do pessoal, incluindo férias e outras, para o bom desempenho da Secretaria em que estiver lotado; cumprir e fazer cumprir as normas internas da Secretaria; representar o Secretário, quando designado; acompanhar, pessoalmente, ocorrências de ordem policial ou administrativa que envolvam servidores da Secretaria, com a devida autorização do Secretário; assinar documentos ou tomar providências de caráter urgente, na ausência ou impedimento ocasional do Secretário, dando-lhe conhecimento, posteriormente; analisar, avaliar a viabilidade e desenvolver sistemas de informações, utilizando metodologia e procedimentos adequados para sua implantação de sistemas e/ou automatizar processos e rotinas de trabalho das diversas unidades administrativas do Município; pesquisar e avaliar sistemas disponíveis no mercado e sua aplicabilidade para o Município, analisando a relação custo/benefício de sua aquisição; treinar e acompanhar os usuários na utilização dos sistemas desenvolvidos ou adquiridos de terceiros, visando assegurar o correto funcionamento dos mesmos; atender o público interno e externo; solicitar a compra de materiais e equipamentos; realizar outras tarefas afins; apresentar ao seu superior em cada exercício, o programa anual dos trabalhos a cargo das unidades sob sua direção, para o exercício seguinte; apresentar, periodicamente, ao seu superior, relatórios das atividades dos órgãos sob sua direção; apresentar as propostas de atividades e projetos para compor o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária na área de sua competência.	SECAD

01	DIRETOR DE- PARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	<p>Dirigir o Departamento de Recursos Humanos. Auxiliar o Secretário Municipal de Administração, o gabinete do Prefeito e todas as Secretarias Municipais, no que concerne a gestão da política de recursos humanos do município, visando a maximização dos resultados, através da melhor utilização dos recursos humanos disponíveis. Dirigir, orientar, supervisionar e avaliar a execução dos trabalhos de seus setores subordinados; apresentar ao seu superior em cada exercício, o programa anual dos trabalhos a cargo das unidades sob sua direção, para o exercício seguinte; apresentar, periodicamente, ao seu superior, relatórios das atividades dos órgãos sob sua direção; apresentar as propostas de atividades e projetos para compor o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária na área de sua competência; elaborar e analisar a planilha de custos das atividades desenvolvidas, analisando o custo/benefício dos programas e a meta alcançada; opinar sobre processos de servidores que lhe sejam subordinados; determinar a instauração dos procedimentos disciplinares e administrativos, em assuntos afetos a sua área de competência; elaborar parecer em processos administrativos e demais documentos no âmbito de competência dos órgãos, preparando-os para o despacho final do Prefeito; responder pelo bom uso e conservação dos materiais permanentes e equipamentos a disposição de seu departamento; cumprir e fazer cumprir as decisões e instruções da Municipalidade; exercer atribuição de liquidante das despesas nas notas de empenho, com base nos documentos apresentados, certificando do recebimento das mercadorias e/ou serviços ou delegando servidor para tal fim; praticar todos os atos objeto de competência delegada pelo Secretário ou Prefeito Municipal; despachar e realizar reuniões periódicas com os chefes e servidores diretamente subordinados, para analisar o andamento e aprimoramento dos trabalhos; exercer as atribuições comuns aos ocupantes de cargos de direção; exercer outras atribuições inerentes ao cargo. É o responsável pela folha de pagamento, retenções, contribuições previdenciárias e retenções tributárias, realização de concursos públicos, segurança e medicina do trabalho e protocolo, bem como todos os procedimentos e processos a eles inerentes.</p>	SECAD
01	DIRETOR DE- PARTAMENTO DE SUPRIMENTO E PATRIMÔNIO	<p>Dirigir o Departamento de Suprimento e Patrimônio. Auxiliar o Secretário Municipal de Administração, o gabinete do Prefeito e todas as Secretarias Municipais, no que concerne a gestão das compras e licitações públicas do município, e na gestão e administração do patrimônio público, visando a maximização dos resultados, através da melhor aplicação dos recursos financeiros utilizados nas compras públicas e melhor utilização do patrimônio público municipal. Dirigir, orientar, supervisionar e avaliar a execução dos trabalhos de seus setores subordinados; baixar atos e ordens de serviços relativos à Divisão; promover estudos, reuniões e apresentar sugestões para aperfeiçoamento do sistema; apresentar os relatórios solicitados pelo Secretário de Administração; fazer cumprir as normas e orientações dos órgãos superiores; indicar, ao Secretário de Administração, seu substituto eventual nas suas ausências ou impedimentos; executar outras atividades inerentes à sua área de competência; apresentar ao seu superior em cada exercício, o programa anual dos trabalhos a cargo das unidades sob sua direção, para o exercício seguinte; apresentar, periodicamente, ao seu superior, relatórios das atividades dos órgãos sob sua direção; apresentar as propostas de atividades e projetos para compor o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária na área de sua competência; elaborar e analisar a planilha de custos das atividades desenvolvidas, analisando o custo/benefício dos programas e a meta alcançada; opinar sobre processos de servidores que lhe sejam subordinados; determinar a instauração de procedimentos disciplinares e administrativos, em assuntos afetos a sua área de competência; elaborar pareceres em processos administrativos e demais documentos no âmbito de competência dos órgãos, preparando-os para o despacho final do Prefeito; responder pelo bom uso e conservação dos materiais permanentes e equipamentos à disposição de seu departamento; cumprir e fazer cumprir as decisões e instruções da Municipalidade; exercer atribuição de liquidante das despesas nas notas de empenho, com base nos documentos apresentados, certificando do recebimento das mercadorias e/ou serviços ou delegando servidor para tal fim.</p> <p>É o responsável pelas compras, frota e patrimônio, bem como todos os procedimentos e processos a eles inerentes.</p>	SECAD

01	DIRETOR DE- PARTAMENTO DE VIGILÂNCIA À SAÚDE	Dirigir o Departamento de Vigilância à Saúde. Responsável por dirigir e administrar a Unidade Centro de Vigilância Sanitária Ambiental. Auxiliar o Secretário Municipal de Saúde, o gabinete do Prefeito, no que concerne a gestão da política municipal de proteção e prevenção à saúde pública, fazer a gestão do Setor de Vigilância Epidemiológica, Laboratório Municipal do CVS, exames pré-admissionais e demissionais dos servidores da Prefeitura de SBS, carteiras de saúde; planejar ações para a recuperação, promoção e proteção da saúde pública, visando a melhoria na qualidade de vida da população; planejar e executar ações transmissíveis; identificar as causas e efeitos dos fatores condicionantes e determinantes e estabelecer processos adequados de prevenção ou de bloqueio dos fatores de risco; promover ações de controle específicas para cada agravo e avaliar a eficácia e efetividade das medidas adotadas; proporcionar à população o acesso às informações de interesse para a tomada de decisão e o controle social; notificar doenças de notificação compulsória, surtos e agravos inusitados; realizar investigação epidemiológica de casos notificados, surtos e óbitos por doenças específicas; realizar busca ativa de casos de notificação compulsória nas unidades de saúde, inclusive laboratórios, domicílios, creches e instituições de ensino existentes em seu território; coordenar as ações de captura de vetores e reservatórios, identificação e levantamento do índice de infestação; coordenar e executar as ações de vacinação, integrantes do Programa Nacional de Imunizações, incluindo a vacinação de rotina com as vacinas obrigatórias, as estratégias especiais como campanhas e vacinações de bloqueio e a notificação e investigação de eventos adversos e óbitos temporalmente associados a vacinação; prover ações de monitoramento contínuo no Município ou áreas de abrangência de equipes de atenção à saúde, por estudos e análises que identifiquem e expliquem problemas de saúde e o comportamento dos principais indicadores de saúde, contribuindo para um planejamento de saúde mais abrangente; promover ações capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços do interesse da saúde, abrangendo o controle de bens de consumo que direta ou indiretamente se relacionem com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos da produção ao consumo, e o controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde.	SEMUS
01	DIRETOR DE- PARTAMENTO DE ATENÇÃO À SAÚDE	Dirigir o Departamento de Atenção à Saúde. Coordenar e administrar os serviços técnicos da Secretaria Municipal de Saúde. Auxiliar o Secretário Municipal de Saúde, o gabinete do Prefeito, no que concerne a gestão da política municipal de proteção à saúde pública, e combate as doenças, Responsável pela gestão técnica dos serviços realizados nas Unidades de Saúde, ESF'S, (ACS, EACS, PMAQ-AB, enfermagem, médicos, odontólogos, TSB, ASB, recepção, limpeza); central de medicamentos, centro de especialidades médicas – CEM; Centro de Atendimento Psicossocial – CAPS; Centro de Especialidades Médicas – CEO; Serviços de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU; Centro de Atendimentos Terapêuticos – CAT; Raio X; Ultrassom, Endoscopia, Eletrocardiograma; Laboratório Municipal; CADIA(Diabéticos e Hipertensos); Assistência Social; escalas de plantão, atendimentos médicos; respostas a processos judiciais e ouvidorias SUS; atendimento ao público em geral que procura a SEMUS, avaliação dos funcionários da saúde; coordenação dos Programas de Atenção à Saúde.	SEMUS
01	DIRETOR DE- PARTAMENTO DE GESTÃO AD- MINISTRATIVA	Dirigir o Departamento de Administração da Secretaria, Auxiliar o Secretário no que couber, chefiando os servidores e os departamentos responsáveis por todas as atividades meio da Secretaria, responsável pelos serviços de licitações e recursos humanos da Secretaria, coordenando os serviços de contabilidade; acompanhar a execução e revisão dos orçamentos, econômico e financeiro, de receitas, de investimentos e de despesas operacionais e de manutenção.	SEMUS
01	DIRETOR DE- PARTAMENTO DE ADMINIS- TRAÇÃO	Dirigir o Departamento de Administração da Secretaria, Auxiliar o Secretário no que couber, chefiando os servidores e as unidades responsáveis por todas as atividades meio da Secretaria, responsável pelos serviços de compra e licitações, e de recursos humanos da Secretaria; coordenar e acompanhar a execução e revisão dos orçamentos, econômico e financeiro, de investimentos e de despesas operacionais e de manutenção.	SEMOB
01	DIRETOR DE- PARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	Dirigir o Departamento de Serviços Urbanos. Auxiliar o Secretário, chefiando os servidores e as unidades responsáveis por todas as atividades de serviços urbanos da Secretaria, responsável pelas divisões de Praças, Parques e Cemitérios – DIPAC, Limpeza Pública – DILIP.	SEMOB
01	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E MANUTENÇÃO	Dirigir o Departamento de Obras e Manutenção; Auxiliar o Secretário, chefiando os servidores e os departamentos responsáveis por todas as atividades de obras da Secretaria, responsável pelas divisões de Obras Viárias – DIVOV, Manutenção de Vias – DIMAV, Manutenção Drenagem Urbana – DIDUR. Destina, acompanha e fiscaliza a frota de maquinários e os profissionais da secretaria (operadores de máquinas, caçambas, motoristas, auxiliares de serviços e operações) nos serviços prestados pela Secretaria, responsável pelo Britador e pelo recebimento na parte de patrolamento, ensaibramento, consertos asfálticos e novas pavimentações; responsável pela parte de britagem..	SEMOB
01	DIRETOR DE- PARTAMENTO DE PROGRAMAS E PROJETOS	Todas as atribuições constantes no artigo 179, incisos I a XXVIII, da Lei nº 2893/2011, de 19/10/2011;	SEMED
01	DIRETOR DE- PARTAMENTO DE ENSINO	Todas as atribuições constantes no artigo 178, incisos I a XXVI, da Lei nº 2893/2011, de 19/10/2011;	SEMED
01	DIRETOR DE- PARTAMENTO DE ADMINIS- TRAÇÃO	Todas as constantes no artigo 180, incisos I a XXIV, da Lei nº 2893/2011, de 19/10/2011;	SEMED

CHEFE DE DIVISÃO/ASSESSOR – CC4

Qt	Cargo	Descrição	Lot.
01	ASSESSORIA EXECUTIVA E APOIO OPERACIONAL DO GABINETE	Assessorar o Prefeito Municipal no atendimento em geral, elaborando sua agenda. Coordenar os serviços de apoio ao gabinete;	GAPRE
01	ASSESSORIA DE IMPRENSA E RELACIONAMENTO COM A MÍDIA	Assessorar o Diretor de Comunicação na cobertura jornalística aos eventos oficiais, bem como aos atos, programas e serviços da Prefeitura Municipal, mantendo contato com órgãos de imprensa e divulgação, produzindo e enviando releases específicos; elaborar e produzir jornais para público interno e externo, para divulgação dos atos, programas e serviços da Prefeitura Municipal, respondendo ainda pela contratação dos serviços de terceiros necessários; elaborar e produzir material promocional sempre que necessário; elaborar relação de recortes de jornais, diariamente; manter arquivos de releases, para consulta; orientar produção fotográfica, quando com enfoque jornalístico; elaborar todo material promocional e de divulgação de eventos, obras, programas e serviços da Prefeitura Municipal, cuidando de sua produção e confecção; assessorar o Departamento de Imprensa na análise de planos de mídia, para divulgação dos eventos, obras, programas e serviços da Prefeitura Municipal, bem como orientar na contratação de serviços necessários; encaminhar, após análise, serviços para produção de material promocional solicitados por outros setores da Prefeitura Municipal; executar outras atribuições que lhe forem determinadas.	GAPRE
01	ASSESSORIA DE DIVULGAÇÃO E CERIMONIAL	Assessorar na elaboração e organização dos eventos oficiais da Prefeitura, coordenando o cerimonial; acompanhar a emissão de convites e a mobilização de todos os setores envolvidos; desenvolver programas de Relações Públicas específicos; manter cadastro atualizado de autoridades e personalidades a nível local, regional e nacional; apoiar os demais Departamentos e Divisões no tocante à distribuição de material promocional e de jornais; distribuir material promocional da PMSBS, bem como manter estoque dos mesmos; contratar serviços de terceiros, se necessário à boa execução dos eventos; executar outras atribuições que lhe forem determinadas.	GAPRE
01	CHEFE DE DIVISÃO DE DEFESA CIVIL	Chefiar e coordenar a equipe da defesa civil; auxiliar o Diretor do Departamento de Defesa Civil nos assuntos relacionados a administração do Departamento, e nos assuntos relacionados à Defesa Civil, estabelecendo o conjunto de medidas preventivas, controle de estoque e equipamentos, de socorro, assistenciais e recuperativas de defesa civil, destinadas a evitar consequências danosas de eventos previsíveis ou não, podendo, inclusive, solicitar ao órgão competente da Prefeitura a interdição de locais que entenda ser necessária; caberá as ações de controle da movimentação do protocolo e a guarda de documentação, inclusive operacional e patrimonial, bem como, do sistema de comunicação da Defesa Civil e ainda, do monitoramento eletrônico dos equipamentos instalados em prédios e ou logradouros públicos, destinados a Defesa Civil pertencente ao patrimônio municipal, coordenar e administrar a equipe da Defesa Civil nas ações preventivas, assistenciais e recuperativas.	GAPRE
01	CHEFE DE DIVISÃO DE ARRECAÇÃO	Chefiar e coordenar a equipe de arrecadação e fiscalização de tributos, auxiliar o Diretor do Departamento de Receita e o Secretário Municipal de Finanças na gestão da equipe para o Lançamento dos tributos municipais (IPTU, ISS, ITBI) para pessoas físicas e jurídicas, para a cobrança dos tributos; coordenar o atendimento ao público; baixa dos tributos; encerramento e arquivamento dos processos; solução de problemas com o sistema Betha referente a tributação; executar outras atividades dentro do Departamento quando da falta de servidor.	SEFIN
01	CHEFE DE DIVISÃO DE TESOURARIA	Chefiar e coordenar a equipe de tesouraria, assessorar o Diretor do Departamento de Contabilidade e o Secretário Municipal de Finanças nos trabalhos referente a utilização e aplicação dos recursos financeiros disponíveis; designando responsável e fiscalizando diariamente a disponibilidade de recursos junto as instituições financeiras; acompanhar o correto registro das receitas, individualizadas pelas diversas fontes de recursos; acompanhar e distribuir os trabalhos da divisão aos demais; verificar e acompanhar para que todas as obrigações do Município sejam quitadas dentro dos prazos de exigibilidade; cumprir e fazer cumprir todas as normas e regras relacionadas com a área financeira; acompanhar e/ou verificar para que sejam feitas diariamente, consultas as instituições bancárias sobre disponibilidades financeiras; coordenar as ações para que os recursos financeiros disponíveis e ainda não utilizados sejam aplicados no mercado financeiro; exigir e acompanhar o fechamento financeiro diariamente; prestar todas as informações exigidas por lei; dar conhecimento aos gestores, diariamente, da situação financeira da Prefeitura Municipal; fazer projeções sobre o ingresso e saída de recursos; prestar informações aos superiores quando solicitado; cumprir e fazer cumprir todas as normas e regras inerentes a área financeira; conhecer e dar conhecimento aos subordinados sobre novas normas, orientações e atualizações surgidas; participar de cursos e treinamentos para o aperfeiçoamento das atividades da divisão; auxiliar a Diretoria na prestação de contas e nas audiências públicas quando solicitado; chefiar, coordenar e acompanhar todas as demais atividades inerentes à Divisão de Tesouraria.	SEFIN

01	CHEFE DE DIVISÃO DE COMPRAS	<p>Chefiar e coordenar a equipe da Divisão de Compras e auxiliar o Diretor do Departamento de Suprimentos e Patrimônio e o Secretário Municipal de Administração no que se refere as atividades da equipe para manter o cadastro de fornecedores e prestadores de serviços e expedir os Certificados de Regularidade de Situação Jurídico-fiscal; consultar o catálogo de materiais via sistema SICAF do governo Federal; elaborar os editais dos procedimentos licitatórios; providenciar o cumprimento de atividades necessárias às licitações, conforme normas vigentes; prestar apoio administrativo à Comissão Permanente de Licitação; realizar as compras de materiais e a contratação de serviços que dispensam licitações; elaborar relatórios referentes às aquisições de materiais de procedência estrangeira; manter contatos com fornecedores, dando uma maior rapidez no andamento do processo; incrementar o desenvolvimento de novas fontes de fornecimento, através de pesquisa e análise de mercado; indicar, ao Diretor de Divisão de Materiais e Patrimônio, seu substituto eventual nas suas ausências e/ou impedimentos; executar outras atividades inerentes à sua área de competência; executar processo de cotação e concretizar a compra dos produtos, materiais e equipamentos para o serviço público; acompanhar o fluxo de entrega; supervisionar equipe e processos de compra.</p>	SECAD
01	CHEFE DE DIVISÃO DE PATRIMÔNIO	<p>Chefiar e coordenar a equipe da Divisão de Patrimônio e auxiliar o Diretor do Departamento de Suprimentos e Patrimônio e o Secretário Municipal de Administração no que se refere as atividades da equipe, supervisionar os trabalhos quanto, a examinar, conferir e receber o material adquirido de acordo com as Notas de Empenho, podendo, quando for o caso, solicitar o exame dos setores técnicos requisitantes ou especializados; conferir os documentos de entrada de material, e liberar as Notas Fiscais para pagamento; atender às requisições de materiais das Unidades Administrativas e dos Centros de Custos; controlar e manter os registros de entrada e saída dos materiais sob sua guarda, realizar o balanço mensal fornecendo dados para a contabilidade; organizar o almoxarifado de forma a garantir o armazenamento adequado, e a segurança dos materiais em estoque; fazer ocorrência de mercadorias entregues em desacordo com o empenho; realizar o inventário anual; acompanhar comissão nomeada pelo Prefeito para prestação de Contas, no final do exercício; indicar ao Diretor de Divisão de Materiais e Patrimônio, o substituto eventual nas ausências e/ou impedimentos; executar outras atividades inerentes à sua área de competência; realizar o cadastramento e tombamento dos bens patrimoniais, bem como manter controle da distribuição; promover a avaliação e reavaliação dos bens móveis e imóveis para efeito de alienação, incorporação, seguro e locação; manter atualizado o registro dos bens móveis e imóveis; comunicar e tomar providências cabíveis nos casos de irregularidades constatadas; realizar inspeção e propor a alienação dos móveis inservíveis ou de recuperação antieconômica.</p>	SECAD
01	CHEFE DE DIVISÃO DE CONTROLE DE FROTA	<p>Chefiar e coordenar a equipe da Divisão de Controle de Frota e assessorar o Diretor do Departamento de Suprimentos e Patrimônio e o Secretário Municipal de Administração no que se refere a administração e controle da frota de veículos do município; despachar periodicamente os assuntos pertinentes a sua área de atuação, com seu superior imediato, apresentar ao superior imediato o programa de trabalho do setor, indicando, inclusive, sua finalidade, os problemas à serem resolvidos, metas à serem atingidas, bem como o custo operacional do mesmo; comunicar ao seu superior imediato as irregularidades que vier a tomar conhecimento junto ao seu órgão; zelar pela qualidade dos serviços e pelo bom funcionamento do órgão; zelar por todos os equipamentos e materiais permanentes e de consumo, com vista a sua preservação rendimento e economia, responsabilizando-se pelos mesmos; responder técnica e administrativamente pelos servidores lotados no órgão sob sua coordenação; controlar o custo operacional das atividades desenvolvidas; apresentar relatório mensal sobre o custo operacional ao Diretor de seu departamento; fazer reuniões periódicas com os seus subordinados, para efeito da melhor coordenação e desempenho dos trabalhos; propor aos seus respectivos superiores hierárquicos a expedição de instrução e ordens de serviços da área de sua atribuição; opinar, obrigatória e conclusivamente, em questões que versem sobre a matéria relacionada com a atribuição da sua área; colaborar nos estudos referentes a área de atuação da unidade; exercer outras atribuições inerentes ao cargo ou que sejam delegadas ou determinadas pelos seus respectivos superiores hierárquicos.</p>	SECAD
01	CHEFE DE DIVISÃO DE SEGURANÇA PATRIMONIAL	<p>Chefiar e coordenar a equipe da Divisão de Segurança Patrimonial. Instruir seus subordinados de modo que se conscientizem da responsabilidade que possuem; Organizar os horário e escalas de serviços; fazer a fiscalização do cumprimento das escalas de serviço de todos os vigias, controlar e fiscalizar o cumprimento de cargas horárias, inclusive nos finais de semana e feriados, controlar e repassar aos superiores todas as ocorrências registradas nos livros de registro, fazer boletins de ocorrência quando da ocorrência de furtos roubos ou depredações, comunicando as secretarias e diretorias responsáveis pelo patrimônio violado, promover reuniões periódicas com os vigias, visando o treinamento e orientação constante, atender o público interno e externo; realizar outras tarefas afins.</p>	SECAD

01	CHEFE DE DIVISÃO PESSOAL	<p>Chefiar e coordenar a equipe da Divisão de Pessoal; auxiliar o Diretor do Departamento de Recursos Humanos e o Secretário Municipal de Administração no que couber; Orienta e acompanhar a equipe na organização dos processos individuais de cada servidor e manter atualizado o seu cadastro; na instrução dos - processos relativos aos benefícios sociais do pessoal e seus familiares, - dos processos relativos a horas extraordinárias, pagamento de serviços, vencimentos de exercício, deslocações e acidentes em serviço; na emissão de certidões, declarações e notas de tempo de serviço exigidos por lei, bem como outros documentos relacionados com o pessoal; preparação dos processos de pessoal ativos e não ativos já aposentados para registro no expediente e arquivo; exercer atividades correlatas; instruir seus subordinados de modo que se conscientizem da responsabilidade que possuem; assessorar a organização dos serviços; levar ao conhecimento do superior imediato, verbalmente ou por escrito, depois de convenientemente apurado, todas as ocorrências que não lhe caiba resolver, bem como todos os documentos que dependam de decisão superior; dar conhecimento aos superiores hierárquicos de todos os fatos ocorridos e de outros que tenha realizado por iniciativa própria; promover reuniões periódicas com os auxiliares de serviço; coordenar a expedição de todas as ordens relativas à disciplina, instrução e serviços gerais cuja execução cumpre-lhe fiscalizar; representar o superior hierárquico, quando designado; assinar documentos ou tomar providências de caráter urgente, na ausência ou impedimento ocasional do superior hierárquico, dando-lhe conhecimento, posteriormente; elaborar correspondências em geral; organizar eventos em geral; atender o público em geral; realizar outras tarefas afins; organizar a realização de concursos públicos em conjunto com o Diretor de Pessoal; executar os atos de nomeação, exoneração e movimentação de servidores, organizar os prontuários dos servidores, controlar as frequências e cartões ponto, elaborar portarias, certidões e relatórios a serem enviados ao Tribunal de Contas do Estado; elaborar folhas de pagamento; controlar a concessão de direitos e vantagens a servidores; prestar informações nos processos de sua alçada; executar o preenchimento de guias e informações que devam ser fornecidas a órgãos públicos ou particulares de sua alçada; supervisionar os servidores em conjunto com o Diretor.</p>	SECAD
01	CHEFE DE DIVISÃO DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO	<p>Chefiar e coordenar a equipe da Divisão de Segurança e Medicina do Trabalho e auxiliar o Diretor do Departamento de Recursos Humanos e o Secretário Municipal de Administração; coordena a implantação e execução dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – SESMT Municipal, no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Municipal; promove, orienta e acompanha o funcionamento das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAS) da Prefeitura, de modo a reduzir os riscos existentes à saúde do trabalhador; divulga as normas e promove a realização de atividades de conscientização, educação e orientação dos servidores para a prevenção de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, através de campanhas e programas de duração permanente; responsabiliza-se tecnicamente pela orientação quanto a aplicação das Normas Regulamentadoras – NR aplicáveis às atividades executadas pelos órgãos e entidades da Prefeitura; Coordena equipes de profissionais da área de serviço social e psicologia para a realização de entrevistas, acompanhamento e encaminhamento dos problemas de natureza psicossocial dos servidores municipais; sugere a readaptação e/ou remanejamento de servidores em conformidade com suas potencialidades; Coordena a promoção de cursos, seminários, palestras e simpósios com o objetivo de desenvolver programas de prevenção e de recuperação de dependentes químicos; exerce outras atividades correlatas às suas competências e que lhe forem determinadas pelo Diretor do Departamento Geral de Pessoal.</p> <p>Desenvolve programas de readaptação profissional dos servidores às suas funções; diagnostica, juntamente com outros Órgãos da Prefeitura, casos de servidores que devam ser encaminhados para a reabilitação profissional; promove o processo de reabilitação profissional de servidores, após parecer médico-pericial emitido pela Junta Médica Municipal; acompanha e avalia os servidores em processo de reabilitação profissional, no sentido de indicar as novas funções a serem por eles desenvolvidas; encaminha servidores em processos de reabilitação profissional para treinamento; emiti laudos técnicos, recomendando ou não a readaptação/reabilitação profissional de servidores; exerce outras atividades correlatas às suas competências e que lhe forem determinadas pelo Diretor do Departamento de Assistência ao Servidor.</p>	SECAD

01	CHEFE DE DIVISÃO DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO	Chefiar e coordenar a equipe de Tecnologia e Informação, observar a abertura de chamados técnicos dos usuários e o registro das ocorrências, controlando-as através de sistema apropriado; manter mecanismos e ferramentas de atendimento, visando o célere restabelecimento dos serviços de tecnologia da informação e comunicação aos usuários; promover suporte aos usuários quanto à instalação, configuração e operação de computadores, periféricos, utilização de redes locais e de softwares e sistemas homologados pela Instituição, esclarecendo dúvidas e resolvendo problemas; promover as atividades de manutenção de hardware e atualizações tecnológicas necessárias à operacionalidade, disponibilidade e à conservação dos equipamentos e outros materiais utilizados na sua área de atuação; administrar e gerenciar as atividades dos responsáveis pelo atendimento, visando à prestação de serviços de forma padronizada e estabelecida dentro dos critérios de prazo de atendimento; manter controle, em conjunto com a Diretoria sobre o cumprimento da prestação dos serviços contratados; efetuar limpeza geral e manutenção preventiva de equipamentos; controlar materiais em seu poder para reposição em equipamentos, a título de manutenção; realizar pequenos reparos; e exercer outras atribuições conferidas pelo Diretor do Departamento.	SECAD
01	CHEFE DE DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO	Chefiar e coordenar a equipe da fiscalização, auxiliar o Diretor do Departamento de Urbanismo e o Secretário Municipal de Planejamento nos serviços de fiscalização de campo, prestação de informações e orientações, encaminhamento, despacho, arquivamento e emissão de todos os documentos relativos a: licenciamento e fiscalização de edificações; licenciamento e fiscalização do parcelamento do solo; consulta e emissão de certidão de localização de imóvel; licença para mineração; licença para muro, calçada e meio-fio; licença especial para reforma de edificação sem aumento de área construída; anuência em retificação de registro imobiliário; consulta e emissão de certidão de conformidade de uso do solo para fins de encaminhamento de licença ambiental; consulta e emissão de declaração de existência ou não de via pública; enquadramento no zoneamento urbano e nas condições da edificação quanto a habite-se, alvarás de funcionamento para indústria, comércio e prestação de serviço.	SEPLU
01	CHEFE DE DIVISÃO DE CARTOGRAFIA E LEGISLAÇÃO	Chefiar e coordenar a equipe de cartografia e legislação, auxiliar o Diretor do Departamento de Urbanismo e o Secretário Municipal de Planejamento nos serviços do cadastro imobiliário multifinalitário: atualização mediante as movimentações objeto das licenças municipais e atualizações mediante constatações de campo; cartografia: atualização dos mapas urbano e municipal, a partir de levantamentos de campo e incorporação dos projetos de desmembramentos, arruamentos, loteamentos, condomínios horizontais fechados e denominações de novos logradouros; patrimônio imobiliário municipal: manutenção, atualização, levantamentos de campo, pesquisas de documentos e arquivos, assessoria para a preparação de legislação específica, avaliações imobiliárias, encaminhamento de desmembramentos, escrituração, registro imobiliário, averbações.	SEPLU
01	CHEFE DE DIVISÃO DE OBRAS CIVIS	Chefiar e coordenar a equipe da divisão de obras civis, auxiliar o Diretor do Departamento de Urbanismo e o Secretário Municipal de Planejamento na coordenação e execução de análise de aprovação de projetos relativos a gestão da equipe nos serviços de licenciamento e fiscalização de edificações: consulta prévia, aprovação de projetos, alvará de construção, habite-se, demolições, certidão de conclusão de obra, vistorias de campo, notificação, embargos, autos de infração, encaminhamento para Assessoria Jurídica, emissão de guias de recolhimento das taxas correspondentes; licenciamento e fiscalização do parcelamento do solo: consulta prévia, aprovação de projetos de desmembramento e unificação, diretrizes para projetos de loteamento e de condomínio horizontal fechado aprovação de projetos de loteamento e de condomínio horizontal fechado, liberação de loteamento e de condomínio horizontal fechado, vistorias em campo, notificação, embargos, autos de infração, encaminhamento para Assessoria Jurídica, emissão de guias de recolhimento das taxas correspondentes.	SEPLU
01	CHEFE DE DIVISÃO DE OBRAS VIÁRIAS, PAVIMENTAÇÃO COMUNITÁRIA E PROJETOS ESPECIAIS	Chefiar e coordenar a equipe de obras viárias e projetos especiais, auxiliar o Diretor do Departamento de Projetos e o Secretário Municipal de Planejamento na execução dos programas de pavimentação comunitária e calçadas comunitária, envolvendo a avaliação preliminar dos locais de obras para implementação dos programas e convocação e coordenação de reuniões envolvendo os moradores e a Secretaria Municipal de Obras, para organização dos termos de pré adesão, elaboração e acompanhamento dos projetos e processo licitatório para as ruas a serem pavimentadas.	SEPLU
01	CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA E PROCESSOS	Chefiar a equipe da Divisão de Administração e Processos e auxiliar o Diretor do Departamento de Trânsito Urbano, e o Secretário Municipal de Planejamento, nos serviços, das equipes responsáveis: pelo setor de RH do departamento; pela realização de pré-orçamentos e solicitação de compra. Controle e manutenção dos veículos do DETRU; responsável pela emissão das diárias e controle dos valores das mesmas; responsável pela gestão da equipe de agentes de trânsito, e pela gestão da equipe responsável pelo atendimento dos munícipes e encaminhamento dos processos administrativos de defesas de infração, organizando e gerenciando o funcionamento da JARI municipal.	SEPLU

01	CHEFE DE DIVISÃO DE ANÁLISE DE CONTROLE DO TRÂNSITO URBANO	Chefiar a equipe da Divisão de Análise De Controle Do Trânsito Urbano e auxiliar o Diretor do Departamento de Trânsito Urbano, e o Secretário Municipal de Planejamento, na gestão dos serviços das equipes responsáveis pelos contratos com as empresas responsáveis pela gestão do Estacionamento Rotativo, pelo funcionamento e manutenção dos sistemas de semáforos, e pelos equipamentos de fiscalização eletrônica, chefiar a equipe para levantar e gerenciar os dados coletados pelos equipamentos de fiscalização eletrônica, sugerindo mudanças e alterações do fluxo do trânsito nas vias municipais, para em conjunto com a equipe da engenharia melhorar constantemente o fluxo do trânsito no município.	SEPLU
01	CHEFE DE DIVISÃO DE CRECHES	Todas as atribuições constantes no artigo 181, § 1º, incisos I a XXII, da Lei nº 2893/2011, de 19/10/2011.	SEMED
01	CHEFE DE DIVISÃO DE PRÉ ESCOLA	Todas as atribuições constantes no artigo 181, § 2º, incisos de I a XXII, da Lei nº 2893/2011, de 19/10/2011.	SEMED
01	CHEFE DE DIVISÃO DE ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	Todas as atribuições constantes no artigo 182, § 1º, incisos I a XXIV, da Lei nº 2893/2011, de 19/10/2011.	SEMED
01	CHEFE DE DIVISÃO DE ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	Todas as atribuições constantes no artigo 182, § 2º, incisos I a XXIII, da Lei nº 2893/2011, de 19/10/2011.	SEMED
01	CHEFE DE DIVISÃO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E PROJETOS	Todas as atribuições constantes no artigo 183, incisos I a XXIII, da Lei nº 2893/2011, de 19/10/2011.	SEMED
01	CHEFE DE DIVISÃO DE PROGRAMAS E ENSINO	Todas as constantes no artigo 184, incisos I a XXIII, da Lei nº 2893/2011, de 19/10/2011.	SEMED
01	CHEFE DE DIVISÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS	Todas as atribuições constantes no artigo 185, incisos I a XXII, da Lei nº 2893/2011, de 19/10/2011.	SEMED
01	CHEFE DE DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO	Todas as atribuições constantes no artigo 186, incisos I a XVIII, da Lei nº 2893/2011, de 19/10/2011.	SEMED
01	CHEFE DE DIVISÃO DE PESSOAL	Todas as atribuições constantes no artigo 187, incisos I a XXII, da Lei nº 2893/2011, de 19/10/2011.	SEMED
01	CHEFE DE DIVISÃO DE EXPEDIENTE	Todas as atribuições constantes no artigo 188, incisos I a XXII, da Lei nº 2893/2011, de 19/10/2011.	SEMED
01	CHEFE DE DIVISÃO DE REGISTRO ESCOLAR	Todas as atribuições constantes no artigo 189, incisos I a XX, da Lei nº 2893/2011, de 19/10/2011.	SEMED
01	CHEFE DE DIVISÃO DE MERENDA ESCOLAR	Todas as atribuições constantes no artigo 190, incisos I a XII, da Lei nº 2893/2011, de 19/10/2011.	SEMED
01	CHEFE DE DIVISÃO DE PLANEJAMENTO, CONTROLE E GESTÃO	Chefiar e coordenar a equipe do setor de Planejamento(instrumentos de Gestão, Projetos); setor de controle, avaliação e auditoria da SEMUS(controlar e fiscalizar todos os serviços prestados a SEMUS); realização de contratos junto a Clínicas Privadas para complementar os serviços SUS do Município; controle de AIH's – Autorização de Internações Hospitalares ocorridas no Município; controle de APACS – Autorização de Procedimentos de Alta Complexidade no Município; avaliação da contratualização dos serviços prestados ao SUS; SAI – Sistema de Informação Ambulatorial; SIHD – Sistema de Informação Hospitalar Descentralizado; CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde do Município.	SEMUS
01	CHEFE DE DIVISÃO DE APOIO OPERACIONAL	Chefia e coordenar a equipe da Divisão de Apoio Operacional e auxiliar o Diretor do Departamento de Gestão Administrativa e o Secretário Municipal de Saúde na gestão do setor de compras da saúde; controle das manutenções das unidades de saúde; documentação para os processos de licitações para contratos com a saúde; controle de contratos de prestação de serviços da saúde; compras de produtos solicitados através de processos judiciais.	SEMUS
01	CHEFE DE DIVISÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	Chefiar e coordenar a equipe da Divisão de Vigilância Sanitária e auxiliar o Diretor do Departamento de Vigilância á Saúde e o Secretário Municipal de Saúde no que se refere as atividades da equipe que é responsável pela fiscalização do Setor de Vigilância Sanitária do Município; emissão de alvarás sanitários; coordenar, planejar, programar, orientar e executar ou fazer executar, sob sua supervisão direta, atos no campo de vigilância sanitária; participar de atividades de educação em saúde; participar do desenvolvimento institucional; orientar e executar ações da vigilância sanitária na área de alimentos; serviços veterinários; serviços e produtos sujeitos a regulação pela Vigilância Sanitária; organizar ações especiais de inspeção; organizar serviços de recolhimento de animais doentes ou feridos sem donos; coordenar tarefas e atribuições aos fiscais; exercer fiscalização pertinente a aplicação e cumprimento das disposições legais da competência da VISA; realizar outras ações e atividades que sejam definidas no planejamento local e ou da equipe; realizar levantamento de dados pertinente ao setor; coordenar o sistema de informação de dados pertinente ao setor.	SEMUS

01	CHEFE DE DIVISÃO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL	<p>Chefiar e coordenação a equipe da Divisão de Vigilância Epidemiológica e Ambiental e auxiliar o Diretor do Departamento de Vigilância à Saúde e o Secretário Municipal de Saúde no que se refere as atividades da equipe, que é responsável por todos os atendimentos relacionados a epidemiologia; PNI – Programa de Imunizações no Município; programas de DST/HIV/AIDS; programa de tuberculose, hanseníase; controle de hepatites; SINASC – controle dos registros de nascidos vivos; SINAMM – notificações compulsórias; SIM – registro dos óbitos ocorridos no Município; exames pré-admissionais e demissionais dos funcionários da Prefeitura Municipal; emissão de carteira de saúde para quem trabalha com alimentos no Município; laboratório municipal CVS; programa de combate a dengue; realizar investigação epidemiológica de casos notificados, surtos e óbitos por doenças específicas; realizar busca ativa de declarações de óbito e de nascidos vivos nas unidades de saúde, cartórios e cemitérios em seu território; prover a realização de exames laboratoriais, voltados ao diagnóstico das doenças de notificação compulsória, em articulação com a Secretaria Estadual de Saúde; realizar investigação epidemiológica e monitoramento da mortalidade infantil e materna; coordenar e executar as ações de vacinação, integrantes do Programa Nacional de Imunizações, incluindo a vacinação de rotina com as vacinas obrigatórias, e as estratégias especiais como campanhas e vacinações de bloqueio e associados à vacinação; gerenciar os sistemas de informação epidemiológica, no âmbito municipal, incluindo a coleta de consolidação dos dados provenientes de unidades notificantes do Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN, do Sistema de Informação sobre mortalidade – SIM, do Sistema de Informação de nascidos vivos, - SINASC, do Sistema de Informação sobre programa nacional de Imunização – SI-PNI, do Sistema de Informação da febre amarela e dengue, do monitoramento de doenças diarreicas agudas (MDDA), e de outros sistemas que venham a ser criados ou introduzidos; envio dos dados ao nível estadual, regularmente, dentro dos prazos estabelecidos pelas normas de cada sistema; análise dos dados; retro-alimentação de dados; divulgar informações e análises epidemiológicas.</p>	SEMUS
01	CHEFE DE DIVISÃO DE ATENÇÃO A SAÚDE MENTAL	<p>Chefiar e coordenar a equipe, da Divisão de serviços especializados, e, de atenção a saúde mental. Auxiliar o Diretor do Departamento de Atenção à Saúde e o Secretário Municipal de Saúde na gestão da unidade Centro de Atendimento Psicossocial – CPS; coordenar e controlar todas as atividades e atendimentos realizados pela equipe de profissionais dessa unidade; autorizar e controlar todas as internações realizadas em Clínicas de Psiquiatria credenciadas ao SUS do Município.</p>	SEMUS
01	CHEFE DE DIVISÃO DE TRATAMENTO DA SAÚDE FORA DO DOMICÍLIO	<p>Chefiar e coordenar a equipe da Divisão de Tratamento da Saúde fora do domicílio e auxiliar o Diretor do Departamento de Atenção à Saúde e o Secretário Municipal de Saúde. Coordenar os profissionais encarregados do agendamento, internação e deslocamento à usuários do sistema SUS, que necessitem de tratamento fora do domicílio.</p>	SEMUS
01	CHEFE DE DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	<p>Chefiar e coordenar a equipe integrante da Divisão de Assistência Farmacêutica e auxiliar o Diretor do Departamento de Atenção à Saúde e o Secretário Municipal de Saúde na gestão da Central de Medicamentos do SUS; coordenando a equipe no controle e dispensação de medicamentos de todas as unidades de saúde dos bairros; compra de medicamentos ao Município conforme preconizado pelo MS; medicação de alto custo; psicotrópicos; processos judiciais de medicação; controle de estoque(vencimentos, lotes) de medicação; responsável pelo programa de remédio em casa.</p>	SEMUS
01	CHEFE DE DIVISÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	<p>Chefiar a equipe da Divisão de Iluminação Pública; auxiliar o Diretor de Serviços Urbanos e o Secretário Municipal de Obras, para a prestação dos serviços de manutenção e ampliação da Iluminação Pública do Município, fazendo a gestão dos recursos arrecadados com a tarifa municipal de iluminação pública.</p>	SEMOB
01	CHEFE DE DIVISÃO DE GARAGEM E OFICINA	<p>Chefiar e coordenar a equipe da oficina responsável pelos trabalhos realizados na oficina de manutenção mecânica da Secretaria. Fazer o levantamento e relação dos materiais à serem comprados para realização dos serviços.</p>	SEMOB
01	CHEFE DE DIVISÃO DE TRANSPORTE E TRÂNSITO	<p>Chefiar e coordenar a equipe de transporte e trânsito, controlando a execução das atividades relacionadas a guarda, conservação, manutenção e controle de veículos; acompanhar os procedimentos relacionados às manutenções necessárias da frota; controlar o consumo de combustíveis, lubrificantes, peças e acessórios dos veículos oficiais, encaminhando ao Departamento de Administração demonstrativo mensal que evidencie o custo por órgão e por veículo; propor o recolhimento e alienação dos veículos antieconômicos; atestar o recebimento de peças, acessórios e ferramentas para efeito de pagamentos; controlar a movimentação de motoristas, escalas de serviços e plantões. Designar as rotas diárias a serem cumpridas.</p>	SEMOB
01	CHEFE DE DIVISÃO DE PARQUES, PRAÇAS E CEMITÉRIOS	<p>Chefiar e coordenar a equipe que realiza os trabalhos de roçadas das praças, parques, jardins, e manutenção dos Cemitérios.</p>	SEMOB
01	CHEFE DE DIVISÃO DE LIMPEZA PÚBLICA	<p>Chefiar e Coordenar a equipe de limpeza pública, responsáveis pelos serviços de roçadas nas laterais das vias, capina, poda das árvores, limpeza das vias em geral e nas galerias e rios.</p>	SEMOB

01	CHEFE DE DIVISÃO DE OBRAS VIÁRIAS	Chefiar e coordenar a equipe responsável pela execução e construção de obras civis e rodoviárias. (pontes e aberturas de grandes avenidas e complexos viários).	SEMOB
01	CHEFE DE DIVISÃO DE MANUTENÇÃO DE VIAS	Chefiar e coordenar a equipe responsável pelos serviços de recuperação e manutenção das vias(pavimentadas ou não).	SEMOB
01	CHEFE DE DIVISÃO DE DRENAGEM URBANA	Chefiar e Coordenar a equipe responsável pelos serviços de implantação, expansão e manutenção das redes pluviais. Coordenada a construção e reforma de abrigos de passageiros e os serviços realizados pelos pedreiros.	SEMOB
01	CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	Chefiar a equipe da Divisão de Administração e Finanças e o Secretário Municipal de Desenvolvimento Comunitário, para serviços, das equipes responsáveis: pelo setor de RH da Secretaria; pela realização de pré-orçamentos e solicitação de compra. Controle da manutenção dos veículos da Secretaria; responsável pela emissão das diárias e controle dos valores das mesmas; responsável pela padaria comunitária.	SEMAS
01	CHEFE DE DIVISÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	Chefiar a equipe da Divisão de Proteção Social Básica, coordenando os serviços, programas, projetos, benefícios sócio assistenciais e ações de proteção social básica que compõem a Política de Assistência Social, a atuação nos processos relativos à gestão da Proteção Social Básica, incluindo a articulação e pactuação de parcerias e interfaces com a rede sócio assistencial, com outras políticas e órgãos de defesa de direitos para efetivação da proteção integral às famílias e indivíduos, além da implantação dos equipamentos de Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social.	SEMAS
01	CHEFE DE DIVISÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	Chefiar a equipe da Divisão de Proteção Social Especial, coordenando e articulando os serviços quanto, a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Orientar para que os serviços se destinem à população que vive em situação de fragilidade decorrente da pobreza, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou fragilização de vínculos afetivos. Promover a execução de serviços, programas e projetos para assistência à criança e ao adolescente, ao idoso e às pessoas portadoras de deficiência com vistas a promoção social; Contribuir, através dos serviços, programas e projetos, com o fortalecimento dos vínculos intra-familiares e comunitários; Atuar junto ao Coordenador de Proteção Social Básica as atividades de atendimento, orientação e encaminhamento para os serviços governamentais e não governamentais; Definir os serviços, programas e projetos que deverão ser executados nos Centros de Referência da Assistência Social; Estabelecer critérios para celebração de convênios com instituições possibilitando a expansão das atividades de assistência social; Definir os padrões para supervisão das instituições conveniadas com a Secretaria Municipal de Assistência Social; Gerenciar as políticas e deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos Conselhos Tutelares, do Conselho Municipal de Assistência Social, do Conselho Municipal do Idoso e do Conselho Municipal de Proteção às Pessoas com Deficiências; Exercer outras atividades correlatas.	SEMAS
01	CHEFE DE DIVISÃO DE EVENTOS E PROMOÇÕES	Chefiar e coordenar a equipe de eventos e promoções. Auxiliar o Diretor do Departamento de Turismo e o Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico nos assuntos relacionados com as suas atribuições, bem como na orientação, controle e coordenação das tarefas dos subordinados; colaborar com a Secretaria na elaboração do plano municipal de turismo; recepcionar e atender o público visitante; acompanhar a execução dos projetos aprovados; assistir e apoiar todas as manifestações da divisão de turismo; publicar informações de circulação interna e externa sobre turismo; executar outras atividades correlatas.	SECON
01	CHEFE DE DIVISÃO DE TURISMO	Chefiar e coordenar a equipe administrativa do departamento de turismo. Auxiliar o Diretor do Departamento de Turismo e o Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico nos assuntos relacionados com as suas atribuições, bem como na orientação, controle e coordenação das tarefas dos subordinados; colaborar com a Secretaria na elaboração do plano municipal de turismo; propor medidas a administração visando ao aprimoramento das atividades turísticas; recepcionar e atender ao público visitante; agendar entrevistas de visitantes; executar outras atividades correlatas.	SECON
01	CHEFE DE DIVISÃO DE EMPREGO E RENDAS	Chefiar e coordenar a equipe responsável pelos serviços de emprego e renda (SINE) e auxiliar o Diretor do Departamento de Desenvolvimento Econômico e o Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico nos assuntos relacionados com as suas atribuições, bem como na orientação, controle e coordenação das tarefas dos subordinados; propiciar informação e orientação ao trabalhador quanto a escolha de emprego; prestar informações ao mercado consumidor de mão de obra sobre a disponibilidade de recursos humanos; auxiliar e gerenciar as atividades no recrutamento de trabalhadores por parte dos empregadores; auxiliar na colocação dos trabalhadores em vagas disponíveis; publicar informações de circulação interna e externa sobre a divisão; executar outras atividades correlatas.	SECON

01	CHEFE DE DIVISÃO DO MEIO AMBIENTE	Chefiar a equipe da divisão de meio ambiente; auxiliar o Diretor de meio Ambiente e o Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente para, analisar e avaliar as atividades empresariais, podendo exigir do empreendedor, a execução às suas expensas, de medidas adequadas para evitar ou, quando for o caso, superar os efeitos prejudiciais do empreendimento, bem como aquelas atenuadoras e compensatórias relativas aos impactos decorrentes da implantação da atividade; desenvolver atividades de educação ambiental e atuar no sentido de formar consciência pública da necessidade de proteger, melhorar e conservar o meio ambiente; estabelecer diretrizes para a ocupação das zonas de proteção ambiental, contemplando a definição dos usos e acessos, e das atividades compatíveis com a preservação ambiental; executar a minimização dos impactos ambientais na área de disposição final de lixo e as condicionantes técnicas em relação à atividade degradadora e poluidora, de modo a cessar, ou corrigir os efeitos negativos sobre o meio ambiente, corrigindo os seus efeitos negativos sobre o meio ambiente, de acordo com o cronograma a ser ajustado com os órgãos reguladores e fiscalizadores do meio-ambiente; manifestar sobre a concessão de licença a novos empreendimentos no Município avaliando o impacto ambiental e urbanístico em face da legislação ambiental; normatizar, coordenar e monitorar a política de áreas verdes e de arborização do Município e desenvolver estudos e projetos sobre a matéria; promover a integração com os demais departamentos da Administração orientando nas ações minimizadoras do impacto ambiental das atividades administrativas e operacionais, visando instituir um modelo de gestão ambiental; promover os estudos ambientais, orientando a expansão urbana, valorizando os recursos naturais e dinamizando as atividades científico-culturais e econômicas; propor a recuperação de áreas degradadas ou deterioradas visando a melhoria do meio ambiente e das condições de urbanísticas e de habitabilidade.	SEMAN
01	CHEFE DE DIVISÃO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	Chefiar a equipe da divisão de agricultura e pecuária, auxiliando o Diretor de Agricultura e Pecuária, o Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente para, planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, controlar e avaliar as ações setoriais a cargo do município relativas ao fomento e ao desenvolvimento da agropecuária e agricultura, ao aproveitamento dos recursos naturais renováveis e ao transporte, armazenamento, comercialização e distribuição de alimentos, utilizando inclusive intercâmbios com outros órgãos, atualização das informações relativas das áreas rurais produtivas, seu mapeamento e levantamento de dados sobre o domínio fundiário e econômico; favorecer o acesso a terra e a fixação do trabalhador no campo, estimulando os mercados acessíveis e a produção de alimentos destinados à população de baixa renda; propor políticas e diretrizes às ações do Executivo Municipal no que concerne à produção, ao fomento das atividades da agropecuária;	SEMAN
01	CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE	Chefiar a equipe da divisão de administração e controle, auxiliando o Diretor de Administração e o Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, chefiando os servidores e as equipes responsáveis pelos serviços de compras licitações, contratos e recursos humanos da Secretaria, coordenar, acompanhar e controlar a equipe responsável nos processos organizacionais de programação e gestão financeira e administração contábil; desenvolver as atividades relativas ao controle patrimonial e controle de frotas.	SEMAN

ASSESSOR DE: IMPRENSA/GABINETE-II / ADMINISTRATIVO - CC5

Qt	Cargo	Descrição	Lot.
01	ASSESSOR DE IMPRENSA E CERIMONIAL	Assessorar o Chefe de Gabinete e o Diretor de Comunicação, na coleta de informações junto as Secretarias de Governo, auxiliando na captação e elaboração de material informativo escrito e fotográfico, de feitos e realizações. Auxiliar na elaboração de roteiros e montagens de cerimoniais oficiais internos e públicos.	GAPRE
01	ASSESSOR DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO	Assessorar o Chefe de Gabinete e o Diretor de Comunicação, na coleta de informações junto as Secretarias de Governo, auxiliando na captação e elaboração de material informativo escrito e fotográfico, de feitos e realizações, visando dar publicidade aos atos de governo. Assessorar o chefe do Poder Executivo no relacionamento com a imprensa escrita, falada e televisada.	GAPRE
01	ASSESSOR DE GABINETE II	Assessorar o Prefeito Municipal e o Chefe de Gabinete, no atendimento e relacionamento com representantes das Associações de Moradores legalmente estabelecidas no território do Município de São Bento do Sul-SC.	GAPRE
01	ASSESSOR ADMINISTRATIVO	Todas as atribuições constantes no artigo 191, incisos I a XIII, da Lei nº 2893/2011, de 19/10/2011.	SEMED

CHEFE DE SETOR – CC5

Qt	Cargo	Descrição	Lot.
01	CHEFE DE SETOR DE TERMINAL RODOVIÁRIO	Chefiar e coordenar a equipe do Terminal Intermunicipal de Passageiros; Comandar a equipe de servidores que executam a limpeza e manutenção do terminal rodoviário, bem como, aqueles que exercem o controle de embarque na plataforma do terminal; auxilia o RH com as questões de férias, atestados e necessidades pessoais de cada servidor que prestam serviços naquela unidade, fazendo o fechamento da folha ponto dos mesmos; Efetua o controle e elabora os documentos para cobrança da taxa de embarque das empresas permissionárias.	SEMOB
01	CHEFE DE SETOR DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL	Chefiar e coordenar a equipe do setor de vigilância Ambiental. Auxiliar o Diretor do Departamento de Vigilância à Saúde Atensão á Saúde e o Chefe de Divisão de Vigilância Sanitária na coordenação da equipe que realiza os serviços de visitas diárias aos imóveis e logradouros, identificando, corrigindo e controlando fatores ambientais, como focos de mosquito. (Auxiliar na interação do setor Público com a população, transmitindo de maneira clara e segura, mensagens, informações em conhecimentos relativos a prevenção, controle e eliminação de possíveis criadouros do mosquito e outras informações relacionadas ao ambiente; monitorar e coordenar os trabalhos dos Agentes da Dengue; preencher formulários, inspecionar armadilhas, atualizar mapas; realizar treinamento com agentes da dengue, agentes comunitários, enfermeiros, população em geral.	SEMUS
01	CHEFE DE SETOR DE SUPRIMENTO E ALMOXARIFADO	Chefiar e coordenar a equipe do setor de almoxarifado da SEMUS, no sentido do perfeito controle e organização dos materiais em estoque do almoxarifado, quanto ao vencimento, lotes, entregas, saídas e entradas de mercadorias em geral.	SEMUS
01	CHEFE DE SETOR DE LOGÍSTICA E TRANSPORTE	Chefiar e coordenar a equipe de motoristas da SEMUS, exercendo o controle dos agendamentos de viagens para funcionários a outros Municípios/Estado; o controle e agendamento de viagens a pacientes através do transporte terceirizado para outros Municípios/Estados; o controle e agendamento de viagens a pacientes através do transporte próprio para outros Municípios/Estados; o controle das escalas de plantão dos motoristas e ambulâncias de sobreaviso; o controle dos serviços de ambulâncias em eventos do Município; o controle do Sistema Betha Frotas da SEMUS; o controle de diárias realizadas pelos motoristas da SEMUS; o controle de horas extras realizadas pelos motoristas da SEMUS; o controle da Frota de Veículos e manutenção dos mesmos.	SEMUS
01	CHEFE DE SETOR DE RECURSOS HUMANOS	Chefiar e coordenar a equipe do setor de Recursos Humanos da Secretaria, efetuando o controle de movimentação de pessoal, bem como, controle de licença prêmio; controle de férias, folgas, atestados, cursos, congressos, dispensas, acompanhamento dos registros em folha ponto; registro e manutenção dos equipamentos de cartão ponto; controle de baixas dos processos advindos por protocolo à SEMUS, efetuando a transmissão final para o RH central da Prefeitura Municipal.	SEMUS
01	CHEFE DE SETOR DE CONTRATOS, COMPRAS E LICITAÇÕES	Chefiar e coordenar a equipe do setor de faturamento dos serviços SUS e que exerce o controle na conferência das produções apresentadas pelos prestadores de serviços SUS (para posterior pagamento aos prestadores, controle do registro de toda a produção realizada nas unidades de saúde); responsável por manter atualizado e envio de base de dados aos programas preconizados pelo MS (SIA/CNES, SIHD). Fazer a reunião, pré-orçamento, descrição de materiais, produtos e equipamento da SEMUS.	SEMUS
01	CHEFE DE SETOR DE LIMPEZA URBANA	Chefiar e coordenar a equipe do setor de serviços de limpeza urbana, comandando as zeladoras. Fazer a liberação e o pedido das reposições dos materiais utilizados pelas mesmas, realizando a programação dos serviços e fiscalização dos trabalhos. Controlar o ponto, de acordo com as escalas e jornadas de trabalho das referidas servidoras.	SEMOB
01	CHEFE DE SETOR DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS	Chefiar e coordenar a equipe na produção de alimentos orgânicos, através das hortas comunitárias, visando abastecer as cozinhas de programas sociais. Controlar a aquisição de alimentos junto a cooperativas e ou associações de pequenos produtores rurais ou oriundos da agricultura familiar.	SEMAS
01	CHEFE DE SETOR ADMINISTRATIVO E RECURSOS HUMANOS	Chefiar e coordenar a equipe do setor administrativo da SEMOB, efetuando o controle de movimentação de pessoal, bem como, controle de licença prêmio; controle de férias, folgas, atestados, acompanhamento dos registros em folha ponto, efetuando a transmissão final para o RH central da Prefeitura Municipal. Assessorar o Secretário Municipal de Obras nas demandas administrativas e atendimento ao público;	SEMOB
01	CHEFE DE SETOR DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA	Chefiar e coordenar a equipe do setor de serviços e sinalização do DETRU, coordenando os serviços de execução, colocação e alteração de toda espécie de sinalização viária de competência municipal.	SEPLU
03	CHEFE DE SETOR DO CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL	Chefiar e coordenar a equipe nos serviços de recepção do programa Famílias de Apoio; coordenar os serviços de acompanhamento das crianças acolhidas em médicos, laboratórios, dentistas e psicólogos; auxílio na parte administrativa do Programa Famílias de Apoio.	SEMAS

COORDENADOR DE SETOR GERAL – CC5

COORDENADOR DE SERVICOS – CC6

www.diariomunicipal.sc.gov.br

01	COORDENADOR DE SERVIÇOS GERAIS	_*_**_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*
	COORDENADOR DE SERVIÇOS DO TERMINAL RODOVIÁRIO	_*_**_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*
01	COORDENADOR DE SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA	_*_**_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*
01	COORDENADOR DE SERVIÇOS DE ROÇADA	_*_**_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*
01	COORDENADOR DE SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO DO TERMINAL URBANO	_*_**_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*
01	COORDENADOR DE SERVIÇOS DE ZELADORIA ESTRADA DOS BUGRES	_*_**_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*
	COORDENADOR DE SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS DE RISCO	_*_**_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*
01	COORDENADOR DE FISCALIZAÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO	_*_**_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*
01	COORDENADOR DE SERVIÇOS DE AJUDANTE DE PATROLA	_*_**_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*
01	COORDENADOR DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES	_*_**_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*
01	COORDENADOR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVO DO CREAS	_*_**_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*
01	COORDENADOR DE SERVIÇOS DE ZELADORIA, CEMITÉRIOS, PONTE DOS VIEIRAS E FUNDAÇÃO	_*_**_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*
01	COORDENADOR DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE ESTRADAS PÓS PATROAMENTO	_*_**_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*
01	COORDENADOR DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO	_*_**_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*
01	COORDENADOR DE SERVIÇOS DE OFICINAS	_*_**_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*
01	COORDENADOR DE SERVIÇOS DE TUBULAÇÃO	_*_**_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*
01	COORDENADOR DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO A IDOSOS	_*_**_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*
01	COORDENADOR DE SERVIÇOS DE PROTOCOLO	_*_**_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*
01	COORDENADOR DE SERVIÇOS DE ZELADORIA RIO MANDIOCA	_*_**_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*
01	COORDENADOR DE SERVIÇOS DE ZELADORIA ESTRADA DOS BUGRES	_*_**_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*
01	COORDENADOR DE SERVIÇOS DE ZELADORIA RIO NATAL	_*_**_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*
01	COORDENADOR DE SERVIÇOS DO CAFÉ DO BAIRRO DE SERRA ALTA	_*_**_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*
01	COORDENADOR DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO	_*_**_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*
01	COORDENADOR DE SERVIÇOS DE RECEPÇÃO	_*_**_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*
01	COORDENADOR DE SERVIÇOS DE OFICINA DE MÚSICA DOS CRAS	_*_**_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*
01	COORDENADOR DE SERVIÇOS DE ROÇADA	_*_**_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*
01	COORDENADOR DE SERVIÇOS DE OFICINA DE ARTESANATO	_*_**_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*
01	COORDENADOR DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO IMOBILIÁRIO	_*_**_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*
01	COORDENADOR DE ZELADORIA DO CEMITÓRIO DA ESTRADA DOS BUGRES	_*_**_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*

AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, ORDENADOS POR SUBSÍDIOS E COM OS RESPECTIVOS SÍMBOLOS DO VENCIMENTO – SAMAE

AGENTE POLÍTICO - SUBSÍDIO

Qt	Cargo	Descrição	Lot.
01	DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	Dirigir, orientar, controlar, fiscalizar o SAMAE; representando a Autarquia, em juízo ou fora dele, pessoalmente ou por Procuradores constituídos ou contratados; admitir, contratar, promover, movimentar, punir, demitir e dispensar o pessoal do SAMAE; autorizar a realização de concorrências públicas, coletas de preços, ajustes e acordos para fornecimento de materiais e equipamentos ou prestação de serviços ao SAMAE; assinar os contratos, acordos, ajustes e autorizações relativas à execução de obras e outros serviços e o fornecimento de materiais e equipamentos necessários ao SAMAE, e autorizar os respectivos pagamentos; promover a colaboração com a União e o Estado, Entidades Públicas ou Privadas, para a realização de obras ou serviços, aprovando e assinando os respectivos contratos ou convênios, estes com anuência prévia ou “ad referendum” do órgão supervisor; pedir autorização à Câmara, através de mensagem do Poder Executivo, para realização de concorrências públicas, para a alienação de materiais e equipamentos desnecessários ou inservíveis; praticar todos os demais atos, não ressalvados expressamente para outros órgãos.	SAMAE

DIRETOR/ASSESSOR – CC2

Qt	Cargo	Descrição	Lot.
01	ASSESSOR DE GABINETE	Prestar assistência e assessoramento direto e imediato ao Diretor Presidente; coordenar as atividades rotineiras de fluxo de documentação e administrativas do Gabinete; planejar, coordenar e desenvolver as atividades de comunicação social (interna e externa), bem como as relacionadas à Assessoria de Imprensa; orientar e acompanhar as atividades jurídicas, relativas à representação, interesse e defesas judiciais e extrajudiciais do SAMAE, envolvendo questões trabalhistas, tributárias, cíveis, ambientais, licitações, tribunal de contas; supervisionar os processos de planejamento ambiental, outorgas de direito de uso de recursos hídricos pela Operadora, licenciamento ambiental junto aos órgãos competentes, assim como os programas de educação ambiental(internos e externos).	SAMAE

01	DIRETOR ADMINISTRATIVO e FINANCEIRO	Dirigir o Departamento de Administração e Finanças. Planejar, organizar e controlar as atividades meio do SAMAE, relativas a Recursos Humanos, Comercial, Execução Financeira, Contabilidade, Suprimentos, Controle Patrimonial e Transportes; participar do processo de Planejamento Estratégico e de definição da Política Tarifária da operadora, bem como acompanhar os respectivos indicadores de desempenho; formular políticas, objetivos, metas e programas para suas unidades organizacionais subordinadas, bem como acompanhar os respectivos indicadores de desempenho táticos; propor e administrar os orçamentos de suas unidades subordinadas; supervisionar, diretamente, as atividades de tecnologia da informação, orientando o suporte em hardware e software aos usuários internos e a administração da rede de equipamentos de informática; coordenar diretamente os serviços gerais e de apoio administrativo nas instalações administrativas da operadora.	SAMAE
01	DIRETOR DE OPERAÇÕES TÉCNICAS	Dirigir o Departamento Técnico. Planejar, organizar e controlar as atividades fins do SAMAE, relativas ao suporte técnico operacional, tratamento de água, distribuição de água, coleta de esgoto, tratamento de esgoto e gestão de resíduos sólidos; participar do processo de Planejamento Estratégico da operadora, bem como acompanhar os respectivos indicadores de desempenho; formular as políticas, objetivos, metas e programas para suas unidades organizacionais subordinadas, bem como acompanhar os respectivos desempenhos táticos; propor e administrar os orçamentos de suas unidades subordinadas; supervisionar, diretamente, as atividades do Centro de Controle Operacional – CCO, elaborando o planejamento e acompanhando a execução de abastecimento de água na área de atuação da operadora; orientar, diretamente, o processo de macro-medição, bem como acompanhar os índices de perdas e garantir que as ações de combate às perdas reais sejam efetivas e estejam permeando todas as unidades organizacionais da diretoria.	SAMAE

CHEFE DE DIVISÃO – CC4

Qt	Cargo	Descrição	Lot.
01	CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS	Chefiar a equipe da divisão de RH, coordenando as atividades pertinentes à folha de pagamento, recolhimentos de encargos sociais, controle de frequência, controle de benefícios, registros de pessoal, processos de contratação e rescisão; assegurar o fiel cumprimento da legislação dos servidores públicos; coordenar a equipe nos processos de concurso público, bem como de seleções internas; desenvolver as atividades de gestão e manutenção dos Planos de Cargos, Empregos, Carreira e Remuneração da Operadora; desenvolver e implementar programas de treinamento, desenvolvimento e capacitação das pessoas; estabelecer e assegurar o cumprimento das orientações, instruções e procedimentos relativos a segurança, medicina do trabalho e higiene ocupacional; coordenar as atividades de assistência social aos colaboradores e a comunidade externa, quando necessário; realização de campanhas educacionais.	SAMAE
01	CHEFE DE DIVISÃO COMERCIAL	Chefiar a equipe da divisão Comercial, coordenando o pessoal nos processos de faturamento comercial da Operadora, bem como acompanhar os índices de perdas aparentes e tomar as providências necessárias; coordenar os trabalhos de leitura dos hidrômetros, emissão e entrega de contas, entrega de notificações e intimações, corte e reabertura de fornecimento de água; manter atualizada a base do cadastro comercial; efetuar a análise e revisão de contas; executar atividades de combate a fraudes e furtos de água, visando a recuperação de consumo e receitas; coordenar, programar e acompanhar as atividades de fiscalização predial e de utilização das redes de água e esgoto, analisando eventos e ocorrências identificadas e propondo as regularizações necessárias; supervisionar o processo de substituição de medidores, seguindo critérios pré-estabelecidos; coordenar as atividades de atendimento ao público, acompanhando o desempenho dos atendentes, orientando soluções para não conformidades no atendimento; acompanhar os processos de solução às demandas e reclamações dos clientes, atuando junto às demais unidades da autarquia.	SAMAE
01	CHEFE DE DIVISÃO CONTÁBIL E FINANCEIRA	Chefiar a equipe da divisão de Contabilidade e Finanças, auxiliando a Diretoria na formulação da política econômica e financeira da Operadora; coordenar, acompanhar e controlar a equipe responsável nos processos organizacionais de programação e gestão financeira e administração contábil; desenvolver as atividades relativas à programação financeira e fluxo de caixa, controle de contas a pagar e arrecadação, conciliação bancária, controle financeiro de todos os contratos, inclusive contratos de financiamento; coordenar e apoiar a elaboração, consolidação, controle, acompanhamento da execução e revisão dos orçamentos econômico e financeiro, de receitas, de investimentos e de despesas operacionais e de manutenção; executar o processo contábil, envolvendo classificação de documentos, conciliações contábeis, elaboração de balanços, balancetes e demais demonstrativos, controle de registros fiscais e tributários, alterações e atualizações nos planos de contas e manutenção.	SAMAE

01	CHEFE DE DIVISÃO DE SUPRIMENTOS E TRANSPORTES	Chefiar a equipe da divisão de Suprimentos e Transportes, Auxiliar o Diretor Presidente e o Diretor Administrativo e Financeiro na gestão dos processos de compras e licitações, recebendo e analisando as solicitações, e cumprindo as etapas previstas na legislação; elaborar todos os contratos e termos aditivos, bem como fazer o controle das respectivas execuções contratuais; realizar a manutenção do cadastro de materiais e serviços, bem como do cadastro de fornecedores; administrar todos os Almoxarifados da Operadora; estudar e propor normas e procedimentos relativos à armazenagem e movimentação de materiais dos Almoxarifados; realizar inventários gerais e operacionais nos almoxarifados; coordenar o controle de bens patrimoniais(móveis e imóveis); coordenar as atividades de operação e manutenção da frota da Operadora.	SAMAE
01	CHEFE DE DIVISÃO DE SUPORTE TÉCNICO	Chefiar a equipe da divisão de Suporte Técnico. Auxiliar o Diretor Presidente e o Diretor de Operações Técnicas, no sentido de propor diretrizes para projetos de ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água e esgoto; coordenar e desenvolver projetos técnicos relativos à construção, conservação e manutenção das instalações e dos sistemas necessários às prestações dos serviços operacionais; fiscalizar e gerenciar as obras, executadas direta ou indiretamente, nos sistemas de água e esgoto e nos serviços de infra-estrutura; realizar a manutenção do cadastro técnico dos sistemas de água e esgoto; coordenar as atividades relativas à manutenção, instalação e utilização de equipamentos mecânicos e eletromecânicos, bem como gerenciar as ações de uso eficiente de energia elétrica nas instalações da Unidade;	SAMAE
01	CHEFE DE DIVISÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA	Chefiar a equipe da divisão de Tratamento de Água. Auxiliar o Diretor Presidente e o Diretor de Operações Técnicas no planejamento e desenvolvimento de rotinas relacionadas à captação, operação e manutenção da estação de tratamento de água e sistemas isolados de tratamento; determinar dosagem de produtos químicos na água, assim como solicitar aquisições de produtos e aparelhos para estação de tratamento; realizar coletas periódicas para realização de testes de qualidade; coordenar as atividades de análises físico-químicas e bacteriológicas de água, visando atender portaria do Ministério da Saúde, quanto ao padrão de água a ser distribuída; proceder ao controle de vazão de água bruta e tratada; controlar estoques e qualidade dos produtos químicos.	SAMAE
01	CHEFE DE DIVISÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	Chefiar a equipe da divisão de Distribuição de Água. Auxiliar o Diretor Presidente e o Diretor de Operações Técnicas no planejamento e desenvolvimento de rotinas relacionadas à operação e manutenção do sistema de distribuição de água, coordenar a realização de reparos em redes de distribuição de água, recalque e adução; supervisionar os serviços de substituição e extensão de redes, bem como de novas ligações de água; supervisionar o conserto de calçamentos e asfaltos danificados em função das atividades da unidade, realizadas; orientar as manobras de registros hidráulicos, necessárias às intervenções na rede de água; pesquisar e localizar perdas nas redes de distribuição e executar correções; realizar a substituição de medidores; acompanhar o funcionamento das elevatórias e reservatórios, adotando as providências necessárias.	SAMAE
01	CHEFE DE DIVISÃO DE COLETA DE ESGOTO	Chefiar a equipe da divisão de Distribuição de Água. Auxiliar o Diretor Presidente e o Diretor de Operações Técnicas no planejamento e desenvolvimento de rotinas relacionadas à operação e manutenção do sistema de coleta de esgoto; coordenar a realização de reparos em redes de coleta de esgoto; supervisionar os serviços de substituição e extensão de redes, bem como de novas ligações de esgoto; supervisionar o conserto de calçamentos e asfaltos danificados em função das atividades da unidade, realizadas; coordenar a desobstrução e desinfecção de redes e ramais de esgotos; orientar as manobras de registros, necessárias às intervenções na rede de água; acompanhar o funcionamento das elevatórias de esgoto, adotando as providências necessárias.	SAMAE
01	CHEFE DE DIVISÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO	Chefiar a equipe da divisão de Distribuição de Água. Auxiliar o Diretor Presidente e o Diretor de Operações Técnicas no planejamento e desenvolvimento de rotinas relacionadas à captação, operação e manutenção das estações de tratamento de esgoto; Determinar a dosagem adequada de produtos químicos, assim como solicitar aquisições de produtos e aparelhos para as estações de tratamento; Realizar coletas periódicas para realização de testes de qualidade; Coordenar as atividades de análises físico-químicas, bacteriológicas e biológicas, visando garantir a remoção da carga orgânica e tornar os efluentes com a qualidade requerida para o retorno aos mananciais; Proceder à medição de vazão de esgoto na estação; Controlar estoques e qualidade dos produtos químicos.	SAMAE
01	CHEFE DE DIVISÃO DE RESÍDUOS URBANOS	Chefiar a equipe da divisão de Distribuição de Água. Auxiliar o Diretor Presidente e o Diretor de Operações Técnicas no planejamento e desenvolvimento dos processos de coleta seletiva, acondicionamento, transporte, armazenamento, tratamento e disposição dos resíduos sólidos urbanos; promover a operação de valorização por reutilização, reciclagem ou qualquer outra ação tecnicamente adequada, para obter, a partir dos mesmos materiais reempregáveis; orientar campanhas junto a população para esclarecimentos e conscientização dos benefícios da gestão adequada dos resíduos urbanos ao meio ambiente e à saúde pública, incentivando a sua colaboração;	SAMAE

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, ORDENADOS POR SUBSÍDIOS E COM OS RESPECTIVOS SÍMBOLOS DO VENCIMENTO – FC

AGENTE POLÍTICO - SUBSÍDIO

Qt	Cargo	Descrição	Lot.
01	DIRETOR PRESIDENTE	Dirigir, orientar, controlar e fiscalizar a Fundação Cultural de São Bento do Sul, representando-a em juízo ou fora dele; assinar convênios, contratos e acordos em nome da Fundação; movimentar os valores da entidade mediante cheques, ordens de pagamento, etc., juntamente com o Diretor de Cultura, podendo delegar esta atribuição ao Chefe de Divisão Administrativa e/ou ao Contador mediante procuração; assinar as contratações e demissões de servidores; baixar atos regulamentadores e disciplinadores da ação da entidade; praticar todos os atos que se fizerem necessários para a boa administração do órgão.	FC

DIRETOR – CC2

Qt	Cargo	Descrição	Lot.
01	DIRETOR ADMINISTRATIVO	Dirigir o Departamento de administração. Planejar, organizar e controlar as atividades meio da Fundação Cultural, relativas a Recursos Humanos, Execução Financeira, Contábil e orçamentária, Suprimentos, Controle Patrimonial e Transportes; elaborar anualmente os planos, financeiro e orçamentário, a ser encaminhados ao Executivo Municipal, Auxiliar na administração da fundação, promovendo as ações de gestão necessárias a seu bom andamento.	FC
01	DIRETOR DE CULTURA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO	Dirigir o Departamento de Cultura, auxiliando o Diretor Presidente a planejar, organizar e controlar as atividades fim da Fundação Cultural; fazer a gestão da equipe técnica, em projetos que busquem valorizar, incentivar, difundir, defender e preservar as manifestações culturais; realizar a cultura como política pública, garantindo o acesso democrático aos bens culturais e o direito a fruição, fortalecendo os vínculos com a cidade; promover projetos que vise estender o circuito e os aparelhos culturais a toda a cidade; coordenar, dirigir, otimizar e proteger os espaços públicos destinados às manifestações, à pesquisa e à fruição cultural; buscar mecanismos para a mobilização da sociedade por meio de ação comunitária, definindo prioridades e assumir co-responsabilidades pelo desenvolvimento e sustentação das manifestações e projetos culturais; desenvolver a política municipal de cultura com consonância com outras políticas públicas, para atender amplamente o cidadão; levantar, divulgar e preservar o patrimônio histórico, natural e cultural bem como a memória material e imaterial do Município.	FC

CHEFE DE DIVISÃO – CC4

Qt	Cargo	Descrição	Lot.
01	CHEFE DE DIVISÃO CULTURAL	Chefiar a equipe da divisão de Cultura. Auxiliar o Diretor Presidente a o Diretor Cultural na organização e controle das atividades fim da Fundação Cultural. Chefiar a equipe técnica, na busca da valorização e preservação das manifestações culturais; realizar a cultura como política pública, garantindo o acesso democrático aos bens culturais e o direito a fruição; Auxiliar na busca por mecanismos, visando a mobilização da sociedade por meio de ação comunitária; Atuar diretamente no levantamento, divulgação e preservação do patrimônio histórico, natural e cultural bem como, a memória material e imaterial do Município.	FC
01	CHEFE DE DIVISÃO DA ESCOLA DE MÚSICA	Chefiar a equipe da Escola de Música Donaldo Ritzmann; Orientar os professores na aplicação pedagógica da atividade fim da unidade; supervisionar o controle pela guarda e manutenção dos bens móveis e imóveis de propriedade da escola; proceder à gestão de Recursos Humanos da Escola de Música; organizar e coordenar a fiscalização administrativa da Escola; exercer outras atividades correlatas que lhe vierem a ser atribuídas ou delegadas.	FC
01	CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA	Chefiar a equipe da divisão de Administração, coordenando os servidores e as equipes responsáveis pelos serviços de licitações e recursos humanos da Fundação, coordenar, acompanhar e controlar a equipe responsável nos processos organizacionais de programação e gestão financeira e administração contábil; desenvolver as atividades relativas à programação financeira e fluxo de caixa, controle de contas a pagar e arrecadação, conciliação bancária, controle financeiro de todos os contratos, inclusive contratos de financiamento; coordenar e apoiar a elaboração, consolidação, controle, acompanhamento da execução e revisão dos orçamentos, econômico e financeiro, de receitas, de investimentos e de despesas operacionais e de manutenção; executar o processo contábil, envolvendo classificação de documentos, conciliações contábeis, elaboração de balanços, balancetes e demais demonstrativos, controle de registros fiscais e tributários, alterações e atualizações nos planos de contas e manutenção, para encaminhamento aos setores competentes.	FC

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, ORDENADOS POR SUBSÍDIOS E COM OS RESPECTIVOS SÍMBOLOS DO VENCIMENTO – FMD

AGENTE POLÍTICO - SUBSÍDIO

Qt	Cargo	Descrição	Lot.
01	DIRETOR PRESIDENTE	Dirigir, orientar, controlar e fiscalizar a Funda Municipal de Desportos, representando-a ativa e passivamente, em juízo ou fora dele; participar das reuniões do Conselho Deliberativo como membro nato; movimentar as contas bancárias da Fundação em conjunto com o Diretor Administrativo e, na ausência deste, com o Diretor Técnico; supervisionar as atividades dos órgãos técnicos administrativos; firmar acordos, contratos e convênios ou termos de compromisso com atividades públicas ou privadas; administrar, guardar e supervisionar os bens móveis e imóveis e o patrimônio da Fundação; nomear, exonerar, suspender, lotar e distribuir os serviços da Fundação, bem como praticar os demais atos administrativos em conjunto com o Diretor Administrativo; designar servidor, mediante Portaria, como titular e substituto das funções de confiança; delegar atribuições especificando a autoridade delegada e os limites da delegação; exercer outras atribuições, especificando a autoridade delegada e os limites da delegação; exercer outras atribuições definidas em Lei ou no Regulamento Interno da Fundação; prever e prover os recursos necessários ao bom andamento dos serviços, ordenando as despesas da Fundação.	FMD

DIRETOR – CC2

Qt	Cargo	Descrição	Lot.
01	DIRETOR ADMINISTRATIVO	Dirigir o Departamento de Administração. Planejar, organizar, e controlar as atividades meio da Fundação Municipal de Desportos, relativas a Recursos Humanos, Execução Financeira, Contabilidade, Suprimentos, Controle Patrimonial e Transportes; participar do processo de Planejamento Estratégico, Formulação dos orçamentos anuais e plurianuais, dirigir a execução orçamentária e financeira da Fundação e todas as unidades subordinadas, fiscalizar e acompanhar a execução dos repasses financeiros as entidades sem fins lucrativos que desenvolvem atividades esportivas no município, coordenar diretamente os serviços gerais e de apoio administrativo nas instalações administrativas da Fundação.	FMD
01	DIRETOR TÉCNICO	Dirigir o Departamento Técnico. Planejar, organizar, e controlar as atividades fins da Fundação Municipal de Desportos, coordenar a elaboração do plano anual de ação; e na elaboração da política voltada para o desporto no Município nos esportes de rendimento e de desporto comunitário, fazer junto com o Diretor Presidente e o Diretor Administrativo a programação financeira de repasse as entidades sem fins lucrativos que desenvolvem atividades esportivas, fiscalizando a operação técnica das modalidades apoiadas, responsável pela delegação da FMD, quando da participação em competições esportivas no município ou fora dele, dirige toda a atividade esportiva da FMD.	FMD

CHEFE DE DIVISÃO/ASSESSOR – CC4

Qt	Cargo	Descrição	Lot.
01	ASSESSOR DE GABINETE	Prestar assistência e assessoramento direto e imediato ao Diretor Presidente; coordenar as atividades rotineiras de fluxo de documentação e administrativas do Gabinete; planejar, coordenar e desenvolver as atividades de comunicação social (interna e externa), bem como as relacionadas à Assessoria de Imprensa;	FMD
01	CHEFE DE DIVISÃO DE CONTABILIDADE	Chefiar a equipe administrativa e de contabilidade da Fundação, fazer a supervisão, acompanhamento e execução dos lançamentos contábeis; fechamento de balancetes e balanços, relatórios auxiliares e pagamentos; conferência das prestações de contas das entidades que recebem subvenção, responsável pelas compras para o alojamento e auxílio no suporte da equipe nas atividades durante as competições.	FMD
01	CHEFE DE DIVISÃO DE DESPORTO COMUNITÁRIO	Chefiar a equipe da Divisão de Desporto Comunitário, organizando e gerindo a utilização do complexo Esportivo do Ginásio de Esportes Annes Gualberto nas modalidades de judô iniciante e de rendimento, basquetebol masculino e feminino, futsal masculino e feminino, voleibol iniciante e handebol iniciante, e ainda a academia completa para trabalhos físicos com professores e atletas, e uma sala de almoxarifado; coordena vários campeonatos municipais que pertencem ao DDC – Departamento de Desporto Comunitário tais como: Futebol de campo, suíço 1ª e 2ª divisão masculino, suíço feminino, suíço veteranos, futsal 1ª, 2ª e 3ª divisões e futsal feminino, além de outras competições municipais de variadas modalidades; chefia o serviço interno burocrático de confeccionar regulamentos gerais para as competições, além de aberturas através de fichas de inscrições, congressos técnicos, tabelas, súmulas e boletins diários de cada competição; providenciar arquivos e pastas em computador e arquivo morto; coordenar e acompanhar todos os eventos promovidos pela FMD/Desporto Comunitário; responsável pela comunicação dos eventos à imprensa todos os dias repassando os boletins, resultados e informações gerais; atender representantes, dirigentes e técnicos diariamente, sendo da comunidade ou técnicos/professores das modalidades.	FMD

CHEFE DE SETOR – CC5

Qt	Cargo	Descrição	Lot.
01	CHEFE DE SETOR DE DESPORTO DE QUADRA	Chefiar a equipe do Setor de Desporto de Quadras. (Responsável pelos serviços do setor de almoxarifado anexo ao Ginásio de Esportes Annes Gualberto); coordenar e acompanhar a equipe responsável pelos jogos municipais promovidos pela FMD/Desporto Comunitário que realiza as demarcações de campos para Campeonatos externos de Futebol de campo e suíço, responsável pela equipe que realiza montagem das pastas de material(súmulas, fichas, etc) para competições, preenchimento e controle de fichas de inscrições, arquivos de materiais para competições; atende e entra em contato direto com equipes sobre assuntos relacionados as competições; atende técnicos que trabalham com modalidades no ginásio e equipes amadoras que disputam eventos municipais;	FMD
01	CHEFE DE SETOR DE DESPORTOS AQUÁTICOS	Chefiar a equipe do setor de desportos aquáticos, administrando a piscina pública municipal, organizando a agenda de atividades e coordenando os serviços de manutenção e limpeza de todo o prédio e da piscina municipal, responsável pela equipe de manutenção de todo maquinário da Piscina Municipal (temperatura, cloro, ozônio); responsável pela chefia da limpeza(aspiração) da água da Piscina.	FMD
01	CHEFE DE SETOR DE DESPORTOS INDIVIDUAIS	Chefiar e coordenar a equipe do setor de Desportos Individuais, organizando o cronograma de atividades e coordenando a equipe de orientadores por modalidade.	FMD

COORDENADOR DE SERVIÇO – CC6

Qt	Cargo	Descrição	Lot.
01	COORDENADOR DE SERVIÇOS DE RECEPÇÃO	*****	FMD

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, ORDENADOS POR SUBSÍDIOS E COM OS RESPECTIVOS SÍMBOLOS DO VENCIMENTO – IPRESBS

AGENTE POLÍTICO - SUBSÍDIO

Qt	Cargo	Descrição	Lot.
01	DIRETOR PRESIDENTE	Todas as atribuições constantes no artigo 116, § 9º, incisos I a VIII, da Lei nº 1718/2006, de 24/11/2006.	IPRESBS

DIRETOR/ASSESSOR – CC2

Qt	Cargo	Descrição	Lot.
01	DIRETOR FINANCEIRO	Todas as atribuições constantes no artigo 116, § 10º, incisos I a X, da Lei nº 1718/2006, de 24/11/2006.	IPRESBS
01	DIRETOR DE BENEFÍCIOS	Todas as atribuições constantes no artigo 116, § 11º, incisos I a VII, da Lei nº 1718/2006, de 24/11/2006.	IPRESBS
01	ASSESSOR JURÍDICO	Prestar assessoramento jurídico; pesquisar, analisar e interpretar Legislação e Regulamentos; elaborar documentos jurídicos; participar nas ações em que a Instituto for autor, réu, ou interessado, acompanhando o andamento do processo, apresentando recursos em qualquer instância, comparecendo as audiências e outros atos, para defender direitos e interesses do IPRESBS; elaborar e emitir Pareceres; efetuar a matéria jurídica e de outra natureza consultando códigos, leis, jurisprudência e outros documentos, para adequar os fatos e legislação aplicável; acompanhar os processos em todas suas fases, requerendo seu andamento através de petições específicas, para garantir seu trânsito legal até decisão final do litígio; comparecer as audiências postulando na defesa do instituto para pleitear decisão favorável; elaborar documentos jurídicos sobre questões de natureza administrativa, civil, previdenciária, trabalhista, penal e outras, aplicando a legislação, forma e terminologia adequada ao assunto em questão, para utilizá-los em autuação, defesa e demais questões do Instituto; prestar assessoramento jurídico aos órgãos do Instituto; pesquisar, analisar e interpretar documentos jurídicos, processos jurídicos, administrativos, licitatórios, pareceres, contratos, convênios, acordos, ajustes, petições, contestações, memoriais e editais; participar de processos disciplinares e sindicâncias, quando requisitado; redigir e emitir pareceres; zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho; executar outras atividades compatíveis com a função.	IPRESBS

CHEFE DE SETOR – CC5

Qt	Cargo	Descrição	Lot.
01	CHEFE DE SETOR DE ADMINISTRAÇÃO	Chefiar a equipe da Divisão de Administração, coordenando os servidores responsáveis pelos serviços de licitações e recursos humanos do Instituto, coordenar, acompanhar e controlar a equipe responsável nos processos organizacionais de programação e gestão financeira e administração contábil; desenvolver as atividades relativas à programação financeira e fluxo de caixa, controle de contas a pagar e arrecadação, conciliação bancária, controle financeiro de todos os contratos, inclusive contratos de financiamento; coordenar e apoiar a elaboração, consolidação, controle, acompanhamento da execução e revisão dos orçamentos, econômico e financeiro, de receitas, de investimentos e de despesas operacionais e de manutenção.	IPRESBS

COORDENADOR DE SERVIÇO – CC6

Qt	Cargo	Descrição	Lot.
01	COORDENADOR DE SERVIÇOS	*****	IPRESBS

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, ORDENADOS POR SUBSÍDIOS E COM OS RESPECTIVOS SÍMBOLOS DO VENCIMENTO – EMHAB

AGENTE POLÍTICO – SUBSÍDIO

Qt	Cargo	Descrição	Lot.
01	DIRETOR PRESIDENTE	Dirigir, orientar, controlar e fiscalizar a EMHAB; representando-a em juízo ou fora dele, pessoalmente ou por procuradores constituídos ou contratados; ordenar empenhos e o pagamento das despesas da Autarquia; firmar contratos administrativos, convênios e empréstimos; assinar as demonstrações contábeis exigidas na lei; assinar documentação bancária juntamente com o Diretor Administrativo e o Contador; praticar todos os demais atos para a boa administração da Autarquia, nos termos da legislação em vigor.	EMHAB

DIRETOR/ASSESSOR – CC2

Qt	Cargo	Descrição	Lot.
01	DIRETOR ADMINISTRATIVO	Dirigir o Departamento de Administração; Analisar, planejar e deliberar acerca de ações que proporcionem o bom funcionamento da empresa, fazendo a gestão administrativa e da política municipal de habitação e moradia, dirigindo todas as divisões na realização das obras destinadas às famílias carentes, levantar demanda, acompanhar processos de atendimento quando deferidas; acompanhar o processo licitatório de compras de materiais e insumos, bem como acompanhar o andamento das obras; acompanhar o andamento dos contratos com os mutuários, determinando quando necessário o envio de notificações para os que estiverem inadimplentes ou descumprindo cláusulas contratuais com a EMHAB; avaliar os servidores lotados na empresa em estágio probatório acerca do cumprimento dos horários e ações no cumprimento de tarefas à eles determinadas; auxiliar o Diretor Presidente nas tomadas de decisões no intuito de cumprir o objetivo da empresa, em proporcionar moradia às famílias de baixa renda, pesquisando e criando alternativas administrativas para tanto.	EMHAB
01	ASSESSOR JURÍDICO	Prestar assessoramento jurídico; pesquisar, analisar e interpretar Legislação e Regulamentos; elaborar documentos jurídicos; participar nas ações em que a Instituição for autora, ré, ou interessada, acompanhando o andamento do processo, apresentando recursos em qualquer instância, comparecendo as audiências e outros atos, para defender direitos e interesses do Município; elaborar e emitir Pareceres; efetuar a matéria jurídica e de outra natureza consultando códigos, leis, jurisprudência e outros documentos, para adequar os fatos e legislação aplicável; acompanhar os processos em todas suas fases, requerendo seu andamento através de petições específicas, para garantir seu trânsito legal até decisão final do litígio; comparecer as audiências postulando na defesa da instituição para pleitear decisão favorável; elaborar documentos jurídicos sobre questões de natureza administrativa, fiscal, civil, comercial, trabalhista, penal e outras, aplicando a legislação, forma e terminologia adequada ao assunto em questão, para utilizá-los em autuação, defesa e demais questões da Instituição; prestar assessoramento jurídico a todos os órgãos da Prefeitura; pesquisar, analisar e interpretar documentos jurídicos, processos jurídicos, administrativos, licitatórios, pareceres, contratos, convênios, acordos, ajustes, petições, contestações, memoriais e editais; participar de processos disciplinares e sindicâncias, quando requisitado; redigir e emitir pareceres; zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho; executar outras atividades compatíveis com a função.	EMHAB

CHEFE DE DIVISÃO/ASSESSOR – CC4

Qt	Cargo	Descrição	Lot.
01	ASSESSOR DE GABINETE	Prestar assistência e assessoramento direto e imediato ao Diretor Presidente; coordenar as atividades rotineiras de fluxo de documentação e administrativas do Gabinete; planejar, coordenar e desenvolver as atividades de comunicação social (interna e externa), bem como as relacionadas à Assessoria de Imprensa;	EMHAB
01	CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	Chefiar a equipe da Divisão de Administração e Finanças, coordenando os servidores responsáveis pelos serviços de licitações e recursos humanos da Empresa; coordenar, acompanhar e controlar a equipe responsável nos processos organizacionais de programação e gestão financeira e administração contábil; desenvolver as atividades relativas à programação financeira e fluxo de caixa, controle de contas a pagar e arrecadação, conciliação bancária, controle financeiro de todos os contratos, inclusive contratos de financiamento; coordenar e apoiar a elaboração, consolidação, controle, acompanhamento da execução e revisão dos orçamentos, econômico e financeiro, de receitas, de investimentos e de despesas operacionais e de manutenção.	EMHAB
01	CHEFE DE DIVISÃO DE CADASTRO E PROJETOS:	Chefiar a equipe da Divisão de Cadastros e Projetos; Coordenar os agentes administrativos e assistentes sociais, nas atividades correlatas das suas funções; Auxiliar o Diretor Presidente e o Diretor do Departamento Administrativo no gerenciamento da equipe que cuida do cadastro geral de mutuários, sugerindo alterações na legislação pertinente, e auxiliando a equipe na confecção de contratos e aditivos de novos e antigos mutuários; realização de cobranças de mutuários inadimplentes e monitoramento; regularização fundiária dos imóveis e loteamentos irregulares do Município; regularização dos loteamentos pertencentes a EMHAB;	EMHAB

CHEFE DE SETOR/COORDENADOR DE SETOR – CC5

Qt	Cargo	Descrição	Lot.
01	CHEFE DE SETOR DE MANUTENÇÃO E OBRAS	Chefiar a equipe do setor de Obras e manutenção, responsável pelas obras e reformas para famílias de baixa renda, chefiar e controlar os contratos administrativos referentes as obras realizados por terceirizados nas reformas e construções de moradias populares.	EMHAB
01	COORDENADOR DE SETOR ADMINISTRATIVO	*****	EMHAB

Art. 22. O inciso III, do artigo 2º-A, da Lei nº 701, de 24 de outubro de 2003, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º-A ...

III - No âmbito da Secretaria de Educação:

- a) 01 (uma) Função Gratificada de Coordenação de Telecentro, a ser exercida unicamente por detentor de cargo efetivo, mediante a paga de gratificação pecuniária equivalente a 20% do vencimento do cargo;
- b) 02 (duas) Funções Gratificadas de Coordenação de Núcleo de Tecnologias Municipais (NTM), a serem exercidas unicamente por detentores de cargo efetivo, mediante a paga de gratificação pecuniária equivalente a 30% do vencimento do cargo;
- c) 01 (uma) Função Gratificada de Coordenação do Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado para Autismo, a ser exercida unicamente por detentor de cargo efetivo de professor, mediante a paga de gratificação pecuniária equivalente a 30% do vencimento do cargo;
- d) 01 (uma) Função Gratificada de Coordenação do Centro de Tecnologia e Informações da Secretaria Municipal de Educação, a ser exercida por servidor efetivo, com gratificação pecuniária equivalente a 30% do vencimento do cargo";

Art. 23 Ficam criados no Plano de Cargos Efetivos, Carreira e Salários dos Servidores Públicos Municipais, Lei nº 2966/2012, os seguintes cargos:

I – AGENTE DE DEFESA CIVIL - 02 (duas vagas) - Grupo Ocupacional 3, Classe A, Nível I, 40 horas semanais, incluindo-se nos Anexos I e XI, XXIII e XXVII, da citada Lei, o que segue:

a) ANEXO I:

GRUPOS OCUPACIONAIS	CARGOS / NOMENCLATURA	Formação escolar exigida para o cargo	ESCOLA-RIDADE	PERCENTUAL	NÍVEL	LETRA
3	AGENTE DE DEFESA CIVIL	Ensino Médio Completo	MD	--	I	A

b) ANEXO XI:

NÍVEL	QUANT.	DENOMINAÇÃO	CHS	REQUISITOS
1	2	AGENTE DE DEFESA CIVIL	40	Ensino médio completo, com Carteira Nacional de Habilitação (CNH) categoria "AB" e conhecimento em informática

c) ANEXO XXIII:

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA
AGENTE DE DEFESA CIVIL	40

a) ANEXO XXVII:

DENOMINAÇÃO DO CARGO: AGENTE DE DEFESA CIVIL**DESCRIÇÃO SUMÁRIA**

Executar as ações de defesa civil, em diversas atividades, atuando nos eventos danosos e nas situações de calamidades, aplicando as medidas necessárias de socorro, assistenciais e recuperativas.

DESCRIÇÃO DETALHADA

- Executar as ações de defesa civil, em diversas atividades, atuando nos eventos danosos e nas situações de calamidade;
- Aplicar as medidas necessárias de socorro, assistenciais e recuperativas; - Executar atividades de apoio ao Corpo de Bombeiros, notadamente nas ações de incêndio em mato, de salvamento, enchentes e demais conseqüências de precipitações pluviométricas ou distúrbios meteorológicos acentuados e ainda de preservação de locais atingidos por eventos danosos;
- Efetuar atendimento ao público, presencial, via telefone ou por meios eletrônicos;
- Dirigir as viaturas da Defesa Civil;
- Executar outras tarefas correlatas de prevenção que lhes forem atribuídas.

REQUISITOS:

Ensino médio completo, com Carteira Nacional de Habilitação (CNH) categoria "AB" e conhecimento em informática.

II – ZELADOR DE CEMITÉRIOS, 11 (onze), Grupo Ocupacional 1, Classe A, Nível I, 40 horas semanais, incluindo-se nos Anexos I e XI, XXIII e XXVII, da citada Lei, o que segue:

a) ANEXO I:

GRUPOS OCUPACIONAIS	CARGOS / NOMENCLATURA	Formação escolar exigida para o cargo	ESCOLARIDADE	PERCENTUAL	NÍVEL	LETRA
1	ZELADOR DE CEMITÉRIOS	Ensino Fundamental Incompleto	FI	--	I	A

b) ANEXO XI:

NÍVEL	QUANT.	DENOMINAÇÃO	CHS	REQUISITOS
1	11	ZELADOR DE CEMITÉRIOS	40	Ensino Fundamental Incompleto

c) ANEXO XXIII:

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA
ZELADOR DE CEMITÉRIOS	40

c) ANEXO XXVII:**DENOMINAÇÃO DO CARGO: ZELADOR DE CEMITÉRIOS****DESCRIÇÃO SUMÁRIA**

Executar serviços de abertura de covas, limpeza dos cemitérios, e todas as suas instalações. Auxiliar nos serviços de construção, manutenção, conservação, edificações e demais serviços próprios da Prefeitura. Carregar, descarregar, transladar, ordenar, limpar e zelar pelos materiais, equipamentos e utensílios diversos, de forma apropriada, a fim de agilizar os trabalhos.

DESCRIÇÃO DETALHADA

- Executar serviços de abertura de covas;
- Limpeza e conservação dos cemitérios Municipais, e todas as suas instalações.
- Auxiliar nos serviços de construção, manutenção, conservação, edificações e demais serviços próprios dos cemitérios municipais.
- Carregar, descarregar, transladar, ordenar, limpar e zelar pelos materiais, equipamentos e utensílios diversos, de forma apropriada, a fim de agilizar os trabalhos;
- Orientar os munícipes em relação à prevenção de Dengue;
- Utilizar equipamentos de segurança que lhe for fornecido;
- Observar toda a documentação exigida por lei e normas internas para o sepultamento em cemitério público municipal, abstendo-se de fazer enterros clandestinos e/ou sem as devidas formalidades;
- Observar se as taxas e/ou tarifas públicas devidas por ocasião dos sepultamentos foram devidamente recolhidas;
- Comunicar ao setor competente, em formulário adequado, dos sepultamentos ocorridos, para efeito do controle e ordem dos registros relativos aos cemitérios municipais;

Requisitos:

Ensino Fundamental Incompleto

II – PEDAGOGO SOCIAL, 06 (seis vagas), Grupo Ocupacional 5, Classe A, Nível I, 40 horas semanais, incluindo-se nos Anexos I e XI, XXIII e XXVII, da citada Lei, o que segue:

a) ANEXO I:

GRUPOS OCUPACIONAIS	CARGOS / NOMENCLATURA	Formação escolar exigida para o cargo	ESCOLA-RIDADE	PERCENTUAL	NÍVEL	LETRA
5	PEDAGOGO SOCIAL	Ensino Superior completo	G	--	I	A

b) ANEXO XI:

NÍVEL	QUANT.	DENOMINAÇÃO	CHS	REQUISITOS
1	06	PEDAGOGO SOCIAL	40	Ensino Superior Completo

c) ANEXO XXIII:

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA
PEDAGOGO SOCIAL	40

d) ANEXO XXVII:

DENOMINAÇÃO DO CARGO: PEDAGOGO SOCIAL

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Integrar as equipes de referência do SUAS, desenvolvendo e promovendo ações voltadas ao campo socioeducacional.

DESCRIÇÃO DETALHADA

- Atuar, enquanto socioeducador qualificado, no estímulo, motivação, mediação e monitoria das ações socioeducativas de assistência social intergeracionais e interdisciplinares de ensino e aprendizagem que promovam: o desenvolvimento de potencialidades e aquisições cognitivas educativas, socioculturais e laborais; o desenvolvimento cognitivo das condições de socialização e pleno exercício da cidadania; e, na efetivação, fortalecimento, reforço e reconstrução dos vínculos de escolaridade formal;
- Atuar enquanto socioeducador na capacitação e desenvolvimento de potencialidades dos usuários;
- Integrar equipe multiprofissional, atuando na condução das ações e processos socioassistenciais de natureza educacionais/socioeducacionais em geral e nas de execução e atendimento no cumprimento de medidas socioeducativas.
- Atuar, junto a educandos/socioeducandos, educadores/socioeducadores e famílias/pais ou responsáveis no tocante a orientação, assessoria, consultoria e outros atendimentos relativos à qualificação e desenvolvimento de habilidades didático-pedagógicas para o ensino e a condução prática educativa/ socioeducativa dos processos formativo-educativos, em especial o socioeducativo na comunidade, assim como nas questões de dificuldade de aprendizagem e estimulação pedagógica para a aprendizagem;
- Atuar na promoção de ações e processos socioeducativos com vistas a garantir aquisições progressivas ao usuário de acordo com seu ciclo de vida, ampliação de trocas e vivências culturais; incentivo a socialização; a convivência comunitária; a responsabilidade sociocomunitária e a consciência da cidadania e seu pleno exercício; o desenvolvimento do sentimento de pertença e de identidade; ampliação de repertório de informações e conhecimentos; com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para prevenção ou enfrentamento das condições e riscos de vulnerabilidade pessoal, social e econômica;
- Atuar na defesa, proteção, promoção e garantia a todos os indivíduos do acesso à educação em toda sua plenitude enquanto direito social integrante dos direitos fundamentais da cidadania e em especial da criança e do adolescente;
- Atuar na articulação entre as ações socioassistenciais da Política Pública da Segurança Social/Assistência Social com as ações da Política Pública de Educação e o Sistema Nacional de Ensino (federal; estaduais e municipais).

Requisitos:

Ensino Superior Completo

II – EDUCADOR SOCIAL, 10 (dez vagas), Grupo Ocupacional 4, Classe A, Nível I, 40 horas semanais, incluindo-se nos Anexos I e XI, XXIII e XXVII, da citada Lei, o que segue:

a) ANEXO I:

GRUPOS OCUPACIONAIS	CARGOS / NOMENCLATURA	Formação escolar exigida para o cargo	ESCOLA-RIDADE	PERCENTUAL	NÍVEL	LETRA
4	EDUCADOR SOCIAL	Ensino Técnico de Nível Médio ou Médio com Habilitações Específicas	TM	--	I	A

b) ANEXO XI:

NÍVEL	QUANT.	DENOMINAÇÃO	CHS	REQUISITOS
1	10	EDUCADOR SOCIAL	40	Ensino Técnico de Nível Médio ou Médio com Habilitações Específicas, magistério e conhecimento em informática conhecimento em informática.

c) ANEXO XXIII:

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA
EDUCADOR SOCIAL	40

d) ANEXO XXVII:

DENOMINAÇÃO DO CARGO: EDUCADOR SOCIAL**DESCRIÇÃO SUMÁRIA**

Compor as equipes de referência do SUAS, desempenhando funções de apoio ao provimento dos Serviços, Programas, Projetos e Benefícios, transferência de renda e ao CadÚnico, diretamente relacionadas às suas finalidades.

DESCRIÇÃO DETALHADA

- desenvolver atividades socioeducativas, de convivência e socialização visando à atenção, defesa e garantia de direitos e proteção aos indivíduos e famílias em situações de vulnerabilidade e, ou, risco social e pessoal, que contribuam com o fortalecimento da função protetiva da família;
- desenvolver atividades instrumentais e registro para assegurar direitos, (re)construção da autonomia, autoestima, convívio e participação social dos usuários, a partir de diferentes formas e metodologias, contemplando as dimensões individuais e coletivas, levando em consideração o ciclo de vida e ações intergeracionais;
- assegurar a participação social dos usuários em todas as etapas do trabalho social;
- apoiar e desenvolver atividades de abordagem social e busca ativa;
- atuar na recepção dos usuários possibilitando ambiência acolhedora;
- apoiar na identificação e registro de necessidades e demandas dos usuários, assegurando a privacidade das informações;
- apoiar e participar no planejamento das ações;
- organizar, facilitar oficinas e desenvolver atividades individuais e coletivas de vivência nas unidades e, ou, na comunidade;
- acompanhar, orientar e monitorar os usuários na execução das atividades;
- apoiar na organização de eventos artísticos, lúdicos e culturais nas unidades e, ou, na comunidade;
- apoiar no processo de mobilização e campanhas intersetoriais nos territórios de vivência para a prevenção e o enfrentamento de situações de risco social e, ou, pessoal, violação de direitos e divulgação das ações das Unidades socioassistenciais;
- apoiar na elaboração e distribuição de materiais de divulgação das ações;
- apoiar os demais membros da equipe de referência em todas as etapas do processo de trabalho;
- apoiar na elaboração de registros das atividades desenvolvidas, subsidiando a equipe com insumos para a relação com os órgãos de defesa de direitos e para o preenchimento do Plano de Acompanhamento Individual e, ou, familiar; o) apoiar na orientação, informação, encaminhamentos e acesso a serviços, programas, projetos, benefícios, transferência de renda, ao mundo do trabalho por meio de articulação com políticas afetas ao trabalho e ao emprego, dentre outras políticas públicas, contribuindo para o usufruto de direitos sociais;
- apoiar no acompanhamento dos encaminhamentos realizados;
- apoiar na articulação com a rede de serviços socioassistenciais e políticas públicas;
- participar das reuniões de equipe para o planejamento das atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultado;
- desenvolver atividades que contribuam com a prevenção de rompimentos de vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas;
- apoiar na identificação e acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades;
- informar, sensibilizar e encaminhar famílias e indivíduos sobre as possibilidades de acesso e participação em cursos de formação e qualificação profissional, programas e projetos de inclusão produtiva e serviços de intermediação de mão de obra;
- acompanhar o ingresso, frequência e o desempenho dos usuários nos cursos por meio de registros periódicos;
- apoiar no desenvolvimento dos mapas de oportunidades e demandas.

Requisitos:

Ensino Técnico de Nível Médio ou Médio com Habilitações Específicas, magistério e conhecimento em informática.

Art. 24. Fica alterado o número de vagas dos cargos abaixo elencados, alterando-se o Anexo XI, da Lei nº 2966/2012;

NÍVEL	Qtidade DE:	Qtidade PARA:	DENOMINAÇÃO	CHS	REQUISITOS
1	50	70	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	40	Ensino Médio Completo
1	357	387	AUXILIAR DE SERVIÇOS	40	Ensino Fundamental Incompleto

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 25. Ficam extintos os cargos que menciona:

- I – 04 (quatro) cargos de CHEFES DE DIVISÃO descritos, respectivamente, - no item “2”, da letra “a”; - e, no item “1” da letra “b”, ambos do inciso II, do Art. 5º, e, - nos itens “1” e “2”, da letra “c”, do inciso II, do Art. 6º, e, mais 01 (um) cargo de CHEFE DE DIVISÃO DE EXPEDIENTE E SERVIÇOS INTERNOS, descrito no inciso XIII, do parágrafo único, do artigo 4º, todos da Lei nº 062/2001;
- II - 03 (três) cargos de TÉCNICO DESPORTIVO II, e, 02 cargos de COORDENADOR DE SERVIÇOS, postos no quadro do Art. 1º, da Lei nº 474/2002, criados que foram pela Lei nº 1821/2007, e, 01 cargo de COORDENADOR DE FUTEBOL E FUTSAL, E, 01 cargo de COORDENADOR DE SETOR DE LAZER e 01 cargo de COORDENADOR DE SETOR DE EVENTOS, descritos no art. 2º, da Lei nº 474/2002;
- III – 16 (dezesseis) cargos de COORDENADOR DE SERVIÇOS GERAIS, previstos no Anexo XV, da Lei nº 062/2001.
- IV – 01 (um) cargo de COORDENADOR DE SETOR DE SISTEMA DE INFORMÁTICA descrito, no inciso XVI, do art. 49, da Lei nº 2893/2011;

Art. 26. Revoga-se a Seção XVI com seu artigo 192, e, a Seção XX com seu artigo 196, todos da Lei nº 2893/2011;

Art. 27. O provimento dos cargos criados por esta Lei será realizado de forma gradual, no prazo de 06 (seis) meses a contar da publicação

da presente lei, condicionado à expressa autorização em anexo próprio da Lei Orçamentária Anual, com dotação suficiente, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

Art. 28. A demonstração da estrutura organizacional da Administração Pública Municipal Direta e Indireta será representada pelos organogramas instituídos por Decreto.

Art. 29. Os cargos que não tiveram a nomenclatura alterada e ou não tenham recebido descrição de atribuição no anexo XV da Lei nº 062/2001, modificado por esta lei e ou seus respectivos anexos, serão extintos no prazo de 06 (seis) meses a contar da publicação da presente lei.

Art. 30. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de outubro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PORTARIAS/SEMED Nº 1878 A 1921/2015

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria/SEMED nº 1878, de 22 de outubro de 2015. Concede Lotação. Magali Leonice de Castilho. Atendente Educativo.
Portaria/SEMED nº 1879, de 22 de outubro de 2015. Concede Lotação. Alessandra Baptista Fragozo. Atendente Educativo.
Portaria/SEMED nº 1880, de 22 de outubro de 2015. Concede Lotação. Helen Neumann. Atendente Educativo.
Portaria/SEMED nº 1881, de 22 de outubro de 2015. Concede Lotação. Elaine Cristina Pereira Dums. Atendente Educativo.
Portaria/SEMED nº 1882, de 22 de outubro de 2015. Concede Lotação. Tailine Quandt. Atendente Educativo.
Portaria/SEMED nº 1883, de 22 de outubro de 2015. Concede Lotação. Gislaine Maczewski de Souza. Atendente Educativo.
Portaria/SEMED nº 1884, de 22 de outubro de 2015. Concede Lotação. Simone Padilha. Atendente Educativo.
Portaria/SEMED nº 1885, de 22 de outubro de 2015. Concede Lotação. Marcia Scheliga de Jesus. Atendente Educativo.
Portaria/SEMED nº 1886, de 22 de outubro de 2015. Concede Lotação. Fabiane Haelsner. Atendente Educativo.
Portaria/SEMED nº 1887, de 22 de outubro de 2015. Concede Lotação. Janaina Aparecida Wantowsky. Atendente Educativo.
Portaria/SEMED nº 1888, de 22 de outubro de 2015. Concede Lotação. Maria Robes Gomes. Atendente Educativo.
Portaria/SEMED nº 1889, de 22 de outubro de 2015. Concede Lotação. Solange de Fátima Vaz Bernal Padilha. Atendente Educativo.
Portaria/SEMED nº 1890, de 22 de outubro de 2015. Concede Lotação. Catiane Alessandra Jablonski Vieira. Atendente Educativo.
Portaria/SEMED nº 1891, de 22 de outubro de 2015. Concede Lotação. Sheila Ruckl Wielgosz. Atendente Educativo.
Portaria/SEMED nº 1892, de 22 de outubro de 2015. Concede Lotação. Ana Paula Tauscher Blaskovski. Atendente Educativo.
Portaria/SEMED nº 1893, de 22 de outubro de 2015. Concede Lotação. Patricia de Lima. Atendente Educativo.
Portaria/SEMED nº 1894, de 22 de outubro de 2015. Concede Lotação. Raquel Correa Lopes. Atendente Educativo.
Portaria/SEMED nº 1895, de 22 de outubro de 2015. Concede Lotação. Gabriela de Fátima Kurlapski. Atendente Educativo.
Portaria/SEMED nº 1896, de 22 de outubro de 2015. Concede Lotação. Sheila Donisete Augustin Neppel. Atendente Educativo.
Portaria/SEMED nº 1897, de 22 de outubro de 2015. Concede Lotação. Adriane Milde. Atendente Educativo.
Portaria/SEMED nº 1898, de 22 de outubro de 2015. Concede Lotação. Ciliane Aparecida Martins Ferreira. Atendente Educativo.
Portaria/SEMED nº 1899, de 22 de outubro de 2015. Concede Lotação. Josane Linhares. Atendente Educativo.
Portaria/SEMED nº 1900, de 22 de outubro de 2015. Concede Lotação. Marisa Dums Liebl. Atendente Educativo.
Portaria/SEMED nº 1901, de 22 de outubro de 2015. Concede Lotação. Denise Bueno. Professor Educação Infantil.
Portaria/SEMED nº 1902, de 22 de outubro de 2015. Concede Lotação. Vera Aparecida Fernandes dos Santos. Professor Educação Infantil.
Portaria/SEMED nº 1903, de 22 de outubro de 2015. Concede Lotação. Tatiana Stachon. Professor Educação Infantil.
Portaria/SEMED nº 1904, de 22 de outubro de 2015. Concede Lotação. Fernanda Cristina Piontkiewicz Gonschorovski. Professor Educação Infantil.
Portaria/SEMED nº 1905, de 22 de outubro de 2015. Concede Lotação. Janaina Huttl. Professor Educação Infantil.
Portaria/SEMED nº 1906, de 22 de outubro de 2015. Concede Lotação. Anieli Pereira. Professor Educação Infantil.
Portaria/SEMED nº 1907, de 22 de outubro de 2015. Concede Lotação. Siumara Aparecida Garcia Walter. Professor Educação Infantil.
Portaria/SEMED nº 1908, de 22 de outubro de 2015. Concede Lotação. Icaraine Niesukowski. Professor Educação Infantil.
Portaria/SEMED nº 1909, de 22 de outubro de 2015. Concede Lotação. Silvia Lobermeyer Pollum. Professor Educação Infantil.
Portaria/SEMED nº 1910, de 22 de outubro de 2015. Concede Lotação. Sonia Geise Lobato Valente. Professor Educação Infantil.
Portaria/SEMED nº 1911, de 22 de outubro de 2015. Concede Lotação. Solange Hermes Menegazzo. Professor Educação Infantil.
Portaria/SEMED nº 1912, de 22 de outubro de 2015. Concede Lotação. Rosane Johanson. Professor Educação Infantil.
Portaria/SEMED nº 1913, de 22 de outubro de 2015. Concede Lotação. Josleine Travinski. Professor Educação Infantil.
Portaria/SEMED nº 1914, de 22 de outubro de 2015. Concede Lotação. Edeltraud Onivia Cubas Fuckner. Professor Educação Infantil.
Portaria/SEMED nº 1915, de 22 de outubro de 2015. Concede Lotação. Danielle Fernandes. Professor Educação Infantil.
Portaria/SEMED nº 1916, de 22 de outubro de 2015. Concede Lotação. Cleidimara Neidert. Professor Educação Infantil.
Portaria/SEMED nº 1917, de 22 de outubro de 2015. Concede Lotação. Josiele Pscheidt. Professor Educação Infantil.
Portaria/SEMED nº 1918, de 22 de outubro de 2015. Concede Lotação. Marcélia Aparecida Drevek Rudnik. Professor Anos Finais.
Portaria/SEMED nº 1919, de 22 de outubro de 2015. Concede Lotação. Reginaldo Moura Silva. Professor Anos Finais.
Portaria/SEMED nº 1920, de 22 de outubro de 2015. Concede Lotação. Ariane Lisete Hinke. Professor Anos Finais.
Portaria/SEMED nº 1921, de 22 de outubro de 2015. Concede Lotação. Tabatah Andressa Denk Frick. Professor Especialista em Assuntos Educacionais.

ALCIONE TERESINHA HINKE

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

VIGILÂNCIA SANITÁRIA - 23 DE OUTUBRO

São Bento do Sul 13 de Outubro de 2015

Decisão Final
Processo 020/2015Secretaria Municipal de Saúde
Divisão de Vigilância Sanitária
APP EBB Celso Ramos Filho
CNPJ 83.484.865/0001-06

Penalidade de interdição parcial do estabelecimento

Luciane M K Scatolon
Diretora do Centro de Vigilância em Saúde

São Bento do Sul 09 de Outubro de 2015

Decisão Final
Processo 029/2015Secretaria Municipal de Saúde
Divisão de Vigilância Sanitária
Luzia pires de Lima Prado ME
CNPJ 04.358.203/0001-05

Penalidade de apreensão de produtos

Luciane M K Scatolon
Diretora do Centro de Vigilância em Saúde

São Bento do Sul 09 de Outubro de 2015

Decisão Final
Processo 31/2015

Secretaria Municipal de Saúde

Divisão de Vigilância Sanitária
Oncoclinica Jaraguá Ltda
CNPJ 01.069.922/0002-07

Penalidade de Advertência

Luciane M K Scatolon
Diretora do Centro de Vigilância em SaúdeSão Bento do Sul 13 de Outubro de 2015
Decisão Final
Processo 032/2015Secretaria Municipal de Saúde
Divisão de Vigilância Sanitária
Osmar Pereira de Oliveira
CPF 665.760.839-04

Penalidade de Advertência

Luciane M K Scatolon
Diretora do Centro de Vigilância em SaúdeSão Bento do Sul 13 de Outubro de 2015
Decisão Final
Processo 033/2015Secretaria Municipal de Saúde
Divisão de Vigilância Sanitária
Tatiane de Oliveira MEI
CNPJ 20.446.360/0001-29

Penalidade de Advertência

Luciane M K Scatolon
Diretora do Centro de Vigilância em Saúde

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 005, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 005, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015.

"CONCEDE TÍTULOS DE CIDADÃO HONORÁRIO".

Os habitantes de São Bento do Sul, por seus representantes aprovaram e eu, Edimar Geraldo Salomon Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Artigo 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário aos senhores Luis Paulo Dal Pont Lodetti, Romano José Enzweiler e Edson Luiz de Oliveira.

Artigo 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, em 20 de Outubro de 2015.
EDIMAR GERALDO SALOMON
Presidente**PORTARIA Nº 020, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº 020, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015.

"Autoriza servidores a dirigir veículo oficial."

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Autorizar os servidores José Dorival Dums – Diretor Geral, Thiago Felipe Piccinini – Assessor Parlamentar e Marcos Weiss – Assessor de Compras, Licitações e Almoxarife, lotados na Câmara Municipal de São Bento do Sul, a dirigirem eventualmente o veículo abaixo especificado, na impossibilidade ou ausência do motorista oficial:

Chevrolet Zafira, placas MGD 3938.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a portaria 007/2015 de 04 de fevereiro de 2015

São Bento do Sul, 20 de outubro de 2015.
EDIMAR GERALDO SALOMON
Presidente

PORTARIA Nº 021, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 021, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015.

"Concede função gratificada."

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Função Gratificada, FG-5 no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) a servidora Rosilene Arnoldo, ocupante do cargo efetivo de Assistente Legislativo, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo Municipal.

Parágrafo Único – A concessão da Função Gratificada está vinculada a assinatura e responsabilização, temporária, pelas atividades desenvolvidas pelo Controle Interno da Câmara Municipal de São Bento do Sul, de acordo com a Lei Municipal nº 2.983, de 27 de março de 2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos e vigência a partir de 1º de outubro de 2015, até o dia 30 de maio de 2016.

São Bento do Sul, 20 de outubro de 2015.

EDIMAR GERALDO SALOMON

Presidente

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 80/2015

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 61/2015

Contrato Nº: 80/2015

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: Silva Lavagem Automotiva Ltda.

Vigência: Início: 15/10/2015 - Término: 14/10/2016

Recursos: Dotação:

(14) 3.3.90.39.00.00.00 – Setor Administrativo – Exercício Vigente.

(93) 3.3.90.39.00.00.00 – Setor de Abastecimento de Água – Exercício Vigente.

(95) 3.3.90.39.00.00.00 – Setor Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário – Exercício Vigente.

Objeto: Contratação de serviços de lavagem e higienização dos veículos da frota do SAMAE.

São Bento do Sul, 22 de outubro de 2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

São Domingos

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS N. 007/2015 AR FIORENZANO

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório FMS n. 031/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 009/2015. Objeto AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS INFANTIS, LEITES DIVERSOS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Fornecedor Registrado: AR FIORENZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. EPP, CNPJ n. 10.869.890/0001-26

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
01	AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS INFANTIS, LEITES DIVERSOS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$5.340,00

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.

Vigência da Ata: 22/10/2015 a 22/10/2016

ALCIMAR DE OLIVEIRA – Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS N. 007/2015 KÁ E KÁ

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório FMS n. 031/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 009/2015. Objeto AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS INFANTIS, LEITES DIVERSOS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Fornecedor Registrado: MERCADO KÁ & KÁ LTDA. ME., CNPJ n. 04.683.313/0001-42

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
02	AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS INFANTIS, LEITES DIVERSOS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$4.428,00

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.

Vigência da Ata: 22/10/2015 a 22/10/2016

ALCIMAR DE OLIVEIRA – Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS N. 007/2015 MERCÓ

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório FMS n. 031/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 009/2015. Objeto AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS INFANTIS, LEITES DIVERSOS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Fornecedor Registrado: MERCÓ SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA., CNPJ n. 05.912.018/0001-83

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
01	AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS INFANTIS, LEITES DIVERSOS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$14.200,00

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se

disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.

Vigência da Ata: 22/10/2015 a 22/10/2016

ALCIMAR DE OLIVEIRA – Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS N. 007/2015 NUTRIPORT

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório FMS n. 031/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 009/2015. Objeto AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS INFANTIS, LEITES DIVERSOS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Fornecedor Registrado: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA, CNPJ n. 03.612.312/0004-97

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
11	AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS INFANTIS, LEITES DIVERSOS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$54.151,00

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.

Vigência da Ata: 22/10/2015 a 22/10/2016

ALCIMAR DE OLIVEIRA – Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS N. 007/2015 POLLIMED

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório FMS n. 031/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 009/2015. Objeto AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS INFANTIS, LEITES DIVERSOS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Fornecedor Registrado: POLLIMED COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. EPP, CNPJ n. 04.040.912/0001-48

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
02	AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS INFANTIS, LEITES DIVERSOS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$6.554,00

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.

Vigência da Ata: 22/10/2015 a 22/10/2016

ALCIMAR DE OLIVEIRA – Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 027/2015 ANDERSON SCHEFFER

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório PREFE n. 098/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 034/2015. Objeto AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESTRUTURAS METÁLICAS NATALINAS, FOGOS DE ARTIFÍCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO E INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO NATALINA MÓVEL. Fornecedor Registrado: ANDERSON SCHEFFER - ME., CNPJ n. 19.779.937/0001-35

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
01	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESTRUTURAS METÁLICAS NATALINAS, FOGOS DE ARTIFÍCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO E INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO NATALINA MÓVEL.	R\$3.700,00

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.
Vigência da Ata: 21/10/2015 a 21/10/2016
ALCIMAR DE OLIVEIRA – Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 027/2015 ELTO FINATO

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório PREFE n. 098/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 034/2015. Objeto AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESTRUTURAS METÁLICAS NATALINAS, FOGOS DE ARTIFÍCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO E INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO NATALINA MÓVEL. Fornecedor Registrado: ELTO FINATO ME., CNPJ n. 08.413.069/0001-59

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
09	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESTRUTURAS METÁLICAS NATALINAS, FOGOS DE ARTIFÍCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO E INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO NATALINA MÓVEL.	R\$109.700,00

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.
Vigência da Ata: 21/10/2015 a 21/10/2016
ALCIMAR DE OLIVEIRA – Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 027/2015 FAGULHA

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório PREFE n. 098/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 034/2015. Objeto AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESTRUTURAS METÁLICAS NATALINAS, FOGOS DE ARTIFÍCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO E INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO NATALINA MÓVEL. Fornecedor Registrado: FAGULHA COMÉRCIO DE FOGOS DE ARTIFÍCIO E PIPAS LTDA ME., CNPJ n. 07.125.736/0001-35

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
01	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESTRUTURAS METÁLICAS NATALINAS, FOGOS DE ARTIFÍCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO E INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO NATALINA MÓVEL.	R\$9.500,00

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.
Vigência da Ata: 21/10/2015 a 21/10/2016
ALCIMAR DE OLIVEIRA – Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 027/2015 MELISSA

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório PREFE n. 098/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 034/2015. Objeto AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESTRUTURAS METÁLICAS NATALINAS, FOGOS DE ARTIFÍCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO E INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO NATALINA MÓVEL. Fornecedor Registrado: MELISSA SANTIAGO MARTINS MEI., CNPJ n. 16.703.247/0001-04

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
03	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESTRUTURAS METÁLICAS NATALINAS, FOGOS DE ARTIFÍCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO E INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO NATALINA MÓVEL.	R\$8.100,00

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.
Vigência da Ata: 21/10/2015 a 21/10/2016
ALCIMAR DE OLIVEIRA – Prefeito Municipal.

EDITAL CMDCA Nº 014

EDITAL Nº 014/2015

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, através de sua Presidente, torna público o resultado final da eleição dos membros do Conselho Tutelar do município de São Domingos, realizada no dia 04 de outubro de 2015.

Classificação Titulares	Nome do Candidato	Quantidade de Votos
1º	Luciane Scheffer Ortiz	139
2º	Érica Fernanda Migliavaca	120
3º	Giovana Maria Picoli Cenedesi	109
4º	Romilda Fátima Almeida da Silva Adami	96
5º	Daniela Valentini de Souza	89
Classificação Suplentes	Nome do Candidato	Quantidade de Votos
6º	Maria Salete de Moraes Borges	82
7º	Ivonir Debortoli de Lima	75
8º	Mariangela de Souza Gomes	60
9º	Franchesca Spezia	48
10º	Jucelane de Fátima Ribeiro de Souza	03

Este edital entrará em vigor na data de sua publicação.

São Domingos, (SC), 22 de outubro de 2015.
Rosi Marmentini Scheffer
Presidente Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS 01 09 2015 A 30 09 2015**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**Notificação de Recebimento de Recursos
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 1/5

Data: 22/10/2015

Hora: 09:53:33

Período: 01/09/2015 - 30/09/2015

COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

Recursos recebidos em: 01/09/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.055,24
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Outras Transf de Convênios a Programas de Educação	4.1.7.6.1.02.00.99.00.00	54.603,44
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	452,25
Total de recursos recebidos em 01/09/2015:			56.110,93

Recursos recebidos em: 02/09/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	847,06
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.976,47
Total de recursos recebidos em 02/09/2015:			2.823,53

Recursos recebidos em: 03/09/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.833,42
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	8.396,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	785,75
Total de recursos recebidos em 03/09/2015:			11.015,17

Recursos recebidos em: 04/09/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	544,69
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	SUAS - Proteção Social Básica - AB	4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	59,77
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.270,96
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	8.226,55
Total de recursos recebidos em 04/09/2015:			10.101,97

Recursos recebidos em: 08/09/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Agentes Comunitários De Saúde - ACS	4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	24.336,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Ações Estruturantes De Vigilância Sanitária	4.1.7.2.1.33.08.00.00.00	1.236,15
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	793,75
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Saúde Da Família - SF	4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	19.130,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Núcleo de Atendimento da Saúde da Família - NASF Federa	4.1.7.2.1.33.15.01.00.00	12.000,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Programa de Melhoria Acesso e de Qualidade - PMAQ	4.1.7.2.1.33.16.00.00.00	69.000,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Saúde Bucal - SB	4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	6.690,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Programa De Assistência Farmacêutica Básica	4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	4.084,68
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Saúde na Escola	4.1.7.2.1.33.11.01.00.00	2.000,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	340,19
Total de recursos recebidos em 08/09/2015:			139.610,77

Recursos recebidos em: 09/09/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	417,68

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

Notificação de Recebimento de Recursos

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 2/5

Data: 22/10/2015

Hora: 09:53:33

Período: 01/09/2015 - 30/09/2015

COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

Recursos recebidos em: 09/09/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	974,60
Total de recursos recebidos em 09/09/2015:			1.392,28

Recursos recebidos em: 10/09/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ITR - 25% Educação	4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	96,04
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FPM - 15% Saúde	4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	24.982,44
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FPM - 25% Educação	4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	41.637,40
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	11.258,79
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ITR - Ordinário	4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	230,48
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FPM - Ordinário	4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	99.929,75
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	4.825,20
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ITR - 15% Saúde	4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	57,62
Total de recursos recebidos em 10/09/2015:			183.017,72

Recursos recebidos em: 11/09/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	2.279,04
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	SUAS - Proteção Social Básica - AB	4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	3.228,02
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	976,74
Total de recursos recebidos em 11/09/2015:			6.483,80

Recursos recebidos em: 14/09/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	SUAS - Proteção Social Básica - AB	4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	1.824,30
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	15.057,98
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Piso de Atenção Básica - PAB	4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	20.342,83
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Média e Alta Complexidade - MAC	4.1.7.2.1.33.10.00.00.00	44.568,08
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	6.453,42
Total de recursos recebidos em 14/09/2015:			88.246,61

Recursos recebidos em: 15/09/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	20.948,73
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	48.880,39
Total de recursos recebidos em 15/09/2015:			69.829,12

Recursos recebidos em: 16/09/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	621,58
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.450,35
Total de recursos recebidos em 16/09/2015:			2.071,93

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

 Notificação de Recebimento de Recursos
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

 Página: 3/5
 Data: 22/10/2015
 Hora: 09:53:33
 Período: 01/09/2015 - 30/09/2015

COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

Recursos recebidos em: 17/09/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.211,63
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transferências do Salário-Educação	4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	21.590,90
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	519,27
Total de recursos recebidos em 17/09/2015:			23.321,80

Recursos recebidos em: 18/09/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ITR - 25% Educação	4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	475,29
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	4.900,55
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FPM - 15% Saúde	4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	9.246,67
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FPM - 25% Educação	4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	15.411,11
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ITR - Ordinário	4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	1.140,70
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FPM - Ordinário	4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	36.986,66
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	2.100,24
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ITR - 15% Saúde	4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	285,17
Total de recursos recebidos em 18/09/2015:			70.546,39

Recursos recebidos em: 21/09/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	882,89
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	2.060,06
Total de recursos recebidos em 21/09/2015:			2.942,95

Recursos recebidos em: 22/09/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	438,30
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.022,71
Total de recursos recebidos em 22/09/2015:			1.461,01

Recursos recebidos em: 23/09/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	12.767,67
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	5.471,86
Total de recursos recebidos em 23/09/2015:			18.239,53

Recursos recebidos em: 24/09/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	3.043,47
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	5.858,37
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	7.101,40
Total de recursos recebidos em 24/09/2015:			16.003,24

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

Notificação de Recebimento de Recursos
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 4/5

Data: 22/10/2015

Hora: 09:53:33

Período: 01/09/2015 - 30/09/2015

COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

Recursos recebidos em: 25/09/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	2.366,98
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	5.522,95
Total de recursos recebidos em 25/09/2015:			7.889,93

Recursos recebidos em: 28/09/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	SUAS - Proteção Social Básica - AB	4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	2.084,64
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	564,76
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.317,76
Total de recursos recebidos em 28/09/2015:			3.967,16

Recursos recebidos em: 29/09/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.064,57
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	456,24
Total de recursos recebidos em 29/09/2015:			1.520,81

Recursos recebidos em: 30/09/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	5.468,98
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FPM - 15% Saúde	4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	21.501,93
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ITR - 25% Educação	4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	418,66
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	12.760,95
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ITR - 15% Saúde	4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	251,19
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ITR - Ordinário	4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	1.004,78
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FPM - 25% Educação	4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	35.836,56
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ICMS Lei 87/96 - 25% Educação	4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	614,39
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ICMS Lei 87/96 - Ordinários	4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	1.474,54
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ICMS Lei 87/96 - 15% Saúde	4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	368,63

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA**Notificação de Recebimento de Recursos
Administração Direta, Indireta e FundacionalPágina: 5/5
Data: 22/10/2015
Hora: 09:53:33
Período: 01/09/2015 - 30/09/2015

COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

Recursos recebidos em: 30/09/2015

Órgão concededor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FPM - Ordinário	4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	86.007,73
Total de recursos recebidos em 30/09/2015:			165.708,34

TOTAL GERAL:	882.304,99
---------------------	-------------------

SAO DOMINGOS, SC, 22 de outubro de 2015.

Recebido em ____/____/____.

São João do Oeste

PREFEITURA

DECRETO 089 - PONTO FACULTATIVO DIA DO SERVIDOR PÚBLICO

DECRETO Nº 089/15, DE 22/10/2015.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS EM RAZÃO DA COMEMORAÇÃO DO DIA DO SERVIDOR PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art.1º. Fica Decretado Ponto Facultativo nas repartições públicas do Município de São João do Oeste para o dia 28 de outubro de 2015, em razão da comemoração do dia do servidor público.

Art. 2º. Os atendimentos emergenciais na área da saúde serão realizados pelo plantão médico junto ao Hospital Santa Casa Rural de São João do Oeste.

Art. 3º. Os serviços e atendimentos no setor de saneamento básico serão realizados pelo sistema de plantão.

Art. 4º. As aulas na rede municipal de ensino serão ministradas normalmente.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste - SC, 22 de outubro de 2015.

SÉRGIO LUÍS THEISEN

Prefeito Municipal

São Joaquim

PREFEITURA

CC 01/2015 PROCESSO 121/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 121/2015 -
CARTA CONVITE 01/2015

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realizar projetos de passeios para pedestres nas ruas do Município de São Joaquim

Tipo: Menor Preço
Abertura: 29/10/2015 às 13:00 horas
Valor estimado: R\$ 65.000,00

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail pmsj_licitacao@hotmail.com inf. (49)3233-0411. Edital: <http://www.saojoaquim.sc.gov.br/licitacoes/index/index/codMapaItem/5088>

São Joaquim, 22 de outubro de 2015.
Humberto Luiz Brighenti
Prefeito Municipal

ERRATA DO PROCESSO 116/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
PROCESSO Nº 116/2015
PREGÃO PRESENCIAL : 54/2015 - Registro de Preço -

NOVA DATA DE ABERTURA

A prefeitura Municipal de São Joaquim COMUNICA que a NOVA DATA de Abertura da Licitação para Materiais para a Iluminação Pública. Foi transferida para às 14:00h do dia 09/11/2015. O motivo da mudança de data são alterações feitas nos itens a serem licitados, interessados poderão obter a cópia do novo edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou no site www.saojoaquim.sc.gov.br inf. (49)3233-0411. São Joaquim, 22 de outubro de 2015 –Humberto Luiz Brighenti – Prefeito Municipal.

PROCESSO 118/2015- PREGÃO 55/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 118/2015
Pregão Presencial 55/2015
Objeto: VEÍCULO CAMINHÃO, ZERO KM, PARA POSTERIOR TRANSFORMAÇÃO EM AUTO TANQUE - AT, PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO JOAQUIM
Tipo: Menor Preço Total
Abertura: 06/11/2015 14:00 horas
Valor estimado: R\$ 206.800,00

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site: www.saojoaquim.sc.gov.br inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 22 de outubro de 2015
Humberto Luiz Brighenti
Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

ACÓRDÃO Nº 14/2015

ACÓRDÃO Nº 14/2015

PROCESSO 5.958/2015

REQUERENTE ZULMIRA LUISA DE SOUZA

OBJETO: ISENÇÃO DE IPTU 2015.

Acordam os Conselheiros do Conselho Municipal de Contribuintes de São José/SC, reunidos na Sessão 200ª, por UNANIMIDADE DESPROVER O RECURSO VOLUNTÁRIO, MANTENDO-SE A DECISÃO DO JULGADOR SINGULAR, NOS TERMOS DO VOTO DO CONSELHEIRO VALMOR DOS SANTOS JUNIOR.

São José, 24 de Setembro de 2015.

CLÓVIS RENATO SQUIO

Presidente

VALMOR DOS SANTOS JUNIOR. Conselheiro Relator

DECRETO Nº 5155/2015

DECRETO Nº 5155/2015

REVOGA O DECRETO N.º 5099 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, incisos II e IV da Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogado o Decreto N.º 5099 de 01 de outubro de 2015 que concede a GUSTAVO DIAS MACHADO o cargo em comissão de Assessor Técnico – CCM8, com lotação na Procuradoria Geral do Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 20 de outubro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), em 21 de outubro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 19/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº 19/2015

PAUTA DE JULGAMENTO

O presidente do Conselho Municipal de Contribuintes, Clóvis Renato Squio, faz saber que, de acordo com o artigo 179 do Código Tributário Municipal, Lei Complementar n.º 21/2005, será julgado na sessão ordinária, a se realizar no dia 29/10/2015, quinta feira às 10h00min, na sala de reuniões da Procuradoria-Geral, situada no ático da sede administrativa municipal na Avenida Acioni de Souza Filho, n. 403, Praia Comprida, São José, o seguinte processo administrativo:

Processo Administrativo nº	1234/2014
----------------------------	-----------

Recorrente	NEUSA SOARES MARTINS
Procurador habilitado nos autos	A PRÓPRIA
Relator	VALMOIR DOS SANTOS JUNIOR

Informa-se ainda que o recorrente ou seu representante legal poderá realizar sustentação oral mediante requerimento e resumo escrito prévio em até 24hs antes da referida sessão pelo e-mail: conselhodecontribuintes@gmail.com, através dos formulários anexos.

São José, 22 de setembro de 2015.

Clóvis Renato Squio Presidente OAB/SC 21.417	Rozana Maria Kuster Secretária Geral do CMC Decreto n.º 4344/2015
--	---

REQUERIMENTO PARA SUSTENTAÇÃO ORAL

PROCESSO nº _____

Interessado: _____

Eu, _____, CPF/OAB _____, venho por meio deste requerer a realização de sustentação oral, referente ao processo em epígrafe durante a Sessão de Julgamento que ocorrerá no dia _____, conforme Edital de Convocação nº _____.

São José, ____/____/____

Nome:

CPF/OAB

RESUMO DO TEOR DA SUSTENTAÇÃO ORAL

Assinatura CPF/ OAB

PORTARIA N. 006/2015/SDECT

PORTARIA N. 006/2015/SDECT

CERTIFICA OS CONCLUÍNTES DO

CURSO DO FORNECEDOR (COMPRAS GOVERNAMENTAIS – LICITAÇÕES)

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, no uso das competências que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município, em seu art. 66, e de acordo com o disciplinado no Anexo III da Lei Complementar Municipal n. 014, de 06 de dezembro de 2004;

Considerando a realização do curso do Fornecedor (Compras Governamentais – Licitações) realizada por esta Secretaria nos dias 13, 14, 15 e 16 do mês de Outubro de 2015, com carga horária total de 15 horas/aula e apoiado pelo Sistema Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/SC) o Secretário de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia certifica que:

Concluíram o curso com êxito os alunos relacionados a seguir:

NOME	CPF
Monique Amândio	009.490.899-07
Simone Zarpiron	644.101.619-20
Thiago Fagundes Zarpiron	068.736.959-20
Giédry Santos Oliveira	070.284.499-39
Adriano Estácio	020.796.369-01
Sandra Tavares	353.292.700-49
Marcos Fernando da Costa	094.058.359-73
Aline dos Santos Nunes	029.834.542-07
Suellen Szeremeta	071.131.039-44
Edilene M. dos Santos	358.827.512-68
Elizabete Hillesheim dos Santos	771.983.449-68
Claudia Schweitzer Pflieger	537.589.789-04
Patrícia Mertins Porfírio	050.945.839-48

São José, 20 de Outubro de 2015.

BERNARDO MEYER

Secretário de Desenvolvimento Econômico,
Ciência e Tecnologia

PORTARIA Nº 1.393 DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

PORTARIA Nº 1.393 de 20 de Outubro de 2015

INSTAURA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO DE ATO DISCIPLINAR – SERVIDOR ADMITIDO EM CARATER TEMPORÁRIO.

A Secretária Municipal da Educação, no uso das atribuições, conforme estabelece a legislação vigente, e considerando:

-A necessidade de análise de processo administrativo;
-O disposto na Lei Ordinária nº 2.761 de 25 de abril de 1995, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Município de São José e estabelece outras providências;
-E o disposto no Artigo 4º, da Lei 4.908/2009, que altera o inciso IX do art. 10 da Lei Ordinária nº 4.670/2008, que estabelece normas para admissão em caráter temporário no âmbito do Magistério Público Municipal de São José:

RESOLVE:

I – INSTAURAR Processo administrativo nº 023563/2015, relativo a ato disciplinar do servidor A.C.T.L.L e para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, e demais medidas que se fizerem necessário.

II - DESIGNAR a Comissão formada pelas servidoras Kelen Bittencourt, Clarilene Benner e Terezinha de Souza para realizar, a partir da publicação desta Portaria, a apuração relativa aos fatos aqui apontados, sendo a Comissão presidida pela primeira.

III – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

São José, 20 de Outubro de 2015.

Meri Terezinha de Melo Hang

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1.394 DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

PORTARIA Nº 1.394 de 20 de Outubro de 2015

INSTAURA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO DE ATO DISCIPLINAR – SERVIDOR ADMITIDO EM CARATER TEMPORÁRIO.

A Secretária Municipal da Educação, no uso das atribuições, conforme estabelece a legislação vigente, e considerando:

-A necessidade de análise de processo administrativo;
-O disposto na Lei Ordinária nº 2.761 de 25 de abril de 1995, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Município de São José e estabelece outras providências;
-E o disposto no Artigo 4º, da Lei 4.908/2009, que altera o inciso IX do art. 10 da Lei Ordinária nº 4.670/2008, que estabelece normas para admissão em caráter temporário no âmbito do Magistério Público Municipal de São José:

RESOLVE:

I – INSTAURAR Processo administrativo nº 023567/2015, relativo a ato disciplinar do servidor O.D.P.C e para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, e demais medidas que se fizerem necessário.

II - DESIGNAR a Comissão formada pelas servidoras Kelen Bittencourt, Jucineide Terezinha Martendal Schmitz e Terezinha de Souza para realizar, a partir da publicação desta Portaria, a apuração relativa aos fatos aqui apontados, sendo a Comissão presidida pela primeira.

III – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

São José, 20 de Outubro de 2015.

Meri Terezinha de Melo Hang

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1.395 DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

PORTARIA Nº 1.395 de 20 de Outubro de 2015

INSTAURA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO DE ATO DISCIPLINAR – SERVIDOR ADMITIDO EM CARATER TEMPORÁRIO.

A Secretária Municipal da Educação, no uso das atribuições, conforme estabelece a legislação vigente, e considerando:

-A necessidade de análise de processo administrativo;
-O disposto na Lei Ordinária nº 2.761 de 25 de abril de 1995, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Município de São José e estabelece outras providências;
-E o disposto no Artigo 4º, da Lei 4.908/2009, que altera o inciso IX do art. 10 da Lei Ordinária nº 4.670/2008, que estabelece normas para admissão em caráter temporário no âmbito do Magistério Público Municipal de São José:

RESOLVE:

I – INSTAURAR Processo administrativo nº 023565/2015, relativo a ato disciplinar do servidor P.C. e para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, e demais medidas que se fizerem necessário.

II - DESIGNAR a Comissão formada pelas servidoras Kelen Bittencourt, Jucineide Terezinha Martendal Schmitz e Terezinha de Souza para realizar, a partir da publicação desta Portaria, a apuração relativa aos fatos aqui apontados, sendo a Comissão presidida pela primeira.

III – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as demais disposições em contrário.

São José, 20 de Outubro de 2015.
Meri Terezinha de Melo Hang
Secretária Municipal de Educação

SUSPENSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 097/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SUSPENSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 097/2015 – Processo nº 278/2015: Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MÓVEL PESSOAL – SMP, COM TECNOLOGIA DIGITALNA MODALIDADE PÓS-PAGO E ACESSO A INTERNET, INCLUSIVE SERVIÇO DE TRÁFEGO DE DADOS PARA ACESSO A INTERNET E CUSTOS TARIFAS POR MINUTOS PARA CHAMADAS LOCAIS, PARA LIGAÇÕES ORIGINADAS DE TODOS OS ÓRGÃOS, AUTARQUIAS E EMPRESAS LIGADAS À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC. Motivo: FICA SUSPENSO SINE-DIE o processo em epígrafe, para análise de impugnações apresentadas.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA N.172/2015

PORTARIA Nº 172/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I – REVOGAR – A Portaria nº. 037/2015, que concedia gratificações de produtividade a Servidora ADILANE COELHO DE AVILA ROCKER

II – Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação,

III – Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 20 de outubro de 2015.
ORVINO COELHO DE ÁVILA
PRESIDENTE

Registrada em ____ / ____ / ____

Publicada em ____ / ____ / ____

PORTARIA N.173/2015

PORTARIA Nº 173/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I – REVOGAR – A Portaria nº. 038/2015, que concedia gratificações de produtividade a Servidora ELIZIA COELHO DE AVILA.

II – Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação,

III – Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 20 de outubro de 2015.
ORVINO COELHO DE ÁVILA
PRESIDENTE

Registrada em ____ / ____ / ____

Publicada em ____ / ____ / ____

PORTARIA N.174/2015

PORTARIA Nº 174/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I. – EXONERAR – O Senhor JOÃO ROGÉRIO DE FARIAS, do cargo em comissão de SECRETARIO PARLAMENTAR III, lotado no Gabinete do Vereadora MARI VIEIRA, conforme Lei nº 4.752 de 25.03.2009.

II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III – Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 20 de outubro de 2015.
ORVINO COELHO DE ÁVILA
PRESIDENTE

Registrada em ____ / ____ / ____

Publicada em ____ / ____ / ____

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.209, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 5.209, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014, e de acordo com o inciso III, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
10.301.4506.2.019 .3.3.9.0.00.00.0 0.00.00.0.1.0002	11	Aplicação Direta	R\$ 200.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
10.301.4506.2.019 3.1.9.0.00.00.00.00.0.1.0000	08	Aplicação Direta	R\$ 200.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 16 de outubro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.443/2015 - FICA AUTORIZADO O CORTE DE 01 ÁRVORES DA ESPÉCIE IPÊ E 01 ÁRVORE DA ESPÉCIE EXTREMOSA, LOCALIZADA ENTRE AS RUAS PADRE AURÉLIO CANZI (LOTE URBANO Nº 458), CENTRO, NESTE MUNICÍPIO,
DECRETO Nº 8.443/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990 e de acordo com o art. 178, da Lei Municipal nº 1.358 de 11 de dezembro de 1981;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o corte de 01 árvores da espécie Ipê e 01 árvore da espécie Extremosa, localizada entre as Ruas Padre Aurélio Canzi (Lote Urbano nº 458), Centro, neste Município, Devido ao fato do pedido estar em conformidade com a Lei Municipal nº 5.817, no seu artigo 2º (obstrução prejudiciais às edificações).

Art. 2º Como medida compensatória, estas árvores poderão ser substituídas, e no local deverão ser plantadas outros 03 (três) exemplares de Ipês, no passeio público.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 21 de outubro de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

PROCESSO LICITATÓRIO N. 14/2015

ERRATA Nº 001/2015

À TOMADA DE PREÇO Nº 02/2015 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2015 DO FUNDO MUNICIPAL DE DESPORTO.

Referente ao Processo Licitatório acima citado cujo objeto é a implantação e modernização de infraestrutura esportiva, convenio nº2623.1014699-34/2014, inclui se na publicação o arquivo em PDF referente a prancha EL 01- Iluminação que faz parte do item 4 do Orçamento.

Sem mais para o momento, reiteramos protestos de elevada consideração e apreço.

São Miguel do Oeste – SC, 22 de Outubro de 2015.

MARLI DA ROSA

Secretária Municipal de Planejamento

PROCESSO LICITATÓRIO N. 142/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 142/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 94/2015

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de combustíveis destinados para os veículos: Transit Placa MKN 1055, nº 261, Micro ônibus Placa MEX 1530, nº 131, Micro Ônibus Placa MKW 7086, nº 253, da frota da Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 07h45min do dia 06 de novembro de 2015.

Abertura: às 08h. do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na integra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 22 de outubro de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N. 143/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 143/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 95/2015

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de brita destinado para a utilização junto ao Pátio do Parque Rineu Gransotto para a FAISMO 2015, que será nos dias 12 a 15 de novembro de 2015, conforme Convênio nº 2015TR001193/Governo do Estado de SC, Processo nº SDR0100001570/2015, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 06 de novembro de 2015.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na integra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 22 de outubro de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N. 144/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 144/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 96/2015

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de fornecimento de alimentação destinados aos participantes dos Seminários num total de 200 e para expositores e coordenadores num total de 28, durante o evento da FAISMO 2015, que será nos dias 12 a 15 de novembro de 2015, conforme Convênio nº 2015TR001193/Governo do Estado de SC, Processo nº SDR0100001570/2015, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 09h45min do dia 06 de novembro de 2015.

Abertura: às 10h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 22 de outubro de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 120/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 120/2015-PMS

PROCESSO Nº. 251/2015-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material para Decoração Natalina do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 09 de novembro de 2015 às 14h.
Abertura do Processo: 09 de novembro de 2015 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.
Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 23 de outubro de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 122/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 122/2015-PMS

PROCESSO Nº. 253/2015-PMS
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para serviço especializado de Higienização e Limpeza de Caixas de Água, Controle Integrado de Pragas Urbanas (Desinsetização), Desratização, Descupinização, Remanejo de Morcegos, Limpeza de Fossa Séptica e Limpeza de Caixa de Gordura, para a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 18 de novembro

de 2015 às 08h45min.

Abertura do Processo: 18 de novembro de 2015 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 23 de outubro de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 123/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 123/2015-PMS

PROCESSO Nº. 255/2015-PMS
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em prestação dos serviços de coleta e análise de água bruta (dos mananciais de captação) e tratada, (da rede de distribuição) sob responsabilidade da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 18 de novembro de 2015 às 14h.

Abertura do Processo: 18 de novembro de 2015 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 23 de outubro de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL
REGISTRO DE PREÇOS Nº. 124/2015-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 124/2015-PMS

PROCESSO Nº. 257/2015-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de recarga de gás GLP 13 e GLP 45 para as Secretarias de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saúde e Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 19 de novembro de 2015 às 08h45min.

Abertura do Processo: 19 de novembro de 2015 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 23 de outubro de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL
REGISTRO DE PREÇOS Nº. 125/2015-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 125/2015-PMS

PROCESSO Nº. 258/2015-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de galerias pré-fabricadas de concreto para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 19 de novembro de 2015 às 14h.

Abertura do Processo: 19 de novembro de 2015 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.
Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 23 de outubro de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL
REGISTRO DE PREÇOS Nº. 126/2015-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 126/2015-PMS

PROCESSO Nº. 259/2015-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de pneus para atender as necessidades das Secretarias de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência, deste instrumento convocatório..

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 20 de novembro de 2015 às 08h45min.

Abertura do Processo: 20 de novembro de 2015 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 23 de outubro de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3.458/2015 DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO Nº 3.458/2015 de 20 de outubro de 2015
ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.075/2014 de 2 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 14.100,00 (quatorze mil e cem reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
05.03 - UNIDADE DE CULTURA
05.03.13.392.3011.2.332 - Manutenção das Ações de Cultura
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.03.0000 - Material de Consumo R\$ 8.200,00

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
08.01 - DIRETORIA DE SANEAMENTO
08.01.17.512.3007.2.316 - Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0224 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 5.900,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
08.01 - DIRETORIA DE SANEAMENTO
08.01.17.512.3007.2.316 - Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0224 - Material de Consumo R\$ 5.900,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 20 de outubro de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 3.459/2015 DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO Nº 3.459/2015 de 20 de outubro de 2015
ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.075/2014 de 2 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 17.338,05 (dezessete mil trezentos e trinta e oito reais e cinco centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO
05.02.12.365.3009.2.322 - Manutenção do Centro de Educ.Infantil - "Creches"
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0037 - Material de Consumo R\$ 606,00
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0037 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 16.732,05

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO
05.02.12.365.3009.2.322 - Manutenção do Centro de Educ.Infantil - "Creches"
4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0037 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 17.338,05

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 20 de outubro de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 316/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato nº. 316/2015-PMS

Dispensa de Licitação nº. 103/2015-PMS - Processo nº. 262/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: DESPACHANTE JONAS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 07.399.213/0001-87, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 2343, Centro, Cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-000.

Objeto: caminhão caçamba novo, cor branca, Ford Cargo, ano/modelo 2015 lotado na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Serviço de documentação e emplacamento de veículo caminhão caçamba novo, cor branca, Ford Cargo 2629-6x4, ano/modelo 2015, chassi 9BFZEANE3FBS84052.	Unidade	01	715,0	715,00
TOTAL R\$					715,00

Valor do contrato: R\$ 715,00 (setecentos e quinze reais).

Data da Assinatura: 22/10/2015 – Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

NOTIFICAÇÃO REFERENTE CONTRATO Nº 261/2015- PMS

NOTIFICAÇÃO

Processo Licitatório nº. 147/2015-PMS

Pregão Presencial Registro de Preço nº. 72/2015-PMS

Fica a empresa BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 12.667.876/0001-75, estabelecido na Rua Pereira de Oliveira nº 85 galpão 2, Velha, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.036-350, NOTIFICADA do inadimplemento do contrato nº 261/2015- PMS firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido as Ordem de Compra, cujo empenho nº 5201/15 não efetuou a entrega dos produtos do prazo de estipulado pela Cláusula Segunda do Contrato supramencionado.

Por essa notificação, a empresa notificada terá o prazo de 48 horas para adimplir o contrato com a entrega dos produtos abaixo relacionado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Não adimplindo o contrato no prazo acima fica a empresa desde já notificada para no prazo de 10 dias úteis apresentar defesa prévia quanto as penalidades previstas no parágrafo terceiro, cláusula sétima do contrato, nos termos do art. 87 da Lei de Licitações

Evidenciando o atraso cita-se nas tabelas abaixo o(s) produto(s) cuja entrega está atrasada.

Empenho (O.C)	Produtos	Entrega a O.C.	Prazo limite desobedecido
5201/15	PAPEL HIGIÊNICO ESPECIAL, SUPERBRANCO, FOLHA DUPLA, NEUTRO COM NO MÍNIMO 30 M - FARDO COM 64 ROLOS.	14/10/15	21/10/2015

O prazo inicia-se a partir do imediato recebimento. A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina. Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Schroeder, 22 de outubro de 2015.

Andreia Nass Friedemann

Setor de Compras

Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

A

BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA EIRELI

CNPJ nº 12.667.876/0001-75

(47) 3329-2221

ATA DA TOMADA DE PRÇEOS 11/2015-PMS SEQUENCIA 02

<div>ESTADO DE SANTA CATARINA</div> <div>MUNICIPIO DE SCHROEDER</div> <div>CNPJ: 83.102.491/0001-09</div> <div>RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201</div> <div>C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</div>	TOMADA DE PREÇO	
	Nr.: 11/2015 - TP	
	Processo Administrativo:	206/2015
	Processo de Licitação:	24/09/2015
		Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Número da ATA: 184/2015 (Sequência: 2)

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua 23 de Março, trecho I, Bairro Itoupava-Açu, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 530 m e área total de 4398 m², de acordo com o programa de transferência 2013000640, proposta transparência 12934, FUNDAM -Fundo Estadual de Apoio aos Mun

A comissão reuniu-se após recebimento de recurso impetrado por empresa CONSTRUTORA TERTEL LTDA ME participante do certame, o qual foi enviado às empresas participantes no dia 22 de outubro as 08h43min por meio de correio eletrônico. Diante do recurso impetrado, cancela-se a abertura das propostas comerciais marcadas para dia 23 de outubro de 2015, às 09h. Posteriormente, será enviada ata com nova data para continuação do certame. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata às empresas participantes.

Schroeder, 23 de Outubro de 2015

COMISSÃO:

- Ivandra de Souza
- Ilmar José Pereira Borges Filho
- Andreia Nass Friedemann
- Walter Egidio Mukai
- Daniela Samulescki
- Valderi Rocha de Camargo
- Cezar Santos de Jesus
- - Presidente da Comissão de Licitação
- - Membro
- - Membro
- - Membro
- - Secretária
- - Membro Suplente
- - Membro Suplente

DISPENSA Nº 103/2015-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 103/2015 - DL****CNPJ:** 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**Processo Nr.:** 262/2015
Data: 22/10/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: DESPACHANTE JONAS LTDA - ME
Endereço: RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 2343
Cidade: Schroeder - SC
CNPJ: 07.399.213/0001-87**Código:** 10174**Inscrição Estadual:****Objeto da Compra:** Contratação de empresa especializada em serviços de despachante este para veículo caminhão caçamba novo, cor branca, Ford Cargo, ano/modelo 2015 lotado na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos de Schroeder/SC**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Serviço de documentação e emplacamento de veículo caminhão caçamba novo, cor branca, Ford Cargo 2629-6x4, ano/modelo 2015, chassi 9BFZEANE3FBS84052.	UN	715,00	715,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Trata-se de um veículo novo 0km caminhão caçamba do setor de Obras, considerando que é muita importância para o setor, principalmente, para o transporte de materiais (atendimento ao munícipe na área de estrada de chão) e só pode iniciar os serviços depois de estar emplacado e com a documentação.

Schroeder, 22 de Outubro de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09

RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201

C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 103/2015 - DL****Processo Nr.: 262/2015
Data: 22/10/2015**

Folha: 2/2

21/10/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 21 de Outubro de 2015

Valor da Despesa:

715,00 (setecentos e quinze reais)

Pagamento.....:

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Serra Alta

PREFEITURA

EXTRATO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 039/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2015

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 039/2015

Tipo: Maior Oferta.

OBJETO: Concessão de uso remunerado de espaço público denominado QUIOSQUE/BAR situado no Parque Municipal da Feagrisa, centro do Município de Serra Alta/SC, com uma área total do imóvel construído de 96m².

Entrega dos Envelopes: 14:00 horas do dia 23 de Novembro de 2015.

Abertura dos Envelopes: 14:30 horas do dia 23 de Novembro de 2015.

O Edital e anexos encontram-se disponíveis no site do Município www.serraalta.sc.gov.br e maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas.

SERRA ALTA, 23 de outubro de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

PREFEITO MUNICIPAL

Timbó

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 08 2015 FMS - AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 08/2015 - FMS

OBJETO: registro de preços para aquisição de material de enfermagem destinado às Unidades de Saúde, salas de vacina, CAPS, Policlínica de Referência e SAMU. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h00min do dia 06 de novembro de 2015. ABERTURA: dia 06 de novembro de 2015 as 08h10min. ETAPA DE LANCES: dia 10 de novembro de 2015 as 08h00min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

Timbó (SC), 22/10/2015
ALFREDO JOÃO BERRI
Secretário Municipal de Saúde

DECISÃO REVOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 83 2015 PMT DESPACHO DE REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 83/2015 – PMT
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: aquisição e instalação de itens diversos (materiais em granito, luminária, torneira, extintor, cuba, tanque, coifa, janela e portas em alumínio) na cozinha do Pavilhão de Eventos Henry Paul conforme condições, especificações constantes do Anexo I do Edital.

A Secretária de Desenvolvimento Econômico do Município de Timbó, no uso das suas atribuições e com fundamento no art. 49 da Lei nº 8.666/93 e itens 14.3 e 14.4 do Edital, e considerando que:

- em 24/08/15 foi realizada a suspensão, pelo prazo de 30 dias, do processo licitatório face à necessidade imediata de realocação financeira dos recursos para atender as despesas relacionadas à saúde, decorrente da ausência de repasse de recursos do governo federal e estadual (conforme aviso publicado no DOM/SC de 24/08/15, anexo), o que além de caracterizar fato superveniente atinge diretamente questões afetas ao interesse público (especialmente financeiras e de gestão);

- tal realocação prejudicou a regular utilização dos recursos próprios da municipalidade e por consequência a aquisição e instalação do objeto da licitação;

- no certame ocorreu apenas a publicação do edital, inexistindo prejuízo a terceiro;

- os itens 14.3 e 14.4 do Edital estabelecem que "... 14.3 - Em caso de REVOGAÇÃO ou ANULAÇÃO deste Pregão Presencial serão observadas as disposições da Lei n.º 8.666/93 e alterações. 14.4 - A presente licitação poderá vir a ser revogada por razões de interesse público devidamente comprovados ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado. ... "

RESOLVE, a bem do interesse público, REVOGAR o Pregão Presencial nº 83/2015 – PMT.

Publique-se. Intime-se.

Timbó, 21 de outubro de 2015.

MÁRCIA DA ROCHA
Secretária de Desenvolvimento Econômico

DECISÃO REVOGAÇÃO TOMADA DE PREÇO N.º 74 2015 PMT DESPACHO DE REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 74/2015 - PMT

MODALIDADE: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a total execução (compreendendo material e mão-de-obra), da obra de reforma do Prédio da Prefeitura, área total 1.083,00m², conforme memorial descritivo, orçamento, cronograma físico-financeiro, projeto e demais anexos ao Edital.

A Secretária da Fazenda e Administração, no uso das suas atribuições e com fundamento no art. 49 da Lei nº 8.666/93 e dos itens 19.3 e 19.4 do Edital, e considerando que:

- em 13/08/15 foi realizada sessão de abertura dos envelopes de habilitação, restando suspensa para análise técnica dos documentos (Ata da Comissão - fls. 0238);

- em 24/08/15 foi realizada a suspensão, pelo prazo de 30 dias, do processo licitatório face à necessidade imediata de realocação financeira dos recursos para atender as despesas relacionadas à saúde, decorrente da ausência de repasse de recursos do governo federal e estadual (conforme aviso publicado no DOM/SC de 24/08/15, anexo), o que além de caracterizar fato superveniente atinge diretamente questões afetas ao interesse público (especialmente financeiras e de gestão);

- tal realocação prejudicou a regular utilização dos recursos próprios da municipalidade e por consequência a aquisição e instalação do objeto da licitação;

- antes da homologação ou da adjudicação do objeto os concorrentes detêm somente expectativa de direito, o que não enseja a aplicação do contraditório, conforme os seguintes julgados:

"ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO - REVOGAÇÃO - CONTRADITÓRIO. 1. Licitação obstada pela revogação por razões de interesse público. 2. Avaliação, pelo Judiciário, dos motivos de conveniência e oportunidade do administrador, dentro de um procedimento essencialmente vinculado. 3. Falta de competitividade que se vislumbra pela só participação de duas empresas, com ofertas em valor bem aproximado ao limite máximo estabelecido. 4. A revogação da licitação, quando antecedente da homologação e adjudicação, é perfeitamente pertinente e não enseja contraditório. 5. Só há contraditório antecedendo a revogação quando há direito adquirido das empresas concorrentes, o que só ocorre após a homologação e adjudicação do serviço licitado. 6. O mero titular de uma expectativa de direito não goza da garantia do contraditório. 7. Recurso ordinário não provido." (STJ - RMS 23.402/PR, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/03/2008, DJe 02/04/2008)

"ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. INTERPRETAÇÃO DO ART. 49, § 3º, DA LEI 8.666/93. 1. A autoridade administrativa pode revogar licitação em andamento, em fase de abertura das propostas, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado. 2. É salutar que o sistema de comunicações possa ser executado de modo que facilite a concorrência entre empresas do setor e possibilite meios de expansão do desenvolvimento da região onde vai ser utilizado. 3. Revogação de licitação em andamento com base em interesse público devidamente

justificado não exige o cumprimento do § 3º, do art. 49, da Lei 8.666/93. 4. Ato administrativo com a característica supramencionada é de natureza discricionária quanto ao momento da abertura de procedimento licitatório. 5. Só há aplicabilidade do § 3º, do art. 49, da Lei 8.666/93, quando o procedimento licitatório, por ter sido concluído, gerou direitos subjetivos ao licitante vencedor (adjucação e contrato) ou em casos de revogação ou de anulação onde o licitante seja apontado, de modo direto ou indireto, como tendo dado causa ao proceder o desfazimento do certame. 6. Mandado de segurança denegado."(MS 7.017/DF, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 18/12/2000, DJ 02/04/2001 p. 248);

- os itens 19.3 e 19.4 do Edital instrumento estabelecem que: "19.3 - A Secretaria de Fazenda e Administração reserva-se o direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação, a qualquer tempo, sem que deste ato caiba qualquer indenização. 19.4 - A Secretaria de Fazenda e Administração reserva-se o direito de revogar ou anular esta Tomada de Preços, se for o caso, bem como adiá-la ou prorrogar o prazo para recebimento das propostas, descabendo em tais hipóteses, qualquer reclamação ou indenização aos licitantes. As propostas que apresentarem dúvidas ou omissão de informações serão desclassificadas."

RESOLVE, a bem do interesse público, REVOGAR a Tomada de Preços n.º 74/2015 – PMT.

Publique-se. Intime-se.

Timbó, 21 de outubro de 2015.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

EXTRATO CONTRATO 2015.126 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/126

AUTORIZANTE: Município de Timbó.

AUTORIZADO: Tordo Engenharia Civil e Ambiental Eirelli Epp.

OBJETO: Serviços de pavimentação com lajota (tipo tijolão) da Rua Arnoldo Gessner, incluindo o meio fio de concreto pré-moldado, de uma área correspondente a 379,58m², de acordo com as especificações contidas no Processo de Inexigibilidade n.º 97/2015 e Edital de Credenciamento n.º 23/2015.

VALOR: R\$ 24.577,80 (vinte e quatro mil quinhentos e setenta e sete reais e oitenta centavos).

DATA DA ASSINATURA: 19/10/2015

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO 2014.123 - PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/123

AUTORIZANTE: Município de Timbó

AUTORIZADO: Segville Vigilância Patrimonial Eirelli - EPP.

OBJETO: Reajuste no percentual de 9,4932%, correspondente a aplicação do IPCA (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – setembro/2015)

DATA DA ASSINATURA: 19/10/2015

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO 2014.124 - SAMAE

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/124

AUTORIZANTE: Município de Timbó através do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

AUTORIZADO: Segville Vigilância Patrimonial Eirelli - EPP.

OBJETO: Reajuste no percentual de 9,4932%, correspondente a aplicação do IPCA (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – setembro/2015)

DATA DA ASSINATURA: 19/10/2015

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 2012.183

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2012/183

CONTRATANTE: Município de Timbó

CONTRATADO: Casvig Catarinense de Segurança e Vigilância LTDA.

OBJETO: Prorrogação de prazo e reajuste.

PRAZO: prorrogado até 31/10/2016.

REAJUSTE: reajuste percentual de 9,9038%.

DATA DA ASSINATURA: 14/10/2015.

MARCIA DA ROCHA

Secretária de Desenvolvimento Econômico

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

MARTINHO DE SOUZA FILHO

Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes

RESOLUÇÃO N.º 09/2015 - DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE SUPLENTE DE CONSELHO TUTELAR.

RESOLUÇÃO N.º 09/2015

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE SUPLENTE DE CONSELHO TUTELAR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal n.º 8.069/1990, na Lei Municipal n.º 1.375/1992 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na Portaria n.º 334/2013 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

RESOLVE:

Art. 1º - Convocar e nomear a conselheira suplente JONATHAN SEYFERTH para que substitua o conselheiro JOÃO DONIZETE CALLEGARI, no período de auxílio-doença (30 dias) a contar do dia 19/10/2015 à 19/11/2015.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Timbó/SC, 20 de outubro de 2015.

DEISE ADRIANA NICHOLLETTI MENDES

Secretária de Assistência Social

Três Barras

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.502, DE 29 DE MAIO DE 2015

DECRETO Nº 4.502, de 29 de maio de 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR TOTAL DE R\$ 3.387,06 PARA REFORÇO DE DOTAÇÃO CONSIGNADA NO ORÇAMENTO VIGENTE.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65. Inciso VII da Lei Orgânica do Município e de acordo com o art. 5º da Lei nº 3.162 de 29 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 3.387,06(três mil, trezentos e oitenta e sete reais e seis centavos)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Assistência Social	13.001.0008.0241.0010.2024.3339000000000000.03350100	3.387,06

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		03350100	3.387,06

Art. 3 - Este(a) DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

Três Barras - Santa Catarina, 29 de maio de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

DECRETO Nº 4.522, DE 4 DE AGOSTO DE 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR TOTAL DE R\$ 1.375.316,84 PARA REFORÇO DE DOTAÇÃO CONSIGNADA NO ORÇAMENTO VI-GENTE.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras-SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65. Inciso VII da Lei Orgânica do Município e de acordo com o art. 5º da Lei nº 3.162 de 29 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 2.140,00(dois mil, cento e quarenta reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Mun. da Agricultura	11.001.0020.0606.00 07.2013.3339000000 00000.01000000	2.140,00

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Fundo Mun. da Agricultura	11.001.0020.0606.00 07.2013.3449000000 00000.01000000	2.140,00

Art. 3 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 250.000,00(duzentos e cinquenta mil reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Assistência Social	13.001.0008.0244.00 10.2016.3339000000 00000.01310100	250.000,00

Art. 4 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 3 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417610300040000 - 01310100	250.000,00

Art. 5 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 9.640,00(nove mil , seiscientos e quarenta reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Assistência Social	13.001.0008.0244.00 10.2016.3339000000 00000.01000000	9.640,00

Art. 6 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 5 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Fundo Municipal de Assistência Social	13.001.0008.0244.00 10.2016.3449000000 00000.01000000	3.000,00
Anulação Dotação	Fundo Municipal de Assistência Social	13.001.0008.0244.00 10.2016.3339100000 00000.01000000	4.500,00
Anulação Dotação	Fundo Municipal de Assistência Social	13.001.0008.0244.00 10.2016.3447100000 00000.01000000	1.070,00
Anulação Dotação	Fundo Municipal de Assistência Social	13.001.0008.0244.00 10.2016.3317100000 00000.01000000	1.070,00
Art. 7 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 14.100,00(quatorze mil e cem reais)			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saúde	12.001.0010.0301.00 09.1010.3449000000 00000.01880000	14.100,00
Art. 8 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 7 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		4221500000000000 - 01880000	14.100,00
Art. 9 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 4.000,15(quatro mil reais e quinze centavos)			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saúde	12.001.0010.0301.00 09.2060.3339000000 00000.01381300	4.000,15
Art. 10 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 9 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Fundo Municipal de Saúde	12.001.0010.0301.00 09.2060.3449000000 00000.01381300	4.000,15
Art. 11 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 8.000,00(oito mil reais)			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saúde	12.001.0010.0304.00 09.2019.3449000000 00000.01382200	8.000,00

Art. 12 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 11 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Fundo Municipal de Saúde	12.001.0010.0304.00 09.2019.3339000000 00000.01382200	8.000,00

Art. 13 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 50.000,00(cinquenta mil reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saúde	12.001.0010.0303.00 09.2078.3339000000 00000.01020000	50.000,00

Art. 14 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 13 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Fundo Municipal de Saúde	12.001.0010.0303.00 09.2078.3335000000 00000.01020000	50.000,00

Art. 15 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 140.147,39(cento e quarenta mil, cento e quarenta e sete reais e trinta e nove centavos)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saúde	12.001.0010.0301.00 09.2060.3339000000 00000.01020000	140.147,39

Art. 16 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 15 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Fundo Municipal de Saúde	12.001.0010.0301.00 09.2060.3449000000 00000.01020000	140.147,39

Art. 17 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 50.000,00(cinquenta mil reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saúde	12.001.0010.0301.00 09.2060.3339000000 00000.01020000	50.000,00

Art. 18 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 17 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
------------	----------------------	--------------	-------

Anulação Dotação	Fundo Municipal de Saúde	12.001.0010.0301.00 09.2060.3319000000 00000.01020000	50.000,00
Art. 19 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 294.600,00(duzentos e noventa e quatro mil e seiscentos reais)			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Viação, Obras e Serviços.	09.001.0015.0451.00 21.1015.3449000000 00000.01340600	294.600,00
Art. 20 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 19 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		424719900160100 - 01340600	294.600,00
Art. 21 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 10.000,00(dez mil reais)			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Educação, Cultura e Esporte	08.001.0012.0361.00 13.2062.3339000000 00000.01360000	10.000,00
Art. 22 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 21 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Educação, Cultura e Esporte	08.001.0012.0361.00 13.2062.3449000000 00000.01360000	10.000,00
Art. 23 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Educação, Cultura e Esporte	08.001.0012.0361.00 13.2026.3339000000 00000.01360000	5.000,00
Art. 24 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 23 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Educação, Cultura e Esporte	08.001.0012.0361.00 13.2026.3449000000 00000.01360000	5.000,00
Art. 25 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 10.259,00(dez mil e duzentos e cinquenta e nove reais)			

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Educação, Cultura e Esporte	08.001.0012.0361.00 13.2062.3339000000 00000.01360000	10.259,00
Art. 26 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 25 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Educação, Cultura e Esporte	08.001.0012.0361.00 13.2062.3449000000 00000.01360000	10.259,00
Art. 27 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 6.000,00(seis mil reais)			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Finanças	05.001.0028.0843.00 04.2007.3329000000 00000.01000000	6.000,00
Art. 28 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 27 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Secretaria de Finanças	05.001.0028.0843.00 04.2007.3469000000 00000.01000000	6.000,00
Art. 29 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 14.741,30(quatorze mil, setecentos e quarenta e um reais e trinta centavos)			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Educação, Cultura e Esporte	08.001.0012.0361.00 13.2026.3339000000 00000.01190000	14.741,30
Art. 30 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 29 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Educação, Cultura e Esporte	08.001.0012.0361.00 13.2026.3319000000 00000.01190000	14.741,30
Art. 31 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 10.000,00(dez mil reais)			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Procuradoria Municipal	02.001.0028.0846.00 02.2003.3339000000 00000.01000000	10.000,00

Art. 32 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 31 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417220101000000 - 01000000	10.000,00

Art. 33 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 3.360,00(três mil e trezentos e sessenta reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Administração	04.001.0004.0122.00 05.2009.3337100000 00000.01000000	3.360,00

Art. 34 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 33 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Secretaria de Administração	04.001.0004.0122.00 05.2009.3319000000 00000.01000000	3.360,00

Art. 35 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 2.280,00(dois mil duzentos e oitenta reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Administração	04.001.0004.0122.00 05.2009.3317100000 00000.01000000	2.280,00

Art. 36 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 35 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Secretaria de Administração	04.001.0004.0122.00 05.2009.3319000000 00000.01000000	2.280,00

Art. 37 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 5.000,00(cinco mil reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Finanças	05.001.0028.0843.00 04.2007.3329000000 00000.01000000	5.000,00

Art. 38 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 37 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Secretaria de Finanças	05.001.0028.0843.00 04.2007.3469000000 00000.01000000	5.000,00

Art. 39 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 70.000,00(setenta mil reais)			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Educação, Cultura e Esporte	08.001.0012.0361.00 13.2062.3339000000 00000.01360000	70.000,00
Art. 40 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 39 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417213501000000 - 01360000	70.000,00
Art. 41 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 70.000,00(setenta mil reais)			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Educação, Cultura e Esporte	08.001.0012.0365.0013.2063.3339000000000000.01360000	70.000,00
Art. 42 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 41 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417213501000000 - 01360000	70.000,00
Art. 43 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 100.000,00(cem mil reais)			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Administração	04.001.0004.0122.0005.2009.3339000000000000.01000000	100.000,00
Art. 44 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 43 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417220101000000 - 01000000	100.000,00
Art. 45 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 100.000,00(cem mil reais)			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Viação, Obras e Serviços	09.001.0004.0122.0017.2074.3339000000000000.01000000	100.000,00

Art. 46 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 45 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417220101000000 - 01000000	100.000,00

Art. 47 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 71.055,00(setenta e um mil e cinquenta e cinco reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Educação, Cultura e Esporte	08.001.0012.0361.0013.2026.3449000000000000.01870000	71.055,00

Art. 48 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 47 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		422150000000000 - 01870000	71.055,00

Art. 49 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 17.800,00(dezessete mil e oitocentos reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Viação, Obras e Serviços	09.001.0015.0452.0033.1053.3449000000000000.01890000	17.800,00

Art. 50 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 49 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		422150000000000 - 01890000	17.800,00

Art. 51 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 40.000,00(quarenta mil reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Educação, Cultura e Esporte	08.001.0012.0361.0025.2041.3339000000000000.01620200	40.000,00

Art. 52 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 51 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417620200020000 - 01620200	40.000,00

Art. 53 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 7.194,00(sete mil cento e noventa e quatro reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
--------------	----------------------	--------------	-------

Suplementar	Educação, Cultura e Esporte	08.001.0012.0365.0013.2063.3339000000000000.01360000	7.194,00	
Art. 54 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 53 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.				
Fonte de Recurso				
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor	
Anulação Dotação	Educação, Cultura e Esporte	08.001.0012.0365.0013.2063.3449000000000000.01360000	7.194,00	
Art. 55 - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.				

Três Barras, 04 de agosto de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

DECRETO Nº 4470, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015

DECRETO Nº 4470, de 12 de fevereiro de 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR TOTAL DE R\$ 168.565,51 PARA REFORÇO DE DOTAÇÃO CONSIGNADA NO ORÇAMENTO VIGENTE.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65. Inciso VII da Lei Orgânica do Município e de acordo com o art. 5º da Lei nº 3.162 de 29 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 69.055,51(sessenta e nove mil, cinquenta e cinco reais e cinquenta e um centavos)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Assistência Social	13.001.0008.0244.0010.2085.3339000000000000.03350600	10.578,01
Suplementar	Fundo Municipal de Saúde	12.001.0010.0301.0009.2060.3449000000000000.01381300	32.678,50
Suplementar	Secretaria de Viação, Obras e Serviços	09.001.0004.0122.0017.2074.3449000000000000.01390100	25.799,00

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de superávit e anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos:

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
------------	----------------------	--------------	-------

Superávit		03350600	10.578,01
Anulação Dotação	Fundo Municipal de Saúde	12.001.0010.0301.0009.2060.3339000000000000.01381300	32.678,50
Anulação Dotação	Secretaria de Viação, Obras e Serviços	09.001.0004.0122.0017.2074.3339000000000000.01390100	25.799,00
Art. 3 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 99.510,00(noventa e nove mil e quinhentos e dez reais)			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Assistência Social	13.001.0008.0243.0010.2023.3335000000000000.01000000	99.510,00
Art. 4 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 3 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos:			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Fundo Municipal de Assistência Social	13.001.0008.0243.0010.2023.3337100000000000.01000000	99.510,00
Art. 5 - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.			

Três Barras, 12 de fevereiro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

DECRETO Nº 4483, DE 16 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº 4483, de 16 de março de 2015			
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR TOTAL DE R\$ 635.939,40 PARA REFORÇO DE DOTAÇÃO CONSIGNADA NO ORÇAMENTO VIGENTE.			
ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC , no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65. Inciso VII da Lei Orgânica do Município e de acordo com o art. 5º da Lei nº 3.162 de 29 de dezembro de 2014.			
DECRETA:			
Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 191.326,53(cento e noventa e um mil, trezentos e vinte e seis reais e cinquenta e três centavos)			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor

Suplementar	Secretaria de Viação, Obras e Serviços	09.001.0015.0451.0021.1015.3449000000000000.01340600	166.185,30
Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de excesso e superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos:			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		424719900160100 - 01340600	166.185,30
Superávit			
		03351000	25.141,23
Art. 3 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 4.675,31(quatro mil, seiscentos e setenta e cinco reais e trinta e um centavos).			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Viação, Obras e Serviços	09.001.0004.0122.0017.2074.3339000000000000.03340500	4.675,31
Art. 4 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 3 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos:			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit			
		03340500	4.675,31
Art. 5 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 19.937,56(dezenove mil, novecentos e trinta e sete reais e cinquenta e seis centavos).			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Educação, Cultura e Esporte	08.001.0012.0365.0013.2063.3339000000000000.01320100	19.937,56
Art. 6 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 5 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos:			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417213599030000 - 01320100	19.937,56
Art. 7 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 400.000,00(quatrocentos mil reais).			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Administração	04.001.0004.0122.0005.2009.3339000000000000.01000000	400.000,00
Art. 8 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 7 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos:			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417220101000000 - 01000000	400.000,00

Art. 9 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 20.000,00(vinte mil reais).

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Administração	04.001.0004.0122.0005.2009.34490000000000.01000000	20.000,00

Art. 10 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 9 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos:

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417220101000000 - 01000000	20.000,00

Art. 11 - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Três Barras, 16 de março de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

GERSON WILLIAM NAYZER
Diretor

DECRETO Nº 4489, DE 14 DE ABRIL DE 2015

DECRETO Nº 4489, de 14 de abril de 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR TOTAL DE R\$ 1.054.504,78 PARA REFORÇO DE DOTAÇÃO CONSIGNADA NO ORÇAMENTO VIGENTE.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC , no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65. Inciso VII da Lei Orgânica do Município e de acordo com o art. 5º da Lei nº 3.162 de 29 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 15.000,00(quinze mil reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saúde	12.001.0010.0301.0009.2060.34490000000000.01380500	15.000,00

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Fundo Municipal de Saúde	12.001.0010.0301.0009.2060.33390000000000.01380500	15.000,00

Art. 3 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 30.611,63(trinta mil, seiscentos e onze reais e sessenta e três centavos)

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
--------------	----------------------	--------------	-------

Suplementar	Educação, Cultura e Esporte	08.001.0012.0361.0013.2026.3339000000000000.01190000	30.000,00
Suplementar	Fundo Municipal de Saúde	12.001.0010.0301.0009.2060.3339000000000000.03330600	611,63
Art. 4 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 3 decorrerão de superávit e anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Educação, Cultura e Esporte.	08.001.0012.0361.0013.2026.3319000000000000.01190000	30.000,00
Superávit		03330600	611,63
Art. 5 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 19.906,59(dezenove mil, novecentos e seis reais e cinquenta e nove centavos)			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Viação, Obras e Serviços	09.001.0006.0181.0034.2075.3339000000000000.03110000	19.906,59
Art. 6 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 5 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		03110000	19.906,59
Art. 7 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 705.689,39(setecentos e cinco mil, seiscentos e oitenta e nove reais e trinta e nove centavos)			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Viação, Obras e Serviços	09.001.0015.0451.0021.1015.3449000000000000.01000000	705.689,39
Art. 8 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 7 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417220101000000 - 01000000	705.689,39
Art. 9 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 100.000,00(cem mil reais)			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Administração	04.001.0004.0122.0005.2009.3339000000000000.01000000	100.000,00
Art. 10 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 9 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417220101000000 - 01000000	100.000,00

Art. 11 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 1.005,20(um mil, cinco reais e vinte centavos)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Viação, Obras e Serviços	09.001.0004.0122.0017.2074.3339000000000000.03640100	1.005,20

Art. 12 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 11 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		03640100	1.005,20

Art. 13 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 10.000,00(dez mil reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Viação, Obras e Serviços	09.001.0006.0181.0034.2075.3449000000000000.03000100	10.000,00

Art. 14 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 13 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		03000100	10.000,00

Art. 15 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 90.000,00(noventa mil reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Procuradoria Municipal	02.001.0028.0846.0002.2003.3339000000000000.01000000	90.000,00

Art. 16 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 15 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417220101000000 - 01000000	90.000,00

Art. 17 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 440,75(quatrocentos e quarenta reais e setenta e cinco centavos)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Viação, Obras e Serviços	09.001.0004.0122.0017.2074.3339000000000000.03640900	440,75

Art. 18 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 17 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		03640900	440,75

Art. 19 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 185,99(cento e oitenta e cinco reais e noventa e nove centavos)			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Viação, Obras e Serviços	09.001.0004.0122.0017.2074.3339000000000000.03641000	185,99
Art. 20 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 19 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		03641000	185,99
Art. 21 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 9.000,00(nove mil reais)			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Agricultura	06.001.0004.0122.0007.2012.3339000000000000.01000000	9.000,00
Art. 22 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 21 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Secretaria de Agricultura	06.001.0004.0122.0007.2012.3449000000000000.01000000	9.000,00
Art. 23 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 7.000,00(sete mil reais)			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Viação, Obras e Serviços	09.001.0006.0181.0034.2075.3449000000000000.03100000	7.000,00
Art. 24 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 23 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		03100000	7.000,00
Art. 25 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 5.066,52(cinco mil, sessenta e seis reais e cinquenta e dois centavos)			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Viação, Obras e Serviços	09.001.0006.0181.0034.2075.3339000000000000.03100000	5.066,52
Art. 26 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 25 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor

Superávit		03100000	5.066,52
Art. 27 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 10.000,00(dez mil reais)			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Viação, Obras e Serviços	09.001.0006.0181.0034.2075.3339000000000000.03110000	10.000,00
Art. 28 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 27 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		03110000	10.000,00
Art. 29 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 2.587,56(dois mil, quinhentos e oitenta e sete reais e cinquenta e seis centavos)			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Viação, Obras e Serviços	09.001.0006.0181.0034.2075.3449000000000000.03110000	2.587,56
Art. 30 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 29 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		03110000	2.587,56
Art. 31 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 48.011,15(quarenta e oito mil, onze reais e quinze centavos)			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Viação, Obras e Serviços	09.001.0006.0181.0034.2075.3339000000000000.03000100	48.011,15
Art. 32 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 31 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		03000100	48.011,15
Art. 33 – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.			

Três Barras, 14 de abril de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

DECRETO Nº 4507, DE 25 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 4507, de 25 de junho de 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR TOTAL DE R\$ 6.000.000,00 PARA REFORÇO DE DOTAÇÃO CONSIGNADA NO ORÇAMENTO VI-GENTE.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65. Inciso VII da Lei Orgânica do Municí-pio e de acordo com a Lei nº 3.186 de 24 de junho de 2015.

DECRETA:

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais).

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Viação, Obras e Serviços	09.001.0015.0451.0021.1015.3449000000000000.01830000	6.000.000,00

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de operação de crédito, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Operação de Crédito		421149900030000 - 01830000	6.000.000,00

Art. 3 - Este(a) DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

Três Barras - Santa Catarina, 25 de junho de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

DECRETO Nº 4511, DE 29 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 4511, de 29 de junho de 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR TOTAL DE R\$ 1.299.425,76 PARA REFORÇO DE DOTAÇÃO CONSIGNADA NO ORÇAMENTO VIGENTE.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65. Inciso VII da Lei Orgânica do Município e de acordo com o art. 5º da Lei nº 3.162 de 29 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 30.000,00(trinta mil reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Assistência Social	13.001.0008.0244.0010.2016.3339000000000000.01000000	30.000,00

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417210199000000 - 01000000	30.000,00

Art. 3 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 64.820,60(sessenta e quatro mil, oitocentos e vinte reais e sessenta centavos)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Assistência Social	13.001.0008.0244.0010.2016.3339000000000000.01000000	64.820,60

Art. 4 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 3 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Fundo Municipal de Assistência Social	13.001.0008.0244.0010.2016.3337100000000000.01000000	64.820,60

Art. 5 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 11.700,00(onze mil e setecentos reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Assistência Social	13.001.0008.0244.0010.2016.3449000000000000.01890000	11.700,00

Art. 6 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 5 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		4221500000000000 - 01890000	11.700,00

Art. 7 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 8.905,16(oito mil, novecentos e cinco reais e dezesseis centavos)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Assistência Social	13.001.0008.0244.0010.2016.3339000000000000.03350800	8.905,16

Art. 8 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 7 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		03350800	8.905,16

Art. 9 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 16.823,33(dezesseis mil, oitocentos e vinte e três reais e trinta e três centavos)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Assistência Social	13.001.0008.0244.0010.2086.3449000000000000.03351000	16.823,33

Art. 10 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 9 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		03351000	16.823,33

Art. 11 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 13.176,67(treze mil, cento e setenta e seis reais e sessenta e sete centavos)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Assistência Social	13.001.0008.0244.0010.2086.3449000000000000.03351000	13.176,67

Art. 12 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 11 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
------------	----------------------	--------------	-------

Anulação Dotação	Fundo Municipal de Assistência Social	13.001.0008.0244.0010.2086.3339000000000000.03351000	13.176,67
Art. 13 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 80.000,00(oitenta mil reais)			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saúde	12.001.0010.0301.0009.2060.3339000000000000.01020000	80.000,00
Art. 14 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 13 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417210199000000 - 01020000	80.000,00
Art. 15 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 25.000,00(vinte e cinco mil reais)			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saúde	12.001.0010.0301.0009.2060.3449000000000000.01381300	25.000,00
Art. 16 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 15 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Fundo Municipal de Saúde	12.001.0010.0301.0009.2060.3339000000000000.01381300	25.000,00
Art. 17 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 28.000,00(vinte e oito mil reais)			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saúde	12.001.0010.0304.0009.2019.3449000000000000.01382400	28.000,00
Art. 18 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 17 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417213300030200 - 01382400	28.000,00
Art. 19 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 390.000,00(trezentos e noventa mil reais)			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saúde	12.001.0010.0303.0009.2078.3339000000000000.01381500	390.000,00
Art. 20 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 19 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417213300140100 - 01381500	390.000,00
Art. 21 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 7.000,00(sete mil reais)			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saúde	12.001.0010.0301.0009.2060.3449000000000000.01381300	7.000,00
Art. 22 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 21 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Fundo Municipal de Saúde	12.001.0010.0301.0009.2060.3339000000000000.01381300	7.000,00
Art. 23 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 20.000,00(vinte mil reais)			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saúde	12.001.0010.0301.0009.2060.3339000000000000.01380100	20.000,00
Art. 24 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 23 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417213300010000 - 01380100	20.000,00
Art. 25 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 50.000,00(cinquenta mil reais)			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Viação, Obras e Serviços	09.001.0004.0122.0017.2074.3339000000000000.01640100	50.000,00
Art. 26 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 25 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417229900050000 - 01640100	50.000,00
Art. 27 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 120.000,00(cento e vinte mil reais)			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Administração	04.001.0004.0122.0005.2009.3339000000000000.01000000	120.000,00
Art. 28 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 27 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor

Excesso		417210199000000 - 01000000	120.000,00
Art. 29 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 50.000,00(cinquenta mil reais)			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Gabinete do Prefeito	03.001.0004.0122.0003.2005.33390000000000.01000000	50.000,00
Art. 30 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 29 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417210199000000 - 01000000	50.000,00
Art. 31 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 20.000,00(vinte mil reais)			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Finanças	05.001.0004.0122.0004.2006.33390000000000.01000000	20.000,00
Art. 32 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 31 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417210199000000 - 01000000	20.000,00
Art. 33 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 100.000,00(cem mil reais)			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Viação, Obras e Serviços	09.001.0004.0122.0017.2074.33390000000000.01000000	100.000,00
Art. 34 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 33 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417210199000000 - 01000000	100.000,00
Art. 35 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 10.000,00(dez mil reais)			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Viação, Obras e Serviços	09.001.0006.0181.0034.2075.34490000000000.03000100	10.000,00
Art. 36 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 35 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor

Anulação Dotação	Secretaria de Viação, Obras e Serviços	09.001.0006.0181.0034.2075.3339000000000000.03000100	10.000,00
Art. 37 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 150.000,00(cento e cinquenta mil reais)			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Viação, Obras e Serviços	09.001.0004.0122.0017.2074.3449000000000000.01000000	150.000,00
Art. 38 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 37 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417220101000000 - 01000000	150.000,00
Art. 39 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 100.000,00(cem mil reais)			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Viacao, Obras e Servicos	09.001.0004.0122.0017.2074.3339000000000000.01000000	100.000,00
Art. 40 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 39 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417220101000000 - 01000000	100.000,00
Art. 41 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 4.000,00(quatro mil reais)			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Secretaria de Habitação	19.001.0016.0482.0031.2004.3449000000000000.01000000	4.000,00
Art. 42 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 41 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Secretaria de Habitação	19.001.0016.0482.0031.2004.3319000000000000.01000000	4.000,00

Art. 43 – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Três Barras, 29 de junho de 2015.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

LEI Nº 3.197 DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

LEI Nº 3.197 DE 21 DE OUTUBRO DE 2015
CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL À ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO, NO EXERCÍCIO DE 2015

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras em exercício, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Executivo Municipal a conceder Subvenção Social à Associação dos Moradores do Bairro São Cristóvão, inscrita no CNPJ sob o nº 75.519.606/0001-49, estabelecida à Rua Madre Maria Bernarda Butler, sem número, nesta cidade, no exercício de 2015, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), para manutenção do Projeto Esperança.

Art. 2º. O valor da subvenção social poderá ser repassado em parcelas.

Art. 3º. A entidade beneficiada obriga-se a efetuar prestação de contas da parcela recebida, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data do repasse da verba.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras – SC, em 21 de outubro de 2015.

ALINOR LESCOVITZ
Prefeito Municipal de Três Barras em exercício

LEI Nº 3.198 DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

LEI Nº 3.198 DE 21 DE OUTUBRO DE 2015
DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DO HOSPITAL E DAS UNIDADES DE SAÚDE DE TRÊS BARRAS-SC, DE FIXAR, EM LOCAL VISÍVEL E DE LIVRE ACESSO, LISTA DE MÉDICOS PLANTONISTAS E DO RESPONSÁVEL PELO PLANTÃO.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras em exercício, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam obrigadas a Fundação Hospitalar e as Unidades de Saúde, sediadas no Município de Três Barras – SC, a fixar, em lugar visível e de livre acesso, como nas entradas principais e de acesso

ao público, uma lista dos médicos plantonistas e do responsável pelo plantão.

Parágrafo único: A divulgação a que se refere o caput deste artigo deverá constar em dispositivo próprio e de fácil localização identificado de forma clara e ostensiva, contendo:

I – nome completo do médico, número do seu registro profissional;

II – fotografia;

III – função ou especialidade;

IV – nome dos responsáveis administrativos e dos médicos responsáveis pela chefia do plantão;

V – horários dos atendimentos/plantões.

Art. 2º. É obrigatória a atualização das informações divulgadas nos termos desta Lei, possibilitando a fácil identificação do profissional escalado para o atendimento no respectivo turno.

Art. 3º. A responsabilidade pela correção e atualização das informações de que trata esta Lei é solidária entre o profissional, a direção de cada Unidade de Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 4º. O descumprimento das obrigações estabelecidas nesta Lei sujeitará o infrator a sanções disciplinares e administrativas.

Art. 5º. O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no que couber, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua vigência.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras – SC, em 21 de outubro de 2015.

ALINOR LESCOVITZ
Prefeito Municipal de Três Barras em exercício

PORTARIA Nº 112 DE 23 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 112 DE 23 DE MARÇO DE 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras – SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o surgimento de vagas no quadro de pessoal do magistério público municipal havido em função de exonerações e aposentadorias, conforme noticiado nos Ofícios 069, 070 e 072/2015 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

CONSIDERANDO, a necessidade de manutenção dos serviços junto às Unidades Educacionais.

RESOLVE :

Art. 1º. Alterar temporariamente a carga horária dos seguintes servidores:

I – ADRIANA SCHUHMACKER, matrícula 16866.1-2, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 03.03.2015;

II – ADRIANO DE MATTOS CARDOSO MUNHOZ, matrícula 12330.7-4, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 03.03.2015;

III – ALTAVIR DAMASO DA SILVEIRA FILHO, matrícula 17665.6-1, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 30 (trinta) horas semanais, a contar de 03.03.2015;

IV – AMABILE CAROLINE KRULL CALADO, matrícula 65231.8-1, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 30 (trinta) horas semanais, a contar de 03.03.2015;

V – ANA CRISTINA SEBEN ALVES DE SOUZA, matrícula 10917.7-5, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 03.03.2015;

VI – CAROLINE APARECIDA GUEBERT, matrícula 15415.6-1, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 30 (trinta) horas semanais, a contar de 03.03.2015;

VII – CLARICE APARECIDA MACIEL NUNES CAVALHEIRO, matrícula 364.6-23, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 30 (trinta) horas semanais, a contar de 03.03.2015;

VIII – CRISTIAN REZENDE, matrícula 18577.9-1, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 03.03.2015;

IX – DAMARIS DE FATIMA SOARES, matrícula 11508.8-5, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 03.03.2015;

X – DORIANE APARECIDA BATISTA FIOLEK, matrícula 343.3-24, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 03.03.2015;

XI – ELISABETE GUDE RECK, matrícula 657.2-5, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 30 (trinta) horas semanais, a contar de 03.03.2015;

XII – GILVANE FATIMA DE OLIVEIRA ADUR, matrícula 10548.1-6, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 03.03.2015;

XIII – GIOVANA DA ROSA GEVIESKI, matrícula 14641.2-3,

ocupante do cargo de professor, de 30 (trinta) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 03.03.2015;

XIV – GIZELE WOSNIACK CORREA, matrícula 8378.0-11, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 03.03.2015;

XV – IVANA MEYER BUENO, matrícula 12963.1-8, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 03.03.2015;

XVI – JADERSON FELICIO CASTRO, matrícula 14897.0-5, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 03.03.2015;

XVII – JAIRA DAS GRAÇAS LIMA CASA, matrícula 517.7-14, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 03.03.2015;

XVIII – JESSICA MUNHOZ, matrícula 17790.3-2, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 30 (trinta) horas semanais, a contar de 03.03.2015;

XIX – JOELMA PAZDA, matrícula 11325.5-5, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 03.03.2015;

XX – MARCIA ANDREA BECKER, matrícula 10073.0-9, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 03.03.2015;

XXI – MARCOS ANDRE LISBOA ARRUDA, matrícula 18582.5-1, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 03.03.2015;

XXII – MARIA LUCIA MENDES, matrícula 1749.3-2, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 03.03.2015;

XXIII – MARILEI ALVES, matrícula 9685.7-16, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 03.03.2015;

XXIV – MARLY VEIGA, matrícula 8188.4-4, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 03.03.2015;

XXV – RODRIGO CORREA, matrícula 14238.7-2, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 03.03.2015;

XXVI – ROMILDA LIMA, matrícula 8374.7-17, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 03.03.2015;

XXVII – ROSEMARI SUBTIL SASSO ANTUNES, matrícula 10033.1-14, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 03.03.2015;

XXVIII – ROSIMERE DE FATIMA BORGES HURMUS, matrícula 1010.3-16, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 03.03.2015;

XXIX – SANDRA HELENA PEREIRA MACHADO, matrícula 14191.7-2, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 03.03.2015;

XXX – SOELI STACHUK, matrícula 689.0-18, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a

contar de 03.03.2015;

XXXI – TAINÉ PECHARKA MUSSI, matrícula 15998.0-5, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 03.03.2015;

XXXII – VAGNER JOSE DETONI, matrícula 11289.5-5, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 30 (trinta) horas semanais, a contar de 03.03.2015.

Art. 2º. A alteração de carga horária terá validade apenas para o ano letivo de 2015, cessando em caso de preenchimento da vaga a que estiver vinculado o servidor.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras – SC, 23 de março de 2015.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer
Diretor

PORTARIA Nº 131 DE 26 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 131 DE 26 DE MARÇO DE 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras – SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o teor do requerimento autuado sob o nº 036/2015;

CONSIDERANDO, o que preconiza os arts. 73, inciso VI, e art. 80, ambos da Lei Complementar nº 138/2009.

RESOLVE :

Art. 1º. Conceder licença para o trato de assuntos particulares à servidora SELMA REGINA DOS SANTOS DAL COMUNI AUGUSTO, matrícula 274.7-5, ocupante do cargo de PROFESSOR, pelo prazo de 02 (dois) anos, com efeitos a contar de 1º de março de 2015.

Art. 2º. A licença de que trata o artigo anterior, poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras – SC, 26 de março de 2015.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer
Diretor

PORTARIA Nº 223 DE 25 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA Nº 223 DE 25 DE ABRIL DE 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras – SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o surgimento de vagas no quadro de pessoal do magistério público municipal havido em função de exonerações e aposentadorias, conforme noticiado nas Comunicações Internas 055 e 068/2015 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

CONSIDERANDO, a necessidade de manutenção dos serviços junto às Unidades Educacionais.

RESOLVE :

Art. 1º. Alterar temporariamente a carga horária dos seguintes servidores:

I – ARLANE MARIA LUIZA MACHIAVELLI, matrícula 16882.3-2, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 01.04.2015;

II – BÁRBARA KRAILINK, matrícula 61286.3-1, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 30 (trinta) horas semanais, a contar de 01.04.2015;

III – CLARICE APARECIDA MACIEL NUNES CAVALHEIRO, matrícula 364.6-23, ocupante do cargo de professor, de 30 (trinta) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 01.04.2015;

IV – CLAUDINÉIA APARECIDA LUIZ, matrícula 16016.4-3, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 01.04.2015;

V – JAILSON ALVES RIBEIRO, matrícula 16496.8-4, ocupante do cargo de professor, de 30 (trinta) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 01.04.2015;

VI – KELIN DE PAULA FARIAS, matrícula 14047.3-1, ocupante do cargo de professor, de 10 (dez) para 20 (vinte) horas semanais, a contar de 01.04.2015;

VII – MICHELE ADRIANA HENRIQUE, matrícula 11498.7-1, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 30 (trinta) horas semanais, a contar de 01.04.2015;

VIII – OTÁVIO HOINASKY FILHO, matrícula 9930.9-1, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 01.04.2015;

IX – RAFAEL VEIGA, matrícula 16813.0-3, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 01.04.2015;

X – RAQUEL APARECIDA P. BOCKOR, matrícula 62178.1-1, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 01.04.2015;

XI – VALERIA BIANEK DAS CHAGAS, matrícula 62447.0-1, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 01.04.2015.

Art. 2º. A alteração de carga horária terá validade apenas para o ano letivo de 2015, cessando em caso de preenchimento da vaga a que estiver vinculado o servidor.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras – SC, 25 de abril de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer

Diretor

PORTARIA Nº 247 DE 21 DE MAIO DE 2015.

PORTARIA Nº 247 DE 21 DE MAIO DE 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras – SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o surgimento de vagas no quadro de pessoal do magistério público municipal havido em função de exonerações e aposentadorias, conforme noticiado nas Comunicações Internas 083 e 089/2015 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

CONSIDERANDO, a necessidade de manutenção dos serviços junto às Unidades Educacionais.

RESOLVE :

Art. 1º. Alterar temporariamente a carga horária dos seguintes servidores:

I – ANDRIELI CORDEIRO, matrícula 176621-2, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 06.05.2015;

II – KARINA CASAS, matrícula 128791-1, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 01.05.2015;

III – NISSIA CECILIA NUNES, matrícula 79162-9, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 12.05.2015;

IV – RAFAELLA CAROLINE KUCHLER, matrícula 642894-1, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 30 (trinta) horas semanais, a contar de 12.05.2015;

Art. 2º. A alteração de carga horária terá validade apenas para o ano letivo de 2015, cessando em caso de preenchimento da vaga a que estiver vinculado o servidor.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras – SC, 21 de maio de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer

Diretor

PORTARIA Nº 248 DE 21 DE MAIO DE 2015.

PORTARIA Nº 248 DE 21 DE MAIO DE 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras – SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o noticiado nas Comunicação Interna 075/2015 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte.

RESOLVE :

Art. 1º. Alterar temporariamente a carga horária dos seguintes servidores:

I – ARISTIDES ATAIDES KACZOROWSKI, matrícula 177270-1, ocupante do cargo de professor, de 40 (quarenta) para 30 (trinta) horas semanais, a contar de 01.05.2015;

II – JAILSON ALVES RIBEIRO, matrícula 164968-4, ocupante do cargo de professor, de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais, a contar de 11.05.2015.

Art. 2º. A alteração de carga horária terá validade apenas para o ano letivo de 2015, cessando em caso de preenchimento da vaga a que estiver vinculado o servidor.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras – SC, 21 de maio de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer

Diretor

PORTARIA Nº 264 DE 27 DE MAIO DE 2015.

PORTARIA Nº 264 DE 27 DE MAIO DE 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras – SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o noticiado nas Comunicação Interna 079/2015 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte.

RESOLVE :

Art. 1º. Alterar temporariamente a carga horária da servidora ROMILDA LIMA, matrícula 83747-17, ocupante do cargo de professor, de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais, a contar de 12.05.2015.

Art. 2º. A alteração de carga horária terá validade apenas para o ano letivo de 2015, cessando em caso de preenchimento da vaga a que estiver vinculado o servidor.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras – SC, 27 de maio de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer
Diretor

PORTARIA Nº 282 DE 15 DE JUNHO DE 2015

PORTARIA Nº 282 DE 15 DE JUNHO DE 2015

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras – SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o disposto no art. 32 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 140/2009;

CONSIDERANDO, o teor do Edital SECE nº 002/2014 que estabelece normas para progressão funcional por cursos de aperfeiçoamento e/ou capacitação;

CONSIDERANDO, o parecer exarado pela Comissão Permanente de Ascensão Funcional.

RESOLVE :

Art. 1º. Conceder Progressão por Capacitação, equivalente a 01 (uma) referência, nos moldes do Anexo III da Lei Complementar nº 140/2009, aos seguintes servidores:

MATRÍCULA	SERVIDOR
1.	120596-3 Adriana Aparecida Soares de Lima Roscamp
2.	135771-0 Alceu Goestemeier
3.	135828-0 Alexander Antonio dos Passos
4.	92550-4 Aline Iolanda Padilha Darmorus
5.	3832-17 Ana Lúcia Dumas Pereira
6.	10766-9 Ana Maria Ramos Walkoff
7.	81957-6 Analete Gomes Teles
8.	105511-0 Andiana Vieira Cordeiro Paulo
9.	126420-2 Angela Kanzler Bueno Lima
10.	8010-5 Angelia Kuka Ramthun
11.	100285-3 Clarice de Fátima Rodrigues Siems
12.	107905-8 Cláudia Milchevski
13.	122246-3 Cláudia Regina Vieira
14.	152633-0 Cynthia Carla Bueno da Silva Eggers
15.	106160-3 Eliane Munhoz Pires Batista
16.	152650-0 Eliete Terezinha Pfleger Liscoski
17.	6572-5 Elisabete Gude Reck
18.	101176-5 Fabiana de Fátima Alexandre dos Santos
19.	105368-0 Geciana Gralik Kurcheski
20.	133396-1 Gina Genoveva Waszak Cubas
21.	75779-8 Glaciéli Machado Wachtel
22.	105392-4 Heloisa Gomes de Souza Cordeiro
23.	83852-7 Ilda Vilevski
24.	4243-1 Irene Olinek Ferreira
25.	151998-0 Jacinta de Fátima Fuck
26.	2399-0 Janete Mazur
27.	7846-9 João Eduardo Bishop
28.	2160-14 Jociane Adur Macedo
29.	121525-4 Joelma Soares da Silva
30.	3018-14 Julcimar Benedita Pires Dobrochinski
31.	142735-0 Karinliz Kraus Damaso da Silveira
32.	3808-19 Léa Aparecida Padilha
33.	2070-12 Luiza Bachmann
34.	135810-0 Luiza Helena Nunes
35.	101192-4 Márcia Aparecida Pereira Ferreira
36.	128660-3 Márcia Burgardt Saibot
37.	8370-7 Maria Cristina de Araújo

38.	10383-4	Marilda de Lorena Padilha
39.	51330-11	Marileia Kuczka
40.	2330-6	Marilze Rozane Jancmionka Beckert
41.	8036-9	Marlene Novak Fragoso
42.	105139-0	Miriam Marlene Muhlmann
43.	7048-7	Patrícia Juliana de Oliveira
44.	79200-5	Rafaela Bueno
45.	6424-18	Raquel Aparecida Alexandre
46.	100455-3	Raquel Zattar
47.	104728-0	Rosimari Gevieski
48.	106216-3	Sandra Mara Guedes Cachuc
49.	2747-5	Selma Regina Dal'Comuni Augusto
50.	113115-4	Sildamir da Silva
51.	3417-7	Silvana Aparecida Casa
52.	2720-0	Silvana Cornelsen Jarschel
53.	100137-2	Simone Branco El-Kouba
54.	10111-9	Sirlei Kuczka
55.	126098-2	Soney Maria Rissardi Follador
56.	81841-6	Sonia Cleomara Vieira Biscaia Canani
57.	71633-9	Sonia Regina Stocloska Brozowski
58.	6041-14	Teodósia Bileski Sprotte
59.	151025-0	Tereza Dobrochinski Budant
60.	112895-5	Vagner José Detoni
61.	126195-4	Vanessa Stascovian Chmiluk
62.	2348-7	Viviane Adur Wogeinaki Zimmermann
63.	105740-2	Viviane Glinski

Art. 2º. Proceda o Setor Pessoal as alterações necessárias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de junho de 2015.

Prefeitura Municipal de Três Barras – SC, 15 de junho de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer

Diretor

PORTARIA Nº 283 DE 15 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA Nº 283 DE 15 DE JUNHO DE 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras – SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o disposto no art. 33 da Lei Complementar Municipal nº 140/2009;

CONSIDERANDO, o parecer jurídico reconhecendo o preenchimento dos requisitos legalmente impostos, exarado junto ao Requerimento nº 026/2015-SECE.

RESOLVE :

Art. 1º. Conceder Promoção na Carreira à servidora NOEMIA DAS CHAGAS KOGLINSKI, matrícula 106011-3, ocupante do cargo de professor, que, em função da conclusão de curso de pós-graduação, passará ao Nível de Atuação III, na forma estabelecida no Anexo II da Lei Complementar Municipal nº 140/2009, com efeitos a contar de 01 de junho de 2015.

Art. 2º. Proceda o Setor Pessoal as alterações necessárias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras – SC, 15 de junho de 2015.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer
Diretor

PORTARIA Nº 284 DE 15 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA Nº 284 DE 15 DE JUNHO DE 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras – SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o disposto no art. 33 da Lei Complementar Municipal nº 140/2009;

CONSIDERANDO, o parecer jurídico reconhecendo o preenchimento dos requisitos legalmente impostos, exarado junto ao Requerimento nº 024/2015-SECE.

RESOLVE :

Art. 1º. Conceder Promoção na Carreira à servidora VANESSA STASCOVIAN CHMILUK, matrícula 126195-4, ocupante do cargo de professor, que, em função da conclusão de curso de pós-graduação, passará ao Nível de Atuação III, na forma estabelecida no Anexo II da Lei Complementar Municipal nº 140/2009, com efeitos a contar de 01 de junho de 2015.

Art. 2º. Proceda o Setor Pessoal as alterações necessárias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras – SC, 15 de junho de 2015.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer
Diretor

PORTARIA Nº 290 DE 22 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA Nº 290 DE 22 DE JUNHO DE 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras – SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o noticiado nas Comunicação Interna 107/2015 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte.

RESOLVE :

Art. 1º. Alterar temporariamente a carga horária dos seguintes servidores:

I – ALEXSANDRA LOPES FERREIRA RAMOS, matrícula 178632-1, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 30 (trinta) horas semanais, a contar de 01.06.2015;

II – CIDERLEI MAULE DE LIMA, matrícula 141992-3, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 01.06.2015.

III – DERLI REGINA DE LIMA, matrícula 185884-1, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 30 (trinta) horas semanais, a contar de 01.06.2015.

IV – ELIANE KARVAT VEIGA, matrícula 10596-9, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 01.06.2015.

V – GRAZIELI CRISTIANE DE LIMA, matrícula 163953-4, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 01.06.2015.

VI – JULIANO DE FREITAS PADILHA, matrícula 163813-3, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 01.06.2015.

VII – LUCIANA BROZOSKI, matrícula 175790-2, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 01.06.2015.

VIII – MARIA DOROTEA PEREIRA MACHADO DE SOUZA, matrícula 163929-4, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 01.06.2015.

IX – MARILENE MADEIRA FERREIRA, matrícula 185809-1, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 01.06.2015.

X – MARLI APARECIDA DOS SANTOS, matrícula 78638-21, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 01.06.2015.

XI – SILVANA APARECIDA RISKE, matrícula 653020-1, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 30 (trinta) horas semanais, a contar de 01.06.2015.

XII – SILVIA ROSANE SCHATZMANN, matrícula 177105-2, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 01.06.2015.

XIII – SUELIN MARIA DE AUGUSTINHO, matrícula 158704-1, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 01.06.2015.

Art. 2º. A alteração de carga horária terá validade apenas para o ano letivo de 2015, cessando em caso de preenchimento da vaga a que estiver vinculado o servidor.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras – SC, 22 de junho de 2015.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer
Diretor

PORTARIA Nº 291 DE 22 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA Nº 291 DE 22 DE JUNHO DE 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras – SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o disposto no art. 10 da Lei Complementar Municipal nº 139/2009;

CONSIDERANDO, o parecer jurídico reconhecendo o preenchimento dos requisitos legalmente impostos, exarado junto ao Requerimento nº 360/2015.

RESOLVE :

Art. 1º. Reconhecer o direito à progressão funcional por aperfeiçoamento ao servidor ACIR DEQUÊCH, matrícula 4197-3, ocupante do cargo de engenheiro civil, que, em função da realização de cursos de aperfeiçoamento, terá o avanço de 01 (um) nível, na forma estabelecida na Tabela do Anexo IV da Lei Complementar nº 139/2003, com efeitos a contar de 01 de junho de 2015;

Art. 2º. Proceda o Setor Pessoal as alterações necessárias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras – SC, 22 de junho de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer

Diretor

PORTARIA Nº 303 DE 30 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA Nº 303 DE 30 DE JUNHO DE 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras – SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o noticiado nas Comunicação Interna 107/2015 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte e Ofício nº 041/2015 da Escola Básica João Pacheco de Miranda Lima.

RESOLVE :

Art. 1º. Alterar temporariamente a carga horária dos seguintes servidores:

I – CERLI TEREZINHA ADUR WOGGINAKI, matrícula 24104-3, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 01.06.2015;

II – TÂNIA GARCIA DA SILVA TORRES, matrícula 169293-1, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 01.06.2015.

Art. 2º. A alteração de carga horária terá validade apenas para o ano letivo de 2015, cessando em caso de preenchimento da vaga a que estiver vinculado o servidor.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras – SC, 30 de junho de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer

Diretor

PORTARIA Nº 330 DE 17 DE JULHO DE 2015.

PORTARIA Nº 330 DE 17 DE JULHO DE 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras – SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o noticiado nas Comunicação Interna 149/2015, 150/2015 e 151/2015 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte.

RESOLVE :

Art. 1º. Alterar temporariamente a carga horária dos seguintes servidores:

I – ALLAN WILLIAN IANCOSCKI, matrícula 176567-2, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 30 (trinta) horas semanais, a contar de 01.07.2015;

II – LARISSA NOVITZKI, matrícula 618713-1, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 01.07.2015;

III – PATRICIA DE MELO REZENDE, matrícula 93130-4, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 01.07.2015;

IV – RAQUEL APARECIDA PINTO BOCKOR, matrícula 621781-1, ocupante do cargo de professor, de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais, a contar de 01.07.2015.

Art. 2º. A alteração de carga horária terá validade apenas para o ano letivo de 2015, cessando em caso de preenchimento da vaga a que estiver vinculado o servidor.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras – SC, 17 de julho de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer

Diretor

PORTARIA Nº 331 DE 17 DE JULHO DE 2015.

PORTARIA Nº 331 DE 17 DE JULHO DE 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras – SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o disposto no art. 10 da Lei Complementar Municipal nº 139/2009;

CONSIDERANDO, o parecer jurídico reconhecendo o direito postulado, exarado junto ao Requerimento nº 442/2015.

RESOLVE :

Art. 1º. Reconhecer o direito à progressão funcional por aperfeiçoamento à servidora ARLETE METKA DA SILVA SCHERMAK, matrícula 103829-3, ocupante do cargo de auxiliar administrativo, que, em função da conclusão de curso de graduação, terá o avanço de 03 (três) níveis, na forma estabelecida na Tabela do Anexo IV da Lei Complementar nº 139/2003, com efeitos a contar de 01 de julho de 2015;

Art. 2º. Reconhecer o direito à progressão funcional por aperfeiçoamento à servidora ARLETE METKA DA SILVA SCHERMAK, matrícula 103829-3, ocupante do cargo de auxiliar administrativo, que, em função da conclusão de curso de pós-graduação, terá o avanço de 03 (três) níveis, na forma estabelecida na Tabela do Anexo IV da Lei Complementar nº 139/2003, com efeitos a contar de 01 de julho de 2015.

Art. 3º. Proceda o Setor Pessoal as alterações necessárias.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras – SC, 17 de julho de 2015.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer
Diretor

PORTARIA Nº 332 DE 17 DE JULHO DE 2015.

PORTARIA Nº 332 DE 17 DE JULHO DE 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras – SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o disposto no art. 10 da Lei Complementar Municipal nº 139/2009;

CONSIDERANDO, o parecer jurídico reconhecendo o direito postulado, exarado junto ao Requerimento nº 448/2015.

RESOLVE :

Art. 1º. Reconhecer o direito à progressão funcional por aperfeiçoamento à servidora ANA RITA MUHLMANN MOTA, matrícula 787-0, ocupante do cargo de assistente social, que, em função da conclusão de curso de pós-graduação, terá o avanço de 03 (três) níveis, na forma estabelecida na Tabela do Anexo IV da Lei Complementar nº 139/2003, com efeitos a contar de 01 de julho de 2015.

Art. 2º. Proceda o Setor Pessoal as alterações necessárias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras – SC, 17 de julho de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer
Diretor

PORTARIA Nº 333 DE 17 DE JULHO DE 2015.

PORTARIA Nº 333 DE 17 DE JULHO DE 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras – SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o disposto no art. 10 da Lei Complementar Municipal nº 139/2009;

CONSIDERANDO, o parecer jurídico reconhecendo o direito postulado, exarado junto aos Requerimentos nº 450 e 455/2015.

RESOLVE :

Art. 1º. Reconhecer o direito à progressão funcional por aperfeiçoamento à servidora PATRICIA DE SOUZA GAZANIGA, matrícula 135879-0, ocupante do cargo de gestor, que, em função da conclusão de curso de pós-graduação, terá o avanço de 03 (três) níveis, na forma estabelecida na Tabela do Anexo IV da Lei Complementar nº 139/2003, com efeitos a contar de 01 de julho de 2015.

Art. 2º. Reconhecer o direito à progressão funcional por aperfeiçoamento à servidora JUREMA COLLI GUIMARÃES, matrícula 3280-6, ocupante do cargo de auxiliar administrativo, que, em função da conclusão de curso de pós-graduação, terá o avanço de 03 (três) níveis, na forma estabelecida na Tabela do Anexo IV da Lei Complementar nº 139/2003, com efeitos a contar de 01 de julho de 2015.

Art. 3º. Proceda o Setor Pessoal as alterações necessárias.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras – SC, 17 de julho de 2015.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer
Diretor

PORTARIA Nº 359 DE 14 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA Nº 359 DE 14 DE AGOSTO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras – SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o noticiado nas Comunicação Interna 161/2015 e 164/2015 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte.

RESOLVE :

Art. 1º. Alterar temporariamente a carga horária dos seguintes servidores:

I – ADRIANA GARCIA DA SILVA DROCZAK, matrícula 79170-15, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 30 (trinta) horas semanais, a contar de 03.08.2015;

II – CIRLEA MARIA BEGE, matrícula 75213-16, ocupante do cargo de professor, de 30 (trinta) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 03.08.2015;

III – DERLI REGINA DE LIMA, matrícula 185884-1, ocupante do cargo de professor, de 30 (trinta) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 03.08.2015;

IV – IVETE TEREZINHA PACHECO CARVALHO ZUCCO, matrícula 616990-1, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 03.08.2015;

V – JULIANA KRIGINSKI, matrícula 147028-5, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 03.08.2015;

VI – LAURA MELNECHENKO IENDRAS, matrícula 185973-1, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 03.08.2015;

VII – REGINA MARIN, matrícula 141925-3, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 03.08.2015;

IX – SIMONE APARECIDA MAY GIRALDI, matrícula 186660-1, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 03.08.2015;

X – SISLEINE APARECIDA DIAS, matrícula 93181-4, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 30 (trinta) horas semanais, a contar de 03.08.2015;

XI – VANIA WAGNER TARTARI, matrícula 624632-1, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 03.08.2015;

Art. 2º. A alteração de carga horária terá validade apenas para o ano letivo de 2015, cessando em caso de preenchimento da vaga a que estiver vinculado o servidor.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras – SC, 14 de agosto de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal em Exercício

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer

Diretor

PORTARIA Nº 367 DE 14 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA Nº 367 DE 14 DE AGOSTO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras – SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o teor do Ofício nº 206/2015 da Secretaria de Saúde.

RESOLVE :

Art. 1º. Alterar temporariamente a carga horária dos seguintes servidores:

I – LIGIA MARIZE SAWISKI ZABLOSKI, matrícula 9237-3, ocupante do cargo de Assistente Social, de 20 (vinte) para 30 (trinta) horas semanais, a contar de 03.08.2015;

Art. 2º. A alteração de carga horária terá validade para o ano de 2015, cessando em caso de preenchimento da vaga a que estiver vinculada a servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras – SC, 14 de agosto de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal em Exercício

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer

Diretor

PORTARIA Nº 372 DE 20 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA Nº 372 DE 20 DE AGOSTO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras – SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o disposto no art. 10 da Lei Complementar Municipal nº 139/2009;

CONSIDERANDO, o parecer jurídico reconhecendo o preenchimento dos requisitos legalmente impostos, exarado junto ao Requerimento nº 526/2015.

RESOLVE :

Art. 1º. Reconhecer o direito à progressão funcional por aperfeiçoamento à servidora BÁRBARA LISIS BIAR ZALEUSKI, matrícula 120898-3, ocupante do cargo de auxiliar administrativo, que, em função da realização de curso de aperfeiçoamento, terá o avanço de 01 (um) nível, na forma estabelecida na Tabela do Anexo IV da Lei Complementar nº 139/2009, com efeitos a contar de 01 de agosto de 2015;

Art. 2º. Proceda o Setor Pessoal as alterações necessárias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras – SC, 20 de agosto de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer

Diretor

PORTARIA Nº 382 DE 25 DE AGOSTO DE 2015

PORTARIA Nº 382 DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras – SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o disposto na Lei Complementar Municipal nº 140/2009, no que se refere ao calendário para realização da progressão por capacitação;

CONSIDERANDO, o atraso ocorrido para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Ascensão Funcional, que possibilitou a implementação das benefícios somente no mês junho do ano corrente;

CONSIDERANDO, a necessidade de regularizar os pagamentos referente a tais benefícios, que deveriam ter sido implementados desde janeiro de 2015.

RESOLVE :

Art. 1º. Determinar o pagamento retroativo, do percentual correspondente à progressão por capacitação concedida através da Portaria nº 282/2015, aos servidores nela contemplados, a contar do mês de janeiro de 2015.

Art. 2º. Proceda o Setor Pessoal as alterações necessárias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras – SC, 20 de agosto de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer
Diretor

PORTARIA Nº 391 DE 10 DE SETEMBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 391 DE 10 DE SETEMBRO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras – SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art. 1º. Nomear Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos seguintes membros:

I – CRISTIAN ROBERTO TODT (Presidente);
II – OSMAR CACHUC (Membro);
III – JOÃO ERACIDES PEREIRA (Membro);
IV – PAULO ROBERTO SCHERER (Membro);
V – AÉCIO RODRIGO BUDANT (Membro);
VI – PATRICK RAMOS (Membro);
VII – JUCILENE CORRÊA (Membro).

Art. 2º. À Comissão compete coordenar e operacionalizar os processos administrativos de sindicância e disciplinar e tomar as providências para o seu perfeito transcurso.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras – SC, 10 de setembro de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer
Diretor

PORTARIA Nº. 055 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº. 055 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [A PEDIDO], a senhora REGINA MARIN, do cargo de PROFESSORA, carga horária 100:00 horas mês, cumprido-as nas dependências da Secretaria de Educação Cultura e Esportes desta prefeitura.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 03 de fevereiro de 2015.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 09 de fevereiro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

PORTARIA Nº. 089 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº. 089 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [A PEDIDO], a senhora VANESSA APARECIDA DE OLIVEIRA, do cargo de PROFESSORA, carga horária 100:00 horas mês, cumprido-as nas dependências da Secretaria de Educação Cultura e Esportes desta prefeitura.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 27 de fevereiro de 2015.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 26 de fevereiro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

PORTARIA Nº. 349 DE 07 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA Nº. 349 DE 07 DE AGOSTO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

CONCEDER, o servidor MARCELO MOREIRA, cargo AGENTE DE ENDEMIAS, do quadro de funcionário CONCURSADO, regime CLT, desta Prefeitura Municipal, 30 (TRINTA dias) de licença para tratamento de saúde. A contar o atestado de 06/08/2015, e encaminhado ao INSS no dia 20/08/2015.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 07 de Agosto de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

PORTARIA Nº. 350 DE 07 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA Nº. 350 DE 07 DE AGOSTO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

CONCEDER, a servidora ADRIANA APARECIDA PORTELA, cargo AGENTE COMUNITÁRIO, do quadro de funcionária CONCURSADA, regime CLT, desta Prefeitura Municipal, mais 60 (sessenta dias) de licença maternidade. A contar de 06/08/2015.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 07 de Agosto de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

PORTARIA Nº. 351 DE 07 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA Nº. 351 DE 07 DE AGOSTO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

CONTRATAR, a Senhora FERNANDA HELENA TEIXEIRA, para exercer suas funções no cargo de PSICÓLOGA, 150:00 horas mês, aprovada através do Concurso Público Municipal, Edital 004/2014 conforme o decreto 4.438/2014 de 14/11/2014, lotada na Secretaria de Assistência Social deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 10 de agosto de 2015.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 07 de Agosto de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

PORTARIA Nº. 352 DE 07 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA Nº. 352 DE 07 DE AGOSTO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

ALTERAR, a carga horária da servidora FERNANDA HELENA TEIXEIRA, Psicóloga, aprovado através do Concurso Público Municipal, conforme o decreto 4.438 de 14/11/2014, lotada na Secretaria de Assistência Social, de 20 horas para 30 horas.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 10/08/2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

PORTARIA Nº. 353 DE 07 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA Nº. 353 DE 07 DE AGOSTO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

CONCEDER, a Servidora ELIZIANE RUTH KRUGER DE MATOS, cargo PROFESSORA, 200:00 mês, do quadro de funcionário EFETIVO desta Prefeitura Municipal, 45 (Quarenta e cinco) dias de licença para tratamento de saúde. A contar o atestado de 10/08/2015, e encaminhado ao INSS no dia 24/08/2015.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 07 de Agosto de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

PORTARIA Nº. 354 DE 07 DE AGOSTO DE 2015

PORTARIA Nº. 354 DE 07 DE AGOSTO DE 2015

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

INTERROMPER o gozo de férias do Servidor CRISTIAN ROBERTO TODT, cargo de GESTOR do quadro de pessoal Efetivo desta Prefeitura, haja vista necessidade de atendimento dos serviços públicos municipais, em conformidade com o caput do art. 72 da Lei Complementar nº138 de 08 de outubro de 2010.

O gozo de férias de que trata o caput deste artigo refere-se ao período de aquisição de: 10/02/2013 a 09/02/2014, cujo gozo teve início 03/08/2015.

O saldo de férias devido o Servidor totaliza em 13 (treze) dias, que deverão ser gozados, de acordo com o parágrafo único do art. 72 da lei Complementar nº138/2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 10 de agosto de 2015.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 07 de agosto de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

PORTARIA Nº. 355 DE 10 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA Nº. 355 DE 10 DE AGOSTO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR o senhor MARCOS ROGERIO DE PAULA, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de SECRETARIO. Lotado na Secretaria de Finanças.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 14 de Agosto de 2015.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 10 de Agosto de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

PORTARIA Nº. 356 DE 10 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA Nº. 356 DE 10 DE AGOSTO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR o senhor SIDILON PAZDA, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de SECRETARIO. Lotado na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 14 de Agosto de 2015.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 10 de Agosto de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

PORTARIA Nº. 357 DE 10 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA Nº. 357 DE 10 DE AGOSTO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR o senhor ADEMAR DE OLIVEIRA CANTOVIK, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de SUB DIRETOR. Lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 14 de Agosto de 2015.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 10 de Agosto de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

PORTARIA Nº. 360 DE 14 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA Nº. 360 DE 14 DE AGOSTO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR o senhor KLEBER JEAN DUBIEL, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de SUB DIRETOR – PC 07. Lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 17 de Agosto de 2015.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 14 de Agosto de 2015.
ALINOR LESCOVITZ
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

PORTARIA Nº. 361 DE 14 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA Nº. 361 DE 14 DE AGOSTO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR o senhor LOURIVAL LUIZ CORREA, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de DIRETOR – PC 06. Lotado na Intendência Distrital. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 17 de Agosto de 2015.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 14 de Agosto de 2015.
ALINOR LESCOVITZ
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

PORTARIA Nº. 362 DE 14 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA Nº. 362 DE 14 DE AGOSTO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, o senhor LUIZ CARLOS GONÇALVES MIRANDA, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, cargo de CONDUTOR, carga horária de 200:00 horas mês. Lotado na

Secretaria de Viação e Obras.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 17 de Agosto de 2015.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 14 de Agosto de 2015.
ALINOR LESCOVITZ
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

PORTARIA Nº. 363 DE 14 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA Nº. 363 DE 14 DE AGOSTO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, o senhor OSMAR PEDRO BARBOZA, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, cargo de CONDUTOR, carga horária de 200:00 horas mês. Lotado na Secretaria de Agricultura. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 17 de Agosto de 2015.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 14 de Agosto de 2015.
ALINOR LESCOVITZ
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

PORTARIA Nº. 364 DE 14 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA Nº. 364 DE 14 DE AGOSTO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, a senhora EMILIA WUNSCH DA SILVA, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, cargo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM, carga horária de 200:00 horas mês. Lotado na Secretaria de Saúde.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 17 de Agosto de 2015.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 14 de Agosto de 2015.
ALINOR LESCOVITZ
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

PORTARIA Nº. 365 DE 14 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA Nº. 365 DE 14 DE AGOSTO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, a senhora JOSELAINE DOS REIS, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, cargo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM, carga horária de 200:00 horas mês. Lotado na Secretaria de Saúde.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 17 de Agosto de 2015.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 14 de Agosto de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

PORTARIA Nº. 366 DE 14 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA Nº. 366 DE 14 DE AGOSTO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

CONCEDER, a servidora VIVIANE GLINSKI, cargo PROFESSOR, do quadro de funcionário CONCURSADO, regime CLT, desta Prefeitura Municipal, licença para tratamento de saúde, sem previsão de alta, conforme atestado. A contar o atestado de 07/08/2015, e encaminhado ao INSS no dia 21/08/2015.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 14 de Agosto de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

PORTARIA Nº. 368 DE 17 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA Nº. 368 DE 17 DE AGOSTO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR, o Senhor MARCOS ROGERIO DE PAULA, para exercer suas funções no cargo de SECRETARIO – PC 01, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura. Lotado na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 17 de Agosto de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

PORTARIA Nº. 369 DE 17 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA Nº. 369 DE 17 DE AGOSTO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR, o Senhor SIDILON PAZDA, para exercer suas funções no cargo de SECRETARIO – PC 01, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura. Lotado na Secretaria de Finanças deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 17 de Agosto de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

PORTARIA Nº. 370 DE 17 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA Nº. 370 DE 17 DE AGOSTO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, a senhora ARIANE CAROLINE KRAILING, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, cargo de PROFESSOR, carga horária de 200:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências do CMEI MERHY BECHARA SELEME. Lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de na presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 17 de Agosto de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

PORTARIA Nº. 371 DE 17 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA Nº. 371 DE 17 DE AGOSTO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [a pedido], a senhora LUZIA DE FÁTIMA SCHERMACK DE LIMA, do quadro de funcionários efetivo desta prefeitura, concursada através do Concurso Público 001/2008, classificada em 4ª lugar, Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, carga horária 200:00 horas mês, cumprido-as nas dependências da Escola Guita Federmann, lotada na Secretaria de Educação Cultura e Esportes deste município, dispensando inclusive o aviso prévio e retirando-se no mesmo no dia.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 19 de agosto.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 17 de agosto de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

PORTARIA Nº. 373 DE 20 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA Nº. 373 DE 20 DE AGOSTO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

CONCEDER, a Servidora SUELEN PRISCILA PEREIRA, cargo AUXILIAR ADMINISTRATIVO, 200:00 horas mês, do quadro de funcionário EFETIVO desta Prefeitura Municipal, 47 (quarenta e sete) dias de licença para tratamento de saúde. A contar o atestado de 01/08/2015, e encaminhado ao INSS no dia 16/08/2015. Observação: atestado apresentado no dia de 19/08/2015 no setor de RH. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01 de agosto de 2015.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 20 de Agosto de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

PORTARIA Nº. 374 DE 20 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA Nº. 374 DE 20 DE AGOSTO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, o senhor IOMAR REVOREDO FONSECA, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, cargo de MÉDICO TEMPORÁRIO, contratado através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2012, conforme decreto 4.101 de 02/07/2012, carga horária de 50:00 horas mês. Lotado na Secretaria de Saúde. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 19 de Agosto de 2015.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 20 de Agosto de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

PORTARIA Nº. 375 DE 20 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA Nº. 375 DE 20 DE AGOSTO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [a pedido], a senhora DANIELE KRAILING, do quadro de funcionários temporário desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, classificada em 10ª lugar, Cargo de MONITOR, carga horária 220:00 horas mês. Lotada na Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Renda deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 20 de agosto de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

PORTARIA Nº. 376 DE 20 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA Nº. 376 DE 20 DE AGOSTO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [a pedido], a senhora MIRIAN PIRES DE OLIVEIRA OSTROSKI, do quadro de funcionários efetivo desta prefeitura, concursada através do Concurso Público 001/2008, classificada em 17ª lugar, Cargo de PROFESSOR, carga horária 200:00 horas mês, cumprido-as nas dependências da Escola Cyriaco Felício de Souza, lotada na Secretaria de Educação Cultura e Esportes deste

município, dispensando inclusive o aviso prévio e retirando-se no mesmo no dia.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 10 de agosto.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 20 de agosto de 2015.
ALINOR LESCOVITZ
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

PORTARIA Nº. 379 DE 25 DE AGOSTO DE 2015.
PORTARIA Nº. 379 DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:
CONCEDER, a Servidora JUSSARA WENGRZYNOVSKI, cargo AUX. SERVIÇOS GERAIS, 200:00 mês, do quadro de funcionário TEMPORÁRIO desta Prefeitura Municipal, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde. A contar o atestado de 28/07/2015, e encaminhado ao INSS no dia 11/08/2015. Observação: atestado apresentado no dia de 21/08/2015 no setor de RH.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 25 de Agosto de 2015.
ALINOR LESCOVITZ
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
DIRETOR

PORTARIA Nº. 380 DE 25 DE AGOSTO DE 2015.
PORTARIA Nº. 380 DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:
CANCELAR, o retorno do servidor ENEAS DIAS LEITE – Matrícula Nº 123536-1, da licença sem vencimento para tratar de assuntos particulares, conforme art. 73, § VI e art. 80, ambos da Lei Complementar nº 138/2009, concedida através da portaria nº. 393/2014, ocupante do cargo de CONDUTOR DE VEÍCULOS E MÁQUINAS, que seria dia 03/08/2015.
Art. 2º.- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 07 de Agosto de 2015.
ALINOR LESCOVITZ
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

PORTARIA Nº. 381 DE 25 DE AGOSTO DE 2015.
PORTARIA Nº. 381 DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:
DISPENSAR, [a pedido], a servidora, FERNANDA HAUERBACH SZCZYGIEL, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 100:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências do CMEI ZILDA PACHECO. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 27 de agosto de 2015.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 25 de agosto de 2015.
ALINOR LESCOVITZ
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

PORTARIA Nº. 383 DE 27 DE AGOSTO DE 2015.
PORTARIA Nº. 383 DE 27 DE AGOSTO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:
CONCEDER, a Servidora SANDRA REGINA DOS SANTOS CAVALLHEIRO, cargo AUX. SERVIÇOS GERAIS, 200:00 mês, do quadro de funcionário TEMPORÁRIO desta Prefeitura Municipal, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde. A contar o atestado de 26/08/2015, e encaminhado ao INSS no dia 09/09/2015.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 27 de Agosto de 2015.
ALINOR LESCOVITZ
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
DIRETOR

PORTARIA Nº. 384 DE 28 DE AGOSTO DE 2015
PORTARIA Nº. 384 DE 28 DE AGOSTO DE 2015

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:
DISPENSAR, (por motivo de morte), a Servidora JEANINE AMALIA JUNGLES das funções que exercia no cargo de AUX SERVICOS GERAIS, do quadro de funcionários efetivos desta prefeitura. Lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 28 de agosto de 2015.
ALINOR LESCOVITZ
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
DIRETOR

PORTARIA Nº. 385 DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.

PORTARIA Nº. 385 DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR, o Senhor ADEMAR DE OLIVEIRA CANTOVIK, para exercer suas funções no cargo de SUB DIRETOR – PC 07, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura. Lotada na Secretaria de Saúde deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de setembro de 2015.

ALINOR LESCOVITZ
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
DIRETOR

PORTARIA Nº. 386 DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.

PORTARIA Nº. 386 DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR o senhor JACOB DE ALMEIDA SCHEUER, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de SUB DIRETOR – PC 07. Lotado Secretaria na Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de setembro de 2015.

ALINOR LESCOVITZ
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

PORTARIA Nº. 387 DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.

PORTARIA Nº. 387 DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR, o Senhor JACOB DE ALMEIDA SCHEUER, para exercer suas funções no cargo de DIRETOR – PC 06, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 02 de setembro de 2015.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de setembro de 2015.

ALINOR LESCOVITZ
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
DIRETOR

PORTARIA Nº. 388 DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.

PORTARIA Nº. 388 DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, o senhor ALCIDES SCHROEDER, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, cargo de AUX SERVICOS GERAIS, carga horária de 200:00 horas mês. Lotado na Secretaria de Viação e Obras deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 02 de Setembro de 2015.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de Setembro de 2015.

ALINOR LESCOVITZ
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

PORTARIA Nº. 389 DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.

PORTARIA Nº. 389 DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, a senhora ANA PAULA IRENO, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, cargo de AUX SERVICOS GERAIS, carga horária de 200:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências do CMEI CLEA TRELA CASA KM 02, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 03 de Setembro de 2015.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de Setembro de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

PORTARIA Nº. 392 DE 10 DE SETEMBRO DE 2015.

PORTARIA Nº. 392 DE 10 DE SETEMBRO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, o senhor REGINALDO TEODORO DUBIELA, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, cargo de CONDU-TOR, carga horária de 200:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências da VIAÇÃO E OBRAS. Lotado na Secretaria de Viação e Obras deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 02 de setembro de 2015.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 10 de Setembro de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

PORTARIA Nº. 393 DE 10 DE SETEMBRO DE 2015.

PORTARIA Nº. 393 DE 10 DE SETEMBRO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, a senhora MIRIAN ALVES LOURENÇO, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, cargo de PROFESSORA, carga horária de 100:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências do CMEI ODILON PAZDA. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 08 de setembro de 2015.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 10 de Setembro de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

Tunápolis

PREFEITURA

DECRETO 1721/2015

Decreto nº 1.721/2015, de 21 de Outubro de 2015.

Homologação das inscrições do Edital de Concurso Público nº. 001/2015 e da outras providencias.

O Prefeito do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, homologa as inscrições relativas ao Edital de Concurso Público nº 001/2015.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologadas as inscrições do Concurso Público nº 001/2015 da Prefeitura Municipal de Tunápolis – SC, conforme segue:

ENGENHEIRO SANITARISTA Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
116154	Alexandre Stroeher	HOMOLOGADA
127378	Andre Matias Fideles	HOMOLOGADA
117155	Bruna Luisa Boni	HOMOLOGADA
127077	Carla Panho	HOMOLOGADA
116427	Carlos Henrique Langner	HOMOLOGADA
123262	Cristiane Bozzetto	HOMOLOGADA
123154	Douglas Matheus Da Silva	HOMOLOGADA
127531	Edivane Patricia Ganzer	HOMOLOGADA
116129	Emerson Souza	HOMOLOGADA
120954	Giovana Garlet	HOMOLOGADA
129689	Guilherme Barros	HOMOLOGADA
127526	Igor Bergmann	HOMOLOGADA
126628	Jacqueline Alexandre Martins	HOMOLOGADA
124607	Jacson Rodrigues Franca	HOMOLOGADA
127351	Janaina Goerck	HOMOLOGADA
115867	Juliane Cristina Dassow	HOMOLOGADA
120313	Luan Ariel Freisleben	HOMOLOGADA
126035	Maiara Ongaratto	HOMOLOGADA
131191	Maicon Deison Giralddi	HOMOLOGADA
114301	Maria Fernanda Rodriguez Hierro	HOMOLOGADA
128260	Matheus Willinghoefer	HOMOLOGADA
124863	Mayara Techio	HOMOLOGADA
113840	Samara Follmann	HOMOLOGADA
128690	Tainara Casa Nova Silva	HOMOLOGADA
123170	Tamara Boll	HOMOLOGADA
124104	Tiago Rambo Kochhann	HOMOLOGADA
113986	Vanessa Deisi Renz	HOMOLOGADA
123837	William Dill Arenhardt	HOMOLOGADA
ENGENHEIRO CIVIL Modalidade A		

Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
115487	Abrao Jaime De Moura Junior	HOMOLOGADA
130887	Alexandre Fernando Picoloto	HOMOLOGADA
123465	Allisson Augusto Zamboni	HOMOLOGADA
121331	Andre Felipe Schlickmann	HOMOLOGADA
131752	Andreza Frare	HOMOLOGADA
130898	Anelise Basso	HOMOLOGADA
128451	Antonio Caetano Vieira Moreira	HOMOLOGADA
116437	Ariel Paulo Bracht	HOMOLOGADA
115427	Carolina Gass	HOMOLOGADA
127658	Cleide Angele Hartmann	HOMOLOGADA
127620	Daniel Wilk Junior	HOMOLOGADA
130089	Daniela Andressa Saling	HOMOLOGADA
128089	Daniela De Lourdes Barboza Brito Da Silva	HOMOLOGADA
116514	Dayana Beatriz Pauli	HOMOLOGADA
128170	Denilson Kroetz	HOMOLOGADA
116266	Elisa Regina Petter	HOMOLOGADA
113921	Janaina Sehnem (Doador de sangue)	HOMOLOGADA
131707	Felipe Dalcin Dal Forno	HOMOLOGADA
114057	Fernanda Naue	HOMOLOGADA
124825	Fernando Trintinaglia	HOMOLOGADA
124289	Gabriel Antonio Ferreira	HOMOLOGADA
116406	Gustavo Henrique Libero	HOMOLOGADA
125474	Gustavo Sartori	HOMOLOGADA
116397	Iolanda Meier Lohmann	HOMOLOGADA
129257	Ismael Schneiders	HOMOLOGADA
114640	Fábio Trentin (Doador de sangue)	HOMOLOGADA
123634	Jefferson Grasel	HOMOLOGADA
117695	Jobert Luiz Gonçalves Resenes (Doador de sangue)	HOMOLOGADA
114007	Jose Adalberto Rodrigues Goncalves Junior	HOMOLOGADA
127672	Junior Jose Flach	HOMOLOGADA
116781	Leonardo Ives Massing Moreira	HOMOLOGADA
116475	Lucas Mazzoleni Pinto	HOMOLOGADA
127768	Luiz Guilherme Ferreira Lazaro	HOMOLOGADA
116383	Maisa Philippsen	HOMOLOGADA
128136	Marina Zanini	HOMOLOGADA
130606	Moacir Junior Meneguzzi Lazarotto	HOMOLOGADA
115736	Natalia Regina Casanova	HOMOLOGADA
123429	Pedro Caye	HOMOLOGADA
130990	Robison Franzen	HOMOLOGADA
127607	Ronyeri Thadeu Pereira	HOMOLOGADA

128093	Sidimar De Lara Paz	HOMOLOGADA
114267	Thais Mara Casagrande	HOMOLOGADA
120838	Thiago Backes	HOMOLOGADA
129745	Tiago Roberto Berwanger	HOMOLOGADA
131574	Valdemar Martins	HOMOLOGADA
131102	Vicenzo Freeze Agustini	HOMOLOGADA
MÉDICO Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
121318	Cristiano Bischoff	HOMOLOGADA
126252	Pedro Henrique Favero Cetolin	HOMOLOGADA
ENFERMEIRO Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
128954	Adriane Reis	HOMOLOGADA
116004	Agda Hemkemaier	HOMOLOGADA
125876	Andrea Paula Pinto	HOMOLOGADA
130761	Andreia Aparecida Fiorini Bomfim	HOMOLOGADA
122446	Andreia Cristina Nicolay Dos Santos	HOMOLOGADA
114063	Angela Gabriella Bischoff	HOMOLOGADA
131471	Ani Keli Cristina Rossini	HOMOLOGADA
113681	Barbara Brunetto Müller	HOMOLOGADA
117527	Bernadete Bueno De Camargo	HOMOLOGADA
124611	Bruna Anzolin	HOMOLOGADA
116578	Bruna Carla Villa	HOMOLOGADA
116733	Camila Soligo Bernardi	HOMOLOGADA
119335	Carin Daniela Doring	HOMOLOGADA
127603	Carla Diana Reichert	HOMOLOGADA
123311	Carlise Paludo	HOMOLOGADA
115495	Claci Chiele Baptistella	HOMOLOGADA
130881	Claudete Garcia Dos Santos	HOMOLOGADA
116573	Claudia De Medeiros	HOMOLOGADA
117492	Cristiane Marcia Lemos Ferreira	HOMOLOGADA
115866	Daiana Aparecida Walker Nascimento Rintzel	HOMOLOGADA
128102	Daiane Gabiatti	HOMOLOGADA
116690	Daniele Schoeninger	HOMOLOGADA
119582	Danielly Ferrari Dos Santos	HOMOLOGADA
128992	Debora Diana Casagrande	HOMOLOGADA
130351	Debora Elisabete Schutz Riese	HOMOLOGADA
125964	Deisi Flach Follmann	HOMOLOGADA
116067	Edina Junges	HOMOLOGADA
130330	Eliamar Baranoski	HOMOLOGADA
128564	Evelise Camargo	HOMOLOGADA
128293	Fabiana Erlo	HOMOLOGADA
116080	Fernanda Luisa Petry Vogt	HOMOLOGADA
116188	Franciele Schwaab	HOMOLOGADA

127186	Gardi Regina Weinhal	HOMOLOGADA
128077	Giovana Dallemole Paloschi	HOMOLOGADA
127494	Gisele Gasparetto Zavacki	HOMOLOGADA
120180	Giseli Elisa Da Silva	HOMOLOGADA
117906	Greisi Carla Gromann	HOMOLOGADA
118034	Iracema Cherobin Massing	HOMOLOGADA
124371	Jeniffer Da Silva	HOMOLOGADA
113355	Jociele Raquel Reichert	HOMOLOGADA
115957	Jorge Fernando Soares	HOMOLOGADA
114391	Juliana Ribeiro	HOMOLOGADA
116046	Jussara Fatima Rech	HOMOLOGADA
115963	Karine Theobald	HOMOLOGADA
119571	Karise Anelise Schmidt Ferreira	HOMOLOGADA
129739	Kellen Regina Schaurich	HOMOLOGADA
128245	Kyndia Pasqualon	HOMOLOGADA
130414	Larissa Dayane Furlanetto	HOMOLOGADA
116495	Laysa Cristina Dreyer	HOMOLOGADA
121328	Lediane Nicloti	HOMOLOGADA
116273	Leticia Aparecida Turatti	HOMOLOGADA
124077	Leticia Fatima Zangalli	HOMOLOGADA
114399	Luciane Bera	HOMOLOGADA
122351	Lucio Mauro De Araujo	HOMOLOGADA
128318	Maiara Ariane Nichel	HOMOLOGADA
116010	Marciane Tessaro	HOMOLOGADA
114142	Mariele Beckenkamp Kasparly	HOMOLOGADA
116744	Marielli Costa De Souza	HOMOLOGADA
127916	Marli Lazarotto	HOMOLOGADA
123509	Mayquelli Parmeggiani	HOMOLOGADA
130292	Moise Ruth Angnes	HOMOLOGADA
117806	Monica Bernardi	HOMOLOGADA
115943	Morgana Maura Brum Grade	HOMOLOGADA
131319	Natalia Cristina Da Silva	HOMOLOGADA
131443	Nelson Brandt	HOMOLOGADA
119159	Noeli Fatima Pereira	HOMOLOGADA
124356	Paola Franceschi Zanatta	HOMOLOGADA
129290	Paola Pressi	HOMOLOGADA
115667	Patricia Barbieri	HOMOLOGADA
118027	Paulo Jose Massing	HOMOLOGADA
131348	Rafaela Cordeiro Machado Florentino	HOMOLOGADA
118804	Sidiane De Lara Paz	HOMOLOGADA
124364	Silmara Fiore	HOMOLOGADA
131464	Silvana Brandt	HOMOLOGADA
130651	Simone Schmitt Bertoncello	HOMOLOGADA
115540	Solange Tareli (Doador de sangue)	HOMOLOGADA
118466	Tailine Cristina De Lucca	HOMOLOGADA
113513	Taise Aparecida Berwanger	HOMOLOGADA
113562	Taissana Dezanetti	HOMOLOGADA

116248	Talita Maria Cadona (Doador de sangue)	HOMOLOGADA
121896	Zana Andreia Da Silva	HOMOLOGADA
ASSISTENTE SOCIAL Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
129890	Aline Eloisa Scheuermann	HOMOLOGADA
118785	Catiana Vedana Casali	HOMOLOGADA
130862	Daniela Luiza Deters	HOMOLOGADA
121337	Ivanete Goncalves	HOMOLOGADA
129448	Marciane Althaus	HOMOLOGADA
131651	Marlene Terezinha Theisen	HOMOLOGADA
125023	Nadia Costacurta	HOMOLOGADA
113711	Patricia Comparin	HOMOLOGADA
130885	Siliane Meier	HOMOLOGADA
126701	Simone Carla Boito	HOMOLOGADA
116509	Simone Da Luz Reichert	HOMOLOGADA
130884	Simone Dill	HOMOLOGADA
118562	Tais Cristina Zanatta Lermen	HOMOLOGADA
AGENTE ADMINISTRATIVO Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
114452	Aline Kraemer	HOMOLOGADA
118869	Ana Cristina Oliveira Knop	HOMOLOGADA
116145	Anderson Kayser Muller	HOMOLOGADA
118157	Andrei Alencar Egewarth	HOMOLOGADA
122904	Angela Kraemer	HOMOLOGADA
130659	Arnaldo Bertoncello	HOMOLOGADA
116562	Carine Kaufmann	HOMOLOGADA
131093	Carine Wilges	HOMOLOGADA
116507	Caroline Felin (Doador de sangue)	HOMOLOGADA
113626	Cesar Roger Urnau	HOMOLOGADA
130976	Claudia Paulitsch	HOMOLOGADA
128254	Daiana Naue Schneider	HOMOLOGADA
116500	Daniel Baumgratz	HOMOLOGADA
116529	Daniela Dal Magro	HOMOLOGADA
118949	Daniela Mueller	HOMOLOGADA
131608	Daniele Flach	HOMOLOGADA
122589	Daniele Schneider	HOMOLOGADA
116430	Dayane Cristina Martinotto Maziero (Doador de sangue)	HOMOLOGADA
116694	Deisi Flach	HOMOLOGADA
124813	Deisi Tatiane Götz	HOMOLOGADA
124419	Diego Dill	HOMOLOGADA
121615	Diogo Marcal Pasqualli	HOMOLOGADA
131359	Dionatan Schaefer Lauschner	HOMOLOGADA
116757	Dionis Campagnaro	HOMOLOGADA
130344	Diully Sara Schroer Lazarotto	HOMOLOGADA

119107	Eduardo Kloh	HOMOLOGADA
131171	Eduardo Mannrich Dornel	HOMOLOGADA
116294	Elaine Da Silva Souza	HOMOLOGADA
124300	Eliana Bohnen	HOMOLOGADA
113577	Eliana Schafer	HOMOLOGADA
116386	Eliane Carbonara (Doador de sangue)	HOMOLOGADA
120738	Elias Souza Custodia	HOMOLOGADA
124116	Elisangela Vaz Kochhann	HOMOLOGADA
130567	Fernanda Engroff	HOMOLOGADA
116324	Franciele Staub	HOMOLOGADA
122881	Geisilaine Moras	HOMOLOGADA
113708	Glauucia Schneider	HOMOLOGADA
130707	Grassieli Schoninger	HOMOLOGADA
116098	Greicy Cristine Kosvoski	HOMOLOGADA
116405	Janaina Wilges	HOMOLOGADA
123796	Jones Schlickmann	HOMOLOGADA
116291	Joseli Teresinha Becker Hofmann	HOMOLOGADA
116417	Josenara Tais Heck	HOMOLOGADA
130935	Juarez Goerck	HOMOLOGADA
116072	Jussara Karal	HOMOLOGADA
122451	Kamille Hammerschmitt	HOMOLOGADA
119568	Linara Gossler	HOMOLOGADA
129212	Luciane Odete Tumelero Guerra	HOMOLOGADA
116396	Marceane Rohr	HOMOLOGADA
119600	Marcia Marlene Philippsen Machado	HOMOLOGADA
115462	Maria Eduarda Webber	HOMOLOGADA
116049	Mariane Baumgratz	HOMOLOGADA
116276	Mariane Bertol	HOMOLOGADA
120659	Marilene De Fatima Dalagustinho	HOMOLOGADA
130945	Marisa Schmuck Eidt	HOMOLOGADA
127680	Marisa Schweickert	HOMOLOGADA
130209	Marise Etges	HOMOLOGADA
130256	Maristela Veiga	HOMOLOGADA
121692	Micheli Specht	HOMOLOGADA
117526	Minandra Sehn	HOMOLOGADA
130687	Monica Hochscheidt	HOMOLOGADA
116214	Rodrigo Schuh	HOMOLOGADA
130909	Rosenilda De Sousa	HOMOLOGADA
116247	Silmara Thiel Do Nascimento	HOMOLOGADA
130653	Vanderlei Rossa	HOMOLOGADA
TÉCNICO EM INFORMÁTICA/ELETRICIDADE Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
123040	Adalmir Rossa	HOMOLOGADA
130274	Adilson Schroeder	HOMOLOGADA
130688	Andre Luiz Gava	HOMOLOGADA
115936	Blasio Dill	HOMOLOGADA

115952	Cassiano Oliveira	HOMOLOGADA
118796	Cloves Heck	HOMOLOGADA
127057	Dionathan Toillier	HOMOLOGADA
116058	Jonas Halmenschlager	HOMOLOGADA
129350	Maciel Naue	HOMOLOGADA
115798	Marcel Kloh	HOMOLOGADA
118225	Marcelo Sehnem	HOMOLOGADA
118705	Marcos Turani	HOMOLOGADA
131757	Rafael Foletto	HOMOLOGADA
114198	Regisson Vandoir Wennig	HOMOLOGADA
116102	Roger Schmeier	HOMOLOGADA
117115	Solange Lunkes	HOMOLOGADA
131401	Thiago Terhorst Rauber	HOMOLOGADA
124391	Weslei Luis Hammerschmitt	HOMOLOGADA
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
113661	Andreia Pazini	HOMOLOGADA
116287	Anita Henrich	HOMOLOGADA
125479	Carine Spies	HOMOLOGADA
125914	Carla Cristina Ulrich	HOMOLOGADA
115643	Cristiano Berwanger	HOMOLOGADA
116590	Daniela Rhoden (Doador de sangue)	HOMOLOGADA
117178	Elaine Ines Schaab	HOMOLOGADA
129547	Erci Teresinha Heck	HOMOLOGADA
123291	Evani Back	HOMOLOGADA
127590	Gelson Gauchinho Kesting	HOMOLOGADA
129899	Janete Frey Rambo	HOMOLOGADA
128403	Jocilene Taborda Rauch	HOMOLOGADA
130220	Ligia Maria Kühlkamp Scheren	HOMOLOGADA
127897	Lucia Nair Dill Franz	HOMOLOGADA
116391	Maiara Beckenkamp	HOMOLOGADA
121889	Maria Teresa Hochscheidt Junges	HOMOLOGADA
116362	Raquel Luiza Schoeninger Kunst	HOMOLOGADA
130454	Rosane Jaehn	HOMOLOGADA
129482	Valiria Klagenberg Francescon	HOMOLOGADA
AGENTE OPERACIONAL Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
116401	Amarildo Tadeu Meotti	HOMOLOGADA
127507	Francisco Nicolau Dill	HOMOLOGADA
125850	Jefferson Marcio Cabral Alves	HOMOLOGADA
130870	Leomar Rauber	HOMOLOGADA
126891	Maikon Paulata	HOMOLOGADA
120667	Protasio Luis Kuffel	HOMOLOGADA
131049	Ricardo Hochscheidt	HOMOLOGADA

116635	Romeu Michels	HOMOLOGADA
MECÂNICO Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
126127	Arisdeu Juchem	HOMOLOGADA
124385	Christian Neiss	HOMOLOGADA
115496	Cleber Cesar Favero	HOMOLOGADA
128282	Everton Henrique Linn	HOMOLOGADA
130440	Fernando Lisot	HOMOLOGADA
121729	Gilnei Thome Bourscheidt	HOMOLOGADA
123718	Henrique Mathias Anschau	HOMOLOGADA
129462	Irineu Kossmann	HOMOLOGADA
120890	Marciel Tessaro	HOMOLOGADA
120178	Neodir Immig	HOMOLOGADA
116539	Pedro Heck	HOMOLOGADA
128311	Sandro Luiz Konzen	HOMOLOGADA
AUXILIAR DE MANUTENÇÃO DE HIDRÁULICA Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
124384	Adilson Prasido Borba	HOMOLOGADA
117799	Giliard Schaefer	HOMOLOGADA
130216	Jair Luis Scheren	HOMOLOGADA
115560	Leandro Welchen	HOMOLOGADA
MOTORISTA DE VEÍCULOS DE PASSAGEIROS Modalidade B		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
127473	Adair De Vargas	HOMOLOGADA
131688	Adilson Gretzler	HOMOLOGADA
115669	Calixto Habacuc Wolfart	HOMOLOGADA
127344	Carlito Eidt	HOMOLOGADA
114159	Clair Hertes	HOMOLOGADA
127381	Claudir Staub	HOMOLOGADA
116331	Cleiton Fritzen	HOMOLOGADA
116707	Elionei Tiago Formagini	HOMOLOGADA
126351	Elisandro Both	HOMOLOGADA
115899	Fabio Giordani	HOMOLOGADA
129779	Fernando Guerra	HOMOLOGADA
121900	Hugo Urbano Konzen	HOMOLOGADA
116674	Ismael Pereira	HOMOLOGADA
130446	Ivan Roberto Pauli	HOMOLOGADA
130891	Jair Luis Rempel	HOMOLOGADA
117939	Laerte Hofmann	HOMOLOGADA
115110	Leandro Ficher Machado	HOMOLOGADA
119561	Leonir Joao Chielle	HOMOLOGADA
131346	Marcelo Todescato	HOMOLOGADA
128399	Marcos Friedrich	HOMOLOGADA

115949	Nedio Dalla Picola	HOMOLOGADA
130894	Osvanir Carlos Nalin	HOMOLOGADA
128543	Rafael Giacomo Gava Guerra	HOMOLOGADA
114496	Ricardo Betu	HOMOLOGADA
127625	Ricardo Buche	HOMOLOGADA
122493	Rubio Adriano Frizon	HOMOLOGADA
116528	Sandra Verissimo	HOMOLOGADA
124379	Tiago Jose Schroeder	HOMOLOGADA
121916	Valdecir Ebbing	HOMOLOGADA
127972	Valdir Kummer	HOMOLOGADA
129877	Valmir Rossa	HOMOLOGADA

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunápolis – SC, 21 de Outubro de 2015.
 ENOI SCHERER
 Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na
 Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER
 Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO 1722/2015

Decreto nº 1.722/2015, de 21 de Outubro de 2015.

Homologação das inscrições do Edital de Processo Seletivo nº. 02/2015 e da outras providencias.

O Prefeito do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, homologa as inscrições relativas ao Edital de Processo Seletivo nº 02/2015.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologadas as inscrições do Processo Seletivo nº 02/2015 da Prefeitura Municipal de Tunápolis – SC, conforme segue:

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
116498	Alice De Almeida Santana	HOMOLOGADA
121360	Aline Theobald Klunck	HOMOLOGADA
128976	Andreia De Andrade Moraz	HOMOLOGADA
129140	Andressa Sartori	HOMOLOGADA
115191	Ariane Luiza Fellini Constante	HOMOLOGADA
118204	Camila Luiza Schmidt	HOMOLOGADA
124900	Camila Sueli Manfe	HOMOLOGADA
127785	Carin Wehrmann Watthier	HOMOLOGADA
116369	Cleunice Bourscheid	HOMOLOGADA
118833	Cleusa Kaufmann	HOMOLOGADA
117152	Cristiane Welchen	HOMOLOGADA
115132	Daiana Hochscheidt	HOMOLOGADA
116589	Daiana Lucia Villa	HOMOLOGADA

127630	Daniela Geremia	HOMOLOGADA
125536	Daniele Schneider	HOMOLOGADA
126224	Denise Scherer Buche	HOMOLOGADA
119895	Eliane Marta Degenhart	HOMOLOGADA
129743	Elizandra Girardi Dotti	HOMOLOGADA
118789	Elizane Favero Burin	HOMOLOGADA
124101	Ivania Ott	HOMOLOGADA
119066	Jocilene Juliana Nievinski Pasini (Doador de sangue)	HOMOLOGADA
116749	Juliane Schemmer	HOMOLOGADA
116887	Justina Vivian	HOMOLOGADA
124401	Laine Lorenski	HOMOLOGADA
116521	Leila Carla Rauch	HOMOLOGADA
120709	Leoni Scheren Mombach	HOMOLOGADA
124083	Lisete Frey Steffen	HOMOLOGADA
116568	Luciane Schlickmann	HOMOLOGADA
115454	Marciane Rohden Toillier	HOMOLOGADA
128168	Marcele Luize Kessler	HOMOLOGADA
127232	Marieli Leticia Eich	HOMOLOGADA
117790	Marilei Christ Lehnhoff	HOMOLOGADA
115911	Marizete Fatima Basso Trevizan	HOMOLOGADA
121779	Marlize Regines Moras	HOMOLOGADA
116552	Michele Gassen	HOMOLOGADA
125143	Naiana Constante De Oliveira	HOMOLOGADA
118596	Rose Mere Sulzbacher Matte	HOMOLOGADA
127810	Sirlei Marafon	HOMOLOGADA
128682	Suelyn Caroline Reis	HOMOLOGADA
118871	Tania Berenice Schwengber (Doador de sangue)	HOMOLOGADA
116321	Thaise Marcia Gotz	HOMOLOGADA

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS - HABILITADO | Modalidade A

Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
116186	Alessandra Kerber	HOMOLOGADA
116499	Alice De Almeida Santana	HOMOLOGADA
128977	Andreia De Andrade Moraz	HOMOLOGADA
115192	Ariane Luiza Fellini Constante	HOMOLOGADA
118205	Camila Luiza Schmidt	HOMOLOGADA
129734	Camila Sueli Manfe	HOMOLOGADA
119450	Cirlene Royer Ceolin	HOMOLOGADA
115133	Daiana Hochscheidt	HOMOLOGADA
116639	Daiana Lucia Villa	HOMOLOGADA
127693	Dalvana Franzone	HOMOLOGADA
127631	Daniela Geremia	HOMOLOGADA
128916	Denise Scherer Buche	HOMOLOGADA
119897	Eliane Marta Degenhart	HOMOLOGADA
129744	Elizandra Girardi Dotti	HOMOLOGADA
118790	Elizane Favero Burin	HOMOLOGADA

124365	Fernanda Paparella Viapiana	HOMOLOGADA
124402	Laine Lorenski	HOMOLOGADA
116522	Leila Carla Rauch	HOMOLOGADA
120710	Leoni Scheren Mombach	HOMOLOGADA
127379	Liane Jacinta Finger Heck	HOMOLOGADA
128615	Luana Heberle	HOMOLOGADA
116569	Luciane Schlickmann	HOMOLOGADA
115455	Marciane Rohden Toillier	HOMOLOGADA
128169	Marciele Luize Kessler	HOMOLOGADA
116423	Maria Elisabete Sigolin	HOMOLOGADA
120656	Marilene De Fatima Dalagustinho	HOMOLOGADA
116400	Marilene Oswald	HOMOLOGADA
121780	Marlize Regines Moras	HOMOLOGADA
116553	Michele Gassen	HOMOLOGADA
125144	Naiana Constante De Oliveira	HOMOLOGADA
127636	Neide Kreisig	HOMOLOGADA
118872	Tania Berenice Schwengber (Doador de sangue)	HOMOLOGADA
118323	Tatiane Weiss Justen (Doador de sangue)	HOMOLOGADA
116322	Thaise Marcia Gotz	HOMOLOGADA
**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
116448	Acidio Pecos Valduga	HOMOLOGADA
116504	Cleiton Kist	HOMOLOGADA
116490	Fatima Bisutti	HOMOLOGADA
118779	Fernando Rempel	HOMOLOGADA
116172	Juliana De Maman	HOMOLOGADA
124136	Kerli Cristina Welchen	HOMOLOGADA
115917	Maise Mariga (Doador de sangue)	HOMOLOGADA
115865	Sinara Bieger	HOMOLOGADA
116175	Tatiane Spaniol Walker	HOMOLOGADA
118787	Vanderlei Bortoluzzi	HOMOLOGADA
SEGUNDO PROFESSOR DE TURMA - HABILITADO Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
119451	Cirlene Royer Ceolin	HOMOLOGADA
124102	Ivania Ott	HOMOLOGADA
125484	Leidiana Katia Konflanz	HOMOLOGADA
117791	Marilei Christ Lehnhoff	HOMOLOGADA
118597	Rose Mere Sulzbacher Matte	HOMOLOGADA
118324	Tatiane Weiss Justen (Doador de sangue)	HOMOLOGADA
PROFESSOR DE ARTES - HABILITADO Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
128286	Carolina Thomas	HOMOLOGADA
117222	Clarice Giordano	HOMOLOGADA

127433	Claudia Paulina Schneider Azevedo	HOMOLOGADA
PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA (ALEMÃO) - HABILITADO Modalidade A		
Nenhum candidato com a inscrição HOMOLOGADA neste cargo.		
PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA (INGLÊS) - HABILITADO Modalidade A		
Nenhum candidato com a inscrição HOMOLOGADA neste cargo.		
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HABILITADO Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
131731	Andreia Neiss	HOMOLOGADA
114476	Dayane Bieger	HOMOLOGADA
127955	Debora Alana Flach	HOMOLOGADA
119332	Diane Ott Lauschner	HOMOLOGADA
125164	Fernanda Luiza Schoenberger	HOMOLOGADA
115058	Francieli Bottega Schneider	HOMOLOGADA
125491	Joice Roden Schlickmann	HOMOLOGADA
116416	Josenara Tais Heck	HOMOLOGADA
115353	Juciele Scherer	HOMOLOGADA
116160	Juliane Giordani	HOMOLOGADA
120174	Leane Flach Kuhn	HOMOLOGADA
130905	Marciele Schaefer	HOMOLOGADA
128520	Marciele Tais Melz Grings	HOMOLOGADA
125477	Marilei Furtuoso Bolsoni	HOMOLOGADA
128812	Marisa Kautzmann	HOMOLOGADA
130474	Marli Terezinha Putrick	HOMOLOGADA
116466	Riciane Foletto (Doador de sangue)	HOMOLOGADA
121813	Sirleni Dill Bazzo	HOMOLOGADA
PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS - NÃO HABILITADO Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
131732	Andreia Neiss	HOMOLOGADA
127963	Debora Alana Flach	HOMOLOGADA
125165	Fernanda Luiza Schoenberger	HOMOLOGADA
121321	Flaviani Claudia Carboni	HOMOLOGADA
125492	Joice Roden Schlickmann	HOMOLOGADA
120175	Leane Flach Kuhn	HOMOLOGADA
116467	Riciane Foletto (Doador de sangue)	HOMOLOGADA
121814	Sirleni Dill Bazzo	HOMOLOGADA
127154	Vania Ines Wegner	HOMOLOGADA
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - NÃO HABILITADO Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
127386	Anderson Luis Deters	HOMOLOGADA

126704	Denise Schmitz	HOMOLOGADA
119082	Ricardo Angelo Casagrande	HOMOLOGADA
123753	Stefano Becker Kothe	HOMOLOGADA
PROFESSOR DE ARTES - NÃO HABILITADO Modalidade A		
Nenhum candidato com a inscrição HOMOLOGADA neste cargo.		
PROFESSOR DE ALEMÃO - NÃO HABILITADO Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
128285	Carolina Thomas	HOMOLOGADA
130925	Diully Sara Schroer Lazarotto	HOMOLOGADA
PROFESSOR DE INGLÊS - NÃO HABILITADO Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
130926	Diully Sara Schroer Lazarotto	HOMOLOGADA
125537	Silvana Nyland Stuelp	HOMOLOGADA
INSTRUTOR DE PATINAÇÃO Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
116173	Juliana De Maman	HOMOLOGADA
INSTRUTOR DE DANÇA COREOGRÁFICA Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
127432	Claudia Paulina Schneider Azevedo	HOMOLOGADA

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunápolis – SC, 21 de Outubro de 2015.
ENOI SCHERER
Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO 1723/2015

DECRETO Nº. 1723/2015, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Legislação vigente e:

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO em todo o território do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no dia 29 de outubro de 2015, em virtude das comemorações do dia do servidor público municipal.

Art. 2º Todas as repartições públicas municipais estarão fechadas neste dia, exceto os serviços emergências e de urgência, além dos trabalhos de vigia e fornecimento de água.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste ato correrão à conta dos créditos orçamentários vigentes.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,
aos 22 de outubro de 2015.
ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal

Este Ato foi publicado
na presente data.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico em Controladoria Interna.

DECRETO 1724/2015

Decreto 1724/2015 de 22 de outubro de 2015.

Nomeia os membros da Comissão para análise das solicitações encaminhadas do Residencial Viver Bem, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal nº 1.139/2013 de 10 de outubro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão para análise das solicitações encaminhadas pelos mutuários para o Residencial Viver Bem, a qual deverá classificar em ordem de maior pontuação as famílias inscritas, composta pelos seguintes membros: Bruno Lengert, Franciele Staub e Cleverson Inácio Kerkhoff.

Art. 2º Os critérios na análise dos interessados, serão pela seguinte ordem:

- 1 – que possuam até a data em vigor da presente Lei, medida judicial ou recomendação do Ministério Público a seu favor;
- 2 – que tenham no mínimo três anos de residência no Município;
- 3 – que possuam portadores de necessidades especiais;
- 4 – que tenham o maior número de filhos;
- 5 – mães chefes de família e ou pais cuidadores dos filhos;
- 6 – idosos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, SC,
Em, 22 de outubro de 2015.
ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Este Decreto foi publicado
em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico em Controladoria Interna.

PORTARIA 3931/2015

PORTARIA Nº. 3.931/2.015
Em 13 de Outubro DE 2.015

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 025/2010 de 21 de dezembro de 2010, alterada pela Lei Complementar 30/2011;

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, JOSÉLI TERESINHA BECKER HOFMANN, do cargo de COORDENADORA DE SANEAMENTO BÁSICO MUNICIPAL, cargo este de provimento em Comissão, nível DAS 1, A-01, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, neste Município.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 13 de Outubro de 2.015.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

PORTARIA 3932/2015

PORTARIA Nº. 3.932/2015

Em 13 de Outubro de 2015

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Legislação vigente, baseada na Lei Complementar 13/2006, artigo 73;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder "LICENÇA PRÊMIO", a servidora efetiva JANETE THEISEN ETGES, Portaria de Nomeação nº. 335/1996, com o cargo efetivo de PROFESSORA.

Período de Aquisição: 31.01.05 a 30.01.10 (saldo 30 dias)

Fruição: 26/10 à 25/11/2015 perfazendo 30 dias, sendo que os demais 30 (trinta) dias serão fruídos a posteriori.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos no período estipulado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 13 de Outubro de 2.015.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada
na presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

PORTARIA 3933/2015

PORTARIA Nº. 3.933/2015

Em 13 de Outubro de 2015

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar: Bruno José Heberle, Leocádia Thomas Welter e Sérgio Luís Eidt, brasileiros, servidores públicos municipais,

residentes e domiciliados no município, sob a presidência do primeiro, para comporem a COMISSÃO MUNICIPAL DO PROCESSO SELETIVO, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para organizar, coordenar, fiscalizar os atos dos processos, instaurados através do Edital nº. 003/2015.

Art. 2º - Compete a Comissão: avaliar as inscrições dos candidatos, verificar quanto a publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para a concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal. Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 13 de Outubro de 2.015.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

PORTARIA 3934/2015

PORTARIA Nº. 3.934/2015.

Em 13 de Outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 027/2011 e alterações, bem como o Edital de Processo Seletivo SMECETT nº 07/2014;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR POR TÉRMINO DE CONTRATO, o (a) professor (a) CAMILA LUIZA SCHMIDT, do cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, lotada na Secretaria Municipal de Educação, neste município.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 13 de Outubro de 2015.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

VIANEI LUÍS HAMMERSCHMITT

Secr. Munic. Educação Cultura e Esportes

Esta Portaria foi publicada
na presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

PORTARIA 3935/2015

PORTARIA Nº. 3.935/2015

Em 14 de Outubro de 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 025/2010 de 21 de dezembro de 2010 e atualizações;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER, RAFAELA MATTE, no cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, progressão no nível ATM 1 A-04 para o nível ATM 1 B-05.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01 de Outubro de 2.015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 14 de Outubro de 2.015.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

PORTARIA 3936/2015

PORTARIA Nº. 3.936/2015

Em 14 de Outubro de 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 025/2010 de 21 de dezembro de 2010 e atualizações;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER, DANIEL TIBOLA, no cargo efetivo de OPERADOR DE EQUIPAMENTO PESADO, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, progressão no nível TSG 5 A-13 para o nível TSG 5 B-14.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01 de Outubro de 2.015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 14 de Outubro de 2.015.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

PORTARIA 3937/2015

PORTARIA Nº. 3.937/2015

Em 14 de Outubro de 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 025/2010 de 21 de dezembro de 2010 e atualizações;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER, EDUARDO MACHADO, no cargo efetivo de ODONTÓLOGO - ESF, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, progressão no nível ANS 5 A-10 para o nível ANS 5 B-11.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01 de Outubro de 2.015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 14 de Outubro de 2.015.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

PORTARIA 3938/2015

PORTARIA Nº. 3.938/2015.

Em 16 de Outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 027/2011 e alterações, bem como o Edital de Processo Seletivo SMECETT nº 07/2014;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR POR TÉRMINO DE CONTRATO, o (a) professor (a) MARCIANE RHODEN TOILLIER, do cargo de PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL – SÉRIES INICIAIS, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, neste município.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em 24 de Outubro de 2.015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 16 de Outubro de 2015.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

VIANEI LUÍS HAMMERSCHMITT

Secr. Munic. Educação Cultura e Esportes

Esta Portaria foi publicada
na presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Turvo

PREFEITURA

DECRETO 50/2015

DECRETO Nº 050/15, de 16 de Outubro de 2015.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.222/14 (Lei Orçamentária Anual), de 12/12/2014. DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais) assim classificados:

07.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

15.452.0007.1.004 – VIAS URBANAS PAVIM. PAS. PÚBLICOS E PRAÇAS PÚBLICAS

4.4.90.00.00.00.00.00.0080.0 (080) – Aplicações Diretas R\$ 110.000,00

26.782.0044.2.019 – MANUT. DA SECRET. DE TRANSP. OBRAS E SERV. PÚBLICOS

3.3.90.00.00.00.00.00.0080.0 (085) – Aplicações Diretas R\$ 160.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do excesso de arrecadação da Fonte 0080 no valor de R\$ 270.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 16 de outubro de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 333/2015

PORTARIA Nº 333/15, de 15 de Outubro de 2015.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

Considerando que a servidora encontra-se em Período Gestacional,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 15 de Fevereiro de 2016 a contratação da Servidora abaixo relacionada, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Auxiliar de Serviços Gerais I, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF MATRÍCULA

Vanessa Rovaris dos Santos 101.770.459-73 3329

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 15 de outubro de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 334/2015

PORTARIA Nº 334/15, de 15 de Outubro de 2015.

NOMEIA PROFESSOR IV, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014-SME o Servidor abaixo relacionado, com carga horária de 20 (vinete) horas semanais, para exercerem a função pública de Professor IV, do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei, em substituição a servidora DAIANA MOSER que se encontra em Auxílio Doença.

NOME CPF DISCIPLINA LOCAL DE TRABALHO

Francisca Pereira 087.442.739-83 Física E. M. São Luiz

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 15 de Outubro de 2015 e encerrará em 05 de Novembro de 2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 15 de outubro de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 335/2015

PORTARIA Nº 335/15, de 20 de Outubro de 2015.

NOMEIA COMISSÃO PARA SUPERVISIONAR O PROCESSO SELETIVO Nº 004/2015 - SME, PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE PROFISSIONAIS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Legislação vigente,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear ROBERTO CARLOS PATEL, CPF nº 652.650.099-49, ROSANGELA TEIXEIRA, CPF nº 967.181.299-68 e ELIANE

RODRIGUES FREITAS CASTELLER, CPF Nº 904.546.349-00, para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão para supervisionar o Processo Seletivo nº 004/2015 - SME, para contratação em caráter temporário de profissionais na área da Educação, para o Ano Letivo de 2016, sem remuneração para o desempenho das atividades.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 20 de outubro de 2015.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 336/2015

PORTARIA Nº 336/15, de 20 de Outubro de 2015.
NOMEIA COMISSÃO PARA SUPERVISIONAR O PROCESSO SELETIVO Nº 005/2015 – PMT, PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE SERVIDORES PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE OBRAS E AGRICULTURA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Legislação vigente,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear ROBERTO CARLOS PATEL, CPF nº 652.650.099-49, NESTOR RECO, CPF nº 477.669.809-91 e BERNARDETE BIZ SOUZA, CPF nº 894.603.919-15, para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão para supervisionar o Processo Seletivo nº 005/2015 - PMT, para contratação em caráter temporário de servidores para as Secretarias de Obras e Agricultura, sem remuneração para o desempenho das atividades.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 20 de outubro de 2015.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 337/2015

PORTARIA No 337/15, de 20 de Outubro de 2015.
NOMEIA LEILOEIRA

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Legislação vigente,

RESOLVE

Art. 1º. Nomear a Sra. SOELI FATIMA FERNANDES, CPF nº 066.356.759-90, CI nº 4.209.669, Leiloeira Oficial do Município de Turvo e como membros o Sr. NESTOR RECO, CPF nº 477.669.809-91, CI nº 1.323.907 e a Sra. BERNARDETE BIZ SOUZA, CPF nº 894.603.919-15, CI nº 2.399.793.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria no 348/14, de 27 de Outubro de 2014.

Turvo (SC), 20 de outubro de 2015.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 338/2015

PORTARIA Nº 338/15, de 21 de Outubro de 2015.
NOMEIA ENFERMEIRO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo nº 002/2015 - SMS, a servidora abaixo relacionada, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Enfermeiro, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.
NOME CPF
Andresa Pavei 039.538.089-82

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 21 de Outubro de 2015 e encerrará em 03 de Agosto de 2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 21 de outubro de 2015.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 339/2015

PORTARIA Nº 339/15, de 21 de Outubro de 2015.

NOMEIA MÉDICO VETERINÁRIO E TELEFONISTA EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear através do Processo Seletivo nº 003-2015 - PMT, a Sra. GABRIELA ZACCARON MARCON, CPF nº 062.676.139-50, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para exercer a função pública de Médico Veterinário, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Nomear através do Processo Seletivo nº 003-2015 - PMT, a Sra. DARA ELIAS DARABAS, CPF nº 110.312.519-28, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Telefonista, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 3º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º e 2º desta Portaria, iniciará em 21 de Outubro de 2015 e encerrará em 20 de Outubro de 2016.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 21 de outubro de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

União do Oeste

CÂMARA MUNICIPAL

SUSPENSÃO CONCURSO PÚBLICO

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE-SC

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE UNIÃO DO OESTE

EXTRATO DE SUSPENSÃO DO EDITAL Nº 001/2015

A Câmara Municipal de Vereadores de União do Oeste-SC, através do seu Presidente, torna público que está suspenso, por recomendação do Ministério Público, o Concurso Público para provimento de cargos efetivos do quadro de pessoal do Município, referente ao edital Nº 001/2015. O Concurso permanece suspenso até que a Câmara de Vereadores faça as devidas correções e providencie as adequações necessárias ao cumprimento das normas legais e constitucionais. Os resultados das alterações serão publicados nos sítios eletrônicos www.camarauniaodoeste.sc.gov.br e www.nwclassifica.com.br, e na sede da Câmara de Vereadores de União do Oeste.

União do Oeste - SC, 22 de Outubro de 2015.

Algemiro Alves Maciel

Presidente da Câmara de Vereadores

Urussanga

PREFEITURA

LEI 2.740

LEI 2.740, de 19 de outubro de 2015.

AUTORIZA O SAMAE DE URUSSANGA A MOVIMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

JOHNNY FELIPPE, PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a presente lei.

Art.1º Fica o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Urussanga, autorizado a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

17.512.0017.4.030 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E TÉCNICOS
3.3.90.00.00.00.00.1001 – Aplicações DiretasR\$120.000,00

Art. 2º Fica igualmente autorizado a anular a seguinte dotação orçamentária:

17.512.0017.3.004 – INVESTIMENTOS NOS SISTEMAS DE ÁGUA E ESGOTO
4.4.90.00.00.00.00.1001 – Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 19 de outubro de 2015.

JOHNNY FELIPPE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria de Administração e Finanças, aos dezanove dias do mês de outubro de 2015.

JOANINHA COPETTI

Assistente Administrativo

TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO Nº 56/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Extrato do Termo de Rescisão Amigável do Contrato nº 56/2015

Data de assinatura: 22/10/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/FMS

Contratado: MF DE ALMEIDA CIA E LTDA

CNPJ/CPF: 05.021.932/0001-34

Processo de Licitação n.º 51/2014/FMS

Objeto: fornecimento parcelado de material odontológico.

Videira

PREFEITURA

ADITIVO Nº 112/2015 - PMV

Termo Aditivo nº 112/2015

Contrato/Ata nº: CT nº 14/2015

Processo: CC nº 03/2014- PMV

Contratado: AGÊNCIA DE PUBLICIDADE TIG LTDA

Objeto: Aditar o Contrato de Prestação de Serviços nº 14/2015, com o fim de INCLUIR ao item 6.1 da Cláusula 6ª, a importância de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais) para cumprimento das despesas.

Valor: R\$ 85.000,00.

Data: 21/10/2015.

DECRETO Nº 12.486/15

DECRETO Nº 12.486/15, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.185/14, de 10 de dezembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 645.000,00 (seiscentos e quarenta e cinco mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

07 – Secretaria Municipal de Educação	
03 – Departamento de Ensino Infantil	
2.039 – Manutenção do Fundeb - Ensino Infantil	
3.1.91.00.00.00.00.00.00.01.0010 – Aplicações Diretas	25.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0010 – Aplicações Diretas	10.000,00
03 – Secretaria Municipal de Administração	
02 – Encargos Especiais	
2.020 – Amortização e Encargos da Dívida	
3.2.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas	290.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas	320.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	645.000,00

Art. 2º As suplementações, a que se refere o artigo anterior, correrão à conta do excesso de arrecadação do exercício de 2015 dos recursos do Fundeb e dos recursos próprios.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.487/15

DECRETO Nº 12.487/15, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto nas Leis nº 3.282/15, de 1º de outubro de 2015 e 3.291/15, de 21 de outubro de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 485.791,04 (Quatrocentos e oitenta e cinco mil setecentos e noventa e um reais e quatro centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.063 – Atenção Básica	
3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0064.10 – Aplicações Diretas	90.610,00
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.064 – Atenção de Média e Alta Complexidade	
3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0065.20 – Aplicações Diretas	50.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.00.03.0065.20 – Aplicações Diretas	25.181,04
3.3.50.00.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	130.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0065.17 – Aplicações Diretas	150.000,00
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.065 – Vigilância Epidemiológica e Promoção da Saúde	
3.1.90.00.00.00.00.00.00.03.0066.16 – Aplicações Diretas	20.000,00
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.066 – Vigilância Sanitária	
3.1.90.00.00.00.00.00.00.03.0049.0 – Aplicações Diretas	20.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	485.791,04

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de 2014, excesso de arrecadação de 2015 e anulação total ou parcial das seguintes dotações:

15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.064 – Atenção de Média e Alta Complexidade	
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0065.20 – Aplicações Diretas	50.000,00
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.066 – Vigilância Sanitária	

4.4.90.00.00.00.00.00.03.0049.0 – Aplicações Diretas	20.000,00
--	-----------

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.747/15

DECRETO Nº 12.474/15, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015.

Nomeia Médico

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, GILEYRE RINALDI FAVATO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2015, homologado em 20 de julho de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 16 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0004/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0004/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARLI TEREZINHA GOMES DE OLIVEIRA

CPF: 527.905.769-04

VIGÊNCIA: de 05 de janeiro de 2015 até 31 de outubro de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0223/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0223/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: ANTONIO DA CRUZ

CPF: 665.342.409-04

VIGÊNCIA: de 10 de abril de 2015 até 30 de março de 2016

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0242/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0242/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: VALDOMIRO ANTUNES DE SOUZA

CPF: 183.262.699-72

VIGÊNCIA: de 04 de maio de 2015 até 30 de março de 2016

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0351/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0351/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ALESSANDRA RODRIGUES

CPF: 040.658.579-29

VIGÊNCIA: de 06 de agosto de 2015 até 22 de dezembro de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0463/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0463/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: ANDERSON GONDIM ROQUE

CPF: 056.998.987-60

VIGÊNCIA: de 15 de maio de 2014 até 31 de outubro de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

LEI COMPLEMENTAR Nº 164/15

LEI COMPLEMENTAR Nº 164/15, DE 21 DE OUTUBRO 2015.

Acrescenta o Artigo 117-A na Lei nº 069/85 - Código Tributário Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica acrescido o artigo 117-A na Lei nº 069/85, com a seguinte redação:

117-A - As isenções previstas nos incisos VII e VIII do artigo 18 para o Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana, serão requeridas uma única vez, a qualquer tempo.

§ 1º Satisfeitas as condições da isenção, a Secretaria competente expedirá certidão comprobatória de isenção, destacando na mesma os fundamentos legais da sua concessão;

§ 2º Cessados quaisquer das condições que autorizam a isenção, o contribuinte comunicará o fato à Secretaria competente;

§ 3º O descumprimento da norma estatuída no § 2º deste artigo, caracterizará sonegação fiscal e sujeitará o contribuinte às penalidades previstas na legislação municipal pertinente.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 21 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0747/15

PORTARIA nº 0747/15

Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 16.209/2015, nomeada pela Portaria nº 0690/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no parágrafo único do art. 278, da Lei Complementar nº 129/12, e do despacho da presidente da Comissão de Sindicância;

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 23 de outubro de 2015, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 16.209/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 23 de outubro de 2015.

Videira, 20 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 168/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 168/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 168/2015 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE KITS ESCOLARES (MATERIAL ESCOLAR) PARA ATENDER OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 13:00 horas do dia 17/11/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 13:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 22 de Outubro 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 169/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 169/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 169/2015 - PMV. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL IMPRESSO PARA SER UTILIZADO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE EDUCAÇÃO NA PROTEÇÃO AOS ANIMAIS NAS ESCOLAS E EM DIVERSOS SEGMENTOS NA ÁREA, PELA SECRETARIA DE AGRICULTURA E COMUPAVI. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 15:00 horas do dia 06/11/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 15:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 22 de Outubro 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 0076/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0076/2015, tendo como objeto a Serviços de Transporte do Efetivo do Corpo de Bombeiros Militar de Xanxerê e 02 Cães, com Veículo Micro-ônibus, para a Cidade de Goiânia-GO, com saída dia 08/11/15 e retorno dia 13/11/15. O recebimento das propostas será até às 13:45h, do dia 06/11/2015, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 14:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br.

Xanxerê-SC, 22 de outubro de 2015. Ademir José Gasparini – Prefeito Municipal.

DECRETO Nº AJG 211/2015

DECRETO Nº AJG 211/2015

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito Municipal de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907/06, de 12 de julho de 2006, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município, e Considerando a ordem de classificação dos candidatos ao cargo de médico infectologista no Concurso Público Municipal, edital nº 001/2015, homologado pelo Decreto Municipal n.º AJG 078/2015, de 08/04/2015;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado o senhor Hugo Vladimir Noal da Silva, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na cidade de Chapecó, SC, inscrito no CPF sob nº 736.992.680-04, portador da Cédula de Identidade 6.492.928, expedida pela SSP/SC, inscrito no CRM/SC sob nº 9106, para o cargo de MÉDICO INFECTOLOGISTA, com carga horária de 10 (dez) horas semanais e vencimento previsto no Anexo I, da Lei Complementar nº BLB 3376/11 de 23 de novembro de 2011, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 21 de outubro de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

ERRATA PREGÃO ELETRÔNICO 0013/2015

ERRATA PREGÃO ELETRÔNICO 0013/2015

O Município de Xanxerê/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Ademir José Gasparini, retifica a publicação realizada no dia 22/10/2015, no Diário Oficial dos Municípios, página nº 545, Retificando o texto, onde se lê: 18 de outubro de 2015, lê-se: 18 de novembro de 2015

Xanxerê/SC, 22 de outubro de 2015. Ademir José Gasparini – Prefeito Municipal.

EXTRATO 2 ADITIVO AO CONTRATO Nº 0074/13

Extrato 2º Aditivo ao Contrato nº 0074/2013

Locatário: O Município de Xanxerê.

Locador: Euzébio Almeida

Objeto: Locação de Apartamento destinada a Médico do Programa Mais Médicos do Governo Federal.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por mais 12 meses, contados a partir de 11 de outubro de 2015 vigorando até 10 de outubro de 2016, conforme ofício anexo.

Xanxerê-SC, 09 de outubro de 2015. Ademir Jose Gasparini - Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº RH AJG 230/2015

PORTARIA Nº RH-AJG 230/2015

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3109/09. RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 22.10.2015 a 20.11.2015, a Servidora Pública Municipal Sra. LUCIANA PACHECO, Brasileira, solteira, portadora da CI Nº 5519709 e CPF Nº 069.801.439-13, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – SC. Nomeada conforme Decreto nº BLB 118/2012 no cargo de SERVIÇOS GERAIS, com 40 (quarenta) horas semanais vinculada a Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob nº 03945/2015. Datado de 21.10.2015.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de: 01.08.2012 a 31.07.2015: 30 (trinta) dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a Licença Prêmio na data de 21.10.2015. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 22 de Outubro de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

Consórcios

CIGA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 05/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 05/2015

O Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), no uso de suas atribuições previstas no art. 20, I, do Contrato de Consórcio do CIGA, visando atender ao disposto no art. 19 do Contrato de Consórcio Público do CIGA,

CONVOCA:

Os senhores prefeitos pertencentes ao Conselho de Administração e Conselho Fiscal do CIGA para a reunião ordinária, a realizar-se na cidade de Florianópolis.

Data: 10 de novembro de 2015 (terça-feira)

Cidade: Florianópolis/SC

Horário: 9h30min

Local: Auditório do Centro Executivo Imperatriz

Rua General Liberato Bittencourt n. 1885, Estreito – Florianópolis.

(Mesma rua da FUNASA, próximo ao Restaurante Guaciara)

Ordem do dia:

- Homologação ad referendum da Assembleia Geral dos novos municípios consorciados;
- Análise do plano de revisão do Planejamento Estratégico; Gestão de Pessoas; Organização Administrativa; e Revisão e proposição de alterações ao Contrato de Consórcio Público e do Regimento Interno para apresentação à Assembleia Geral Ordinária de 2016;
- Deliberação acerca da retomada do Sistema de Gestão da Assistência Social para os municípios do CIGA;
- Inauguração da nova sede do CIGA;
- Assuntos diversos.

Florianópolis, 21 de outubro de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito de Braço do Trombudo

Presidente do CIGA

EXTRATO CONTRATO - 456 - PGT - PIRATUBA

Extrato de Contrato nº 456/2015

Contrato de Prestação de Serviços – Programa de Gestão Tributária –Piratuba.

CONTRATANTE: Município de Piratuba.

CNPJ: 82.815.481/0001-58

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 078/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C).

VALOR: R\$ 1.165,00 (Hum mil cento e sessenta e cinco reais

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 11 de Agosto de 2015.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CIMVI**RESOLUÇÃO Nº 134, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015**

RESOLUÇÃO Nº 134, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.

Abre Crédito Adicional Especial por conta de Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 7.584,00.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto Social, com base na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Especial ao Orçamento-Programa 2015, no valor de R\$ 7.584,00 (sete mil e quinhentos e oitenta e quatro reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º desta Resolução, conforme segue:

03.006.0013.0392.0005.2006 – Gestão de Cultura	
3339000000000000 – Aplicações Diretas	
1001605 – Rec. Ord. Cultura	R\$ 7.584,00
Total	R\$ 7.584,00

Art. 2º - O Crédito Adicional Especial que trata o artigo anterior corre à conta de Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó, 01 de setembro de 2015.

Sergio Almir dos Santos

Presidente

CIS/AMERIOS**CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO - CIS/AMERIOS/2015**

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMERIOS – CIS-AMERIOS

CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

Os Municípios adiante discriminados, tendo celebrado o Protocolo de Intenções de transformação do CIS/AMERIOS, em consórcio público, nos termos da Lei nº 11.107/05 e Decreto nº 6.017/07, com personalidade jurídica de direito público, sob a forma de associação pública, mantida a denominação, tendo ainda ratificado por lei o referido Protocolo de Intenções, celebram o presente Contrato de Consórcio Público, cujas cláusulas decorrem dos termos do Protocolo de Intenções antes celebrado e ratificado. Para tanto, os representantes legais dos entes federativos subscrevem o presente instrumento.

Cláusula Primeira – Constituem o presente Contrato de Consórcio Público os seguintes Municípios:

I – O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.594.009/0001-30, com endereço na Avenida Nossa Senhora de Fátima, nº 120, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. AIRTON ANTONIO REINEHR, portador do CPF nº 569.504.709-91 e RG nº 1.835.845, residente e domiciliado no município de Bom Jesus do Oeste/SC.

II – O MUNICÍPIO DE CAIBI, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº. 82.940.776/0001-56, com sede à Rua dos Imigrantes, nº 499, Centro, CEP 89.888-000, telefone (49) 3648-0211, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. DILAIR MENIN, brasileiro, portador do CPF nº 530.968.519-72 e RG nº 1.719.274, residente e domiciliado no município de Caibi/SC.

III – O MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.021.147/0001-95, com sede na Rua Moura Brasil, 1639, Centro, CEP 89.890-000, telefone (49) 3646- 3304, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. JAIRO RIVELINO EBELING, brasileiro, portador do CPF nº 949.929.169-53 e RG nº 1.878.282, residente e domiciliado no município de Cunha Porã/SC.

IV – O MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº. 01.612.116/0001-44, com sede na Avenida 29 de Setembro, 450, Centro, CEP 89.886-000, telefone (49) 3338- 0010, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. MARCOS ANTONIO THEISEN, brasileiro, portador do CPF nº 477.305.289-91 e RG nº 1.611.259, residente e domiciliado no município de Cunhataí/SC.

V – O MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº. 01.566.621/0001-08, com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, Centro, CEP 89.878-000, telefone (49) 3668-1000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. ROGÉRIO PERIN brasileiro, portador do CPF nº 024.900.719-39 e RG nº 3.456.574, residente e domiciliado no município Flor do Sertão/SC.

VI – O MUNICÍPIO DE IRACEMINHA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº. 80.623.606/0001-12, com sede na Rua Dona Paulina, 780, Centro, CEP 89.891-000, telefone (49) 3665-3200, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. BRUNO ROBERTO PAN, brasileiro, portador do CPF nº 594.338.509-63 e RG nº 1.716.764, residente e domiciliado no município de Iraceminha/SC.

VII – O MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº. 82.821.190/0001-72, com sede na Avenida Euclides da Cunha, nº 160, Centro, CEP 89.874-000, telefone (49) 3664-0044, neste ato representado por sua Prefeita Municipal,

a Sra. ROSIMAR MALDANER, brasileira, portadora do CPF nº 579.587.699-20 e RG nº 1.125.457, residente e domiciliada no município de Maravilha/SC.

VIII – O MUNICÍPIO DE MODELO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.021.832/0001-11, com sede na Rua do Comércio, nº 1304, Centro, CEP 89.872-000, telefone (49) 3365- 3137, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. RICARDO LUIS MALDANER, brasileiro, portador do CPF nº 987.238.989-68 e RG nº 2.996.527, residente e domiciliado no município de Modelo/SC.

IX – O MUNICÍPIO DE PALMITOS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº. 85.361.863/0001-47, com sede na Rua Independência, 100, Centro, CEP 89.887-000, telefone (49) 3647 9600, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. NORBERTO PAULO GONZATTI, brasileiro, portador do CPF nº 657.445.519-72 e RG nº 12R2.232.527, residente e domiciliado no município de Palmitos/SC.

X – O MUNICÍPIO DE RIQUEZA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº. 95.988.309/0001-48, com sede na Rua João Mari, nº 55, Centro, CEP 89.895-000, telefone (49) 3675-0033, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. MANFRIED RUTZEN, brasileiro, portador do CPF nº 430.862.099-68 e RG nº 712.938, residente e domiciliado no município de Riqueza/SC.

XI – O MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº 82.821.182/0001-26, com sede na Rua 12 de Outubro, nº 242, Centro, CEP 89.908-000, telefone (49) 3624- 1000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. VALDOCI SAUL, brasileiro, portador do CPF nº 789.420.989.91 e RG nº1.851.230, residente e domiciliado no município de Romelandia/SC.

XII – O MUNICÍPIO DE SALTINHO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº 01.612.844/0001-56, com sede na Rua Álvaro Costa, nº 545, Centro, CEP 89.981-000, telefone (49) 3656-0044, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. LUIZ DE PARIS, brasileiro, portador do CPF nº 605.204.859.04 e RG nº 13/R-1.947.330, residente e domiciliado no município de Saltinho/SC.

XIII – O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº 01.612.847/0001-90, com sede na Rua Tancredo Neves, nº 337, Centro, CEP 89.983-000, telefone (49) 3657-0001, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. JACOB GILMAR JUNGES, brasileiro, portador do CPF sob o nº 525.785.509-72 e RG nº 1.656.779-0, residente e domiciliado no município de Santa Terezinha do Progresso/SC.

XIV – O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº 80.912.124/0001-82, com sede na Rua São Luiz, nº 210, Centro, CEP 89.879-000, telefone (49) 3667-0050, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. GILNEI ANTONIO GUTH, brasileiro, portador do CPF sob o nº 469.398.579-15 e RG nº 5.041.812, residente e domiciliado no município de São Miguel da Boa Vista/SC.

XV – O MUNICÍPIO DE SAUDADES, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.021.881/0001-54, com sede na Rua Castro Alves, 279, Centro, CEP 89.868-000, telefone (49) 3334 0143, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. DANIEL KOTHE, brasileiro, portador do CPF sob o nº 022.894.309-43 e RG nº 3.127.754, residente e domiciliado no município de Saudades/SC.

XVI – O MUNICÍPIO DE TIGRINHOS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº 01.566.620/0001-55, com sede na Rua Felipe Bacinski, sem número, Centro, CEP 89.875-000, telefone (49) 3658-0068, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. RUDIMAR FRANCISCO GUTH, portador do CPF nº 430.346.169-53 e RG nº 11.272.826, residente e domiciliado no município de Tigrinhos/SC.

Cláusula Segunda – Será automaticamente admitido no consórcio o Ente da Federação que efetuar a ratificação em até 02 (dois) anos da sua assinatura.

Parágrafo Único – Ultrapassado o prazo de ratificação legal do Protocolo de intenções, a admissão do ente federativo no consórcio dependerá de aprovação da Assembleia Geral.

Cláusula Terceira – O Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS/AMERIOS é constituído sob a forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, integrando, nos termos da lei, a administração indireta de todos os entes consorciados, devendo reger-se pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Federal nº 11.107/05, Decreto Federal nº 6.017/07, da Lei Federal nº 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde), da Lei Federal nº 8.142/90 e demais normas pertinentes, pelo presente Contrato de Consórcio Público e pela regulamentação que vier a ser adotada pelos seus órgãos competentes.

§ 1º - O Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS/AMERIOS adquire personalidade jurídica de direito público mediante a vigência das leis de ratificação dos entes consorciados, na forma deste Contrato de Consórcio Público.

§ 2º - Ficam preservadas as situações jurídicas consolidadas sob a atuação do CIS/AMERIOS, pessoa jurídica de direito privado, de forma que o CIS/AMERIOS, pessoa jurídica de direito público, o sucederá em direitos e obrigações, de conformidade com o Protocolo de Intenções, leis que o ratificaram e o presente Contrato de Consórcio Público.

Cláusula Quarta – O Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS/AMERIOS vigorará por prazo indeterminado.

Parágrafo único - A alteração ou a extinção do consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, e ratificação, através de lei, por todos os entes consorciados.

Cláusula Quinta – A sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS/AMERIOS será junto à sede da Associação dos Municípios do Entre Rios – AMERIOS, situada a Avenida Euclides da Cunha, nº 160 - CEP 89874-000, Maravilha, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único - A Assembleia Geral do Consórcio poderá alterar a sede, mediante motivação relevante e plenamente justificada, bem como aprovar sub-sedes operacionais regionais de acordo com a necessidade do Consórcio.

Cláusula Sexta – O CIS/AMERIOS será representado legalmente pelo seu Presidente, eleito pela Assembleia Geral dentre os Chefes dos Poderes Executivos consorciados.

Parágrafo Único – O Presidente, bem como a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal da AMERIOS será concomitantemente o Presidente, a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal do CIS/AMERIOS.

Cláusula Sétima – A área de atuação do consórcio será formada pela soma do território dos municípios que o integram, constituindo-se numa unidade territorial sem limites intermunicipais para as finalidades a que se propõe.

Parágrafo único - Em caso de interesse comum, condicionado a aprovação da Assembleia Geral, o consórcio poderá exercer atividades fora de sua unidade territorial.

Cláusula Oitava – São finalidades do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS/AMERIOS:

I – Assegurar a prestação de serviços de saúde especializados de referência, de média e alta complexidade conforme legislação vigente, para a população dos municípios consorciados, de conformidade com as diretrizes do SUS, assegurando o estabelecimento de um sistema de referência e contra referência eficiente e eficaz;

II – Gerenciar juntamente com as Secretarias de Saúde dos municípios consorciados os recursos técnicos e financeiros conforme pactuados em contrato de rateio, de acordo com os parâmetros aceitos pelo Ministério da Saúde, princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde – SUS;

- III – Criar Instrumento de Controle, avaliação e acompanhamento dos serviços prestados à população regional;
- IV – Desenvolver de acordo com as necessidades e interesses dos consorciados, ações conjuntas de vigilância em saúde, tanto sanitária quanto epidemiológica;
- V – Realizar estudos de caráter permanente sobre as condições epidemiológicas da região oferecendo alternativas de ações que modifiquem tais condições;
- VI – Viabilizar ações conjuntas na área da compra e ou produção de materiais, medicamentos, serviços e outros insumos, através do Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios – CIGAMERIOS;
- VII – Fomentar o fortalecimento das especialidades de saúde existente nos municípios consorciado ou que neles vierem a se estabelecer;
- VIII – Incentivar e apoiar a estruturação dos serviços básicos de saúde nos municípios consorciados, objetivando a uniformidade de atendimento médico e de auxílio diagnóstico para a correta utilização dos serviços oferecidos através do Consórcio;
- IX – Nos assuntos atinentes às finalidades do Consórcio, representar os municípios que o integram, perante quaisquer autoridades ou instituições;
- X – Prestar assessoria na implantação de programas e medidas destinadas à promoção da saúde da população dos municípios consorciados;
- XI – Estabelecer relações cooperativas com outros consórcios regionais que venham a ser criados e que por sua localização, no âmbito macro-regional, possibilite o desenvolvimento de ações conjuntas;
- XII – Viabilizar a existência de infraestrutura de saúde regional na área territorial do consórcio.

Cláusula Nona – Para cumprir as suas finalidades, o CIS/AMERIOS poderá:

- a) Adquirir e/ou receber em doação ou seção de uso, os bens que entender necessários, os quais integrarão seu patrimônio;
- b) Firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções de outras entidades e órgãos governamentais;

Cláusula Décima – As competências a serem delegadas ao consórcio pelos entes consorciados serão definidas em contrato de programa, abrangendo as áreas de média e alta complexidade, cujo financiamento se dará através de recursos repassados por contratos de rateio entre entes consorciados e o consórcio e ou recursos de convênios firmados com outras esferas de governo.

Cláusula 11º – Os Entes da Federação consorciados poderão ser representados pelo Consórcio, através de seu Presidente, para tratar de assuntos exclusivos do objeto deste consórcio, perante outras esferas de Governo, que terá o encargo de representar ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo firmar contratos ou convênios bem como constituir procuradores.

Cláusula 12º – O Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS/AMERIOS poderá representar seus integrantes perante a União, os Estados e outros Municípios, bem como seus respectivos órgãos da administração direta e indireta, para tratar de assuntos relacionados com seu objetivo e suas finalidades previstas neste Contrato de Consórcio Público, com poderes amplos e irrestritos, nas seguintes ocasiões:

- I – firmar protocolo de intenções;
- II – firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas;
- III – prestar contas relacionadas com os contratos, termos, ajustes e convênios firmados;
- IV – outras situações de interesse comum dos consorciados, desde que devidamente autorizados pela Assembleia Geral.

Clausula 13º - É condição para que o consórcio público celebre contratos de gestão ou termos de parcerias, a existência de limite orçamentário aprovado pela Diretoria Executiva e fornecimentos que estejam de acordo com o plano de atividades aprovado. As contratações serão precedidas de Licitação Pública, observada a Lei de Licitações (Lei Federal 8.666/93 e 10.520/2000 e alterações posteriores) e demais legislação pertinente.

Parágrafo Único - A licitação a que se refere o caput desta cláusula, poderá se dar através do Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios – CIGAMERIOS.

Clausula 14º - Os entes consorciados autorizam a gestão associada dos serviços públicos, prestados na forma de Contrato de Programa.

§ 1º - Poderá ser objeto da gestão associada:

- a) Serviços especializados de saúde;
- b) Serviços básicos de saúde;
- c) Serviços de aquisição de medicamentos;
- d) Serviços de auditoria médica e administrativa;
- e) Serviços de assessoria em programas de saúde.

§ 2º - Para a consecução da gestão associada os Municípios consorciados podem transferir ao Consórcio o exercício das competências de planejamento, de execução, de regulação e/ou da fiscalização dos serviços públicos de saúde.

§ 3º - As competências cujo exercício poderá se transferir, incluem, dentre outras atividades:

- I - a elaboração, a avaliação, a auditoria e o monitoramento de planos de trabalho, bem como de programas e seus respectivos orçamentos e especificações;
- II - a elaboração de planos de investimentos para a expansão, a manutenção e a modernização dos sistemas e serviços em saúde;
- III - a elaboração de planos de redução dos custos dos serviços em saúde;
- IV - o acompanhamento e a avaliação das condições de prestação dos serviços em saúde;
- V - o apoio à prestação dos serviços em saúde, destacando-se:

- a) a aquisição e a guarda de materiais e equipamentos para a manutenção, a reposição, a expansão e a operação dos sistemas;
- b) a manutenção de média e alta complexidade;
- c) o controle de qualidade e monitoramento;
- d) demais serviços de cunho administrativo e financeiro que se fizerem necessários.

§ 4º - Fica o Consórcio autorizado a receber a transferência do exercício de outras competências referentes ao planejamento, execução, regulação e fiscalização de serviços públicos em saúde.

§ 5º - Fica autorizado a licitar e contratar concessão, permissão ou autorizar a prestação dos serviços públicos, através do Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios – CIGAMERIOS.

Cláusula 15º – Constitui-se Órgão máximo deste Consórcio, a Assembléia Geral formada por todos os Prefeitos, que se reunirá ordinariamente e extraordinariamente, por iniciativa do Presidente ou de no mínimo 2 (dois) municípios consorciados.

§1º - As deliberações da Assembléia Geral serão tomadas por maioria simples dos municípios consorciados tendo cada um, direito a (01) um voto.

§ 2º - A Assembleia Geral será presidida pelo representante legal do consórcio, ou pelo Vice-Presidente nas suas faltas e impedimentos.

Cláusula 16º – As reuniões ordinárias da Assembléia Geral deverão ser realizadas a cada bimestre, e sua convocação se dará em forma de

Edital de Convocação com antecedência mínima de 08 (oito) dias.

Cláusula 17º – O CIS/AMERIOS terá a seguinte estrutura:

I - Assembleia Geral;

II – Diretoria Executiva;

III - Conselho Fiscal;

§ 1º - A Diretoria Executiva será constituída por Presidente, Vice Presidente, Secretário, Vice Secretário e Tesoureiro.

§ 2º - O Conselho Fiscal será constituído por Três Membros Efetivos e Três Suplentes.

§ 3º - Os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal serão escolhidos em Assembléia Geral, pela maioria simples dos prefeitos dos municípios consorciados, para o mandato de 01 (um) ano.

§ 4º - Os atos administrativos de normatização serão oficializados através de Resolução expedidas pelo Presidente.

§ 5º - Os serviços financeiros e pagamentos em geral, somente serão realizados mediante autorização expressa através de assinaturas manuais ou eletrônicas conjuntas do Presidente e o Tesoureiro em exercício do cargo.

Cláusula 18º – Para cumprimento do disposto no Inciso IX, artigo 4.º da Lei Federal n.º 11.107/2005, fica estabelecido que o quadro de pessoal do Consórcio Público é composto pelos seguintes cargos: 01 vaga de Diretor Geral, com remuneração de R\$ 5.516,00; 01 vaga de Assessor Administrativo/Financeiro, com remuneração de R\$ 3.546,00; 01 vaga de Assistente Administrativo, com remuneração de R\$ 950,00; 01 vaga de Assistente Financeiro, com remuneração de R\$ 950,00.

Cláusula 19º – Os cargo de Diretor Geral e de Assessor Administrativo/Financeiro, são de Livre Nomeação e Exoneração e Contratação mediante aprovação da Diretoria Executiva e os cargos de Assistente Administrativo e de Assistente Financeiro são cargos efetivos, limitando-se a existência ativa do Consórcio através de Concurso Público de acordo com regras definidas em edital aprovado pela Diretoria Executiva.

§ 1º - Os empregados públicos próprios do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS/AMERIOS são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e estarão submetidos ao Regime Geral da Previdência Social.

§ 2º - A carga horária dos cargos, bem como atribuições e exigências de escolaridade serão estabelecidos em Regimento Interno.

§ 3º - Os serviços de assessoria jurídica e de contabilidade serão contratados pelo regime de prestação de serviços terceirizados pela Diretoria Executiva, havendo disponibilidade, podem ser executados por profissionais cedidos pela Associação dos Municípios do Entre Rios – AMERIOS, mediante nomeação e definição de carga horária através de Resolução.

Cláusula 20º – Fica assegurada a revisão geral anual de salários, sempre no mês de janeiro de cada ano, nos termos da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou, na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

§ 1º - A aplicação da revisão geral anual de salários dar-se-á mediante Resolução aprovada pelo Presidente do consórcio.

§ 2º - A revisão geral anual incidirá, uniformemente, em todas as referências constantes da Tabela de Referências Salariais.

Cláusula 21º – A Assembleia Geral poderá conceder aumento real da remuneração em percentuais diferenciados para cada categoria de empregados públicos.

Cláusula 22º – Fica autorizada a contratação temporária de empregados públicos, para fins de necessidade temporária de excepcional interesse público, nos seguintes casos:

I - assistência a situações de calamidade pública ou de estado de emergência;

II - a vacância do emprego permanente, até a admissão de novo empregado aprovado em concurso público;

III - nos casos de licença ou afastamento do exercício de emprego permanente, desde que reste comprovada a necessidade de substituição do empregado licenciado ou afastado.

§1º - A duração do contrato temporário será limitada a um ano, podendo ser prorrogado por igual período.

§ 2º - A seleção de empregado a ser contratado temporariamente, sempre que possível, será feita mediante processo seletivo simplificado, divulgado por meio de edital.

Parágrafo Único - A contratação de empregado temporário prescindirá do processo seletivo nos casos em que não for possível aguardar sua realização, mediante justificativa.

§ 3º - A remuneração do empregado temporário será fixada em importância equivalente à referência salarial para o respectivo emprego.

Clausula 23º - Os entes consorciados poderão ceder recursos humanos, bens móveis e imóveis para o consórcio, respeitada sua legislação própria.

Clausula 24º - É direito de qualquer dos contratantes, quando adimplente, exigirem o pleno cumprimento das cláusulas do contrato de consórcio público.

Clausula 25º – O órgão oficial de publicações dos atos expedidos pelos órgãos do CIS/AMERIOS será o Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, expedido pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA.

Clausula 26º - As normas do presente Contrato de Consórcio Público entrarão em vigor a partir da data da sua publicação na imprensa oficial.

Clausula 27º - Fica estabelecido o foro da Comarca de Maravilha/SC, para dirimir quaisquer demandas envolvendo o consórcio CIS/AMERIOS.

Maravilha, 21 de outubro de 2015.

DILAIR MENIN

Presidente do CIS/AMERIOS

Prefeito de Caibi/SC

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito de Bom Jesus do Oeste

JAIRO RIVELINO EBELING
Prefeito de Cunha Porã

MARCOS ANTONIO THEISEN
Prefeito de Cunhataí

ROGERIO PERIN
Prefeito de Flor do Sertão

BRUNO RIBERTO PAN
Prefeito de Iraceminha

ROSIMAR MALDANER
Prefeita de Maravilha

RICARDO MALDANER
Prefeito de Modelo

NORBERTO PAULO GOZATTI
Prefeito de Palmitos

MANFRIED RUTZEN
Prefeito de Riqueza

VALDOCI SAUL
Prefeito de Romelandia

LUIZ DE PARIS
Prefeito de Saltinho

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito de Santa Terezinha do Progresso

GILNEI ANTONIO GUTH
Prefeito de São Miguel da Boa Vista

DANIEL KOTHE
Prefeito de Saudades

RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito de Tigrinhos

PROTOCOLO DE INTENÇÕES - CIS/AMERIOS/2015

PROTOCOLO DE INTENÇÕES

Os municípios participantes do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMERIOS – CIS/AMERIOS, por meio de seus respectivos chefes do poder executivo, reunidos na Assembleia Geral Ordinária de Prefeitos do CIS/AMERIOS, na sede da Associação dos Municípios do Entre Rios - AMERIOS, no dia 21 de Agosto de 2015, resolvem subscrever este Protocolo de Intenções com o objetivo de converter o CIS/AMERIOS em consórcio público, sob a forma de associação pública, para fins de adequação às novas normas jurídicas.

Desse modo, os chefes do poder executivo dos Municípios abaixo descritos resolvem celebrar o presente Protocolo de Intenções, contendo as cláusulas necessárias para a alteração e funcionamento do CIS/AMERIOS, as quais integrarão o corpo do Contrato de Consórcio Público a ser celebrado com a ratificação legal do protocolo de intenções.

Cláusula Primeira - Subscrevem o Protocolo de Intenções:

I – O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.594.009/0001-30, com endereço na Avenida Nossa Senhora de Fátima, nº 120, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. AIRTON ANTONIO REINEHR, portador do CPF nº 569.504.709-91 e RG nº 1.835.845, residente e domiciliado no município de Bom Jesus do Oeste/SC.

II – O MUNICÍPIO DE CAIBI, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº. 82.940.776/0001-56, com sede à Rua dos Imigrantes, nº 499, Centro, CEP 89.888-000, telefone (49) 3648-0211, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. DILAIR MENIN, brasileiro, portador do CPF nº 530.968.519-72 e RG nº 1.719.274, residente e domiciliado no município de Caibi/SC.

III – O MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.021.147/0001-95, com sede na Rua Moura Brasil, 1639, Centro, CEP 89.890-000, telefone (49) 3646- 3304, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. JAIRO RIVELINO EBELING, brasileiro, portador do CPF nº 949.929.169-53 e RG nº 1.878.282, residente e domiciliado no município de Cunha Porã/SC.

IV – O MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº. 01.612.116/0001-44, com sede na Avenida 29 de Setembro, 450, Centro, CEP 89.886-000, telefone (49) 3338- 0010, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. MARCOS ANTONIO THEISEN, brasileiro, portador do CPF nº 477.305.289-91 e RG nº 1.611.259, residente e domiciliado no município de Cunhataí/SC.

V – O MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº. 01.566.621/0001-08, com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, Centro, CEP 89.878-000, telefone (49) 3668-1000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. ROGÉRIO PERIN brasileiro, portador do CPF nº 024.900.719-39 e RG nº 3.456.574, residente e domiciliado no município Flor do Sertão/SC.

VI – O MUNICÍPIO DE IRACEMINHA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº. 80.623.606/0001-12, com sede na Rua Dona Paulina, 780, Centro, CEP 89.891-000, telefone (49) 3665-3200, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. BRUNO ROBERTO PAN, brasileiro, portador do CPF nº 594.338.509-63 e RG nº 1.716.764, residente e domiciliado no município de Iraceminha/SC.

VII – O MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº. 82.821.190/0001-72, com sede na Avenida Euclides da Cunha, nº 160, Centro, CEP 89.874-000, telefone (49) 3664-0044, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, a Sra. ROSIMAR MALDANER, brasileira, portadora do CPF nº 579.587.699-20 e RG nº 1.125.457, residente e domiciliada no município de Maravilha/SC.

VIII – O MUNICÍPIO DE MODELO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.021.832/0001-11, com sede na Rua do Comércio, nº 1304, Centro, CEP 89.872-000, telefone (49) 3365- 3137, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. RICARDO LUIS MALDANER, brasileiro, portador do CPF nº 987.238.989-68 e RG nº 2.996.527, residente e domiciliado no município de Modelo/SC.

IX – O MUNICÍPIO DE PALMITOS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº. 85.361.863/0001-47, com sede na Rua Independência, 100, Centro, CEP 89.887-000, telefone (49) 3647 9600, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. NORBERTO PAULO GONZATTI, brasileiro, portador do CPF nº 657.445.519-72 e RG nº 12R2.232.527, residente e domiciliado no município de Palmitos/SC.

X – O MUNICÍPIO DE RIQUEZA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº. 95.988.309/0001-48, com sede na Rua João Mari, nº 55, Centro, CEP 89.895-000, telefone (49) 3675-0033, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. MANFRIED RUTZEN, brasileiro, portador do CPF nº 430.862.099-68 e RG nº 712.938, residente e domiciliado no município de Riqueza/SC.

XI – O MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº 82.821.182/0001-26, com sede na Rua 12 de Outubro, nº 242, Centro, CEP 89.908-000, telefone (49) 3624- 1000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. VALDOCI SAUL, brasileiro, portador do CPF nº 789.420.989.91 e RG nº1.851.230, residente e domiciliado no município de Romelandia/SC.

XII – O MUNICÍPIO DE SALTINHO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº 01.612.844/0001-56, com sede na Rua Álvaro Costa, nº 545, Centro, CEP 89.981-000, telefone (49) 3656-0044, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. LUIZ DE PARIS, brasileiro, portador do CPF nº 605.204.859.04 e RG nº 13/R-1.947.330, residente e domiciliado no município de Saltinho/SC.

XIII – O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº 01.612.847/0001-90, com sede na Rua Tancredo Neves, nº 337, Centro, CEP 89.983-000, telefone (49) 3657-0001, neste ato representado

por seu Prefeito Municipal, o Sr. JACOB GILMAR JUNGES, brasileiro, portador do CPF sob o nº 525.785.509-72 e RG nº 1.656.779-0, residente e domiciliado no município de Santa Terezinha do Progresso/SC.

XIV – O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº 80.912.124/0001-82, com sede na Rua São Luiz, nº 210, Centro, CEP 89.879-000, telefone (49) 3667-0050, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. GILNEI ANTONIO GUTH, brasileiro, portador do CPF sob o nº 469.398.579-15 e RG nº 5.041.812, residente e domiciliado no município de São Miguel da Boa Vista/SC.

XV – O MUNICÍPIO DE SAUDADES, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.021.881/0001-54, com sede na Rua Castro Alves, 279, Centro, CEP 89.868-000, telefone (49) 3334 0143, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. DANIEL KOTHE, brasileiro, portador do CPF sob o nº 022.894.309-43 e RG nº 3.127.754, residente e domiciliado no município de Saudades/SC.

XVI – O MUNICÍPIO DE TIGRINHOS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº 01.566.620/0001-55, com sede na Rua Felipe Bacinski, sem número, Centro, CEP 89.875-000, telefone (49) 3658-0068, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. RUDIMAR FRANCISCO GUTH, portador do CPF nº 430.346.169-53 e RG nº 11.272.826, residente e domiciliado no município de Tigrinhos/SC.

Cláusula Segunda – Para fins de ingresso no CIS/AMERIOS, instituído como pessoa jurídica de direito público, os entes subscritores do Protocolo de Intenções primitivo, firmarão Protocolo de Intenções, consubstanciado no presente ajuste.

§ 1º - Somente será considerado consorciado o Ente da Federação subscritor do protocolo de intenções que o ratificar por lei.

§ 2º - Será automaticamente admitido no consórcio o Ente da Federação que efetuar a ratificação em até 02 (dois) anos da sua assinatura.

§ 3º - A ratificação realizada após 02 (dois) anos da subscrição do protocolo de intenções dependerá de homologação da Assembleia Geral do Consórcio Público.

Cláusula Terceira – O Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS/AMERIOS constitui-se sob a forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, integrando, nos termos da lei, a administração indireta de todos os entes consorciados, devendo reger-se pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Federal nº 11.107/05, Decreto Federal nº 6.017/07, da Lei Federal nº 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde), da Lei Federal nº 8.142/90 e demais normas pertinentes, pelo presente Protocolo de Intenções e pela regulamentação que vier a ser adotada pelos seus órgãos competentes.

§ 1º - O Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS/AMERIOS adquire personalidade jurídica de direito público mediante a vigência das leis de ratificação dos entes consorciados, na forma deste Protocolo de Intenções.

§ 2º - Ficam preservadas as situações jurídicas consolidadas sob a atuação do CIS/AMERIOS, pessoa jurídica de direito privado, de forma que o CIS/AMERIOS, pessoa jurídica de direito público, o sucederá em direitos e obrigações, de conformidade com este Protocolo de Intenções, leis que o ratificaram e o Contrato de Consórcio Público.

Cláusula Quarta – O Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS/AMERIOS vigorará por prazo indeterminado.

Parágrafo único - A alteração ou a extinção do consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral com respectiva ratificação, através de lei, por todos os entes consorciados.

Cláusula Quinta – A sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS/AMERIOS será junto à sede da Associação dos Municípios do Entre Rios – AMERIOS, situada a Avenida Euclides da Cunha, nº 160 - CEP 89874-000, Maravilha, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único - A Assembleia Geral do Consórcio poderá alterar a sede, mediante motivação relevante e plenamente justificada, bem como aprovar sub-sedes operacionais regionais de acordo com a necessidade do Consórcio.

Cláusula Sexta – O CIS/AMERIOS será representado legalmente pelo seu Presidente, eleito pela Assembleia Geral dentre os Chefes dos Poderes Executivos consorciados.

Parágrafo Único – O Presidente, bem como a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal da AMERIOS será concomitantemente o Presidente, a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal do CIS/AMERIOS.

Cláusula Sétima – A área de atuação do consórcio será formada pela soma do território dos municípios que o integram, constituindo-se numa unidade territorial sem limites intermunicipais para as finalidades a que se propõe.

Parágrafo único - Em caso de interesse comum, condicionado a aprovação da Assembleia Geral, o consórcio poderá exercer atividades fora de sua unidade territorial.

Cláusula Oitava – São finalidades do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS/AMERIOS:

I – Assegurar a prestação de serviços de saúde especializados de referência e de média e alta complexidade conforme legislação vigente, para a população dos municípios consorciados, de conformidade com as diretrizes do SUS, assegurando o estabelecimento de um sistema de referência e contra-referência eficiente e eficaz;

II – Gerenciar juntamente com as Secretarias de Saúde dos municípios consorciados os recursos técnicos e financeiros conforme pactuados em contrato de rateio, de acordo com os parâmetros aceitos pelo Ministério da Saúde, princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde – SUS;

III – Criar Instrumento de Controle, avaliação e acompanhamento dos serviços prestados à população regional;

IV – Desenvolver de acordo com as necessidades e interesses dos consorciados, ações conjuntas de vigilância em saúde, tanto sanitária quanto epidemiológica;

V – Realizar estudos de caráter permanente sobre as condições epidemiológicas da região oferecendo alternativas de ações que modifiquem tais condições;

VI – Viabilizar ações conjuntas na área da compra e ou produção de materiais, medicamentos, serviços e outros insumos, através do Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios – CIGAMERIOS;

VII – Fomentar o fortalecimento das especialidades de saúde existente nos municípios consorciado ou que neles vierem a se estabelecer;

VIII – Incentivar e apoiar a estruturação dos serviços básicos de saúde nos municípios consorciados, objetivando a uniformidade de atendimento médico e de auxílio diagnóstico para a correta utilização dos serviços oferecidos através do Consórcio;

IX – Nos assuntos atinentes às finalidades do Consórcio, representar os municípios que o integram, perante quaisquer autoridades ou instituições;

X – Prestar assessoria na implantação de programas e medidas destinadas à promoção da saúde da população dos municípios consorciados;

XI – Estabelecer relações cooperativas com outros consórcios regionais que venham a ser criados e que por sua localização, no âmbito macro-regional, possibilite o desenvolvimento de ações conjuntas;

XII – Viabilizar a existência de infra-estrutura de saúde regional na área territorial do consórcio.

Cláusula Nona – Para cumprir as suas finalidades, o CIS/AMERIOS poderá:

a) Adquirir e/ou receber em doação ou seção de uso, os bens que entender necessários, os quais integrarão seu patrimônio;

b) Firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções de outras entidades e órgãos governamentais;

Cláusula Décima –As competências a serem delegadas ao consórcio pelos entes consorciados, serão definidas em contrato de programa, abrangendo as áreas de média e alta complexidade, cujo financiamento se dará através de recursos repassados por contratos de rateio entre entes consorciados e o consórcio e ou recursos de convênios firmados com outras esferas de governo.

Cláusula 11º – Os Entes da Federação consorciados poderão ser representados pelo Consórcio, através de seu Presidente, para tratar de assuntos exclusivos do objeto deste consórcio, perante outras esferas de Governo, que terá o encargo de representar ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo firmar contratos ou convênios bem como constituir procuradores.

Cláusula 12º – O Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS/AMERIOS poderá representar seus integrantes perante a União, os Estados e outros Municípios, bem como seus respectivos órgãos da administração direta e indireta, para tratar de assuntos relacionados com seu objetivo e suas finalidades previstas neste Protocolo de Intenções, com poderes amplos e irrestritos, nas seguintes ocasiões:

I – firmar protocolo de intenções;

II – firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas;

III – prestar contas relacionadas com os contratos, termos, ajustes e convênios firmados;

IV – outras situações de interesse comum dos consorciados, desde que devidamente autorizados pela Assembleia Geral.

Clausula 13º - É condição para que o consórcio público celebre contratos de gestão ou termos de parcerias, a existência de limite orçamentário aprovado pela Diretoria Executiva e fornecimentos que estejam de acordo com o plano de atividades aprovado. As contratações serão precedidas de Licitação Pública, observada a Lei de Licitações (Lei Federal 8.666/93 e 10.520/2000 e alterações posteriores) e demais legislação pertinente.

Parágrafo Único -A licitação a que se refere o caput desta cláusula, poderá se dar através do Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios – CIGAMERIOS.

Clausula 14º - Os entes consorciados ao ratificarem, por lei, o presente instrumento, autorizam a gestão associada dos serviços públicos, prestados na forma de Contrato de Programa.

§ 1º - Poderá ser objeto da gestão associada:

a) Serviços especializados de saúde;

b) Serviços básicos de saúde;

c) Serviços de aquisição de medicamentos;

d) Serviços de auditoria médica e administrativa;

e) Serviços de assessoria em programas de saúde

§ 2º - Para a consecução da gestão associada os Municípios consorciados podem transferir ao Consórcio o exercício das competências de planejamento, de execução, de regulação e/ou da fiscalização dos serviços públicos de saúde.

§ 3º - As competências cujo exercício poderá se transferir, incluem, dentre outras atividades:

I - a elaboração, a avaliação, a auditoria e o monitoramento de planos de trabalho, bem como de programas e seus respectivos orçamentos e especificações;

II - a elaboração de planos de investimentos para a expansão, a manutenção e a modernização dos sistemas e serviços em saúde;

III - a elaboração de planos de redução dos custos dos serviços em saúde;

IV - o acompanhamento e a avaliação das condições de prestação dos serviços em saúde;

V - o apoio à prestação dos serviços em saúde, destacando-se:

a) a aquisição, a guarda e a distribuição de materiais e medicamentos para a manutenção, a reposição, a expansão e a operação dos sistemas;

b) a manutenção de média e alta complexidade;

c) o controle de qualidade e monitoramento;

d) demais serviços de cunho administrativo e financeiro que se fizerem necessários.

§ 4º - Fica o Consórcio autorizado a receber a transferência do exercício de outras competências referentes ao planejamento, execução, regulação e fiscalização de serviços públicos em saúde.

§ 5º - Fica autorizado a licitar e contratar concessão, permissão ou autorizar a prestação dos serviços públicos, através do Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios – CIGAMERIOS.

Cláusula 15º – Constitui-se Órgão máximo deste Consórcio, a Assembléia Geral formada por todos os Prefeitos, que se reunirá ordinariamente e extraordinariamente, por iniciativa do Presidente ou de no mínimo 2 (dois) municípios consorciados.

§1º - As deliberações da Assembléia Geral serão tomadas por maioria simples dos municípios consorciados tendo cada um, direito a (01) um voto.

§ 2º - A Assembleia Geral será presidida pelo representante legal do consórcio, ou pelo Vice-Presidente nas suas faltas e impedimentos.

Cláusula 16º –As reuniões ordinárias da Assembléia Geral deverão ser realizadas a cada bimestre, e sua convocação se dará em forma de Edital de Convocação com antecedência mínima de 08 (oito) dias.

Cláusula 17º – O CIS/AMERIOS terá a seguinte estrutura:

I - Assembleia Geral;

II – Diretoria Executiva;

III - Conselho Fiscal;

§ 1º - A Diretoria Executiva será constituída por Presidente,Vice Presidente, Secretário, Vice-Secretário e Tesoureiro.

§ 2º - O Conselho Fiscal será constituído por Três Membros Efetivos e Três Suplentes.

§ 3º - Os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal serão escolhidos em Assembléia Geral, pela maioria simples dos prefeitos dos municípios consorciados, para o mandato de 01 (um) ano.

Cláusula 18º – Para cumprimento do disposto no Inciso IX, artigo 4.º da Lei Federal n.º 11.107, fica estabelecido que o quadro de pessoal do Consórcio Público é composto pelos seguintes cargos: 01 vaga de Diretor Geral, com remuneração de R\$ 5.516,00; 01 vaga de Assessor Administrativo/Financeiro, com remuneração de R\$ 3.546,00; 01 vaga de Assistente Administrativo, com remuneração de R\$ 950,00; 01 vaga de Assistente Financeiro, com remuneração de R\$ 950,00.

Cláusula 19º – Os cargo de Diretor Geral e de Assessor Administrativo/Financeiro, são de Livre Nomeação e Exoneração e Contratação mediante aprovação da Diretoria Executiva e os cargos de Assistente Administrativo e de Assistente Financeirosão cargos efetivos, limitando-se a existência ativa do Consórcio através de Concurso Público de acordo com regras definidas em edital aprovado pela Diretoria Executiva.

§ 1º - Os empregados públicos próprios do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS/AMERIOS são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e estarão submetidos ao Regime Geral da Previdência Social.

§ 2º - A carga horária dos cargos, bem como atribuições e exigências de escolaridade serão estabelecidos em Regimento Interno.

§ 3º - Os serviços de assessoria jurídica e de contabilidade serão contratados pelo regime de prestação de serviços terceirizados pela Diretoria Executiva, havendo disponibilidade, podem ser executados por profissionais cedidos pela Associação dos Municípios do Entre Rios – AMERIOS, mediante nomeação e carga horária definida através de Resolução.

Cláusula 20º – Fica assegurada a revisão geral anual de salários, sempre no mês de janeiro de cada ano, nos termos da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou, na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

§ 1º - A aplicação da revisão geral anual de salários dar-se-á mediante Resolução aprovada pelo Presidente do consórcio.

§ 2º - A revisão geral anual incidirá, uniformemente, em todas as referências constantes da Tabela de Referências Salariais.

Cláusula 21º – A Assembleia Geral poderá conceder aumento real da remuneração em percentuais diferenciados para cada categoria de empregados públicos.

Cláusula 22º – Fica autorizada a contratação temporária de empregados públicos, para fins de necessidade temporária de excepcional interesse público, nos seguintes casos:

I - assistência a situações de calamidade pública ou de estado de emergência;

II - a vacância do emprego permanente, até a admissão de novo empregado aprovado em concurso público;

III - nos casos de licença ou afastamento do exercício de emprego permanente, desde que reste comprovada a necessidade de substituição do empregado licenciado ou afastado.

§1º - A duração do contrato temporário será limitada a um ano, podendo ser prorrogado por igual período.

§ 2º - A seleção de empregado a ser contratado temporariamente, sempre que possível, será feita mediante processo seletivo simplificado, divulgado por meio de edital.

§ 3º - A contratação de empregado temporário prescindirá do processo seletivo nos casos em que não for possível aguardar sua realização, mediante justificativa.

§ 4º - A remuneração do empregado temporário será fixada em importância equivalente à referência salarial para o respectivo emprego.

Clausula 23º - Os entes consorciados poderão ceder recursos humanos, bens móveis e imóveis para o consórcio, respeitada sua legislação própria.

Clausula 24º - É direito de qualquer dos contratantes, quando adimplente, exigirem o pleno cumprimento das cláusulas do contrato de consórcio público.

Clausula 25º – O órgão oficial de publicações dos atos expedidos pelos órgãos do CIS/AMERIOS será o Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, expedido pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA.

Clausula 26º - As normas do presente Protocolo de Intenções entrarão em vigor a partir da data da sua publicação na imprensa oficial.

Clausula 27º - Fica estabelecido o foro da Comarca de Maravilha/SC, para dirimir quaisquer demandas envolvendo o consórcio CIS/AMERIOS.

Maravilha, 21 de Agosto de 2015.

DILAIR MENIN

Prefeito de Caibi

Presidente do CIS/AMERIOS e da AMERIOS

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito de Bom Jesus do Oeste

JAIRO RIVELINO EBELING
Prefeito de Cunha Porã

MARCOS ANTONIO THEISEN
Prefeito de Cunhataí

ROGERIO PERIN
Prefeito de Flor do Sertão

BRUNO RIBERTO PAN
Prefeito de Iraceminha

ROSIMAR MALDANER
Prefeita de Maravilha

RICARDO MALDANER
Prefeito de Modelo

NORBERTO PAULO GOZATTI
Prefeito de Palmitos

MANFRIED RUTZEN
Prefeito de Riqueza

VALDOCI SAUL
Prefeito de Romelandia

LUIZ DE PARIS
Prefeito de Saltinho

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito de Santa Terezinha do Progresso

GILNEI ANTONIO GUTH
Prefeito de São Miguel da Boa Vista

DANIEL KOTHE
Prefeito de Saudades

RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito de Tigrinhos